

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

BRUNO GALEANO DE OLIVEIRA GONÇALVES

John Selden e a escrita de uma história antiquária

Coleção, sincronismo e a controvérsia dos dízimos na Inglaterra do século XVII

São Paulo

2023

BRUNO GALEANO DE OLIVEIRA GONÇALVES

John Selden e a escrita de uma história antiquária

Coleção, sincronismo e a controvérsia dos dízimos na Inglaterra do século XVII

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira

Coorientador: Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G635j Gonçalves, Bruno Galeano de Oliveira
 John Selden e a escrita de uma história
 antiquária: coleção, sincronismo e a controvérsia dos
 dízimos na Inglaterra do século XVII / Bruno Galeano
 de Oliveira Gonçalves; orientador Miguel Soares
 Palmeira; coorientador Luis Filipe Silvério Lima -
 São Paulo, 2023.
 445 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. CH781.19. 2. CH781.4. I. Palmeira, Miguel
Soares, orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves

Data da defesa: 17/04/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Miguel Soares Palmeira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/06/2023

(Assinatura do (a) orientador (a))

GONÇALVES, Bruno Galeano de Oliveira. **John Selden e a escrita de uma história antiquária**: coleção, sincronismo e a controvérsia dos dízimos na Inglaterra do século XVII. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: 17 de abril de 2023

Banca Examinadora

Profa. Dra. Eunice Ostrensky
Instituição: FFLCH-USP
Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta
Instituição: FFLCH-USP
Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. João de Azevedo e Dias Duarte
Instituição: PUC-Rio
Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira (presidente)
Instituição: FFCH-USP
Julgamento: Não Votante

Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima (presidente)
Instituição: Unifesp
Julgamento: Não Votante

Para Daniela e Iuri, meus companheiros no fim do mundo

AGRADECIMENTOS

Se há uma coisa que desejo que fique evidente a partir da trajetória de John Selden, para todo e qualquer leitor, é que nenhum trabalho intelectual se faz sozinho. Com esta tese, que carrega o meu nome e é a materialização das minhas leituras, reflexões e experiências, não poderia ser diferente: nela estão presentes marcas de diversas pessoas e instituições que atuaram e colaboraram com o trabalho que aqui se apresenta. Sem elas, eu não teria chegado até aqui, sobretudo durante um período tão intenso, desafiador e, com alguma frequência, desesperançoso. Entre o começo e o final deste doutorado, entre os anos de 2016 e 2023, tive a felicidade de encontrar uma companheira, de ter um filho e me tornar pai, e o desafio de, em família, atravessar uma pandemia, enfrentar questões de saúde e persistir com este trabalho, apesar do achincalhamento à produção de conhecimento e de toda a perversidade que, nos últimos anos, tomou conta do país.

Sou muito grato aos meus orientadores, os professores e amigos Miguel Soares Palmeira e Luís Filipe Silvério Lima. Ambos me apoiaram ao longo de todo esse período, principalmente nos momentos de maior insegurança, e contribuíram de maneira decisiva para a realização e o amadurecimento do trabalho. Eles são os interlocutores de primeira ordem desta pesquisa e deles sou tributário das leituras cuidadosas e instigantes das diferentes versões deste material, e especialmente das questões que os motivam a produzir conhecimento histórico. Estendo esses agradecimentos aos professores Eunice Ostrensky e Fernando Nicolazzi pelas sugestões e comentários feitos na ocasião do exame de qualificação, que deram o ensejo necessário para o aprofundamento das reflexões agora apresentadas.

Agradeço à Universidade de São Paulo, em especial à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Tais instituições me acolheram e apoiaram durante todos os anos de formação que fizeram de mim não apenas um historiador por profissão, mas também a pessoa que tenho orgulho de ser. A universidade pública foi um lar para mim desde o primeiro momento. Um espaço aberto, diverso, rico e curioso nos seus livros e discussões, repleto de momentos de admiração, amizade e engajamento. Esta tese é algo que ofereço em retorno. Nesse sentido, agradeço

também à Universidade Federal de São Paulo, em particular à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela recepção nos seus espaços de estudo e reflexão.

Sou grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de pesquisa concedida a mim entre 2017 e 2021 (Processo 2016/22915-9). Graças ao apoio da instituição, pude cuidar do meu sustento, custear materiais e serviços, participar de eventos e realizar as viagens que deram forma a este trabalho. Destaco a viagem de pesquisa feita à Inglaterra, que possibilitou o contato direto com uma documentação única, digerida em parte nesta tese e que alimentará trabalhos futuros.

Agradeço também aos amigos e colegas que contribuíram de modo construtivo e coletivo para o meu fazer intelectual, tornando esse processo mais leve e prazeroso. Reunidos em grupo de pesquisa em torno do professor Miguel Palmeira, são eles: Adriana Salay Leme, Branca Zilberleib, Bruno Zorek, Franco Della Valle, Isabela Mouradian Amatucci, Júlio César Pereira da Silva, Lívia Maria Orsati Clara, Mariana Ladeira Osés. E lembro dos amigos e colegas do grupo Poder e Religião na Época Moderna, coordenado por Luís Felipe Silvério Lima, dentre os quais destaco: Aline Davies, Beatriz Boldrini, Bruna Braga Fontes, Heloise Lima, Lívia Bernardes Roberge, Jéssica Lury, Jaime Fernando dos Santos, Mayumi Hachisu, Mariana Duzzi, Patrícia Moreira Nogueira, Talita Sanchez, Verônica Calsoni Lima, Vinicius Ayres e Victoria Rodrigues. Cabe ainda o agradecimento a Tadeu Andrade, Rafael Frate e Eduardo Aubert pelas traduções em língua grega e latina.

Aos amigos de longa data deixo registrado o meu carinho e gratidão. Dentre eles, destaco: Ramon Ordonhes Ribeiro, Márcio de Pinho Botelho, Laís Olivato, Tadeu Andrade, Everton Henrique Carneiro da Silva, Ellen Eliza Pereira, Larissa Cristine de Oliveira, Camila Cristina Souza Lima, Leandro Raniero Fernandes, Lucas Jorge Freitas, Ivan Baycer Júnior. E trago aqui os nomes daqueles que se foram cedo demais, Vivian Wolf Kraus (in memoriam) e Carlos Alberto Guerra (in memoriam).

Deixo também nota de agradecimento ao Hospital Universitário da USP e à sua equipe, em especial ao doutor Paulo Sérgio Alcântara e à assistente social Susana Dalila Wurtzel. Agradeço, de coração, pela prestatividade e o cuidado em um momento delicado para mim.

Agradecimento algum estará à altura daquilo que minha família compartilhou comigo da maneira mais espontânea e profunda. Esta é uma pequena nota do meu amor por vocês. À minha companheira, Daniela Perutti, agradeço por estar ao meu lado todos os

dias e ter feito desses anos tão difíceis os melhores da minha vida. A você sou grato pela pessoa que sou hoje e esta tese se deve a muitas das suas formulações mais vigorosas, ao seu olhar cuidadoso, em me ajudar a lapidar os achados da pesquisa. Agradeço ao meu filho, Iuri, que mesmo pequeno demais para ler estas páginas, acompanhou toda a pesquisa e escrita da tese - mesmo que à contragosto. A você, Iuri, agradeço por me chamar para os pequenos encantos da vida presente e, ao mesmo tempo, dissipar minhas inseguranças e medos com gestos tão simples quanto cantarolar.

Sou grato também à minha irmã, Ana Paula, e minha tia, Fernanda. Aos meus avós, Teresinha, Cleide, Benedito, Prudente (in memoriam), e à minha bisavó, Ditinha (in memoriam). Aos meus pais, Elisabeth e Célio, pelo incentivo aos estudos e por todo amor, apoio e carinho de uma vida inteira. Hoje, enfim, sei da profundidade da relação que se constrói com os filhos.

“Não se conhece o forte a não ser no combate; não se conhece o prudente a não ser na ira; não se conhece o amigo a não ser na aflição; e não se conhece o erudito a não ser pelos livros” (David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: iii)

RESUMO

Esta tese investiga o fazer história em John Selden (1584-1654) e se propõe a contribuir para o entendimento tanto da produção e usos do conhecimento histórico e antiquário quanto das práticas sociais e letradas que davam sustentação a essa fabricação intelectual no contexto da Inglaterra no século XVII. Selden foi jurista, antiquário e erudito reconhecido pelos trabalhos de natureza historiográfica e, com frequência, recorria ao estudo do passado para lidar com questões políticas. Uma dessas questões dizia respeito aos dízimos. *The Historie of Tithes* (1618) é um dos trabalhos mais conhecidos de Selden e, certamente, foi o mais polêmico entre eles. O livro e seu autor dão ancoragem à tese, de modo que, em todos os capítulos, sempre se parte deles para a eles voltar. Selden e a sua história dos dízimos são investigados em diversos registros: na constituição biográfica do autor (capítulo 1); nas operações intelectuais que davam forma à história antiquária desenvolvida por Selden, a saber, a coleção e o sincronismo (capítulo 2); na produção material, discursiva e política de *Historie of Tithes* e do lugar ocupado pela obra na disputa que existia na Inglaterra seiscentista em torno dos dízimos (capítulo 3); e, por fim, naquilo que a controvérsia revelaria a respeito tanto da repercussão da história escrita por Selden quanto dos atributos e valores que atravessavam a comunidade letrada e eram disputados no interior dela. Ao longo desses capítulos, são apresentados achados particulares, como o esforço duradouro na literatura biográfica de separar erudição e política, os diferentes sentidos de coleção, sincronismo e anacronismo na cultura histórica seiscentista, e a relevância da amizade, da controvérsia e dos atributos morais na gestão das interações entre letrados. E a junção desses e de outros achados leva à conclusão mais geral de que encarar *Historie of Tithes* como coleção ou biblioteca traz à tona, em primeiro lugar, um fazer historiográfico em particular, o estudo das antiguidades, que se mostrava fundamental para a tessitura do tempo cronológico bem como para uma atitude investigativa da história, até então incomum para a maioria dos letrados da época; em segundo lugar, esse fazer historiográfico colocava em circulação livros e outras materialidades que distribuíam não apenas informação e ideias, mas ainda valores morais e relações sociais, conferindo prestígio e lugar social a Selden dentro e fora da comunidade letrada. Quando confrontado nas implicações doutrinárias de sua obra, Selden precisou resguardar, antes de qualquer tese, o seu reconhecimento enquanto erudito, já que era isso que lhe conferia pertencimento tanto às letras quanto à política.

Palavras-chave: John Selden, *Historie of Tithes*, antiquarismo, coleção, sincronismo, anacronismo, dízimos, controvérsia

ABSTRACT

To explore the making of history in John Selden (1584-1654) charts a path for understanding the crafting and uses of antiquarian historical knowledge as well as the social and scholarly practices that shaped this kind of intellectual manufacture in 17th century England. Selden was a very much celebrated jurist, antiquarian, and scholar, famous for his historical works and someone who frequently applied himself to the study of the past in order to face political and theoretical questions. One of those issues at that time was tithes. *The Historie of Tithes* (1618) is a well-known work written by Selden and it was surely his most controversial piece. Both the book and its author give anchorage to this thesis: chapters always begin or come back to them by the end. In this thesis, Selden and his *Historie* are analysed on several levels: by the biographical layers that overlap and give meaning to the author (chapter 1); by the intellectual routines which shaped Selden's antiquarian way of writing history (i.e. collection and synchronism) (chapter 2); by the material, discursive, and political making of his *Historie* in the context of the dispute over tithes in early modern England (chapter 3); and by the controversy concerning Selden's *Historie* and what it can reveal on values, practices, and disputes in scholarly community. In those chapters, several findings are brought to light, such as the enduring effort by biographical literature to tear apart politics and scholarship, the meanings for collection, synchronism, and anachronism in early modern historical culture, or the key role performed by friendship, controversy, and moral values in the interactions among scholars. And those particular findings lead to a broad conclusion: Selden's *Historie* taken as a collection or a sort of library reveals, firstly, a specific making of historical knowledge (i.e. the study of antiquities) crucial for establishing a chronological order of time and an investigative attitude towards the past, which puzzled many men of letters; secondly, this way of making of history put books and other materials in motion and it distributed not only information and ideas but also moral values and social relations, feeding Selden with prestige and social place within and outside the scholarly community. When he was confronted with the doctrinal consequences of his *Historie*, Selden felt the need to defend (before any argument he could have) his own fame as a trustworthy scholar for it guarantee his belonging both to letters and politics.

Keywords: John Selden, *Historie of Tithes*, antiquarianism, collection, synchronism, anachronism, tithes, controversy

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: As trajetórias de John Selden	16
1. Um ilustre desconhecido.....	16
2. John Selden, ‘Esquire’.....	24
3. John Selden, ‘erudito’.....	39
4. John Selden, ‘patriota’.....	66
5. As sínteses de Selden	93
Capítulo 2: A história como coleção.....	104
1. O naufrágio do tempo	104
2. Os sentidos de colecionar	112
2.1. Colecionar é juntar	116
2.2. Colecionar é agregar	125
2.3. Colecionar é conhecer.....	143
3. A produção do tempo cronológico.....	162
3.1. O sincronismo como “pedra de toque” do conhecimento histórico	165
3.2. “Intoleráveis Anticronismos”	177
3.3. O sequenciamento cronológico dos tempos.....	192
4. A história como coleção	205
Capítulo 3: Uma história dos dízimos.....	212
1. A formação controversa de uma obra	216
1.1. Em busca da autorização.....	217
1.2. A impressão.....	232
1.3. A encruzilhada	247
2. A questão dos dízimos na Inglaterra do século XVII	259
3. Uma história antiquária dos dízimos.....	274
3.1. O dízimo antes da lei mosaica: o episódio de Abraão e Melquisedec	276

3.2. Os dízimos e os leigos: as apropriações leigas e as consagrações arbitrárias.....	289
Capítulo 4: A controvérsia e os sentidos da erudição	305
1. A controvérsia como objeto.....	305
2. Os adversários, as condições e as motivações da controvérsia.....	318
3. A linguagem e dinâmica da controvérsia	343
4. O embate de argumentos	366
4.1. Abraão, Melquisedec e a natureza do trabalho historiográfico	368
4.2. As consagrações arbitrárias, o sincronismo e a erudição em questão	383
5. A controvérsia e o negativo da erudição.....	399
Considerações Finais.....	407
Bibliografia.....	428
1. Bases de Dados e Obras de Referência	428
2. Fontes.....	428
2.1. Textos de Selden	428
2.2. Títulos em Geral	430
3. Bibliografia	435
3.1. Sobre Selden.....	435
3.2. Títulos em Geral	438

Introdução

John Selden (1584-1654) foi um dos primeiros letrados a evocar, de maneira direta e explícita, a ideia de anacronismo em língua inglesa. Em 1612, utilizou a palavra ‘anticronismo’ na apresentação que fazia de si mesmo como comentador de um poema histórico composto por um de seus amigos¹. Ali, o ‘anticronismo’ não surgia de modo apoteótico como conceito central para a escrita da história. O autor não brandia a ideia de anacronismo como uma inovação historiográfica e muito menos discutia os limites epistemológicos do trabalho do historiador. Na verdade, ele a colocava, sem grandes elocubrações, dentro de um modo próprio de fazer história. O ‘anticronismo’ não era mais do que um denominador dentro de uma operação intelectual específica e que fazia parte de todo um trabalho de identificação, avaliação e emenda de autores, textos e eventos do passado que caracterizava a atuação de Selden.

Ele não fazia isso por ser algum letrado menor. Selden era uma figura de grande prestígio na Inglaterra do século XVII e alguém cujo nome era reconhecido na Europa. Tratava-se de um advogado de formação que se tornou um jurista e erudito respeitado graças aos seus trabalhos de natureza histórica e antiquária. Livros de sua autoria foram publicados dentro e fora da Inglaterra, em língua inglesa e latina, como *Titles of Honor* (1614), *De Diis Syris* (1617), *Historie of Tithes* (1618), *Marmora Arundelliana* (1628), *Mare clausum* (1636), *De jure naturali* (1640) e *De Synedriis* (1650). Ainda que esses títulos sejam pouco conhecidos hoje em dia, a simples enumeração deles revela que Selden se dedicou, ao longo de toda a sua vida, ao estudo histórico das leis e instituições em diferentes recortes, como a Inglaterra e a Europa medieval, a igreja no medievo e na época da patrística, a Antiguidade dos gregos e judeus. Em paralelo a esses trabalhos de erudição, Selden foi membro do parlamento durante os reinados de Jaime I, entre 1603 e 1625, e de Carlos I, entre 1625 e 1642, assim como uma personagem proeminente no Longo Parlamento, até 1648, no contexto de guerra civil e revolução política. Sua atuação institucional foi marcada, nos anos de 1620, pela oposição vocal aos avanços da Coroa e,

¹ John Selden, “From the Author of The Illustrations” in *Poly-olbion* de Michael Drayton (London: Printed by Humphrey Lownes, 1612).

em 1640, pela moderação política na busca de algum tipo de compromisso entre ela e o Parlamento que colocasse fim à turbulência política.

Exemplo da erudição shakespeariana e herói da antiga constituição, tais atributos de notoriedade costumam ser suficientes para introduzir e justificar, no espaço anglófono, uma tese sobre Selden. Mas esse não é o caso aqui. Isso não significa afirmar que esses atributos sejam irrelevantes ou não tenham lugar nesta tese, e muito menos desprezar trabalhos dedicados à erudição shakespeariana ou ao constitucionalismo seiscentista. Trata-se apenas de reconhecer que se chegou a Selden, a partir do Brasil, por um caminho mais tortuoso do que o convencional. A pesquisa que dá estofo a esta tese encontrou Selden em meio a algumas inquietações pré-existentes sobre a função do anacronismo para o trabalho dos historiadores. Desse encontro fortuito, a presente tese adquiriu forma e densidade por meio de perguntas e estranhamentos, de quem faz pesquisa fora do ambiente anglófono, a respeito da produção intelectual do autor e daquilo que nela seria representativo para a cultura historiográfica e letrada na Idade Moderna. A introdução é o lugar mais adequado para mostrar como uma pesquisa sobre o fazer intelectual de Selden é ela também um fazer, constituído por condições, questões e escolhas que se podem discutir, mas não ignorar.

Esta tese surgiu de um incômodo e, por meio do contato com Selden, transformou-se numa perplexidade instigante e que agora está materializada. O incômodo diz respeito ao lugar do conceito de anacronismo no trabalho e nas reflexões dos historiadores. Como todo historiador profissional sabe, em especial durante os anos de formação, o anacronismo é em grande medida estruturante do fazer historiográfico. Ele é frequentemente tratado como tabu profissional, na esteira daquilo que enunciou Lucien Febvre, e evitá-lo é tanto um imperativo da prática historiográfica cotidiana quanto instrumento importante nas disputas intelectuais dos historiadores. Mas existe quem veja o anacronismo como uma potencialidade, tal qual Didi Huberman e Jacques Rancière. Enquanto para o primeiro o anacronismo deveria ser abraçado na multiplicidade temporal que revela, para o outro é evidência de um projeto moderno de poder, que disciplinaria a ação política por meio da homogeneização dos agentes em suas respectivas épocas². O

² Lucien Febvre, *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, trad. Maria Lúcia Machado (São Paulo: Companhia das Letras, 2009), 33, 306; Georges Didi-Huberman, *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*, trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017), 15-68; Jacques Rancière, "O conceito de anacronismo e a verdade do historiador", in *História, verdade e tempo*, org. Marlon Salomon (Chapecó: Argos, 2011), 21-49.

anacronismo figura nos dois casos, ainda que com sinal invertido, como uma importante referência teórico-metodológica. Animada por esse incômodo, a pesquisa que deu origem a esta tese se aproximava, de modo mais ou menos consciente, de um movimento que há mais de uma década tem institucionalizado e fortalecido no Brasil o trabalho e a discussão em teoria da história e história da historiografia por meio da promoção de eventos, revistas e linhas de pesquisa. A partir desse lugar, observava-se que, apesar da relevância do anacronismo para a formação e reflexão dos historiadores, o conceito surge, frequente e curiosamente, como uma ideia quase que desprovida de história. Ele é apresentado de maneira naturalizada dentro do fazer historiográfico. É verdade que o debate sobre o anacronismo recupera, eventualmente, textos e autores do passado, mas não se pode ignorar que a discussão costuma girar em torno da necessidade ou da utilidade que o conceito tem para os historiadores e a disciplina histórica hoje.

Difícilmente algum historiador contemporâneo rejeitaria que conceitos e ideias têm história. E isso inclui o anacronismo. Motivado pelo desejo de explorar parte dessa história, desenhou-se uma tese dedicada às origens do anacronismo, isto é, ao aparecimento da noção na Idade Moderna. O intervalo entre os séculos XV e XVIII é com frequência um território fronteiro para as reflexões e as pesquisas em teoria da história e história da historiografia. Boa parte dos trabalhos nessas especialidades simplesmente evita tal recorte, dedicando-se à discussão sobre ideias de história e o fazer historiográfico nos séculos XIX e XX, ou seja, restringindo-se à Modernidade, quando aparecem nas universidades a disciplina histórica fundamentada por métodos de inspiração científica que regulam o fazer do historiador. A Idade Moderna figura assim como antessala da Modernidade, podendo ser encarada tanto como momento derradeiro de concepções e atitudes tradicionais de tempo e história, fadadas à substituição ou transformação radical com o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, quanto época de preparação desse porvir e que traria à tona, de maneira tateante desde a Renascença, uma consciência histórica tipicamente moderna, caracterizada pelo distanciamento entre passado e presente, a valorização da agência e a universalização da história humana.

São expoentes disso, por um lado, Reinhart Koselleck e François Hartog, e de outro, Erwin Panofsky³. Para os dois primeiros, o século XVIII é o momento de virada que

³ Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira (Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006), 21-60; François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, trad. Andréa Souza de

instaura o conceito moderno de história. Ainda que Koselleck identifique transformações políticas e sociais que, no século XVII, criavam condições para essa mudança, enquanto Hartog dissolve a experiência histórica da Idade Moderna dentro de duradouro paradigma de historicidade, ambos os autores se encontram no entendimento de que foi, no século XVIII, que a dissolução da ideia da história como mestra da vida trouxe consigo o conceito de história da Modernidade. Para Panofsky, por outro lado, o intervalo entre os séculos XIV e XVI é palco de um distanciamento profundo, e irrevogável, que aconteceu nas letras e nas artes do Renascimento entre os antigos e os modernos. A busca dos renascentistas por reviver a Antiguidade clássica, sobretudo pelos artistas italianos, acabou afastando-os do medievalismo cristão e revelou, inesperadamente, a distância intransponível entre eles e os antigos. Instaurava-se aí uma descontinuidade tal que diferenciava o Renascimento de outras experiências de revivescência histórica e implicava na formação de um tipo novo de sujeito e de sociedade, confiantes da própria agência e do ineditismo histórico.

A busca por qualificar a experiência histórica da Modernidade faz com que a capacidade de perceber, qualificar e trabalhar com o anacronismo extrapole aquele lugar mais pragmático do tabu ou da potência profissional. Ao pressupor o distanciamento entre o presente e o passado, o anacronismo pode assumir a função de índice de realização (e de superação) histórica: quanto mais identificável (e indesejável) é o anacronismo, mais se estaria na Modernidade. O anacronismo se torna assim um lugar teórico e polêmico para as reflexões que os historiadores fazem sobre a disciplina e a respeito de toda uma época.

O incômodo com a pouca historicização do anacronismo e a confiança de que toda ideia tem uma história transformaram-se numa perplexidade criativa quando encontraram Selden e a cultura letrada na Idade Moderna. A importância assumida pelo anacronismo na Modernidade pode induzir o pensamento de que essa noção quando surge de maneira expressa, entre os séculos XVI e XVII, teria sido anunciada em grande estilo. Mas esse não foi o caso. Embora seja possível constatar a existência de uma percepção de anacronismo na Idade Moderna, esse traço central da consciência histórica se apresentava de maneira fugaz. Por muito tempo, não houve nas línguas vernáculas qualquer palavra que, sozinha, consolidasse tal consciência histórica e permitisse ao anacronismo acumular a densidade de um conceito. O 'anticronismo' de Selden não apenas foi um dos primeiros usos que se fez, em língua vernácula, de uma palavra associada diretamente ao anacronismo, mas é

Menezes et al. (Belo Horizonte: Autêntica, 2015), 93-130; Erwin Panofsky, *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*, trad. Fernando Neves (Lisboa: Editorial Presença, ca 1960), 69-160.

ainda um convite para a investigação das circunstâncias que materializavam determinada experiência histórica.

Colocou-se, então, como problema algo mais do que o sentido do anacronismo na Idade Moderna. Tratava-se agora de compreender todo um fazer historiográfico dentro do qual o anacronismo foi apenas uma pequena parte. Nenhuma consciência histórica ou regime de historicidade seria capaz de distanciar passado e presente ou de articular os eixos da experiência temporal humana (passado, presente e futuro) desprovida tanto de marcadores cronológicos e operações intelectuais quanto de condições materiais e sociais que dariam forma e inteligibilidade ao tempo histórico. Ele seria, na verdade, uma fabricação resultante do emprego de entidades e expedientes teóricos específicos, como certas palavras, conceitos e operações intelectuais, que se entrelaçariam a condicionantes e usos materiais e sociais. A partir daí ganhou forma o objetivo central da tese: identificar o que havia de específico nas palavras, conceitos e operações que estruturavam o fazer historiográfico de Selden e, não menos importante, como a escrita da história feita por ele expressava condições materiais e sociais, bem como rituais e disputas que caracterizavam a cultura letrada na Inglaterra e na Idade Moderna. Daí a predileção deste trabalho por uma abordagem histórico-linguística inspirada, sobretudo, em Quentin Skinner⁴, capaz de reconstituir sentidos discursivos pretéritos, e ao mesmo tempo o desejo de se ir além dos atos de fala e tocar aquilo que é genericamente denominado de ‘social’.

Assim sendo, aqueles atributos de notoriedade que cercavam a figura de Selden passaram a significar algo mais do que simples elementos de celebração de um distinto letrado seiscentista. Eles forneciam pistas sobre as condições de possibilidade e os efeitos sociais e políticos daquilo que fazia Selden e outros letrados como ele. Aquela busca pelo sentido particular do anacronismo na Idade Moderna transformou-se em um esforço analítico e reflexivo de identificar, na solidez dos materiais, dos agentes e dos textos, aquilo que dava forma, lugar e sentido ao fazer historiográfico de Selden – dentro do qual figurava o ‘anticronismo’. Entende-se aqui o ‘fazer’, a partir de uma inspiração em Michel de Certeau e Pierre Bourdieu, como o entrelaçamento do discurso historiográfico com o lugar social e material ocupado pelo historiador. A escrita da história de Selden estruturava-se naquilo que ele e outros agentes no seu entorno mobilizassem de materiais

⁴ Quentin Skinner, “Meaning and understanding in the history of ideas”, *History and Theory* 8, n. 1 (1969): 3-53; Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

e expedientes para organizar e fazer circular os vestígios do passado e o conhecimento histórico, bem como nas operações intelectuais específicas que fossem capazes de manejar. Ali, o anacronismo existia em um ambiente intelectual diferente daquele dos séculos XIX e XX, de modo que era preciso deixar o conceito de lado, naquilo que ele teria de disciplinador, polêmico e teleológico, para entender a dinâmica da qual ele fazia parte na cultura letrada do século XVII.

O fazer de Selden situava, no campo da história moderna, preocupações referentes à história da historiografia e teoria da história. A questão inicial, e mais restrita, do anacronismo abria-se para uma multiplicidade de problemas e fazeres referentes ao período moderno que alargaram o rol de assuntos desta tese.

Selden é encarado aqui como alguém capaz de fazer história e reconhecido na época por essa ocupação. Mais importante, ele é considerado um sujeito privilegiado de um ponto de vista analítico, isto é, alguém cuja posição sócio-política e a produção intelectual permitem trazer à tona como a história era escrita no século XVII, em particular na Inglaterra. Selden era um artífice da história não porque fosse um grande estilista narrativo – muito pelo contrário, mas por fabricar, com esmero, conhecimentos sobre o passado a partir dos materiais disponíveis, sobretudo livros e manuscritos, e das questões que o interessavam e a seus contemporâneos. Ainda que Selden e outros letrados de seu tempo, como William Camden (1551-1623) e Francis Bacon (1561-1626), mantivessem sempre à vista a concepção de história como mestra da vida, o fazer historiográfico e intelectual deles não poderia ser resumido à estrutura e utilidade retórica do passado. Os livros compostos por Selden estavam voltados para diferentes recortes temáticos e cronológicos, como se falou há pouco, porém havia algo que unia a maioria deles: eram trabalhos de história antiquária. A presente tese trata desse tipo de história e é a partir daí que se coloca na discussão acadêmica. Os antiquários não eram historiadores propriamente, de acordo com a taxonomia do conhecimento na Idade Moderna, mas lidavam com a matéria histórica e transitavam com destreza, do ponto de vista intelectual e prático, entre profissões e áreas do saber. Na Inglaterra, alguns antiquários, como o próprio Selden, tinham alguma formação em direito ou atuavam na administração da lei, como Robert Cotton (1571-1631) e Henry Spelman (1562-1641); outros eram clérigos, heraldos e sujeitos eruditos da nobreza, como James Ussher (1581-1656), William Dugdale (1605-1686), John Gregory (1607-1646) e John Aubrey (1626-1697). Selden e esses letrados não ostentavam aquele detalhismo estéril que caracterizaria os antiquários, ao

menos segundo a imagem que se consolidou sobre eles a partir do século XVIII. Eles eram atraídos, de diversos lugares profissionais e sociais, para uma atividade erudita que se mostrava ansiosa por notícias de descoberta de estátuas, moedas, inscrições e manuscritos do passado, a partir dos quais poderiam exercer suas habilidades críticas, trocar e discutir interpretações e compor suas obras. O estudo das antiguidades fazia parte de um esforço mais geral dos modernos de reunir e organizar o conhecimento de natureza empírica e o objetivo final disso, no caso dos antiquários, era a reconstituição ou ressurreição de algum passado perdido.

Embora eventos e personagens do mundo greco-romano estivessem, em boa medida, consolidados nos textos e autores clássicos da poesia, da filosofia e da historiografia, existia espaço farto na Idade Moderna, sobretudo fora da Península Itálica, para a investigação de outros lugares e épocas, como dos chamados povos orientais da Antiguidade (hebreus, persas, egípcios, entre outros), dos reinos germânicos da Europa no medievo ou a respeito da igreja cristã na Antiguidade tardia e na Idade Média. Ao abordar recortes espaciais e cronológicos sobre os quais existiam uma ou outra fonte de informação, mas sem o prestígio dos autores e historiadores da Antiguidade clássica, os antiquários modernos se permitiam utilizar métodos diversos e fazer conjecturas em torno dos materiais disponíveis e que não gozavam da mesma reverência das fontes clássicas. Mas para isso os antiquários tratavam a matéria histórica em uma chave predominantemente observacional e, por conseguinte, traziam para o fazer historiográfico expedientes intelectuais identificáveis, como a busca por fontes originais, a transcrição e a correção de textos, o desenho e outras formas de representação, além da comparação entre palavras, passagens, autores e materiais, e as conjecturas e comentários sobre determinado assunto. Assim sendo, ainda que a história como mestra da vida estivesse no horizonte das pessoas da época e orientasse as ações e sensibilidades, o apelo a essa ideia não serve, quando transformado em modelo analítico, para explicar a produção letrada feita pelos antiquários e eruditos da Idade Moderna.

No caso de Selden, o estudo das antiguidades se desdobrava em trabalhos sobre leis, opiniões e costumes tanto na Inglaterra e na Europa do medievo e do início da Idade Moderna quanto em textos sobre legislação, religião e instituições na Antiguidade e Antiguidade tardia. Exemplos de cada uma dessas vertentes da produção intelectual de Selden são *Titles of Honor* e *De Diis Syris*. O primeiro se tornou uma obra de referência ao sistematizar as informações e investigar os sentidos e a formação histórica dos títulos de

nobreza disponíveis à aristocracia, enquanto o segundo ficou famoso entre os eruditos por se propor a identificar, comparar e reconstituir deuses e práticas religiosas no chamado Oriente Próximo. Esses trabalhos eram, no geral, proezas em matéria de erudição que tornavam explícitos para a comunidade letrada, sobretudo aos antiquários e eruditos, os recursos e as habilidades de Selden para o manejo da informação e do argumento em diferentes assuntos. No seu fazer erudito, Selden recorria à transcrição de fontes de natureza literária, à comparação de traduções, passagens e autores, bem como a conjecturas sobre realidades pretéritas a partir da conexão dos tempos e outros expedientes intelectuais. O conhecimento produzido por Selden repercutia principalmente no meio letrado e erudito, mas não deixava de ter impacto nos debates e disputas mais gerais da época. Um bom exemplo disso é *Mare clausum*, cuja publicação foi feita pelo menos em duas ocasiões, em 1636 e 1652, tendo em vista promover os interesses estratégicos e econômicos do Estado inglês em oposição à política naval holandesa. A história antiquária feita por Selden poderia ser tanto respeitável aos eruditos da república das letras quanto útil para os embates da república política.

O estudo de Selden não deixa de trazer consigo alguns desafios. O primeiro deles é linguístico. Selden era reconhecido na época em que viveu como uma exceção, dado seu apreço e conhecimento de textos e autores pouco usuais e idiomas obscuros na Europa. É comum encontrar, em meio aos seus livros e manuscritos, títulos em línguas antigas como o latim, grego, hebraico, árabe, siríaco e saxão, bem como em diversas línguas vernáculas da Europa moderna, como o francês, italiano, espanhol e o português. No que diz respeito às obras de autoria de Selden, elas foram escritas parte em inglês, parte em latim, porém é comum encontrar em todas elas passagens em diferentes línguas. Um pesquisador que tome Selden como objeto de estudo deve encontrar algum modo de lidar com toda essa diversidade, inclusive porque o domínio dessas línguas não deixou de ser, tanto na Europa quanto no Brasil, algo bastante incomum. O entendimento do fazer intelectual de Selden como entrelaçamento da erudição, sociabilidade e política voltou a atenção deste trabalho para as obras de Selden em língua inglesa. Elas revelam de modo notável as circunstâncias de produção, recepção e disputa do conhecimento histórico e dificilmente há entre essas obras alguma que seja tão polêmica quanto *Historie of Tithes*.

Historie of Tithes ou a História dos Dízimos pode parecer, à primeira vista para o leitor contemporâneo, um título peculiar e talvez pouco importante. Trata-se, porém, de um marco na trajetória de Selden e é considerada uma proeza teórico-metodológica da

escrita da história na Idade Moderna⁵. O livro esteve envolvido em polêmica na ocasião de sua publicação, em 1618, perseguido pela censura e vendido por bom preço no mercado livreiro. Selden não oferecia ao público letrado a história de um personagem famoso ou de algum povo ou lugar qualquer, mas de um costume antigo e bastante presente no cotidiano da Inglaterra e da Europa. Para isso, empregava diversos recursos intelectuais e oferecia à comunidade letrada dezenas de documentos e comentários sobre leis, costumes e opiniões que buscaram normatizar os dízimos do tempo dos patriarcas bíblicos até a época do próprio Selden. Esse não era um assunto peculiar ou trivial. Os dízimos desempenhavam (e ainda o fazem, em certa medida) um papel importantíssimo na relação entre a igreja e o restante da sociedade. A oferta obrigatória ou voluntária de bens materiais ou quantidades monetárias à igreja vinculava sagrado e profano, o mistério ao cotidiano, e era assunto de debates e disputas tanto dentro do clero quanto em meio aos leigos que colocavam em questão a natureza do governo eclesiástico. Na Inglaterra da primeira metade do século XVII, enquanto o clero anglicano reclamava o direito perpétuo sobre os dízimos, existiam proprietários leigos que reivindicavam o direito de usufruir desses mesmos rendimentos, além de trabalhadores que lamentavam o peso da tributação sobre a vida material do dia-a-dia.

A opção de concentrar esforços na história dos dízimos de Selden foi uma saída para o desafio linguístico. Escrita em inglês, a obra é acessível, relevante e, a partir dela, é possível delinear o fazer historiográfico de Selden, incorporando à tese outros trabalhos do autor, de seus amigos e contemporâneos. Desdobra-se daí um segundo desafio: o acesso às fontes e bibliografia relevantes. A presente tese é o resultado de trabalho de pesquisa realizado no Brasil entre 2016 e 2022. O uso de bases de dados e acervos digitalizados de fontes históricas e material bibliográfico constituiu boa parte da rotina de pesquisa e permitiu, por exemplo, que se reunisse fac-similares das publicações de Selden, títulos relevantes na época a respeito do autor, da escrita da história ou dos dízimos, bem como correspondências, obras de referência e coletâneas que ajudaram a esclarecer os elementos e dinâmicas da cultura letrada daquela época. Além disso, foi possível compilar palavras-chave, títulos, autores, passagens e outros tipos de informação tendo em vista identificar e delinear padrões na produção intelectual de Selden e de seus

⁵ Gerald J. Toomer, *John Selden: a life in scholarship* (Oxford: Oxford University Press, 2009), 257-310; Berkowitz, David S. *John Selden's formative years: politics and society in early seventeenth-century England* (Washington: The Folger Shakespeare Library), 1988, 32-50; Daniel Woolf, "Erudition and the idea of history in Renaissance England", *Renaissance Quarterly* 40, n. 1 (1987): 32-43.

contemporâneos. Por fim, graças a esses repositórios eletrônicos, o trabalho de pesquisa pôde se manter ciente e atualizado dos artigos em periódico, coletâneas e livros publicados a respeito de Selden e de outros tópicos relevantes à reflexão.

O acesso remoto a bases de dados, acervos digitalizados e outros tipos de repositórios eletrônicos foi crucial para a realização deste trabalho. Arrisca-se dizer que também o é, hoje, para boa parte da pesquisa feita fora dos lugares centrais da produção científica internacional, isto é, em algumas universidades da Europa ocidental e dos Estados Unidos. Tal acesso reduz assimetrias e traz ganhos inegáveis, porém está envolvido num arranjo complicado e sempre mutável de licenças e autorizações que ora disponibilizam materiais de maneira gratuita e livre, ora os escondem atrás de restrições, que exigem cadastros, pagamentos ou, mais difícil ainda, o estabelecimento de convênios institucionais. Espera-se que, em um futuro próximo, o acesso remoto, livre e gratuito se torne padrão internacional, o que certamente trará maior qualidade, dinamismo e justiça na produção acadêmica e científica.

Felizmente, foi possível contar com instituições estrangeiras que oferecem livre acesso a bases de dados que se provaram relevantes à pesquisa, tais quais o Lexicons of Early Modern English da Universidade de Toronto, o English Short Title Catalog da British Library, e o Early Modern Letters Online, desenvolvido pela Universidade de Oxford e Bodleian Libraries. Além disso, o mais amplo acesso remoto a informações e materiais armazenados em repositórios restritos foi garantido pelo vínculo e apoio da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo e, não menos importante, de amigos e colegas no Brasil ou no exterior. Mesmo assim, não deixa de existir material indisponível ao acesso remoto. Trata-se de publicações acadêmicas e científicas feitas em edições antigas, periódicos descontinuados ou não digitalizados, e principalmente de documentos históricos, sobretudo manuscritos. Tendo em vista consultar, reunir e investigar esse tipo de material foi realizada, em 2019, uma viagem de campo à Inglaterra, mais especificamente a Bodleian Libraries em Oxford e à biblioteca da Lincoln's Inn, em Londres, custeada com os recursos da reserva técnica da bolsa de doutorado concedida a mim pela FAPESP. Nesses lugares estão papéis, anotações, cadernos, listas e catálogos referentes ao dia-a-dia e à vida pessoal de Selden. Esse material foi agregado à tese na medida em que foi possível tratar e incorporá-lo às questões examinadas aqui.

Isso leva ao último desafio que, junto aos outros dois, ajudou a dar forma à pesquisa e, conseqüentemente, a esta tese: o método. Ao longo do trabalho de pesquisa, todo o material documental e bibliográfico reunido, as reflexões feitas pelo pesquisador e as devolutivas dadas pelos pares em diferentes ocasiões foram mobilizados para investigar o fazer historiográfico de Selden naquilo que entrelaçaria o autor, uma de suas obras à cultura histórica e letrada, bem como a disputas políticas da Inglaterra do começo do século XVII. Desenvolveu-se daí uma abordagem particular para o problema em questão que aproxima este trabalho da história intelectual e se inspira em historiadores dedicados à erudição histórica na Idade Moderna, como Anthony Grafton e Daniel Woolf, mas sem abrir mão de certa inclinação à história de matiz sociológico e antropológico ao se perguntar o sentido daquilo que faziam Selden, seus contemporâneos e sucessores. Esta tese se assenta no pressuposto de que palavras, conceitos, operações intelectuais, conteúdos discursivos, ritos e normas comunitárias que estruturam a obra e o fazer de letrados e intelectuais têm sentidos e usos localizados passíveis de estudo e compreensão histórica. A erudição de Selden e sua maneira de escrever a história não seriam idiosincrasias do sujeito em questão, nem realidades postas genericamente para os letrados da época, mas práticas e atributos definíveis e investigáveis na composição e funcionamento discursivo e racional, bem como no sentido e lugar social que poderiam assumir. Assim sendo, a imaterialidade das ideias, argumentos e discussões ou, numa única palavra, do pensamento de Selden estaria sempre acompanhada e envolvida pela materialidade do texto, pelos valores das trocas entre eruditos e pelas oportunidades concretas e potenciais da política. A história contada por Selden, os temas discutidos por ele e os argumentos que formulou para convencer seus leitores interessam, sobretudo, naquilo que revelam a respeito do modo como ele conseguia efetivamente articular suas posições e, por consequência, das condicionantes, dinâmicas e efeitos da escrita da história e da cultura letrada na Inglaterra seiscentista.

A abordagem desenvolvida nesta tese analisou a autoria e a obra de Selden nos elementos, agentes e dinâmicas que as constituíam e, a partir daí, recompôs de maneira sistemática o fazer de Selden, acompanhado de elementos e dinâmicas da cultura histórica na Inglaterra e da comunicação letrada da Idade Moderna. Para isso, *Historie of Tithes* figura ao longo da tese como porto seguro, um lugar do qual frequentemente se parte e para onde se retorna após cada expedição investigativa. É a partir dela que se consegue recuperar, na sua materialidade e circulação, textos e publicações de Selden e dos seus

contemporâneos, bem como coleções de livros e manuscritos. Além disso, é da história dos dízimos de Selden e dos textos no entorno dela que se extrai e examina o registro linguístico e as operações intelectuais que dão forma e sentido ao fazer antiquário. Por fim, é no conteúdo de *Historie of Tithes* que são identificados pontos nevrálgicos que estruturavam a disputa na Inglaterra em torno dos dízimos, bem como a controvérsia que se formou com a publicação da história antiquária de Selden.

Chega-se assim, passando por incômodos, perplexidades e desafios, ao argumento que se busca demonstrar neste trabalho. O fazer de Selden se configurava como erudição e técnica que se formava a partir de elementos e dinâmicas identificáveis de natureza social e intelectual, sobretudo o colecionismo e o sincronismo. Desdobrava-se daí uma escrita da história que, por um lado, escapa do entendimento genérico dentro dos conformes da história mestra da vida e, por outro, furta-se à identificação apressada com a Modernidade. Ela é aquilo que se pôde fazer, em dado momento e por determinadas pessoas. É a partir desse lugar que, nesta tese, Selden aparece como figura ambígua que tal qual o antigo deus Janus abre o olhar para que se examine, com inquietação e cuidado, aquilo que se fazia da história no passado e para que se pense a respeito daquilo que os historiadores fariam no futuro.

Esse argumento é traçado ao longo de quatro capítulos que tratam de atos comuns no fazer da história ontem e hoje: biografar, colecionar e historicizar, examinar, polemizar. Seria possível ler cada um deles independentemente, dado que circunscrevem aspectos e dinâmicas particulares do fazer letrado de Selden e, eventualmente, retomam argumentos e referências. Contudo, a leitura linear e sequencial desses quatro capítulos revela algo maior: que esses elementos e dinâmicas particulares fazem parte de um processo de produção e recepção do conhecimento histórico. Esse processo se desenrola desde a posição social do autor, que lhe dava as condições mais imediatas para o seu trabalho, principalmente na aquisição de livros e manuscritos, passa pelas operações críticas que ele era capaz de mobilizar para o tratamento dos vestígios do passado e, enfim, desemboca na materialidade da história dos dízimos de Selden e da animosidade da polêmica que se seguiu à publicação do livro. Todo esse percurso traz à tona um quadro complexo no qual se misturavam materialidade e imaterialidade, bem como erudição, sociabilidade e política que se imiscuíam no fazer letrado e na confecção do tempo na Inglaterra moderna.

O capítulo 1 delinea contornos da vida de Selden, introduzindo personagens, acontecimentos e recortes que são retomados ao longo da tese, de modo a familiarizar o leitor com o antiquário seiscentista. Aproveitou-se dessa ocasião para realizar, no meio desse movimento introdutório, uma reflexão sobre a ilusão biográfica a partir de textos que, do século XVII e XXI, buscam narrar, explicar e oferecer uma trajetória para a vida do autor. Esse exercício ora biográfico, ora metabiográfico revela as condições de possibilidade do fazer letrado de Selden, isto é, o seu lugar social, intelectual e político, e identificar aí lacunas e desdobramentos na memória que se consolidou ao longo de séculos sobre o autor. Essa memória estaria sedimentada em três camadas que confeririam sentido e lugar ao sujeito histórico que foi Selden: enquanto parte da sociedade nobiliárquica inglesa, como erudito renomado dentro e fora do reino e agente relevante para determinada tradição política na Inglaterra. Ao examinar a vida de Selden dessa maneira, fatiando-a em camadas de significação e comparando diferentes textos de natureza biográfica, esse primeiro capítulo desempenha um papel contribui para situar Selden como objeto de pesquisa histórica. Selden é fragmentado na sua identidade histórica e espalhado pelos escritos que compôs ou que foram redigidos sobre ele, nos acontecimentos dos quais participou e nas pessoas com as quais conviveu ou que se lembraram dele. Torna-se tanto agente histórico quanto objeto de um trabalho analítico de interpretação histórica.

O capítulo 2 mergulha nessa fragmentação e procura reconstituir, de modo detalhado, duas operações intelectuais que conferiam substância ao fazer historiográfico de Selden. A primeira delas era o ato de colecionar, que permitia a ele reunir quantidade expressiva de livros e manuscritos na própria residência, bem como servia para colocá-lo num circuito de eruditos que se organizava em torno das bibliotecas, sobretudo no caso inglês da coleção de sir Robert Cotton, amigo e patrono de Selden. Esse colecionismo traz à tona uma sociabilidade feita pela circulação de objetos e de obrigações mútuas que, em grande medida, caracterizava a república das letras como algo mais do que um sistema de troca de dados. Também surge daí um tipo particular de sujeito de conhecimento, reconhecido pela erudição cumulativa, pela diligência no tratamento das antiguidades e pelo emprego de expedientes materiais e intelectuais para construir e demonstrar argumentos.

É em meio a esse acúmulo de materiais e de sujeitos letrados que entrava em vigor a segunda operação que estruturava o fazer historiográfico de Selden. O sincronismo era

não apenas aquilo que continha uma porção de termos relacionados ao anacronismo, mas ainda o meio pelo qual se produzia um tempo histórico de natureza cronológica. Selden era exímio operador do sincronismo e no entorno dele existiam outros letrados capazes de fazer o mesmo, isto é, de conectar textos, personagens e tempos, de modo a encontrá-lhes a posição correta dentro de uma sequência temporal. O anseio dos modernos pela ordem migrava da solidez dos livros e manuscritos para a abstração do tempo.

Examinadas as operações que davam forma geral e reconhecível ao fazer intelectual de Selden, os capítulos 3 e 4 estão orientados para a investigação de *Historie of Tithes*. O objetivo de ambos é revelar como a coleção e o sincronismo assumiam a forma de livro e que tipo de repercussão uma história antiquária poderia ter entre os letrados e as disputas políticas na Inglaterra.

O capítulo 3 mostra como a história dos dízimos de Selden se constituiu enquanto obra de relevância e capaz de gerar polêmica. ‘Obra’, ‘relevância’ e ‘polêmica’ não são tomados como desdobramentos automáticos, mas atributos resultantes da interação complexa entre a materialidade do escrito, o conteúdo do discurso e a potencial repercussão do livro. Para essa interação eram atraídos outros letrados, bem como textos além daqueles do próprio Selden. O capítulo busca matizar a produção de significado e, não menos relevante na Idade Moderna, de autoridade extrapolando o binômio autor-obra. *Historie of Tithes* é uma ‘obra’ porque materializava, na forma de um livro impresso, tanto as operações intelectuais de Selden para o tratamento dos vestígios do passado quanto os recursos e empecilhos trazidos por outros atores envolvidos no licenciamento, impressão, distribuição e apreciação do texto. A obra aparece, nesta tese, como resultado materializado da interação entre vários agentes. Mas a transformação do escrito em livro não convertia por si só a história dos dízimos de Selden em algo relevante, muito menos polêmico. ‘Relevância’ e a ‘polêmica’ estavam naquilo que a obra poderia dizer de diferente e incômodo, a partir do ferramentário disponível aos antiquários e eruditos, a respeito de um assunto socialmente tão relevante na Inglaterra do século XVII quanto os dízimos. A discussão sobre os dízimos era da maior importância para uma sociedade e um Estado que buscava regular e fixar a relação com o divino, sobretudo em um contexto duradouro de reforma e dissenso religioso. Quando Selden publicou o seu livro, já havia uma disputa e um debate postos sobre os dízimos e que, desde o século XVI, colocava em questão a legitimidade dos dízimos enquanto obrigação tributária e da Igreja da Inglaterra de se beneficiar deles. Essa discussão envolvia diferentes tópicos e argumentos e, no início

do século XVII, a imprensa era pautada basicamente pelos clérigos anglicanos e os seus apoiadores. *Historie of Tithes* remexia esse debate e ameaçava, na percepção das autoridades eclesiásticas, avivar o dissenso religioso na Inglaterra. Isso ocorreria porque a obra de Selden se colocava, em grande medida, como algo mais do que uma publicação não autorizada: ela reivindicava o estatuto de história.

O capítulo 4 é o ponto de chegada tanto dessa exposição sobre *Historie of Tithes* quanto das considerações feitas ao longo de toda a tese a respeito do lugar e do sentido do fazer historiográfico de Selden na cultura letrada da Idade Moderna. Sendo assim, o capítulo final foi estruturado a partir de dois objetivos: examinar a controvérsia que se concretizou após a publicação da história dos dízimos de Selden, introduzindo os adversários do autor e os expedientes utilizados por eles para confrontar uma história antiquária; e identificar as razões, os rituais e valores mais ou menos explícitos no embate entre eles, de modo a se mostrar os limites do projeto colaborativo da república das letras e o peso do poder político nas disputas letradas. Seis letrados se dispuseram a confrontar *Historie of Tithes* publicamente, entre 1619 e 1627, a saber: sir James Sempil (1566-1626), cortesão e aristocrata escocês; Richard Tillesley (1582-1624), doutor em teologia e arqui-diácono; Richard Mountague ou Montagu (1575-1641), capelão real e bispo, bem como erudito, polemista e referência do arminianismo inglês; William Sclater (1575-1627), ministro atuante e de inclinações puritanas; Stephen Nettles (1595-1647), doutor em teologia e clérigo paroquial, mas de orientação conformista; e Richard Perrot (†1641), ministro paroquial e de quem se sabe muito pouco. A análise conjunta dos discursos desses letrados, das motivações e apoios com os quais contavam, assim como das respostas que Selden direcionou a alguns deles permitiu não apenas discutir aquilo que se esperava de uma história e de uma abordagem histórica dos dízimos, mas ainda qualificar a natureza, os níveis e os movimentos da controvérsia enquanto um modo de interação letrada que, de certo modo, constituía-se em oposição à colaboração ensejada pela coleção. Busca-se na controvérsia tanto a repercussão e os efeitos da história dos dízimos de Selden quanto os limites do fazer antiquário do tempo e, em alguma medida, da própria república das letras.

Capítulo 1: As trajetórias de John Selden

1. Um ilustre desconhecido

À primeira vista pode parecer pejorativo, mas não é inadequado ou inócuo assumir, para fins de entendimento, que John Selden (1584-1654) é, até hoje, um ilustre desconhecido. Celebrado no século XVII, o seu nome persiste enquanto objeto de memória e reverência, todavia é sempre necessário, em alguma medida, recontar sua história e apresentar brevemente os seus escritos, que apesar da admiração e da controvérsia que provocaram na época, caíram no esquecimento geral a partir de meados do século XVIII.

Diversos monumentos guardam a memória de Selden e dão a ele lugar de destaque na história inglesa. Oxford contém a maioria deles, em especial a Biblioteca Bodleiana. A doação da biblioteca pessoal do autor para a instituição, em 1659, deixou marcas duradouras no antigo edifício da Bodleiana. O ato foi celebrado em duas inscrições (uma na própria biblioteca e que acompanhava a coleção de Selden, outra na faculdade de teologia, que fica nas dependências do mesmo edifício) e está indicado num quadro de pedra que lista as principais doações feitas até hoje à biblioteca da universidade. Feito para lembrar “daqueles que, com seus presentes, aumentaram magnificamente esta biblioteca”, o quadro posiciona Selden entre os primeiros benfeitores da instituição e logo abaixo de personalidades da época, como Oliver Cromwell, William Laud, o arcebispo da Cantuária, e Thomas Bodley, o fundador da biblioteca. O nome de Selden também designa uma parte das dependências do lugar (Selden End), onde ficam outrora alocados os livros e manuscritos doados por ele, bem como se faz presente no uso cotidiano dos registros catalográficos, que indicam com o prefixo “Seld” os livros pertencentes à sua coleção.

Já em Londres, onde Selden viveu a maior parte de sua vida, está o seu túmulo. Uma lápide feita de pedra escura e fixada no chão traz apenas o seu nome e a data de sua morte, 30 de novembro de 1654. O túmulo integra uma coleção de restos mortais abrigados pela Temple Church que são emblemáticos para o constitucionalismo inglês – com destaque para William Marshal, conde de Pembroke, que mediou o conflito entre o rei e os barões, no século XIII, e promoveu a Magna Carta. A memória de Selden também

foi reivindicada por uma sociedade erudita londrina, a Selden Society, fundada em 1887 pelo historiador e jurista Frederic William Maitland e desde então dedicada ao estudo e publicação de manuscritos da lei inglesa. Por fim, e desvinculado desse ou daquele lugar em particular, o monumento talvez mais importante à memória de Selden são as dezenas de reimpressões de *Table Talk*. Trata-se de um livro póstumo e que traz dizeres de Selden sobre assuntos variados, o qual figura, desde sua primeira edição, em 1689, como um fio ininterrupto entre o século XVII e a atualidade, sempre introduzindo novos leitores a Selden.

Apesar desses memoriais, não se pode dizer que Selden seja uma figura que dispensa apresentações. As menções a ele e as publicações a seu respeito trazem frequentemente alguma indicação de natureza biográfica que explicam quem foi Selden, quais os seus feitos e indicam suas principais obras. Diferentemente de alguns dos seus contemporâneos, como, por exemplo, William Shakespeare, Francis Bacon e Thomas Hobbes, Selden é figura conhecida apenas em círculos restritos e eruditos, sobretudo antiquários, juristas e historiadores da língua inglesa. O desconhecimento que envolve Selden é tal que, no começo do século, um estudioso anunciava em grande estilo o seu trabalho: “o século XX passou sem a publicação de um livro sequer sobre todo o corpus do polímata, intelectual e advogado seiscentista John Selden”⁶.

Essa afirmação não é apenas recurso retórico para valorizar o livro em questão, mas diz algo de fato acerca da literatura especializada, bem como da popularidade do autor e suas obras. No que diz respeito ao primeiro aspecto, são identificados dois momentos na produção acadêmica sobre o autor. Ao longo do século passado foram escritos artigos, teses, capítulos e livros inteiros que mudaram decisivamente a maneira de encarar o autor, porém sempre circunscritos a determinados períodos ou aspectos da vida e das obras de Selden. Foram examinadas as suas concepções sobre o conhecimento histórico e o direito, a natureza de sua erudição, suas filiações intelectuais e ideias políticas⁷. Tais recortes parecem se justificar, por um lado, pela natureza monográfica

⁶ Reid Barbour, *John Selden: measures of the holy commonwealth in seventeenth-century England* (Toronto: University of Toronto Press, 2003), 3.

⁷ Harold D. Hazeltine, “Selden as legal historian: A comment in criticism and appreciation I, IV”, *Harvard Law Review* 24, no. 2-3 (dez 1910, jan 1911): 105-118, 205-219; Franklin S. Fussner, *The historical revolution: English historical writing and thought 1580-1640* (London: Routledge and Kegan Paul, 2010), 199-215; Martha A. Ziskind, “John Selden: criticism and affirmation of the common law tradition”, *The American Journal of Legal History* 19, n. 1 (1975): 22-39; Daniel Woolf, “Change and continuity in English historical thought 1590-1640” (tese, University of Oxford, 1983), 242-304; David S. Berkowitz, *Selden’s*

dessas investigações e, por outro, pelas idiossincrasias de Selden, isto é, a diversidade dos seus interesses, o caráter minucioso e obscuro dos textos que escreveu além da fluência em idiomas como o latim, o grego, o hebraico, o siríaco e o árabe. À medida que perdiam força as narrativas panorâmicas, investigações detalhadas davam mais estofamento documental e argumentativo às interpretações sobre Selden. Vários desses estudos se tornaram referência para a literatura que se desenvolveu nos últimos vinte anos e contribuíram com o esforço dos autores mais contemporâneos de explorar a relação de Selden com contextos políticos e intelectuais diversos, em especial o interesse do autor pela sabedoria judaica, bem como recuperar uma visão abrangente sobre ele⁸. Embora existam monumentos que, desde o século XVII, preservam o nome e a fama de Selden, foi sobretudo graças à redescoberta de suas ideias que ganhou corpo, entre o final do século XX e o começo do século XXI, o interesse acadêmico pelo autor.

O desconhecimento é, sem dúvida, um motivador da pesquisa acadêmica e, no caso de Selden, ele paira em especial sobre as suas obras. A constatação de que, durante todo o século XX, não existiu um texto sequer que lidasse com a totalidade da produção intelectual do autor não apenas indica a opção pelo recorte por parte das pesquisas da época e a dificuldade em lidar com certas idiossincrasias, mas ainda, e não menos importante, sugere um quadro de escassez no que diz respeito à recepção e reprodução das obras de Selden.

A julgar pelas edições e reimpressões do autor, a escassez é um quadro crônico⁹. Entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, é perceptível uma

formative years; Paul Christianson, *Discourse on history, law, and governance in the public career of John Selden 1610-1635* (Toronto: University of Toronto Press, 1996).

⁸ Além do texto já citado de Reid Barbour, também merecem destaque os seguintes trabalhos: Johann P. Sommerville, "Hobbes, Selden, Grotius and seventeenth-century intellectual revolution in moral and political theory", in *Rhetoric and law in early modern Europe*, ed. Victoria Kahan e Lorna Hutson (New Haven: Yale University Press, 2001), 318-344; Marcus Nevitt, "John Selden among the quakers: Antifeminism and the seventeenth-century tithes controversy", in *Literature, politics and law in Renaissance England*, editado por Erica Sheen e Lorna Hutson (New York: Palgrave Macmillan, 2005), 189-208; Jason P. Rosenblatt, *Renaissance England's chief rabbi: John Selden* (Oxford: Oxford University Press, 2006); Graham Parry, *The trophies of time: English antiquarians of the seventeenth century* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 95-129; Gerald J. Toomer, *John Selden*; Martin Mulsow, "John Selden in Germany: Religion and natural law from Boecler to Buddeus (1665-1695)", in *For the sake of learning: Essays in honor of Anthony Grafton*, editado por Ann Blair e Anja-Silvia Goeing (Leiden: Brill, 2016), 286-308; Anthony Grafton, "Pandects of the Jews: A French and Swiss prelude to John Selden", in *Jewish books and their readers: Aspects of the intellectual life of Christians and Jews in early modern Europe*, editado por Scott Mandelbrote e Joanna Weinberg (Leiden: Brill, 2016), 169-188; Ofir Haivry, *John Selden and the western political tradition* (Cambridge: Cambridge University Press, 2017).

⁹ Os dados referentes aos séculos XVIII, XIX, XX e XXI foram compilados a partir das informações disponíveis em WorldCat (worldcat.org) e Google Books (books.google.com). No que diz respeito

tendência de repetição das edições e de empobrecimento na variedade das reproduções das obras de Selden. A partir de meados do século XVIII, praticamente tudo aquilo que foi publicado de Selden resume-se a um único livro: *Table Talk* – obra essa que, a partir de 1786, carregou com frequência algum prefácio biográfico e se tornou um veículo da maior importância na introdução da vida e obra do autor aos leitores da posteridade. Existem por volta de trinta impressões de *Table Talks* entre 1689 e 2015 e apenas três delas antecedem a metade do século XVIII (1689, 1691, 1716). A reimpressão desse livro contraria a tendência das demais obras de Selden. Impressas e reimpressas durante o século XVII, elas se tornaram raras e praticamente desapareceram nos séculos XVIII, XIX e XX, circulando desde então apenas entre eruditos e acadêmicos interessados. Um exemplo dessa tendência é *Titles of Honor*, obra enciclopédica sobre as origens e os títulos de nobreza, que foi publicada em quatro ocasiões durante o século XVII (1614, 1631, 1672 e 1696) e ressurgiu apenas em 2006, numa reimpressão facsimilar. *Historie of Tithes* partilhou do mesmo destino: depois de toda a polêmica que provocou, tendo tido pelo menos quatro impressões por volta de 1618 e outra em 1680, reapareceu em impressão facsimilar apenas em 1969. Um último exemplo é *Mare clausum*, peça-chave na disputa naval entre ingleses e holandeses e que opôs Selden ao renomado jurista Hugo Grócio. A obra foi impressa em três ocasiões no decorrer do século XVII (1636, 1652, 1663 – nas duas últimas edições, o texto foi traduzido do latim para o inglês), teve uma única impressão no século XVIII (1751 – uma edição polonesa) e, depois, foi reimpressa três vezes no século XXI (2004, 2014, 2016).

Assim sendo, diante dessa condição de ‘ilustre desconhecido’ de Selden, optou-se aqui por uma estratégia que não aquela de ‘esclarecer’ o autor, recontando e explicando aspectos de sua vida, resumindo obras e buscando, por fim, alguma chave interpretativa totalizante. O que se pretende aqui é explorar heurísticamente, e como fonte primária, um conjunto de textos escritos justamente sobre a vida de Selden. A partir daí são explicitadas as estratégias que foram utilizadas para transformar um sujeito histórico em objeto de história e dentro desse movimento são também evidenciadas estruturas, recorrências e não-ditos cuja investigação permitirá, em alguma medida, desnaturalizar lugares comuns no estudo do autor. Esse esforço de realizar uma espécie de meta-biografia pressupõe a

particularmente ao século XVII, as informações são oriundas do English Short Title Catalog (<http://estc.bl.uk/>) e a elas foram acrescentados eventualmente dados provenientes da base de dados Early English Books Online (EEBO) e do levantamento bibliográfico sobre Selden feito pelo antiquário seiscentista Anthony a Wood.

crescente complexificação das narrativas sobre Selden e coloca a fragmentação na ordem do dia: ao invés de propor um princípio qualquer de unidade que, devidamente atribuído a Selden, seja capaz de reunir e dar sentido às características do autor, esta tese se propõe a fazer o contrário e encarar a ele e suas realizações na descontinuidade e em diferentes contextos de recepção. Este capítulo é o primeiro passo nesse sentido. Assim sendo, este não é um capítulo biográfico ao qual importa, sobretudo, a exatidão do relato ou o prazer da leitura, mas seu objetivo é realizar um esforço exaustivo de investigar ênfases, ordens discursivas e sentidos que foram dados por terceiros ao sujeito histórico em questão.

O ponto de partida desse exercício é o fragmento autobiográfico redigido por Selden próximo ao fim de sua vida. Dele existem duas cópias manuscritas (na Bodleiana, S. Seld.c.23, e na biblioteca da Lincoln's Inn, MS Hale 12, 236) e, embora possa ser considerado apenas “um árido esboço” que pouco contribuiu para a escrita de uma vida de Selden entre os séculos XVII e XVIII¹⁰, o fragmento certamente não é um documento que possa ser ignorado. Ele é a primeira síntese da vida do autor e, na época, forneceu os subsídios necessários para a composição do epitáfio de Selden, um monumento de destaque e que foi mencionado com frequência pelos primeiros biógrafos – infelizmente, o epitáfio original foi destruído pelos bombardeios a Londres na II Guerra Mundial. Na ocasião da morte de Selden, Marchmont Nedham informava aos seus leitores do periódico *Mercurius Politicus* que “ele deixou (como ouvi dizer) seu próprio epitáfio. E foi muito bom que o tenha feito ele mesmo, pois pouquíssimos além [dele] compreendiam-no ou às suas realizações incomparáveis”¹¹. De fato, a estrutura e os termos do fragmento e do epitáfio ecoariam em praticamente todas as biografias de Selden. O fragmento autobiográfico foi transcrito junto das obras completas do autor bem como numa biografia recente sobre Selden. Nele, lê-se o seguinte:

Nasceu em 16 de dezembro de 1584 em Salvington, que é uma vila de Tarring, uma cidade costeira em Sussex, numa casa lá chamada Lacies, de pais honestos, John Selden, filho de Thomas (que nasceu em 1541, morreu septuagenário) e de Margaret Baker, filha única e herdeira de Thomas de mesmo nome, de Rustington, oriundo da família cavaleiresca dos Bakers em Kent, dos quais era o primogênito e o herdeiro. Deles teve os irmãos George e Henry, os dois mortos no berço. Sua única irmã, Mary, foi desposada por John Bernard de Goring. Feitas as letras elementares [em latim e grego] na escola pública em Chichester [do Mestre mais digno dela,

¹⁰ David S. Berkowitz, “Projects for a biography and edition of John Selden’s works 1654-1766”, *Quaerendo* 4 (1974): 247-257.

¹¹ *Mercurius Politicus* 234 (London: Tho. Newcomb, nov 30 – dez 7 1654): 4070.

o eminente Hugh Baker, jurisconsulto], foi enviado para Oxford, onde, no Hart Hall, ocupou-se por alguns anos de disciplinas acadêmicas. Aplicando-se ao direito inglês, primeiro no Clifford's Inn em Londres, depois no Inner Temple... em maio de 1604 foi admitido como fellow. Não sem diligência ou êxito, dedicou-se às ocupações do lugar. Porém, indulgente a seu gênio e não suficientemente apto para os aborrecimentos forenses, lançou-se, feito explorador, a outros assuntos. Gozou, afortunado, de não poucas amizades dentre os melhores de cada ordem, os melhores, mais doutos, mais distintos e ainda mais ilustres. Tampouco foi poupado da máxima inimizade de alguns insolentes odiadores da Verdade e justa Liberdade, a qual suportou árdua e virilmente. Participou em diversos parlamentos como 'burgess', dentre os quais aquele que teve Rei e o que o não teve. Morreu... no ano... e por aqui repousa.¹²

Pode-se retirar daí os parâmetros de tudo aquilo que será discutido neste capítulo. O fragmento autobiográfico neste capítulo tanto funciona como breve sumário da vida de Selden quanto estrutura toda a análise que se faz aqui.

A título de introdução ao autor, é preciso acrescentar ao fragmento certas referências cronológicas e breves explicações. Selden nasceu em 1584 e viveu no condado de Sussex até 1598 ou 1600. De lá, partiu para estudar em Oxford e lá permaneceu até 1602, quando se mudou para Londres. Ingressou nas Inns of Court (Clifford's Inn e Inner Temple), isto é, um conjunto de instituições responsáveis pela formação dos advogados da *common law*. Concluiu os estudos em 1612, mas nunca deixou a órbita do Inner Temple. Durante os estudos, Selden entrou no circuito letrado londrino e fez amigos de longa data, em especial Edward Heyward, Sir Robert Cotton e James Ussher, arcebispo irlandês. Nos

¹² A tradução para o português foi feita a partir da mais recente transcrição do original latino, feita por Toomer, e do cotejamento com a tradução inglesa por parte do mesmo estudioso. Entre colchetes está um trecho do texto que aparece apenas no manuscrito da Lincoln's Inn (MS Hale 12, 236). O original diz o seguinte: "Natus est XVI Decembris 1584, Salvingtoniae qui vinculus est Terringi oppidi in Sussexia maritime, in aedibus Lacies ibi dictis, Parentibus Honestis Joanne Seldeno Thomae filio (qui anno 1541 natus septuagenarius obiit) & Margareta Bakera Thomae cognominis a Rustington ex equestri in Cantio Bakeroru família oriundi filia unica et haerede, quibus primogenitus erat & haeres. Fratres habuit ex hisce binos Georgium & Henricum in cunis mortuos. Sororem unicam Mariam Joanni Bernardo a Goring enuptiam. Literis puerilibus in Schola Cicestriensi publica [primis literis... Latinis Graecisque-Cicestriae imbutus a viro clarissimo Hugone Barkero Jurisconsulto Scholae ibi publicae rectore dignissimo] Oxonium amandatus est, ubi in Aula Cervina disciplinis Academicis per annos aliquot incubuit. Jus illic Anglicanum ultro affectans primo Hospitij Cliffordiensi Londini, dein Interioris Templi... Maij 1604 socius admissus est. Non indiligenter locis studijs nec infoeliciter operam navavit. Sed Genio suo indulgentior nec molestijs forensibus satis idoneus ad alia, ut explorator, se contulit. Amicitijs cuiusque Ordinis Optimis, Doctissimis, Amplissimis, etiam & illustrissimis, nec paucis, beautius fruebatur, nec sine summis procacium aliquot Veritatis & Libertatis iustae osorum inimicitiis quas gravissime sed viriliter perpressus est. Comitijs Parlamentarijs ut Burgensis saepius intererat, etiam in illis quae & Regem habuere & Nullum" (Gerald J. Toomer, *John Selden*, 828). A transcrição também pode ser encontrada em: John Selden, *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia: tam edita quam inedita*, org. David Wilkins (Londini: J. Walthoe et al, 1726), 1: xlvi.

anos de 1610, publicou diversos textos de natureza antiquária e jurídica, dentre eles *Titles of Honor* (1614), *De Diis Syris* (1617) e *Historie of Tithes* (1618) – a repercussão desse último tornou Selden *persona non grata* aos olhos do clero, porém trouxe a ele visibilidade na aristocracia. Em 1621, tornou-se consultor jurídico do parlamento e, em 1624, 1626 e 1628-9, foi membro do parlamento, atuando junto aos opositores de George Villiers, o duque de Buckingham e favorito do rei. Selden foi um dos artífices da *Petition of Rights* (1628), o que lhe custou a liberdade até 1631. Entre as décadas de 1630 e 1640, publicou várias obras sobre história hebraica. Quando explodiu a revolução inglesa, Selden se manteve junto ao parlamento e lá atuou de maneira conciliadora até o expurgo feito pelo capitão Pride, em 1648. Até o final da vida, em 1654, dedicou-se aos livros e publicou, entre outras coisas, *De Synedriis veterum ebraeorum* (1650, 1653), esmiuçando o funcionamento do sinédrio hebraico, uma instituição que então inspirava os revolucionários da época.

O fragmento também evidencia uma ordem que dispõe os principais elementos de praticamente qualquer narrativa ou interpretação sobre a vida de Selden. Atravessado por uma sequência cronológica (na qual as datas são coadjuvantes), o fragmento apresenta: uma denominação dada ao sujeito, seu parentesco, educação e profissão, amigos e inimigos, atuação política e, por fim, sua morte. Essa estrutura é recorrente nos textos biográficos sobre Selden e atua tanto como baliza para os momentos vividos por ele quanto organiza os sentidos dados à totalidade deles. Dizer isso não significa afirmar que o fragmento autobiográfico foi e ainda é efetivamente a referência para todos os biógrafos (embora tenha sido de grande importância para alguns deles), mas apenas que, por meio dele, é possível discernir com clareza e concisão as partes e o ritmo que dão forma ao conjunto dos textos de natureza biográfica a respeito de Selden. E é dentro dessa estrutura que a vida desse sujeito em particular é convertida numa trajetória propriamente, isto é, selecionando acontecimentos e feitos e dimensionando-os de modo a compor esse ou aquele retrato de Selden dentro dessa moldura geral.

Sendo assim, o fragmento autobiográfico é aqui a pedra de toque que permite comparar diferentes textos que narraram e interpretaram a vida de Selden. Optou-se por examiná-los em uma temporalidade abrangente, do século XVII ao XXI, e de maneira predominantemente sincrônica, comparando-os dentro das tópicos do fragmento. Nem todos os textos biográficos sobre Selden são submetidos a esse exercício, porém neste capítulo é examinado um conjunto emblemático e significativo deles, constituído por

aqueles textos que se considerou de maior fôlego sobre o autor. Juntos, esses textos se desdobram ao longo de quatro séculos de história e permitem apreender como a figura de Selden foi tratada desde a sua morte e transformada em objeto de história. São eles¹³:

Quadro 1: Textos Biográficos de Selden		
Título	Autor ou Publicação	Ano
[Fragmento autobiográfico]	John Selden	1654
“John Selden (1584-1654)”	John Aubrey	1681
“John Selden”	Anthony Wood	1691
“Vita Joannis Seldeni”	David Wilkins	1726
“Selden, John”	Biographia Britannica	1763
“The life of John Selden, esq.”	John Aikin	1812
Memoirs of John Selden	George W. Johnson	1835
“Biographical preface”	Samuel Weller Singer	1847
“Selden, John (1584-1654)”	Edward Fry	1897
“Selden, John (1584-1654)”	Paul Christianson	2008
John Selden	Gerald J. Toomer	2009
“Glory of the English Nation”	Ofir Haivry	2017

Fato é que não existem muitas biografias de Selden e o rol de textos examinados se tornou ainda mais exíguo graças à opção feita aqui por textos que lidassem com toda a vida do autor. Buscou-se dessa maneira manter ao máximo a integridade do exercício comparativo, de modo que todos os textos listados acima são mutuamente comparáveis. Todavia, um resultado óbvio disso foi a exclusão de eventuais notas biográficas e estudos monográficos acerca do autor, o que teve impacto sobretudo na produção bibliográfica do século XX. Tal exclusão, porém, não significa que esse material é simplesmente descartado neste capítulo, mas apenas que tais notas e estudos monográficos não foram examinados da mesma maneira que os demais textos biográficos e que para eles é reservada

¹³ John Selden, “Autobiography”, in *John Selden* de Gerald J. Toomer, 828-9; John Aubrey, *Brief lives: chiefly of contemporaries set down by John Aubrey between the year 1669 & 1696*, ed. Andrew Clark (Oxford: Clarendon Press, 1898), 2: 219-225; Anthony Wood, *Athenae oxonienses: An exact history of all the writers and bishops who have their education in the most ancient and famous university of Oxford* (London: Tho. Bennet, 1692), 2: 107-112; David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni jurisconsulti”, in *Joannis Seldeni opera omnia* de John Selden, 1: i-lvi; “Selden, John”, in *Biographia Britannica: or the lives of the most eminent persons who have flourished in Great Britain and Ireland* (London: J. Walthoe et al, 1763), 6: 3605-3624; John Aikin, *The lives of John Selden esq. and Archbishop Usher: with notices of the principal English men of letters with whom they were connected* (London: Mathews and Leigh, 1812), 1-199; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden: and notices of the political contest during his time* (London: Orr and Smith, 1835); Samuel W. Singer, “Biographical preface”, in *Table talk* de John Selden (London: William Pickering, 1847), v-cxxvi; Edward Fry, “Selden, John”, in *The Dictionary of National Biography*, editado por Leslie Stephen e Sidney Lee (Oxford: Oxford University Press, 1917), 17: 1150-1162; Paul Christianson, “Selden, John (1584-1654)”, in *Oxford Dictionary of National Biography* (Oxford: Oxford University Press, 2008), online edition; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 1-27, 311-333, 563-594, 789-827; Ofir Haivry, *John Selden*, 1-107.

fundamentalmente uma função complementar, explicativa e coadjuvante, circunscrita em especial ao espaço das notas de rodapé.

Além disso, ao examinar a tabela acima e suas referências bibliográficas, percebe-se a diversidade dos textos selecionados. São verbetes enciclopédicos, prefácios e capítulos de introdução, e livros inteiros dedicados à atuação e pensamento de Selden. Tais diferenças serão consideradas ao final do capítulo, cabendo no momento apenas sincronizar e comparar esses textos para revelar eventuais recorrências, descontinuidades e sentidos dados à vida de Selden em momentos distintos historicamente. A seguir, três seções condensam os textos supracitados em torno das denominações dadas a Selden: ‘esquire’, ‘erudito’ e ‘patriota’ – as quais se referem respectivamente a três tipos de comunidade, a sociedade nobiliárquica, a república das letras e o corpo político. A partir dessas denominações dadas a Selden, é examinado o tratamento dado pelos biógrafos do autor às demais tópicas que estruturam o fragmento autobiográfico (isto é, parentesco, educação e profissão, amigos e inimigos, atuação política, morte). Por fim, na quinta seção do capítulo são levados em consideração os diferentes gêneros dos textos biográficos, seu desenvolvimento diacrônico e, principalmente, explorados os sentidos dados à vida de Selden, convertida em trajetória e produto histórico.

2. John Selden, ‘Esquire’

Uma denominação que acompanhou o nome de Selden, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, foi a de ‘esquire’. Trata-se de um título que faz referência imediata ao lugar do parentesco na vida de Selden e confere a ele algum pertencimento dentro da estrutura nobiliárquica inglesa. A importância desse tipo de pertencimento torna-se evidente quando se compara o fragmento autobiográfico com o epitáfio afixado junto ao túmulo do autor. Enquanto o primeiro traz uma síntese das diversas tópicas que atravessaram a vida de Selden e fala dele a partir de um sujeito oculto, um “ele” que subjaz a tudo aquilo que é enunciado, o epitáfio suprime tal diversidade em favor unicamente do parentesco, assegurando ao falecido um lugar dentro do espaço, do tempo e da hierarquia social. Lia-se junto ao túmulo de Selden¹⁴:

¹⁴ O epitáfio em latim está transcrito em: John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 222-3; David Wilkins, “*Vita Joannis Seldeni*”, 1: xlvii. Também é possível encontrá-lo em: Thomas Dingley, *History from marble: compiled in the reign of Charles II* (London: Camden Society, 1868), 2: 462. Utilizou-se dessa última transcrição para

JOHN SELDEN
aqui repousa.
Nasceu em 16 de dezembro de 1584
em Salvington,
que é uma vila em Terring do Oeste,
na costa de Sussex.
De pais honestos,
JOHN SELDEN, filho de THOMAS,
de cinco o segundo,
nascido no ano de 1541
E
MARGARET, filha e única herdeira
de THOMAS BAKER de Rustington,
da família cavalheiresca dos Baker em Kent.
Filho único dos que sobreviveram ao berço,
de idade quase 70 anos.
Partiu no último dia de novembro
no Ano da Salvação reestabelecida de 1654,
onde espera aqui pela
RESSUREIÇÃO
bem-aventurada¹⁵

A posição de Selden dependia de suas origens, particularmente do lado materno, que conferiam a ele alguma distinção. Sua mãe, Margaret, é o vínculo entre ele e a família Baker da nobreza do condado de Kent e foi a partir dessa ancestralidade que Selden, segundo Toomer, “derivou sua própria reivindicação, na vida madura, de gentildade como ‘esquire’”¹⁶. O epitáfio em questão era acompanhado de um brasão que se assemelhava às divisas da família Baker de Sissinghurst¹⁷, com a qual a mãe e o avô de Selden teriam vínculo, cujo prestígio era considerável e remetia ao parlamento, ao governo elizabetano e, principalmente, a outra família da região, ainda mais poderosa, os Sackville, estabelecidos no sul da Inglaterra desde a conquista da Inglaterra pelos normandos, em 1066. Enquanto Toomer sugere que tal vinculação “era uma mera ficção genealógica”¹⁸,

fixar, no texto acima, as diferenças entre letras maiúsculas e minúsculas, dado que apenas nela estão registradas tais ênfases.

¹⁵ “IOHANNES SELDENUS/ heic juxta situs/ Natus est XVI Decembris MDLXXXIV/ Salvingtoniae/ Qui vinculus est Terring occidentalis/ in Sussexiae maritimis/ Parentibus honestis/ IOHANNES SELDENO THOMAE filio/E Quinis secundo/ Anno MDXLI nato/ Et/ MARGARETA filia et haerede unica/ THOMAE BAKERI de Rushington/ Ex Esquestri BAKERORUM in Cantio familia/ Filius e cunis superstitem unicus/ Aetatis fere LXX annorum/ Denatus est ultimo die Novembris/ Anno salutis reparatae MDCLIV/ Per quam expectat heic/ RESSURRECTIONEM/ Foelicem (Thomas Dingley, *History from marble*, 2: 462).

¹⁶ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 1.

¹⁷ Thomas Dingley, *History from marble*, 2: 461.

¹⁸ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 1 n. 4.

outro biógrafo atual, Haivry, aposta na “meticulosidade” de Selden, ressaltando que “ele certamente acreditava que a conexão era verdadeira o bastante”, e arrisca dizer que esse laço de Selden com os Bakers e os Sackville poderiam até mesmo explicar quem patrocinou os seus estudos de formação¹⁹.

Toda genealogia é, em certa medida, uma ficção e ela, no caso de Selden, conferia a ele um título específico de nobreza. O próprio Selden explicou o significado de ‘esquire’ em *Titles of Honor*. Lá é dito que ‘esquire’, ‘escuyer’, ‘armiger’ e outros tantos nomes em várias línguas (incluindo o grego e o hebraico) seriam denominações comuns no tempo e no espaço a aquele que “carrega o escudo ou as armas do seu cavaleiro”²⁰. O ‘esquire’ seria, portanto, um servo de alguém de melhor condição nobiliárquica²¹, isto é, um escudeiro, em bom português. A nobreza como um todo, ainda segundo Selden, dividir-se-ia em grande nobreza (Greater Nobilitie) e pequena nobreza (Lesse Nobilitie) e esses dois campos seriam atravessados respectivamente por duques, marqueses, condes, viscondes, barões (os chamados ‘peers’ do reino) e abaixo deles, cavaleiros, ‘esquires’, ‘gentlemen’ e, por fim, os ‘yeomen’ (quando fossem homens livres e naturais do reino), que também seriam tratados por paridade como pertencentes ao mesmo nível²². Quando se observa o lugar do ‘esquire’ na estrutura nobiliárquica, percebe-se que Selden reivindicava para si uma posição dentro da pequena nobreza, mas que tinha sua própria complexidade. Conforme diz Selden (fazendo referência a William Camden, uma figura próxima dele), existiriam cinco tipos de ‘esquire’: o primeiro tipo, os “esquires of the Bodie”, composto por aqueles que atendiam diretamente ao rei; o segundo, referia-se aos filhos primogênitos dos cavaleiros; o terceiro tipo, destinado aos filhos mais jovens dos barões; o quarto, aos que receberam as armas e o título do rei; e, por fim, o quinto tipo compreendia aquele que “tenha algum ofício na República (Common-wealth) ou sirva em alguma posição de notoriedade na Casa (Household)”²³. Tendo em vista essa tipologia, é razoável supor que a pretensão à nobreza de Selden ficava entre o segundo e, nalguma medida, o quinto tipo de ‘esquire’.

Selden e sua mãe foram os únicos herdeiros da condição de nobreza deixada pelo avô de Selden, Thomas Baker de Rustington. O brasão que acompanhava o epitáfio

¹⁹ Ofir Haivry, *John Selden*, 9-11.

²⁰ John Selden, *Titles of honor* (London: William Stansby, 1614), 340.

²¹ John Selden, *Titles of honor*, 341-2.

²² John Selden, *Titles of honor*, 344.

²³ John Selden, *Titles of honor*, 342-3.

reforçava essa ideia, já que nele eram ostentadas as armas dos Baker de Kent. A reivindicação do título em questão situava Selden logo acima da pequena nobreza local. O título de ‘esquire’, segundo Selden, era uma honraria e o nome mais adequado “para distinguir os melhores ‘gentlemen’ em relação aos cavaleiros e os primeiros (assim posso afirmar) em relação à gentry vulgar”²⁴, figurando assim como um entreposto e “primeiro degrau de eminência”. Um escudeiro como Selden poderia portar divisas em um brasão, porém, nas palavras do próprio autor, “as Armas as quais ‘Armiger’ [isto é, o termo latino para ‘esquire’] faz referência são os materiais das Armas, e as armas de outrem, não daquele a quem a palavra foi antigamente atribuída”²⁵.

O título de ‘esquire’ apareceu aqui e ali na qualificação dada ao autor, sobretudo nas folhas de rosto das edições mais antigas de *Table Talks* (1689, 1696, 1716, 1755, 1777, 1786, 1789, 1798, 1800, 1819, 1847) – e desapareceu gradualmente durante o século XIX. Na época de Selden, alguém como Aubrey, mesmo utilizando o título para se referir ao autor, não deixava de observar o seguinte ao falar sobre o brasão que acompanhava o epitáfio: “mas é, de fato, o brasão de sua mãe, pois ele não tinha nenhum próprio, apesar dele tanto merecer. É estranho (penso eu) que ele não tivesse um”²⁶. Aqui, dois elementos chamam atenção: família e mérito. Ao final da vida, isto é, “quando Selden acumulou riqueza e posição ele obteve um brasão”²⁷, ele pôde converter todo o mérito que acumulou numa reivindicação de nobreza fundamentada no parentesco. Assim, o fragmento autobiográfico, o epitáfio e o brasão são mais do que meros atestados de uma condição de nascimento; eles são declarações de distinção e pertencimento nobiliárquico feita por um homem no fim da vida e que, a partir da posição da qual desfrutava, pôde naturalizar e estabilizar os percalços de sua história por meio de uma origem – ainda que isso fosse feito remetendo a duas figuras sobre as quais até hoje se saiba tão pouco, isto é, sua mãe e seu avô.

²⁴ John Selden, *Titles of honor*, 344.

²⁵ O contexto como um todo desse excerto é esclarecedor: “Nor indeed is an Esquire in Reputation now other then a Gentleman of the better Rank, having his honor either from some particular of descent or Function, or created into it by the King, as into the first step of eminencie before common Gentry. Neither rests there any communitie now with the name and the Dignitie: as the word imports. Neither can I believe that the interpretation of Armiger by the bearing of Armes, in that sense as to bear armes in Blazon is usd, is to be admitted. The Armes signifi'd in Armiger are the materials of Armes, and anothers armes, not his to whom the word was anciently given” (John Selden, *Titles of honor*, 343).

²⁶ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 222.

²⁷ Sussex Archaeological Society. *Sussex archaeological collections relating to the history and antiquities of the country* (Sussex: George P. Bacon, 1875), 266.

Dentre todos os biógrafos examinados, apenas Toomer (baseado em Berkowitz, que se notabilizou no século XX pelo estudo dos “anos formativos” de Selden) atribuiu a Thomas Baker de Rustington o título de ‘esquire’. Todos os demais se mantiveram fiéis às palavras do próprio Selden: seu avô descendia da família cavalheiresca dos Baker de Kent. Difícil, porém, é localizar Thomas Baker de Rustington nos catálogos de genealogia, seja quando se busca pelos Baker de Sussex²⁸, onde Selden nasceu, seja pelos Baker de Sissinghurst, do condado de Kent²⁹, com os quais ele efetivamente fixou parentesco. No verbete dedicado aos Baker de Sissinghurst está escrito exatamente aquilo que Selden reivindicava: “dos seus ramos mais jovens descendia Thomas Baker de Rustington, cuja filha e herdeira, Margaret, casou-se com John Selden, foi mãe do erudito John Selden”³⁰. Todavia, a genealogia descrita no verbete não mapeia tal ramo da família, nem mesmo indica o elo entre ele e o tronco dos Baker de Sissinghurst. Diante disso, o biógrafo mais recente, Haivry, apostou na “meticulosidade” de Selden, o qual seguramente teria boas razões para traçar esse parentesco para si, e sugeriu que Thomas Baker de Rustington seria sobrinho de Sir John Baker, figura proeminente na política inglesa no século XVI, e neto do patriarca dos Baker de Kent³¹. Certo ou errado, esse palpite por parte do biógrafo fixa duas outras coisas: o caráter obscuro da genealogia de Selden, já que a maior parte do que se sabe sobre ela provém justamente do que o autor disse; e a distância substancial entre ele e o ramo ilustre dos Baker de Kent. Na melhor das hipóteses, era o irmão do bisavô de Selden, isto é, Sir John Baker, a figura que mais se assemelhava a ele e cuja associação lhe traria prestígio, tendo ambos adquirido formação legal no mesmo lugar e atuado com destaque no parlamento. Assim sendo, à luz da distância genealógica entre Selden e os Baker ilustres, da falta de registros sobre Thomas Baker de Rustington e da maneira evasiva com que o autor fez referência ao avô (“da família cavalheiresca dos Baker em Kent”) revela-se enfraquecida sua reivindicação de nobreza única e exclusivamente por parentesco.

A despeito disso, ao naturalizar suas origens nobiliárquicas, Selden obscurecia a outra metade delas. Tanto no fragmento autobiográfico quanto no epitáfio, o pai de Selden, também chamado John Selden, é apenas (e nada mais) filho de Thomas Selden. A

²⁸ William Berry, *Pedigrees of the families in the county of Sussex* (London: Sherwood et al, 1830), 225-7.

²⁹ John Burke e John Bernard Burke, *A genealogical and heraldic history of the extinct and dormant baronetcies of England, Ireland, and Scotland* (London: John Russel Smith, 1844), 32-3.

³⁰ John Burke e John Bernard Burke, *Genealogical and heraldic history*, 32.

³¹ Ofir Haivry, *John Selden*, 10 n. 15.

esse respeito, os biógrafos foram além do que disse o próprio autor. Enquanto a “honestidade” de Margaret estava fundada em sua ascendência nobiliárquica, John Selden, pai, foi descrito no século XVII por Wood como “um Plebeu suficiente e apaixonado pela Música, por cujo exercício obteve (como se diz) sua esposa”³². A ‘suficiência’ do pai de Selden e sua aptidão musical também aparecem no texto de Aubrey – o qual, diferentemente de Wood, não enfatizava a mãe do autor, sequer a nomeava, chamando-a apenas de “esposa” e dizendo que dela provinha “um substancial patrimônio”³³. A partir dos rumores, Aubrey diz que John Selden, pai, era um ‘yeomen’ (isto é, m proprietário de terras, a mais baixa posição da pequena nobreza), cujos rendimentos giravam em torno de £40 por ano além de um bom violinista, ao qual aprazia tocar nos dias de Natal. Dizia que “o pai do Sr. Selden ensinava o alaúde” e registrava o relato da esposa de Sir Robert Cotton, amigo de longa data de Selden, no qual ela contava que, estando em um jantar natalino oferecido por um nobre de Sussex, o “Sr. John Selden (então um jovem estudante) sentou na parte inferior da mesa, que visto com consideração, e alguém perguntando quem ele era, foi informado de que se tratava do filho daquele que tocava violino no salão”³⁴. Ambos os pontos levantados pelos biógrafos seiscentistas (a ‘suficiência’ e aptidão musical do pai de Selden) foram confirmados e documentados posteriormente: John Selden, pai, é descrito como um “menestrel” no registro paroquial do nascimento de seu filho e pouco antes disso, em 1581, aparece também nos registros da igreja local como proprietário de 8 acres de terra – o que não seria desprezível, sendo três décadas depois, em 1609, listado como proprietário de 81 acres de terra, cujo rendimento anual estava avaliado em £23 8s³⁵. Desse modo, por meio da música e do casamento, John Selden, pai, cujo sobrenome era partilhado por uma porção de “pequenos fazendeiros e artesãos” da região, “nenhum, ao que parece, de alguma proeminência”, foi capaz de multiplicar diversas vezes o seu patrimônio, o que permitiu a ele usufruir do direito de votar nas eleições do condado e inserir o seu filho nos circuitos escolarizados da Inglaterra³⁶.

Já no que diz respeito à irmã do autor, Mary Selden, quando é mencionada pelos biógrafos, não se costuma ir além do que se diz no fragmento autobiográfico e no

³² Ofir Haivry, *John Selden*, 107.

³³ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 219-20.

³⁴ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 219.

³⁵ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, xiii.; David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 13-4.

³⁶ Ofir Haivry, *John Selden*, 9.

testamento de Selden. Ela tem um nome, um marido (John Bernard) e seis filhos. A falta de documentação é certamente um impeditivo para os biógrafos, mas ela não deixa de relevar as condições de memória disponíveis para alguém com as origens de Selden: sua história familiar apenas pode ser reconstituída informalmente (como fez o próprio Selden no fragmento autobiográfico, bem como seus primeiros biógrafos, Aubrey e Wood) ou por meio de uma documentação na qual tais sujeitos aparecem incidentalmente, em especial nos registros paroquiais. Singer, por exemplo, fiava-se no século XIX à autoridade de Wood para conjecturar, a partir da situação de Mary, sobre a fortuna da mãe da família, Margaret, a qual deveria ter sido modesta, já que a filha se casou “humildemente” com um músico inválido de Chichester e cuja família numerosa sobrevivia de uma pensão de £25 por ano, a qual era paga por Selden e outros contribuintes³⁷. Mesmo hoje, Haivry se manteve fiel à informação disponível no testamento de Selden, fazendo apenas alguns acréscimos pontuais: listou o nome de todos os sobrinhos do autor e atualizou a quantia legada por ele (£100 em 1654 equivaleriam hoje a £15.000 – quantia razoável, mas nada excepcional)³⁸. De fato, Mary não era herdeira da “honestidade” dos pais, já que Selden reivindicava para si tanto a fortuna quanto o título de nobreza dos pais. Porém, dizer que ela tenha se “casado humildemente”, como fez o biógrafo oitocentista, é ignorar o fato de que o marido de Mary se assemelhava sociologicamente a John Selden, pai. Ambos eram proprietários de terra e músicos de profissão. A música, inclusive, é um elemento recorrente na história e cujo significado social sequer é cogitado pelos biógrafos, quando ela, a julgar pelo pai e pelo cunhado de Selden, parece figurar como via de acesso à casamentos com algum prestígio ou garantidora de posição social – afinal, mesmo Mary não sendo herdeira de Margaret e John Selden, é inegável que ela provinha de um família respeitável na região.

Os laços matrimoniais dos pais, da irmã, dos sobrinhos e sobrinhas de Selden evidenciam o enraizamento local da família do autor. Tais relações conjugais estavam restritas a uma porção do atual condado de Sussex do Oeste, no sul da Inglaterra, espalhando-se por uma área de pouco mais de 180 km², no interior da qual estão lugares como Worthing, Goring-by-Sea, Rustington, Chichester e Wiston – apenas uma sobrinha de Selden, Sarah Bernard, casou-se com alguém de fora dessa área, James Chapman de Ifield, localidade a aproximadamente 35 km de Salvington, mas dentro dos limites de

³⁷ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, xiii-xiv.

³⁸ Ofir Haivry, *John Selden*, 11-2.

Sussex. Os biógrafos de Selden (com exceção de Haivry) apostaram pouco no núcleo familiar para a construção da trajetória de Selden, sobretudo durante o século XVIII, quando foram brevíssimas ou inexistentes as referências à ancestralidade do autor³⁹. A julgar por essa dinâmica de formação sanguínea de parentesco, seria pouco provável que o autor deixasse o condado de Sussex, e menos ainda que se tornasse figura proeminente nos circuitos letrados e políticos da Inglaterra.

Embora reivindicasse uma herança nobiliárquica, Selden manteve uma relação apenas nominal com essas origens a partir dos dezesseis anos de idade, quando foi para Oxford, e após a morte dos pais, entre 1610 e 1615, afastou-se de vez de sua irmã e do seu lugar de nascimento, permanecendo a vida toda em Londres⁴⁰. Aubrey conta que Selden dizia que “não tinha ninguém para fazer de herdeiro, excetuando alguma leiteira qualquer, e que esse tipo de pessoa não saberia o que fazer com uma grande fortuna”⁴¹. O testamento de Selden permite apreender não apenas os nomes dos sobrinhos e sobrinhas do autor, bem como a pequena porção da fortuna legada a eles⁴², mas também a posição que eles ocupavam dentre as relações que Selden firmou durante a vida bem como a noção de família que ele tinha. Ainda que se trate de um documento bem conhecido (ao menos desde a publicação junto às obras completas do autor)⁴³, foram poucos os biógrafos que se apropriaram dele para falar sobre a família de Selden e nenhum deles ultrapassou a literalidade de listar os parentes e destacar que receberam somente uma pequena porção do patrimônio, avaliado na época em cerca de £40.000.

³⁹ O trecho mais prolixo a esse respeito na época é: “[...] his ancestors, though not above the common rank, had lived for some time in good repute” (*Biographia Britannica*, 3605).

⁴⁰ “Selden at sixteen had broken away permanently from his family circle. His future lay elsewhere, and his later success came in spite of undistinguished origins. He could justifiably regard his preadolescent years as unimportant, as they were uneventful. The eminent lawyer, great scholar, stout parliamentarian, and sophisticated bon vivant developed in London; if Sussex left any mark upon him it was no more than a countryman’s directness and a taste for homely illustration in his speech” (David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 14).

⁴¹ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 223.

⁴² Aqui os biógrafos mais recentes (Christianson, Toomer e Haivry) se afastam num ponto pequeno, mas importante: para Christianson, Selden legou £100 apenas aos sobrinhos, enquanto para os demais autores ele deixou £100 para cada um dos sobrinhos e sobrinhas. A segunda interpretação é a correta por ser mais coerente com o fato de que Selden enumerar também as sobrinhas no testamento, e principalmente porque quando se consulta o manuscrito do testamento (MS Selden Supra 110, f. 43-55), percebe-se que a transcrição feita no século 18 por David Wilkins traz apenas “I give and bequeath to my said nephews one hundred pounds apiece”, omitindo o trecho do original “and to every of my said Nieces one hundred pounds apiece”. Para mais, conferir: David Wilkins, “*Vita Joannis Seldeni*”, 1: liii-liv; Paul Christianson, “Selden, John”, online; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 792-3; Ofir Haivry, *John Selden*, 11.

⁴³ David Wilkins, “*Vita Joannis Seldeni*”, 1: liii-lvi.

Mesmo estando certos em suas afirmações, duas coisas escaparam a todos os biógrafos. A primeira delas é que os sobrinhos e sobrinhas de Selden recebem dele dinheiro, e nada mais. O tipo de doação feito a eles (dinheiro sem qualquer condicionante) é o mesmo de outros beneficiários do testamento: os pobres, os empregados da casa e algumas mulheres – as quais não foram identificadas pelos biógrafos, exceto uma delas, Rachel Williamson, que Aubrey diz ter sido amante de Selden e que o teria roubado no leito de morte⁴⁴. Todas essas doações variavam entre £30 (caridade), £50 (porteiro), £100 (a maior parte dos empregados, das mulheres e a totalidade dos sobrinhos), £300 (um serviçal de Selden, Thomas Gill) e, por fim, £500 (Rachel Williamson). Esse tipo de doação se diferenciava daquela feita por Selden aos seus apadrinhados (William e Jane Lindall), aos amigos e executores do testamento e a figuras da nobreza. Nesses casos, o benefício poderia ser monetário (no caso dos amigos, £100 para cada e todo dinheiro que Selden tivesse a mão), mas a doação não se esgotaria aí e viria acompanhada de uma condição (como no caso dos apadrinhados) ou, o mais importante, de itens não monetários, como terras, dívidas, livros, joias e objetos preciosos. Assim, a relação estabelecida por Selden no fim da vida com seus parentes de sangue era tímida não só porque legava aos sobrinhos uma fração da sua fortuna, mas também porque, embora deixasse a eles uma quantia razoável e que estava na média das doações feitas, deixava a eles a impessoalidade do dinheiro⁴⁵.

A segunda coisa que escapou aos biógrafos é que, no apêndice anexado ao testamento, Selden diz o seguinte pouco antes de discriminar as doações aos empregados: “minha vontade e desejo é de que os meus serviçais da minha família sejam decentemente mantidos”⁴⁶. Aqui, uma pergunta se impõe: a que família Selden se referia? Certamente, não se trata dos parentes de Sussex, mas de quem viviam com ele sob o mesmo teto. Selden morreu na mansão Carmelita, em Whitefriars, numa casa luxuosa bem próxima ao Tâmsa e que foi legada a ele por Elizabeth Grey, condessa de Kent, que falecera pouco antes dele, em 1651. Dadas as circunstâncias de sua morte, foi incontornável aos biógrafos falar da relação entre Selden e Elizabeth.

⁴⁴ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 220.

⁴⁵ Nesse sentido, o testamento de Selden vai ao encontro de uma recordação registrada por Aubrey (após a queixa de Selden por não ter herdeiros) de que o bispo de Lincoln “told his brother, who asked him to make him a grate man; ‘Brother’, said he, ‘if your plough is broken, I’ll pay the mending of it; or if an ox is dead, I’ll pay for another: but a plough-man I found you, and a plough-man I’ll leave you” (John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 223).

⁴⁶ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: lv.

Aubrey, como de costume, é o mais arrojado deles. Dizia que Selden “foi rapidamente percebido pela sua erudição e atuou como consultor jurídico (sollicitor) e administrador para o conde de Kent, cuja condessa era uma mulher engenhosa...” e que “depois da morte do conde, ele [Selden] se casou com ela. Ele teve uma filha, talvez duas, de..., casada com um negociante de Bristol”⁴⁷. As supressões no manuscrito de Aubrey não permitem dizer com clareza se Selden tivera uma filha com Grey ou Williamson, a qual aparece logo em seguida no texto – a despeito disso, nenhum outro biógrafo fez tal afirmação e não há qualquer documentação que comprove o rumor. Aubrey registrava ainda a opinião de um seleiro “que trabalhou muitos anos para aquela família” e segundo o qual “o Sr. Selden obteve muito mais pelo casamento do que pela sua prática [profissional]”⁴⁸. Na mesma época, Wood evitou entrar em detalhes sobre a questão, dizendo apenas que Selden morreu “numa casa ampla chamada de Carmelita ou Whitefriars, então pertencente a Elizabeth, condessa viúva de Henry Grey, conde de Kent, (cujo patrimônio ele [Selden] administrou e comandou por muitos anos, razão pela qual morreu tão rico)”⁴⁹.

Ambos os biógrafos seiscentistas são as principais fontes de informação dos biógrafos posteriores, todavia as afirmações indecorosas de Aubrey (fundadas apenas nos rumores da época) foram rechaçadas pela maioria desses últimos. No século XVIII, o verbete dedicado a Selden em *Biographia Britannica* dizia apenas que o autor viveu alguns anos em Whitefriars, residência que pertencia à condessa viúva de Kent, “a qual apontou ele [Selden] como executor do seu testamento, tendo antes, no começo da viuvez, deixado a ele a administração dos seus negócios” – e somente em nota está escrito “ele [Selden] viveu de maneira conjugal com ela, sem casamento”⁵⁰. Na mesma época, dois textos breves e derivados desse verbete, e que foram anexados a impressões de *Table Talks*, diziam apenas que “ele residiu alguns anos com Elizabeth, condessa viúva de Kent, na casa carmelita”⁵¹, enquanto um terceiro sequer fez menção a ela⁵². No começo do século XIX, Aikin mantinha o decoro ao reproduzir a informação advinda de Wood de que Selden “vivia com ele de forma conjugal, mas o que ele [Wood] queria dizer com essa expressão

⁴⁷ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 220.

⁴⁸ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 224.

⁴⁹ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 111.

⁵⁰ *Biographia Britannica*, 3621.

⁵¹ “The life of John Selden”, in *Table Talk* de John Selden (London: Joseph White, 1786), xi; “The life of John Selden”, in *Seldeniana* de John Selden (London: E. Jeffery, 1789), xi.

⁵² “An account of the life and writings of John Selden”, in *Seldeniana* de John Selden (London: W. Otridge et al, 1798).

não ousou conjecturar”⁵³. Porém, foi consenso entre os biógrafos que a fortuna de Selden se devia, em muito, à relação com a condessa, a qual “legou a ele a Casa Carmelita em Whitefriars e acredita-se que ele recebeu dela a maior parte do patrimônio considerável que possuía”⁵⁴, sendo alguém cuja “liberalidade” enriqueceu a Selden que “depois da morte do conde, em 1639, continuou administrando o patrimônio da condessa viúva” e recebeu em testamento todo o patrimônio pessoal dela⁵⁵. Apesar disso, Aubrey foi taxado como “autoridade fofqueira” por depor contra a “piedade e virtude” pelas quais a condessa era conhecida⁵⁶, bem como desacreditado (sem qualquer evidência) na história de que Selden teria se casado com Elizabeth, mas reconhecido a união depois da morte dela⁵⁷.

Apenas entre os biógrafos contemporâneos é que a relação entre Selden e Elizabeth adquiriu maior peso e profundidade. No verbete atual sobre Selden no *Dictionary of National Biography*, Elizabeth é “sua companheira de longa data” e na opinião do autor, Christianson, ela foi muito provavelmente a esposa de Selden. A prova é o próprio testamento da condessa: além de legar toda sua fortuna pessoal a Selden, Elizabeth qualifica a si mesma como “outrora esposa do conde de Kent” – e não “viúva do conde de Kent”, sugerindo ter se casado outra vez⁵⁸. Fora essa aposta numa união informal ou secreta entre Selden e Elizabeth, há nos textos biográficos contemporâneos uma importante mudança na ordem discursiva. A figura da condessa que antes costumava aparecer junto das circunstâncias da morte de Selden (isto é, quando o biógrafo indicava o local em que morreu e o patrimônio legado por ele) tornou-se um vínculo importante das relações sociais estabelecidas pelo autor com a aristocracia. Foi ao falar disso que Toomer, o biógrafo contemporâneo de maior peso, expôs o “escândalo” da união do casal. Assim como Aubrey, Toomer recuperou o falatório da época, segundo o qual a viúva, apesar da reconhecida generosidade, “vivia em comum putaria com o famoso Selden” e que ela, dois anos mais velha do que ele, seria a razão do amor do autor pelas “antiguidades”⁵⁹. Apesar

⁵³ John Aikin, *Lives of John Selden*, 155.

⁵⁴ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, cxiii.

⁵⁵ Edward Fry, “Selden, John”, 1158.

⁵⁶ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, cxii-iii. George W. Johnson dizia a mesma coisa diante da possibilidade de que a condessa fosse autora de *A choice manual of rare and select secrets in Physick and Chirurgery*: “but her being an author was not the most estimable part of her character. She was eminent for her virtue and piety” (George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 355).

⁵⁷ Edward Fry, “Selden, John”, 1158.

⁵⁸ Paul Christianson, “Selden, John”, online.

⁵⁹ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 313-4 n. 18-19.

desses xingamentos, o biógrafo assinalou que ela “era uma mulher de cultura”, cujos livros foram incorporados à biblioteca de Selden e a quem, após a morte, foi atribuída a autoria de um livro sobre ervas medicinais. Para Toomer, Elizabeth fora “claramente devotada a Selden” e contribuiu, inclusive, para a soltura dele da prisão, em 1631; e “os sentimentos dela eram recíprocos”, alguém cuja morte foi profundamente lamentada por Selden, dizendo ser ela “realmente uma pessoa das mais incomparáveis”⁶⁰.

Haivry aprofundou essa tendência e fez o retrato mais substancial até agora da figura de Elizabeth na trajetória de Selden. Na narrativa, ela é a companheira de Selden – o biógrafo mantém apenas por formalidade a dúvida sobre a união do casal, chegando a chamá-la pelo provável nome de casada, “Elizabeth Selden”⁶¹. Talvez nunca se possa provar documentalmente a união entre ambos, todavia Haivry acrescentou outras duas provas circunstanciais: o fato de que Selden emprestou da biblioteca de Sir Robert Cotton um livro sobre casamento clandestino; e que ele dizia, no verbete sobre o assunto em *Table Talk*, que o casamento era apenas um contrato civil, de caráter pessoal e fadado ao infortúnio⁶². Além disso, Elizabeth aparece como nó importantíssimo de uma rede nobiliárquica de parentesco que envolvia Selden. Ela foi casada com o conde de Kent, Henry Grey, o qual era amigo de Selden desde quando frequentavam o Inner Temple, era também irmã das esposas do conde de Arundel, Thomas Howard, e do conde de Pembroke, William Herbert, e estava ligada por parentesco a Sir Robert Cotton – todos esses personagens masculinos (Kent, Arundel, Pembroke, Cotton) foram patronos intelectuais e políticos de Selden no decorrer da vida⁶³. Ademais, Elizabeth foi prestigiada na corte de Jaime I, reuniu em torno de si e do marido um círculo artístico e literário e era também a pessoa mais íntima de Selden a fazer parte do circuito inglês de católicos, cripto-católicos e simpatizantes⁶⁴. A aproximação entre eles se devia à administração das

⁶⁰ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 314.

⁶¹ Ofir Haivry, *John Selden*, 98.

⁶² Ofir Haivry, *John Selden*, 19, 33 n. 36, 62. Em *Table Talk*, Selden diz o seguinte sobre o casamento: “Marriage. 1. Of all Actions of a mans life, his Marriage does least concern other people, yet of all Actions of our Life ‘tis most meddled with by other people. 2. Marriage is nothing but a Civil Contract, ‘tis true ‘tis and Ordinance of God: so is every Contract, God commands me to keep it when I have made it. 3. Marriage is a desperate thing, the Frogs in Aesop were extream wise, they had a great mind to some water, but they would not leap into the Well, because they could not get out again. 4. We single out particulars, and apply Gods Providence to them, thus when two are marry’d and have undone one another, they cry it was God’s Providence we should come together, when Gods Providence does equally concurr to every thing” (John Selden, *Table-talk: Being the discourses of John Selden esq.* (London: E. Smith, 1689), 33).

⁶³ Ofir Haivry, *John Selden*, 27.

⁶⁴ Ofir Haivry, *John Selden*, 31-2, 66-7, 428 n. 90.

propriedades de Elizabeth e de Henry Grey. Elizabeth e suas duas irmãs (Mary e Alethea) eram as herdeiras da vasta fortuna de Gilbert Talbot, conde de Shrewsbury, que faleceu em 1616. O biógrafo revela que apesar dos Kent serem os condes mais pobres da alta nobreza, a maior parte dos rendimentos de que gozavam vinha da herança de Elizabeth e ela “era claramente a personalidade mais forte do casal”⁶⁵. A gestão da fortuna e dos litígios envolvidos na divisão do patrimônio de Talbot ocupou Selden durante anos e foi, inclusive, a razão para que ele fosse libertado da prisão, “ficando sob custódia dos amigos” após Elizabeth ter acusado seus cunhados de prejudicá-la na partilha da herança – o que exigia recorrer a um árbitro da confiança dos envolvidos⁶⁶. A relação entre Selden e Elizabeth era atravessada pela manutenção de contratos e não parece ser à toa que, no verbete dedicado a eles em *Table Talks*, a condessa é não apenas mencionada nominalmente, mas ainda goza da mesma condição de um homem enquanto contratante⁶⁷. Por fim, para o biógrafo, a morte de Elizabeth foi particularmente dolorosa para Selden por integrar um quadro maior, das “duras realidades da Inglaterra do interregnum, com seus levantes violentos e vida pública grosseira, com o empobrecimento do comércio e das artes, sem teatro e sem Natal”⁶⁸.

A essa altura, é certo que o parentesco não explica a notoriedade de Selden entre os seus contemporâneos. Não foi porque sua mãe tivera algum vínculo de sangue com os Baker de Sissinghurst ou que seu pai prosperara como proprietário rural que Selden fez fortuna e adquiriu o renome que lhe foi próprio – ainda que não se possa desconsiderar as condições materiais e os vínculos herdados por Selden de seus pais. Ainda assim, o parentesco não apenas autoriza uma investigação mais detida a respeito da reivindicação de nobreza feita por Selden, mas ainda, e principalmente, fornece os limites de sua trajetória.

A respeito do primeiro ponto, a afirmação de Toomer de que Selden reivindicou “na vida madura” uma posição de nobreza parece acertada. Examinando a

⁶⁵ Ofir Haivry, *John Selden*, 31.

⁶⁶ Ofir Haivry, *John Selden*, 56-7.

⁶⁷ Ofir Haivry, *John Selden*, 179 n. 108. O excerto do verbete diz o seguinte: “[...] 3. Lady Kent Articled with Sir Edward Herbert, that he should come to her when she sent for him, and stay with her as long as she would have him, to which he set his hand; then he Articled with her, That he should go away when he pleas’d, and stay away as long as he pleas’d, to which she set her hand. This is the Epitome of all the Contracts in the World, betwixt man and man, betwixt Prince and Subject, they keep them as long as they like them, and no longer” (John Selden, *Table talk* (1689), 15-6). A condessa é mencionada em outros dois verbetes de *Table Talk* (Lords before the Parliament, Tythes), sempre em analogias domésticas, e o conde é também mencionado em outros dois verbetes (Preferment, Religion).

⁶⁸ Ofir Haivry, *John Selden*, 98.

correspondência do autor⁶⁹, existem 103 cartas de um total de 339 (excluindo aquelas sem qualquer datação) que trazem de forma expressa a menção ao título de ‘esquire’ – quase sempre no campo do destinatário. Essas mais de trezentas cartas foram reunidas e transcritas por Toomer e vão de 1615 até 1654. Ao segmentá-las cronologicamente (1610-9, 1620-9, 1630-9, 1640-9, 1650-4) é possível corroborar a afirmação do biógrafo. De 1610-9, nenhuma das 15 cartas do período traz o título em questão; entre 1620-9, 4 em 42 fazem uso dele (isto é, 10% das cartas); de 1630-9, apenas 3 de 58 (5% desse total); entre 1640-9, o número salta para 25 de 88 cartas (ou seja, 28%); e, por fim, de 1650-4, as menções a ‘esquire’ estão em 71 das 137 cartas do período (52%). Ainda que se possa fazer objeções, e não sem razão, de que tal conjunto é um produto do acaso (não foram todas as cartas que sobreviveram, e muito menos foi preservado em todas o campo do destinatário) ou que alguns correspondentes estão super-representados (Ralph Curdworth, Edward Pockocke e, sobretudo, Gerard Langbaine), não se pode negar que esse é o corpo documental que se tem disponível e que nele existe uma tendência. A conclusão disso é que a reivindicação de nobreza feita por (e o reconhecimento dela) se deu fundamentalmente na vida madura, de modo que as relações de parentesco que a legitimam estão envolvidas num misto de escolha, descoberta e reivindicação. O fato de que Selden nasceu “de pais honestos” não é um dado da natureza, mas cuja naturalização interessa como meio de conferir estabilidade e retirar, em alguma medida, a historicidade da vida do autor. Ao fim da vida, a vivência de Selden se explica pela origem e a reivindicação do título de escudeiro se faz numa tautologia.

Além disso, no que diz respeito ao segundo ponto, o parentesco opera como limiar da história de vida de Selden. À luz do que foi exposto até aqui, percebe-se um duplo movimento na narrativa: o apagamento das figuras femininas na vida de Selden, ao mesmo tempo em que elas são da maior importância para dar sentido à mesma. Esse apagamento se deve em muito à falta de informações sobre Margaret, Mary e Elizabeth, todavia essa falta em si não deixa de ter significado. A existência de tão poucos documentos sobre essas mulheres mostra que Selden desfrutou não apenas da ascensão

⁶⁹ Toda a correspondência relacionada a Selden examinada nesta tese foram transcritas por Gerald J. Toomer. A transcrição foi oferecida e incorporada ao *Early Modern Letters Online* (EMLO) e está disponível gratuitamente pela internet. Quando foi possível e necessário, a transcrição foi cotejada com o maior e principal conjunto de cartas originais de Selden, o qual está na Bodleian Library. Para mais, conferir: “The correspondence of John Selden (1584-1654)”, transcrito por Gerald J. Toomer, in *Early Modern Letters Online*, <http://emlo.bodleian.ox.ac.uk/blog/wp-content/uploads/2015/01/selden-correspondence.pdf>; John Selden, MS Selden supra 108-109, Bodleian Library.

social dentro da estrutura social inglesa, mas ainda de uma condição de produtor e objeto de memória. Quase tudo o que se sabe sobre essas mulheres remete a ele, e mesmo Elizabeth, hierarquicamente superior, não dispôs de meios para se fazer tão presente na memória quanto Selden – dela se sabe por casamentos, pelo falatório, pelo patrimônio, por seus livros, dimensões nas quais o autor se fazia presente. Essa falta documental desdobra-se narrativamente em apagamento biográfico, conferindo destaque ainda maior a Selden, o protagonista da história. Mesmo assim, é perceptível que o status social usufruído pelo autor alicerçava-se em duas dessas figuras: da mãe derivava sua reivindicação genealógica de nobreza; e da companheira, sua inserção efetiva na aristocracia numa posição confortável. Tal qual seu pai, Selden transitou acima de sua condição e, acredita-se, graças a ofícios em particular (no caso do pai, a música, e do filho, o domínio sobre as leis e as antiguidades) e essas andanças sociais foram de fato ratificadas por Margaret e Elizabeth. Ademais, é no contraste com a irmã que fica evidente o conceito de família de Selden: enquanto Mary se casou e tornou-se mãe de seis filhos, Selden não contraiu matrimônio abertamente, nem teve filhos – e aqui é preciso acrescentar que os condes de Kent também não tiveram filhos, sendo o título transmitido para um primo de segundo grau de Henry Grey. Apesar disso, Selden falava no testamento em sua “família”, o que implica que, no caso dele, constituir família significava assentar-se na casa. Em outras palavras, não se tratava de consanguinidade, mas de ‘household’, isto é, daquilo que era possível mobilizar e governar de casa.

Faz sentido que Selden, o então escudeiro da mansão carmelita, dissesse o seguinte:

As Mulheres e os Príncipes devem ambos confiar em alguém; e eles são felizes ou infelizes na medida do merecimento daquele em cujas mãos caíram. Se um homem sabe como manejar o favor de uma Dama, a Honra dela está salva, e assim é com um Príncipe⁷⁰.

Selden diz sem dizer é que o bom manejo da confiança, do favor e, principalmente, da honra garantiria não apenas felicidade às mulheres e aos príncipes, mas também, e não menos importante, posição, prestígio e poder a alguns sujeitos merecedores, habilidosos em manejar favores e vontades, como o próprio Selden. A fragilidade do status social de

⁷⁰ O verbete ‘Women’ em *Table Talk* possui cinco itens, sendo que o quarto corresponde ao trecho em destaque no corpo do texto e diz o seguinte no original: “Women and Princes must both trust some body; and they are happy, or unhappy according to the desert of those under whole hands they fall. If a man knows how to manage the favour of a Lady, her Honour is safe, and so is a Princes” (John Selden, *Table talk* (1689), 60).

Selden, para Haivry, coexistiria e alimentaria em alguma medida sua independência política⁷¹, porém tal autonomia, se aceita, pressuporia algo ainda mais relevante: a capacidade do autor de negociar com a hierarquia social, de se fazer útil aos letrados, aos aristocratas, às instituições e merecedor de sua fama e fortuna.

3. John Selden, ‘erudito’

O merecimento é o fundamento da maioria das descrições sintéticas feitas a respeito de Selden. Fala-se aqui propriamente em ‘merecimento’ e não em mérito, como estabeleceu um contemporâneo de Selden, Thomas Hobbes, segundo o qual existiria uma espécie de disposição natural de alguns sujeitos à determinadas realizações⁷². No caso de Selden, o merecimento atuou em conjunto com o seu efetivo reconhecimento, de modo que, dentro dessa dinâmica, um sujeito em particular fosse considerado um notório erudito pelos seus contemporâneos.

Ao falar de Selden, os biógrafos mobilizam termos e expressões como ‘antiquário’, ‘jurista’, ‘advogado’, ‘erudito’ e até mesmo ‘estrela de primeira magnitude’ e ‘glória da nação inglesa’. Tais identificações não são idênticas, nem excludentes e apontam para lugares distintos e concretos de atuação. Selden se dedicou a atividades mais ou menos delimitadas e que, na prática, estavam misturadas: a operação do direito, a pesquisa antiquária e a erudição acadêmica. Sua atuação como jurista estava amparada na vinculação com o Inner Temple, onde se tornou especialista na *common law* e residiu entre 1604 e 1639, e também no aconselhamento legal oferecido ao Parlamento e às famílias da aristocracia. O estudo das antiguidades conferiu conteúdo e forma às obras de Selden, além de tê-lo inserido, desde jovem, no circuito de letrados que se reunia em torno da biblioteca de Sir Robert Cotton. Selden foi prestigiado como antiquário dentro e fora da Inglaterra. Já a erudição acadêmica, a mais genérica dessas atividades, constitui-se em meio a atuação jurídica e as antiguidades, bem como nos laços de Selden com as

⁷¹ Segundo o biógrafo, a anedota registrada por Aubrey de John Selden pai ao violino refletiria algo de substancial sobre a condição social do filho: “Selden’s own experience, as a fiddler’s son elevated by his talents to a place among the powerful, but always wary of their fickle natures and suspicious of their precarious favors. His career will show him, despite easily congregating with the rich and mighty, always maintaining a level of detachment, repeatedly declining honors offered and keeping himself very much his own man, steadily building up his assets until he became very wealthy indeed, but always valuing above all his independence” (Ofir Haivry, *John Selden*, 13).

⁷² Thomas Hobbes, *Leviatã* (São Paulo: Martins Fontes, 2008), 84.

universidades inglesas e a República das Letras. Ademais, a erudição se materializava em sua coleção de livros e manuscritos, no apadrinhamento de letrados e no interesse e obras publicadas sobre a história da lei inglesa, a antiguidade cristã e a sabedoria hebraica. No conjunto, tais descrições de Selden evocam sua condição de polímata e fazem da sua vida uma narrativa de proezas intelectuais, porém seus biógrafos se utilizaram de diferentes recursos intelectuais para contar sua história: eles apelaram ao caráter, às obras e às amizades de Selden. Considerá-lo sob o prisma do erudito exige, portanto, examinar como se fizeram, na sua particularidade, esses apelos biográficos.

A vida de Selden é frequentemente narrada como a realização de uma vocação para as letras. Um bom exemplo disso é a recorrência com que a maioria dos biógrafos recuperou a informação publicada nas obras completas de Selden de que na casa em que o autor vivera na infância, em Salvington, existia uma inscrição latina que dizia: “ó honesto, a mim me és caro, não me fecharei, entre, te sentarás / Ladrão fora daqui; não estou aberta para ti”⁷³. O fato de existirem pouquíssimas informações sobre a infância de Selden explica, em grande medida, a recorrência da menção à inscrição latina nos textos biográficos. Todavia, em alguns desses textos é possível identificar algo a mais. A inscrição é entendida, em *Biographia Britannica*, como “um espécime marcante do seu gênio aos dez anos de idade” e provável referência ao lema da academia de Platão: ‘não entre quem não souber geometria’⁷⁴. Nos biógrafos atuais, a ideia se mantém, já que a inscrição se trata da “única evidência remanescente do extraordinário talento linguístico do garoto” e mostraria “o potencial precoce para ir além da vida de um fazendeiro”, porém as referências mudam: a inscrição faria referência ao poeta Catulo (poema 67), cujo eu-lírico fala com uma porta, e talvez tenha inspirado uma passagem famosa de O Senhor dos

⁷³ A inscrição latina é mencionada pela primeira vez na vida de Selden escrita por David Wilkins (“Gratus, honeste, mihi, non claudar, initio, sedebis/ Fur, abeas; non sum facta soluta tibi”) e é repetida pela maioria dos biógrafos a partir de então. George Johnson dizia ter inspecionado a casa e encontrado a inscrição no lintel da porta de entrada, mas apenas isso e nada mais de valor biográfico – embora dissesse que “some good-natured pilgrim had pinned up a copy of the inscription; and an usher, well-meaning but incompetent, had added a laudatory distich unworthy of transcription” e falasse da satisfação em conversar com a viúva dona do lugar, “she is no memorialist of Selden; but she is a worthy specimen of the contended English peasant, whose vigour has passed during seventy years of labour”. Posteriormente, Toomer forneceria mais subsídios ao assunto, acrescentando que a inscrição atribuída a Selden aparecia em guias de viagem e livros de antiguidade oitocentistas, bem como o fato de que não há mais qualquer vestígio dela, dado que, em 1956, a casa foi demolida e a inscrição desapareceu num museu local. Um destino ocasional de curiosos, a casa não se tornou um monumento nem de Selden, nem da vida típica do campesinato inglês. Para mais, conferir: David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: ii; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 33-5; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 2.

⁷⁴ *Biographia Britannica*, 3606 n. B.

Anéis, na qual a comitiva de heróis se vê diante da entrada das minas de Moria⁷⁵. É muito provável que tal inscrição tenha sido feita pelo jovem Selden, já que o entalhe não é profissional e dificilmente outra pessoa no lugar teria o conhecimento linguístico para tal, porém não é disso que se trata: a inscrição não figura como simples atestado de que Selden estudou numa escola tradicional de Sussex, a Prebendal School de Chichester, mas é testemunho da precocidade dele e reforça sua relevância e, principalmente, sua caracterização como estudioso por natureza.

Remetendo ao fragmento autobiográfico, duas palavras ecoaram frequentemente nas narrativas sobre a vida de Selden, sobretudo entre os séculos XVII e XIX, 'diligência' e 'êxito'. No século XVII, Wood dizia que, em Oxford, Selden instruiu-se em lógica e filosofia, "as quais ele conquistou com grande facilidade", e que ele, no Inner Temple, foi um "aluno diligente"⁷⁶. No século XVIII, Wilkins dizia que, ainda jovem, Selden "mostrou plenamente quem e de que espírito já era e que tipo de homem viria a ser, e realizou tantos progressos" que se voltou para o estudo das leis⁷⁷. Décadas depois, *Biographia Britannica* afirmava que Selden perseguira os estudos acadêmicos "com ardor incomum, dominando absolutamente toda dificuldade que surgisse para ele em qualquer um dos saberes" e que, em sua formação jurídica, a opção por evitar os tribunais garantiu que ele "perseguisse com diligência infatigável e sucesso extraordinário" as origens da lei⁷⁸. No século XIX, Singer destacava a "proficiência precoce" de Selden, a qual garantira sua admissão em Oxford com quatorze anos, e que no Inner Temple "ele se tornou um aluno tão diligente e sua proficiência tão bem conhecida". Graças a isso, Selden pôde atuar como conselheiro jurídico e se afastar dos negócios usuais do direito para assim "perseguir suas ocupações literárias com assiduidade"⁷⁹. Fry elogiava a "indústria e erudição" de Selden, que publicara três livros num único ano, e dizia que "o estudo foi sempre sua principal ocupação" e que ele "do começo ao fim reservou para si mesmo aquele tempo livre que é necessário para a vida de um estudante"⁸⁰.

Tendo em vista essas qualidades, não é de se estranhar que a maior parte dos textos biográficos (exceto os contemporâneos) tenha reproduzido de maneira acrítica o

⁷⁵ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 2; Ofir Haivry, *John Selden*, 11 n. 17.

⁷⁶ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 107.

⁷⁷ David Wilkins, "Vita Joannis Seldeni", 1: ii.

⁷⁸ *Biographia Britannica*, 3606.

⁷⁹ Samuel W. Singer, "Biographical preface", xiv-xvi.

⁸⁰ Edward Fry, "Selden, John", 1150-1, 1161.

fragmento autobiográfico ao falar da passagem de Selden de Oxford para as Inns of Court. Neles, ele foi apenas ‘transplantado’, ‘enviado’, ‘removido’ ou ‘reajustado’ de um lugar para o outro, sem qualquer tipo de estranhamento. Ainda que Johnson chamasse atenção para o fato de que não existirem registros de quaisquer distinções acadêmicas recebidas por Selden durante sua passagem por Oxford⁸¹, é apenas no final do século XIX que aparece, pela primeira vez e de modo explícito, a informação de que Selden não obteve qualquer título acadêmico por ter frequentado a universidade⁸² – a preocupação usual dos biógrafos costumava ser fixar a data de ingresso de Selden em Oxford, se em 1598 ou em 1600. Lacuna desimportante até então, ela foi explorada pelos biógrafos contemporâneos. Berkowitz diminuiu a importância de Oxford na formação de Selden, embora não descartasse a lealdade duradoura de Selden à universidade: ele manteve uma relação apenas de conveniência com seu alojamento, professor algum teve influência significativa sobre ele, seus estudos envolvendo o direito não eram parte usual do currículo e dificilmente ele pôde se familiarizar com as diversas línguas pelas quais se tornou conhecido no período de apenas um ano e meio no qual permaneceu em Oxford – e, além disso, o ambiente acadêmico seria demasiadamente rígido e pouco permeável aos estudantes mais pobres⁸³. Apesar disso, o simples fato de Selden não ter obtido um título acadêmico não era algo passível de demérito. Toomer diz que isso ocorria com alguma frequência entre “aqueles que não desejam perseguir uma carreira acadêmica ou eclesiástica” e lembra que outro advogado famoso, Francis Bacon, fizera o mesmo⁸⁴.

A despeito disso, a aposta de estudiosos contemporâneos na relevância da dimensão socioeconômica para explicar a formação de Selden não exige de se pensar aqui na lógica que orientava os primeiros textos biográficos sobre o autor – não fazer isso significa assumir que o mero acúmulo documental estaria por detrás dessa mudança. Na maioria dos textos biográficos sobre Selden, a síntese de caráter desempenha um papel fundamental: antes de tudo, ela permite naturalizar a erudição. O êxito intelectual de Selden decorreria das suas virtudes, seria expressão do seu caráter. Selden era celebrado por Aubrey porque “nunca usou qualquer auxílio artificial para fortalecer sua memória: ela

⁸¹ Segundo o biógrafo, as honrarias distribuídas na universidade eram na sua imensa maioria destinadas aos matemáticos e aos poetas, dentre os quais “Selden had no proeminent rank, his genius at no period of his life displaying itself either in abstract calculations, or in excursions of the imagination [...] Selden was not among the dandies of the University” (George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 38).

⁸² Edward Fry, “Selden, John”, 1150.

⁸³ David S. Berkowitz, *John Selden's formative years*, 15-16.

⁸⁴ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 5 n. 22.

era puramente natural”. Tratar-se-ia também de alguém “moderado ao beber e comer” e que “mantinha uma mesa farta, e nunca sem alguma companhia letrada”. E em seu funeral teria sido dito: “um homem sábio disse que quando um letrado morre, uma boa parte das letras morre com ele: é certamente o caso aqui”⁸⁵. Wood considerava que Selden fora um estudante aplicado graças “a um corpo forte e memória vasta”, tornando-se “um prodígio na maior parte dos saberes”. Para ele, Selden era alguém com “grande proficiência nas Leis divinas e humanas; ele era um grande Filólogo, Antiquário, Arauto, Linguista, Estadista, e em tudo mais. Sua memória natural e artificial era exata, ainda sim sua imaginação era lenta, não obstante tenha feito várias incursões nas faculdades da Poesia e da Oratória para aliviar seus pensamentos severos e suavizar seu estilo duro que ele usava majoritariamente nos Livros publicados por ele em Latim”⁸⁶. Admirável por sua memória vasta e erudição diversificada, Selden era capaz de impressionar mesmo numa época na qual os polímatas eram comuns. A isso eram somadas outras virtudes: a temperança dos hábitos, a severidade dos pensamentos, a generosidade e o cultivo da utilidade. *Biographia Britannica* dizia, por exemplo, que Selden não mantinha para si toda a sua erudição, como se fosse ela um tesouro escondido, “mas a comunicava para todo o mundo letrado; pois a Natureza deu a esse homem tal sagacidade e rapidez de raciocínio que qualquer assunto sobre o qual ele se debruçasse, parecia não apenas tê-lo aprendido, mas conhecê-lo desde sempre e, com Platão, dele se lembrar”. Selden se assemelharia a Hércules, cujo trabalho árduo “revirando os livros com extremo cuidado” lograva sucesso em converter “tudo para o seu uso, isto é, para a ilustração da antiguidade sagrada e veneranda”⁸⁷.

Essa mistura entre atributos físicos, temperamento, interesses e estilo formava o caráter do autor. No caso de Selden, seria possível sintetizá-lo da seguinte maneira: sujeito saudável, trabalhador e empenhado no aprendizado, dotado de vasta memória, de uma erudição variada e incomum (especialmente em matéria de idiomas), afeito às boas companhias, moderado nos costumes e de estilo duro. A síntese do caráter é um modo de retratar e de monumentalizar Selden, tornando-o tanto reconhecível quanto passível de imitação.

⁸⁵ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 220, 223, 221, 222.

⁸⁶ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 107.

⁸⁷ *Biographia Britannica*, 3624.

O apelo ao caráter se fez presente sobretudo na recepção de *Table Talk*. De início, o texto causou desconforto. Numa resenha sobre ele, que foi publicada nas *Acta Eruditorum*, em 1692, isto é, três anos depois da primeira edição, é repetida a afirmação feita pelo compilador, Richard Milward, de que o livro consistiria em ditos de Selden coletados ao longo dos últimos vinte anos de vida do autor – quando Milward trabalhou como amanuense. Mas isso era acrescentado o seguinte: “pouco há para duvidarmos de que ele [Selden] antes não objetaria ou que o próprio não corrigiria por demais esta edição. Esses ditos foram concebidos naquele estilo familiar bastante divertido ou em uma simples conversação jocosa”. No livro seria possível encontrar “sempre que requisitado, algo de um assunto deveras banal ou uma historieta faceciosa”, além do que “não raro, encontrarás coisas por vezes de certo modo contrárias a si, havendo de queixar-se com justiça, não estarem registradas de acordo com a ordem cronológica”. Existiriam também nele dizeres de menor importância “um tanto alheios aos preceitos de doutrina moral, os quais causariam mal a Selden se tornados públicos enquanto estivesse vivo”. Diante dessa avaliação, a resenha se encarregava de desbastar “os excessos, de modo que de todos os gêneros indicados, os exemplos sejam convenientes ao leitor curioso”⁸⁸.

Esse trecho da resenha foi transcrito na íntegra por Wilkins nas obras completas de Selden, considerado por ele “tão justo e verdadeiro”⁸⁹. O biógrafo desconfiava do crédito de *Table Talk*, “se é que merece algum”, uma vez que Milward “teria retirado da boca de Selden, sentado em almoço ou jantar” afirmações das quais o autor não estava ciente e assim “transmitir à memória [in museum] as coisas que caíram entre o cálice e o lábio superior”. Wilkins deixava ao leitor a tarefa de julgar o livro, porém não deixou de dizer: “muitas coisas certamente estão contidas neste livrinho que descreditam uma boa parte da erudição dele, não dão o sabor do gênio de Selden, nem representam seus costumes e princípios”⁹⁰. No verbete destinado a Selden em *Biographia Britannica*, a posição de Wilkins é reproduzida e *Table Talk*, junto a outros textos póstumos do autor, não é considerado genuíno “por conter inconsistências em muitas partes, e algumas observações indignas da erudição e discernimento do nosso autor”⁹¹.

⁸⁸ “Table-talk i. e. Colloquia Mensalia, Jani Seldeni, armigeri”, *Actorum Eruditorum Supplementa* 1 (Lipsiae: Joh. Grossi Haeredes & J. F. Gleditschium, 1692): 426-429.

⁸⁹ Johh Selden, *Joannis Seldeni opera omnia*, 3: to the reader.

⁹⁰ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xlv.

⁹¹ *Biographia Britannica*, 3623

A partir de meados do século XVII, livros reunindo ditos e anedotas oriundos de figuras proeminentes (os chamados livros de apotegmas ou indicados pelo sufixo ‘ana’) eram sucesso de publicação e formavam um gênero próprio, do qual faziam parte obras como Scaligerana (1666), Thuana (1669) e Menagiana (1695)⁹². Apesar disso, o descrédito atribuído a *Table Talk* era resultado fundamentalmente da inadequação entre o estilo de *Table Talk* (o tom jocoso, a abordagem despudorada, a mistura entre assuntos importantes e banais) e o caráter de Selden, descrito frequentemente como herói sisudo das letras. No entanto, essa inadequação formal entre a obra e a persona literária de Selden transformou-se, no século XIX, numa abertura que permitiria apreender o caráter do autor em um sentido mais amplo. *Table Talk* forneceria uma amostra vívida do que haveria de mais humano em Selden – e, vale lembrar, tratava-se na época da única obra de Selden que ainda era reproduzida na imprensa. Em sua vida de Selden, Aikin marcava essa mudança e afirmava que o livro era “uma expressão mais genuína e explícita dos seus sentimentos sobre diversos assuntos do que suas publicações estudadas, já que embora os homens raciocinem mais corretamente no papel, eles usualmente exibem seus sentimentos e convicções mais verdadeiramente *viva voce* numa conversa não premeditada”⁹³. Pouco depois, Johnson manteve alguma ressalva sobre o texto ao dizer que Milward teria agido melhor se não tivesse registrado algumas das opiniões de Selden, porém destacava simultaneamente que o mesmo sujeito gozava da mais privilegiada posição para tornar conhecidos “os sentimentos e opiniões” de Selden e que, no geral, *Table Talk* não poderia ser considerado indigno de Selden, pois “ele passou por numerosas edições e pode ser, de fato, considerado um dos clássicos da língua inglesa”⁹⁴. Naturalmente, os editores de *Table Talk* reforçavam essa opinião. Para Singer, cuja apresentação biográfica de Selden servia de prefácio para a edição de 1847, o livro tinha um “ar de genuinidade” e mostraria que o autor “com toda a sua erudição, era um homem do mundo, familiarizado com as cenas ordinárias da vida comum, e sabia como endereçar assuntos difíceis aos interesses e ao íntimo dos homens de capacidade ordinária de uma maneira tanto perspicaz quanto aprazível”⁹⁵. Edward Arber, que prefaciou outra edição de *Table Talk* (1868), encarava o texto como um livro de apotegmas, um “armorial de pensamentos”, cuja leitura correta (isto é, cuidadosa e ponderada) “atua como um tônico

⁹² Frank P. Wilson, “Table Talk”, *Huntington Library Quarterly* 4, n. 1, (1940): 27-46.

⁹³ John Aikin, *Lives of John Selden*, 167.

⁹⁴ George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 359-60.

⁹⁵ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, x.

para mente” e que, a despeito da fragmentação dos tópicos sobre os quais Selden discorria, permitiria conhecer as principais opiniões de um verdadeiro “campeão da lei humana”⁹⁶. No final do século XIX, trata-se de uma opinião consolidada. No verbete sobre Selden no *Dictionary of National Biography*, Fry afirmava que *Table Talk* era “o retrato mais vívido disponível dos hábitos de pensamento e dos modos de se expressar do grande advogado erastiano”⁹⁷. Assim, na virada do século, Selden era encarado, graças a *Table Talk*, como uma referência literária e expressão vívida da sagacidade seiscentista, um sujeito hábil na conversação e em entreter, bem como dotado de um caráter tipicamente britânico e orientado para a política⁹⁸.

Essa inflexão não passou despercebida e foi encarada predominantemente como uma questão de autenticidade. Segundo Singer, Wilkins adotou a opinião da *Acta Eruditorum* “contra a autenticidade do livro, baseado no fato de que ele contém muitas coisas indignas para um homem da erudição de Selden, e em desacordo com seus princípios e práticas”⁹⁹. Fry disse o mesmo: “sua autenticidade [de *Table Talk*] foi disputada pelo Dr. David Wilkins, porém por razões que não satisfizeram o mundo”¹⁰⁰. E a questão chegou à contemporaneidade, afirmando Toomer que a concordância entre os ditos de Selden em *Table Talk* e passagens de outros livros do autor é “suficiente para garantir a autenticidade da obra contra as dúvidas de Wilkins e de outros que não desejavam atribuir a Selden algumas das opiniões expressas (isso sem falar das eventuais grosserias)”¹⁰¹. No entanto, Frederick Pollock, que organizou a edição de 1927 de *Table Talk*, encarava a questão como um problema de leitura: a afirmação de Singer e Fry de que se duvidava da “genuinidade de *Table Talk* parece ser um erro causado por uma leitura apressada do excerto de Wilkins”, pois a única dúvida que se tinha “é se Milward tinha realmente preparado suas notas para a publicação”. E dizia que, para Wilkins, “muito de *Table Talk* não dá crédito à erudição de Selden e não está de acordo com o seu caráter, o que prova apenas que o deleite com a sagacidade caseira dos ingleses não se somava às realizações de Wilkins como arqui-diácono e hebraísta”¹⁰².

⁹⁶ Edward Arber, “Introduction”, in *Table Talk* de John Selden (London: Southgate, 1868), 9-10.

⁹⁷ Edward Fry, “Selden, John”, 1159.

⁹⁸ Paul Herbert, *Men and letters* (London: John Lane, 1901), 314-334.

⁹⁹ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, viii.

¹⁰⁰ Edward Fry, “Selden, John”, 1159.

¹⁰¹ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 594 n. 235.

¹⁰² Frederick Pollock, “Introduction”, in *Table Talk de John Selden* (London: Quaritch, 1927), x-xi.

Preocupada em estabelecer a autenticidade de *Table Talk*, a bibliografia oitocentista deixou escapar a ambiguidade que transita e se organiza em torno do uso de palavras como 'autenticidade' e 'genuinidade'. Embora os autores utilizassem os termos livremente e de modo intercambiável, é rentável diferenciá-los. A autenticidade propriamente de *Table Talk* nunca foi questionada e suas credenciais se tornaram mais sólidas com o passar do tempo. A despeito do incômodo que causava, o livro foi incorporado às obras completas de Selden organizadas pelo próprio Wilkins, já que trazia, desde a primeira edição, prova documental de sua autenticidade: a dedicatória de Milward a Matthew Hale (e outros amigos e executores do testamento de Selden). Até o século XIX, a dedicatória serviu nas diversas impressões da obra como garantia de proveniência, mesmo que, em 1689, quando o livro foi publicado pela primeira vez, Hale e Milward já estivessem mortos (1676 e 1680, respectivamente) e não poderiam fazer qualquer objeção. A evidência manuscrita é mencionada apenas nas edições de Singer (1847), Reynolds (1892) e, principalmente, Pollock (1927), o qual organizou edição encomendada pela Selden Society tendo em vista estabelecer um texto definitivo a partir do cotejamento de diversos manuscritos. Durante todo esse tempo, subsistiu outro modo de provar a autenticidade do livro que consistia na concordância entre os ditos anedóticos do livro e as opiniões e atos de Selden. Essa forma mais sutil de autenticação desloca os parâmetros da materialidade da documentação para a relação da obra com a biografia ou o caráter do autor. Aqui, o autêntico se desdobra em genuíno. *Table Talk* se torna assim uma obra incômoda porque não faz jus à erudição de Selden, isto é, à sua persona autoral (basta lembrar que Wilkins se queixava do 'descrédito' que o livro lançaria sobre a erudição, os costumes e princípios de Selden), enquanto é valorizada como via de acesso ao 'verdadeiro' Selden, ao caráter do indivíduo que, na sua privacidade, expressava livremente as suas opiniões.

Todo esse excuro introduz, a partir de um caso concreto e extremo, algo que é da maior importância na construção de trajetórias intelectuais: a relação entre autor e obra ou, melhor dizendo, entre o caráter atribuído a determinado sujeito e a interpretação de algum escrito em particular. A definição do caráter produz, em termos lógico-narrativos, uma substância capaz de agregar e unificar a diversidade dos interesses, das obras e da vivência do autor.

No que diz respeito às obras em particular, trata-se certamente de algo importante na constituição da trajetória de letrados e intelectuais, cujos feitos são, antes de tudo,

seus escritos. Porém, é curioso que, ao se procurar pelas obras, não se encontre qualquer espaço dedicado a elas (e a qualquer uma delas) no fragmento autobiográfico. Quando se consulta os dois volumes das *Brief Lives* de Aubrey em busca de epitáfios e textos fúnebres de outros letrados de destaque no século XVII, percebe-se, de fato, que a ausência de menção às obras não era incomum nos monumentos fúnebres da época, como, por exemplo, William Camden, Francis Bacon e Ben Jonson. Todavia, no caso dos dois primeiros, é feita alguma menção de caráter mais específico aos feitos intelectuais de ambos: fala-se da indagação de Camden sobre “as antiguidades Britânicas” (em referência à sua obra mais famosa, *Britannia*) e de Bacon como alguém que “depois que abriu todos os segredos da Natureza e da Cidade, cumpriu o decreto da natureza, ‘que se dissolva o que é composto’” (valorizando assim a síntese oferecida pelo autor para ambos os ramos da filosofia, natural e civil)¹⁰³. Em Aubrey, é possível encontrar também certas inscrições fúnebres que indicam as obras ao falar dos sujeitos que as escreveram, como, por exemplo, John Speed, John Stow e, principalmente, Thomas Hobbes. No caso de Hobbes, trata-se do texto autobiográfico (já que o epitáfio não parece trazer grande contribuição) e que se diferencia substancialmente daquele composto por Selden não apenas no tamanho, sendo ele bem mais prolixo, mas ainda, e não menos importante, no espaço dedicado por Hobbes para indicar e explicar suas obras¹⁰⁴.

As obras constituem a única tópica estruturante nas narrativas sobre Selden que não foi delineada minimamente por ele mesmo. No texto do fragmento autobiográfico, Selden é um sujeito diligente e exitoso em sua formação, mas que não deixa de enfatizar sua condição de “explorador”. Ele se refere a “outros assuntos”, que não os “aborrecimentos forenses”, sem particularizá-los, e não indica qualquer obra de sua autoria ou oferece um sentido geral de sua teoria ou projeto intelectual. O máximo que fez foi qualificar seus adversários como “odiadores da Verdade e justa Liberdade”, de onde se infere que Selden se apresentava como defensor dessas coisas, mesmo que não se saiba, apenas pelo documento, qual era o conteúdo específico delas. À luz do fragmento autobiográfico de Selden e da importância que ele tem ao sumarizar a vida do sujeito diante da morte, arrisca-se a dizer aqui, portanto, que a condição de Selden como erudito renomado embora se fizesse seguramente por meio de suas obras, não estava limitada a elas, como se se pudesse traduzir simplesmente ‘erudito’ por ‘autor’.

¹⁰³ John Aubrey, *Brief Lives*, 1: 76, 145.

¹⁰⁴ John Aubrey, *Brief Lives*, 1: 395-403.

Talvez se explique por aí a dificuldade dos biógrafos em entrelaçar as experiências e a atuação política de Selden com aquilo que ele escreveu ao longo da vida. Wood foi o primeiro deles a se confrontar com esse problema¹⁰⁵ e, ainda no século XVII, adotou como estratégia a síntese bibliográfica das obras de Selden e a justaposição entre vida e obra. A listagem feita por ele aparece no meio e ocupa a maior parte do verbete sobre Selden, aparecendo depois de uma breve descrição da vida do autor (constituída por origens, caráter e atuação política) e antes do relato da morte do mesmo¹⁰⁶. Embora seja o núcleo do verbete biográfico, existe relativamente pouca comunicação entre a listagem das obras de Selden e os demais blocos da narrativa. Na listagem, Wood indicou elementos descritivos fundamentais à bibliografia dos textos impressos, isto é, título, lugar, ano e formato da edição, fazendo eventualmente algum comentário, em especial a respeito da polêmica causada pela história dos dízimos de Selden. Na mesma época, Thomas Fuller fornecia pista importante que explicaria essa estratégia. Ele chamava atenção não apenas para a polimatia de Selden, cuja erudição alcançava “todas as *Latitudes* das *Artes* e das *Linguagens*”, mas também para a diversidade do público de suas obras: “*Gentlemen leigos* preferem o seu *Titles of Honour*, *Advogados*, seu *Mare Clausum*, *Antiquários*, seu *Spicelegium ad Eadmerarum*, e os *Clérigos* avaliam como seu *melhor* livro *De Diis Syris*, e o *pior*, seu *History of Tythes*”¹⁰⁷. Assim, embora essa ou aquela obra pudesse obter maior destaque segundo a sua repercussão em segmentos da comunidade letrada, inexistia um texto que por si só definisse o autor ou que fosse central a um programa intelectual próprio dele.

Sendo assim, descartada a possibilidade de dar sentido à trajetória de Selden a partir de uma única grande obra, os textos biográficos sedimentaram, ao longo dos séculos, a estratégia de Wood e intercalaram vida e obras. Wilkins foi um pioneiro nesse processo. Ele foi além da listagem bibliográfica e se utilizou das obras de Selden enquanto balizas cronológicas para a sua narrativa. As datas que, até então, eram pouco presentes nos textos biográficos e faziam referência à acontecimentos naturais (nascimento, morte)

¹⁰⁵ Aubrey foi, sem dúvida, quem menos se preocupou com as obras e fez menção apenas àquelas que produziram polêmica, a saber *Historie of Tithes* e dos discursos parlamentares de Selden. De fato, Aubrey deixou de indicar as obras de diversos sujeitos sobre os quais escreveu, como, por exemplo, Ben Jonson, Edward Coke e Henry Spelman, mas vários outros tiveram seus trabalhos listados, dentre os quais Francis Bacon, Isaac Barrow, William Camden, Thomas Hobbes, John Milton e Walter Raleigh. Assim, no caso de Aubrey, não parece ter existido qualquer regra por parte do biógrafo que exigia a inclusão ou exclusão das obras ao narrar a vida de determinado sujeito.

¹⁰⁶ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 108-111.

¹⁰⁷ Thomas Fuller, *The history of the worthies of England* (London: J. G. W. L., 1662), Shropshire 111.

ou institucionais (ingresso em instituições de ensino, convocações e atos do parlamento) multiplicaram-se graças às publicações de Selden. A datação dos impressos foi crucial para formar uma grade cronológica na qual se pôde afixar documentos referentes ao autor, como cartas, dedicatórias, memórias e afins. A partir da enumeração das obras feita pelos biógrafos é possível reconhecer duas linhas de força que se adensam e se cristalizam como períodos na trajetória de Selden.

A primeira delas diz respeito aos estudos das antiguidades e da lei inglesa e reúne obras como, por exemplo, *The Duello* (1610), as ilustrações de *Poly-olbion* (1612), *Titles of Honor* (1614), as edições de juristas e cronistas ingleses (John Fortescue e Ralph de Hengham, em 1616, Eadmer, em 1623, e Fleta, em 1647), *Historie of Tithes* (1618) e *Mare Clausum* (1635 – escrito por volta de 1619)¹⁰⁸. A maior parte desses trabalhos foi composta e publicada entre as décadas de 1600 e 1610 e, em Wilkins, a reunião, enumeração e síntese deles permitiu preencher lacunas do momento de formação de Selden¹⁰⁹. Esse exercício feito por Wilkins de agrupar, enumerar e sintetizar pontualmente as obras de Selden se tornaria recorrente, sobretudo entre os biógrafos mais antigos¹¹⁰. As décadas de 1600 e 1610 foram, de fato, momento intenso de escrita e publicação, porém a sua cristalização como período tem implicações significativas.

É o que se pode observar na literatura contemporânea sobre Selden. Estudos relevantes feitos ao longo do século XX circunscreveram a análise aos anos e às obras de juventude do autor. Nesses casos, lidou-se com algo mais do que o pragmatismo do recorte cronológico, mas com uma espécie de universo contido em si mesmo, que era

¹⁰⁸ O conjunto é abrangente e contém as seguintes publicações: *The Duello* (1610), *Janus Anglorum* (1610), as notas de *Poly-olbion* (1612), *Titles of Honor* (1614), *Analecton Anglo-Britannicon* (1615), edições e notas em John Fortescue e Ralph Hengham (1616), *Historie of Tithes* (1618), edição de Eadmer (1623), *Mare clausum* (1635), *Brief Discourse concerning the Power of Peers and Commons of Parliament* (1640), *Privileges of the Baronage of England* (1642 – escrito por volta de 1621), comentário de *Ad Fletam* (1647), prefácio de *Historiae Anglicanae Scriptores* (1652), *Vindiciae Joanni Seldeni* (1653 – resposta a um crítico de *Mare clausum*), e também textos publicados postumamente, a saber, *A Brief Discourse touching the Office of Chancellor* (1671 – escrito por volta de 1617), *Of the judicature of Parliament* (1681 – escrito por volta de 1621), *Tracts written by John Selden* (1683 – quatro tratados dentre os quais *England's Epinomis*, o rascunho de *Janus Anglorum*) e, por fim, *Table Talk* (1689). A indicação acima foi produzida a partir de três listagem confiáveis (embora elas eventualmente não concordem entre si): a bibliografia no verbete sobre Selden escrito por Anthony Wood; o sumário e as indicações feitas ao leitor por David Wilkins na *opera omnia* do autor; e listagem das obras com a participação de Selden, a qual está no final da biografia intelectual composta por Toomer.

¹⁰⁹ David Wilkins, "Vita Joannis Seldeni", 1: iii-ix.

¹¹⁰ *Biographia Britannica*, 3606-8; John Aikin, *Lives of John Selden*, 4-37; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 33-72; Samuel W. Singer, "Biographical preface", xvi-xxvii; FRY, Edward Fry, "Selden, John", 1150-2.

mais acessível e direto aos investigadores e capaz de dialogar com interesses da historiografia anglófona acerca da ‘antiga constituição’ e dos historiadores renascentistas na Inglaterra¹¹¹. A transformação do momento em período também contribuiu para torná-lo mais complexo. Isso fica patente nos três biógrafos contemporâneos examinados aqui. O primeiro deles, Christianson, subdivide esse período entre os “primeiros escritos de Selden” (1600-1612) e seus “projetos históricos e legais” (1612-1617), os quais seriam, posteriormente, colocados em prática com a entrada de Selden no Parlamento. No meio disso, o biógrafo opta por tratar, à parte, da história dos dízimos, entendendo a obra como ponto de virada no qual a prática historiográfica de Selden (que chegara ao seu “máximo refinamento”) encontrava a fama dentro dos círculos do poder¹¹². Já Toomer estabelece para o período uma segmentação predominantemente baseada na natureza das obras (“primeiros trabalhos”, “escritos antiquários” e “escritos sobre história legal inglesa”) e investiga duas delas em particular, *De Diis Syris* e *Historie of Tithes*. Essas obras foram justamente aquelas que introduziram Selden, por um lado, numa república das letras de dimensões continentais e, por outro, no ambiente controverso dos letrados ingleses¹¹³. Haivry, por fim, mantém a unidade do período do ponto de vista cronológico, circunscrevendo-o entre 1602 e 1619, expressando assim sua opção por valorizar, nesse momento, as relações institucionais e sociais de Selden, já que os anos em questão correspondem respectivamente ao ingresso de Selden na Clifford’s Inn e ao imbróglio em torno de *Historie of Tithes*, que trouxe dor de cabeça e prestígio ao autor. A opção de Haivry mantém a simplicidade cronológica ao mesmo tempo em que enreda Selden numa ampla teia de conexões pessoais, que explicariam em grande medida sua trajetória em direção ao reconhecimento e à vida política¹¹⁴.

A implicação mais significativa desse entrelaçamento entre as obras e o momento é, sem dúvida, a potencialização da dimensão explicativa nos textos biográficos contemporâneos. O período é, acima de tudo, uma totalidade significativa e, nesse sentido, tais obras de Selden fazem referência, em alguma medida, ao seu contexto de composição e publicação, isto é, à experiência de formação profissional de Selden junto ao Inner Temple. Os biógrafos antigos se mantiveram bastante fiéis ao fragmento

¹¹¹ Harold D. Hazeltine, “Selden as legal historian”; Paul Christianson, “Young John Selden and the Ancient Constitution ca. 1610-18”, *Proceedings of the American Philosophical Society* 128, n. 4 (dez 1984): 271-315.

¹¹² Paul Christianson, “Selden, John”, online.

¹¹³ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 69-310.

¹¹⁴ Ofir Haivry, *John Selden*, 13-26.

autobiográfico, reproduzindo-o no seu teor: a saída de Selden de Oxford e sua ida para Londres é uma passagem natural, seus estudos são um sucesso e sua disposição não se encaminha para a carreira habitual nos tribunais – e, com frequência, indicaram até a localização dos alojamentos do autor¹¹⁵. Embora esses biógrafos insinuassem a importância social da mudança de Selden para Londres ao frequentemente encadear os nomes dos amigos do autor após indicar sua formação jurídica¹¹⁶, ficou a cargo dos estudiosos atuais explicar de maneira mais aprofundada como esses elementos se relacionavam.

Em primeiro lugar, a saída de Selden de Oxford e o seu ingresso na carreira jurídica não teria como único motivador suas aspirações acadêmicas. Segundo Toomer, existiam razões mais práticas para tal: “para um homem jovem de origens humildes e recursos esparsos, o qual tinha grandes dons intelectuais e nenhuma disposição de ingressar na Igreja (cuja permanência na universidade exigiria quase que necessariamente), as Inns of Court proviam não apenas formação continuada, mas ocasião para uma carreira lucrativa”¹¹⁷. Inclusive, o próprio itinerário institucional de Selden (Clifford’s Inn e, depois, Inner Temple) poderia ser explicado assim, já que “uma vantagem que não poderia ser desprezada desse arranjo era que estudantes que entravam [numa das Inns of Court] a partir de uma das Inns of Chancery pagavam taxas menores de admissão do que aqueles que entravam direto”¹¹⁸. Independentemente da validade dessa hipótese, o itinerário de Selden é por si só revelador daquilo que, na época, era conhecido como a ‘terceira universidade da Inglaterra’. A formação jurídica na *common law* dependia (e ainda depende) de todo um sistema de sociedades autônomas que oferece aos estudantes formação e alojamento. A Clifford’s Inn fazia parte de um conjunto de escolas, as Inns of Chancery, que estavam submetidas a quatro outras instituições, as Inns of Court, e dentre elas o Inner Temple, e apenas elas poderiam formar os chamados ‘barristers’, isto é, profissionais autorizados a atuar dentro de todas as cortes da *common law*¹¹⁹.

¹¹⁵ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 107; David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: ii; *Biographia Britannica*, 3606; John Aikin, *Lives of John Selden*, 3; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 39; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, xiv; Edward Fry, “Selden, John”, 1150.

¹¹⁶ Nisso, eles acompanhavam Aubrey que, ainda no século XVII, colocava em sequência a residência de Selden no Inner Temple, sua relação de amizade com os condes de Kent (e amorosa com a condessa) e a indicação de que, na época, seus grandes amigos eram Edward Hayward e Ben Jonson. Para mais, conferir: John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 220.

¹¹⁷ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 5.

¹¹⁸ David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 16.

¹¹⁹ Ofir Haivry, *John Selden*, 13-14.

Outro aspecto importante é que o Inner Temple garantiu a Selden tempo para os seus estudos e inserção social nos circuitos letrados de Londres. Os biógrafos contemporâneos são mais prolixos a esse respeito. Segundo Haivry, a formação jurídica nas Inns of Court se dava majoritariamente pela (*lectures*, disputas ou *moots*, e observação de julgamentos reais) e “na maioria das vezes deixava os estudantes ao seu próprio interesse no que diz respeito à quantidade ou qualidade de seus estudos, de modo que a formação deles podia ser bastante difusa e prolongada”¹²⁰. No caso de Selden, entre o seu ingresso na Clifford’s Inn, em 1602, e sua qualificação como ‘barrister’, em 1612, são dez anos; e se se contabilizar que Selden foi eleito ‘bencher’, em 1632, posição vitalícia e de maior prestígio dentro das Inns of Court, e que residiu no Inner Temple até 1639, quando se mudou para a Mansão Carmelita em Whitefriars, são mais de trinta anos de vinculação direta a essa ‘terceira universidade’ – e tudo isso, evidentemente, sem contar o fato de que Selden foi enterrado na igreja do Inner Temple e está lá até hoje. Apesar disso, a relevância da instituição para a trajetória de Selden enquanto erudito aparece de duas maneiras: por ter dado a ele tempo suficiente para desenvolver seus interesses acadêmicos¹²¹ e ter sido o lugar no qual Selden fez amigos importantes e duradouros. No que diz respeito a esse último ponto, o Inner Temple (e as instituições a ele associadas) era parte de uma “ilha da lei dentro do mar de Londres” ou uma “república dos advogados da common law”, isto é, um universo contido em si mesmo para o qual “confluíam todo tipo de gente”, os nobres, a *gentry*, mercadores, eruditos, poetas e dramaturgos¹²². Não à toa, Toomer entende as Inns of Court não apenas como espaço de formação jurídica, mas ainda, e mais importante, como “nexo da Londres literária”¹²³. Ali, Selden fez grande amigos, como Edward Heyward, Robert Cotton e Ben Jonson, que se fizeram presentes em suas obras e garantiram a ele inserção no circuito jurídico, antiquário e literário de Londres.

Já a segunda linha de força nos interesses de Selden reúne fundamentalmente obras sobre as antiguidades e a lei hebraica e diz respeito sobretudo aos últimos vinte anos de sua vida. Desse conjunto fazem parte publicações como *De Diis Syris* (1617), *De Successione in Pontificatum Ebraeorum* (1636), *De Jure Naturali et Gentium juxta*

¹²⁰ Ofir Haivry, *John Selden*, 14.

¹²¹ “Selden evidently used up much of his time as a novice to gain an extraordinarily wide erudition, in matters legal and not, which enabled him while still formally a student, to pen a number significant works of scholarship” (Ofir Haivry, *John Selden*, 15).

¹²² David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 20-22.

¹²³ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 9-10.

Disciplinam Ebraeorum (1640) e *De Synedriis* (1650, 1653, 1655)¹²⁴. A apreciação dessas obras foi, no entanto, mais difusa do que a anterior por parte dos biógrafos e demais estudiosos de Selden, de modo que apenas eventualmente essa linha de força se cristalizou como período. O mais comum entre os biógrafos antigos foi apenas enunciar e sumarizar tais obras, sem grandes implicações¹²⁵. Apesar disso, alguns deles buscaram dar a elas algum lugar que lhes fosse próprio. Aikin, no começo do século XIX, dizia que “os estudos literários de Selden nesse período da sua vida [isto é, a partir dos anos de 1630] eram extremamente estranhos às cenas tempestuosas nas quais ele estava politicamente engajado”¹²⁶. Em outras palavras, tais obras expressavam moderação e relativo distanciamento do autor em relação à agitação política, ainda que, por meio delas, Selden se aproximasse da corte e do todo-poderoso arcebispo William Laud e as colocasse como pedra no sapato da crescente oposição puritana¹²⁷. Outro biógrafo oitocentista de Selden, Fry, optou por reunir tais obras num conjunto mais amplo e sob a rubrica do ‘orientalismo’¹²⁸. Essa opção produzia dois efeitos importantes: por um lado, ela permitia agrupar determinadas obras de Selden num apêndice de sua trajetória intelectual (o que autorizava, inclusive, a reprodução de críticas severas aos procedimentos do autor sem

¹²⁴ São eles: *De Diis Syris* (1617), *Of Jews sometimes living in England* (ca. 1617), *De Successionibus in Bona Defuncti secundum Leges Hebraeorum* (1631), *De Successione in Pontificatum Hebraeorum* (1636), *De Iure Naturali et Gentium juxta Disciplinam Hebraeorum* (1640), *Eutychus* (1642 – texto árabe), *De Anno Civili et Calendario Judaico* (1644), *Uxor Hebraica* (1646), *De Synedriis et Praefecturis veterum Hebraeorum* (1650). A despeito da extensão da listagem de ambas as linhas de força, existem alguns trabalhos de Selden que não são facilmente adequados nem à primeira, nem à segunda, como, por exemplo, seus poemas de juventude em *Britannia's Pastorals* (1613) e *Marmora Arundelliana* (1628).

¹²⁵ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 109-10; David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xxviii, xxxii, xxxv-vi, xlii, xliv-xlv; *Biographia Britannica*, 3607; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, li-llii, lxvi-lxvii, xc-xci, xcvi, c-cii.

¹²⁶ John Aikin, *Lives of John Selden*, 81.

¹²⁷ John Aikin, *Lives of John Selden*, 82-3, 108-13, 130-2, 138-9, 146-8. No que diz respeito especificamente à aproximação com o arcebispo Laud, Aikin e Johnson reproduzem a distinção advogada por Selden entre “duas classes de homem” interessados nos estudos hebraicos: aqueles que se valeriam deles para justificar inovações nas doutrinas e práticas da cristandade e os que estudariam o assunto em busca de esclarecimento. Assim, a dedicatória seria não mais do que um gesto de gratidão. Nas palavras de Johnson: “In it [na dedicatória] there is not one expression, that can be construed into approbation of the primate's conduct as a politician, or as a divine, but Selden expressly declares, that it is a token of gratitude, a slight return for the assistance he had afforded in obtaining materials for composing the work. Laud had allowed Selden the free use of the Lambeth library, and otherwise conferred on him considerable favours. To the archbishop, then, as his benefactor, and as friend of literature, Selden dedicated his work, and I have yet not learn the ethics, that teach we should not be grateful to those who do us good, because we are their adversaries in politics” (George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 201).

¹²⁸ Edward Fry, “Selden, John”, 1157.

comprometer o todo de sua erudição¹²⁹) e, por outro, alargava e esticava a linha de força para incluir todo e qualquer interesse no ‘orientes’ e a esticava no tempo, incluindo eventuais textos de juventude sobre o assunto e acerca da história da igreja primitiva, bem como livros e manuscritos colecionados por Selden em torno do tema.

Atualmente, tais escritos de Selden foram examinados de maneira mais aprofundada no seu conteúdo e no que diziam a respeito do seu autor. Falou-se da erudição ímpar de Selden no assunto e da sua posição de destaque para a circulação e recepção do pensamento rabínico entre os letrados cristãos. Rosenblatt é o grande expoente dessa abordagem e sua crítica a Fry é especialmente pertinente aqui. Segundo o crítico, embora o biógrafo dedicasse quatro parágrafos à *Historie of Tithes* no seu verbete sobre Selden no *Dictionary of National Biography*, ele “amontoou seis livros talmúdicos, um trabalho de vinte e cinco anos, numa pequena lista antes de prosseguir apressadamente para tópicos ‘de interesse mais geral do que a lei rabínica’”. Ao fragmentar as realizações de Selden e se concentrar naquilo que o interessava – a vida de ‘John Selden, jurista’ – Fry, assim como todos nós que escrevemos sobre Selden, precisou limitar-se ao contexto reconhecido por ele¹³⁰. A crítica de Rosenblatt reforça aquilo que é explorado aqui: as denominações dadas por biógrafos e estudiosos de Selden (como, por exemplo, ‘jurista’) reduzem o sujeito em questão ao que é reconhecível ou preferível para o observador, de modo que as descrições feitas sobre o primeiro são circunscritas aos termos e hábitos narrativos do segundo. Tratar-se-ia de uma situação inevitável do ponto de vista epistemológico, mas que não exclui a possibilidade de se imaginar que aquilo que aparece fragmentado para os estudiosos do autor, era experimentado por ele de maneira integral e completa.

De fato, o interesse especificamente pelas obras de maturidade de Selden modificou de maneira substancial a percepção dessa integralidade. Tais obras evocavam um contexto bem diferente daquele da juventude do autor e revelavam um projeto ambicioso. Dentre os textos biográficos examinados, é unânime entre os contemporâneos reconhecer que os trabalhos de Selden sobre as antiguidades e leis hebraicas não apenas marcam um período, que se estenderia dos anos de 1630 até 1650, durante o qual se dá uma espécie de virada hebraísta na produção do autor, mas ainda, e não menos

¹²⁹ Isaac Herzog, “John Selden and Jewish Law”, *Journal of Comparative Legislation and International Law* 13, n. 4 (1931): 236-45.

¹³⁰ Jason P. Rosenblatt, *England’s chief rabbi*, 12.

importante, que ela seria a coroação de esforços de toda uma vida. Haivry faz o anúncio dessa virada em termos grandiloquentes: “ele embarcou naquilo que era sem dúvida seu maior empreendimento intelectual e um feito sem paralelo em qualquer outro lugar na Inglaterra ou na Europa do seu tempo”¹³¹. O mergulho de Selden no passado hebraico seria consequência direta, e da maior relevância, do hiato político instituído pelo governo pessoal de Carlos I depois da dissolução do parlamento em 1629 – e que terminaria apenas em 1640, no raiar da guerra civil. Não à toa, Selden teve a ideia desse “grande projeto” enquanto estava preso pela oposição aguerrida que fizera ao monarca e seus partidários dentro do parlamento. Embora ressalte a inexistência de um relato completo e convincente a respeito dessa virada hebraísta de Selden, Haivry apresenta algumas razões para tal: os riscos políticos envolvidos na investigação antiquária de tópicos da lei inglesa aumentaram substancialmente ao mesmo tempo que a complexidade da tradição hebraica fascinava Selden cada vez mais, e some-se a isso que, nesses últimos vinte anos de vida, Selden era um sujeito estabelecido no circuito letrado e na sociedade inglesa e ocupava uma posição bem mais relevante e segura do que aquela dos seus anos de formação e juventude¹³². Esse estado de coisas se expressava de maneira direta no conjunto das obras de maturidade: todas foram escritas em latim, visando o público letrado dentro e fora da Inglaterra, e a maioria delas não trazia qualquer dedicatória.

Apesar do acordo sobre a importância dos estudos hebraicos na trajetória de Selden, inexistem entre os biógrafos contemporâneos um consenso a respeito do que seria exatamente o ‘grande projeto’ do autor. Central nesse dissenso é a interpretação sobre *De Jure Naturali et Gentium*. Haivry considera o livro “a declaração mais madura e abrangente das suas ideias” e “o culminar da sua vida e do seu pensamento, e não é uma coincidência que *Jure Naturali* contenha aquilo que se diz ser a mais profunda e filosoficamente sofisticada porção de toda a sua produção”¹³³. A densidade filosófica do tratado (incomum nas obras do autor) evidenciaria a existência de uma teoria de Selden a respeito da lei em geral. Christianson entende a virada hebraísta de Selden como aprofundamento daquilo que ele até então vinha desenvolvendo nas suas pesquisas antiquárias: “ele argumentava que cada sociedade limitava a lei da natureza do seu próprio jeito e de acordo com algum contexto em particular [...] mas por volta de 1640, a razão humana desamparada e o

¹³¹ Ofir Haivry, *John Selden*, 62.

¹³² Ofir Haivry, *John Selden*, 65.

¹³³ Ofir Haivry, *John Selden*, 64 n. 121.

costume não podiam mais satisfazer Selden. Os mandamentos de Deus, mantidos continuamente por um ‘intelecto ativo’ através do qual a mente humana perceberia a verdade, ofereciam agora um fundamento mais firme para a lei natural”¹³⁴. Assim, as antiguidades e as leis hebraicas se apresentavam para Selden como aquilo que havia de historicamente mais próximo da lei natural instituída por Deus, da qual derivariam todos os outros sistemas legais, incluindo a *common law* inglesa que fora objeto de estudo nos anos de juventude do autor. No entanto, Toomer discorda de que fosse o ‘grande projeto’ de Selden advogar uma teoria do direito natural. Para o biógrafo, a despeito de Selden ter apresentado uma teoria filosoficamente elaborada em *De Jure Naturali et Gentium*, ela não era original ou profunda e fazia parte de uma obra que, na verdade, teria se apresentado para Selden como oportunidade de emular um dos eruditos que ele mais admirava, Hugo Grócio, e expandir o seu programa de discussão de determinados tópicos da lei judaica¹³⁵. No sentido contrário à tendência majoritária entre os estudiosos contemporâneos, Toomer rejeita que se possa dizer que Selden formulou uma “teoria geral” a partir da qual se poderia interpretar suas obras ou que se pudesse atribuir a ele uma “visão de mundo” dogmaticamente bem determinada. A exposição filosófica em *De Jure Naturali et Gentium* seria, na verdade, uma expressão de proeza intelectual e não deveria ser entendida como mais do que apêndice dentro de uma dedicação muito maior por parte de Selden à erudição em si¹³⁶.

Independentemente do que tenha sido verdadeiramente desse ‘grande projeto’ e de como integrar as duas linhas de força ou períodos da trajetória de Selden, o que se percebe até aqui é a formação de polaridades no bojo das narrativas e interpretações sobre ele: autor e obra, juventude e maturidade, estudo e política, erudição e teoria. Existe, no entanto, um elemento que atravessa todos esses textos e que se mostra crucial ao atravessar todas essas polaridades, embora tenha sido pouco trabalhado pelos biógrafos e estudiosos de Selden: a amizade.

Enquanto o parentesco de sangue e a família domiciliar (‘household’) conferiam a Selden origem, lugar e fixavam limites, a amizade é aquilo que propriamente o inseria nas dinâmicas intelectuais e políticas da Inglaterra do século XVII. Ela aparece no fragmento autobiográfico (“gozou, afortunado, de não poucas amizades dentre os melhores de cada

¹³⁴ Paul Christianson, “Selden, John”, online.

¹³⁵ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 490-1, 506.

¹³⁶ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 817-9.

ordem, os melhores, mais doutos, mais distintos e ainda mais ilustres”) e destaca a amplitude desse modo de relação que era capaz de aproximar Selden tanto de diferentes ordens sociais quanto dos melhores em cada uma delas. O oposto dela, a inimizade, está, porém, restrito a alguns poucos sujeitos que são identificados apenas pelo ódio a Selden e aos valores defendidos por ele. Essa estrutura se repete com frequência nos textos biográficos sobre o autor.

A amizade costuma ter um lugar de destaque nos textos biográficos sobre Selden – ao contrário da inimizade. Existem duas razões para isso. Em primeiro lugar, a amizade depõe em favor do caráter de Selden e é uma virtude entre eruditos. Wilkins deixava isso muito claro, dizendo que “embora, com efeito, a alguns [Selden] comunicasse seus conselhos e nunca obtivesse o favor dos cidadãos privados nem com propina, nem com cargos, teve muitos amigos, mas aparecia como íntimo para pouquíssimos, e estava a tal ponto atento ao tempo que levava muito mal o desperdício dele, assiduamente premiado pela companhia de personagens eminentes, de clientes ou de livros”¹³⁷.

Antes de tudo, foram os amigos de Selden que deram testemunho aos contemporâneos e à posteridade de suas qualidades. Os executores do testamento do autor garantiram a doação de sua biblioteca pessoal das estátuas e objetos que ele acumulou durante a vida à Bodleiana. Além disso, deixaram inscrições no edifício da antiga biblioteca da universidade que preservariam a memória do ato de doação e das qualidades do doador. Wilkins transcreveu tais inscrições. A primeira delas se refere a uma tábua afixada ao lado da coleção de livros de Selden na Bodleiana. Nela se pode ler¹³⁸:

A biblioteca
de John Selden
pelo esplendor do engenho, candor nos costumes, excelência na doutrina
desse varão, aqui depositada
quiseram os ‘esquires’ John Vaughan, Matthew Hale, Rowland Jewks (a cujos cuidados
endereçou seu testamento) consagrar para essa academia em duradoura memória e bem
das letras¹³⁹

¹³⁷ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: l.

¹³⁸ As indicações de títulos e cargos dos amigos de Selden foram fixadas tendo em vista reduzir a ambiguidade. Assim, tais expressões estão entre aspas e acompanham, quando é o caso, às instituições específicas a que se referem.

¹³⁹ “Bibliothecam/ Johannis Seldeni/ Nitore ingenii, candore morum, praecellentia doctrinae/ Imparilis viri heic repositam/ Johannes Vaughan, Matthaëus Hale, Rolandus Jucks ar-/ migeri (quibus testamenti sui fidem mandavit) in/ duraturam tanti viri memoriam, & rei literariae/ bonum, amplissimae huic academiae sacratam voluere” (David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xlviij)

A outra inscrição está em um momento da faculdade de teologia, junto à biblioteca da universidade e diz o seguinte:

A universidade de Oxford
John Vaughan,
'Chief Justice' da Common Pleas,
Matthew Hale,
'Chief Baron' da Exchequer,
Roland Jewks 'esquire',
varões de profunda perícia jurídica
e mais por sua virtude
ilustres,
em razão dos mármores antigos e da doutíssima biblioteca,
reunida por com diligência e valor enorme,
de John Selden,
outrora aluno da Academia, Patrono
e 'Burgess' no Parlamento,
Jurisconsulto doutíssimo,
Corifeu dos antiquários,
dada de presente com generosidade ímpar e louvável por seu mérito
pelo próprio,
colocou um monumento em honra
e gratidão.
12 de janeiro do ano de 1669¹⁴⁰

Ambos os monumentos sintetizam as qualidades de Selden na condição de erudito ideal: engenhoso, cândido, de excelente doutrina, generoso, douto, diligente, ilustre e 'corifeu', digno de mérito e que inspiraria gratidão. Mas tal caráter não se sustenta por si só. Os monumentos atestam que Selden tinha amigos da melhor qualidade: detinham título de nobreza, ocuparam cargos públicos de prestígio, eram peritos, virtuosos e, não menos importante, leais ao amigo morto. Ter amigos desse quilate agregava valor ao nome de Selden e a amizade, como via de mão-dupla, também conferia ainda mais importância a esses sujeitos por terem sido amigos de alguém tão ilustre quanto Selden. De fato, se não fosse pela relação com Selden, dois dentre os quatro executores do testamento dificilmente seriam lembrados da mesma forma até hoje, a saber, Edward Heyward e Rowland Jewks.

¹⁴⁰ "Universitas Oxoniensis/ Johanni Vaughan/ Supremo Tribunalis Regii Justituario/ Mattheo Hale/ Fiscii Regii Baroni Primario/ Rolando Juckes Armigero/ Viris ex recondita Juris Peritia/ & Virtute magis sua/ Illustribus/ Ob antiqua Marmora & Bibliothecam Instructissimam/ Diligentia & sumptu ingenti comparatam/ Johannis Seldeni/ Academiae olim Alumni, Patroni/ Et Burgensis Parliamentarii/ Jurisconsultum Doctissimi/ Antiquariorum Coryphaei/ Munificentia insolita & merito suspicienda/ Ab ipsis dono datam/ Monumentum hoc Honoris ergo/ & Gratitudeinis/ L. M. L/ Posuit/ XII Cal. Jan. Ann. MDCLXIX" (David Wilkins, "Vita Joannis Seldeni", 1: xlix).

Surge assim uma segunda razão para a presença da amizade nas biografias do autor: ela configura a maior parte dos vínculos sociais de Selden. A despeito disso, quando se vai aos textos biográficos sobre o autor é perceptível como não existe ampla concordância a respeito de quem eram exatamente os amigos de Selden. Aubrey destacou propriamente como amigos os nomes de Heyward, Ben Jonson e Robert Cotton e fez menção, de passagem, a Bennet Hoskyns e Henry Jacob¹⁴¹ – Wood, por outro lado, não indicou qualquer amigo no verbete a respeito de Selden. Wilkins foi o mais prolixo a esse respeito, dizendo que a erudição de Selden, ainda na juventude, “deu azo a muitas graças, solidíssimas amizades e a excelsos estudos”. Deu ênfase à amizade de Selden com Robert Cotton, Henry Spelman, William Camden e James Ussher, todos eles “grandes restauradores das coisas mais antigas”, e adjetivou com ‘amigo’ figuras como Gerard Langbaine, Patrick Young e Bulstrode Whitelocke, homens de relevância na academia e no meio jurídico, bem como os executores do testamento de Selden¹⁴². Tornaram-se recorrentes e praticamente invariáveis nos textos biográficos os nomes de Jonson, Cotton, Ussher, Langbaine – e, junto deles, Heyward, apesar de sua relativa obscuridade. Isso não impediu que outros nomes fossem acrescentados ao rol de amigos de Selden. Singer, por exemplo, incorporou Henry Rolle, Edward Littleton, Edward Herbert e Thomas Gardiner¹⁴³, companheiros de formação no Inner Temple, enquanto Christianson enumera um amplo conjunto de ‘conexões’, como os condes de Kent, Henry e Elizabeth Grey, o conde de Arundel, Thomas Howard, John Donne, Michael Drayton, Samuel Daniel, Augustine Vincent, Samuel Purchas, William Bedwell, Ralph Cudworth e William Laud¹⁴⁴. Apesar da recorrência de alguns desses nomes e do apelo frequente à ‘amizade’ como denominador capaz de vincular Selden a essa ou àquela pessoa de maneira relativamente livre, é curioso que poucos biógrafos se preocuparam em qualificar e organizar esses vínculos.

Quando se examina esse ou aquele nome de maneira mais detida, quebra-se de pronto a ilusão de homogeneidade produzida pela simples enumeração dos amigos. Alguns ‘amigos’ de Selden eram substancialmente mais velhos do que ele, como, por exemplo, William Camden (33 anos), Robert Cotton (14-5 anos), Ben Jonson (12 anos), e outros são bem mais novos, John Vaughan (19 anos), Matthew Hale (25 anos), Gerard Langbaine (25 anos) e, por fim, Ralph Curdworth (33 anos). Evidentemente, não se trata

¹⁴¹ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 220, 223, 224.

¹⁴² David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: ii-iii, iv, vii, xxiv, xlvi, xlvii, l.

¹⁴³ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, xv.

¹⁴⁴ Paul Christianson, “Selden, John”, online.

aqui de interditar a possibilidade de amizades intergeracionais, mas destacar que a diferença de idade compromete a expectativa de uma dinâmica horizontalizada de relação. Um exemplo dramático: quando Selden foi introduzido a Camden, em algum momento nos anos de 1600, ele já era o principal antiquário da Inglaterra, ocupava uma posição sênior de arauto no College of Arms e a sua obra-prima, *Britannia*, tinha praticamente a mesma idade que Selden – na verdade, ela era apenas dois anos mais jovem. A ilusão de horizontalidade também é interrompida quando se leva em conta a posição social dos ‘amigos’ de Selden. Um dos seus principais deles, Robert Cotton, detinha título de cavaleiro e barão, além de ser um sujeito riquíssimo e aparentado de Jaime I. Outro deles, James Ussher, ainda que pouco mais velho do que Selden, tornou-se arcebispo da Irlanda. E um terceiro, Ben Jonson, que tinha origem semelhante àquela de Selden e que, assim como ele, chegou à fama por meio dos amigos, da educação e da escrita. Assim, não era exagero quando Selden dizia, no fragmento autobiográfico, que gozava de amizades “dentre os melhores de cada ordem”; e isso talvez não devesse ser entendido como hipérbole ou evidência das habilidades sociais de Selden, mas indicativo da heterogeneidade das relações mantidas por ele.

É possível identificar em alguns biógrafos certo esforço por agrupar e subdividir esses amigos e discernir modos de relação deles com Selden e vice-versa¹⁴⁵. Tal esforço se expressa pelo apelo (às vezes apenas intuitivo) a três estratégias distintas que, com frequência, são entrecruzadas. Uma primeira maneira de discernir vínculos sob o guarda-chuva da amizade é ordená-los de acordo com o grau de proximidade dos sujeitos em relação a Selden. Assim, surge a distinção entre ‘amigos’ e ‘conhecidos’: enquanto sujeitos como Heyward, Cotton e Ussher deveriam ser considerados amigos de Selden pelo caráter duradouro e (nos dois primeiros casos) cotidiano da relação com Selden, outras figuras como Camden, Spelman e Cudworth não partilhavam do mesmo tipo de vínculo e, por isso, não deveriam ser considerados mais do que conhecidos. Outra maneira foi organizar as amizades de Selden segundo interesses diversos, o que permite tratar propriamente da inserção do autor em circuitos letrados – ao invés de lidar apenas com vínculos acidentais e atomizados. A partir desse critério, indicou-se o pertencimento de Selden ao círculo de

¹⁴⁵ Dentre os biógrafos examinados, o tratamento dado à amizade é particularmente relevante em Samuel Singer, George Johnson, Paul Christianson, Gerald Toomer e Ofir Haivry. Neles é perceptível algo mais do que a mera reprodução do termo ‘amizade’ para identificar as relações de Selden, o que não significa, evidentemente, que o assunto tenha sido tratado com a mesma sofisticação por todos esses autores.

poetas que se formou em torno de Ben Jonson e da taverna Mermaid's, aos antiquários que organizavam uma sociedade própria e orbitavam a coleção de manuscritos de Robert Cotton, ao circuito dos juristas da *common law*, ao qual pertenciam figuras como Edward Coke e Matthew Hale, e às redes de correspondência da república das letras que se estendiam muito além da Inglaterra. Uma terceira maneira de qualificar e agrupar as amizades de Selden consiste na distribuição do poder em dois polos: cliente e patrono. Selden se manteve próximo de figuras da aristocracia durante a maior parte da vida, porém não se pode dizer que ele 'pertencia' ao grupo (basta se lembrar do falatório em torno da relação dele com a condessa de Kent) e mesmo alguém como Cotton, com quem manteve uma amizade próxima por décadas, tratava-se de um sujeito que lhe era hierarquicamente superior na sociedade nobiliárquica inglesa. O patronato aparece quando a amizade é demasiadamente desequilibrada e esse era o caso não apenas de Cotton, mas ainda de Thomas Howard, cujo vínculo com Selden não excluía o fato de que enquanto o primeiro ostentava o título de conde de Arundel, o qual remetia ao tempo dos normandos e cuja sede ficava num castelo no condado de Sussex, o segundo herdou das pessoas do mesmo condado um sobrenome comum.

A despeito de toda essa variedade de vínculos que subjaz à amizade, não se pode ignorar que ela era própria e frequentemente reivindicada por Selden e outros letrados da época na relação uns com os outros. Toomer é aqui uma figura-chave para examinar o assunto. Trata-se não apenas do biógrafo que mais escreveu sobre as amizades de Selden e que empregou todas as estratégias indicadas acima¹⁴⁶, mas talvez seja quem melhor expressa as fragilidades do uso relativamente intuitivo da amizade enquanto categoria. Uma delas diz respeito à ausência de organização específica que agregue verticalidade às amizades de Selden com outros eruditos – diferentemente dos vínculos aristocráticos e políticos, trata-se de algo cuja lógica é mais fugidia. Toomer faz isso a partir de dedicatórias e, principalmente, da correspondência do autor e nessas fontes identifica a seguinte disposição: enquanto Selden mantinha uma posição de deferência diante de Camden e Cotton, que lhe ofereceram proteção nos anos de juventude, tratava James Ussher como um igual e se apresentava para outros letrados ingleses (frequentemente mais jovens do que ele) numa condição de superioridade; no que diz respeito aos correspondentes estrangeiros, Selden tratava-os como pares, embora estivesse com

¹⁴⁶ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 9-27, 311-333.

frequência numa posição de oferecer e não de receber informações e materiais¹⁴⁷. Outra fragilidade que é possível entrever na abordagem de Toomer diz respeito ao conteúdo da amizade e surge quando o biógrafo traça uma comparação entre Selden e James Ussher, um dos amigos mais antigos de Selden¹⁴⁸. Ambos os sujeitos eram muito diferentes nas suas origens, escolhas profissionais, crenças e nas decisões políticas: Ussher era família tradicional, Selden não; Selden se tornou jurista e era visto com suspeita pelo clero, Ussher chegou a arcebispo e era conhecido por sua fé; Ussher era defensor do direito divino, Selden se opôs a isso; Selden ficou com o Parlamento na guerra civil, Ussher se juntou à Coroa. Apesar disso, eles se mantiveram amigos por quase cinquenta anos (até a morte de Selden) e o vínculo entre eles seguramente não estava baseado nem na convivência cotidiana (Ussher vivia na Irlanda), nem na afinidade social, religiosa ou política, e nem mesmo na intimidade. Toomer afirma que “a ligação entre eles era a devoção de ambos à erudição, a qual era mais forte do que quaisquer desentendimentos que podiam surgir de outros pontos”¹⁴⁹ e que a amizade entre ambos se expressava num reconhecimento mútuo de determinadas virtudes, a saber, o juízo crítico, a erudição e o empenho em fazê-la avançar¹⁵⁰. Tais qualidades e a devoção propriamente à erudição (a despeito das finalidades que ela poderia assumir) garantiriam a Selden e Ussher a participação na República das Letras.

A abordagem de Toomer serve de alerta para o uso intuitivo da amizade como categoria descritiva e interpretativa e seguramente torna mais sofisticada a apreciação dos vínculos entre Selden e os demais eruditos dentro e fora da Inglaterra. Apesar disso, existem limites: a devoção à erudição e o reconhecimento de determinadas virtudes epistêmicas não são capazes, por si só, de explicar a dinâmica entre horizontalidade e verticalidade nas relações de amizade entre os eruditos e não dão conta do fato de que a amizade é, ao mesmo tempo, um modo de relação que põe os eruditos em contato entre si e os vincula a uma comunidade letrada muito maior. Acredita-se que transpor esses limites exige prestar atenção à concretude das trocas simbólicas entre eruditos e letrados em geral, sobretudo nos vínculos que se firmavam por meio dos livros e manuscritos, mas isso é assunto para o próximo capítulo.

¹⁴⁷ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 822-3.

¹⁴⁸ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 799-817.

¹⁴⁹ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 803.

¹⁵⁰ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 805.

Por ora, é importante retornar à denominação de ‘erudito’ e, à título de conclusão, considerá-la a partir do que foi exposto até aqui. À essa altura, seguramente ninguém duvidará de que Selden foi, de fato, um erudito e que essa é a descrição mais extensa entre os biógrafos, além da mais duradoura a respeito de Selden. Porém, tal reconhecimento não encerra o assunto, muito pelo contrário. ‘Erudito’ não é um conceito trivial, à qual basta o uso intuitivo, e desprovido de história. No conjunto dos textos biográficos examinados neste capítulo é possível identificar dois fenômenos mapeados por Peter Burke ao tratar dos polímatas.

O primeiro deles diz respeito aos polímatas em geral, cuja descrição sincrônica produz um quadro de qualidades compartilhado por quem pertenceria a essa espécie de letrado. As descrições feitas pelos biógrafos reproduzem alguns desses lugares comuns¹⁵¹: Selden é alguém celebrado por sua vastíssima memória, pela concentração e velocidade que lhe permitiriam, em pouco tempo, dominar diferentes assuntos e idiomas, por sua disposição para o trabalho minucioso e pelo uso intenso do tempo que tinha disponível. Além disso, Selden partilha com os demais polímatas um destino comum, ser esquecido ou espremido em algumas categorias reconhecíveis aos observadores, sendo “lembrados por apenas uma ou por poucas formas de suas diversas realizações”¹⁵². Tudo isso dispõe Selden no interior daquilo que Peter Burke chamou de “mitologia dos polímatas”¹⁵³, isto é, uma maneira duradoura de descrever, entender e celebrar sujeitos da mesma espécie que Selden por meio do uso de hipérboles e do apelo à universalidade, mesmo que acessível apenas a alguns poucas figuras geniais.

O segundo fenômeno é identificado diacronicamente por Burke e atravessa o conjunto das biografias de Selden. A erudição em si é passível de historicização e, no caso de Selden, ela remete justamente ao auge da pretensão universalista diante do conhecimento. É no século XVII que, segundo Burke, viveram os “monstros da erudição”, dentre eles o próprio Selden¹⁵⁴. Trata-se de um momento particular em que não apenas apareceu um vocabulário capaz de expressar a existência desse tipo específico de letrado através de termos como ‘polímata’, ‘polyhistor’ ou ‘general learning’, mas ainda no qual os polímatas se deslocavam entre duas aspirações em relação ao conhecimento, o

¹⁵¹ Peter Burke, *O polímata: Uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag* (São Paulo: Editora UNESP, 2020), 261-92.

¹⁵² Peter Burke, *Polímata*, 19.

¹⁵³ Peter Burke, *Polímata*, 28-9, 59-60.

¹⁵⁴ Peter Burke, *Polímata*, 85-136.

enciclopedismo e a pansofia. Sugere-se nesta tese que ambas as aspirações eram expressões de uma espécie de paradigma digestivo do conhecimento diante do qual os polímatas operavam entre o imperativo de compilar sistematicamente o máximo de informação que conseguissem e a busca por aquilo que permitiria unificar todos os saberes então existentes, o que configura desafio não desprezível a quem deseja melhor compreender a produção de conhecimento na Idade Moderna.

A partir desse panorama sugerido por Burke fica evidente a insuficiência do apelo do conjunto dos textos biográficos ao caráter, às obras e às relações sociais de Selden. Isoladas, cada uma dessas coisas faria com que os feitos de Selden remetessem a uma unidade substancial distinta, de modo que suas realizações ou seriam resultado (praticamente necessário) de certas habilidades excepcionais, expressão de alguma grande teoria ou produto de determinados vínculos sociais e tendências políticas. Porém, como os biógrafos também sabiam, é da natureza da polimatia ser fugidia em relação aos esforços de compartimentação e unificação, os quais, eventualmente, instituem fronteiras disciplinares onde e quando elas não existem. Wilkins, ao sumarizar a grandeza de Selden enquanto erudito, evidenciou como poucos o desafio que se coloca diante de qualquer intérprete de Selden – ou de outro ‘monstro da erudição’:

E que é de admirar? Que ele tenha devorado as ciências do mundo inteiro, todas as da Europa, muitas das da Ásia, ter introduzido as línguas da África na Inglaterra, ter revolido todos os livros impressos e manuscritos no mundo conhecido com diligência e ter restituído a razão e a explicação correta dos documentos antigos, isso os seus escritos doutíssimos ensinam, coisa de que o presente se admira e que o futuro contemplará em êxtase; ademais, dê-se por certo que os escaninhos dos reis e dos mais destacados homens de ciência, não apenas da Inglaterra, mas ainda da Gália, da Holanda, da Itália e da Espanha estiveram abertos para ele, dos quais o que quer que calhasse de ser útil para dissertar como convém em matéria de estudos teológicos e filológicos, jurídicos e históricos, matemáticos e filosóficos, ele poderia tirar e explorar com sua douda mão e com seu apurado juízo. A própria natureza moldara Selden para a gravidade, a indústria e a amplidão do espírito, um homem grande e excelso, cujo espírito, incitado pelo estímulo da glória, entregando-se noite e dia aos estudos cujo curso ele com dificuldade suportava ou sequer suportava que fosse perturbado¹⁵⁵.

¹⁵⁵ “Et quid mirum? Omnes illum totius orbis scientias devorasse, cunctas Europae, plurimae Asiae, Africaeque linguas Angliae intulisse, universos in orbe cognito libros impressos & MSS sedulo evolvisse, accuratamque antiquiorum monumentorum rationem ac explicationem reddidisse, doctissima illius scripta edocent, quae praesens miratur & suspiciet posterior aetas; adeo ut forulos museorum regum principumque virorum non Angliae solum, sed & Galliae, Hollandiae, Italiae & Hispaniae ei patuisse

Admirável em razão do caráter, das obras e das relações sociais, impôs-se de maneira inevitável a praticamente todos os textos biográficos examinados neste capítulo a necessidade de encontrar um arranjo para esses três aspectos que davam forma à condição de Selden como erudito. Arrisca-se a dizer aqui, porém, que no conjunto as soluções apresentadas por esses textos foram fundamentalmente duas: ou tais dimensões aparecem justapostas umas às outras, respondendo assim de maneira *ad hoc* ao esforço biográfico, ou se fez uso de algum tipo de essencialidade capaz de instituir um objeto e organizar essas dimensões constitutivas, como, por exemplo, a ideia de ‘autor’. De uma forma ou de outra, acredita-se aqui que proceder dessa maneira tanto não dá conta do caráter fugidio da polimatia quanto restringe o trabalho do historiador à restauração de alguma unidade perdida. Uma abordagem mais promissora talvez seja justamente aquela que se pergunta pelas conexões que efetivamente atravessavam essas e outras dimensões da experiência social e intelectual de Selden e dos seus contemporâneos, as quais foram apartadas umas das outras pela descrição e interpretação biográfica.

4. John Selden, ‘patriota’

O caráter fugidio da polimatia de um ‘monstro da erudição’ como Selden não exclui do horizonte de análise a finalidade e os usos que a erudição poderia assumir. Até aqui, foram examinadas duas denominações sintéticas atribuídas a Selden dentro do conjunto dos textos biográficos (‘esquire’, ‘erudito’) e alguns elementos que estruturam o fragmento autobiográfico (parentesco, educação e profissão, amigos). Mas antes de encerrar o capítulo, é preciso falar de uma terceira e última denominação: ‘patriota’. Ela é bastante recorrente no século XIX e, embora esteja bem localizada no tempo, coloca em evidência de maneira ampla a lealdade de Selden e incorpora ao presente exercício analítico elementos faltantes do fragmento autobiográfico, a saber, os inimigos de Selden e a participação dele em diversos parlamentos, “dentre os quais aquele que teve Rei e o que não teve”. Sendo assim, são explorados nesta seção, nesta ordem, a distinção entre erudição e política que subjaz às biografias de Selden, a interpretação liberal e oitocentista

crederes, ex quibus quicquid ad studia teologia & philologica, juridica & historica, mathematica & philosophica rite pertractanda utile occurrebat, docta manu limatoque judicio excerpterit & exhausserit. Finxerat Seldenum ipsa natura ad gravitatem, industriam & magnitudinem animi, hominem magnum & excelsum, cujus animus noctes & dies gloriae stimulis incitatus studiisque vacans, circulos suos turbare vix ac ne vix quidem patiebatur” (David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: I).

do autor e, por fim, a resposta eminentemente revisionista e teórica por parte da literatura contemporânea.

Explorar essa descrição sintética de Selden exige encarar, em primeiro lugar, uma tensão que subjaz praticamente toda narrativa sobre ele: a oposição entre ócio e negócio, entre vida contemplativa e vida ativa ou, em termos mais atuais, entre erudição e política. É comum nos textos biográficos que o quietismo da erudição esteja em contraste com as paixões, a agilidade, as atitudes e os partidarismos da política. Essa disjunção entre realizações intelectuais e ações políticas se faz presente na contemporaneidade e, inclusive, orienta textos inteiros a respeito de Selden. É ela, por exemplo, que opera por detrás da opção de Toomer de escrever aquilo que, nos seus termos, é uma “biografia intelectual” de Selden e diante da qual “a carreira política de Selden, especialmente nos parlamentos, é tratada de maneira sumária, detalhada apenas naquilo que possa oferecer o pano de fundo necessário para suas atividades eruditas”¹⁵⁶; ou que dá sentido para afirmações de Christianson no *Dictionary of National Biography*, como “[Selden] recebeu a oportunidade de pôr suas ideias históricas e constitucionais em ação” ao se tornar expert legal junto ao Parlamento, em 1621, e também “ironicamente, essas ações subverteram o próprio ideal de Selden, o qual dependia da cooperação entre o rei, os lordes e os comuns”¹⁵⁷, ao falar da participação de Selden no movimento em favor da Petição de Direitos.

Como se pode imaginar, a separação entre erudição e política é recorrência duradoura na literatura sobre Selden e é possível identificá-la com clareza em alguns momentos específicos da vida do autor. Um deles é a composição e publicação de *Marmora Arundelliana* (1628) e nesse episódio é patente a tensão e o afastamento entre ambas as coisas. O livro em questão é uma obra de ‘meio de caminho’: publicada em 1628, ela está assim situada após o período das obras de juventude de Selden e antecede os trabalhos de maturidade do autor; além do que, a obra recai no meio da carreira política de Selden, cuja atuação junto ao Parlamento pode ser dividida em dois blocos (isto é, de 1621 a 1629, e de 1640 até 1649). Não se pode negar que seja desconcertante que, em meio à agitação política em torno dos avanços das prerrogativas do monarca e que culminou na prisão do próprio Selden, ele tenha encontrado tempo e disposição para investigar, transcrever e traduzir para o latim mármores gregos adquiridos pelo conde de

¹⁵⁶ Gerald J. Toomer, *John Selden*, vii.

¹⁵⁷ Paul Christianson, “Selden, John”, online.

Arundel e assim contribuir com a cronologia a respeito do mundo antigo¹⁵⁸. E o tratamento dado pelos biógrafos reforça essa surpresa, bem como faz ecoar a distinção reclamada pelo próprio Selden entre ócio e negócio, campo e cidade. Para ficar apenas nos textos mais sistemáticos, isto é, os verbetes sobre o autor, a informação da composição e publicação do livro em questão é dada na forma de um pequeno aposto: “ele [Selden] se retirou para Wrest no condado de Bedford, uma propriedade do Conde de Kent, onde durante o recesso do Parlamento, ele concluiu seus Comentários sobre os Mármores de Arundel”¹⁵⁹; e “o recesso de 1628 transcorreu para Selden em Wrest e lá ele se ocupou do seu trabalho com os mármores de Arundel”¹⁶⁰. Outra maneira de lidar com o episódio foi excluí-lo para que não interrompesse o fluxo da narrativa política, agrupando-o num contexto fundamentalmente intelectual: “cinco anos depois [da publicação de Eadmer] ele publicou *Marmora Arundeliana...*”¹⁶¹. A despeito da proximidade cronológica entre a atuação parlamentar de Selden e a publicação de *Marmora Arundeliana*, a distância lógico-narrativa entre ambos é extrema.

Não se pode dizer a mesma coisa de outro episódio da biografia de Selden: a composição e publicação de *Historie of Tithes*. Trata-se do ponto de passagem mais conhecido da fronteira entre erudição e política. Nas palavras de um biógrafo, *Historie of Tithes* afetou Selden “tanto como escritor quanto como cidadão”, ocasião na qual o autor se expôs a poderes “sempre formidáveis para aqueles cujas armas são pena e tinta e cuja única saída é a apologia ou a perseverança”¹⁶². A história dos dízimos de Selden é um livro que já foi percebido como peça de um complô contra a Igreja da Inglaterra, um manifesto contra a tirania bem como uma magnífica proeza intelectual. É uma obra que, independentemente da adesão a essa ou qualquer outra interpretação, põe em questão a lealdade e a finalidade da erudição de Selden.

Responder à pergunta sobre a lealdade de alguém ou a finalidade de suas ações no século XVII passava frequentemente por definir sua posição em relação à religião. Aubrey e Wood estavam particularmente atentos a isso. Para eles, a história dos dízimos de

¹⁵⁸ Para Aikin, por exemplo, o fato expressava a grandeza admirável de Selden: “it cannot but inspire a high idea of his extent of capacity and power of mind, that while he was so deeply engaged in important political concerns, he was able to transfer his attention to subjects of profound erudition, and maintain his station among the first men of letter of his age” (John Aikin, *Lives of John Selden*, 66-7).

¹⁵⁹ *Biographia Britannica*, 3612-3.

¹⁶⁰ Edward Fry, “Selden, John”, 1153.

¹⁶¹ Paul Christianson, “Selden, John”, online.

¹⁶² John Aikin, *Lives of John Selden*, 17-8.

Selden expressava com clareza uma tese: os dízimos não eram devidos por direito divino. Ambos ressaltavam as paixões suscitadas pela publicação da obra. Aubrey dizia que “o seu tratado de que os Dízimos não são de direito divino atraiu sobre ele muita inveja por parte do clero. [...] ele nunca perdoaria os bispos”¹⁶³ e Wood informava que “no prefácio, o autor acusa o clero de ignorância e preguiça [e que Selden] nunca saiu de nenhum dos seus empreendimentos com tamanha perda de crédito” – e o mesmo biógrafo não deixou de registrar que *Historie of Tithes* foi reimpresso em 1680, “num momento em que a imprensa e o partido dos fanáticos gozavam de demasiada liberdade em razão da conspiração papista”¹⁶⁴. Aubrey e Wood ecoavam a acusação de outro autor seiscentista, Peter Heylyn – Wood, inclusive, utilizava-se das próprias palavras de Heylyn¹⁶⁵. Segundo esse autor, Selden faria parte de um complô presbiteriano para subverter a Igreja da Inglaterra através do empobrecimento do clero, o qual se efetivaria por meio da contestação e abolição dos dízimos. Esse complô, nas palavras de Heylyn, “foi desígnio de muitas mãos, pelas quais todas as passagens foram marcadas na Biblioteca de Cotton”, porém apenas o nome de Selden apareceu publicamente, “então de muito Crédito no Mundo em razão de suas reconhecidas Habilidades nos ermos Caminhos da Erudição”. Ainda segundo ele, os clérigos nada puderam fazer diante “desse grande Golias”, porém alguns críticos, também eruditos, atacaram-no e Selden “nunca saiu de nenhum dos seus empreendimentos com tamanha perda de crédito”. No entanto, a atuação das autoridades não remediou propriamente a situação “na mente do autor, incentivando-o a agir de maneira mais vigorosa em favor dos Presbiterianos”¹⁶⁶.

A publicação das obras completas de Selden se mostrou decisiva para modificar essa percepção e aproximar os biógrafos e demais estudiosos da defesa feita pelo próprio autor na ocasião da controvérsia. Wilkins fixou um relato mais detalhado sobre o episódio do que aquele feito por Wood¹⁶⁷ e imbuiu heroísmo à narrativa. Nela, Selden “como

¹⁶³ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 220.

¹⁶⁴ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 108.

¹⁶⁵ Apesar da predominância da interpretação de Heylyn nos textos biográficos de Aubrey e Wood, outro autor da época, Thomas Fuller, afastava-se do entendimento de que Selden escrevera sua história dos dízimos para ofender deliberadamente o clero e o rei. Dizia ele, diante da hipótese de que Selden reagira à peça *Ignoramus*, que foi encenada em Cambridge em 1614 e ridicularizava os advogados da common law, que: “I cannot suspect so high Soul, guilty of so low reflections, that his Book related at all to this occasion, but only that the latitude of his minde, tracing all pathes of learning, did casually light on the rode of this Subject” (Thomas Fuller, *The church history of Britain*, London: John Williams, 1656, 70 livro X § 40).

¹⁶⁶ Peter Heylyn, *Aerius redivivus: or the history of the presbyterians* (Oxford: Jo. Crosley, 1670), 391-2.

¹⁶⁷ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: v-viii.

cortando a cabeça de uma hidra (ὑδραν τέμνων), atraiu a ira de todos os clérigos de toda a Inglaterra” e, ao publicar *Historie of Tithes* “conjurou uma tempestade sumamente terrível” por atacar tanto as pessoas do clero quanto os seus rendimentos. Selden foi obrigado a se retratar pela publicação do livro e, nas palavras de Wilkins, essa retratação “dele se arrancava mais dificilmente do que a clava de Hércules” e não serviu para protegê-lo de “toda a caterva de adversários seus, que, para acrescer dor à dor, procuravam afligi-lo de diversos modos com questionamentos”. Esses adversários eram críticos mobilizados em defesa do clero anglicano, como Richard Tillesley e Richard Montagu, os quais “não acusavam em razão do ódio da inimizade, mas que produziam inimizade com o empenho da acusação”¹⁶⁸. A inimizade surgia assim da polêmica, e não o contrário. Além disso, e ainda mais importante, Wilkins ofereceu através da *opera omnia* um conjunto de documentos cuja menção se tornou indispensável nas narrativas e interpretações posteriores a respeito de *Historie of Tithes*, dentre os quais uma carta escrita por Selden ao duque de Buckingham e um manuscrito apresentado a Jaime I com suas justificativas¹⁶⁹. Esses textos ampliavam a voz do próprio Selden e expunham suas razões e entendimentos a respeito da controvérsia.

Pouco tempo depois, já é possível perceber certa duplicidade ao se tratar do assunto, ficando os biógrafos entre o notório desafeto de Selden para com o clero e a declaração feita por ele de que, no caso de *Historie of Tithes*, o seu propósito foi escrever “apenas uma história”¹⁷⁰. No século XIX, essa duplicidade se transformou numa hipérbole e o episódio da história dos dízimos de Selden encontrou sentido dentro de outra grande narrativa. Não se dizia mais que os presbiterianos, organizados num complô, ameaçavam subverter à igreja oficial, mas que o episódio era parte de um momento crucial na instituição formal da liberdade na Inglaterra.

Dentro dessa interpretação liberal, uma agenda eminentemente religiosa foi então substituída por outra, eminentemente política, e o ônus da controvérsia transferido para os adversários de Selden. Para biógrafos oitocentistas, não restavam dúvidas de que *Historie of Tithes* fora, em primeiro lugar, “puramente uma investigação histórica”¹⁷¹, de modo que embora “não seja difícil imaginar para qual Direção a mente de Selden tendia na questão crucial em torno da lei canônica e da *common law*, é difícil encontrar no

¹⁶⁸ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: v-vi.

¹⁶⁹ John Selden, *Joannis Seldeni opera omnia*, 3: 1393-6, 1451-8.

¹⁷⁰ *Biographia Britannica*, 3608 n. K.

¹⁷¹ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, xxiv.

tratado qualquer expressão de sua opinião pessoal”¹⁷². A despeito dessa incompreensão a respeito da natureza da obra de Selden, os adversários do autor mereceriam o opróbrio por todo o episódio. Aikin, por exemplo, sugeria que Selden partilhava da “inveja” usual entre juristas da *common law* diante do avanço da teoria do direito divino, porém afirmava que os membros do clero tinham poder político efetivamente irresistível e, por isso, deveriam ser responsabilizados “com os desvios em relação à verdade e à integridade que poderiam resultar” do uso da força como meio de suprimir controvérsias¹⁷³. Ademais, dizia o biógrafo, aos olhos do “clero ilustrado dos dias de hoje” não se poderia deixar de lamentar a “inveja iliberal e sem propósito” e rir “da ingenuidade dos seus críticos do clero”, os quais não eram capazes de perceber que Selden “qualquer que fosse a sua intenção, foi a eles mais útil por estabelecer o direito legal deles aos dízimos do que pernicioso por colocar em questão o direito divino [...] e certamente, se as demandas dos clérigos fossem postas no mesmo pé dos direitos dos indivíduos aos seus bens, teriam eles pouco a temer e do que se queixar”¹⁷⁴. Johnson, outro biógrafo oitocentista, delineou um contexto mais abrangente e indispensável para explicar como “o progresso sereno de um estudioso das antiguidades” atingiu um ponto de tamanha notoriedade política: “o tratamento dado a Selden foi parte de uma disputa crescente entre despotismo e liberdade” e narrar a controvérsia dos dízimos permitiria “estimar os méritos dos combatentes”¹⁷⁵.

O olhar retrospectivo fornecia a esses biógrafos um lugar vantajoso a partir do qual interpretavam toda a situação. Para eles, os inimigos de Selden tanto não entenderam a natureza do seu livro quanto estavam ‘do lado errado’ do progresso histórico. E apesar da grande diferença entre essa interpretação e aquela que lhe antecedeu, é razoável dizer, porém, que ambas têm um ponto em comum: em ambas a ação política é dissimulada. Se, por um lado, a compreensão dos atos políticos de Selden depende do recurso à conspiração, a qual, por definição, é uma ação secreta, e que teria se utilizado da erudição como fachada; por outro, a ingenuidade e inconsciência dos inimigos de Selden denunciavam o caráter inequívoco, subterrâneo e irresistível da história em direção à liberdade, segundo a qual a ação de Selden seria amplamente inteligível apenas depois da controvérsia ter passado no tempo.

¹⁷² Edward Fry, “Selden, John”, 1151.

¹⁷³ John Aikin, *Lives of John Selden*, 18-9, 28.

¹⁷⁴ John Aikin, *Lives of John Selden*, 33-4.

¹⁷⁵ George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 53.

Essas duas interpretações extrapolaram às circunstâncias da publicação de *Historie of Tithes* e buscaram dar sentido a Selden como um todo. Elas se apresentaram com particular clareza na interpretação de um lema adotado por Selden: *περὶ παντὸς τὴν ἔλευθερίαν*. A tradução predominante é algo entre ‘acima de tudo, liberdade’ e ‘liberdade acima de todas as coisas’, existindo também a possibilidade de traduzir o lema por ‘liberdade a respeito de todas as coisas’. No entanto, não é a fidelidade dessas traduções ao texto grego que interessa ou rastreá-las especificamente nessas fórmulas, mas explorar a dimensão política que a ideia de liberdade adquire dentro de determinadas interpretações do lema de Selden.

A edição oitocentista de *Athenae Oxonienses* de Wood é uma peça-chave. O organizador da edição, Philip Bliss, deteve-se justamente sobre esse assunto e marcou a distância entre o seu próprio entendimento e aquele de Wood. Para ele, “os princípios tory de Wood induziram-no a oferecer uma explicação incorreta e, ao mesmo tempo, muito peculiar para o lema admirável de Selden: acima de tudo, liberdade”. O significado disso, segundo Wood, seria que Selden “examinaria as coisas e não as tomaria apenas pela confiança”. De acordo com Bliss, essa era “uma ótima orientação e muito recomendável para um antiquário”, porém ele propunha outra interpretação: “‘acima de todas as coisas, liberdade!’, isto é, a liberdade é mais cara a mim do que qualquer outra benção desejável, mais até do que a própria vida: um sentimento digno não apenas de Selden, mas de qualquer pessoa que se considere um inglês”¹⁷⁶. A partir dessa pequena intervenção do editor, percebe-se dois sentidos para ‘liberdade’: aquele de Wood, que restringe o lema ao âmbito do conhecimento; e o de Bliss, que o encara como profissão de fé política, e não de qualquer convicção, mas daquela que caracterizaria a própria nação inglesa.

A despeito da afirmação do editor em questão, a interpretação oferecida por ele é que era, de fato, peculiar. A explicação dada por Wood (e corrigida por Bliss) de que Selden, ao falar em ‘liberdade’, fazia um elogio ao desapego em relação ao dogmatismo na investigação sobre qualquer assunto seria evocada pelo próprio contexto material que envolve o lema do autor: “ele tinha uma Biblioteca muito seleta de livros, tanto manuscritos quanto impressos, no começo de todos os quais ou na maioria deles escreveu ou no título ou em alguma folha anterior, *περὶ παντὸς τὴν ἔλευθερίαν*”¹⁷⁷. Esse

¹⁷⁶ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, editado por Philip Bliss (London: F. C. and J. Rivington, 1817), 3: 380.

¹⁷⁷ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 108.

entendimento basicamente epistemológico da ideia de liberdade foi aceito por Wilkins e reforçado pelo biógrafo ao transcrever um trecho do prefácio de *Historie of Tithes*: “mas, evidentemente, aquele que evita as disputas Levianas deles [dos antigos cétricos] e ainda, sendo capaz, toma para si a Liberdade deles de Investigação está no único caminho que em todos os tipos de estudos conduz e revela o Santuário da Verdade”¹⁷⁸. ‘Liberdade’ consistiria, portanto, naquele desapego cétrico em relação ao dogmatismo e que seria útil à investigação moderna em busca da verdade. Essa interpretação foi repetida por outro biógrafo de Selden, Aikin, o qual optou por traduzir o lema por ‘liberdade a respeito de todas as coisas’ e se mostrou fundamentalmente preocupado com a suspeita que tal lema levantaria acerca da devoção de Selden à revelação cristã¹⁷⁹.

Aikin repetia o entendimento de Wood e Wilkins apenas cinco anos antes de Bliss trazer a sua interpretação. E no período entre esses três autores, isto é, entre meados do século XVIII e o início do século XIX, existe apenas um texto biográfico dentro do conjunto analisado neste capítulo, o verbete sobre Selden em *Biographia Britannica*, e nele fica sugerida a interpretação apresentada por Wood, Wilkins e Aikin – e se pode dizer o mesmo do prefácio biográfico que acompanha a impressão de *Table Talk* de 1786¹⁸⁰.

A interpretação adotada por Bliss aparece, na verdade, pouco depois. O entendimento eminentemente político da ‘liberdade’ no lema de Selden surge, com clareza, pela primeira vez na edição de 1789 de *Table Talk*. Nela e em duas outras impressões subsequentes (1798, 1800), o lema está na folha de rosto da publicação – o que é, de fato, incomum¹⁸¹. E algo único à edição de 1789 é que ela tem duas dedicatórias. O livro é dedicado tanto aos executores do testamento de Selden, como é de praxe e se repete desde a primeira impressão da obra, quanto a um político do momento, Charles James Fox, “nosso distinto compatriota”¹⁸². Fox era reconhecido como a principal liderança de um renovado partidarismo *whig* no Parlamento e o autor da dedicatória, chamado apenas de “um inglês”, dizia o seguinte: “assim como Selden, você possui um conhecimento consumado dos princípios de nossa excelente constituição; assim como ele,

¹⁷⁸ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: li.

¹⁷⁹ John Aikin, *Lives of John Selden*, 163-5.

¹⁸⁰ *Biographia Britannica*, 3624; “The life of John Selden esq.”, in *Table Talk* de John Selden (1786), xii.

¹⁸¹ Dentre as 18 impressões de *Table Talk* a que se tem acesso e que se sucedem de 1689 até 1927, apenas cinco delas dão destaque ao lema de Selden, anunciando-o impresso na folha de rosto (1789, 1798, 1800, 1868) ou debaixo do retrato do autor, sem tradução (1847). As duas últimas edições desse pequeno conjunto diferenciam-se das demais, no entanto, por serem edições preparadas por acadêmicos, a saber Samuel W. Singer e Edward Arber.

¹⁸² John Selden, *Seldeniana* (1789), folha de rosto.

é motivo de orgulho para você fazer desses princípios os guias de sua vida política. Você se levantou, desde muito cedo, em defesa dos verdadeiros interesses deste país, do direito civil e religioso dos ingleses. Convencido, junto ao grande autor das páginas a seguir, de que para o nome da Inglaterra ser reverenciado no estrangeiro, sua constituição deve ser preservada inviolada em casa”¹⁸³. Selden não aparece como um erudito preocupado em colocar todos os assuntos sob escrutínio sob o risco de suscitar polêmicas, mas como fonte de convicção política e exemplo de oposição inabalável às tentativas de se corromper a constituição. E quando a crise se aproximou, continuava a dedicatória, “qual foi a sua conduta? Foi a conduta de um Selden, de um Sydney, de um Bentinck ou de um Sully! Tomarei o leme uma vez mais e serei responsável, diante do povo em geral, por tudo aquilo que estiver em meu departamento”¹⁸⁴. Fonte de convicção e exemplo político, Selden figura também como líder em tempos de crise e faz parte de uma genealogia de heróis políticos, dentre os quais estão o filósofo político Algernon Sidney e o homenageado, Charles James Fox.

A associação entre Selden e o partidarismo *whig* se fazia num momento histórico crucial. O fim da dedicatória aponta para o futuro e diz o seguinte: “que a nobre cena que se desenrola num Estado vizinho possa reacender em nossos corações um pouco daquela chama sagrada que aqueceu nossos antepassados, quando eles tão duramente adquiriram as liberdades que transmitiram a nós”¹⁸⁵. O “Estado vizinho” ao qual a dedicatória se refere é provavelmente a França e a “nobre cena” que lá se desenrolava, a Revolução Francesa. Essa dedicatória de *Table Talk* é datada de 30 de agosto de 1789, isto é, pouco mais de um mês depois da queda da Bastilha, e o homenageado, Charles James Fox, provar-se-ia naquele ano e nos anos seguintes um defensor da revolução. É nesse contexto político e intelectual, estruturado pela disputa em torno das concepções de nação e liberdade, que o lema de Selden encontrou a sua interpretação eminentemente política.

Um dos biógrafos oitocentistas de Selden, Singer, cometeu um pequeno e fortuito erro ao evocar o lema do autor e graças ao qual é possível ampliar a genealogia da interpretação defendida por Bliss. Na conclusão do texto biográfico, o biógrafo escreveu o seguinte: “mas como o Sr. Seward diz, ‘ao final de tudo, a parte mais encantadora do caráter de Selden é revelada elegantemente por ele mesmo na escolha do seu lema:

¹⁸³ John Selden, *Seldeniana* (1789), xiii.

¹⁸⁴ John Selden, *Seldeniana* (1789), xv.

¹⁸⁵ John Selden, *Seldeniana* (1789), xvi.

liberdade a respeito de todas as coisas”¹⁸⁶. A passagem transcrita por Singer remete, na verdade, às três últimas linhas do verbete sobre Selden em *Biographia Britannica*¹⁸⁷, o que não explica, no entanto, a menção nominal feita pelo biógrafo ao tal “Sr. Seward”.

Ainda que equivocado na referência, o biógrafo indicou um nome que se mostra crucial na compreensão do sentido político atribuído ao lema de Selden. William Seward falou sobre Selden apenas de passagem, porém ao fazê-lo destacou justamente a relação entre o autor e a liberdade política. Em 1795, Seward dizia que Selden adotou como lema ‘liberdade acima de todas as coisas’ e, explicava, “essa palavrinha [liberdade], que ocasionalmente trouxe tanto bem e fez tanto mal à humanidade, o Sr. Selden entendia, de acordo com a definição de [Marco] Túlio [Cícero] para ela, como o poder de fazer aquilo que a lei permite”¹⁸⁸. A liberdade ciceroniana é que daria estofa ao lema de Selden e essa não era uma ideia genérica qualquer, mas que, na explicação de Seward, expressa conformidade institucional e paz social – e para reforçar esse entendimento, foram transcritos por Seward dois verbetes de *Table Talk*, ‘liturgia’ e ‘rei’¹⁸⁹.

Pouco depois, em 1799, Selden retorna em outra publicação de Seward. Nela ele aparece para falar, em primeiro lugar, sobre os “seus compatriotas”, caracterizados pelo “temperamento moderado” e por virtudes, como a disposição para agir, a coragem, a generosidade, a franqueza e o respeito; e, em segundo lugar, acerca da relação entre o rei e os comuns, a qual permitiria, se o rei respeitasse as leis e as liberdades dos súditos e estivesse à serviço deles, que se obtivesse “a felicidade dos nossos antepassados, os antigos saxões, [...] cada um satisfeito com a sua própria condição”¹⁹⁰. À luz do processo revolucionário francês e de todo o conflito e guerra em torno dele, Seward se utilizava de Selden para definir uma liberdade própria aos ingleses. Isso aparece de maneira evidente numa nota explicativa do autor a respeito do ‘amor à liberdade’ que Selden atribuiria aos compatriotas:

¹⁸⁶ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, cxix.

¹⁸⁷ *Biographia Britannica*, 3624.

¹⁸⁸ William Seward, *Anecdotes of some distinguished persons* (London: T. Cadell, 1795), 2: 87-8.

¹⁸⁹ “‘Liturgy’, There is no Church without a Liturgy, nor indeed can there be conveniently, as there is no school without a grammar. One scholar, indeed, may be taught otherwise, but not a whole school, One or two that are piously disposed, may serve themselves their own way, but not a whole Nation”. ‘King’, A King is a thing which Men have made for their own sakes, for quietness sake, just as in a family one man is appointed to buy the meat. If every man should buy what the other liked not, or what the other had bought before, so, there would be a confusion. But that charge being committed to one, he, according to his discretion, pleases all. If they have not what they would have one day, they shall have it the next, or something as good” (William Seward, *Anecdotes*, 2: 88).

¹⁹⁰ William Seward, *Biographiana* (London: J. Johnson, 1799), 2: 533-7.

‘Liberdade acima de todas as coisas’ era o lema desse homem erudito e de excelência; não aquela liberdade abstrata, noção que, no atual momento, ameaça destruir todos os governos da Europa, mas sim a liberdade temperada e útil, em favor da qual Selden empenhou-se com forte espírito e energia; aquela liberdade que assegura para cada indivíduo a benção da proteção pessoal e da propriedade privada sob a sanção da lei e que é gozada de maneira mais ampla nesta nação do que já foi em qualquer outro país do mundo¹⁹¹.

Curioso, no entanto, é que o texto transcrito por Seward em 1799, e ao qual ele fez esse esclarecimento, não é de autoria de Selden – não há qualquer sinal dele nas obras completas. A transcrição de Seward remete, na verdade, a um capítulo conclusivo do discurso histórico e político de Nathaniel Bacon¹⁹², o qual foi publicado inicialmente em duas partes (1647, 1651) e depois num único volume (1682, 1689).

A atribuição de Seward do texto a Selden não é erro ou má fé, mas sim expressão de uma genealogia de usos políticos do autor. É apenas na edição de 1689 do texto de Nathaniel Bacon (e da qual derivam todas as impressões do século XVIII) que aparece o nome de Selden como autor do livro tanto na folha de rosto quanto na nota do impressor. Daí em diante, o livro acabou associado a Selden¹⁹³. A folha de rosto da edição de 1689 diz que o texto foi “coletado de notas manuscritas de John Selden, esq., por Nathaniel Bacon do Gray Inn, esquire” e o impressor do livro, John Starkley, conta uma história que, apesar de incongruências factuais, é significativa¹⁹⁴. Segundo ele, o livro foi inicialmente “recebido com frieza no mundo” por ter sido publicado após a execução de Carlos I – de fato, a publicação antecede a morte do rei. Porém, com a ascensão de Carlos II e os avanços das prerrogativas reais, a procura por ele aumentou de maneira substancial por parte de “muitos Letrados que não estavam desejosos de abrir mão dos seus Direitos de Nascimento”. Apesar da perseguição que se seguiu a esse sucesso, o impressor assegurava que “os Livros foram desde então preservados com cuidado para o benefício de todos aqueles

¹⁹¹ “‘Liberty above all things’, was the motto of this learned and excellent man; not that abstract liberty, the notion of which, at present, threatens the destruction of every government in Europe; but that tempered and useful liberty, for which Selden exerted himself with great spirit and energy; that liberty which secures to every individual the blessings of personal safety and private property, under the sanction of law, and which is more generally enjoyed in this nation, than it has ever been in any other country in the world” (William Seward, *Biographiana*, 2: 535).

¹⁹² Nathaniel Bacon, *The continuation of an Historical discourse of the government of England* (London: Thomas Roycroft, 1651), 301.

¹⁹³ Joseph A. Dane, “Seized, burnt, and variant: bibliographical note on Nathaniel Bacon’s ‘An Historical Discourse of the Uniformity of the Government of England’ 1672”, *The Papers of the Bibliographical Society of America* 102, n. 1, (2008): 95-102.

¹⁹⁴ Nathaniel Bacon, *An historical and political discourse of the laws and government of England* (London: John Starkley, 1689), folha de rosto, advertisement.

desejosos de conhecer e manter suas Leis Ancestrais e Direitos de Nascimento” e a respeito de sua autoria, dizia que “era bem sabido e reconhecido pelo então Chief Justice Vaughan, o qual fora um dos Executores [do testamento] do Grandioso e Erudito Sr. Selden, que as Fundações [do livro] eram dele, sobre as quais o Sr. Bacon ergueu esta Superestrutura, que foi e é tão estimada e que agora é tornada pública uma vez mais”.

O que toda essa sequência de documentos e nomes aponta é para o fato de que, ao fim, o entendimento apresentado por Bliss para o lema de Selden fazia parte de uma genealogia de apropriações políticas do autor e que conectava três momentos revolucionários distintos: a revolução inglesa de meados do século XVII, a revolução gloriosa de 1689 e, por fim, a revolução francesa, no final do século XVIII. Nathaniel Bacon, John Starkley, William Seward, Philip Bliss e, já em meados do século XIX, Samuel Singer são pontos de passagem para uma interpretação liberal que fez de Selden guardião de uma ideia republicana (e peculiar aos ingleses) de liberdade.

A partir da liberdade política, aquelas inimizades que costumam ter, até hoje, pouco destaque em textos que encaram o autor como erudito¹⁹⁵, ganham maior proeminência porque passam a estar sob o guarda-chuva da tirania, seja ela qual for. Assim, os inimigos de Selden são enquadrados como adversários da liberdade política, o que permite colocar num mesmo grupo tanto figuras contemporâneas ao autor, como os críticos obscuros de *Historie of Tithes*, o duque de Buckingham, os reis Jaime I e Carlos I, e o lorde protetor, Oliver Cromwell, quanto quem lhe foi posterior, como Carlos II, George III e seu ministro *tory*, William Pitt, e também o despotismo napoleônico. Essa valorização da inimizade e do conflito é particularmente perceptível no texto biográfico sobre Selden que acompanha a edição de 1789 de *Table Talk*. Nele existem alguns poucos acréscimos em relação à edição de 1786, e o mais importante deles é, sem dúvida, o seguinte: “o rei Carlos I ofereceu a ele os selos de Chanceler, mas felizmente para a fama de Selden, ele recusou, pois se tivesse aceitado esse alto cargo, o seu renome, sua saberia, sua probidade e seu talento para os negócios teriam feito tanto pela causa do Rei que o povo daquele

¹⁹⁵ Toomer é expressão recente da persistência com que a controvérsia é ignorada enquanto assunto de erudição. Ao finalizar sua exposição a respeito de *Historie of Tithes*, o biógrafo diz: “He [Richard Montagu, um dos críticos de Selden] deals only with the first three chapters of Selden’s work, at wearisome length (nearly 600 pages), being more anxious to flaunt his learning and skill at polemic than to provide a reasoned argument. Meanwhile Tillesley [outro crítico] had produced a second edition of his work, in which he printed Selden’s reply to his first edition, each section being followed by his own rebuttal. All in all, these critiques of *Historie of Tithes* (and Selden’s responses) are of more political than intellectual interest” (Gerald J. Toomer, *John Selden*, 309).

tempo talvez não tivesse percebido a intenção e as maquinações de Carlos I e dado a ele a punição justa e exemplar que seus crimes e dissimulações mereciam”¹⁹⁶. Alguém como Selden não poderia e nem deveria se juntar à tirania, tratar-se-ia de uma impossibilidade de caráter e, se por acaso o fizesse, não restaria então modo algum de preservar a liberdade.

Mas talvez o melhor exemplo de como esse maniqueísmo se expressa em momentos cruciais da narrativa da atuação política de Selden seja a descrição oferecida pelo seu biógrafo mais recente, Haivry, a respeito do que se seguiu à política inglesa ao fim da atuação institucional de Selden¹⁹⁷. Para o biógrafo, em 1649, a recusa dos lordes em “participar na destruição final do Rei e da constituição” fez com que os “Comuns” (entre aspas) formassem “a criatura que seria conhecida coloquialmente como o ‘Parlamento Rump’ – refletindo sua verdadeira natureza de arbitrária e desavergonhada tirania por um grupo indicado por si mesmo, mascarando-se sob o nome de Parlamento”. Para o biógrafo, o julgamento do rei fora “uma farsa cruel mascarada de procedimento judicial” e o exército e seus apoiadores “conduziram um golpe militar, provavelmente o primeiro da era moderna” para criar, então, um “Parlamento” (também entre aspas) sem eleições. Assim, “a rebelião contra o medo da monarquia arbitrária transformou-se gradualmente em governo de um tirano arbitrário, governando através de generais e com ‘Parlamentos’ chamados a vontade e dispersados pela espada”. O Protetorado foi, nas palavras de Haivry, “um regime tão despótico e ilegítimo que começou a desmoronar rapidamente após a morte de Oliver Cromwell [...] e em apenas 18 meses, a monarquia foi restaurada”. Para o biógrafo, duas personagens são cruciais nesse processo de agitação política: “Cromwell percorreu todo o caminho de membro obscuro do Longo Parlamento até general e ditador, de defensor até destruidor das liberdades dos ingleses; foi uma trajetória oposta àquela de Carlos I, cujas ações e intenções inicialmente colocaram-no como inimigo das liberdades dos ingleses, mas que gradualmente apresentou-se e foi amplamente reconhecido como garantidor e mártir delas”. E em oposição a eles se fez a carreira política de Selden, expoente de moderação e estabilidade “em um contexto de extremismo crescente e de mudanças de posições”, mas que “no longo prazo, suas ideias constitucionais saíram vencedoras na formação eventual da Restauração, de modo que, tendo tudo em vista, o nome de John Selden merece certamente um lugar de honra

¹⁹⁶ “The life of John Selden, esq”, in *Seldeniana* de John Selden (1789), ix.

¹⁹⁷ Ofir Haivry, *John Selden*, 90-3.

dentre aqueles responsáveis por salvar a Constituição Inglesa e a Igreja Anglicana durante o ordálio da Guerra Civil e do Interregno”.

Diversos textos examinados aqui concordam que Selden merece um lugar de destaque na salvaguarda da constituição, ainda que esses mesmos textos não se entendam propriamente a respeito do que seria essa mesma constituição. Os dos exemplos acima são casos extremos nesse sentido: na edição de 1789 de *Table Talk*, Selden é inimigo de uma tirania encarnada por Carlos I, cuja agenda de suprimir a liberdade dos ingleses foi justamente punida; já no texto de Haivry, a execução do mesmo rei é um ato de barbárie e fere de morte a mesma liberdade dos ingleses, a qual aparece ameaçada por uma tirania diferente, àquela dos puritanos, do exército e de Cromwell. Pouco importa neste capítulo identificar quem, de fato, colocava em risco a tal liberdade dos ingleses, mas interessa aqui destacar como, dentro de interpretações opostas a respeito de um evento crucial da história inglesa, a execução de Carlos I, Selden é contrastado com inimigos diferentes e mantém o mesmo aspecto: trata-se de um ator político moderado, exemplar e que finca raízes no solo da nação.

A despeito da força duradoura do apelo à exemplaridade de Selden, em especial da sua condição de político moderado numa época turbulenta, os textos biográficos atuais trataram em geral de desmistificar a interpretação liberal sobre a atuação parlamentar de Selden através tanto do aprofundamento da pesquisa documental quanto da vinculação do autor a agentes e interesses políticos particulares. É o que se percebe na narrativa a respeito do ingresso de Selden nos parlamentos de 1620 e sobre a sua atuação no Longo Parlamento.

O fragmento autobiográfico é vago a respeito da atuação de Selden no Parlamento e diz apenas: “participou em diversos parlamentos como ‘burgess’, dentre os quais aquele que teve Rei e o que o não teve”. A despeito da brevidade e sutileza do fragmento, destacam-se nele duas informações importantes: que Selden ingressou no Parlamento numa condição específica, a de burgess, e que ele participou em diversos parlamentos (a saber, 1624, 1626, 1628, 1640) que foram diferentes em essência, isto é, alguns foram presididos pelo monarca, outro não – o Longo Parlamento. O destaque dessas informações talvez obscureça um outro detalhe, e que não é de pouca importância. O fragmento autobiográfico descreve a atuação de Selden a partir de um simples “participou”.

É curioso que ao falar do ingresso de Selden como membro do parlamento, tal qual se percebe no tratamento da mudança do autor de Oxford para Londres, os biógrafos antigos optaram pelo uso de recursos linguísticos como o participípio e a voz passiva, de modo a dissimular a agência dos sujeitos políticos. Assim, é com frequência que se pode encontrar, na descrição do início de cada parlamento, expressões como ‘foi escolhido’, ‘foi escolhido por unanimidade’, ‘foi eleito’, ‘ele foi’, ‘teve assento’ e ‘retornou’¹⁹⁸. Todas elas valorizam o objeto da escolha, Selden, enquanto ocultam quem fez essa mesma escolha e as suas razões para tal. É verdade que, em determinados momentos, alguns biógrafos tenham chamado atenção para isso. Aikin, por exemplo, ao falar sobre a eleição de Selden como representante de Lancaster, em 1624, sugeria uma explicação para tal: “por qual interesse particular, por consequência de qual contexto ou por causa de sua ampla reputação ele obteve o seu assento, não somos informados: provavelmente, sendo ele conhecido como hábil defensor dos direitos populares, e um apoiador sofrido da causa, foi apontado pelos eleitores num momento em que a Câmara dos Comuns era percebida como a grande barreira contra o avanço das prerrogativas reais e os seus membros eram escolhidos antes pelos seus princípios públicos do que por suas conexões privadas”¹⁹⁹ – e nela foi acompanhada por outros biógrafos da época²⁰⁰. O recurso à defesa da liberdade como explicação para as eleições de Selden como membro do parlamento não era propriamente uma novidade trazida por Aikin, mas aparece como adendo biográfico na edição de 1789 de *Table Talk*. Lá, a eleição de Selden por Great Bedwyn, em 1626, explica-se porque “os lancasterianos não achavam que ele tivesse sido violento o suficiente contra a estúpida Corte anterior”²⁰¹.

Os biógrafos contemporâneos apostaram justamente nas conexões pessoais que foram desvalorizadas pela interpretação liberal oitocentista. Elas parecem mais promissoras, antes de tudo, na hora de explicar como Selden foi eleito representante no Parlamento de lugares tão distantes entre si, como Lancaster, Great Bedwyn e Ludgershall – os dois últimos no condado de Wilts. Das quatro eleições de Selden como membro do parlamento, apenas a eleição por Oxford é convincente à luz da sua trajetória individual e

¹⁹⁸ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 107; David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: ix, x, xii; *Biographia Britannica*, 3610, 3611, 3616; John Aikin, *Lives of John Selden*, 47, 52, 60, 100; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 114, 138; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, xxxiii, xxxv; Edward Fry, “Selden, John”, 1152, 1154.

¹⁹⁹ John Aikin, *Lives of John Selden*, 47-8.

²⁰⁰ George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 107-8; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, xxxi-xxxii.

²⁰¹ “The life of John Selden, esq.”, in *Seldeniana* de John Selden (1789), vii.

como erudito de renome, envolvido há décadas com a universidade e com figuras de destaque de lá – e não parece ser à toa que essa eleição seja justamente aquela que alguns biógrafos antigos comentaram minimamente²⁰². Já as demais exigem outro tipo de explicação, e mesmo a eleição por Oxford não prescinde de complemento. Nos biógrafos atuais, o recurso à dissimulação desaparece. É o que se encontra, por exemplo, em diversas passagens do verbete sobre Selden escrito por Christianson no *Dictionary of National Biography*: “Selden retornou como MP por Lancaster, talvez através da ajuda do conde de Pembroke, lorde chamberlain [cargo oficial ligado à família real] e genro da condessa de Kent”; “ele se sentou por Great Bedwyn, Wiltshire, muito provavelmente como cliente do conde de Herford”; “Selden se sentou por Ludgershall, Wiltshire, novamente na condição de cliente do conde de Hertford”; e “sua eleição como MP pela Universidade de Oxford provavelmente contou com a benção do chanceler da mesma, William Laud”²⁰³. A despeito dos limites impostos ao relato pela documentação, sobretudo nas primeiras eleições de Selden, é inegável que nessas descrições do ingresso de Selden no Parlamento é o patronato que desempenha a ação política. As conexões de Selden com determinadas figuras da aristocracia, muitas delas vinculadas por parentesco à Elizabeth, são fundamentais para explicar a sua eleição na condição de ‘burgess’, isto é, pela via de acesso da imensa maioria ao Parlamento, eleita (dois sujeitos de cada vez) nas mais de duzentas localidades habilitadas a eleger representação.

Ao contrário dos biógrafos seiscentistas para quem a história dos dízimos teria sido uma “perda de crédito” para Selden, os autores contemporâneos tratam a publicação de *Historie of Tithes* como um ponto de virada em sua trajetória, dando a ele reputação e acesso ao circuito aristocrático e político – um desses biógrafos diz, inclusive, que Selden foi “catapultado de uma vez só para o centro da arena pública”²⁰⁴. Entre os anos 80 e 90, Berkowitz e Christianson foram cruciais na investigação da carreira parlamentar de Selden e no recurso ao patronato como forma de explicar a ação política na época. Para ambos, erudição e política se aproximavam no início do século XVII inglês por meio da investigação antiquária e histórica das leis locais e da defesa feita no Parlamento da antiga constituição contra as ideias e iniciativas de Jaime I, Carlos I e, sobretudo, do duque de Buckingham²⁰⁵.

²⁰² David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xxx-xxxii; John Aikin, *Lives of John Selden*, 100; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 226-7; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, lix.

²⁰³ Paul Christianson, “Selden, John”, online.

²⁰⁴ Ofir Haivry, *John Selden*, 26.

²⁰⁵ David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 70-83; Paul Christianson, *Discourse*, 87, 110-1.

Berkowitz destaca, antes de tudo, que “nada se sabe das circunstâncias específicas da determinação de Selden em buscar um lugar no parlamento. [...] Abandonar naquele momento as duradouras e plácidas preocupações do estudo e dos seus aposentos [no Inner Temple] em favor dos pesados e transitórios negócios de Estado era, para dizer o mínimo, a perturbação de uma rotina satisfatória”²⁰⁶. O patronato aparece, portanto, como hipótese capaz de explicar tanto como Selden foi eleito membro do parlamento diversas vezes quanto por que ele abdicou da rotina tranquila e confortável como estudioso.

A eleição de Selden para os parlamentos de 1624, 1626 e 1628 é atribuída, por Berkowitz e Christianson, à disputa aristocrática e os movimentos políticos de três figuras relacionadas a Selden, o conde de Arundel, Thomas Howard, e o conde de Pembroke, William Herbert, e o conde de Hertford, William Seymour – os dois primeiros casados com as irmãs da condessa de Kent, Elizabeth. Existem poucas informações sobre a eleição de 1624. Berkowitz sugere uma fortuita coincidência: “talvez mais decisivo [para o ingresso de Selden no parlamento] foi a decisão simultânea dos seus amigos de ganhar e as trapalhadas da corte em prevenir o aparecimento de uma liderança na oposição”²⁰⁷. A primeira eleição de Selden em particular se deveu ao fato acidental de que o representante de Lancaster também foi eleito por Leicester e, optando por assumir essa posição, deixou vacante a representação de Lancaster – a qual foi preenchida por Selden, especula-se se em acordo com o eleito ou se por influência do conde de Pembroke²⁰⁸. Nas duas outras eleições para o parlamento, 1626 e 1628, os estudiosos estão mais seguros da atuação do patronato: Selden foi eleito, na primeira ocasião, para representar as localidades de Ilchester, no condado de Somerset, e Great Bedwyn, no condado de Wilts, ambas as vagas controladas pelos condes de Arundel e Hertford; e, na segunda eleição, foi eleito por Ludgershall, também em Wilts, graças ao conde de Hertford²⁰⁹. Em todas essas ocasiões, aparecem entrelaçados sob a égide do patronato diferentes modos de relação (família, amizade e partido) e cujo arranjo geral se torna ainda mais complexo quando são agregados à atuação política de Selden os seus conhecimentos e habilidades como erudito.

A despeito da importância que o patronato assume para explicar o ingresso de Selden em diversos parlamentos e a sua atuação política na instituição, um biógrafo

²⁰⁶ David S. Berkowitz, *John Selden's formative years*, 84.

²⁰⁷ David S. Berkowitz, *John Selden's formative years*, 84-5.

²⁰⁸ Paul Christianson, *Discourse*, p. 92.

²⁰⁹ David S. Berkowitz, *John Selden's formative years*, 97-8, 136; Paul Christianson, *Discourse*, 94-5, 123.

contemporâneo, Toomer, mostra-se bastante receoso dessa explicação. Ao falar da eleição de Selden para o parlamento de 1626, Toomer diz o seguinte: “sem dúvida ele não teria sido eleito sem o apoio do interesse dos poderosos, mas chamá-lo de ‘cliente’ dos Seymours ou de qualquer outro ‘patrono’, como fazem com frequência os trabalhos modernos, é representar equivocadamente a sua situação no parlamento. Selden nunca esteve preocupado em servir a algum interesse particular, embora não tenhamos dúvida de que ele consultava homens cujas opiniões ele respeitava, incluindo aqueles que haviam lhe dado apoio na eleição”²¹⁰. O patronato é, assim, enfraquecido pela negação da condição de ‘cliente’. Aceita-se que os poderosos foram da maior importância para os sucessivos ingressos de Selden no parlamento, porém tais conexões não seriam suficientes para representar sua atuação parlamentar. Outro autor contemporâneo, Haivry, também argumenta nesse sentido embora seja um dos biógrafos de Selden que deu maior valor às relações de Selden com a aristocracia. Ao recontar a anedota do jovem Selden à mesa com a *gentry* enquanto seu pai tocava violino, Haivry concluía o episódio com as seguintes palavras: “sua carreira mostrará que ele, apesar de ele se reunir com facilidade com os ricos e poderosos, sempre manteve certo nível de distanciamento, declinando repetidas vezes as honrarias que lhe foram oferecidas e muito se preservando enquanto homem de si mesmo (*very much his own man*), acumulando de maneira constante os seus bens (*assets*) até se tornar um homem muito rico, mas sempre valorizando sua independência acima de tudo”²¹¹. Diante do risco de se voltar à interpretação liberal oitocentista para preservar a agência política de Selden diante do patronato, o biógrafo oferece uma alternativa ao falar da negação das honrarias e do acúmulo de “bens” por parte de Selden.

A maior parte dos estudiosos contemporâneos buscou uma teoria ou visão de mundo em Selden que unificasse e explicasse não apenas o conjunto de suas obras, mas ainda a sua atuação política. Haivry, por exemplo, entende Selden como “figura fundadora do que podemos chamar de abordagem tradicionalista do constitucionalismo”, e peça-chave para integrar a sabedoria judaica “como parte integral do pensamento legal inglês e ocidental”²¹². Para isso, Selden teria desenvolvido uma teoria legal e política própria, o que garantiria a ele lugar dentro do contratualismo inglês e na história do pensamento político, ao lado de Grócio, Hobbes e Edmund Burke²¹³. Trata-se da expressão mais recente de

²¹⁰ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 326.

²¹¹ Ofir Haivry, *John Selden*, 13.

²¹² Ofir Haivry, *John Selden*, 5-6.

²¹³ Ofir Haivry, *John Selden*, 461-8.

esforço que remete, na historiografia de língua inglesa, ao debate dos anos 80 sobre a ‘antiga constituição’ dentro do qual Selden foi redescoberto como contratualista – e que incumbiu os estudiosos da tarefa de identificar os fundamentos, a natureza e a recepção da teoria política de Selden²¹⁴. Independentemente de Selden ter desenvolvido ou não uma teoria – vale lembrar que Toomer rejeita essa ideia, é razoável dizer aqui que, na narrativa da vida do autor, a teoria assume a posição que outrora era ocupada pelo caráter enquanto critério unificador da agência intelectual e política. As obras e a atuação de Selden no Parlamento são meios (distintos) do desenvolvimento de uma visão de mundo que daria sentido propriamente de trajetória à vida do autor.

Apesar disso, não é qualquer teoria em si que preservaria efetivamente a autonomia de Selden (mesmo que relativa) diante do patronato. As tais honrarias negadas e bens acumulados parecem falar de outra coisa. A eleição de Selden para o Longo Parlamento, em 1640, e a sua atuação junto à Assembleia dos Teólogos, em 1643, trazem elementos importantes nesse sentido. A escolha de Selden como representante de Oxford no Longo Parlamento foi narrada como uma mistura entre a reputação de Selden e a atuação do patronado. Enquanto nos textos biográficos mais antigos é dada primazia à “grande reputação” e à moderação política de Selden, as quais faziam com que ele fosse percebido como amigável tanto à universidade quanto à corte²¹⁵, nos textos contemporâneos o patronato ganha proeminência e a eleição de Selden é explicada pela ‘influência’ de William Laud, o qual julgava poder conquistar Selden para a causa da Coroa, ou como resultado de um empate numa disputa entre o arcebispo e o conde de Pembroke²¹⁶. Essas narrativas não são excludentes e os pontos enfatizados por elas orbitam uma mesma questão, e que passa despercebida: de que era feito o renome de Selden? A reputação da qual ele gozava entre os eleitores de Oxford e que também se apresentava ao arcebispo Laud e à aristocracia certamente não era um éter social, tão indefinível e imaterial quanto onipresente. Talvez seja possível responder a essa pergunta de maneira mais detalhada e significativa, não apelando à ‘erudição’ de modo genérico.

²¹⁴ Richard Tuck, *Natural rights theories: their origin and development* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979), 82-118; Richard Tuck, “The ancient law of freedom: John Selden and the Civil War”, in *Reactions to the English Civil War 1642-1649*, ed. John Morrill (London: Palgrave Macmillan, 1982), 137-161; Johann P. Sommerville, “John Selden, the law of nature, and the origins of government”, *The Historical Journal* 27, n. 2 (1984): 437-447.

²¹⁵ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xxx-xxx; John Aikin, *Lives of John Selden*, 100-1; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 226-7; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, lix-lx.

²¹⁶ Paul Christianson, “Selden, John”, online; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 564; Ofir Haivry, *John Selden*, 67-8.

Acredita-se que a resposta para a agência política de Selden, isto é, uma maneira que lhe seria própria de agir no meio político, esteja em grande medida na materialidade das práticas eruditas e que os ‘bens acumulados’ e ‘honorarias negadas’ por ele, como lembrou Haivry ao destacar a autonomia de Selden, apontam para um sistema dinâmico de distribuição de prestígio que entrelaçaria política e erudição, dentro do qual Selden pôde, ao longo da vida, ocupar posições mais ou menos subalternizadas.

A participação do autor na Assembleia dos Teólogos é um episódio que ajuda a delinear melhor essa hipótese. Wood ofereceu uma descrição geral do acontecimento: “em 1643, ele [Selden] foi um daqueles Leigos que foram escolhidos para se sentar na Assembleia dos Teólogos, ocasião na qual aceitou o [The Solemn Leage and] Covenant, e silenciou e confundiu grandes teólogos a partir daí em suas próprias reuniões”²¹⁷. A Assembleia dos Teólogos foi reunida a mando do Longo Parlamento para fazer avançar a reforma da igreja na Inglaterra e a descrição feita por Wood parece ecoar um testemunho em particular. Aubrey havia se utilizado anteriormente das palavras de um amigo de Selden e membro da assembleia, Bulstrode Whitelocke, para ilustrar a atuação do autor junto a ela. O testemunho de Whitelocke se tornou uma espécie de mínimo comum nas narrativas do episódio até o século XIX²¹⁸ e dizia ele, integralmente: “diversos membros de ambas as Câmaras [do Parlamento] eram Membros da Assembleia dos Teólogos e gozavam da mesma liberdade que os Teólogos de se sentar, debater e dar o seu Voto em qualquer Assunto que estivesse sendo considerado entre eles [os teólogos]. Nesses Debates, o Sr. Selden falou de maneira admirável e refutou diversos dentre eles no saber que lhes era próprio. E algumas vezes, quando citavam algum Texto das Escrituras para provar suas Asserções, ele diria a eles, ‘talvez nas suas Bíblias pequeninas de bolso com Folhas douradas (as quais eles frequentemente tiravam e liam) a Tradução pode estar assim, mas no Grego ou no Hebraico, significa isso e aquilo’, e assim os silenciaria totalmente”²¹⁹. Ainda que outras fontes fossem acrescentadas pelos biógrafos posteriores a Aubrey e Wood, o testemunho de Whitelocke é especialmente importante por dar a tônica das descrições da Assembleia dos Teólogos. Tratar-se-ia, em suma, de uma reunião ridícula, cuja participação de Selden apenas evidenciaria a sua superioridade em relação

²¹⁷ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 108.

²¹⁸ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 220; David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xxxiv; *Biographia Britannica*, 3618 n. PP; John Aikin, *Lives of John Selden*, 128-9; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 303; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, lxxxiii-lxxxiv; Edward Fry, “Selden, John”, 1155.

²¹⁹ Bulstrode Whitelocke, *Memorials of the English affairs: Or an historical account* (London: Nathaniel Ponder, 1682), 68.

ao conjunto dos ali presente. À luz desse entendimento, nas palavras de um biógrafo, poder-se-ia perdoar “o ar de superioridade assumido por um leigo estudado, que tinha ciência da investigação sem restrições por parte da necessidade de defender algum sistema em particular”²²⁰.

Alguns outros testemunhos da época reforçavam esse sentido. É o caso, por exemplo, das caracterizações odiantas da assembleia feitas por John Birkenhead e por John Cleveland. *The Assenbly-man* é um panfleto que teria sido escrito em 1647, e apenas publicado em 1663, no qual a Assembleia dos Teólogos é descrita (através de uma analogia com a composição atômica do universo) como um conjunto de “pequenos e patéticos Levitas, cujas Partes não são perceptíveis”, mas que, a despeito de sua insignificância, “intoxicaram a Inglaterra”. E logo após dizer isso, Birkenhead continuava – e trazia Selden para a caracterização: “quando todos eles se encontram, assemelham-se a Bestas na África, cuja cópula promíscua engendra Monstros. O Sr. Selden faz visita a eles (como costumavam os Persas) para ver Jumentos selvagens lutando. Quando os Comuns o cansavam com as suas novas Leis, esses Irmãos o revigoravam com o seu doido Evangelho. Eles recentemente tropeçavam entre Jerusalém e Jericó. Não sabiam a distância entre esses dois lugares. Um gritava vinte milhas, outro dez, e foi concluído que eram sete, porque ‘Peixe era trazido de Jericó para o mercado de Jerusalém’. O Sr. Selden sorriu e disse, ‘talvez o Peixe estivesse salgado’; e assim calou a boca de todos”²²¹. Outra ridicularização da Assembleia dos Teólogos apareceu naquele mesmo ano, em 1647, no poema *The Mixt Assembly* de John Cleveland – cuja publicação não indicava nem autoria, nem impressor. Cleveland entrelaçava os participantes da assembleia numa dança de opostos, enquanto destacava a distinção de Selden em relação ao colegiado: “assim cada Gibelino tinha o seu Guelfo/ Mas Selden, ele é uma Galharda por completo/ E assim pode ser, há mais Teólogos seus (in him)/ Do que em tudo isso, esse Sinédrio dos judeus”²²².

Testemunhos como esses perderam força por causa de sua natureza anedótica. O testemunho de Whitelocke, por exemplo, praticamente desapareceu nas biografias contemporâneas sobre Selden, embora estivesse presente em todos os textos desse tipo até o século XIX. Esse e outros relatos foram postos de lado por um biógrafo como Toomer porque não caracterizavam adequadamente o funcionamento da Assembleia dos

²²⁰ John Aikin, *Lives of John Selden*, 129.

²²¹ John Birkenhead, *The assembly-man* (London: Richard Marriot, 1663), 6-7.

²²² John Cleveland, *The character of London diurnall: with several select poems* (s.l: s.ed, 1647), 31.

Teólogos, bem como a participação de Selden junto a ela. As anedotas informariam apenas que Selden estava lá para ridicularizar os debatedores²²³. Assim, a necessidade de explicar a dinâmica da assembleia, o teor dos debates além da participação de Selden no colegiado fez com que ganhassem proeminência outras fontes, sobretudo nos textos biográficos contemporâneos.

Os testemunhos de John Lightfoot e Robert Bailie²²⁴ informavam a respeito da composição da assembleia, suas disputas e debates e as opiniões do próprio Selden poderiam ser recuperadas, em alguma medida, a partir de determinados verbetes de *Table Talk* ('presbitério', 'sínodo'). Tais fontes evidenciam, em primeiro lugar, que os debates na assembleia não eram banais, mas que versavam sobre assuntos cruciais (ainda que obscuros para o leitor atual) à igreja e ao governo eclesiástico, como, por exemplo, a discussão sobre a natureza e legalidade da excomunhão²²⁵. Em segundo lugar, esses outros testemunhos oferecem outra perspectiva da atuação de Selden. Na Assembleia dos Teólogos, Selden ocupava uma posição de liderança, porém de um grupo minoritário, os erastianos, que se opunham à maioria presbiteriana ao advogar a supremacia do Estado no governo da igreja. E diferentemente do que diriam as anedotas populares, Selden não teria atuado na assembleia para zombar dos presentes, mas se provou um hábil ator político quando, ao perceber que sua participação nos debates era inócua, conseguiu atrasar e suplantar as decisões do colegiado. Suas manobras políticas e intelectuais contribuíram para que, entre 1645 e 1646, a maioria dos membros do Longo Parlamento se convencesse da urgência de impor sua supremacia institucional à Assembleia dos Teólogos – e assim Selden assegurou a derrota do presbiterianismo e a tutela do Estado sobre a religião na Inglaterra²²⁶.

Apesar dos avanços inegáveis que essas fontes trouxeram para a compreensão da atuação política de Selden, a exclusão das histórias anedóticas em favor da fixação de um relato verdadeiro (isto é, da descrição do que 'realmente aconteceu' dentro da assembleia) significou, em contrapartida, uma perda significativa no que diz respeito à dimensão performativa que a erudição assume na disputa política. A erudição era aquilo

²²³ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 571.

²²⁴ John Lightfoot, *Some genuine remains of the late and learned John Lightfoot* (London: J. Robinson, 1700), i-iv; Robert Bailie, *Letters and Journals of Robert Bailie* (Edinburgh: Robert Ogle, 1841), 2: 258-266.

²²⁵ Paul Christianson, "Selden, John", online.

²²⁶ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 573-4; Ofir Haivry, *John Selden*, 85-7.

que distinguia substancialmente Selden dos outros membros da assembleia (e do Parlamento) e que dava a ele alavancagem política própria. E as anedotas permitem identificar justamente, graças aos seus exageros caricaturais, a posição política que seria peculiar a Selden enquanto erudito, bem como os limites e a substância da sua erudição na disputa política.

Os versos de John Cleveland não atribuíam uma grandeza genérica a Selden. Eles identificavam-no com a ‘galharda’ (galliard) que, pela ambiguidade do termo, servia tanto para caracterizá-lo como ‘homem de coragem e espírito’ quanto dava a ele uma condição única de ser, ao mesmo tempo, o dançarino, a dança e a própria música²²⁷. Embora se esteja de acordo com a interpretação de Rosenblatt de que esses versos celebravam a “erudição autêntica” de Selden, existem duas nuances que parecem ter escapado ao intérprete. A primeira é que a galharda não é uma dança qualquer, mas uma dança cortesã e estrangeirada (além de ser fisicamente exigente). No poema de Cleveland, enquanto Selden se movimenta num ritmo prestigioso e cosmopolita, os demais membros da assembleia enroscam suas adversidades nos passos de uma dança popular e local, o jig. Assim, Selden não é apenas inigualável aos demais dançarinos por suas habilidades, mas é absolutamente diferente deles por dançar outro ritmo. A mesma erudição que dá a ele distinção, deixa-o sozinho na festa. A outra nuance não escapou propriamente da percepção do intérprete, mas de uma explicação suficiente e mais substancial. Diante da justificativa do poeta de que Selden dançava sozinho porque ele ‘contém muitos dentro de si’, Rosenblatt afirmou tratar-se disso não apenas de uma denúncia da analogia corrente na época entre a Assembleia dos Teólogos e o Sinédrio dos antigos judeus, mas também de “sublinhar as tonalidades conflitantes do hebraísmo cristão”. Acredita-se que exista outra explicação para isso, mas por ora é preciso marcar os limites da erudição de Selden.

Para isso, até mesmo as anedotas suspeitas são valiosas. Toomer descarta duas historietas importantes: aquela do peixe salgado e a do embate entre o autor e George Gillespie, um jovem presbiteriano escocês²²⁸. A primeira anedota é excluída porque o biógrafo não encontrou qualquer menção a ela que fosse anterior ao final do século XVIII, porém, como se fez questão de transcrever, trata-se de um excerto do panfleto de John Birkenhead escrito e publicado ainda no século XVII. Apesar disso, não é a verdade do episódio que está em questão aqui. Interessa destacar que essa anedota é, de fato,

²²⁷ Jason P. Rosenblatt, *England's chief rabbi*, 162-3.

²²⁸ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 571, 573 n. 57, n. 72.

estruturalmente diferente de outros registros das intervenções de Selden no debate teológico da assembleia: nela fica evidente apenas o juízo vivaz e sarcástico do autor e que apela para o senso comum para calar os adversários – e desaparece qualquer mostra de erudição. O mesmo acontece em outra anedota na qual Selden teria dito à assembleia, diante da discussão sobre a descida de Jesus ao inferno, que “se eles desejassem ser melhor informados disso em particular, poderiam muito bem formar um Comitê especial, pôr o Dr. Burges na Cadeira e mandá-los para lá para aprenderem a verdade sobre a matéria e de lá certificá-la aos irmãos daqui”²²⁹. Quando se coteja essa última história com o registro feito por John Lightfoot sobre as atividades da assembleia no dia 28 de julho de 1643, percebe-se que houve, de fato, uma discussão a respeito da descida de Jesus ao inferno e cujo entendimento poderia modificar um dos artigos de fé da Igreja da Inglaterra, porém o nome de Selden sequer é mencionado no registro. O seu nome aparece, na verdade, dois parágrafos acima, indicando que ele trouxe para a sessão sete traduções diferentes para os termos ‘sheol’ e ‘hades’ e que apareceriam em versões históricas Bíblia²³⁰.

A erudição que se apresentava dentro da assembleia como meio de ação próprio a Selden e que era digna de nota por John Lightfoot, desaparece nas suas minúcias aos olhos de um público externo e maior. Tanto a anedota do peixe salgado quanto a da ida ao inferno foram publicadas em textos voltados para o grande público (um panfleto e um periódico) e eram parte da propaganda em favor do partido do Rei na Guerra Civil. Neles a desmoralização da Assembleia dos Teólogos vinha não pela prova erudita, mas pela sagacidade de Selden e pelo apelo ao senso comum, capazes de, em um único instante, calar e encabular os adversários.

Esse mesmo efeito de perplexidade aparece numa terceira anedota, porém com outra causa. A história é contrária a Selden e nela o herói, George Gillespie, confronta o “erudito Selden”, o campeão dos erastianos²³¹. Toomer descartou a anedota porque ela contradiz o relato do próprio Gillespie e por fazer parte de um conjunto de lendas sobre a participação escocesa na Assembleia dos Teólogos. Porém, a despeito do seu valor de verdade, a história evidencia outro limitador da erudição. A história se passa durante o debate sobre a excomunhão, no qual “Selden se levantou e num discurso longo e

²²⁹ *Mercurius Aulicus* (jul 23, 1643): 394.

²³⁰ John Lightfoot, *The whole works of the Rev. John Lightfoot* (London: J. F. Dove, 1824), 14: 7.

²³¹ George Gillespie, *The works of Mr. George Gillespie* (Edinburgh: Robert Ogle, 1846), 1: xxii-xxiii.

elaborado, com grande demonstração de um conhecimento rabínico minucioso, buscou demonstrar que a passagem [Mt 18, 15-17] não autorizava a jurisdição eclesiástica, mas que se relacionava à prática ordinária dos judeus nas suas cortes civis”. Ante o iminente triunfo do erudito, Gillespie se levanta e “deu, em primeiro lugar, um resumo do argumento de Selden, despojando dele toda confusão dessa erudição pesada na qual fora envolvido e o reduzindo aos seus elementos mais simples; então, num discurso de singular agudeza e poder, refutou-o por completo”. E continua a anedota, “o efeito do discurso de Gillespie foi tão grande que não apenas convenceu a Assembleia, mas ainda espantou e confundiu o próprio Selden, que teria exclamado em amarga mortificação, ‘Aquele jovem, com apenas esse discurso, varreu a erudição e o trabalho de dez anos da minha vida!’”. Por fim, quando os colegas escoceses foram ao caderno de Gillespie “esperando encontrar ali o rascunho de um sumário do que ele fez”, ficaram ainda mais surpresos, pois “descobriram que ele não tinha escrito coisa alguma, apenas *Da lucem, Domine, Deus, ilumine*”.

A partir dessas histórias é possível perceber que se, por um lado, a erudição encontrava o senso comum e, por conseguinte, a tradição, por outro, era limitada pela graça divina. O caráter anedótico e até mesmo hagiográfico dessas histórias não exclui a utilidade que elas têm em delimitar as fronteiras da erudição na ação política. Diante delas, o erudito poderia estabelecer relações (verdadeiras ou ficcionais) que seriam ora benéficas, ora hostis. É o que acontece respectivamente quando Selden, como todo o seu prestígio enquanto erudito, ridiculariza os teólogos ao apelar para o senso comum mais trivial em resposta à dúvida sobre o transporte dos peixes, e quando esse mesmo sujeito, famoso pelo seu saber, é surpreendentemente derrotado pela simplicidade do argumento e da verdade de inspiração divina. Esses limites não depõem contra a eficácia da erudição, mas exigem que se qualifique de maneira mais específica do que é feita a performance e a erudição dentro da arena política.

A anedota de Gillespie sinaliza para a concretude da erudição e, ao fazê-lo, se aproxima das descrições de Cleveland e Whitelocke da atuação de Selden na Assembleia dos Teólogos. A história fala do ‘peso’ da erudição que ‘envolve’ o argumento (e exige de Gillespie uma redução à simplicidade) e do ‘trabalho’ de dez anos de Selden, subitamente ‘varrido’ pelo discurso de um jovem inspirado que sequer tomou notas do que iria falar. O peso, o trabalho, o excesso varrido e as notas aparecem, por inversão, como elementos fundamentais de erudição como prática letrada que se constitui pelo acúmulo, pelo

esforço e pelas minúcias. A reunião dessas coisas poderia embasbacar os adversários. Thomas Fuller, outro testemunho da época, contou que alguns membros da assembleia se queixavam que Selden “favorecido por sua habilidade na Antiguidade da Commonlaw e nas línguas Orientais, empregou-as antes para ostentar do que para contribuir, para causar perplexidade ao invés de informar” e reprovou que “esse grande Erudito” se deleitava “em levantar objeções para aborrecer os outros, e ninguém se atrevia a dizer que aquele que não se alimentará da carne da Palavra de Deus, joga ossos em sua maioria aos demais para que quebrem os dentes com eles”²³². Frequentemente se falou de como a formação de Selden enquanto advogado da *common law* favoreceu os seus laços com a aristocracia e de como ela fez dele figura útil nas disputas parlamentares graças ao seu treinamento (e habilidade) em reunir precedentes para sustentar alguma causa. O que talvez tenha recebido menor atenção é o efeito que a erudição poderia ter na moral dos adversários políticos e como ela poderia ser manipulada para causar perplexidade ou ludibriar e como ela fornecia ao erudito um meio próprio (e limitado) de ação política.

E não apenas de formação e habilidade era feita a erudição, tampouco a política. Quando Cleveland diz em seu poema que Selden, então erudito e dançarino, ‘contém muitos dentro de si’, é preciso se perguntar a que exatamente essa figura de linguagem fazia referência. Talvez seja às “tonalidades conflitantes do hebraísmo cristão”, como afirma Rosenblatt, mas talvez seja possível dar outro entendimento, mais abrangente e profundo. A anedota contada por Whitelocke parece trazer essa resposta. Nela, Selden não apenas ridiculariza os teólogos da assembleia, mas ainda, e não menos importante, zomba especificamente dos livros que eles carregam consigo, “suas Bíblias pequeninas de bolso com Folhas douradas”. As Bíblias desses teólogos são livros baratos, daqueles que se leva para todo lado e que se lê sem qualquer preparo, e o dourado das páginas faz deles ainda mais dignos de desdém, conferindo a eles tanto valor material quanto o ouro falsificado. A erudição exibida por Selden não se fazia somente de formação e habilidade, isto é, de conhecimentos que poucos dominavam, mas ela seria impossível sem o acesso e aquisição de livros, e dos livros certos. Johnson foi o único dentre os biógrafos de Selden que percebeu que o testemunho de Whitelocke falava, de maneira subentendida, das condições de produção do conhecimento erudito ostentado por Selden. A anedota aponta para a condição dos textos (no caso, das escrituras sagradas) que circulavam naquele

²³² Thomas Fuller, *Church history*, 213 livro XI § 54.

momento²³³. Assim, a relevância de Selden tanto como agente na República das Letras quanto na *Commonwealth* dependia da sua capacidade de ‘conter muitos dentro de si’, ou seja, de acessar, adquirir e fazer circular livros.

Alguns biógrafos indicaram, logo após a descrição da participação de Selden na Assembleia dos Teólogos, a defesa feita por ele naquela ocasião do seu amigo de longa data, o arcebispo Ussher²³⁴. Selden e Ussher foram nomeados para a assembleia, porém apenas o primeiro aceitou o juramento imposto pelo colegiado, enquanto o segundo recusou-se a tal e optou pelo lado do Rei na Guerra Civil. Uma resolução da Câmara dos Comuns, de 9 de fevereiro de 1644, ordenava que os bens de Ussher fossem tomados e vendidos, e isso incluía os livros que ele deixou para trás. Destinados ao leilão público, eles acabaram sendo integralmente adquiridos por Selden, que conseguiu preservá-los como coleção e em nome do mesmo amigo que, décadas atrás, conhecera justamente quando esse fizera uma visita a Londres para adquirir livros para sua biblioteca pessoal. Selden atuou em outros episódios dessa natureza durante a Guerra Civil, dedicando-se à proteção das universidades, das coleções e acervos bem como dos amigos de todo o revés político²³⁵. Essa ‘promoção da erudição’ não se fazia apartada da política, mas no entrelaçamento entre elas. Além disso, os biógrafos não deixaram de mencionar, frequentemente logo após a descrição da participação de Selden na Assembleia dos Teólogos, que Selden foi nomeado guardião dos registros da Torre de Londres²³⁶. Apesar da renúncia a diversas honrarias e do afastamento da política institucional após a execução de Carlos I, Selden manteve essa posição em particular “por suas recompensas óbvias no avanço e defesa da erudição, mas deixou de receber os rendimentos pecuniários dela”²³⁷.

Ao final da vida, Selden acumulara bens em quantidade mais do que suficiente para abrir mão tranquilamente desses rendimentos pecuniários, porém existia outro tipo de rendimento, que hoje talvez se chamaria de capital cultural, do qual ele não podia abdicar. O acúmulo de bens culturais, como livros, manuscritos, línguas e conhecimentos,

²³³ George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 303-6.

²³⁴ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xxxv; John Aikin, *Lives of John Selden*, 129; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 306-8.

²³⁵ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 575-93.

²³⁶ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, 2: 108; David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xxxv; *Biographia Britannica*, 3619; John Aikin, *Lives of John Selden*, 130; Samuel W. Singer, “Biographical preface”, lxxxix; Edward Fry, “Selden, John”, 1155; Paul Christianson, “Selden, John”, online.

²³⁷ Ofir Haivry, *John Selden*, 94.

foi aquilo que, desde cedo, colocou Selden num circuito amplo e transversal de trocas simbólicas. Graças a esses bens e sua circulação, Selden pôde adquirir posições prestigiosas entre letrados, aristocratas e políticos. De outro modo, certas expressões e elogios feitos a Selden perderiam sentido. É o caso não apenas de Cleveland, para quem Selden ‘contém muitos dentro de si’, mas também de Wood que, ao falar dos amigos de Henry Rolle no Inner Temple (dentre os quais estava Selden), dizia serem eles todos “grandes mercadores na erudição” (great traders in learning). Mas talvez nenhum desses dizeres deixe a dinâmica das trocas simbólicas mais explícitas do que o epigrama escrito por Samuel Sheppard em homenagem a Selden, no qual ele é chamado de ‘biblioteca viva’ e comparado ao mar ou ao oceano, para aonde correriam as águas dos riachos e de onde viriam as águas dos mananciais²³⁸.

5. As sínteses de Selden

Há um último elemento do fragmento autobiográfico que, enfim, traz o capítulo para a sua conclusão: a morte de Selden. Ele diz apenas: “morreu... no ano... e por aqui repousa”. A brevidade do texto talvez esconda a importância do evento. A morte é aquilo que marca, de maneira precisa e definitiva, a passagem de um ente da condição de sujeito histórico para a de objeto de história. Trata-se de um dentre três eventos descritos no fragmento autobiográfico (os outros são nascimento e ingresso nas Inns of Court) que tem data e o qual, diferentemente dos demais, traz consigo a possibilidade de se fazer uma síntese do conjunto das ações do sujeito em questão. O fragmento não descreve a morte (e nem poderia fazê-lo), mas é um documento que, na sua totalidade, foi produzido na iminência dela. Além disso, e não menos importante, o texto do fragmento convida à participação. A data da morte aparece, evidentemente, em aberto e se esperava que ela fosse preenchida por outrem, os mesmos que deveriam se encarregar de efetivamente produzir o epitáfio e garantir o funeral e o enterro do falecido. Porém, esses outros não são meros executores da vontade do falecido (embora é esperado que o sejam), mas têm agência própria nesse momento crucial. Nesse sentido, vale lembrar que apesar de Selden ter escrito o fragmento que sintetizava sua vida, os executores dos ritos fúnebres optaram por inscrever na pedra um trecho desse texto e assim apenas situar o falecido dentro da

²³⁸ Anthony Wood, *Athenae oxonienses*, editado por Philip Bliss, 3: 416; Samuel Sheppard, *Epigrams theological, philosophical, and romantick* (London: Thomas Bucknell, 1651), 170-1.

cronologia, do parentesco e do ordenamento aristocrático da sociedade. Mantiveram do fragmento, porém, aquilo que é mais essencial a todo epitáfio ou monumento fúnebre: o desejo de ressurreição e a natureza locativa desse derradeiro ato de fala.

Os escritos fúnebres são estruturados pela contradição entre o caráter passageiro da vida e a expectativa duradoura de existência. William Camden registrou dois epitáfios que expressam isso de maneira exemplar²³⁹. O primeiro, inscrito numa pedra na antiga Catedral de São Paulo, em Londres, dizia: “não verei ninguém mais NO ESQUECIMENTO”. O segundo, que fazia referência à figura proeminente da Universidade de Cambridge, trazia apenas: “FUI CAIUS”. Em ambos, saltam aos olhos a brevidade do texto e a explícita tensão entre ausência e presença. No menor espaço possível é preciso dizer aquilo que se foi e o que se tornará. O doutor Caio ‘foi’, não é mais, sua vida passou, porém o seu túmulo testemunha o próprio movimento inexorável da vida em direção à morte. Já o homem que fala, a partir do esquecimento, que não verá ninguém mais é, no entanto, visto e lembrado na monumentalidade do seu túmulo. O próprio Camden não deixou de pontuar essa contradição: “ainda assim, esse homem não seria voluntariamente esquecido quando agregou [ao epitáfio] seu Brasão para dar continuidade à própria Memória, não diferente dos Filósofos que colocam os próprios nomes no começo dos seus Tratados de desprezada glória”²⁴⁰. Os epitáfios, as tumbas e os livros são, no limite, modos de evocar a presença daquilo que está ausente. Mesmo que o falecido esteja ‘no esquecimento’ e, na morte, não possa ver mais ninguém, é inegável que ele não deixa de se apresentar a outras pessoas, em vida, nos seus vestígios. Assim, nada mais estrutural aos epitáfios do que o ‘aqui’ (ou, no caso de Selden, o “por aqui”) que marca justamente o lugar em que presença e ausência se atravessam mutuamente.

Epitáfios eram compostos em grande profusão na Inglaterra moderna. Eles adquiriram contornos literários, bem como valor histórico, e sua composição e reprodução foi cada vez mais intermediada pela imprensa. Fala-se, inclusive, que esse fenômeno expressaria a transição para uma ‘cultura do significado’, associada ao protestantismo e à ênfase no texto²⁴¹. Na virada entre os séculos XVI e XVII, a Sociedade dos Antiquários discutiu os epitáfios em uma de suas reuniões periódicas, o que parece evidenciar sua importância na descoberta do passado inglês. Os textos elaborados para a ocasião, que se

²³⁹ William Camden, *Remaines of a greater worke* (London: Simon Waterson, 1605), 49, 52.

²⁴⁰ William Camden, *Remaines*, 52.

²⁴¹ Scott L. Newstok, *Quoting death in early modern England: the poetics of epitaphs beyond the tomb* (London: Palgrave Macmillan, 2009).

deu em 3 de novembro de 1600, foram reunidos e publicados no século XVIII e neles estão considerações sobre a finalidade, a estrutura e a condição dos epitáfios que ajudam a compreender a escrita fúnebre particularmente referente a Selden²⁴².

Naquela ocasião, Camden enfatizava como os epitáfios serviam aos vivos. Nas palavras do famoso antiquário, “dentre todas as honras funerárias, epitáfios sempre foram as mais respeitadas, pois neles se exhibe o amor ao falecido, a memória é continuada para a posteridade, amigos são confortados e o leitor é lembrado da fragilidade humana”²⁴³. Os epitáfios seriam objetos capazes de produzir efeitos variados (mostram amor, preservam a memória, oferecem conforto e educam) e nisso entrelaçam não apenas os mortos e os vivos de maneira genérica, mas também os vivos entre si nas suas particularidades. Na sua estrutura, os epitáfios seriam, de acordo com um antiquário anônimo que falou na mesma ocasião, um “átomo poético”. Sua matéria frequentemente consistiria na reunião dos lugares comuns de uma oração, na qual se faz o louvor ao falecido, lamenta-se a sua morte e se exalta suas virtudes, ou de uma “breve história ou descrição da sua vida”, indicando assim o nome do falecido, sua idade, condição social, habilidades, talentos e o momento de sua morte. O fundamental, no entanto, não seria o tipo de material que constituiria esse átomo, mas a sua forma indivisível. Ao epitáfio, segundo esse mesmo antiquário, caberia ser “um único conceito com suas partes em continuidade, acorrentadas e dependentes”²⁴⁴, já que não existiriam efetivamente regras bem determinadas sobre como os compor nas suas minúcias²⁴⁵. Indivisibilidade e brevidade seriam características fundantes para qualquer epitáfio e, tal qual os átomos, eles trariam em si o mínimo necessário que constituiria não apenas determinado sujeito pretérito, mas todo o universo existente. E, por fim, um terceiro antiquário nessa sessão, Arthur Agarde, lembrava aos demais membros daquela sociedade letrada que os epitáfios agregavam à sua definição o seu suporte material. Escritos em pedra, eles eram, porém, preservados no papel dos manuscritos e dos impressos. Dizia ele, “para ser breve, não podem ser encontrados nas pedras tumulares, nas paredes ou em vitrais de grande antiguidade quaisquer epitáfios,

²⁴² Thomas Hearne, *A collection of curious discourses written by eminent antiquaries* (London: T. Ewans, 1773), 1: 228-260.

²⁴³ Thomas Hearne, *Collection of curious discourses*, 1: 228.

²⁴⁴ Thomas Hearne, *Collection of curious discourses*, 1: 238.

²⁴⁵ “These are the best epitaphs that I can remember of our English nation, wherein there is observed no certain rule, but sometimes the author of the epitaph speaks, and sometimes the person speaks; sometimes they are in prose, sometimes in verse; sometimes shorter, sometimes longer, in the same manner as the Roman epitaphs were made, from whom our criticks would take their precepts” (Thomas Hearne, *Collection of curious discourses*, 1: 245).

exceto os que podem ser mais bem encontrados em impressos recentes e antigos livros escritos à mão”²⁴⁶. Agarde se mostrava ciente de que ele e os demais antiquários tinham um papel central na recuperação e preservação desses epitáfios como evidências históricas, mas não deixava de reconhecer como cristão (Lc 10, 20) que, no limite, estaria a salvo da corrupção do tempo apenas aquele cujo nome estivesse escrito no livro de Deus²⁴⁷.

O fragmento autobiográfico e o epitáfio afixado na tumba de Selden compartilham de diversas características estruturais e históricas dos textos fúnebres na Inglaterra moderna. Em primeiro lugar, eles formavam à sua maneira uma unidade bem articulada capaz de oferecer a síntese da vida de Selden. Ainda que o fragmento autobiográfico fosse mais complexo, o epitáfio não deixava de cumprir a função de identificar o falecido e situá-lo no tempo, no espaço e na comunidade. Em segundo lugar, a opção de Selden diante da morte foi fazer uma última vez aquilo pelo qual ficara conhecido durante a vida: oferecer ao leitor um relato histórico preciso. Diante de numerosas possibilidades de epitáfio, a escolha de Selden recaiu sobre o texto em prosa, o eu-lírico sóbrio e a descrição concisa. Um de seus biógrafos, Johnson, elogiava o texto fúnebre antecipando-se a eventuais críticos que julgariam sinal de fraqueza compor um epitáfio: “não existe uma única sentença no epitáfio que denuncie uma vaidade inapropriada. Ele é interessante porque registra sua estima [de Selden] sobre seu próprio caráter e certamente não merece qualquer reprimenda por arrogância, pois apenas registra a verdade”²⁴⁸. O fragmento autobiográfico traria assim, de maneira simultânea, tanto a descrição precisa da vida de Selden quanto uma amostra do seu caráter, apresentando-se como uma espécie de ‘átomo biográfico’ que encapsularia em poucas linhas as possibilidades de se reinstaurar a presença do autor irremediavelmente ausente. Em terceiro lugar, os textos fúnebres de Selden foram registrados e preservados em papel, em especial o epitáfio cuja pedra foi destruída em meados do século passado, e encontraram vida longa nas reproduções biográficas e é através delas que chegaram até aqui. De maneira inusitada e independente da verdade da revelação cristã, é ‘ali’ que Selden aguarda e é objeto de sucessivas ressurreições.

²⁴⁶ Thomas Hearne, *Collection of curious discourses*, 248.

²⁴⁷ Thomas Hearne, *Collection of curious discourses*, 251.

²⁴⁸ George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 350.

Essas restituições da presença de Selden são feitas a partir dos vestígios deixados por ele e para ele. Identificá-los e agrupá-los foi objetivo comum de textos biográficos examinados, tendo em vista oferecer uma descrição (que poderia ser menos ou mais) exata daquilo se se passou com Selden. No entanto, ‘aquilo que se passou’ foi reconstituído segundo dos princípios distintos de unidade – e que não se excluem: o caráter e o pensamento. Por um lado, o caráter é uma abstração que remeteria simultaneamente àquilo de mais particular ao sujeito e de como era percebido pelos outros em geral. Trata-se de uma mistura entre atributos físicos, disposições morais e de opinião, bem como de suas atitudes. O caráter é capaz de organizar determinados vestígios, sobretudo os depoimentos e anedotas sobre o sujeito, atestando proezas dignas de memória e conferindo condição exemplar à pessoa caracterizada. Por outro lado, o pensamento é uma abstração que remete aos conteúdos mentais do sujeito em questão, recuperados e organizados de modo a formar uma visão de mundo que particularizaria a pessoa e ofereceria explicação para um conjunto específico dos seus atos em vida, as suas obras. O pensamento se apresentaria à reconstrução nos livros, nas cartas, nos discursos políticos, e permitiria situar o sujeito diante do cânone e de tradições intelectuais – e não dos seus contemporâneos ao acaso.

Ambas as abstrações funcionam nos textos biográficos como princípios descritivos que permitem dar coerência e sentido à totalidade dos vestígios reunidos e conferir ao biografado certa condição monumental. Porém, cada princípio o faz à sua maneira e produz efeitos próprios na narrativa. É o que se observa quando se examina comparativamente os relatos biográficos da morte de Selden. Enquanto para biógrafos antigos, como Aubrey, Wilkins e Aikin, a morte, o funeral e a tumba tinham lugar de destaque na narrativa, sendo descritos e transcritos²⁴⁹, para os biógrafos atuais, na sua totalidade, é mais urgente considerar o ‘legado’ e a ‘influência’ de Selden para a posteridade²⁵⁰. No meio disso, autores oitocentistas que recorreram à síntese de caráter e alguns dentre eles buscaram apresentar, de maneira mais precisa, uma síntese da vida e do legado de Selden²⁵¹.

²⁴⁹ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 221-3; David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xlvi-xlvii; John Aikin, *Lives of John Selden*, 151-4.

²⁵⁰ Paul Christianson, “Selden, John”, online; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 793-9; Ofir Haivry, *John Selden*, 103-7.

²⁵¹ Samuel W. Singer, “Biographical preface”, cxvi-cxix; Edward Fry, “Selden, John”, 1160.

Aos primeiros biógrafos, reportar os últimos momentos do autor e evocar literariamente o seu cadáver eram cruciais para dar sentido e corporeidade à trajetória de Selden. A respeito em particular dos últimos momentos de Selden, existem duas narrativas conflitantes. Wilkins dizia: “embora o venturosíssimo idoso outrora tivesse podido suportar, sem problemas, com espírito heroico, os fastídios da idade e aqueles dos grilhões dos ímpios, [...] sentiu estar por terminar sua vida e o corpo fatigar-se com imenso esforço para escrever, ler e meditar, [...] mandou chamar Ussher, primaz da Irlanda, e o doutor Langbaine, para que discorresse sobre a futilidade das ciências e da esperança de descanso de sua alma, fundamentada nas promessas das Santas Escrituras e impressa profundamente em seu coração”²⁵². Selden teria morrido como viveu: um herói da erudição e bom cristão, de texto e alma. Sua morte teria sido uma boa morte ou, nas palavras de um biógrafo oitocentista, “a morte veio a ele sem o terror”²⁵³. Porém, esse conteúdo de exemplaridade atribuído à morte de Selden foi disputado por outra história. Numa anedota registrada por Aubrey, é dito: “quando ele estava próximo da morte, o ministro (o Sr. Johnson) estava a caminho para dar a ele o perdão, calhou de o Sr. Hobbes estar lá e dizer, ‘O que, você que escreveu como um homem, agora morrerá como uma mulher?’ E, então, ao ministro não foi permitida a entrada”²⁵⁴. Por um lado, Selden morreu como bom cristão (humilde e submisso à igreja), de outro, desafiou o poder eclesiástico até o leito de morte.

O conjunto dos biógrafos de Selden enquadrou o conflito entre ambas as narrativas nos conformes de um problema de autenticidade. Caberia identificar qual dessas histórias estaria mais próxima da verdade dos fatos. Uma maneira comum de responder à questão foi encontrar outros testemunhos da ocasião. Foram identificados sobretudo dois testemunhos – e que fazem a balança pender em favor da primeira versão sobre a morte de Selden: um relato atribuído ao arcebispo Ussher, outro ao jurista Matthew Hale. O relato de Ussher aparece pela primeira vez na imprensa em *Fair Warning to a Careless World* (1665) e é reproduzido nas duas outras impressões da obra (1673, 1682 – onde é indicado que a anedota provém “da boca do arcebispo Ussher”). A história diz que Selden, um dia antes de sua morte, teria chamado Ussher e Gerard Langbaine e

²⁵² David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xlv.

²⁵³ George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 349. Singer foi mais prolixo: “Death seems to have approached him without its terrors, for his life had been well spent, and he had virtuously and consciously aimed at the welfare of his country, and the promulgation of truth” (Samuel W. Singer, “Biographical preface”, civ).

²⁵⁴ John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 221.

diante deles confessou que, embora tivesse “no seu Escritório Livros e Papeis sobre a maioria dos assuntos no Mundo, ainda sim naquele momento não era capaz de recuperar qualquer passagem daqueles infinitos Livros e Manuscritos que manejava com maestria e na qual pudesse confortar sua Alma, a exceção eram as Sagradas Escrituras”²⁵⁵. A despeito de sua vasta erudição, Selden teria apenas encontrado conforto naquele único livro que, segundo a moral da história, valeria a pena de fato conhecer (mais especificamente, uma passagem, Tt 2,11-15). Esse é o relato que posteriormente foi parafraseado por Wilkins. A história que teria sido contada por Hale é um pouco diferente. Ela foi publicada por Richard Baxter, líder puritano inglês, em 1682²⁵⁶. Em um livro dedicado à vida e morte de Hale, Baxter conta: “porque muitos Hobbistas reportam que o Sr. Selden foi de coração um Infiel e inclinado para as Opiniões de Hobbes, pedi a ele [Hale] que me contasse a verdade sobre isso. Ele com frequência professou a mim que o Sr. Selden era um Cristão sério e resolvido, que era um grande adversário dos erros de Hobbes e que o viu se opor abertamente ao mesmo tanto se afastando dele [Hobbes] quanto expulsando-o do Quarto”²⁵⁷. A história foi mencionada por Wood e, desde então, é reproduzida na tradição biográfica sobre Selden. A despeito das diferenças entre ela e a história anterior, ambas deporiam contra a anedota de Aubrey e favoravelmente ao compromisso de Selden com a religião cristã.

Os biógrafos atuais se dividem nessa questão. Christianson e Haivry estão persuadidos de que Selden morreu como bom cristão. O último, no entanto, emprega outro expediente de autenticação. Para Haivry, a morte de Selden no seio da religião seria, apesar das incertezas em torno dos relatos documentais, condizente com o pensamento do autor, logo provavelmente verdadeira²⁵⁸. Já Toomer desconfia dos relatos que

²⁵⁵ David Lloyd, *Fair warnings to a careless world* (London: Samuel Speed, 1665), 38-9.

²⁵⁶ Existe, porém, uma versão manuscrita dessa história. O documento em questão é conservado pela Bodleiana (MS Selden Supra 110 f. 57) e está bastante deteriorado, porém seu conteúdo foi transcrito e nele se encontra tanto a história atribuída a Hale quanto uma breve descrição do destino dos despojos de Selden. Para consultar a transcrição, conferir: William D. Macray, *Annals of the Bodleian Library* (Oxford: Clarendon Press, 1890), 110-1 n. 2.

²⁵⁷ Richard Baxter, *Additional notes on the life and death of Sir Matthew Hale* (London: Richard Janeway, 1682), 40.

²⁵⁸ “Selden was certainly not an outwardly devout churchgoer; nevertheless, there is no evidence at all for accusations of duplicity or even impiety, such as were hurled at him by some clerical adversaries. From all we know of his public as well as his private views, Selden showed very little interest in formal doctrine and faith; however, he did concern himself with the public role of religion as well as with questions of the religious basis for the public keeping of, and the private motivation for, morality. His writings clearly display a persistent, if matter of fact, insistence on the necessary role of religion and morality to society” (Ofir Haivry, *John Selden*, 102).

compilou e diante deles diz apenas: “a única conclusão certa que pode ser retirada desses relatos completamente opostos é que havia dúvida considerável na mente dos contemporâneos sobre se Selden era, de coração, um cristão. A respeito desse assunto, não faço qualquer pronunciamento”²⁵⁹. Existem, porém, outras certezas que podem ser retiradas daí e que escaparam aos biógrafos interessados no relato verdadeiro.

A primeira delas é que o episódio da morte de Selden, seja ele como for, aparece como um momento de síntese e ratificação dos feitos e das convicções do autor. Morrer como se viveu é o depoimento último em favor daquilo que se defendeu durante a vida. A segunda certeza é que a morte de Selden, seja como bom cristão ou como hobbesiano, foi representada de modo heroico e propriamente masculino. Aqui ressoa novamente o fragmento autobiográfico e a própria passagem do tempo pode ser vista como inimigo, diante do qual Selden “suportou árdua e virilmente”. A partir disso, chega-se numa terceira certeza, que é o caráter exemplar do relato da morte de Selden e a possibilidade de se utilizá-la como argumento. É pouco provável do ponto de vista documental que Selden tenha morrido como hobbesiano, mas o que todas as fontes dizem é também outra coisa: os partidários de Hobbes se utilizaram da morte de Selden para reforçar a sua posição. E o mesmo acontece com a outra história.

A condição apologética da morte de Selden se torna evidente quando se considera o contexto das publicações nas quais apareceram os relatos de Ussher e Hale. No primeiro caso, a história de que Selden reconheceu, ao final da vida, o caráter vão da erudição faz parte de um vasto conjunto de mortes exemplares, de homens de diferentes condições (antigos e modernos, reis, políticos, eruditos), reunidas para provar que todos esses sujeitos “nos seus últimos e melhores pensamentos concluem que é do maior interesse dos homens ser sério e estritamente religioso”²⁶⁰. Pouco depois, o mesmo relato é reproduzido em *Historical Applications* (1670) de George Berkeley²⁶¹ também como parte de um conjunto diversificado de mortes que permitiria “verificar”, de maneira única e transparente, que “as impressões da Religião são naturais à Humanidade”²⁶². Já no caso do segundo relato, a história de que Selden expulsou Hobbes de sua presença aparece dentro do elogio póstumo de Baxter a Hale. E esse contexto é ainda mais evidente na reimpressão

²⁵⁹ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 790.

²⁶⁰ David Lloyd, *Fair warnings*, the epistle dedicatory.

²⁶¹ George Berkeley, *Historical applications and occasional meditations upon several subjects* (London: R. Royston, 1670), 12-3.

²⁶² George Berkeley, *Historical applications*, 1-2.

da anedota em *Reliquiae Baxterianae* (1696), quando o próprio Baxter já estava morto, na qual a história surge como uma espécie de apêndice ao retrato moral de Hale. Ali o jurista é chamado de “ pilar da Justiça ” e são destacadas suas qualidades morais (oposição ao arbítrio, simplicidade, dedicação ao trabalho), bem como sua disposição de confrontar ameaças doutrinárias à religião estabelecida e defender a imortalidade da alma²⁶³. À luz desse contexto, o testemunho sobre a morte de Selden reivindica a verdade em dois níveis: no nível do relato, já que um homem com as qualidades de Hale não mentiria; e no nível do exemplo, pois alguém com o caráter dele não seria amigo próximo de Selden se fosse ele um hobbesiano e uma ameaça à igreja.

Tais usos apologéticos da memória de Selden revelam não apenas que a igreja estava em disputa, mas ainda que Selden, na ocasião da sua morte, transformava-se definitivamente em objeto de história. Tornava-se possível, portanto, colecioná-lo nos seus vestígios, reconstituí-lo dessa ou daquela maneira e, eventualmente, mobilizá-lo para fins diversos. Talvez o exemplo mais emblemático dessa condição seja uma queixa, publicada no final do século XIX, de que o epitáfio de Selden, após diversas reformas na Temple Church, afastou-se tanto da tumba que acabou num “ num canto escuro, próximo ao chão ”. O queixoso pedia a restituição do epitáfio à tumba e dizia que, diante da posição atual, antes a inscrição “ tivesse sido colocada no trisorium da rotunda, onde seria, em qualquer medida, um acréscimo importante à coleção única de memoriais fúnebres que outrora embelezavam as paredes da Temple Church ”²⁶⁴. Essa nota evoca algo profundo: o epitáfio não tem qualquer significado quando ‘ num canto escuro ’, longe do lugar que lhe seria próprio por definição (isto é, junto à tumba e, por conseguinte, ao falecido) ou apartado de algum conjunto de semelhantes, reunido por uma razão particular para produzir determinado efeito no observador. Mudar o lugar do epitáfio na igreja é restituir significado a ele e aquilo que Selden fizera em vida com os vestígios do passado deveria ser feito, enfim, com os vestígios deixados por ele mesmo.

Arrisca-se dizer que os textos biográficos examinados neste capítulo são formas próprias e certamente mais elaboradas de dar significado aos vestígios materiais que foram deixados por Selden ou em nome dele. Isso não autoriza a generalização apressada deles. Quando se observa o conjunto desses textos, percebe-se que eles estão dispostos

²⁶³ Richard Baxter, *Reliquiae Baxterianae: or Mr. Richard Baxters narrative of the most memorable passages of his life and times* (London: T. Parkhurst, 1696), 47 parte III §107.

²⁶⁴ *Notes and Queries* 8 (jul-dez. 1895): 188.

entre a monumentalização e a explicação e pendem, individualmente, ora mais para um lado, ora mais para outro. Enquanto os textos de Wilkins e Aikin buscam basicamente delinear o caráter e enfatizar a notoriedade da vida de Selden, os textos de Toomer e Haivry estão preocupados fundamentalmente em explicar as ideias e ações do autor à luz de determinado contexto. No meio desse contínuo entre vida e biografia é possível situar os textos oitocentistas de Johnson e Singer. Apesar dessas inclinações que diferenciam os textos entre si, atravessa todo o conjunto formado por eles o compromisso com o 'relato verdadeiro' e a possibilidade eventual de se tratar a vida de Selden como objeto de coleção. Os textos de Aubrey, Wood, Biographia Britannica, Fry e Christianson são expressões em particular dessa última continuidade, graças a qual a vida de Selden pôde ser não apenas descrita, celebrada e biografada, mas também dicionarizada.

Todo esse exercício meta-biográfico permitiu identificar e investigar diferentes camadas de biografismos. Elas revelam, na diacronia, tanto a acumulação de informações e a produção de relatos cada vez mais detalhados, embasados e complexos sobre a vida de Selden quanto as transformações nas descrições sintéticas do autor e no peso atribuído a cada uma delas, com a diminuição substancial da relevância de 'esquire' e o entrelaçamento na contemporaneidade entre erudição e política, a partir da categoria de pensamento ou teoria política. Na sincronia, essas camadas biográficas revelam a reprodução dos elementos do fragmento autobiográfico e de alguns lugares comuns da narrativa, como a descrição da trajetória de Selden em termos de proeza intelectual e merecimento, a separação estruturante entre erudição e política e o elogio à sua moderação política. Além disso, a disposição sincrônica dos textos biográficos ilumina não-ditos e problemas de fundo à narrativa sobre Selden, como o apagamento das figuras femininas em sua trajetória, o apelo a uma noção intuitiva e não-qualificada de amizade para explicar os vínculos sociais e intelectuais de Selden e o papel crucial que livros e manuscritos desempenham nas dinâmicas entre letrados nas comunidades eruditas e políticas. Além disso, e de maneira mais geral, o exercício analítico realizado neste capítulo permite reapresentar a fragmentação e a materialidade como condições inerentes aos objetos históricos, desfazendo certa naturalidade da qual alguns deles são dotados pelas narrativas biográficas. A partir daí, abre-se a possibilidade de se investigar os vestígios deixados por Selden sem o compromisso de restituí-los a alguma unidade original (o caráter, o autor, o pensamento) e organizá-los de outra maneira, tendo em vista trazer à tona dinâmicas, práticas e usos que enredavam Selden, as suas obras, os seus amigos e

contemporâneos e o conhecimento histórico produzido e utilizado por eles. É, enfim, o que se pretende fazer nesta tese.

Capítulo 2: A história como coleção

O capítulo anterior examinou o que foi feito dos vestígios deixados por Selden, isto é, como eles foram transformados em relatos de vida, em biografia e em pensamento, teorias e interpretações sobre o autor. Agora é o momento de explorar como o próprio Selden lidava com a fragmentação e a materialidade que caracterizaria não apenas a confecção de narrativas biográficas, mas também a produção de conhecimento histórico e seu lugar como erudito. Este capítulo descreve, a partir de aspectos organizativos e linguísticos de *Historie of Tithes*, um processo que se configurava em dois momentos-chave: a coleção e os sentidos do ato de colecionar e a digestão daquilo que foi colecionado na forma de saber histórico por meio da mobilização feita por Selden, em particular, da filologia e do sincronismo. No meio desse caminho são trazidos à tona elementos, dinâmicas e sentidos que atravessavam objetos, ideias e pessoas estruturantes para a atividade intelectual de Selden, a cultura letrada moderna bem como para uma temporalidade cronológica.

1. O naufrágio do tempo

Os agrupamentos humanos costumam inventar diferentes maneiras para descrever, pensar e lidar com o tempo e em diversos casos aparecem ideias particulares de história que expressam e organizam toda uma cultura e consciência ao seu redor¹. É esse o caso da Europa na Idade Moderna. Lá existiam diversas maneiras de marcar e experimentar o tempo, além de concepções de história e práticas historiográficas que extrapolavam um entendimento estreito do lema ciceroniano da história como mestra da vida. Inclusive, é dito na literatura acadêmica que lá se formou, aos poucos e de modo mais ou menos consciente, uma sensibilidade, ideia ou conceito propriamente moderno de história².

¹ João Paulo Pimenta, *O livro do tempo: uma história social* (São Paulo: Editora 70, 2021), 247-76.

² Peter Burke, *The Renaissance sense of the past* (London: Edward Arnold, 1969); Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira (Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006), 21-60; Zachary Sayre Schiffman, *The birth of the past* (Baltimore: John Hopkins University Press, 2011), 136-278.

A narrativa sobre a formação de uma noção moderna de história pode ser resumida da seguinte maneira. A partir dos humanistas italianos e da nostalgia nutrida por eles em relação ao passado romano ganharam corpo, no decorrer dos séculos XV, XVI e XVII, os pressupostos daquilo que, entre os séculos XVIII e XIX, apareceria enfim como ‘história’ no sentido moderno, isto é, uma entidade singular, de alcance universal, dotada de movimento e sentido. Ao longo de trezentos anos teria se aberto uma distância cada vez maior entre antigos e modernos, o que colocava em xeque a continuidade e exemplaridade do passado e promovia um processo gradual de conscientização histórica e manejo do passado³. O problema com esse quadro explicativo é que, apesar de evitar certa generalidade da ideia de história como mestra da vida, ele faz da Idade Moderna uma espécie de autoestrada para a Modernidade. Aquelas ideias de história e práticas historiográficas que existiram entre o Renascimento e o Iluminismo tornam-se, dentro desse quadro explicativo, reconhecíveis não pelas suas particularidades, sentidos e disputas, mas pelas ausências e imperfeições em relação à modernidade⁴. Um exemplo disso é a concepção de anacronismo. Embora tenha sido inventada na Idade Moderna, ela aparece frequentemente na literatura acadêmica como se precisasse esperar até a Modernidade, sobretudo o século XX, para que suas implicações teóricas e historiográficas fossem examinadas com o devido rigor. Ora, talvez nesse caso fosse mais oportuno pensar o que fazem os historiadores contemporâneos ao discutir o anacronismo⁵.

A despeito da importância que possam ter (ou não) na Modernidade, o anacronismo e outras tantas ideias e práticas historiográficas estavam disponíveis na Idade Moderna e tinham suas próprias condições de existência e significado. Reconhecer isso não significa abandonar uma perspectiva diacrônica da história intelectual ou da história da historiografia, mas se abrir para as particularidades, os tensionamentos e a suficiência que ideias, práticas e pessoas poderiam assumir no passado. Esse talvez seja um bom caminho para complexificar e, no limite, desnaturalizar a disciplina e a cultura histórica da própria Modernidade.

Por debaixo daquela exemplaridade atribuída ao passado e que era, de fato, bastante característica da experiência histórica na Idade Moderna (e estava encapsulada

³ Reinhart Koselleck, Christian Meier, Horst Günther, Odilo Engels, *O conceito de história*, tradução René E. Gertz (Belo Horizonte: Autêntica, 2016), 85-118.

⁴ Stefan Hanß, “The fetish of accuracy”, *Past and Present* 243, n. 1 (2019): 267-84.

⁵ Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves, “Os sentidos do anacronismo”, *História da Historiografia* 15, n. 38 (2022): 285-314.

na tópica da história como mestra da vida) surgiram entendimentos e fazeres particulares na lida com o tempo histórico que modificaram, de maneira gradual, a sensibilidade e as ideias gerais sobre a história. A passagem das histórias no plural para uma idéia de história única e universal teria se dado não na forma de alguma revolução ou grande despertar intelectual, mas numa espécie de entrelaçamento errático entre mudanças particulares de mentalidade ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII⁶. Seria possível falar, portanto, em algo mais complexo do que o aparecimento de um ‘senso de anacronismo’⁷: a Idade Moderna fora o palco de transformações na maneira de se periodizar o tempo, de auferir normatividade do passado, de visualizar e representar a história, de estabelecer protocolos e disciplinas dedicadas à matéria histórica, e de apelo à realidade ou literalidade do passado. Essas transformações arremessavam a leitura e a escrita da história contra os limites da retórica e a partir daí se estruturava toda uma literatura na época, as chamadas *artes historicae*. Os tratados e discursos que faziam parte da *ars historica* se propunham a discutir e, sobretudo, organizar materiais, conteúdos e autores, bem como instituir protocolos discursivos e críticos capazes de orientar a leitura e a escrita da história⁸. A matéria histórica e o fazer historiográfico extrapolavam os contornos fixados pela retórica.

Ainda que a história não deixasse de ser entendida como gênero discursivo e narrativa que frequentemente assumia a forma da crônica ou da história política, disseminavam-se entre os letrados outros formatos, tipos de discursos e práticas dedicados à matéria histórica entre os séculos XVI e XVII⁹. Em meio aos almanaques, peças de teatro, jornais e poesias que tratavam do passado e do tempo histórico, ganhava corpo e adeptos o estudo das chamadas ‘antiguidades’. Segundo uma interpretação clássica da história da historiografia, teria sido ali, entre os antiquários, que foi forjada boa parte do

⁶ Daniel Woolf, “From histories to the historical: five transitions in thinking about the past 1500-1700”, *Huntington Library Quarterly* 68, no. 1-2 (2005): 33-70.

⁷ Uma referência quando se fala na emergência da consciência histórica moderna, Peter Burke revisitou em diversas ocasiões as suas ideias sobre o anacronismo, sempre complexificando-as à luz das críticas e do fazer historiográfico. Para mais, conferir: Peter Burke, “Triumphs and poverties of anachronism”, *Scientia Poetica* 10 (2006): 291-8; Peter Burke, “Exemplarity and anti-exemplarity in Early Modern Europe”, in *The Western time of ancient history*, editado por A. Lianeri (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), 48-59; Peter Burke, “A short history of distance”, in *Rethinking historical distance*, editado por Mark S. Phillips, Barbara Caine e Julia Adeney Thomas (New York: Palgrave Macmillan, 2013), 21-33.

⁸ Anthony Grafton, *What was history: the art of history in early modern Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007).

⁹ Daniel Woolf, *Reading history in early modern England* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 26-36.

instrumental crítico que caracterizaria a historiografia e o seu método na Modernidade¹⁰. Os antiquários na Idade Moderna, seguindo os passos daqueles da Antiguidade greco-romana, representavam uma mudança de atitude radical e paradigmática na relação com o passado: eles buscavam implementar um método observacional e sistemático, inspirado em Galileu, para o tratamento das evidências históricas, principalmente aquelas de natureza não-literária, como moedas, estátuas, inscrições e afins¹¹. Essa atitude intelectual significava tanto uma resposta ao ceticismo pirrônico, que semeava a dúvida sobre toda foma de conhecimento e exigia resposta por parte dos letrados modernos, quanto um afastamento em relação à história eminentemente política, retórica e exemplar. A história feita pelos antiquários não demandava do autor lugar privilegiado na política, era avessa a floreios e invenções discursivas, dedicava-se à minúcia da descrição e do comentário, e tomava como evidência aquilo que, aos historiadores da época, seria considerado inusitado ou mesmo inapropriado. Na história antiquária, a erudição é que ofereceria meios e critérios para a reconstituição e o entedimento seguros da história – e não a posição política ou os lugares comuns da retórica. Assim sendo, os antiquários na “sua preferência pelos documentos originais, sua engenhosidade em desbaratar falsificações, sua destreza em coletar e classificar a evidência e, acima de tudo, seu amor ilimitado pelo estudo são as contribuições dos antiquários para à ‘ética’ do historiador”¹².

A *ars historica* expressaria um movimento abrangente na Idade Moderna de reunir, tratar e produzir conhecimento a partir de todo tipo de particularidade empírica¹³ e a história antiquária talvez seja o melhor exemplo disso no que diz respeito à prática historiográfica. O antiquarismo na Europa moderna consistia numa espécie de grande projeto para restaurar a Antiguidade a partir dos fragmentos disponíveis¹⁴. Essa reconstituição ou ‘ressurreição’, como se falava na época, dos antigos gregos e romanos conferia à curiosidade a forma da pesquisa dos letrados humanistas, que colaboravam na

¹⁰ Arnaldo Momigliano, *As raízes clássicas da historiografia moderna*, trad. Maria Beatriz Borba Florenzano (Bauru: EDUSC, 2004), 85-117; Arnaldo Momigliano, “História antiga e o antiquário”, *Anos 90* 21, n. 39 (2014): 19-76.

¹¹ Arnaldo Momigliano, *Raízes clássicas da historiografia*, 89-95; Arnaldo Momigliano, “História antiga e o antiquário”, 35-43.

¹² Arnaldo Momigliano, “História antiga e o antiquário”, 51.

¹³ Anthony Grafton, *What was history*, 28.

¹⁴ Peter Miller, “A tentative morphology of European antiquarianism 1500-200”, in *World antiquarianism: comparative perspectives*, ed. Alain Schnapp, Lothar von Falkenhausen e Peter Miller (Los Angeles: Getty Research Institute, 2013), 67-87; William Stenhouse, “The Renaissance foundations of European antiquarianism”, in *World antiquarianism*, ed. Alain Schnapp, Lothar von Falkenhausen e Peter Miler (Los Angeles: Getty Research Institute, 2013), 295-316.

coleção, organização, comparação, disseminação e discussão sobre os vestígios do passado. Do interesse pela Antiguidade clássica, a pesquisa e a história antiquária descobriram outros tempos e lugares. A história bíblica, dos povos do antigo oriente, como egípcios e persas, e a história da igreja e dos povos europeus durante a Idade Média se tornaram objetos da investigação antiquária. Abria-se daí a possibilidade de se fazer uma história não apenas de grandes personagens do passado, mas ainda de povos, instituições, línguas, leis e costumes – e alguns deles ainda vigentes.

Esse fazer antiquário era parte de um panorama intelectual complexo no qual havia diferentes tipos possíveis de história. Um exemplo dessa complexidade está no *Advancement of Learning* (1605) de Francis Bacon¹⁵. Lá estão apresentadas, em um misto de descrição e normatividade, as divisões básicas da história: natural, civil, eclesiástica, literária¹⁶. Cada uma delas se desdobraria, respectivamente, em tipos particulares de história, a saber, a história das criaturas, das maravilhas e das artes; memórias, histórias perfeitas e antiguidades; história da igreja, das profecias e da providência; orações, cartas e sentenças. A existência de tipos particulares de história não configurava especialidades autônomas, sendo comum a elas, de acordo com o filósofo inglês, o recurso à memória, uma das três partes do entendimento¹⁷. As antiguidades eram definidas, a partir daí, da seguinte maneira:

As Antiguidades ou Restos de História são, como dissemos, *tanquam tabula naufragii* [como os destroços de um naufrágio], quando alguma pessoa industriosa, com diligência e observação exata e escrupulosa, a partir dos monumentos, nomes, palavras, provérbios, tradições, anotações e documentos privados, fragmentos de história e outras coisas semelhantes, salva e resgata algo do dilúvio do tempo.¹⁸

¹⁵ Embora se faça aqui um apelo circunscrito a Bacon, tendo em vista trazer para a análise o estudo das antiguidades e da prática dos antiquários, não se pode ignorar a importância do autor para a reflexão e complexificação de diferentes concepções de tempo tanto na Idade Moderna quanto na Modernidade. Nesse sentido, sugiro a leitura de: Paolo Rossi, *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*, trad. Álvaro Lorencini (São Paulo: Editora Unesp, 2000); Paolo Rossi, *Esperanças*, trad. Cristina Sarteschi (São Paulo: Editora Unesp, 2013).

¹⁶ Tal complexidade envolvendo categorias e tipos de história no século XVII é perceptível também em autores franceses, italianos e ibéricos de ars historica, como Jean Bodin, Agostino Mascardi e Luis Cabrera de Córdoba. Para mais informações, conferir: Jean Bodin, *Method for the easy comprehension of history*, trad. Beatrice Reynolds (New York: W. W. Norton & Company, 1969), 15-9; André Sekkel Cerqueira e Ana Paula Torres Megiani, “Como se escrevia a história no século XVII: o uso dos tratados espanhóis, italianos e franceses pelos historiadores portugueses”, *Revista de História* 179 (2020): 1-32.

¹⁷ Francis Bacon, *O progresso do conhecimento*, trad. Raul Fiker (São Paulo: UNESP, 2007), 112-131.

¹⁸ Francis Bacon, *Progresso do conhecimento*, 118.

O tempo era entendido como dilúvio cuja passagem arrasta, corrói e destrói aquilo que toca, fazendo da história humana um grande naufrágio. A reunião dos destroços deixados por esse naufrágio assumiria a forma de ‘antiguidades’ e integraria aquilo que Bacon chamava de ‘história civil’. As antiguidades compartilhariam esse lugar com os ‘memoriais’ e as ‘histórias perfeitas’¹⁹, que juntos formavam mais um processo do que uma hierarquia. Para explicar a lógica desse conjunto, Bacon apelava à pintura: “vemos que umas estão inacabadas, outras estão completas e outras estão deterioradas”²⁰. A perfeição da qual gozariam as chamadas ‘histórias perfeitas’ não se deveria à sua superioridade em matéria de engenho, mas do objeto e ocasião dessas histórias. Aqui, ‘perfeição’ assumia o sentido de algo feito por completo e as ‘histórias perfeitas’ voltavam-se, particularmente, para a exposição das ações humanas, das suas motivações e consequências. Assim, a perfeição adviria da completude potencial dessas histórias, das quais se poderia auferir sentido, utilidade e verdade. Mas esse seria um estado passageiro. Tanto de um lado quanto de outro, as ‘histórias perfeitas’ eram cercadas pela imperfeição, isto é, limitadas pela incerteza e pela fragmentação características da própria passagem do tempo. ‘Memoriais’ e ‘antiguidades’ seriam expressões, em momentos distintos, dessa incerteza produzida pelo tempo histórico: “os Memoriais são história inacabada, ou os primeiros esboços toscos desta, e as Antiguidades são história deteriorada, ou alguns restos dela que por acaso se salvaram do naufrágio do tempo”²¹. Também a ‘imperfeição’ desses tipos de história deveria ser encarada não como uma fraqueza intelectual, mas resultado das condições que as estruturavam. ‘Perfeição’ e ‘imperfeição’ diriam respeito aos objetos e circunstâncias dessas histórias – no caso dos memoriais e antiguidades, comentários, registros e vestígios, respectivamente.

Dentro dessa percepção do tempo como inevitável dilúvio e naufrágio, a história e as antiguidades estariam não em campos antagônicos, mas apenas em posições diferentes. Isso não significa que o fazer historiográfico fosse o mesmo nesses dois lugares. No que diz respeito às antiguidades, Bacon indicava algumas qualidades desse tipo de historiador: uma pessoa “industriosa, com diligência e observação exata e escrupulosa”, capaz de salvar e resgatar uma porção de “monumentos, nomes, palavras, provérbios, tradições, anotações, documentos privados, fragmentos de história e outras coisas

¹⁹ Francis Bacon, *Progresso do conhecimento*, 117-8.

²⁰ Francis Bacon, *Progresso do conhecimento*, 117-8.

²¹ Francis Bacon, *Progresso do conhecimento*, 117-8.

semelhantes” do arrasto do tempo. A despeito do apreço e da importância das antiguidades, não havia propriamente uma palavra para designar o estudo dessas coisas. O que existia de vocabulário, entre os séculos XVI e XVII, eram as designações do objeto e do sujeito desse trabalho, a saber, ‘antiguidades’ (antiquities) e ‘antiquário’ (antiquarie, antiquary, antiquarius). Em um dicionário seiscentista é possível ler, por exemplo, a seguinte definição para ‘antiquário’: “alguém que procura ou é bem munido de Antiguidades, como Moedas, Histórias, palavras antigas, etc.”²². O antiquário era alguém capaz de descobrir, armazenar e, não menos importante, de manipular material e intelectualmente vestígios tão variados da passagem do tempo²³. Não se vêem nesse contexto disciplina, área ou campo, apenas objetos e sujeitos. E foi a partir da relação entre eles que se organizou toda uma prática erudita.

No caso da Inglaterra, esses objetos estavam bem visíveis na paisagem. A dissolução dos mosteiros da igreja católica, promovida por Henrique VIII no século XVI, montou um cenário repleto de ruínas de edifícios abandonados, de bens e direitos eclesiásticos vendidos, bem como de tesouros e livros dispersos. Teria surgido daí um senso de nostalgia e de passado capaz de motivar diversos letrados a reunir, preservar e, em alguma medida, reconstituir ou reviver os restos desse naufrágio relativamente recente²⁴. Mas para além desse imperativo bastante concreto, as antiguidades reuniam no seu entorno sujeitos de diferentes formações, inclinações e abordagens, organizando-os em circuitos de amigos, correspondentes e até mesmo em pequenas sociedades letradas nos séculos XVII e XVIII²⁵. Por não ser uma área ou ofício bem determinado, o estudo das antiguidades atraía sujeitos de diferentes ocupações e saberes para um tipo de produção intelectual que extrapolava as subdivisões temáticas da historiografia e que fazia sombra sobre campos do conhecimento bem estabelecidos na época, como a teologia e o direito. E não faltavam candidatos qualificados para esse tipo de trabalho.

²² Thomas Blount, *Glossographia* (London: Printed by Tho. Newcomb, 1661).

²³ Kelsey J. Williams, “Antiquarianism: a reinterpretation”, *Erudition and the Republic of Letters 2* (2017): 65-8.

²⁴ Margaret Aston, “English ruins and English territory: the Dissolution and the sense of the past”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 36 (1973): 231-255.

²⁵ Angus Vine, *In defiance of time: antiquarian writing in early modern England* (Oxford: Oxford University Press, 2010); Rosemary Sweet, *Antiquaries: the discovery of the past in 18th century Britain* (London, New York: Hambledon and London, 2004).

O século XVII foi prodigioso na formação de polímatas²⁶. Chegava-se ao ápice daquele ideal renascentista de estudioso universal e se utilizava na época de todo um vocabulário para fazer referência a sujeitos desse tipo ('polymath', 'polyhistor', 'virtuoso', 'curious', 'ingenious'). Os polímatas eram motivados por uma curiosidade voraz, deixando detrás de si volumosas obras e coleções, e conjuntamente formavam uma espécie de letrado que buscava sobreviver e prosperar dentro de um ambiente intelectual marcado pela sobrecarga de informação e pela fragmentação do saber. Como abordado no capítulo 1, Selden fazia parte dessa espécie²⁷. Ao final do século, o tradutor de uma de suas obras, *Jani Anglorum* (1610), sintetizava os atributos do autor: "que Erudito, um Filólogo, um Humanista, um Linguista, um Advogado, um Crítico, um Antiquário e (o que prova ter sido ele um Mestre absoluto em todos esses e muitos outros Conhecimentos) que Escritor foi o grande Selden"²⁸. A maestria de Selden se provava não no domínio de uma profissão em particular, mas na capacidade de transitar habilmente entre diferentes ocupações, dentre elas o estudo das antiguidades. Selden era antiquário, mas também muitas outras coisas, o que parece dizer algo tanto sobre ele quanto a respeito do antiquarismo.

Ainda que houvesse na época uma diferenciação consolidada, sobretudo no registro discursivo, entre a história e as antiguidades, existiam aqueles que buscaram desenvolver uma história erudita capaz de entrelaçar esses fazeres e suas implicações. Esse era justamente o caso de Selden, do seu *Historie of Tithes* e de certos letrados e eruditos no seu entorno²⁹. Identificável nos seus objetos e praticantes, o estudo das antiguidades se daria, na prática de Selden e seus associados, numa intersecção entre vários saberes, ocupações e preocupações, aproximando-se, por exemplo, da filologia, história, arquitetura, direito ou da cronologia. Sendo assim, interessa aqui explorar como o estudo das antiguidades e a sua preocupação em reconstituir o passado a partir dos vestígios disponíveis do naufrágio do tempo configuravam determinado modo de produção historiográfico desde as materialidades, sociabilidades e operações intelectuais que davam forma a uma história antiquária. E essa história erudita, de maneira semelhante às histórias narrativas, não deixaria de ser verdadeira e útil, atendendo à

²⁶ Peter Burke, *O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag*, tradução Renato Prelorentzou (São Paulo: Editora Unesp, 2020), 85-136.

²⁷ Peter Burke, *O polímata*, 118-9.

²⁸ John Selden, *The reverse or back-face of the English Janus* (London: Printed for Thomas Basset and Richard Chiswell, 1682), The translator's preface to the reader.

²⁹ Daniel Woolf, "Erudition and the idea of history in Renaissance England", *Renaissance Quarterly* 40, no 1 (1987): 32-43; David S. Berkowitz, *John Selden's formative years*, 32-50.

curiosidade e aos interesses dos letrados da época. Mas para alcançar esse objetivo, de acordo com Selden, seria preciso evitar dois extremos bastante perigosos no tratamento do passado:

Pois, por um lado, não se pode duvidar que a Afetação demasiadamente estudiosa da Antiguidade nua e estéril, o que não é nada mais do que muito trabalho por nada, pode logo se tornar Decrépita; assim, por outro lado, a Negligência ou apenas a consideração vulgar às partes frutíferas e preciosas dela [da Antiguidade], que fornece luz necessária para o Presente em matéria de Estado, Lei, História e para o entendimento dos bons Autores, prefere antes aquele tipo de Infância Ignorante, a qual apenas nossa curta vida pode nos oferecer, do que as muitas eras da Experiência e Observação pretéritas que podem acumular tantos anos em nós como se tivéssemos vivido desde o início do Tempo.³⁰

É esse caminho do meio, entre a decreptude e a infância, que se pretende explorar neste capítulo e ao longo de toda a tese. Trata-se de um esforço para identificar os sujeitos, os materiais, as operações, as dinâmicas, os conteúdos e as repercussões envolvidos na produção de uma história antiquária e, em alguma medida, da cultura letrada na Idade Moderna. Por ora, interessa examinar como Selden se colocava enquanto antiquário a partir de dois atos fundamentais a esse fazer, a coleção e o sincronismo.

2. Os sentidos de colecionar

Como antiquário, Selden não podia se furtar de ser polímata e colecionador. Estar bem munido de antiguidades significava colecionar vestígios do passado e o que isso queria dizer efetivamente é algo a ser explorado nesta seção³¹.

A análise do vocabulário de *Historie of Tithes*, obra de Selden que será examinada, de maneira mais detalhada, nos capítulos seguintes, é uma porta de entrada para a

³⁰ “For, as on the one side, it cannot be doubted but that the too studious Affectation of bare and sterile Antiquitie, which is nothing els but to be exceeding busie about nothing, may soon descend to a Dotage; so on the other, the Neglect or only vulgar regard of the frutifull and precious part of it, which gives necessarie light to the Present in matter of State, Law, Historie, and the understanding of good Authors, is but preferring that kind of Ignorant Infancie, which our short life alone allows us, before the many ages of former Experience and Observations, which may so accumulate years to us as if we had livd even from the beginning of Time” John Selden, *The Historie of Tithes* (London: 1618), To the most honored Sir Robert Cotton.

³¹ Os sentidos da coleção e a relação do colecionar com a escrita historiográfica de Selden em *Historie of Tithes* foram objeto de investigação e elaboração preliminar a presente tese em: Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves, “A história como coleção de antiguidades: John Selden e a questão dos dízimos na Inglaterra”, in *Cultura letrada no espaço euro-atlântico*, ed. Luís Filipe Silvério Lima e Marília de Azambuja Ribeiro Machel (Recife: Ed. UFPE, 2022), 432-70.

maneira pela qual o autor produzia conhecimento. Selden fez 40 menções ao verbo 'to collect', 25 menções do substantivo 'collection' e 1 menção ao substantivo 'collector', o que totaliza 66 ocorrência de termos associados ao ato de colecionar. Quando examinadas mais de perto, tais menções podem ser divididas em dois grupos. No primeiro, estão passagens como "Burcardo de Worms, o qual reuniu [collected] os cânones por volta do ano 1000", "nessas Capitulárias coletadas [collected] por Benedictus Levita", "a coleção [collection] de Melchior Goldastus", "reunidos [collected] por Bochell", "eles [Statuta Synodorum] foram coletados [collected] por volta do tempo do rei Athelstan", "eu examinei nos anais da abadia de Burton, onde os cânones daquele sínodo estão reunidos [collected] largamente"; "o ius camerale reunido [collected] por Petrus Denaisius"³². Percebe-se aí que colecionar costuma vir acompanhado da atribuição de algum sujeito, conhecido ou desconhecido, que teria tido o trabalho de reunir e preservar coisas dispersas – na maioria dos casos, leis eclesiásticas e civis. Já no segundo grupo estão passagens como: "eram chamadas de Stipes (que é uma palavra emprestada do uso dos pagãos nas suas coleções [collections] feitas para os templos e divindades deles)", "que eram oferecidos sob o nome de dízimo em parte da Itália pode ser retirado [collected] de S. Ambrósio", "essas investiduras especiais podem ser encontradas [collected] de um cânone de um concílio de Arles", "isso pode ser auferido [collected] de uma epístola escrita por Alcuíno", "a partir dessas coisas você pode provavelmente inferir [collect]", "é difícil identificar [collect] qual era o significado exato disso", "assim você pode perceber [collect] que nesses tempos primitivos da igreja anglo-saxã", "pode ser facilmente comprovado [collected]", "para [a] verdade mais evidente da prática de consagrações arbitrarias naqueles tempos, monumentos suficientes são reunidos [collected]", "a partir dos sermões de S. Agostinho pode ser inferido [collected] que logo após um pagamento já estava em vigor"³³. Aqui, colecionar assume um sentido diferente e se torna denominador

³² "So it is delivered in Burchard Bishop of Wormes, that collected the Canons about the yeer M"; "this was in the same termes received into those Capitularies collected by Benedictus Levita"; "Yet with them also take the constitutions of Charles the Great, about the same time collected, but published by Vitus Amerpachius in the yeer MDXLV. as also others occurring in the collection of Melchior Goldastus"; "To omit the Councill of Mentz held in yeer MDXLIX where is delivered that Decimae debenture iure Divino (and some other are to that purpose in the Drecreta Ecclesiae Gallicanae, collected by Bochell)"; "The exact age of those Statuta Synodorum, appears not. But they were collected about K. Athelstans time"; "But in the Synod of Merton held 42.Hen.3 no part of it is extant. That I examined in the Annalls of the Abbey of Burton where the Canons of that Synod are at large collected"; "the Ius Camerale collected by Petrus Denaisius" (John Selden, *Historie of Tithes*, 1618, 124, 130, 131, 175, 212, 232, 479).

³³ "They were called Stipes (which is a word borrowed from the use of the Heathens in their collections made for their Temples and Deities)"; "That they were offerd under the name of Tenths in part of Italie, may be collected out of S. Ambrose who was Bishop of Millan before, and after the yeer CCCXC"; "These

para a atitude de corroborar a existência de algo ou de sustentar a verdade de determinada proposição.

Era justamente por meio da coleção que Selden entrava na discussão sobre os dízimos. Em *Historie of Tithes*, o autor trazia evidências históricas que municiariam os interessados no assunto, mas que também modificavam a própria maneira de encarar a matéria. A história de Selden tomava os dízimos não como mera figura jurídica, cuja presença bastaria ser atestada pela indicação e enumeração de leis eclesiásticas, mas como algo instituído pela interseção de leis, práticas e opiniões. No prefácio do livro, Selden destacava a natureza de sua abordagem – e a diferença daquilo que fazia em relação ao que provavelmente seria esperado dele.

Argumentar, portanto, com base somente na afirmação dos Cânones em direção à Prática é quase o mesmo (e especialmente no que diz respeito aos dízimos) que provar a Prática de um costume a partir de alguma lei da República de Platão, dos habitantes da lua de Luciano ou da Cidade dos Cucos de Aristófanes. Preencher a falta de uma coleção completa e fidedigna da parte *Histórica* foram o fim e o propósito pelo qual esta obra foi composta, a qual deve permanecer como um Arsenal bem equipado para aqueles que se perguntam a respeito desse Rendimento Eclesiástico, e preferindo antes a Verdade ao costume bruto e tão enraizado, não estão indispostos a trocar suas nozes envelhecidas por carne de qualidade.³⁴

Deixando de lado os meandros da questão dos dízimos, que serão explorados nos capítulos seguintes, Selden apresentava o seu livro como uma coleção. Tratar-se-ia de uma

speciall indowments may be collected from a Canon of a Councell of Arles, held in yeer DCCCXIII”; “This may be collected out of an Epistle written by Alchwin to Charles the Great, touching the exaction of Tithes”; “But out of these things you may probably collect, that by this time (that is divers yeeres before the end of these CCC yeeres) in some of those Northern Churches, Tenths were payd more iustly”; “But out of them also may be collected, that the generall Opinion of the age was not, that they were due by the Divine Morall Law”; “Out of the corrupted Language, it is hard to collect what the exact meaning of it was”; “So that you may collect that in these Primitive times of the English Saxon Church the Bishop and the whole Clergie of the Diocese were as one body living upon their endowments”; “that is some great Sea god was in their superstitions, may be easily collected not only from this relation of their cruell devotions, but also from their wondrous and accurate observation of the ebbs and flouds”; “But thereof you may see more in the examples of the next Chapter where, for most apparant prooffe of the practice of arbitrarie Consecrations in those times, Moniments enogh are collected”; “however out of S. Augustines Semons it may be collected, that a payment soone afterward was there in use”. (John Selden, *Historie of Tithes*, 37, 46, 49, 70, 104, 127, 205, 254, 270, 291, 461-462).

³⁴ “To argue therefore from affirmatiue Canons only to Practise, is equall in not a few things (and especially in this of Tithing) to the prouing of the Practise of a custom from some consonant Law of Plato's common wealth, of Lucians men in the Moon, or of Aristophanes his Citie of Cuckoes in the clouds. To supply therefore the want of a full and faithfull collection of the Historicall part, was the end and purpose why this was composd which might remaine as a furnisht Armorie for such as inquire about this Ecclesiastique Reuenue, and preferring Truth before what dulling custom hath too deeply rooted in them, are not vnwilling to change their old akorns for better meat”. (John Selden, *Historie of Tithes*, vi).

coleção “completa” e “fidedigna” que trazia no seu bojo ambos os sentidos de colecionar: a publicação tanto reunia documentos da maneira mais exaustiva possível quanto os examinava e deles tirava conclusões a respeito da condição histórica dos dízimos. Esse processo em duas etapas, de reunir e de inferir, resultaria em algo que era qualificado por Selden ora como um repositório, dotado inclusive de acepção militar, ora como alimento vivo e saboroso. Investigar os elementos básicos desse processo de digestão intelectual e a utilidade dele para o leitor é o objetivo deste capítulo e, em grande medida, de toda a tese.

Historie of Tithes trazia transcrições de dezenas de autores e textos, inclusive de documentos raros e inéditos, que não apenas demonstravam o rigor de Selden e reforçavam suas assertivas a respeito dos dízimos, mas que ainda poderiam ser úteis ao público letrado, que poderia fazer uso dessa coleção, transcrevendo seus itens, utilizando-se deles e dos comentários sobre eles para seus próprios argumentos e finalidades. O uso que se poderia fazer da obra está bem caracterizado no catálogo, ao fim da publicação, que diz o seguinte a respeito das referências ali listadas:

são, por isso, especialmente aqui reunidos [collected] para que o leitor mais erudito (sendo talvez, por seus próprios Estudos, equipado com a maioria ou com tudo o que nós extraímos dos *Testemunhos impressos*) possa em um único lance, sem a dor de ler o todo, ser dirigido a todos eles. Eu presumo que ele [o leitor] possa ansiar por uma coleção dessas, a qual não foi para mim difícil de fazer, nem será difícil, depois, para qualquer homem transcrever ou Imprimi-la, [e] alterar o número das Páginas de acordo com a sua Cópia transcrita ou impressa.³⁵

Historie of Tithes se apresentava tanto como história quanto coleção e dentro dessa ambiguidade apontava para algo além do registro discursivo ou narrativo da historiografia: o entrelaçamento da dimensão intelectual e material na produção do conhecimento histórico. A história dos dízimos de Selden, tomada enquanto coleção, aproximava-se das coletâneas que alimentavam e digeriam incontáveis bibliotecas. Biblioteca naquele contexto poderia significar tanto livros reunidos em algum cômodo, guardados em estantes e armários, quanto anotações e comentários agrupados, reunidos

³⁵ “Used in this *Historie of Tithes*, with references to the places where they are cited, and to the Offices and Libraries wherein they remain. They are specially therefore here collected that the more learned Reader (being perhaps, out of his owne Studies, furnished with the most or all of what we have out of printed Testimonies) may at one view, without pains of reading the whole, be directed to all of them. I presumd he might wish for such a collection; which was neither difficult for me to make, nor will it be hard for any man that hereafter transcribes or Prints it, to alter the numbers of the Pages according to his transcribed or printed Copie”. (John Selden, *Historie of Tithes*, [492]).

com frequência em livros de lugares comuns, que eram um meio corriqueiro de estudo na Idade Moderna, consistindo no registro da opinião dos mais diversos autores sobre tópicos pré-determinados³⁶. De uma forma ou de outra, Selden trazia para o público letrado, através de um livro impresso, um trabalho intelectual de reunião, verificação, transcrição, correção e comentário de textos antigos, assim como fomentava o estudo e a discussão desses materiais e do tópico ao qual se referiam, algo que se tornava cada vez mais comum nas bibliotecas humanistas fora da Inglaterra. Em resumo, era como coleção que *Historie of Tithes* se apresentava do ponto de vista historiográfico, acreditando-se útil ao leitor e não menos polêmica por causa disso³⁷.

2.1. Coleccionar é juntar

As referências bibliográficas que acompanham a história dos dízimos de Selden são como um mapa que descreve um itinerário do autor por arquivos e bibliotecas e graças aos quais ele pôde organizar sua coleção. São eles: Torre de Londres, Exchequer, Office of the King's Remembrancer, Biblioteca do Príncipe [Henry], Biblioteca Bodleiana, Inner Temple, Biblioteca da Catedral de St. Paul, biblioteca de Sir Robert Cotton, biblioteca de Thomas Allen, biblioteca de Patrick Young e, por fim, a biblioteca do próprio Selden. O exame desses acervos seguramente adensa essa primeira acepção do ato de colecionar, isto é, de reunir. Todavia, não é possível examiná-los todos dentro dos limites de um trabalho de doutorado, de modo que se escolheu tratar de apenas dois desses acervos: a biblioteca pessoal de Selden, tendo em vista aquilo que ela revela sobre o próprio autor, além da biblioteca particular de Sir Robert Cotton, donde provinha a maior parte dos documentos utilizados em *Historie of Tithes*.

³⁶ Ann Blair, "Bibliotecas portáteis: as coletâneas de lugares-comuns na Renascença tardia", in *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*, org. Marc Baratin e Christian Jacob (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008), 74-93.

³⁷ Anthony Grafton, "Como criar uma biblioteca humanista: o caso de Ferrara", in: *O poder das bibliotecas*, org. Marc Baratin e Christian Jacob, 169-181. Coleção, cronologia e arquivos têm sido aproximados e trabalhados em conjunto em textos mais atuais de Anthony Grafton, os quais vão na linha do que se propõe fazer na presente pesquisa. Sobre essa relação, conferir: Anthony Grafton, "Chronologies as collections", in *Collector's knowledge: what is kept what is discarded*, ed. Anja-Silvia Goeing, Anthony Grafton e Paul Michel (Leiden, Boston: Brill, 2013), 145-62; Anthony Grafton, "Matthew Parker: the book as archive", *History of Humanities* 2, n. 1 (2017): 15-50.

A coleção de Selden foi, em resumo, a maior doação feita no século XVII à Biblioteca Bodleiana, da Universidade de Oxford³⁸. Em 1659, isto é, cinco anos após a morte de Selden, chegaram à biblioteca 8.000 itens que se juntavam ao acervo da Bodleiana e que, em razão do volume da coleção e, sobretudo, do desejo do falecido, foram acomodados em um espaço apenas para ela, localizado no edifício principal da biblioteca e chamado, desde então, de Selden's End. Essa era, sem dúvida, uma aquisição de peso para a instituição. Para se ter uma noção da relevância dessa doação, a Bodleiana tinha, em 1605, isto é, três anos depois da sua abertura, por volta de 5.000 manuscritos e livros impressos; em 1620, cerca de 16.000; e, em 1674, quando foi publicado o primeiro catálogo consistente do acervo, ela contava com aproximadamente 40.000 livros e manuscritos³⁹. Daí se depreende que, nesses setenta anos entre a fundação da biblioteca e o seu primeiro grande catálogo, não apenas a Bodleiana aumentou em praticamente oito vezes o seu acervo, mas ainda que a coleção de Selden fora parte expressiva desse montante – caso tivesse sido doada em 1674, ela corresponderia a cerca de 20% de todo o acervo. Do ponto de vista quantitativo, a doação de Selden ficava atrás apenas daquela feita, em 1649, por Richard Holdsworth de 10.000 livros impressos para a biblioteca universitária de Cambridge, porém superava, com folga, qualquer doação da época à universidade em Oxford, como é o caso, por exemplo, das coleções de William Laud (1.251 volumes) ou de Robert Burton (581 volumes) que também foram agregadas à Bodleiana. Além de volumosa, a coleção de Selden era de uma riqueza ímpar. Essa riqueza consistia basicamente (mas não exclusivamente) de manuscritos gregos, latinos, hebraicos, árabes e

³⁸ Apesar do volume e da importância da coleção de Selden, a biblioteca pessoal do autor é objeto ainda pouco explorado pela literatura especializada, de maneira minuciosa, no que diz respeito à formação da coleção, a natureza do seu conteúdo e, sobretudo, o seu significado tanto para a atividade intelectual de Selden quanto para a produção do saber na Idade Moderna. Existem, porém, informações da maior relevância (e que dão sustentação para a presente descrição e análise da biblioteca do autor) nos seguintes textos: William Dunn Macray, *Annals of the Bodleian Library* (London, Oxford, Cambridge: Rivingtons, 1868), 77-87; Anthony Wood, *The life and times of Anthony Wood antiquary of Oxford 1632-1695 described by himself*, ed. Andrew Clark (Oxford: Printed for the Oxford Historical Society at the Clarendon Press, 1891), 282; D. M. Barratt, "The library of John Selden and its later history", *Bodleian Library Record* 3 (1950-1): 128-142, 208-13, 256-274; Bodleian Library, *The Bodleian Library in the 17th century: Guide to an exhibition held during the festival of Britain* (Oxford: Bodleian Library, 1951), 17-8, 43-4; Julian Roberts, "Extending the frontiers: scholar collectors", in *The Cambridge History of libraries in Britain and Ireland: to 1640*. Cambridge: Cambridge University Press, ed. Elisabeth Leedham-Green e Teresa Webber (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), 315-21; Gerald J. Toomer, *John Selden: A life in scholarship* (Oxford: Oxford University Press, 2009), 793-99; Karen Attar, *Directory of rare books and special collections in the United Kingdom and the Republic of Ireland* (London: CILIP, 2016); Timothy Brook, *Mr Selden's Map of China* (Toronto: Anansi Press), 2013.

³⁹ I. G. Philip, Paul Morgan, "Libraries, books, and printing", in *The History of the University of Oxford: 17th century Oxford*, ed. Nicholas Tyache (Oxford: Clarendon Press, 2005), 663-4; Bodleian Library, *The Bodleian Library in the 17th century*, 13.

em outras línguas orientais, como o persa, o chinês e o japonês. Fazem parte dessa coleção, por exemplo, desde um manuscrito medieval de Geoffrey Chaucer (MS Arch Selden B14), passando pelo famoso Codex Mendoza (MS Arch. Selden A1), chegando até um mapa bilingue da China (MS Selden Supra 105). Nas palavras de um grande especialista em Selden, “basta dizer que é uma coleção erudita (a mais rica do seu tipo na Inglaterra do século XVII, e talvez da Europa), a qual reflete todo o alcance e profundidade dos interesses do proprietário”⁴⁰.

O volume e a riqueza dessa coleção não são apenas dignos de admiração, mas ainda, e o mais importante, indicativos dos interesses intelectuais de Selden, de suas relações sociais e das razões simbólicas para a reunião de tal conjunto.

No entanto, um exame completo e detalhado da biblioteca particular de Selden está fora do escopo desta tese. Aqui convém apenas indicar e, em alguma medida, explorar certas tendências gerais reveladas por essa coleção. Nesse sentido, é importante ter em mente que existem pelo menos três representações do conteúdo da coleção. A primeira delas foi feita por volta de 1654, na ocasião da morte do autor, e é uma listagem dos livros e manuscritos de Selden tal qual estavam dispostos na casa em que vivia e que hoje está armazenada na Bodleiana (MS Selden Supra 111). A segunda é composta por três cópias, feitas entre 1662 e 1672, e traz um catálogo manuscrito elaborado pela Bodleiana e destinado aos responsáveis pela execução do testamento de Selden (MS Add C 40, MS Broxbourne 84.10, MS Eng 1328 – esta última cópia está na Houghton Library, de Harvard). E, por fim, existe uma terceira descrição da coleção de Selden dentro dos primeiros catálogos da Bodleiana, os quais foram publicados em 1674 e 1698 e se referiam, respectivamente, aos livros impressos e manuscritos guardados pela instituição. Essas descrições formam a porta de entrada para o conjunto da biblioteca pessoal de Selden e, no caso da presente tese, optou-se por examinar de maneira mais detalhada o catálogo ou inventário destinado aos testamentários de Selden. A razão da escolha é que essa fonte é a primeira a inventariar o material que, de fato, chegou à Bodleiana na forma de doação e, sobretudo, por se tratar da descrição mais acessível ao manuseio daquele interessado nas tendências gerais da coleção⁴¹.

⁴⁰ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 794-5.

⁴¹ Embora a listagem feita na ocasião da morte de Selden traga informações sobre a disposição dos livros na casa do próprio autor, manuseá-la na sua totalidade se mostra um desafio considerável do ponto de vista tanto paleográfico quanto organizativo. A lista é, na verdade, um manuscrito constituído

Nesse catálogo ou inventário, estão descritos livros, manuscritos e alguns objetos da coleção de Selden ao longo de aproximadamente 120 páginas manuscritas, dispostos em duas colunas por página e organizados em ordem alfabética por autor ou título e de acordo com os critérios da Bodleiana, isto é, separados por formato (folio, quarto, oitavo) e segundo grandes áreas do saber, teologia, direito, medicina e artes. Sabe-se que a coleção de Selden, quando chegou a Bodleiana, em setembro de 1659, ocupou por várias semanas o então bibliotecário, Thomas Barlow (1608/9-1691), e um dos seus ajudantes, Anthony Wood, autor de um dos textos biográficos sobre Selden examinado no capítulo anterior. Na ocasião, acomodar a biblioteca particular de Selden era um desafio por si só, o qual exigia transportar milhares de livros, tirá-los das caixas, separá-los, identificar as duplicatas e, finalmente, colocar os livros e manuscritos dentro de alguma ordem e lugar coerentes com a Bodleiana. A elaboração de um catálogo dessa coleção por parte da biblioteca oxoniense (e que faria parte das condições de doação dos livros e manuscritos em questão) acabou ficando para depois: existem indícios de que esse catálogo começou a ser elaborado por volta de 1662, sob a supervisão de outro bibliotecário da instituição, Thomas Lockey (1602-1679), no entanto as cópias enviadas aos executores do testamento de Selden datam de 1672, quando a Bodleiana estava aos cuidados de um terceiro bibliotecário, Thomas Hyde (1636-1703), o mesmo que publicaria os primeiros catálogos gerais da biblioteca da universidade.

Utilizou-se aqui da cópia do catálogo (MS Eng 1328)⁴² que foi enviada a Matthew Hale (1609-1676), o mais importante dos testamentários de Selden, e a partir dela foi compilada integralmente uma das seções desse inventário, tendo em vista identificar alguns aspectos da natureza e dinâmica histórico-espacial do colecionar de Selden. A seção do catálogo dedicada aos panfletos e livros costurados surge como amostra oportuna da coleção, dado que ela tanto contém uma quantidade razoável (e não absurda ou

por 131 folhas no formato folio, contendo 7466 itens (segundo a somatória do próprio catálogo) e subdividido de acordo com os cômodos, prateleiras e formato dos livros ali descritos. Há, por exemplo, livros em 4o e 8o próximos da porta Norte, livros num terceiro cômodo a partir da Biblioteca, livros no chão de um quarto ao final da Longa Biblioteca e também estão discriminados os livros pertencentes à Elizabeth Grey, a condessa de Kent e proprietária da residência. Infelizmente, a casa em que Selden vivia, em Whitefriars, não existe mais e tais subdivisões do catálogo perderam qualquer referente espacial. Talvez seja possível reconstituir alguma ordem subjacente à disposição desses livros, mas fazê-lo é algo que extrapola esta pesquisa de doutorado. Além da consulta *in loco* do próprio manuscrito na Bodleian Library (MS Selden Supra 111), existe uma transcrição das primeiras folhas do catálogo (f. 1-12): D. M. Barratt, "The library of John Selden", 256-273.

⁴² *Bibliotheca Seldeniana: Seu catalogus librorum* (Cambridge, Mass: Houghton Library, ca 1659). [https://iif.harvard.edu/manifests/view/drs:49613789\\$1j](https://iif.harvard.edu/manifests/view/drs:49613789$1j)

desprezível) de itens quanto traz os livros de Selden misturados por assunto e idioma. Apesar dos riscos de uma análise por amostragem, não se pode ignorar o fato de que esses livros formam um conjunto manejável, relativamente heterogêneo e estão identificados, na sua maioria, pelos campos de autoria, título, local e data de publicação, de modo que observá-los no seu conjunto e nos padrões que formam é algo que contribui, em maior ou menor medida, para a compreensão tanto da coleção de Selden quanto da atividade intelectual do autor.

A seção de panfletos e livros costurados ocupa doze páginas do catálogo e totaliza 580 entradas. A partir da compilação dos itens descritos ali surgem padrões significativos. Um primeiro achado é que a grande maioria dos livros listados na seção corresponde não apenas a títulos publicados no século XVII, condizente com a agilidade dos panfletos, mas ainda que a data de publicação desse material é coincidente, em grande medida, com os períodos de maior atividade intelectual de Selden. Tal qual está representado nos Gráficos 1 e 2, das 580 entradas da seção de livros panfletos e costurados, 401 são referentes a obras do século XVII e apenas 128 são do século XVI. Quando segmentados por década, esses números formam dois picos, um por volta de 1610 e o outro em 1640, que correspondem respectivamente ao núcleo duro de duas fases da trajetória intelectual de Selden: por volta de 1610 são compostos a maioria de suas obras voltadas para a história e as leis inglesas, como *Titles of honour* (1614) e *Historie of Tithes* (1618); e em torno de 1640 estão o grosso de suas obras sobre história e lei hebraica, as quais culminam na publicação do *De Synedriis veterum ebraeorum* (1650, 1653)⁴³. Além disso, a segmentação por década sugere que a atuação política de Selden, a qual esteve concentrada nos anos de 1620 e 1640, teve um efeito limitado na aquisição bibliográfica.

⁴³ A saber: em torno da década de 1610, *Analecton Anglo-Britannicon* (1607), *Jani Anglorum* (1610), *The duello* (1610), notas em *Poly-olbion* (1612), *Titles of honour* (1614), edições de Fortescue e Hengham (1616), *Historie of Tithes* (1618), escrita de *Mare clausum* (1619), edição de Eadmer (1623); e por volta de 1640, *De Jure Naturali et Gentium juxta Disciplinam Ebraeorum* (1640), *De Anno civili et calendario veteris ecclesiae seu reipublicae judaicae* (1644), *Uxor ebraica seu de nuptiis et divortiis veterum ebraeorum* (1646), *De Synedriis veterum ebraeorum* (1650, 1653).

Gráfico 1: Panfletos e Livros Costurados (por século)

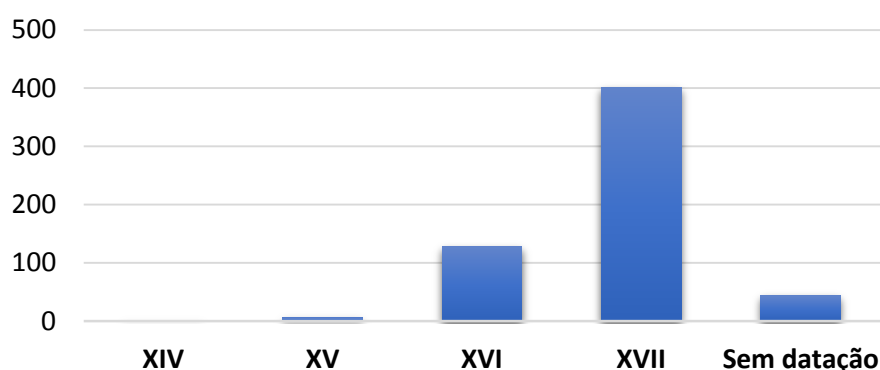
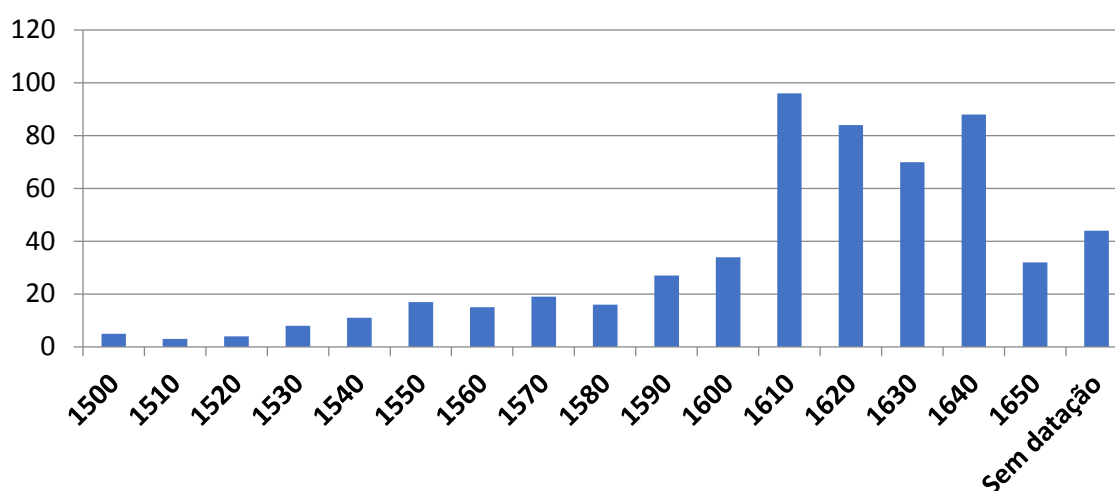


Gráfico 2: Panfletos e Livros Costurados (por década)



A disposição cronológica dos panfletos e livros costurados mostra que a montagem da coleção acompanhava, de perto, a trajetória e o renome de Selden. A maior parte da coleção ou, melhor dizendo, de uma parte específica da coleção foi adquirida ao longo da vida adulta e da atuação profissional de Selden e o ritmo da aquisição desse material parece ter se mantido relativamente estável no decorrer de quatro décadas. Segundo o verbete dedicado a Selden no índice de obras raras da Bodleian Library, existiriam algumas fontes determinantes para a acumulação de material na biblioteca do autor: “os livros dados de presente por eruditos do continente; os presentes dos amigos ingleses e admiradores (historiadores, classicistas, filósofos e cientistas, homens de letras); livros adquiridos de segunda mão, após a morte de colecionadores anteriores (por exemplo, os livros das bibliotecas de Sir Robert Cotton, John Donne e John Dee); e, de longe a maior parte da biblioteca, milhares de volumes tanto em inglês quanto em línguas estrangeiras,

comprados novos, em sua maioria, do mercado livreiro e, eventualmente, em transações privadas com proprietários individuais”⁴⁴. Tendo isso em vista, é razoável supor que a coleção expressava tanto os interesses intelectuais de Selden quanto as circunstâncias e condições de seu renome dentro da comunidade letrada. Além disso, é provável que acompanhasse as controvérsias da época, em especial aquelas envolvendo a igreja e suas normas. Fazem parte de sua coleção, por exemplo, textos polêmicos de John Milton sobre o divórcio (*Divorce restored*, 1644; *Colasterion*, 1645; *Tetrachordon*, 1645) e de autores levellers, como Katherine Chidley (*A justification of the independent churches*, 1641) e Richard Overton (*Mans mortality*, 1649).

Outro achado graças à compilação é que os panfletos e livros costurados delineavam uma distribuição geográfica particular e indicavam, em alguma medida, o lugar de Selden nas redes e locais de saber da Europa moderna. Os Gráficos 3 e 4 mostram a predominância de obras impressas nas Ilhas Britânicas e que Londres era, de longe, o principal centro de onde provinha esse material. Apesar dessa concentração dos livros em torno do espaço no qual o próprio Selden levava sua vida cotidiana, os gráficos mostram não apenas o alcance do autor na porção continental da Europa, mas ainda o peso e a dinâmica própria de certas regiões do continente dentro da coleção. A França e o Sacro Império são casos emblemáticos. Enquanto 44 títulos eram oriundos de Paris, 21 vinham de Frankfurt. No entanto, quando essas cidades são colocadas dentro de regiões, a relação se complexifica. A concentração de impressos na França (são apenas 6 cidades francesas, sendo Lyon a segunda dentre elas com somente 6 publicações listadas no catálogo) contrasta com a descentralização dos impressos no Sacro Império (são 28 cidades, e 10 delas produziram apenas 1 título cada). Ao final, a despeito da importância de Paris para Selden, o Sacro Império aparece como o segundo centro impressor de peso dentro do catálogo – são 100 títulos contra os 54 da França. Também merece destaque a região dos Países Baixos que rivaliza com a Itália (a saber, 76 e 75 títulos no catálogo), mas cujos centros impressores estão em relativo equilíbrio: Leiden com 28 obras, Amsterdã com 15 e Antuérpia com 14 – no caso da Itália, Veneza sozinha concentra 31 títulos e Roma aparece em segundo lugar com 14 títulos no catálogo. Por fim, é notória a quantidade de impressos que carecem de informações sobre o lugar de origem (são 116 no total), o que parece corroborar a natureza ágil e efêmera do tipo de material bibliográfico em questão.

⁴⁴ Bodleian Library, “Selden, John 1584-1654”, in *Rare books: named collection index*.
https://libguides.bodleian.ox.ac.uk/rarebooks/named_collections

Gráfico 3: Panfletos e Livros Costurados (por cidade)

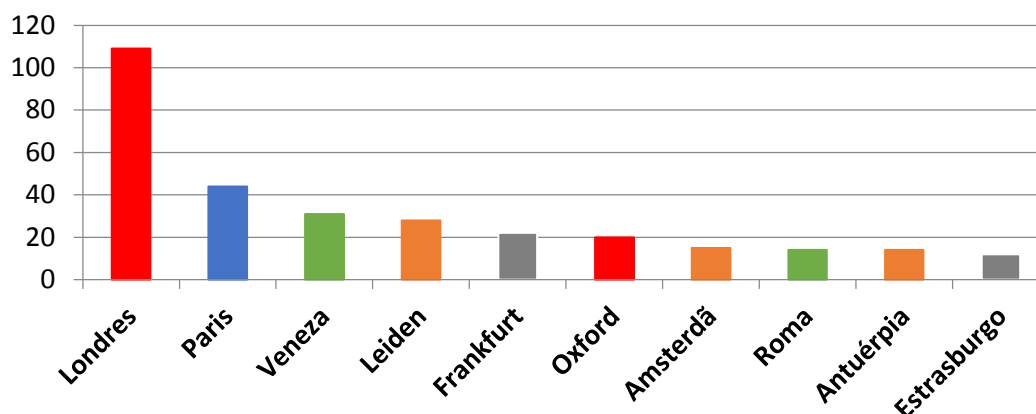
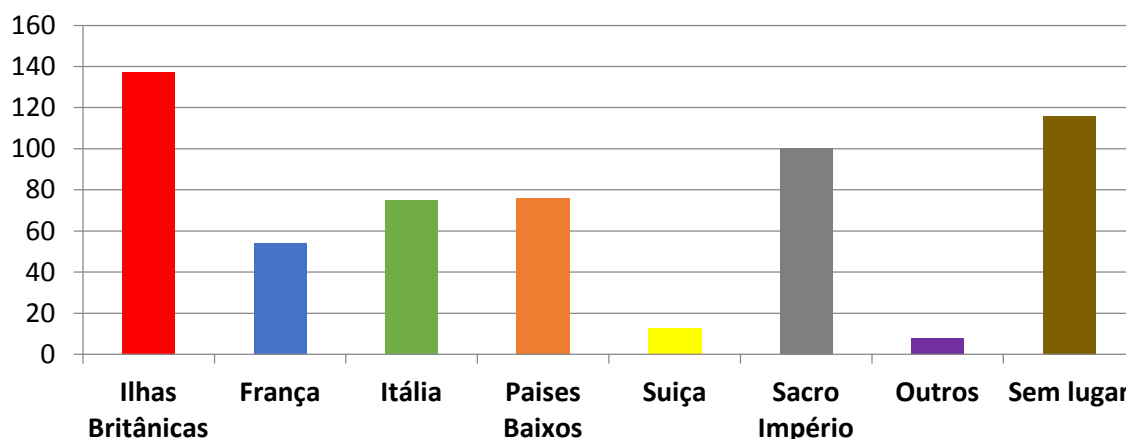


Gráfico 4: Panfletos e Livros Costurados (por região)



Selden se mostrava, portanto, capaz de adquirir e acumular, de maneira constante e consistente, livros que eram produzidos tanto no seu entorno quanto em certas regiões da Europa, sobretudo no Sacro Império, nos Países Baixos, na França e na Itália. A diversidade dos lugares de proveniência dos panfletos e livros costurados e a reconhecida proficiência de Selden em diversas linguas coexistia com o fato de que a maior parte da coleção estava em língua latina. Esse é o terceiro achado da compilação. Ainda que seja preciso manter alguma reserva perante os Gráficos 5 e 6, dado que o idioma das publicações foi inferido do título delas, os números mostram que das 580 entradas dessa seção do catálogo, 414 trazem títulos em latim e apenas 98 em inglês, o segundo idioma mais bem representado na seção, seguido pelo italiano (28) e o francês (11). No contexto das Ilhas Britânicas, o inglês predomina dentro da coleção de Selden, mas por uma

margem relativamente pequena. São 74 títulos em inglês contra 57 em latim, indicativo tanto da importância que os textos em inglês assumiam para Selden quanto da presença de um circuito de produção e venda de obras latinas em Londres.

Gráfico 5: Panfletos e Livros Costurados (por idioma)

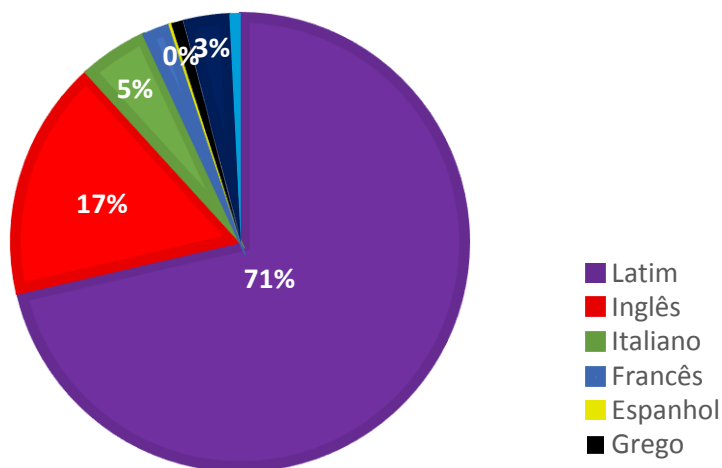
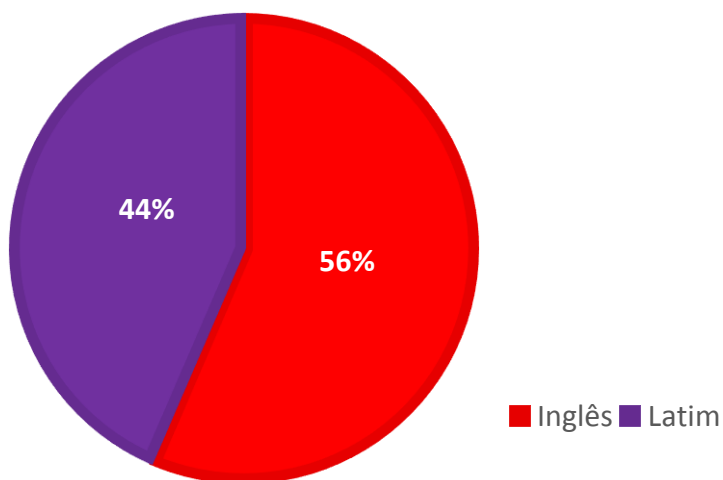


Gráfico 6: Panfletos e Livros Costurados publicados nas Ilhas Britânicas (por idioma)



Esse processo constante de acumulação de panfletos e livros costurados, a presença farta de livros impressos fora das Ilhas Britânicas e a grande quantidade de publicações em língua latina oriundas de Londres sugerem, no seu conjunto, a existência de laços duradouros entre homens de letras, impressores e livreiros que se espalhavam pela Europa (e certamente para além dela) a partir dos quais se fazia o dia-a-dia da

comunicação letrada. No caso de Selden, sabe-se que ele foi próximo não apenas de outros autores e eruditos dentro e fora do espaço anglófono, mas ainda de impressores como William Stansby e os irmãos Elzevier, de Leiden, além de livreiros como Robert Martin, George Thomason e Menasseh ben-Israel⁴⁵. A partir do cultivo e expansão desses laços, Selden se colocava dentro de um circuito através do qual ele tanto conseguia efetivamente produzir suas obras de pensamento, como será em alguma medida examinado no capítulo seguinte, quanto colecionava o material que era necessário para confeccioná-las e reforçar o seu prestígio social como erudito.

A coleção de Selden era mais do que uma biblioteca profissional, isto é, um repositório contendo apenas alguns livros para a realização de algum trabalho cotidiano. A biblioteca particular de Selden ultrapassava, em larga medida, as coleções pessoais da maior parte dos profissionais da *common law*, a despeito do crescimento delas no decorrer dos séculos XVI e XVII, e até mesmo as bibliotecas institucionais das Inns of Court, as quais enfrentavam certo descaso e dificuldades para se estabelecerem de maneira sólida⁴⁶. Apesar disso, a biblioteca de Selden talvez fosse a maior expressão de certa tendência observada entre os profissionais do direito de se aproximarem do antiquarismo e do aparecimento na Inglaterra de outro tipo de biblioteca que se organizava em torno desse campo de interesse intelectual, aberto à interação e colaboração entre sujeitos de diferentes ocupações profissionais⁴⁷.

2.2. Colecionar é agregar

As bibliotecas de antiquários como Selden não apenas eram volumosas, diversificadas e preciosas naquilo que colecionavam. Elas faziam parte de amplas redes de informação que se organizavam dentro e fora da Europa, conferindo forma e dinâmica à república das letras, e não menos importante, constituindo sociabilidade a partir dos

⁴⁵ Julian Roberts, "Extending the frontiers", 318-9.

⁴⁶ J. H. Baker, "Common lawyers and the Inns of Court", in *The Cambridge History of libraries in Britain and Ireland: to 1640*, ed. Elisabeth Leedham-Green e Teresa Webber (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), 448-460; R. J. Schoeck, "The libraries of common lawyers in Renaissance England: some notes and a provisional list", *Manuscripta* 6, n. 3 (1962): 155-67.

⁴⁷ R. J. Schoeck, "The Elizabethan Society of Antiquaries and men of law", *Notes and Queries* (1954): 417-21; Richard Ovenden, "The libraries of antiquaries (c. 1580-1640) and the idea of a national collection", in *The Cambridge History of libraries in Britain and Ireland: to 1640*, ed. Elisabeth Leedham-Green e Teresa Webber (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), 527-61.

papeis, objetos, notícias, ideias e valores que eram colecionados e postos para circular⁴⁸. Colecionar significava, portanto, juntar objetos e fazer agregados.

Esse circuito de relações que mobilizava materiais e sujeitos abre-se à observação em um momento crucial para a coleção de Selden (e, na verdade, para todo grande acervo): a ocasião da morte do proprietário e do destino a ser dado para o material colecionado.

Volta-se à morte de Selden, que já foi explorada de certo modo no capítulo anterior, agora para tratar da destinação daquilo que era, para ele, o seu maior tesouro. O testamento do autor, datado de 11 de junho de 1653, nomeava quatro de “meus amados amigos” (a saber, Edward Heyward, John Vaughan, Matthew Hale e Rowland Jewks, todos eles ligados ao Inner Temple) como testamenteiros e responsáveis pela realização da vontade de Selden⁴⁹. Além de herdarem algum dinheiro e, sobretudo, o controle das finanças do autor, as quais não eram pouco expressivas graças à herança que Selden recebera de Elizabeth Grey, condessa de Kent, os amigos e testamenteiros tinham a responsabilidade de fazer cumprir a vontade do falecido no que dizia respeito à sua coleção. A coleção de livros impressos, manuscritos e objetos de Selden ocupa um lugar de destaque num apêndice ou codicílio, anexado ao testamento e que distribuía os bens do autor de maneira mais precisa. Os livros estão em primeiro lugar na listagem do codicílio. Nas palavras de Selden,

Primeiro, a respeito dos meus livros, dou e deixo à posteridade todos e quaisquer manuscritos meus, de outra forma não indicados por mim, que estiverem em Hebraico, Árabe, Persa, Turco ou qualquer outra Língua comumente entendida sob o nome Oriental ou também em Grego [haveria aqui uma omissão no documento, que continuaria assim: “ao Chanceler, Mestres e Eruditos da Universidade de Oxford”]. Junto deles também um manuscrito em Latim sobre Dares Frígio, Paulo Orósio, Jordanes e alguns outros, somados ao Códice de Teodósio, Sentenças de Paulo etc. E ademais todos os livros Talmúdicos e Rabínicos (se algum desses tiver dentre os meus) que já não estejam na biblioteca, respectivamente mencionados daqui em diante, ou que não sejam da mesma edição. Todos os meus

⁴⁸ Essa relação entre o colecionar e a formação de redes de sujeitos e instituições letradas na Idade Moderna tem sido explorada pela literatura especializada, sobretudo no que diz respeito à filosofia natural e à circulação de objetos dos gabinetes de curiosidade e museus. Aqui, trata-se de explorar as redes de relação que atravessavam particularmente o entorno de Selden e que se faziam a partir da circulação de livros e manuscritos. Para mais informações, conferir: Paula Findlen, *Possessing nature: museums, collecting, and scientific culture in early modern Italy* (Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996); Paula Findlen, ed., *Empires of knowledge: scientific networks in the early modern world* (London, New York: Routledge, 2019), 1-22.

⁴⁹ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: liii-lvi.

outros livros, pergaminhos e papéis de todo o tipo, os quais não indicar no Codicilo ou em outro lugar, dou e deixo à posteridade aos testamenteiros da minha última Vontade e Testamento para uso e benefício deles. Mas, desejando que eles antes os repartam entre si, disponham deles de outra forma ou, o mais preferível, [encaminhem] para algum uso público ao invés de colocá-los em algum leilão comum. Talvez seja bom [colocá-los] em uma biblioteca pública conveniente ou em uma faculdade dentro de uma das Universidades.⁵⁰

Certos manuscritos e livros, cuja raridade é sugerida pelos idiomas e assunto que continham, eram expressamente legados por Selden à biblioteca da Universidade de Oxford, enquanto os demais livros, pergaminhos e papéis ficavam de posse dos testamenteiros, mas com uma recomendação clara de que todo o material fosse doado para alguma instituição que tornaria os livros públicos e úteis. Esse foi o destino dado por Selden para os manuscritos supracitados e para outros materiais de sua coleção. No mesmo codicílio, ele destinava seus livros de medicina “ao presidente e ao College of Physicians, os *Aforismos* de Hioócrates em árabe, bem como todo e qualquer livro dentre os meus manuscritos de línguas orientais sobre medicina ou cirurgia”. E fazia o mesmo com as suas inscrições e estátuas gregas, doadas à Bodleiana, “desejando que elas sejam dispostas nas paredes da biblioteca pública”, assim como no caso de “um mapa da China feito belamente por lá, e em cores, junto de uma bússola naval de fabricação e marcações deles”⁵¹.

Apesar da recomendação contida no testamento de que os livros fossem, em geral, doados para alguma biblioteca pública e o fato de que diversos itens eram destinados (ou já estavam) para a biblioteca oxoniense, a Bodleiana receberia a coleção de Selden apenas cinco anos depois da morte do colecionador. Os testamenteiros procuraram as bibliotecas das Inns of Court, oferecendo a coleção de Selden, respectivamente, ao Inner Temple,

⁵⁰ “First, Concerning my books, I give and bequeath all and every my manuscripts, not otherwise hereafter disposed by me, that are in Hebrew, Syriak, Arabick, Persian, Turkish, or any other Tongue usually understood by the name of Oriental, or in Greek too; as also with them a manuscript in Latin concerning Dares Phrygius, Paulus Orosius, Jornandes, and some others, together with Theodosius his Code, Pauli Sententiae, &c. And further also all such Talmudical and Rabbinical books (if any such I have among mine) as are not already in the library, respectively hereafter mentioned, or are not there of the same edition, and all other my books, parchments and papers whasoever, which I shall not otherwise dispose of in this Codicil, or elsewhere, I give and bequeath to my executors named in my last Will and Testament to their own use and behoof: But desiring them rather to part them among themselves, or otherwise dispose them, or the choicest of them, for some publick use, than put them to any common sale: It may do well in some convenient library publick, or of some college in one of the universities” (David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: lv). O pequeno e relevante acréscimo que, de fato, destina dos livros à Bodleian Library está registrado em: Gerald J. Toomer, *John Selden*, 793 n. 24.

⁵¹ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: lv.

Lincoln's Inn e Middle Temple⁵². A despeito do vínculo forte e duradouro de Selden e dos seus testamentários com as Inns of Court, a doação se mostrava onerosa demais para instituições que, até aquele momento, tinham bibliotecas discretas e não dispunham de meios suficientes para atender as exigências dos doadores. As demandas dos testamentários foram preservadas em uma carta manuscrita (MS Selden Supra 110) enviada à Bodleiana e assinada por três dos testamentários de Selden – falta no documento a assinatura de Edward Heyward que morreu em 1658⁵³. Na carta fica evidente o alto custo da operação: a instituição beneficiada deveria construir ou delimitar um espaço específico para manter toda a coleção, custear o transporte dos livros e manuscritos e a acomodação deles para consulta, bem como arcar com as despesas de alguém responsável pela supervisão desse trabalho de recepção e pelo tratamento e manutenção da coleção, isto é, pela identificação de duplicatas, a elaboração de um catálogo da coleção e a inspeção periódica da coleção. Todas essas exigências demandavam, quando se lembra do volume e preciosidade da coleção de Selden, uma estrutura em termos materiais e humanos que poucas instituições teriam condições de oferecer – e mesmo os bibliotecários da Bodleian frustraram a expectativa de que, em apenas um ano, haveria um catálogo para a coleção.

A carta dos testamentários traz não apenas o ônus para se manter uma coleção como aquela de Selden, mas ainda as razões e temores em fazê-lo. É dito, na primeira exigência, que os livros sejam “mantidos juntos numa pilha e corpo distinto e único, sob o nome de Biblioteca do Sr. Selden”; na segunda, que eles “sejam acomodados e para sempre, daqui para frente, contidos juntos numa nova construção” e “com uma inscrição no lugar onde ficarão”; na terceira, que sejam disponibilizados para uso público “sem qualquer dissipação, venda, fraude ou remoção deles ou de qualquer um deles” bem como “sem qualquer entrega ou empréstimo deles ou de qualquer um deles do dito Repositório para qualquer pessoa ou sob qualquer pretensão”; na sexta exigência, que anualmente acontecesse uma inspeção para identificar “qualquer distração, extravio, perda ou dano aos referidos Livros possam ser descobertos de maneira preventiva”, de modo que livros perdidos e inutilizados “sejam oferecidos novamente no mesmo lugar e salão às custas da referida Universidade sob o mesmo uso, título e garantia, como se tivessem sido

⁵² Gerald J. Toomer, *John Selden*, 793 n. 27-8.

⁵³ “Proposals by the Executors of John Selden Esq. touching the setting of the Bookes of the said John Selden”, in MS Selden Supra 110 (Oxford: Bodleian Library, 1659), f. 60-1.

originalmente enviados pelos ditos Executores”. Quatro dentre as nove propostas encaminhadas pelos testamenteiros de Selden expressavam, de maneira direta, a absoluta necessidade de se manter a integridade da coleção e evitar a dissipação (e, em alguma medida, a circulação) dos seus itens para assim resguardar a “perpétua Memória e honra do referido John Selden”.

A preocupação com a integralidade e o medo da dispersão também aparecem nos rumores que circulavam na época sobre a doação da biblioteca de Selden e sugerem que esses eram elementos simbólicos que estruturavam as relações entre os colecionadores, seus livros e manuscritos, bem como seus amigos.

O mais conhecido desses rumores dizia que Selden, bem no final da vida, teria ficado furioso com a resistência da Bodleiana em emprestar a ele certos manuscritos e que, por isso, teria desistido de repente daquilo que registrara em testamento. A versão mais extensa dessa história é contada por Gilbert Burnet em *The life and death of sir. Matthew Hale (1681)*⁵⁴:

Sua Biblioteca [de Selden] era avaliada em alguns milhares de libras e acreditava-se ser uma das mais curiosas Coleções da Europa. Por isso, eles [os testamenteiros] tomaram a decisão de mantê-la inteira pela Honra da Memória de Selden e doá-la para a Universidade de Oxford, onde um salão nobre foi acrescentado à antiga Biblioteca para a recepção [da coleção] e todo o respeito devido foi mostrado pelo Grande e Erudito Corpo [da universidade] aos valorosos Benfeitores [os testamenteiros], os quais não apenas se desfaziam tão generosamente desse grande Tesouro, mas eram meio que obrigados a isso, sem infringir o Testamento do falecido Amigo deles. O Sr. Selden teve uma vez o intuito de dar sua Biblioteca para aquela Universidade e assim deixou no seu Testamento, mas pedindo a ocasião um Manuscrito que pertencia à biblioteca [da universidade], foi exigido dele uma Garantia de mil libras para a Restituição do mesmo. Ele recebeu isso tão mal que arrancou a parte do Testamento em que doava a Biblioteca e tomado pela paixão declarou que eles nunca a teriam. Os testamenteiros ficaram imobilizados por isso um tempo, mas, levando em conta o melhor, chegaram à Resolução de que eles eram os testamenteiros da Vontade de Selden, não da Paixão dele, por isso fizeram aquilo que ele havia desejado quando estava com o Sangue frio e abandonaram o que a Paixão tinha sugerido a ele.⁵⁵

⁵⁴ John Aubrey contava a mesma história, porém de maneira sucinta: “He [Selden] intended to have given his owne library to the University of Oxford, but received disobligation from them, for that they would not lend him some MSS.; wherefore by his will he left it to the disposal of his executors, who gave it to the Bodlean library, at Oxon” (John Aubrey, *Brief Lives*, 2: 224).

⁵⁵ O trecho de Burnet como um todo é ainda mais interessante ao apresentar a tentação que a coleção de Selden teria sobre o principal dos testamenteiros, Matthew Hale: “In the share that fell to him

A reação apaixonada de Selden diante do tratamento dado a ele pela biblioteca, que se recusava a tratá-lo de acordo com o prestígio do qual desfrutaria na comunidade letrada, não serviria para efetivamente reparar a sua honra. Muito pelo contrário, punha-se em risco a monumentalização da memória do próprio Selden. Tanto na carta dos testamenteiros quanto no presente relato associava-se a “honra da Memória de Selden” à preservação de certa integralidade do conjunto de livros e manuscritos reunidos pelo colecionador durante a vida. Dispersar essa coleção era desfazer a monumentalização de Selden através da sua biblioteca e esse “sua” deve ser entendido aqui em sentido abrangente, dado que estava previsto na carta dos testamenteiros que os itens inutilizados da coleção fossem substituídos por outros “como se tivessem sido originalmente enviados pelos ditos Executores”. O conjunto dos livros (e não cada livro individualmente) é o que asseguraria a originalidade da coleção e, sobretudo, a fama de Selden enquanto erudito digno de admiração.

Nesse sentido, os amigos deveriam servir como algo mais do que executores formais da vontade do falecido. Eles seriam também intérpretes daquilo que melhor atenderia aos interesses simbólicos do morto. E, no caso de um colecionador, boa parte desse trabalho consistiria em salvaguardar a coleção da dispersão. Afinal, todo esse ajuntamento de destroços do naufrágio do tempo corria o risco de, com a morte do proprietário, ser desfeito pela força centrífuga daquele mesmo temporal que fragmentara

[Matthew Hale] by Mr. Selden's Will, one memorable thing was done by him, with the other Executors, by which they both shewed their regard to their dead Friend, and their Love of the Publick; His Library was valued at some Thousands of pounds, and was believed to be one of the curiousest Collections in Europe: so they resolved to keep this intire, for the Honour of Selden's Memory, and gave it to the University of Oxford, where a noble Room was added to the former Library for its Reception, and all due respects have been since shewed by that Great and Learned Body, to those their worthy Benefactors, who not only parted so generously with this great Treasure, but were a little put to it how to oblige them, without crossing the Will of their dead Friend. Mr. Selden had once intended to give his Library to that University, and had left it so by his Will; but having occasion for a Manuscript, which belonged to their Library, they asked of him a Bond of a Thousand pound for its Restitution; this he took so ill at their hands, that he struck out that part of his Will by which he had given them his Library, and with some passion declared they should never have it: The Executors stuck at this a little, but having considered better of it, came to this Resolution; That they were to be the Executors of Mr. Selden's Will, and not of his Passion; so they made good what he had intended in cold Blood, and past over what his Passion had suggested to him. The parting with so many excellent Books, would have been as uneasie to our Iudge, as any thing of that nature could be, if a pious regard to his friends Memory had not prevailed over him; for he valued Books and Manuscripts above all things in the World: He himself had made a great and rare Collection of Manuscripts belonging to the Law of England; he was Forty years in gathering it: He himself said it cost him about fifteen Hundred pounds, and calls it in his Will, a Treasure worth having and keeping, and not fit for every Mans view; These all he left to Lincoln's Inn, and for the Information of those who are curious to search into such things; there shall be a Catalogue of them added at the end of this Book” (Gilbert Burnet, *The life and death of sir. Matthew Halle*, London: Printed for William Shrowsbery, 1681, 154-157).

realidades historicamente constituídas e criara as condições para o surgimento de coleções como aquela de Selden. Estava para além da agência individual do colecionador garantir que a coleção se transformasse num momento capaz tanto de atestar quanto desafiar a passagem do tempo. Esse temor da dispersão, assim como a gratidão e confiança nos amigos aparecem no próprio testamento de Selden, onde o colecionador repartia seus bens, inclusive livros e manuscritos, mas dizia aos amigos que “eles antes os repartam entre si, disponham deles de outra forma ou, o mais preferível, para algum uso público ao invés de colocá-los em algum leilão comum”.

Em contraposição aos amigos que poderiam salvaguardar a integralidade (ou algo próximo disso) do material colecionado, a ganância e o dinheiro agiriam em sentido contrário. Aqui é oportuno trazer a segunda narrativa sobre a doação da biblioteca de Selden, pois nela o medo da dispersão vem acompanhado pela ação do dinheiro. A história diz que, em 1649, oficiais e *fellows* do Magdalene College em Oxford teriam encontrado uma grande soma em moedas de ouro, deixadas por um dos antigos presidentes da instituição, Lawrence Humphrey, para custear futuros reparos ao college. A decisão tomada pelos descobridores, todavia, não foi empregar a quantia para aquilo que fora destinada, mas a repartir segundo a posição hierárquica dos membros do *college*. Isso teria escandalizado Selden. Em *The church-history of Britain* (1655), dizia-se o seguinte:

Estou seguro que um grande Antiquário recentemente falecido (rico tanto em seus bens quanto no saber) ao ouvir sobre isso abandonou todas as suas intenções de beneficiar Oxford ou qualquer outro lugar, suspeitando de que fossem desviadas para outros usos. No mesmo testemunho ele disse com animosidade, *eu acredito que o melhor jeito de um homem perpetuar a sua memória é procurar o Papa para ser canonizado como um Santo, pois assim ele será seguramente lembrado no Calendário deles* [dos católicos]. Enquanto isso, ao contrário, vejo toda a *caridade Protestante* sujeita à *cobiça* da *posteridade* em devorá-la e enterrar o doador no *esquecimento* [grifos do autor]⁵⁶

Memória e esquecimento surgem como lugares de chegada opostos no circuito da dádiva. Por um lado, o doador desejaria perpetuar seu renome pela manutenção da integralidade e da intencionalidade da sua coleção. Por outro lado, os beneficiários

⁵⁶ “Sure I am, a great Antiquarie lately deceased, (rich as well in his state, as learning) at the hearing hereof quitted all his intentions of benefaction to Oxford or any place else, on suspicion it would be diverted to other uses. On the same token that he merrily said, I think the best way for a man to perpetuate his memory, is to procure the Pope to Canonize him for a Saint, for them he shall be sure to be remembered in their Calender: Whereas otherwise I see all Protestant charity subject to the covetousness of posterity to devour it, and bury the donor thereof in oblivion” (Thomas Fuller, *Church history*, IX 234).

poderiam apenas devorar a coleção para ganho pessoal e em detrimento do doador. A caridade poderia ser corroída pela cobiça e, pior ainda, no caso de coleções como aquela de Selden, convertendo à homogeneidade do dinheiro itens valiosos justamente pela sua particularidade. Não é de se estranhar que, na ausência de um compromisso claro e consolidado dos beneficiários com o doador, um colecionador como Selden desejasse que alguma autoridade, imbuída de poder político e sagrado, salvaguardasse a memória do doador e afastasse definitivamente a coleção dos perigos comezinhos e profanos.

Se até aqui a biblioteca de Selden trouxe à tona o desejo de preservação e o medo da dispersão como elementos socialmente estruturantes do colecionar, é oportuno deslocar-se para outra coleção particular e examinar como a circulação de livros, manuscritos e pessoas convertia o ato de colecionar em prestígio. As coleções aproximavam curiosos e, no caso dos antiquários, organizavam toda uma atividade intelectual que se fazia, em larga medida, de maneira coletiva. E embora Selden tivesse feito naquela época a maior doação de livros e manuscritos a Bodleian Library, a grande biblioteca de referência para antiquários, estudiosos e autoridades em geral era aquela de Sir Robert Cotton (1570/1-1631).

Selden era tributário dessa biblioteca e foi amigo próximo do proprietário. Selden dedicou e fez elogios a Cotton em algumas de suas obras. A dedicatória mais antiga feita por Selden ao amigo está em *Analecton Anglo-Britannicon* (1607): “ao nobilíssimo por virtude, estirpe e estudos, admirador da veneranda antiguidade, sumo doutor Robert Cotton”⁵⁷. Nobre em todos os sentidos, Cotton foi uma presença de primeira grandeza na trajetória de Selden e celebrado nos prefácios de *Eadmer* da Cantuária (1623), *Marmora Adundeliana* (1628) e também de *Eutíquio de Alexandria* (1642). Ainda na juventude, Selden teria trabalhado como amanuense para Cotton e, dispondo de acesso à biblioteca, teria sido um dos responsáveis pela pesquisa documental que subsidiou a história de Henrique VII de Francis Bacon⁵⁸. O louvor de Selden a Cotton era dirigido a alguém de maior status social e político, cuja estirpe podia ser genealogicamente traçada até um ancestral comum com Jaime I (e se tratava de alguém reconhecido pelo rei como primo), e com o qual o erudito manteve uma amizade por toda a vida – e mesmo com a morte de Cotton, Selden se manteve próximo da família de Cotton. Apesar disso, as menções e

⁵⁷ John Selden, *Analecton Anglobritannicon* (Frankfurt: Officina Paltheniana, 1615), dedicatória.

⁵⁸ Daniel Woolf, “John Selden, John Borough and Francis Bacon’s History of Henry VII”, *Huntington Library Quarterly* 47, n. 1 (1984): 47-53.

agradecimentos públicos não eram submissão ou oportunismo a alguém hierarquicamente superior do ponto de vista social, mas diziam respeito ao acesso efetivo a livros e manuscritos sem os quais um antiquário como Selden seria incapaz de produzir suas obras. A relevância de Cotton e de sua biblioteca são bastante perceptíveis em *Historie of Tithes*. No itinerário delineado na bibliografia do livro, o qual foi mencionado no começo deste capítulo, a biblioteca de Cotton é uma parada obrigatória: ela abriga de longe a maioria das entradas, a saber, 51 documentos. Na dedicatória a Cotton, Selden dizia:

Nobre Senhor, a Justiça, não menos do que a Observância, obriga-me a inscrever essa História dos Dízimos em vosso nome. Grande parte dela foi emprestada a mim pela vossa sempre pronta Cortesia e hábil Direção, de modo que eu mais a restituo do que a ofereço a vós. E ela não pode deixar de receber estima ainda maior por causa do vosso interesse demonstrado por ela. Pois ter tomado de empréstimo vossa ajuda ou utilizado de vossa Biblioteca inestimável (que vive em vós) dá garantias a uma Diligência curiosa na busca pelas mais íntimas, menos conhecidas e mais úteis partes da Verdade Histórica das eras tanto do Passado quanto do Presente. Pois essa é a Verdade que vossa Humanidade livremente dispensa e tal é aquilo que, por conferência, é aprendido de vós.⁵⁹

A dedicatória operava uma ambiguidade significativa entre livros e pessoas. Há nela certa indeterminação não apenas entre o acervo de Cotton e a obra de Selden, mas também entre a biblioteca e o próprio Cotton. Ele é tanto o dono dos manuscritos consultados, copiados e reunidos por Selden quanto uma biblioteca de virtudes, que teriam inspirado Selden: de Cotton se poderia emprestar qualidades (cortesia, direção, ajuda), a ele seriam restituídos livros e honrarias, buscar-se-ia nele credenciais e garantias, assim como dele se poderia aprender verdades e gestos admiráveis. A biblioteca viveria em Cotton e ambos assim se confundiriam.

Apesar de sua importância, a biblioteca de Cotton não era uma coleção entesourada. Ela contrastava com os acervos institucionais, que se apresentavam dispersos e de difícil acesso para eventuais interessados⁶⁰. Espalhados por diversos edifícios e instituições (basta lembrar os lugares indicados na bibliografia de *Historie of*

⁵⁹ "Noble Sir, Justice, no lesse then Observance, urges me to inscribe this Historie of Tithes to your name. So great a part of it, was lent me by your most readie Courtesie and able Direction, that I restore it rather then giue it you. And it cannot but receiue an increase of estimation from your interest thus seen in it. For to have borowd your help, or usd that your inestimable Library (which lives in you) assures a curious Diligence in search after the inmost, least known and most usefull parts of Historicall Truth both of Past and Present Ages. For such is that Truth which your Humanitie liberally dispenses; and such is that which by conference is learned from you" (John Selden, *Historie of tithes*, to the most honord Sr Robert Cotton).

⁶⁰ Franklin S. Fussner, *Historical revolution*, 44-66.

Tithes), as bibliotecas e, sobretudo, os arquivos continham livros e documentos restritos à consulta pública, armazenando inclusive papéis com “segredos” da administração (os chamados *arcana imperii*) além de registros legais e financeiros – e tudo isso numa organização precária. Chegar a esses documentos exigia do potencial usuário uma combinação de recursos para driblar a dispersão, a desorganização e a arbitrariedade dos guardiões dessas coleções. Um dos repositórios indicados por Selden na sua história dos dízimos, o Office of Receipt ou Exchequer Court of Receipts, serve de exemplo dessa dificuldade cotidiana. Ele fazia parte de um conjunto formado por quatro arquivos em Westminster e “cada um desses tesouros era mantido trancado. Cada porta tinha três fechaduras, que requeriam três chaves separadas na custódia de três oficiais diferentes”, de modo que existiriam fundamentalmente quatro modos de acessar esse e outros repositórios: “(1) pagando as taxas; (2) consultando registros e transcrições de registros por meio de mãos privadas; (3) através de mandado oficial; e (4) por influência ou pelo patrono”⁶¹. Era raro, portanto, o acesso direto ao material desejado.

Tendo isso em vista, a biblioteca de Cotton se apresentava como uma exceção no meio letrado inglês. Selden atribuía à *Historie of Tithes* uma mesma qualidade que utilizava para qualificar a biblioteca de Cotton: ambas as coleções eram (ou deveriam ser) úteis. Ainda na dedicatória do seu livro, Selden dizia que “a Afetação tão estudada das Antiguidades nuas e estéreis” era uma tolice igual “à Negligência ou apenas ao desprezo vulgar pelas partes frutíferas e preciosas delas, as quais iluminam o Presente em matéria de Estado, Lei e História, e em favor do entendimento dos bons Autores”. Cotton sabia disso melhor do que ninguém e o valor de sua coleção estaria no fato de que ela estava disponível aos interessados, o que fazer das antiguidades objetos úteis para esclarecer as questões trazidas pelos mais diferentes curiosos do tempo presente.

A dedicatória de *Historie of Tithes* era apenas um dentre os vários elogios a Cotton e sua biblioteca. Ambos foram celebrados por eruditos de prestígio ainda maior naquela época, como William Camden, Isaac Casaubon e Jacques-Auguste de Thou⁶², e a reputação de Cotton foi intimamente associada à sua coleção – inclusive, mais devedora dela do que dos poucos e breves textos que Cotton efetivamente escreveu. Num elogio póstumo feito ao colecionador, a coleção era a principal das suas qualidades: “estava sempre em busca

⁶¹ Franklin S. Fussner, *Historical revolution*, 53, 64.

⁶² Thomas Smith, *Catalogus librorum manuscriptorum Bibliothecae Cottonianae* (Oxonii: Theatro Sheldoniano, 1696), xlvi-l.

da virtude e do Conhecimento. Era incansável na procura e pesquisa da Antiguidade e de uma maneira generosa e custosa, como evidenciam seus arquivos e sua biblioteca copiosa. Por isso, ele pode muito bem figurar entre os valorosos”⁶³.

Cotton e sua biblioteca estavam no centro do empreendimento antiquário e, em certa medida, da cultura letrada e política da Inglaterra no início do século XVII⁶⁴. Ambos formavam uma instituição de referência para eruditos e letrados em Londres, dado que as bibliotecas de ambas as universidades não estavam à mão, o acervo das Inns of Court era discreto e restrito aos profissionais do direito e, por fim, arquivos e bibliotecas da administração pública estavam espalhados pela cidade e desorganizados. Cotton assegurava a letrados, eruditos e autoridades de diversas origens e afiliações político-religiosas um acesso relativamente fácil a material bastante precioso: o núcleo da coleção reunia por volta de mil itens, sobretudo manuscritos relevantes para a história igreja e medieval, isto é, sobre leis, instituições, costumes e religião, como cópias medievais da Magna Carta, de Beowulf e de Chaucer. E essa biblioteca existia graças à fortuna familiar de Cotton, suas inclinações intelectuais particulares e, não menos importante, o interesse e gratidão de todo um círculo de letrados organizado em torno dele, constituído especialmente por juristas e antiquários.

A coleção de Cotton se formou na circulação. Os primeiros manuscritos da biblioteca foram adquiridos na esteira do ingresso do colecionador nas Inns of Court, em 1588, e também da fundação da Sociedade dos Antiquários de Londres, em 1586, da qual Cotton participava ao lado de William Camden e Henry Spelman. Os antiquários se reuniram de maneira periódica entre 1586 e 1605 e nesses encontros eles discutiam questões propostas previamente sobre o passado das instituições e das leis na Inglaterra⁶⁵.

⁶³ Robert Cotton, *Cottoni posthuma: divers choice pieces of that renowned antiquary Sir Robert Cotton*, org. James Howell (London: Printed by Francis Leach, 1651), to the knowing Reader.

⁶⁴ Kevin Sharpe, *Sir Robert Cotton 1586-1631: history and politics in Early Modern England* (Oxford: Oxford University Press, 1979), 48-83. Colin G. C. Tite, *The manuscript library of sir Robert Cotton* (London: British Library, 1994). Kevin Sharpe, “Rewriting sir Robert Cotton”, in *Sir Robert Cotton as collector: essays on an early Stuart courtier and his legacy*, ed. C. J. Wright (London: British Library, 1997), 1-39. Colin G. C. Tite, *The early records of Robert Cotton’s Library: formation, cataloguing, use* (London: British Library, 2003). Richard Ovenden, “The libraries of the antiquaries”, 527-61. Graham Parry, *Trophies of time*, 70-94.

⁶⁵ Nessas reuniões eram apresentados diferentes textos sobre o assunto em questão e diversos deles foram transcritos e publicados em *A Collection of Curious Discourses by Eminent Antiquaries* (1720), de autoria de outro antiquário, Thomas Hearne. Entravam em discussão temas como a antiguidade das leis inglesas, dos condados, das cidades, dos ofícios, privilégios e títulos. Para mais informações, conferir: Linda van Norden, “Sir Henry Spelman on the Chronology of the Elizabethan Society of Antiquaries”, *Huntington Library Quarterly* 13, n. 2 (1950): 131-60; Angus Vine, *In defiance of time*, 51-79.

As aquisições de Cotton parecem responder a esses encontros e a institucionalização do estudo das antiguidades se apresentava com tal importância que, em 1602, os antiquários da sociedade enviaram uma petição à Elizabeth I em favor da construção de uma biblioteca e do estabelecimento de uma academia histórica, já que “a preservação da história e antiguidade, com as quais as universidades, há muito ocupadas com as artes, têm pouco cuidado ou consideração”⁶⁶. Apesar do fracasso dessa iniciativa e da desorganização da sociedade dos antiquários, a coleção de Cotton cresceu e continuou servindo de ponto de apoio para letrados interessados em história. Essa ampliação dependia também de certo apadrinhamento encontrado, primeiro, no conde de Northampton, Henry Howard (1540-1614), e, depois, no conde de Arundel, Thomas Howard (1586-1646). Eles facilitavam a Cotton o acesso (e a possibilidade de cópia) a documentos de Estado, que apesar de manipulados com certa liberalidade, não estavam simplesmente disponíveis para consulta.

A amizade e o patronato eram modos de relação social que se misturavam e juntos configuravam a interação entre Selden e Cotton, bem como de Cotton com diversos letrados, aristocratas e autoridades. Vinham à biblioteca dele antiquários e historiadores conhecidos da época, como William Camden, o qual fora professor de Cotton, Walter Raleigh (1551/2-1618), John Speed (1551/2-1629), Henry Spelman, Edmund Bolton, James Ussher (1581-1656), Simonds D’Ewes (1602-1650), além, evidentemente, do próprio Selden. Também recorriam a ela estudiosos da língua saxônica, como William L’isle (1569-1637), assim como sujeitos de interesses artísticos e literários, dentre os quais Inigo Jones (1573-1652) e Ben Jonson (1572-1637). Advogados e juízes não faltavam, além de heraldos, como Richard St. George (1550-1635), William Segar (1564-1633) e Augustine Vincent (c.1584-1626). Não se pode esquecer, por fim, das autoridades. Além de William Laud (1573-1645), que foi arcebispo da Cantuária, bispos de Winchester, Norwich e Salisbury também eram usuários da biblioteca, bem como figuras da nobreza, como o próprio Jaime I, a rainha, Ana da Dinamarca (1589-1619), e altos funcionários, como Francis Bacon, Ralph Winwood (1563-1617) e Fulke Greville (1554-1628).

A lista de empréstimos da biblioteca de Cotton se assemelhava a uma coluna social, dada a importância dos nomes ali registrados, e sob o signo da amizade os livros

⁶⁶ Thomas Hearne, “A project touching a Petition to be exhibited unto her Majesty (Queen Elizabeth) for the Erecting of a Library and an Academy for the Study of Antiquities and History”, in *A collection of curious discourses written by eminent antiquaries* (London: Printed by and for W. and J. Richardson, 1771), 2: 326.

iam e vinham. Dentre os muitos elogios feitos a Cotton, um bastante comum, além de 'douto' ou 'erudito', era chamá-lo de 'amigo' ou mesmo 'amicíssimo'. Os textos que reunira viajavam de mão em mão na vasta rede de amigos do colecionador, os quais a ele escreviam na busca de notícias, livros e documentos. Nessa dinâmica, Cotton recebia e dava muitos presentes. Por um lado, chegavam a ele livros, manuscritos e papéis administrativos do Estado, que eram incorporados a sua coleção. Por outro, itens da sua coleção tornavam-se parte de outras coleções, como se deu com livros de Cotton que foram parar na biblioteca de Selden, assim como determinados empréstimos não eram devolvidos, como faria com frequência o conde de Arundel, patrono de Cotton. Apesar desses desfalques, tratava-se de um círculo virtuoso: quanto mais trocas, mais livros, e maior a importância dada à coleção e ao colecionador. Os rendimentos fartos de que dispunha graças à fortuna familiar juntavam-se ao prestígio do qual gozava no meio letrado e autorizavam a Cotton receber diversos presentes, mandar fazer cópias de textos recebidos e também comprar itens e coleções de outros bibliófilos. A formação de uma coleção se fazia, em parte, na dispersão de outras coleções e, no caso da biblioteca de Cotton, foram adquiridos itens da coleção de lorde Lumley (1533-1609), do príncipe Henry (1594-1612) e de Robert Cecil (1563-1612). Esse vai-e-vem punha em circulação livros e manuscritos essenciais na produção de conhecimento, além de alimentar coleções particulares e o prestígio dos colecionadores.

A correspondência de Selden traz alguns exemplos de como esse material circulava nas tramas das relações pessoais⁶⁷. Em 6 de novembro de 1615, Selden escrevia a Cotton dizendo: "sou tão ousado quanto humilde de pedir a você que reserve para mim o uso de sua *Historia Journallensis*, assim como aquele pequeno tratado que deduz os negócios da igreja deste reino a partir da Grécia"⁶⁸. Em 9 de julho de 1616, recebia as seguintes palavras de Thomas Allen: "bom senhor Selden, eu envio a você este tratado de

⁶⁷ A correspondência de Selden está guardada na Bodleian Library (MS Selden Supra 108-109) e esse material foi todo transcrito e organizado por Gerald J. Toomer. Faz-se uso da transcrição, que está disponível gratuitamente para acesso remoto em: John Selden, "The correspondence of John Selden (1584-1654)", transcrição Gerald J. Toomer, in *Early Modern Letters Online*, ed. H. Hotson e M. Lewis <http://emlo.bodleian.ox.ac.uk/blog/wp-content/uploads/2015/01/selden-correspondence.pdf>.

⁶⁸ "I am so bold as humbly to request you to spare mee the use of your historia Journallensis, as also that litle treatise of deducing the church busines of this kingdome out of Greece. If it please you to spare them so, I humbly desire you to send them mee by this bearer, my man" (Selden para Cotton, 06 de novembro de 1615, in *The correspondence of John Selden*, 3)

Fortescue”⁶⁹. Uma carta do antiquário francês Peiresc, de 29 de janeiro de 1618, começava assim: “há muito tempo que deveria ter cumprido com esse dever, porque há muito que o senhor Camden enviou-me, de sua parte, um de seus livros, *De Diis Syris*”⁷⁰. Selden escrevia, em 24 de março de 1622, para o amigo, o bispo James Ussher: “meu senhor, eu deveria antes disso ter devolvido o seu *Nubiensis Geographia*, mas o senhor Bedwell o pegou de mim e até o presente momento, contando com o seu favor, o mantém com ele”⁷¹. Uma carta de Roger Dodsworth a Selden, de 28 de janeiro de 1624, começava da seguinte maneira “mandei fechado para você um Decreto de Walter Grayes e a anotação proveniente dos rolos da corte de Wakefield no condado de York” e continuava assim “eu pediria que me mandasse aqueles papéis que deixei contigo [...]: eles contêm três folhas, pelo que me lembro, e surgiu a ocasião de fazer uso delas”⁷². Já em uma carta de 25 de setembro de 1626, na ocasião da morte de Lancelot Andrewes, bispo de Winchester, Selden não deixava de expressar certo temor pela dispersão da coleção e, não menos importante, pelos livros de sua propriedade que estavam com o falecido. Dizia ele: “desejo com toda a força que a biblioteca dele seja mantida junta, ao menos até podermos dar uma olhada nela. Tenho lá algumas coisas que valorizo muito e outras coisas de menor importância. daquelas cuidaria eu mesmo, são um dicionário de Armênio (nunca vi outra cópia e Milorde emprestou de mim faz uns dois anos), e um Cedrenus, que ele está com ele e que preciso enviar para o Sr. Boswell. Esses dois não gostaria de perder. Tudo aquilo mais que a biblioteca tem que é meu, não sendo agora o melhor momento, saberei

⁶⁹ “Goode Mr Selden I had sent you this Tract of Fortescewe before this tyme, if I had fownde any fyttter means then by the common carrier whom I durste not trust wyth these lyttle pamphlets, for many tymes they be loste nowe having at owre Acta mett with an honeste frende who will have care to deliver it. I have sentt it unto you [...]” (Thomas Allen para Selden, 9 de julho de 1616, in *The correspondence of John Selden*, 10).

⁷⁰ “Il y a long temps que ie deuois m’estre acquise de ce deuoir, car il y a long temps que Mr Camdenus m’a enuoyé un de vos Liures de Diis Syris de vostre part. dont je vous dois estre dautant plus obligé que moins j’auois merité en vostre endroit l’honneur qu’il vous auoit pleu me faire, et des eloges reiterés tant de vostre propre main, que dans le discours de vostre Liure; desquels ie ne pouuois estre nullem digne” (Peiresc para Selden, 29 de janeiro de 1618, in *The correspondence of John Selden*, 10).

⁷¹ “My Lord, I should before this have returned your Nubiensis Geographia; but Mr. Bedwell had it of me, and until this time, presuming on your favour, he keeps it; nor can we have of them till the return of the Mart. Then I shall be sure to send yours through Mr. Burnet” (Selden para Ussher, 24 de março de 1622, in *The correspondence of John Selden*, 47).

⁷² “Worthy Sr. I haue sent you hereinclosed a Decree of Walter Grayes. and a note out of the court rolles of Wakefeild in Yorkeshire. [...]I would intreat you to send me those papers I left with you, when I parted from you, wch you said might be usefull to my lo: of Methe, and wch you said you would fixe in my books: they contayne 3 sheets as I remember, and I haue occasion to use them. I haue intreated my worthy frend Sr. Gilbert Houghton to call for them, who is one that much admires & magnifyes your noble meritt, to whom, I pray you, let them be sent when you haue caus’d such things to be transcribed as you like of [...]” (Roger Dodsworth para Selden, 28 de janeiro de 1624, in *The correspondence of John Selden*, 51).

quando estiver na minha [biblioteca], onde tenho algo que também era dele”⁷³. Alguns anos mais tarde, em 26 de novembro de 1632, Selden teria notícias de Alepo e o remetente da carta, John Wandesford, colocava-se à disposição para se aproveitar da dispersão das coleções locais e adquirir obras raras: “eu suplico que mande para mim, pois aqui há oportunidades frequentes para [a aquisição] livros que não são vendidos em lojas, mas apenas de bibliotecas particulares na ocasião da morte ou necessidade”⁷⁴.

Selden elogiava e falava com deferência a quem recorria em busca de livros e, em troca, era tratado com reverência por aqueles que desejavam a sua aprovação na condição de erudito ou algum texto de sua coleção. Apesar de certa horizontalidade propagandeada pela ideia de amizade, sobretudo entre estudiosos, a interação e comunicação entre letrados era atravessada pela verticalidade das posições sócio-políticas. Isso aparece nas cartas de Selden para Cotton. Nelas é comum Selden implorar por livros e favores, utilizando-se inclusive do verbo ‘implorar’ (to beseech), que era empregado por ele (ainda que não exclusivamente) na comunicação com figuras hierarquicamente superiores, como o duque de Buckingham e o conde de Essex. Para citar um episódio paradigmático, Selden escrevia da prisão, em 4 de julho de 1629, pedindo a Cotton pelos volumes do Talmude da Babilônia que estavam guardados no acervo da biblioteca de Westminster: “se isso for algo que se possa obter, eu imploraria a vós que os tomeis emprestados (pois a Biblioteca não está ainda estabelecida, de modo que os livros podem não ser emprestados segundo a vontade do fundador) de milorde de Lincoln e assim eu poderia fazer uso deles”. Ao que arrematava: “não seria tão grosseiro de pedi-los se eles estivessem naquele estado em

⁷³ “I hartily wish his library may be kept together, at least till we may see it. Something I haue in it that I value much & something els of slighter moment. That which I would take care of for my self, is an Armenian dictionary; I neuer saw other copy, & my L. borowed it of me some two yeeres since. a Cedrenus also he hath of mine, wch I must render to Mr Boswell. These two I would not willingly loose. What els his library hath of mine, is of no great moment, but I shall know it when I come into mine own where I haue something also that was his” (Selden para Cotton, 25 de setembro de 1626, in *The correspondence of John Selden*, 56-7).

⁷⁴ “I owe much too you for the Commaunde you laide upon me to receive him I should haue beene desirous too make use of his paynes to inquire you out some books to pesent you withal but indeede he himselfe maks Arabb his mistresse & is soe amorous that he is not willinge to part with any booke yet I gained one wch I shall intreate you to accept from me I suppose Mr Goole hath it I doe but in this lett you see I carrye a deutifull obsarvation of you & begin the way wheerein I would be sarviceable to you but least I should not make a good choice for you I pray you direct me ffor wee often have opportunityes heere for books wch are not sould in shopps but from the liberaries of particular upon death or necessity” (John Wandesford para Selden, 26 de novembro de 1632, in *The correspondence of John Selden*, 84).

que não pudessem ser convenientemente emprestados”⁷⁵. Selden se valia da importância de Cotton para transpor não apenas a limitação imposta pela sua condição de prisioneiro político, mas ainda, e o mais difícil, o interdito ao empréstimo por parte do fundador de uma biblioteca ainda incipiente. O fluxo do favor não era unidirecional e Selden buscava, apesar da assimetria existente, mostrar-se generoso e útil para Cotton. Numa carta de 24 de julho de 1624, Selden relatava ter visitado algumas bibliotecas em Cambridge e, chegando a Oxford, propunha ao amigo “se em minhas jornadas encontrar qualquer coisa que o agrade, tomarei todo o cuidado de trazê-la para você”⁷⁶. Selden também figurava como fonte de favor para outros letrados. É o caso do antiquário e orientalista John Gregory (1607-1646). Ele dizia o seguinte, com toda a cortesia hiberbólica dos letrados: “tendo reconhecido este favor, estou pronto para pedir por outro: que eu possa fazer uso de Valens [Vettius Valens] por mais uma semana e também se tiver aquele Thema Mundi, que é intitulado Valens Astrologus Antiochen em Leovicus [Cyprian Leovitius], e se você tiver aquele Paulus Alexandrinus citado por Scaliger Ad. Manil., na página 265 das Notas dele, ou o Panfleto de Cucheius no qual é disputado se o mundo foi criado na Primavera ou no Outono. Eu desejo intensamente que você os libere. Depois de uma semana eles serão seus novamente e eu, para sempre”⁷⁷.

Tais livros provavelmente chegaram às mãos do solicitante. A julgar pelo conjunto da correspondência, embora Selden raramente debatesse pesquisas e ideias com aqueles

⁷⁵ “Noble Sir, Your fauors are alwaias so great & ready upon all occasions to me that I take upon me the confidence to trouble you in all kinds. I have much time here before me, and there is in Westminster Library the Talmud of Babylon in diuers great volumes. If it be a thing to be obtained, I would beseech you to borow them (for the Library is not yet so settled as that books may not be lent if the founder will) of my Lord of Lincoln & so get me the use of them. But I would not be so unmannerly as to ask them if they be in that state that they may not conveniently be lent, the consideration whereof I leaue wholly to your fauor & iudgment. And I am euer” (Selden para Cotton, 4 de julho de 1629, in *The correspondence of John Selden*, 78).

⁷⁶ “[...] I haue already been at Cambridge where I spent some time in Bennet colledge library, & in other places there. this week I purpose to Oxford. for the collection of some things of moment which shall be all at your seruice as euey thing els must be that is mine. after I haue been here I come up to London. if in my iourneys I meet with any thing that will please you, I shall take all care to bring it to you [...]” (Selden para Cotton, 24 de julho de 1624, in *The correspondence of John Selden*, 51).

⁷⁷ “Sir You receiue at this tyme both ye Bookes Take alsoe I beseech you my Excuse for beeing soe unmannerly that haue bin soe ?bote with ye free disposition towards a pretender to schollarship for soe I can but account my selfe. Hauing acknowledged this fauour I am ready to aske another that I may use ye Valens one weeke noe longer & that is too if it hath that Thema Mundi which is intituled to Valens Astrologus Antiochen in Leouicius and if you haue that Paulus Alexandrinus cited by Scaliger Ad Manil. 265° page of his Notes or Cucheius his Pamphlet which disputeth whether the world were created in the Spring or Autumn I earnestly desyre you to spare them. After one weeke they shall bee yours againe and I my selfe always” (John Gregory para Selden, 02 de abril de ano desconhecido, in *The correspondence of John Selden*, 87-88).

que lhe escreviam, ele ocupava dentro da república das letras uma posição mais de doador do que de receptor ou solicitante de favores bibliográficos⁷⁸. Ele reunira no seu entorno letrados que eram majoritariamente mais jovens do que ele, como o próprio John Gregory, Patrick Young, Edward Pococke e Gerard Langbaine, com os quais trocava favores a partir de uma posição vantajosa; e mesmo sujeitos que figuraram como tutores na juventude, como Cotton e James Ussher, assumiriam uma posição de maior horizontalidade ao longo da vida de Selden. Esse jogo de posições não deve ocultar aquilo de mais fundamental: as trocas letradas eram mais do que um grande debate, elas faziam circular notícias e objetos que arrastavam consigo valores imateriais que se apresentavam na forma de obrigação, favor, honra e risco, sob a égide daquilo que se entendida por amizade e apadrinhamento. É nessa circulação que a república das letras como uma rede de comunicação adquiria contornos de natureza social, moral e política.

Atravessada pela amizade, o prestígio e o dinheiro, a circulação de livros e manuscritos que dava forma à atividade intelectual de Selden e tornava a biblioteca de Cotton uma coleção de referência para a comunidade letrada também poderia colocar em risco a formação dos acervos dos quais todos dependiam. Foi o que se deu com a biblioteca de Cotton⁷⁹. Apesar da importância adquirida entre os letrados, a biblioteca foi fechada por ordem de Carlos I, em 1629, na esteira do assassinato do duque de Buckingham e de um inquérito sobre a circulação de um panfleto sedicioso. Esse panfleto seria proveniente da coleção de Cotton e teria se tornado amplamente acessível, segundo uma fonte da época, a partir não da amizade com o colecionador, mas da ganância do bibliotecário responsável, de um copista e dos livreiros que desejavam fazer dinheiro com o manuscrito. Independentemente da verdade desse relato, o simbolismo engendrado por ele é notável: enquanto itens da coleção circulavam pela amizade e o favor, a biblioteca pôde crescer e se tornar uma divisa honorífica, porém no momento em que essa circulação se fazia por dinheiro, a coleção se tornava um risco político intolerável. A circulação cessou, Cotton morreu pouco depois e a sua coleção foi trancafiada pela família, acessível apenas aos mais íntimos, como era o caso de Selden.

No sentido contrário, o prestígio poderia abrir as portas para uma coleção restrita. É o caso do desentendimento entre Selden e a Bodleian Library. Na ocasião, diante da

⁷⁸ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 822-3.

⁷⁹ Para mais informações, conferir: Gonçalves, Bruno Galeano de Oliveira, "A história como coleção de antiguidades", 449-51.

solicitação feita por Selden para emprestar alguns manuscritos do acervo, Thomas Barlow, o bibliotecário, escreveu às autoridades da universidade firmando uma posição contrária. Como justificativa, trazia o estatuto do fundador da biblioteca, Thomas Bodley, o qual vetava o empréstimo de livros a qualquer pessoa, “sem a Solenidade Legal e Formalidade da Lei” que exigia aprovação do pedido de Selden por diversas instâncias da universidade⁸⁰. O motivo para isso era simples: emprestar livros indiscriminadamente arruinaria a biblioteca, cujos livros ficariam dispersos e alheios ao controle. O bibliotecário se valia do prestígio, da honra e da caridade em alguns pontos de sua argumentação. Uma das razões apresentadas para negar o empréstimo a Selden era que a biblioteca oxoniense manteve “religiosamente” a letra do estatuto de Bodley, mesmo diante de Carlos I, em 1645, e de Oliver Cromwell, naquele mesmo ano de 1654. Perguntava o bibliotecário de maneira retórica: “agora seria apropriado emprestar para uma Pessoa Inferior e negar ao Lorde Protetor? Ou pensaremos que o estatuto não satisfaz um Súdito quando Sua Alteza está de acordo?”⁸¹. O pedido de Selden deveria ser entendido, portanto, como extravagante e até mesmo despudorado, já que nem as maiores autoridades políticas da Inglaterra tiveram a pretensão de desrespeitar a normativa sagrada de que os itens da coleção não circulassem. Além disso, o empréstimo da biblioteca a um sujeito privado deporia potencialmente contra a “Honra da Universidade”, trazendo prejuízo público, caso, por exemplo, algum estrangeiro viesse à universidade para consultar um texto que lá não se encontrasse⁸². Por fim, a situação seria bastante simples: a biblioteca era uma

⁸⁰ Thomas Barlow, *Bishop Barlow's state of the case, whether any books may be lent out Sir. Thomas Bodley Library occasioned by Mr. Selden's soliciting the university certain MSS out of it* (s.l.: s.ed, 1670), ii.

⁸¹ “1. That the University hath hitherto esteemed the Founder's Will and Statute so sacred, that they have denyed so dispense with it, though to gratify the greatest Personages of this Nation. So Anno 1624, Williams Bishop of Lincoln, and then Lord Chancellor of England, would have borrowed Paulus Benius Eugubinus de dirimend. Controvers. de grat. & Lib. Arbit. but was denyed. Again Anno 1645. King Charles (then in Oxon) desidred to borrow Mr. D'Aubigne's History. Dr. Fell (the Vice-CHancellor) sends a Command to Mr. Rouse (then Head-Keeper of the Library) to deliver it. He goes to the King, and shews him the Statute, which being read, the King would not have the Book, nor permit it to be taken out of the Library; saying, it was fit that the Will and Statutes of the pious Founder should be Religiously observed. And April 1654. My Lord Protector sent his Letter to Mr. Vice-Chancellor to borrow a MS. (Job. de Muris) for the Portugal Ambassador. A Copy of the Statute was sent; (but not the Book) which, when his Highness had read, he was satisfy'd, and commended the Prudence of the Founder, who had made the Place so sacred. Now would it be thought proper to lend to an Inferior Person, and deny my Lord Protector? Or can we think that Statute will not satisfie any Subject, which his Highness was so well pleased with?” (Thomas Barlow, *State of the case*, iii-iv).

⁸² “3. Suppose three Books at a time be lent to any private Man, 'tis true, he is furnish'd, but 'tis manifestly to the Prejudice of the Publick, the University wanting those Books, while he has them: So that it any Foreigner coming hither from abroad should desire to see them, or any at home desire to use them, both are disappointed, to the Diminution of the Honour of the University in the one, and the Benefit it might have by those Books in the other. And therefore it seems most agreeable to reason, and

espécie de armazém, de acesso público, de modo que “é mais racional que Maomé vá à Montanha do que a Montanha deva ir a Maomé”⁸³. Essa montanha de livros e manuscritos deveria permanecer onde estivesse sob o risco de dispersar e se tornar menos admirável. Apesar disso, no diário de Anthony Wood está registrado, em 29 de agosto de 1654, que a biblioteca autorizou Selden a emprestar manuscritos da coleção: apenas três por vez, com o compromisso de devolvê-los no máximo em um ano e após um depósito de £100 para eventuais prejuízos⁸⁴. Mesmo não se tratando de uma autoridade política de primeira grandeza, Selden conseguia que, no interior da república das letras, a montanha se achegasse a Maomé.

2.3. Coleccionar é conhecer

Após explorar um primeiro sentido do ato de coleccionar que consistia na reunião de objetos e de pessoas e envolvia a atividade do antiquário em um circuito de sociabilidades materializadas, introduz-se agora um segundo entendimento: a coleção como demonstração ou resultado da operação de certos recursos ou ferramentas intelectuais e críticas. De volta à âncoragem do capítulo, *Historie of Tithes* não era uma coleção em forma de livro apenas porque ofereceria aos leitores um apanhado de vestígios recolhidos aqui e ali nos acervos acessíveis a Selden, mas também por torná-los úteis e capazes de dizer algo sobre o passado a partir de um tratamento intelectual específico. Desprovida de tratamento e de parâmetros de interpretação e correção, uma coleção não passaria de simples afetação ou de um ajuntado de velharias, como dizia Selden.

O prefácio da história dos dízimos de Selden é revelador nesse sentido. Nele estão explicitadas as duas disposições intelectuais dominantes na obra e em torno das quais Selden dava forma ao seu trabalho intelectual: o ceticismo e a filologia.

the Publick Good (and the declared Will and Precept of our Prudent and Pious Founder) not to lend any Books out of the Library: for by not lending, private Persons only want the use of those Books which are another's, whereas by lending, the University wants the Use of those Books which are her own. Sure no prudent Man can think it fit to gratify Particular Persons with the publick Detriment”. (Thomas Barlow, *State of the case*, iv).

⁸³ “4. The Library is a Magazine, which the Pious Founder hath fixed in a Publick Place, for a Publick Use: and though his Charity to private Persons is such, that he will hinder none (who is justly qualify'd and worthy) to come to it, yet his Charity to the Publick is such that he would not have it Ambulatory, to go to any Private Person. And sure 'tis more rational that Mahomet should go to the Mountain, than that the Mountain should come to Mahomet” (Thomas Barlow, *State of the case*, iv).

⁸⁴ Anthony Wood, *The life and times of Anthony Wood*, 187.

Embora se tratasse de uma tradição filosófica de peso na Antiguidade, o ceticismo em grande medida desapareceu durante séculos na Europa medieval e foi redescoberto na Idade Moderna, tornando-se rapidamente uma referência intelectual relevante para o pensamento na época e até nos dias de hoje⁸⁵. Essa redescoberta do ceticismo, sobretudo em sua vertente mais radical, o pirronismo, ocorreu fundamentalmente no bojo do humanismo e do seu apreço pelos manuscritos e aos antigos, no decorrer dos séculos XV e XVI. Um marco nesse processo foi a publicação, em latim, de textos do filósofo grego Sexto Empírico, na década de 1560, que traziam uma perspectiva do ceticismo até então pouco acessível aos letrados europeus. Em linhas gerais, o pirronismo rejeitava tanto a afirmação de que seria possível obter algum conhecimento seguro quanto de que não seria possível alcançar tal patamar de certeza. Nessa encruzilhada teórica, o ceticismo radical recomendava a manutenção da dúvida e a suspensão do juízo. Exemplos paradigmáticos do enraizamento dessa posição filosófica na vida intelectual dos séculos XVI e XVII são Montaigne (1533-1592) e Descartes (1596-1650). O contato com esse tipo de ceticismo resultou, no caso do primeiro, numa profunda crise do pensamento em que se contestou o estabelecimento de uma filosofia perene e também uma teologia racional; no caso do segundo, o desafio representado pelo ceticismo fez da dúvida uma abertura para atividade de conhecimento e diante da qual os pressupostos metafísicos precisariam encontrar sustentação. Apesar da radicalidade da dúvida que instituiu, o pirronismo não negava de saída a possibilidade de se obter algum conhecimento, como se propunha o ceticismo acadêmico, então amplamente conhecido através de Cícero, mas trazia consigo um convite à busca permanente, de modo que surgiram, na época, versões mitigadas do ceticismo pirrônico no bojo de propostas modernas de conhecimento.

É o que aparece em Selden. A despeito das diferenças substanciais entre o ceticismo acadêmico e o pirrônico, ambos eram encarados pelo antiquário de maneira genérica para daí se valer da dúvida para orientar a obtenção de algum conhecimento:

Pois os antigos Céticos, que nunca professariam ter encontrado a Verdade, mostraram, porém, o melhor caminho para se buscar por uma, quando duvidaram igualmente do que aqueles das seitas Dogmáticas muito credulamente aceitavam como Princípios infalíveis, assim como das novas Conclusões. Eles [os antigos céticos] eram, de fato, inquestionavelmente

⁸⁵ Richard Popkin, *The history of skepticism: From Savonarola to Bayle* (Oxford: Oxford University Press, 2003), 17-43. O ceticismo e, sobretudo, o pirronismo encontrou guarida no pensamento filosófico brasileiro, como atestam os trabalhos: Oswaldo Pereira Porchat, *Rumo ao ceticismo* (São Paulo: Editora Unesp, 2007); Plínio Junqueira Smith, *O ceticismo sob suspeita* (São Paulo: Scientiae Studia, 2022).

muito lascivos e enganavam a si mesmos com a vivacidade dos seus Sofismas, os quais não permitiam tipo algum de Verdade estabelecida. Mas, evidentemente, aquele que evita as disputas Levianas deles e ainda, sendo capaz, toma para si a Liberdade deles de Investigação está no único caminho que em todos os tipos de estudos conduz e revela o Santuário da Verdade, enquanto os outros, que são servos da Opinião comum e das suposições vulgares, dificilmente podem esperar serem admitidos mais perto do que aos pés do Templo dela [da verdade], onde de maneira tão enganadora fingem ser seu mais íntimo Santuário.⁸⁶

Mitigado tanto na radicalidade teórica quanto na exibição argumentativa, o ceticismo afastaria o sujeito de conhecimento dos dogmas e da servidão às opiniões, de modo a instituir um estado de liberdade a partir do qual (e somente por meio dele) se chegaria à verdade em todo e qualquer tipo de estudo. No que diz respeito às antiguidades, a dúvida e também a conjectura expressariam tal compromisso quase religioso de contrariar o dogmatismo bem como a natureza incompleta e cumulativa desse tipo de conhecimento. O apelo ao ceticismo seria um ponto de partida comum aos antiquários modernos que daí se afastavam dos demais historiadores e buscavam conhecimento histórico no exercício de um método sistemático de observação, inspirado em Galileu, das evidências oriundas do passado, sobretudo aquelas não-literárias, como inscrições, moedas e afins⁸⁷.

Essa atitude intelectual circulava no entorno de Selden. Volta-se aqui a Bacon, já que nele também a dúvida tinha lugar de destaque na produção do conhecimento. Ele denunciava que, nos estudos doutos, havia certo “deleite em enganar e a propensão a ser enganado, a impostura e a credulidade”⁸⁸. Essa “prontidão para crer, e aceitar ou admitir coisas de pouca autoridade ou garantia” seria de dois tipos: com relação às histórias (isto é, “como dizem os homens de leis, os fatos”) ou matérias de arte e opinião. A respeito do primeiro tipo, que é o que interessa aqui, dizia ele o seguinte:

⁸⁶ “For the old Sceptiques that neuer would professe that they had found a Truth, shewd yet the best way to search for any, when they doubted aswell of what those of the Dogmaticall sects too credulously receiud for infallible Principles, as they did of the newst Conclusions. they were indeed questionlesse too nice, and deceiud themselues with the nimbleness of their own Sophismes that permitted no kind of established Truth. But plainly, he that auoids their disputing Leuitie, yet, being able, takes to himselfe their Libertie of Inquirie, is in the only way that in all kinds of studies leads and lies open euen to the Sanctuarie of Truth, while others, that are seruile to common Opinion and vulgar suppositions, can rarely hope to be admitted neerer then into the base court of her Temple which too speciously often counterfaits her inmost Sanctuarie” (John Selden, *Historie of Tithes*, xiii).

⁸⁷ Arnaldo Momigliano, *Raízes clássicas da historiografia*, 88-9; Arnaldo Momigliano, “História antiga e o antiquário”: 30-7.

⁸⁸ Francis Bacon, *Progresso do conhecimento*, 52-6.

temos mostras desse erro e de seus inconvenientes na história eclesiástica, que com demasiada facilidade recebeu e registrou notícias e narrativas de milagres realizados por mártires, eremitas ou monges do deserto e outros santos homens, e suas relíquias, santuários, capelas, imagens [...]. Assim também na história natural vemos que não se tem feito uso do juízo e discriminação devidos, segundo podemos constatar nos escritos de Plínio, Cardano, Alberto e vários árabes, que estão carregados de muita matéria fabulosa, com grande menoscabo do crédito dado à filosofia natural pelos espíritos sérios e sóbrios⁸⁹.

Por todo o espectro da historiografia haveria credulidade demais, da história sagrada até a história natural. Ter dúvidas evitaria a impostura e a credulidade, tendo também valor heurístico para todo o tipo de história. Nas palavras do filósofo, “ao serem colocadas, as dúvidas são como outras tantas ventosas ou esponjas que tiram mais substância do conhecimento”⁹⁰. A desconfiança para com os relatos e as fontes deveria ser, portanto, a regra (e não a exceção) no trabalho do historiador.

Bacon fora um dos primeiros ingleses a ter contato, através de Montaigne, com o ceticismo pirrônico. Outro amigo de Selden, o dramaturgo Ben Jonson, era leitor do filósofo francês e fazia referência a Montaigne em *Volpone* (1607), obra que teria contado com alguma participação de Selden. O pirronismo não chegava à Inglaterra, todavia, apenas por meio de Montaigne. Também são dignas de nota a publicação do cético francês Pierre Charron (1541-1603) e a do próprio Sexto Empírico. No que diz respeito a esses três autores, os *Ensaio*s foram traduzidos e publicados na Inglaterra em 1603; cinco anos depois, em 1608, *De la sagesse* de Charron se tornou um sucesso de público, reeditado na Inglaterra aproximadamente uma vez por década durante o século XVII; e, por fim, em 1621, *Opera quae extant* trazia ao leitor inglês textos de Sexto Empírico, sendo que, por volta de 1624, a Bodleiana adquiriu cópia do livro, assim como quinze faculdades de Cambridge. Fundamental na agenda de pesquisa de antiquários como Selden, o ceticismo radical não era uma exclusividade deles, mas se espalhava pelo mundo letrado e modificava de maneira significativa a produção do conhecimento – e mesmo sujeitos tementes dessa filosofia, como Joseph Mede (1586-1639), não negavam sua importância⁹¹.

⁸⁹ Francis Bacon, *Progresso do conhecimento*, 53-4.

⁹⁰ Francis Bacon, *Progresso do conhecimento*, 160.

⁹¹ William M. Hamlin, *Tragedy and scepticism in Shakespeare's England* (New York: Palgrave Macmillan, 2006), 72-9, 81.

Em *Historie of Tithes*, a recusa ao dogmatismo, a desconfiança e a disposição para o confronto estavam no centro das preocupações. Ao fim do prefácio, Selden trazia os seguintes dizeres latinos: “*sed magis acris/ Iudicio perpende; & si tibi Vera videtur, / Dede manus; aut, si Falsa est, accingere contra*” [mas antes julgue com um agudo juízo. Se te parecer verdadeiro, dê as mãos; mas se parecer falso, arma-te contra]⁹². A obra deveria se provar no questionamento ao material que trazia e na razoabilidade de suas conjecturas e se sustentar perante o escrutínio e o juízo do leitor. Essa atitude intelectual aparece ao longo de todo o livro. Um exemplo disso é uma passagem na qual Selden discute a autenticidade de uma lei canônica atribuída, a partir de uma autoridade eclesiástica, ao sínodo provincial de Sevilha, ocorrido no ano de 610. Após transcrever o tal cânone, ele dizia:

Há pouca razão para duvidar que a referência àquele Cânone nele [em Ivo de Chartres] ao Concílio de Sevilha é falsa. O Concílio daquele ano e lugar está disponível, por completo, em diversas edições, assim como certificado por oito Bispos que estiveram nele – e nisso não há qualquer sinal dessa matéria [da lei canônica em questão]. A antiga cópia Manuscrita de Ivo, do/próximo do tempo dele, na Biblioteca de [Catedral de Saint] Paul traz ‘ex Concilio Spanensi’, o livro impresso ‘ex Concilio Hispanensi’. O que é ‘Spanensi’, eu não sei. Se fosse ‘Spalensi’, seria o mesmo que ‘Hispalensi’, pois ‘Spalensi’ aparece sempre nos Concílios de Isidoro, assim como ‘Spania’ é às vezes substituída pelo antigo ‘Hispania’. Independentemente do que ele queria dizer com isso, claramente todo o cânone é de um tempo muito posterior: as primeiras palavras são idênticas às sílabas de uma das leis de Carlos Magno, a qual não foi feita até DCCLXXX [780] anos depois de Cristo.⁹³

Deixando de lado as minúcias eruditas que pouco convêm examinar aqui, delinease uma atitude intelectual. A autoridade da lei canônica é não apenas colocada em suspenso, mas ainda contestada através da comparação entre diferentes livros e manuscritos e também do sequenciamento cronológico desse material. A dúvida envolve todo esse movimento. Se, por um lado, a lei canônica não seria digna de crédito, por

⁹² John Selden, *Historie of Tithes*, xxii.

⁹³ “There is litle reason to doubt, but that the reference of that Canon in him, to that Councell of *Sivill* is false. The Councell of that yeer and place is extant, whole in divers editions, as it was certified by eight Bishops which were at it; and in that no taste of any such matter. The old Ms copie of *Ivo*, of or very neer his time, in the Librarie of *Pauls*, hath it *ex Concilio Spanensi*, the printed book being *ex Concilio Hispanensi*; what *Spanensi* is, I know not. If it were *Spalensi*, it were the same with *Hispalensi*, for which *Spalensi* is alwaies in *Isidores* Councels, as *Spania* sometimes anciently for *Hispania*. what ever he meant by it, cleerly the whole Canon is of much later time; the first words of it also being nothing but the syllables of one of Charlemains Laws that was not made till DCC.LXXX years from Christ” (John Selden, *Historie of Tithes*, 61-2).

outro, Selden é capaz de formular não mais do que conjecturas, ainda que razoáveis. Ao lado da desconfiança para com a autoridade fundada no passado e na tradição, está o caráter conjectural e incompleto do conhecimento que o estudo das antiguidades poderia oferecer.

Esse ceticismo mais genérico limpava o terreno para um exame rigoroso dos vestígios e testemunhos do passado. É daí entrava em cena a filologia, que permitiria a Selden superar restrições sócio-intelectuais no tratamento da matéria histórica.

A filologia surgia, em primeiro lugar, como resposta para aqueles que questionavam a qualificação de Selden para escrever uma história dos dízimos. Um advogado formado na *common law* (common lawyer) não estaria autorizado a abordar uma matéria que caberia mais propriamente ao clérigo (divine), ao advogado civil ou ao canonista (civilian, canonist)⁹⁴. Selden dizia, em resposta a isso, que em certos lugares da Europa, como na França, no Sacro-Império e na Holanda, advogados da *common law* teriam se provado dignos da filologia e investigado por meio dela as leis de suas nações⁹⁵. Sujeitos com formação legal, interessados no caráter tanto histórico quanto natural do direito, como Guilherme Budé (1467-1540), Jacques Cujas (1520-1590), Jan Gruter (1560-1627) e Hugo Grócio (1583-1645), teriam trazido contribuições inegáveis às demais profissões por meio de seus “estudos de Filologia” (studies of Philologie), a saber: “na retificação de [alguma] história (Storie), na explicação dos bons autores, na recuperação da injúria do tempo aquilo que pertence tanto aos estudos sagrados quanto profanos”. Tendo em vista esses exemplos, “por que, então, não poderia igualmente um Advogado da common law da Inglaterra dispor dessa Filologia? E, por consequência, ser um autor adequado para esta História dos Dízimos, enquanto uma questão propriamente de Filologia?”⁹⁶. Empregada pelo menos desde o humanista italiano Lorenzo Valla (1407-1457) para examinar vestígios do passado e, não poucas vezes, capaz de produzir controvérsia sobre eles⁹⁷, a filologia era reivindicada na Inglaterra como método historiográfico de investigação. O uso em *Historie of Tithes* e em outras obras de Selden de

⁹⁴ John Selden, *Historie of Tithes*, xvii.

⁹⁵ John Selden, *Historie of Tithes*, xix.

⁹⁶ John Selden, *Historie of Tithes*, xx.

⁹⁷ Donald R. Kelley, “Philology and History”, in *The Oxford History of Historical Writing: 1400-1800*, ed. José Rabasa, Masayuki Sato, Edoardo Tortarolo, Daniel Woolf (Oxford: Oxford University Press, 2012), 3: 233-243.

expressões “studies of Philologie”, “in matter of Storie and Philologie”⁹⁸ ou “chiefly in matter of Philologie”⁹⁹, assim como o apelo ao exemplo de juristas e filólogos estrangeiros reforçam que Selden não se valia da filologia de maneira pontual para tratar apenas dos dízimos. Ele estava seriamente comprometido com ela e, a partir daí, alinhava-se a um movimento intelectual geograficamente amplo.

Ao tomar os dízimos como questão antiquário-filológica, Selden desafiava o privilégio sobre essa matéria do qual gozavam não apenas teólogos da Igreja da Inglaterra, mas ainda profissionais ligados ao direito canônico e ao direito romano. Para ele, dado que a escrita de uma história dos dízimos exigiria a investigação tanto de cânones e opiniões da igreja quanto das leis e costumes seculares, o recurso à filologia era também uma maneira de superar limites corporativos e disciplinares. Nem o clérigo, nem o advogado civil, nem o estudioso do direito canônico estariam mais capacitados a tratar dessa matéria, apenas por causa de sua disciplina e ocupação profissional, do que um advogado da *common law*¹⁰⁰. Esses assuntos “tão pouco conhecidos” estariam mais bem alocados na alçada de um estudo mais genérico, isto é, da verdadeira filologia (true Philologie),

a única Esposa apropriada que se pôde encontrar para o mais erudito dos Deuses. Sendo ela bem atendida nas suas κύκλια διακονέματα [kýklia diakonémata] ou tarefas cotidianas de Investigação pelas suas duas Aias, a Diligência Curiosa e a Atividade Cuidadosa, descobre para nós com muita frequência, a partir de sua elevada Torre de Julgamento, muitas Verdades ocultas, as quais, no nível de qualquer Profissão restrita, não poderiam nunca ser discernidas. Toda Profissão toma dela para si (até onde se tem observado) algumas partes necessárias que não são encontradas em outro lugar, não muito diferente do que as ciências Subalternas fazem com as Superiores ou como todas elas fazem com a Universalidade ou Primeira Filosofia, a qual não é mais do que a parte mais real da verdadeira Filologia, e estabelecem princípios para cada Faculdade que não poderiam retirar apenas de si.¹⁰¹

⁹⁸ John Selden, *Titles of honor* (London: By William Stansby, 1614), To my friend Edward Heyward.

⁹⁹ John Selden, “From the Author of The Illustrations” in *Poly-olbion* de Michael Drayton, 1612.

¹⁰⁰ John Selden, *Historie of Tithes*, xviii.

¹⁰¹ “The truth is, both it and not a few other enquiries of subjects too much unknown, fall only under a farre more generall Study; that is, of true Philologie the only fit Wife that could be found for the most learned of the Gods. Shee being well attended in her κύκλια διακονέματα or daily seruices of Inquiry, by her two Hand-maids Curious Diligence and Watchfull Industrie, discouers to vs often from her raised Towre of Iudgment, many hidden Truths, that, on the deuell of any one restrained Profession, can neuer be discerned and euery Profession takes from her to it selfe (as was long since obserud) some necessary part not elsewhere to be sought for. not much otherwise then as the Subaltern sciences do from their Superiors, or as they all do from that Vniuersalitie or First Philosophie, which is but the more reall part of true Philologie, and establishes principles to euery Facultie that could not of it selfe alone know how to get them” (John Selden, *Historie of Tithes*, xix).

Selden se refere à filologia não como alguma novidade ou ferramenta intelectual, mas sim como “esposa apropriada” (fit Wife) e, logo depois dessa passagem, “grande senhora do conhecimento” (great Lady of Learning). Personificada pela figura feminina, a filologia exigiria compromisso e, do alto do seu isolamento e generalidade, ela enxergaria verdades ocultas. Benévola, a filologia ofereceria tais verdades às ocupações subalternas.

Toda essa alegoria tem um endereço de origem. Na nota marginal ao texto, Selden fazia referência a uma história oriunda da Antiguidade tardia: *De nuptiis Philologie et Mercuri* de Marciano Capela. Nessa alegoria, a Filologia, jovem mortal e filha de Phronesis (Sabedoria), era acompanhada por duas aias, Periergia (Exagero/Atenção) e Agrypnia (Vigilância), e também por um grupo de personificações reunidas para prestigiar o casamento dela com o sábio deus Mercúrio. As musas celebravam a ocasião. Clio, a musa da história, enaltecia a habilidade discursiva de Filologia, “sagaz no uso do seu dom de falar bem para brincar com as palavras e, por meio da ambiguidade delas, destruir o sentido ordinário”¹⁰², enquanto Tália, a musa da comédia, fazia o balanço da união:

Ele [Mercúrio] é douto entre os deuses, mas esta jovem é ainda mais douta. Agora as artes estão abençoadas, tão santificadas por ambos que permitem aos homens chegar até os céus, desvelam a eles as estrelas e deixam que suas preces ultrapassem o céu azul. Por vocês a inteligência da mente, alerta e nobre, alcança a maior profundidade, por vocês a eloquência experiente traz a glória sem fim. Vocês abençoam a todos e a nós, as musas.¹⁰³

Apesar de mortal, Filologia era colocada acima das musas. Assemelhava-se a outra mulher ilustre, a Filosofia¹⁰⁴, e, assim como ela, gerava livros e saber. Prestes a ser carregada para o Olimpo pelas suas duas aias e também por outros dois ajudantes, Trabalho e Amor, Filologia, diante da Imortalidade, “vomitou o peso que ela carregava no peito. A náusea e o vômito se transformaram em um rio de escritos de todo o tipo. Podia-se ver quais livros, quais grandes volumes e as obras de tantas línguas que afluíam da boca da jovem”. Enquanto isso, diversas jovens, as artes e as disciplinas, tentavam reunir o máximo daquilo que Filologia punha para fora, “cada uma delas pegando material

¹⁰² Marciano Capela, *Martianus Capela and the seven liberal arts: The marriage of Philology and Mercury*, trad. William Harry Stahl (New York: Columbia University Press, 1977), 2: 42.

¹⁰³ Marciano Capela, *Marriage of Philology and Mercury*, 2: 45.

¹⁰⁴ Marciano Capela, *Marriage of Philology and Mercury*, 2: 45-6.

essencial para seu próprio uso e habilidade particular. Até mesmo as musas, em especial Urânia e Calíope, juntaram volumes incontáveis no colo”¹⁰⁵.

A filologia representaria, portanto, o máximo de universalidade e seria oportuna ao conhecimento, a se julgar pelo comportamento das próprias musas, da astronomia à poesia épica. Na passagem de Selden, até mesmo o paralelo da filologia com a metafísica, isto é, a “primeira filosofia”, tinha limite, já que mesmo essa última integraria algo mais geral, chamado por ele de “verdadeira filologia”. A julgar pela definição de dicionários da época, como *A World of Words* (1598) e *Glossographia* (1661), palavras como ‘philologia’ ou ‘philologie’ indicavam menos um exercício consolidado de crítica textual do que um amplo “amor ao conhecimento, aos estudos, ao falar”, isto é, à erudição em geral – uma definição mais específica e técnica do termo ‘filologia’ apareceria na língua inglesa apenas no século XVIII, quando se encontra, por exemplo, para ‘philologie’ e ‘philologer’, em *A Dictionary of the English Language* (1755), as seguintes definições: “criticismo; aprendizado gramatical” e “alguém cujo principal estudo é a linguagem; um gramático; um crítico”.

A articulação entre esse amor abrangente ao conhecimento e a desconfiança genérica oriunda do ceticismo radical se fazia, porém, através de estratégias particulares e definidas. Uma das principais delas era a atenção às palavras. A etimologia permeava o trabalho dos antiquários ingleses da época e se fundava, entre outras coisas, numa vinculação profunda, e cuidadosa, entre os nomes e as coisas¹⁰⁶. Não à toa, em *Historie of Tithes*, determinadas palavras não apenas aparecem vinculadas a interpretações sobre fatos, mas ainda são examinadas na busca por erros de tradição e transcrição, que resultariam em juízos equivocados. A própria palavra ‘dízimo’, central ao trabalho de Selden, não deveria ser tomada de maneira simples e apressada, aplicada a qualquer oferta de bens à divindade e seus sacerdotes. Como se verá nos capítulos seguintes, Selden perturbava o leitor da época ao revelar que, no âmbito da lei e do costume, as palavras referentes ao dízimo nem sempre corresponderiam ao pagamento da décima parte das riquezas. Isso não aconteceria na lei mosaica, segundo a qual os frutos da terra (fruits of the ground), como o trigo, cevada e figos, eram “pagos na quantidade que o dono pudesse” e as oferendas (heave Offerings) “não tendo sido determinadas por Moisés em qual quantidade deveriam ser essas oferendas, os judeus antigamente taxaram a

¹⁰⁵ Marciano Capela, *Marriage of Philology and Mercury*, 2: 47.

¹⁰⁶ Angus Vine, *In defiance of time*, 53-64.

décima quinta parte como suficiente, mas não havia necessidade que todos pagassem esse tanto”¹⁰⁷. E, para piorar, tal lei teria sido descontinuada depois da destruição do Templo e da diáspora dos judeus¹⁰⁸. Do mesmo modo, apesar do termo latino ‘decimas’, traduzido por ‘dízimo’, o pagamento da décima parte não fora uma realidade para os cristãos primitivos e medievais. Na Inglaterra, “é bastante certo que antes do ano MCC [1200], ou seja, por volta do tempo do rei João [1166-1216], era praticado muito comumente pelos leigos fazer consagrações arbitrárias do dízimo sobre as suas possessões”¹⁰⁹.

Existiria todo um vocabulário que, por expressar essas descontinuidades, teria que ser tratado com cuidado. Uma maior atenção para com a escrita e a interpretação das palavras revelaria sentidos e práticas específicas. Por isso, Selden era cuidadoso em transcrever e traduzir os termos e textos apresentados na sua história e esse tratamento cuidadoso dos vestígios literários era revertido em autoridade para seu livro e aquilo que ele dizia.

Esse cuidado com as transcrições de palavras e passagens inteiras está presente em toda a história dos dízimos de Selden. Fazê-lo era garantir a fidedignidade da coleção. Em todo lugar aparecem expressões que indicam literalidade, como ‘his words’ e ‘these words’, assim como o livro não se furta à transcrição de trechos longos. É exemplar, nesse sentido, o tratamento que foi dado por Selden às leis inglesas. O capítulo 8 de *Historie of Tithes* contém 41 seções e em cada uma delas algum texto é transcrito e/ou avaliado – e a maioria deles era inédita para grande parte dos leitores. Esses documentos legais são minimamente descritos e transcritos de maneira integral ou quase integral, sempre no idioma original, e utilizando-se de aspas ou itálico para diferenciar a transcrição do corpo do texto. Eis um exemplo abaixo:

¹⁰⁷ John Selden, *Historie of Tithes*, 12.

¹⁰⁸ John Selden, *Historie of Tithes*, 21.

¹⁰⁹ John Selden, *Historie of Tithes*, 289.

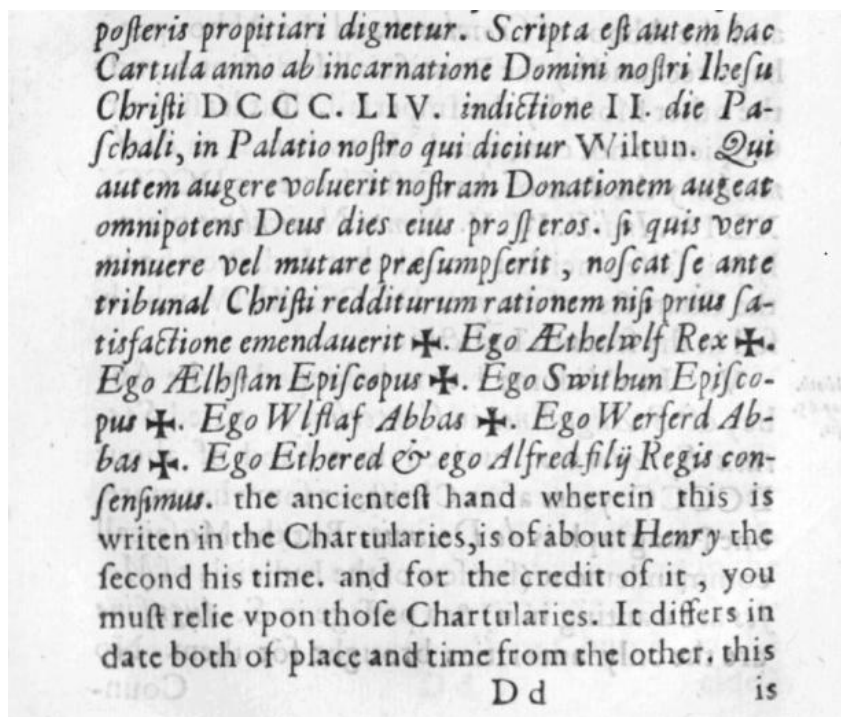


Figura 1: Excerto da cartulária da abadia de Abington

Essa maneira de compor o texto impresso realizava o colecionar de Selden em vários sentidos. A transcrição explicitava, em primeiro lugar, que Selden tinha acesso aos textos que evocava na sua história; ela também era empregada por ele para sustentar, na minúcia do texto, aquilo que ele conjecturava ou afirmava sobre o passado dos dízimos; e, em terceiro lugar, a transcrição contribuía com a utilidade da história dos dízimos de Selden, dado que os textos transcritos poderiam ser recolhidos e reproduzidos pelo leitor.

Em paralelo à transcrição, não se pode ignorar o lugar da tradução nas páginas de *Historie of Tithes*. Enquanto os textos transcritos em latim nunca são traduzidos, como se pode ver na imagem acima, excertos em linguas menos usuais costumam ser traduzidos ou, pelo menos, parafraseados pelo autor. É o caso, ainda no âmbito das leis inglesas, dos textos em saxão, que aparecem acompanhados da tradução latina que se fez deles na Idade Média.

XII. Gelaſte man (are the words of one of K. Knouts Laws made about M. XX.) goder
 geruhtaz ghrilc gearne rihtlice georne ; þæt iſ rihtlice
 halmeſſe fiſtene niht ofer Eartman, 7 gegoſe teo-
 þunge be Pentecosten. 7 eoſþærta be ealra hal-
 gena mæſſan; 7 gif hpa þonne þa teoþunge gelaſtan
 næle. ſwa ſe gecƿeda hebbap; þæt iſ ſe teoþa æfen. eal
 þæt ſe rihtlice geſap þonne ſape to þæt Cýninges
 geneſa. 7 þæt biſcopas, 7 þæt land iucaþ, 7 þæt miſ-
 tnes mæſſeſneort. 7 niman unþancer þonne teoþan
 ðæl to þam miſtne hƿ hit to gebyrige. 7 teacum
 lum to þam niȝoþum ðæl; 7 to ðæle man þa ehta
 ðe laſ on tƿa. 7 ſo ſe landhlaford to healfum, 7 to
 healfum ſe biſceop; ſy hit Cýninges man. ſy hit ðe-
 geſep *this is u anciently thus turned;* Reddantur
 “ Deo Debitæ rectitudines annis ſingulis, hoc
 “ eſt.

Figura 2: Excerto em saxão acompanhado da tradução latina

A escolha do que traduzir e do que manter no idioma original era mais do que alguma necessidade eventualmente imposta pelo exercício filológico. Trata-se de uma maneira de filtrar a acessibilidade do leitor ao texto – e, por consequência, daqueles que estariam aptos à discussão dos dízimos em toda a sua profundidade. É o que Selden diz no começo desse mesmo capítulo 8 de *Historie of Tithes*:

A maioria das Leis Inglesas, Constituições e Projetos de Lei no Parlamento, reservados para esta parte e aqui reunidos, foram originalmente escritos em Saxão, Latim ou Francês [...]. Aqueles que foram encontrados apenas em Latim eu fidedignamente apresento de acordo com as Cópias que os contêm. Não ousa eu suspeitar que qualquer Leitor preparado para a matéria deva ter um Intérprete, [e] não de outro modo procedi com o que está em Francês antigo, [pois] dificilmente algo que não a preguiça indesculpável pode criar problemas para qualquer Leitor (que está preparado para a matéria) compreender isso. Mas tendo em vista que o antigo Saxão é conhecido de tão poucos e que dificilmente possa existir uma interpretação melhor das Leis escritas naquela língua do que aquelas em Latim bárbaro, eu juntei em todas as ocasiões (nas quais foi possível) tanto o [texto em] Saxão quanto a Tradução. Ter deixado de fora o original teria tirado do Leitor alguma liberdade de julgamento e atrelado aos tradutores; não ter adicionado tradução teria como propósito criar

problemas até para o mais preparado dos leitores com uma língua estranha¹¹⁰

A tradução tinha implicações intelectuais. Por um lado, se utilizada em excesso, ela cultivaria uma relação de tutela do leitor em relação ao autor, característica de um estado infantilizado de conhecimento. Orientada pela desconfiança dubitativa do ceticismo e pelo amor abrangente ao conhecimento da filologia, a história dos dízimos de Selden não poderia se furtar de fornecer os textos colecionados no seu idioma original. Por outro lado, a tradução seria um modo eficaz de selecionar o público leitor. A julgar pelas opções idiomáticas, *Historie of Tithes* estava destinado a letrados bem versados na língua latina, mas evitaria cair em dois extremos: o de ser lido apenas por antiquários e estudiosos de línguas antigas ou, pior ainda, pelo público em geral, que consumia impressos em língua vernácula. Essa opção foi percebida por aquele mesmo tradutor que, na segunda metade do século XVII, enumerava as qualidades de Selden como polímata. No prefácio da tradução de *Jani Anglorum*, ele dizia o seguinte do livro: “pois embora tenha sido primeiramente delineado pelo Excelente Autor no seu latim para aqueles que eram meros Advogados e Eruditos (eles devem ser ambos para que possam entendê-lo como ele o escreveu), agora é feito em Inglês, calculado para a Média das Capacidades comuns e dos Entendimentos vulgares”¹¹¹. A coleção oferecida por Selden estava destinada, por escolha do autor, a contribuir com a discussão sobre os dízimos entre o público mais letrado da Inglaterra, ainda que não o mais erudito, embora os dízimos fossem uma questão comum para a vida cotidiana – esse possível erro de cálculo teria um preço, como se verá nos capítulos seguintes.

As transcrições e traduções em *Historie of Tithes* cobrem um conjunto diversificado de autores. Tanto no corpo do texto quanto nas notas faz-se referência à patrística

¹¹⁰ “Most of the English Laws, Constitutions, and Bills in Parliament, that are reserud to this place and here collected, were originally written in Saxon, Latin, or French. and the Saxon, for the most part, were anciently (but it seems since the Norman conquest) turnd into a barbarous latin that yet better shews their meaning then a purer. Such as are found in Latin only I haue faithfully deliuered according to the Copies that gaue them. Neither durst I suspect that any Reader fit for the matter should need an Interpreter. no otherwise haue I done in what is of the old French; it can hardly be any thing but inexcusable sloth, that can trouble any Reader (that is fit also for the matter) in the vnderstanding it. But in regard the old Saxon is known at all to few, and that hardly any better interpretation of the Laws written in that language can be then the old barbarous Latin, I haue ioined alwaiies (where it might be) both the Saxon and the Translation. To haue left out the originall, had preuented some freedom of the Readers iudgement, and tied it to the translators. to haue added no translation, had been as a purpose to haue troubled euen the fittest Readers with a strange tongue” (John Selden, *Historie of Tithes*, 195-6).

¹¹¹ John Selden, *The reverse or back-face of the English Janus*, trad. Redman Westcot [Adam Littleton] (London: Printed for Thomas Basset, 1682), the translators preface to the reader.

(Tertuliano, Orígenes, Cipriano, Ambrósio, Crisóstomo, Jerônimo e Agostinho), autores da antiguidade (Heródoto, Tucídides, Plutarco, Cícero), autoridades judaicas (Flávio Josefo, Jonathan ben Uzziel), cronistas medievais (Beda, o Venerável, Guilherme de Malmesbury) e autores modernos (Joseph Scaliger, Jean Bodin), além de textos legais civis e eclesiásticos (leis, decretos, cânones). Todos esses autores, independentemente das suas opiniões sobre o mérito dos dízimos, tinham um papel da maior importância do ponto de vista intelectual: a eles eram atribuídos textos e em torno deles eram estabelecidos contextos a partir dos quais se poderia julgar determinadas interpretações.

O contexto era tanto produto quanto recurso intelectual que se desdobrava do ato de colecionar em Selden. A reunião e o acesso a livros e manuscritos, o cultivo da dúvida, o amor ao saber em geral e o tratamento cuidadoso do texto possibilitavam uma maneira particular de interpretar autores antigos e de fazer inferências históricas a partir deles. ‘Context’ é uma palavra que aparece em *Historie of Tithes*, empregada duas vezes, por exemplo, na revisão de um dos capítulos da obra. Nessa parte, localizada no final do livro, Selden dizia o seguinte em defesa de uma interpretação que fizera de Cipriano:

Mas minha aplicação de algumas passagens de S. Cipriano em §I é aqui considerada errônea também, o qual eu não entendi a menção dele à palavra Decimae como sendo uma nota do pagamento dos Dízimos em sua época. De fato, eu não acho que qualquer homem que tenha entendido Cipriano, com o uso de seu tempo de criar um Tesouro para a Igreja, teria me censurado por causa disso. Eu não apresento as palavras dele sozinhas e, então, minha própria Glosa (como muitos fazem tão frequentemente e em coisas desse tipo, enganando, assim, os seus crédulos Leitores), mas expressei breve e cuidadosamente também a circunstância das passagens; de modo que um Leitor sensato possa compilar delas tanto quanto poderia se tivesse para si todo o contexto de Cipriano.¹¹²

Acrescentava a isso as palavras de Epifânio de Salamina, que viveu pouco depois da morte de Cipriano, e então dizia o seguinte: “observe o próprio contexto dele, que eu aqui ofereço, [para] que possa ser livre o julgamento dos hábeis Leitores” – ao que seguiam

¹¹² “But my application of some passages in S. Cyprian in §. 1. here are found fault withall; in that I vnderstand not his mention of the word Decimae to be a note of paiment of Tithes in his age. Indeed I did not think that any man which vnderstood Cyprian, with the vse of his time in making vp the Ecclesiastique Trespasse, would haue therin taxed me. Neither haue I giuen his words alone & then my own Glosse (as many haue done too often, and that in things of the nature of this subiect, and so haue deceiud their credulous Readers) but I haue carefully and shortly exprest also the occasion of his passages; and so, that an vnderstanding Reader may collect as much out of them as he might do if he had the whole context of Cyprian by him. If I haue errd in the interpretation, it is but my single error and theirs that dare giue autoritie here to my iudgement. whoeuer can think otherwise by Cyprians words, if he saw him, may equally do so by my relation. howeuer then, I impose not on any Reader” (John Selden, *History of Tithes*, 460).

linhas de texto em grego¹¹³. Em ambas as passagens fica claro que ‘contexto’ significava propriamente o texto no entorno de determinada palavra ou passagem sob escrutínio. Esse sentido está em dicionários da época, como *A table alphabetical* (1604, 1617): “contexto: a concordância da matéria anterior com a posterior”. Essa preocupação em fornecer o contexto, como modo de preservar as condições para o juízo do leitor, é aquilo que, de acordo com os dizeres de Selden, diferenciaria a sua abordagem de glosas que trariam consigo apenas palavras e passagens pontuais, acompanhadas pelas considerações do comentador. A opção de Selden por um tipo de comentário, considerado por ele mais verdadeiro, não deve ser tomada como algo natural. Para oferecer o contexto, era preciso mais do que boa vontade ou honestidade intelectual: exigia-se, entre outras coisas, dispor de textos integrais, ter sobre eles algum grau de confiança e, não menos importante, partilhar com o leitor a convicção de que a melhor interpretação seria aquela que chegaria o mais perto possível do momento de produção de determinado vestígio do passado.

Haveria um sentido original do texto e ele se revelaria no exame tanto do contexto quanto da ocasião do texto. É o que se pode depreender de uma passagem da história dos dízimos de Selden: “mas este Autor não escreveu por volta de antes do início dos últimos CCCC [400] anos depois de Cristo e falou dessas coisas na forma do seu tempo; a mão, o contexto e a relação entre eles justifica isso”¹¹⁴. A verdade de uma interpretação seria resultado, portanto, da adequação mútua entre a letra, a passagem, o texto e o tempo. Palavras como ‘contexto’ e ‘circunstância’, que remontavam à Antiguidade tardia, eram usadas nos séculos XVI e XVII em discussões sobre interpretação de texto, assim como em disputas sobre autenticidade¹¹⁵. Desse modo, colecionar fornecia subsídios e parâmetros para a aquisição de alguma verdade.

Chega-se, enfim, ao segundo momento e desfecho desta seção. A mobilização de pressupostos teóricos como a desconfiança dubitativa do ceticismo e o amor à ampla erudição por parte da filologia, bem como de estratégias particulares de exposição, como a transcrição, tradução e contextualização de textos colecionados, desembocava numa idealização de um tipo específico de conhecimento e de sujeito capaz de produzi-lo e fruir dele.

¹¹³ John Selden, *History of Tithes*, 461.

¹¹⁴ John Selden, *Historie of Tithes*, 250.

¹¹⁵ Peter Burke, “Context in context”, *Common Knowledge* 8, no. 1 (2002): 152-177.

É oportuno retomar aqui a alegoria do casamento de Filologia. Não se pode esquecer que essa jovem mortal, cuja sabedoria excederia até mesmo àquela das musas, é auxiliada por duas damas de companhia, a Diligência Curiosa e a Atividade Cuidadosa. Esses são os atributos da erudição (a saber, diligência, curiosidade, trabalho e atenção) e que se alternavam nos elogios e qualificações de antiquários e eruditos no seu fazer. Um exemplo está na dedicatória de Selden a Cotton. Lá, o colecionador é não apenas proprietário de uma ampla biblioteca e ele mesmo uma biblioteca viva, mas alguém dotado de uma “Diligência curiosa”, empenhado na busca exaustiva pela verdade e utilidade da história. Mais do que uma pessoa ou patrono que mereceria o elogio do autor, Cotton aparecia na dedicatória de Selden como modelo a ser seguido, em oposição a aqueles que “mantêm o próprio Entendimento em uma débil Minoridade que deseja sempre a Autoridade e a Advertência de um Tutor”¹¹⁶.

Esse sujeito de conhecimento, livre de dogmas e do apego infantilizado à autoridade, não se esclarecia por meio da ampla discussão pública, como mais tarde apareceria em Kant, mas se afastaria do senso comum e, graças ao seu empenho e sofrimentos, chegaria enfim às verdades indisponíveis para a grande maioria das pessoas. Tal caracterização discursiva aparece também numa carta de Selden para o heraldo Augustine Vincent, um dos antiquários que frequentava a biblioteca de Cotton, que foi publicada ao lado dos elogios feitos a esse último na ocasião de seu livro, *A discoverie of errors* (1622). Selden dizia o seguinte:

Sua Jornada foi através do caminho rumo à Verdade e embora seja ele, de fato, tortuoso, Dumos inter & aspera [entre arbustos e coisas ásperas], você o trilhou com alegria. Tão familiar ele se tornou a você pelo uso frequente! Seus guias parecem ter sido a Indústria excessiva na Leitura e a Diligência curiosa na Observação não apenas dos autores publicados que o levam ao seu propósito, mas de tudo, das mais abstrusas partes da História, que jaz escondido em Manuscritos privados ou nos Registros públicos do Reino¹¹⁷.

¹¹⁶ John Selden, *Historie of Tithes*, To the most honord Sir Robert Cotton.

¹¹⁷ “Had you travailed only through the Common Rode (so overstroden by the quiet patience of vulgar fancies, bred first by easie [ilegível], and still retain'd for want of accurate examination) I had utterly declin'd it. Otherwise I must either have taxt you, or against mine own heart, flattered you. I shall now doe neither. Your Journey herein, hath bin through the right way to Truth; and although it be indeed a very rugged one, Dumos inter & aspera, yet you passe in it happily. So familiar have you made it to your selfe, by the frequent use of it! Your guides appeare to have bin exceeding Industry in Reading, and curious Diligence in Observing not onely the published Authors which conduce to your purpose, but withall, the more abstruse parts of History, which ly did either in privat Manuscripts, or in the publique Records of the Kingdome” Augustine Vincent, *A discoverie of errors in the first edition of the Catalogue*

Aparecem novamente, com pequenas qualificações, as aias da erudição filológica, e toda essa indústria e curiosidade teriam conduzido Vincent pelo caminho tortuoso e áspero em direção à verdade através do estudo de manuscritos privados e registros públicos. Esse modo de trabalhar não era para todos e Selden, no mesmo texto, contrastava as qualidades de Augustine Vincent à facilidade, “falta de exame acurado”, “heresia preguiçosa” e à “paciência quieta dos devaneios vulgares” daquelas pessoas que leriam e confiariam apenas nos textos impressos. Mas para além do contraste feito por Selden, o livro de Vincent traz pistas sobre ao que se opunha esse modelo intelectual resultante do colecionismo antiquário.

Augustine Vincent era próximo de Selden e do mesmo entorno de colecionadores e antiquários. Associava-se sobremaneira a William Camden e o seu livro era, na verdade, uma resposta ao ataque feito por Ralph Brooke (1553-1625) a esse último. Vincent, Camden e Brooke eram todos heraldos, isto é, imiscuídos no ofício da heráldica e genealogia. Brooke se destacava, porém, como crítico persistente de Camden. Desde 1592, ele ocupava o posto de heraldo de York e, em 1599, publicou *A discoverie of certaine errors published in print in the much-commended Britannnia*. Depois, apesar das correções na impressão feita de Britannia em 1600, ele escreveu *A second discoverie of errors*, o qual não foi impresso. Ainda, entre 1619 e 1622, Brooke publicou duas edições do seu *A catalogue and succession of the kings, princes, dukes, marquesses, earles and viscounts of this Realme of England since the Norman Conquest*. Era essa a obra atacada por Vincent, que ironicamente chamava o seu livro de “discoverie of errors”, em alusão aos ataques de Brooke a Camden.

O que torna essa disputa interessante é o fato de que Vincent busca retratá-la como um embate entre duas maneiras diferentes de produzir conhecimento histórico ou, melhor dizendo, heráldico. Segundo ele, os erros de Camden sequer seriam da mesma natureza que aqueles de Brooke. Enquanto o primeiro “errou com Autoridade”, no segundo “não encontrei provas, mas apenas provas Pitagóricas, ao invés de *Scriptum est, Ipse dixit* [está escrito, ele disse], nenhum registro, nem Antiguidade, mas apenas a antiguidade de seus quarenta anos de práticas nesse estudo”¹¹⁸. Errar não seria um problema por si só: o problema seria errar sem método e sem sustentação de qualquer

of Nobility (London: Printed by William Jaggard, 1622), To my singular good Friend, Mr Augustine Vincent.

¹¹⁸ Augustine Vincent, *Discoverie of errors*, To Raphe Brooke Yorke Herald.

autoridade. Brooke ofereceria apenas provas conjecturais ou fundamentadas na sua experiência profissional, a qual por mais extensa que fosse não bastaria para (e sequer poderia) sustentar um argumento, quiçá uma controvérsia. A falta de documentos e o apelo à profissão ensejariam até mesmo a hipocrisia no adversário. Vincent respondia o seguinte à acusação de Brooke de que os opositores não teriam provas daquilo que afirmavam: “não é uma estranha falta de pudor ele não apresentar nada com base em Registros e eu nada sem Registros (como as Margens mostram), e mesmo assim dizer na nossa cara que não temos quaisquer Registros para certificar aquilo que dizemos, dando a entender que homem algum os teria, a não ser ele próprio? Se ele tem esses Registros, por que ele próprio não os apresenta? Por que ele não os coloca nas Margens?”¹¹⁹.

A diferença entre uma e outra maneira de trabalhar estaria ali, impressa nas margens dos livros de cada um deles: em Brooke, apenas espaço vazio; em Vincent, indicações fartas. Essa exigência por notas marginais (ou de rodapé, nos dias atuais) é indicativa de determinada atitude para com o conhecimento. Mais do que provar esse ou aquele argumento, a nota de rodapé funcionaria como demonstrativo de que algum trabalho de pesquisa foi realizado. E isso por si só é significativo. Significaria, em primeiro lugar, que o conhecimento é contingente, isto é, dependente das condições e habilidades daquele que o produz. Em segundo lugar, que o sujeito buscava não se confundir com aquilo que conhece ou interpreta, diferenciando o que é comentário seu daquilo que é de outrem. Significaria também, em terceiro lugar, que nesse tipo de produção de conhecimento não se elencam autoridades, mas fontes e documentos e, por isso, a citação de cabeça seria indesejável¹²⁰. E, em último lugar, essa exigência por notas significaria a existência de leitores e interlocutores capazes de manejar tal recurso bibliográfico e afeitos a esse tipo de produção intelectual. Assim sendo, a autoridade da obra não residiria na palavra de algum profissional privilegiado, mas na capacidade do autor em encontrar, avaliar e utilizar provas documentais – e, naturalmente, de apresentá-las ao leitor.

O corporativismo de Brooke se tornava um ônus. Para Vincent, recorrer à sua longa experiência profissional como heraldo não apenas seria insuficiente para sustentar

¹¹⁹ Augustine Vincent, *Discoverie of errors*, To Raphe Brooke Yorke Herald.

¹²⁰ Anthony Grafton, *The footnote: a curious history* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997), 22-33.

qualquer argumento, mas ainda excluiria Brooke da produção de conhecimento histórico de qualidade. Nas palavras desse amigo de Selden,

A Experiência pode ensiná-lo a julgar as cores, gravar um Brasão de Armas, organizar um Funeral ou ordenar um Procedimento, mas a experiência não o faz mais sábio. A experiência não pode fazê-lo mais habilidoso com os Registros, a não ser que você advenha do mesmo lugar que eles, (o que não é comum em Pintores de lojas) e venha pronto e qualificado pela sua formação para entender a língua que eles falam, o que, duvido, seus cinquenta anos de estudo e prática tenham ensinado a você [...] Seja lá qual for a experiência, estou seguro de que os Registros que citei têm experiência; compare a sua com a deles. Eles têm anos, meça-os com os seus próprios e então me venha falar dos seus cinquenta anos de prática e estudo. *Misera est senectus* (disse Túlio [Cícero]) *que se oratione defendit* [é miserável a velhice que se defende por discursos] Tenho pena do homem velho que é levado a apelar para a idade ou implorar por reputação dos seus anos.¹²¹

Os registros deteriam mais experiência e autoridade do que qualquer profissional e não seriam acessíveis, em diferentes sentidos, a alguém de origem humilde e de orientação prática como Brooke. Chegar a eles e examiná-los não era tarefa trivial, exigiria erudição. Até o impressor de Vincent, William Jaggard (1568-1623), ridicularizava o heraldo de York nesse quesito. Para ele, Brooke careceria de “visão [insight] em questão de erudição” e essa cegueira faria dele uma espécie de topeira que se propunha a traçar um mapa de toda a Grécia, e ainda corrigir eruditos como Camden e Selden. Ao invés de reconhecer “a fraqueza da sua vista”, essa topeira na forma de letrado dizia ao seu leitor que “os Erros da sua Edição anterior não foram imputados à própria cegueira dele, mas àquela do Impressor, graças a quem diversas faltas e muitos equívocos foram cometidos, enquanto a doença daquele bom homem o afastava da Imprensa”¹²². O responsável pela edição era o próprio Jaggard, o qual defendia a sua atuação profissional a partir do excesso de corporativismo imputado ao heraldo de York.

¹²¹ “Experience may teach you to iudge of colours, blaze a Coate of Armes, order a Funerall, or marshall a Proceeding, but experience cannot make you wise, experiencie cannot make you skillfull in Records, unless you came where they were, (which is not commonly in Painters shoppes) and come fillie prepared and qualified by your breeding, to understand the language they speak, which I doubt your fiftie yeeres studie and practice had hardly taught you. [...] Whatsoever my experience bee, sure I am, the Records I quote have experience, compare yours with theirs: they have yeeres, measure theirs with your owne, and then tell me of yout fifty yeeres practive and studie. *Misera est senectus* (saith Tully) *quae se oratione defendit*. I pittie that old man that is driven to plead age, or begge reputation from his yeeres” Augustine Vincent, *Discoverie of errors*, To Raphe Brooke Yorke Herald.

¹²² Augustine Vincent, *Discoverie of errors*, The printer.

As divisões intelectuais e corporativas perdiam força e, do alto da torre da erudição, revelavam-se um obstáculo à verdade. Se a longa experiência profissional de um heraldo não bastaria para tratar de uma matéria que lhe seria própria, como o era a sucessão e os brasões de armas da nobreza, o que dizer dos dízimos que não se encaixavam por completo na seara de qualquer área da teologia ou do direito? Apenas por meio de uma devoção apaixonada, aplicada e cuidadosa pelo conhecimento é que a história dos dízimos se revelaria na forma de uma história antiquária que, coletando, acumulando e digerindo vestígios do passado aqui e ali, faria do naufrágio do tempo oportunidade para conjecturas, interpretações e debates – o que não deixava de exigir um tipo particular de letrado e de trocas intelectuais.

3. A produção do tempo cronológico

Até aqui, caracterizou-se a história antiquária a partir dos sentidos implícitos ao ato de colecionar. A história dos dízimos de Selden ajuda a trazer à tona, nos seus detalhes, essa maneira particular de produção do conhecimento histórico. Ao identificar a sua obra com uma coleção, Selden abre a possibilidade para se pensar tanto como ele se inseria num circuito de objetos, informações e de instituições e sujeitos eruditos quanto os expedientes intelectuais que utilizava para tratar os vestígios do passado e fazer deles itens de uma coleção.

O ato de colecionar, em primeiro lugar, reunia e hierarquizava os diversos vestígios do passado. Era o caso dos vestígios literários, como livros impressos e manuscritos, sendo esses últimos os mais valorizados. A reunião desses objetos exigia não apenas recursos financeiros, mas ainda, e não menos importante, amizades e prestígio. O dinheiro permitia ao colecionador e erudito comprar livros, fazer cópias, publicar textos, bem como pagar taxas e subornos para acessar certos acervos. As amizades colocavam o colecionador dentro do movimento de circulação dos objetos de conhecimento, das ideias e disputas a respeito deles, contribuindo para a formação e, quiçá, a preservação da coleção depois da morte do proprietário. Já o prestígio atravessava todo esse circuito de objetos, informações e conhecimento e dispunha determinados sujeitos em posições mais ou menos prestigiosas na república das letras, materializando-se na forma de obras e bibliotecas, como no caso de Selden e Robert Cotton. E esse ato de colecionar desdobrava-se, em segundo lugar, na produção de verdades e objetos de conhecimento. Para isso,

identificou-se em Selden, como a combinação entre o ceticismo e a filologia configurava uma atitude intelectual investigativa que se utilizava de expedientes críticos e textuais, como a transcrição, tradução, notas marginais e contextualização, para digerir o material colecionado na confiabilidade do testemunho que apresentava e também daquilo que poderia ser dito a partir dele. Colecionar apresentava-se, por fim, como um ato técnico, intelectual e social que estruturava uma maneira específica de acessar o passado e esse estudo das antiguidades tanto atravessava diversas ocupações profissionais, como o direito e a heráldica, quanto disputava com elas seus temas e objetos de saber.

Agora, é o momento de avançar o argumento deste capítulo. A digestão dos objetos colecionados por meio, por exemplo, da contextualização estabelecia uma ponte entre o ato de colecionar e a crítica eminentemente textual decorrente daí com a instituição de um tempo cronológico. O ato de colecionar que estruturava do ponto de vista material, intelectual e social a produção historiográfica de Selden (e de outros tantos antiquários e eruditos) se desdobrava não apenas em debates e publicações repletas de minúcias documentais, mas ainda, e o mais importante aqui, numa temporalidade composta por inúmeras entidades que eram tratadas, classificadas e posicionadas de maneira criteriosa numa sequência linear. Em poucas palavras, aqueles vestígios colecionados formavam o próprio tempo cronológico.

No caso de *Historie of Tithes*, todo o material ali colecionado estava numa sequência temporal: os capítulos da obra organizavam-se em blocos perfilados do mais antigo para o mais recente, a saber, desde antes da lei mosaica até o reinado de Henrique VIII. Mais do que apenas ofertar uma coleção de documentos sobre os dízimos, Selden precisava distinguí-los do ponto de vista cronológico. O imperativo de distinguir os tempos (*distingue tempora*) está, curiosamente, tanto na epígrafe quanto no prefácio de *Table-talk* (1689), onde o compilador dos ditos e máximas de Selden dizia ao público: “na leitura sinta-se à vontade para distinguir os tempos e na própria imaginação trazer consigo o quando e o porquê [de] muitas dessas coisas faladas”¹²³. A indicação do tempo conferiria maior verossimilhança ao texto, todavia os meios para se fazer isso ficavam a cargo do leitor que deveria conhecer, em boa medida, o autor e a sua trajetória.

¹²³ “In reading be pleas’d to distinguish Times, and in your Fancy carry along with you, the When and the Why, many of these things were spoken; this will give them the more Life, and the smarter Relish”. (SELDEN, John. To the honourable Mr Justice Hales [...]. *Table-talk*. London: Printed for E. Smith, 1689).

Tratados da época sobre a escrita da história reforçavam a necessidade de distinguir os tempos. Uma referência geral e incontornável para a historiografia renascentista, o *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566) de Jean Bodin encarava a cronologia como fio de Ariadne que guiaria os letrados através do labirinto das ações pretéritas¹²⁴. E esse imperativo central ao entendimento e escrito da história traria, de acordo com o Bodin, tanto implicações metafísicas profundas quanto grandes desafios práticos. Distinguir os tempos exigiria um sistema universal de tempo, o que significava, por um lado, afirmar a existência temporal do mundo (isto é, tendo ele início e fim determinados e providenciais) em oposição à tese aristotélica de que o mundo seria eterno e necessário¹²⁵; por outro lado, esse sistema universal deveria emergir dos próprios documentos históricos, o que demandava organizar, conciliar e lidar com as incongruências de fontes grego-romanas, egípcias, persas e judaicas, bem como dos calendários que orientavam cada uma delas – e daí emergiam debates intrincados, como a respeito da idade do mundo¹²⁶.

A digestão do método de Bodin na Inglaterra manteve a distinção dos tempos como característica definidora da escrita da história. Em *The true order and methode of wryting and reading Hystories* (1574), Thomas Blundeville (ca.1522- ca.1606) sintetizou em inglês diversos pontos da obra do filósofo francês. Anunciava como regra geral, logo no primeiro capítulo, que “uma história deve declarar as coisas na mesma ordem em que elas aconteceram” e acrescentava, algumas páginas depois, “no que tange ao tempo, o autor deve apresentar o exato momento, assim como o começo e o fim do feito [...]: pode ser necessário às vezes indicar os dias segundo se foram quentes ou frios, limpos ou nublados, dias santos ou dias de trabalho [...] e finalmente a própria hora”¹²⁷. Tanto a composição quanto a leitura de uma história não poderiam prescindir desse ordenamento por se correr o risco de incompreensão da causalidade dos feitos, em especial da finalidade deles, quando desvinculados da sequência a qual pertenceriam. Já no século XVII, Degory Wheare (1573-1647), o primeiro professor de uma cadeira de história em Oxford, a Camden Chair, em homenagem ao famoso antiquário, reforçava essa mesma preocupação. Ao tratar daquilo que chamava de ‘crônica’, isto é, um gênero da história

¹²⁴ Jean Bodin, *Method*, 303.

¹²⁵ Jean Bodin, *Method*, 303-19.

¹²⁶ Jean Bodin, *Method*, 319-33.

¹²⁷ Thomas Blundeville, *The true order and methode of wryting and reading hystories &c* (London: imprinted by William Seres, 1574).

segundo as “circunstâncias e modos de relatar ou explicar as coisas”, dizia o seguinte em seu *De ratione et methodo legendi historias* (1623) – traduzido para o inglês apenas em 1685:

[...] todas as Histórias indicam ou ao menos procuram indicar os tempos nos quais as Ações aconteceram, pois toda Relação é obscura e semelhante a uma Fábula sem o Acréscimo do tempo em que acontece; e ainda todas elas não observam os mesmos intervalos de tempo, nem mantêm a mesma Ordem do Relato, o que produz uma variedade de Crônicas, donde surgem várias denominações: Anais, Fastos, Efemérides ou Diários, Menologias, Bimestrais, Trimestrais, Semestrais, Décadas e Centúrias [...]. Os escritores desse tipo de História que chamamos de Crônicas são Heródoto, Diodoro Sículo, Dionísio de Halicarnaso, Justino, Tito Livio, Sabelico, e outros.¹²⁸

A identificação e ordenamento dos tempos aparecem aqui não apenas como guias importantes na compreensão das ações pretéritas, mas ainda como aquilo que diferenciaria de maneira radical o discurso histórico da narrativa ficcional (ou fabulosa). Além disso, a exigência de se distinguir os tempos instauraria subgêneros historiográficos de acordo com a quantidade de tempo abarcada em cada um deles. Esse imperativo pelo sequenciamento correto dos tempos atendia, portanto, tanto à utilização exemplar da história, dado que permitia distinguir o encadeamento de uma ação ou os momentos na vida de determinada figura paradigmática, quanto aquele compromisso de registrar, organizar e preservar acontecimentos, sujeitos e monumentos do naufrágio do tempo.

3.1. O sincronismo como “pedra de toque” do conhecimento histórico

Tomar esse imperativo de distinguir o tempo como algo trivial, que estaria implícito em toda e qualquer definição de história, ou como expressão genérica de alguma sensibilidade comum à época é pouco rentável do ponto de vista analítico. Perde-se de vista, em ambos os casos, os meandros da fabricação do tempo cronológico e de ideias que lhe são constitutivas, como a noção de anacronismo.

¹²⁸ “[...] all Histories do or at least ought to note the times in which Actions happen, for every Relation is obscure, and like a Fable without the Addition of the time in which it falls, and yet all do not observe the same intervals of time, nor keep the same Order in Relating, and this produces variety of Chronicles, from whence has sprung the various denominations of Annals, Fasts, Ephemerides or Diaries, Menologies, Bimestrials, Trimestrials, Semestrials, Decads and Centuries, of all which we have largely discoursed in our Preliminaries of History. The Writers of that sort of History we call Chronicles, are, Herodotus, Diodorus Siculus, Dionysius Halicarnasseus, Justinus, T. Livius, Sabellicus, and the like” Degory Wheare, *The method and order of reading both civil and ecclesiastical histories* (London: Printed by M. Flesher, 1685), 17-8.

Quando se examina a linguagem disponível, percebe-se que existiam palavras que serviam à distinção e sequenciamento do tempo no âmbito da retórica e da teologia.

Num levantamento em busca de termos que expressassem a ideia de anacronismo¹²⁹ chegou-se a termos como 'hysterosis', 'hysterologia' ou à expressão 'hysteron proteron'. A definição dessas palavras permaneceu praticamente inalterada entre os séculos XVI e XVII. A primeira explicação que se encontrou para esse conjunto de termos está em *The dictionary of sir. Thomas Elyot* (1538), onde é dito: "uma maneira de falar, na qual o último é colocado antes do primeiro, como se diz, o carro antes dos cavalos". Em 1616, *An English Expositor* de John Bullokar (1574-1627) acrescentava tratar-se de um termo de origem grega e recorria ao mesmo lugar comum para defini-lo: "o carro antes dos cavalos". Thomas Blount, em *Glossographia* (1656), dizia "uma alteração na ordem do discurso, colocando em primeiro [lugar] o que deveria vir por último". 'Hysterosis', 'hysterologia' ou 'hysteron proteron' eram denominações de uma figura da retórica. Isso fica claro numa passagem de época que contém o termo "hysterologia": "e o que são essas figuras, clímax, antanáclase, antítese, paregmenon, synaeceiosis, oximoro, síntese, hendíade, hipálage, hipérbato, eclipse, pleonasma, assíndeto, polissíndeto, hysterologia, zeugma, helenismo, antiptose, que se chamam figuras de linguagem?"¹³⁰. Esse conjunto de termos foi mais recorrente, no século XVII inglês, nos textos teológicos (comentários bíblicos e de profecias, sermões e tratados) e isso seria explicado não apenas pelo amplo interesse dos letrados da época pelas questões religiosas, mas também pela própria natureza do texto sagrado. Uma passagem explica: "a ordem do tempo não é sempre mantida na Escritura, mas às vezes aquilo que foi feito por último é colocado em primeiro lugar; [pois] os Santos olhavam mais para a substância do que para as pequenas circunstâncias em seus escritos"¹³¹. Exemplo dessa figura retórica do texto bíblico seria a sequência das tentações do Cristo relatadas tanto em Mt 4, 5-9 quanto em Lc 4, 5-9, porém em ordem inversa. A esse respeito, dizia outra passagem: "Mateus dispôs as

¹²⁹ O levantamento mencionado fez uso de três fontes de informação, a saber, Oxford English Dictionary (<https://www.oed.com/>), Lexicons of Early Modern English (<https://leme.library.utoronto.ca/>) e Early English Books Online (<https://www.proquest.com/eebo>). O resultado foi organizado na forma de uma tabela com aproximadamente duzentas entradas, na qual estão não apenas definições, mas ainda autores, obras e passagens em que figuram termos relacionados à ideia de anacronismo e que serão destacados no corpo do texto desta seção.

¹³⁰ George Fox, *A primer for the schollers and doctors of Europe* (London: Printed for Thomas Simmons, 1659), 12.

¹³¹ John Smith, *The mysterie of rhetorique unvail'd wherein above 130 the tropes and figures are severally derived from the Greeke into English* (London: Printed by E. Cotes, 1665), 191.

tentações em ordem, mas Lucas, por hysterosis, colocou a segunda tentação depois da terceira”¹³². A ordem das coisas poderia ser invertida pela ordem do discurso, de modo que a sequência temporal era antes questão de narrativa do que propriamente de datação – e assim a ocorrência de ‘hysterologia’ não depunha contra a verdade ou autenticidade do texto.

Esses termos estavam presentes em textos de história, cronologia ou antiguidades, porém não eram suficientes para gerar uma seriação propriamente cronológica do tempo¹³³.

Existem duas passagens em *Historie of Tithes* que permitem avançar nesse sentido. Na primeira delas, Selden encontrava-se diante da dúvida acerca de a qual rei Carlos da França um dado documento fazia referência e optava por seguir a opinião de um letrado “persuadido pelo sincronismo, o melhor [meio de] julgamento dessas verdades”. Na segunda passagem, que tratava da menção a Cenulfo, rei da Saxônia ocidental, feita por enviados papais, Selden dizia: “se você examinar pela história [by storie] e [pelo] Sincronismo, Cenulfo talvez não tivesse nada a ver com isso”¹³⁴. Nessas passagens breves é possível entrever algo que além do exame da narrativa, que se desenvolve paralelamente a ela e que averigua o seu conteúdo e confiabilidade. Aqui, extrapola-se o exame criterioso das palavras, sentenças e figuras de linguagem de um único texto e é colocado em questão todo um conjunto de textos, autores e acontecimentos. Ao historiador preocupado em distinguir os tempos, seria temerário confiar em apenas uma narrativa: equívocos do copista, apropriações indevidas, falsificações, relatos fabulosos, entre outras coisas, poderiam esconder dele a verdade histórica.

¹³² Joannes Thaddaeus, *The reconciler of the Bible* (London: Printed for Simon Miller, 1655), 261.

¹³³ Ainda que o referido levantamento linguístico demonstre, no seu conjunto, que ‘hysterosis’ e ‘anacronismo’ não eram propriamente sinônimos, identificou-se uma única passagem em que isso acontece. Ela está em *Saxon treatise concerning the Old and New Testament* (1623) de William L’isle (1569-1637): “If then by Lingua Britannica he [São Gregório] means the old English (which is more likely) he speaks by Hysterosis or Anachronisme (a figure much used in Historie, yea even in the Bible). And so Master Fox did, when he tearmed the mother of Constantine, an English woman” (William Lisle, *Saxon treatise concerning the Old and New Testament*, Printed by John Hauiland, 1623, to the readers).

¹³⁴ Para mais bem demonstrar o que se diz, eis o contexto das passagens respectivamente evocadas no corpo do texto: “And an example is extant among the Records of the Monasterie of Egmond in Holland; wherein Charles King of France (who is commonly therein taken for Charles the Bald; but Douza thinks it to be rather Charles the Simple, and made about D.CCCC. and is thereto perswaded by Synchronisme, the best triall of such truths) recites [...]”; “In the relation of the Legates to the Pope, mention is of Kenulph King of West Saxonis, his joining with Offa in calling the Councell. but the confirmations of the Decrees have no reference to him. But, by the way, if you examine it by storie and Synchronisme, Kenulph perhaps could not have at all to do with it” John Selden, *Historie of Tithes*, 116, 202.

Tais passagens trazem à tona uma operação erudita em particular, o sincronismo¹³⁵. Diferente do que se dá com ‘collect’ e ‘colletion’, termos muito frequentes na obra de Selden, a palavra ‘synchronisme’ aparece de maneira pontual. Ambas as menções encontradas na história dos dízimos fazem referência a uma passagem mais completa sobre o assunto, a qual está localizada na apresentação feita por Selden dos comentários que compôs para *Poly-olbion* (1612), um poema corográfico escrito por um de seus amigos, Michael Drayton. Lá dizia ele:

Não sendo muito Pródigo em minha Fé Histórica, depois da Explicação, eu com frequência me aventuro no Exame e Censura. O Autor, nas Passagens a respeito dos primeiros Habitantes, do Nome, do Estado e da Sucessão Monárquica nesta ilha, segue Geffrey ap Arthur, Polychronicon, Matthew de Westminster e outros mais. Das Tradições contidas neles, aquela tão controversa, e ainda mantida pelos Galeses, sobre Brutus de Tróia, eu (como um Advogado da Musa) confrontei, rejeitando-a, se alegada minha própria Opinião. No demais, sobre a avaliação do crédito dos Narradores, a Comparação com a autoridade mais persuasiva e o Sincronismo (a melhor Pedra de Toque nesse tipo de Julgamento), deixo nota de Suspeita ou adiciono Emenda conjectural. [Seguem-se exemplos de equívocos em crônicas] nenhum deles ainda retificado [...] por ninguém que eu tenha visto; e outros mais. De fato, minha suspeita com frequência me perturba com o questionamento particular de qualquer coisa que ocorra, não tendo a marca da Verdade mais evidente, desde quando encontrei Anticronismos tão intoleráveis, relatos incríveis, imposturas Gritantes [oriundas] tanto da Ignorância quando da liberdade de Invenção assumida por alguns dos nossos Antigos; também li essas Falsidades palpáveis de nossa Nação, espalhadas no Mundo pela Posteridade.¹³⁶

¹³⁵ Helge Jordheim, “Synchronizing the world: synchronism as historiographical practice then and now”, *History of the Present* 7, n. 1 (2017): 59-95.

¹³⁶ “Being not very Prodigall of my Historically Faith, after Explanation, I oft adventure on Examination, and Censure. The Author, in Passages of first Inhabitants, Name, State, and Monarchique succession in this Isle, followes Geffrey ap Arthur, Polychronicon, Matthew of Westminster, and such more. Of their Traditions, for that one so much controverted, and by Cambro-Britons still maintayned, touching the Troian Brute, I have (but as an Advocat for the Muse) argued; disclaiming in it, if alledg'd for my own Opinion. In most of the rest, upon weighing the Reporters credit, Comparison with more perswading authority, and *Synchronisme* (the best Touch-stone in this kind of Triall) I leave note of Suspicion, or adde conjecturall Amendment: as, for particular examples, among other, in Brennus mistook by all Writers of later time, following Justins Epitome of Trogius ill conceiv'd; in Robert of Swaphams Story of K. Wulphers murdring his Children; in Rollo first D. of Normandy his time; none of them yet rectified (although the first hath been adventured on) by any that I have seene; and such more. And indeed my Jealousie hath oft vext me with particular inquisition of whatsoever occurs, bearing not a marke of most apparant Truth, ever since I found so intollerable *Antichronismes*, incredible reports, and Bardish impostures as well from Ignorance as assum'd liberty of Invention in some of our Ancients; and red also such palpable Fauxeties, of our Nation, thrust into the World by Later Time” (John Selden, “From the Author of the Illustrations”, in *Poly-olbion* de Michael Drayton, 1612).

A passagem é tão densa quanto reveladora. Ao redor de ‘synchronisme’ distribui-se todo um campo semântico do qual fazem parte palavras e expressões como: ‘fé histórica’ (Historicall Faith), ‘exame e censura’ (Examination and Censure), ‘um advogado da Musa’ (an Advocat for the Muse), ‘sobre a avaliação do crédito dos narradores’ (upon weighting the Reporters credit), ‘autoridade mais persuasiva’ (more perswading authority), ‘nesse tipo de julgamento’ (this kind of Triall), ‘nota de suspeita’ (note of Suspicion), ‘intoleráveis anticronismos (intollerable Antichronismes), ‘imposturas gritantes’ (brandish impostures). O sincronismo parece ocupar uma posição de destaque num lugar que mistura a crítica e o tribunal no qual a verdade histórica é instituída por um discurso embebido no jargão jurídico que mostra e julga os vestígios e testemunhos do passado. A passagem também indica o propósito de toda essa atividade: retificar e autenticar histórias. Esse exercício de crítica e julgamento proposto por Selden aproximava-o do trabalho de antiquários e cronólogos, como Joseph Scaliger e William Camden, que visavam emendar tempos e vestígios do passado na expectativa de daí fazer surgir um índice cronológico universalmente válido. O exercício do sincronismo, inclusive, produzia um tensionamento subterrâneo em *Poly-olbion*: enquanto o poeta percorria a geografia inglesa e cantava as histórias da ilha, almejava penetrar fundo no passado à moda dos bardos, cujas lendas e canções levariam à Bretanha primeva, Selden na condição de ilustrador circunscrevia seus comentários de antiquário à documentação que tinha disponível¹³⁷. Apesar da amizade entre ambos os letrados, existia ali, na obra, uma profunda dissonância entre duas maneiras de narrar o passado.

O sincronismo era peça-chave do fazer antiquário, o que não significa que fosse algo exclusivo a ele. Existem algumas definições da época para o sincronismo. Em *Glossographia* (1656), sincronismo é entendido como “o acontecimento de duas coisas de uma vez, ao mesmo tempo, contemporâneo, co-existência”, enquanto em *The New English World of Words* (1658) se trata de “o acontecimento de duas coisas ao mesmo tempo”. Já em *Ductor Historicus* (1698), o sincronismo está inserido no exercício da cronologia e significa “uma visão de toda a história contemporânea”¹³⁸. A partir dessas definições, fica evidente que, no século XVII, o sincronismo é um meio de se instituir

¹³⁷ Johan E. Curran Jr, “The history never written: bards, druids, and the problem of antiquarianism in Poly Olbion”, *Renaissance Quarterly* 51, n. 2 (1998): 498-525; Reid Barbour, *John Selden*, 59-117.

¹³⁸ Thomas Hearne, *Ductor historicus* (London: Printed for Tim. Childe, 1898), 8.

contemporaneidades, resultantes de exercícios eruditos de aproximação entre acontecimentos, sujeitos e monumentos do passado.

Além das passagens de Selden em *Historie of Tithes* e *Poly-olbion*, 'synchronisme' é uma palavra que aparece em alguns outros textos de natureza histórica da época. Dentre as menções encontradas no levantamento terminológico já mencionado estão duas que merecem destaque. Nelas o sincronismo partilha do mesmo sentido, porém está imbuído de valores opostos. A primeira está no *Philadelphus* (1593) do astrólogo Richard Harvey (1560-1630), obra onde estão as mais antigas menções ao sincronismo numa discussão de teor histórico. Na introdução da genealogia dos reis que descenderiam de Brutus de Troia, figura lendária que seria o primeiro rei da Inglaterra, diz Harvey:

O Sincronismo que segue está correto, se a cronologia estiver certa, a qual, apesar de tudo, entra em acordo com um autor, enquanto difere de outro. Isso compensa o trabalho que é material. As quantidades de tempo não nos ensinam nenhuma das qualidades da boa vida. As Matemáticas não detêm as regras da moralidade. O coração das histórias são as ações dos homens e a vida das ações é a virtude dos seus agentes.¹³⁹

Aqui o sincronismo encontrava seu limite e se mostrava não apenas um trabalho fadado à incerteza e incompletude, dado que os registros do passado sempre discordariam entre si, mas ainda incapaz de acessar a dimensão moral e útil da história. Diferentemente daquilo que postulava Bodin e os tratados ingleses sobre a escrita da história, a distinção quantitativa e matemática dos tempos estaria apartada do coração da narrativa histórica.

Já na segunda menção, o sincronismo adquire maior relevância e se mostraria capaz de explicar e superar omissões históricas no texto bíblico. Em um trecho de

¹³⁹ A passagem e o seu contexto dizem o seguinte: "The reasonable metaphors of this fourth genealogy may well be allowed, because they stand vpon reasonable causes. The morals which follow them might be more sententious and effectually by much then they are, if I might speake no more then good reasons fitly vsed: but all wordes are not fit personally which are most fit really, and so I let them go for this time, perhaps looking for a better conuenience of time and place to vtter them. The Synchronisme which followeth is right, if the chronology be right, which neuerthelesse agreeth with one writer, though it differeth from another: that is worth the labour which is materiall: the quantities of times teach vs no qualities of good life: Mathematicks haue not the rules of moralities: the heart of histories is the actions of men: the life of the actions is the vertue of the actors. If the phrase be not exquisit, or the obseruation not singular, or the method not exact and perfit, it is but one part of an Essaye among the rest, it is but a tryall of that may be done, it is but the token of a good minde to this businesse. Yet take me euen as I am, and I know that my Essaye is not behinde any other writer in this theame, whome I haue seene for those vses, which are required in a History: euen take me as ye finde me, not as any momes feigne vpon me" Richard Harvey, *Philadelphus, or a defence of Brutes, and the Brutans history* (London: by John Wolfe, 1593), 70.

Pyramidographia (1646), do matemático, astrônomo e antiquário John Greaves (1602-1652), é dito o seguinte:

Se descobrirmos, portanto, o tempo no qual floresceu Moisés e no qual foi realizada por ele essa grande empresa, seguirá como consequência que, sabendo qual Faraó, ou Rei do Egito, era coetâneo e concorrente dele, nós poderemos por meio do Sincronismo, comparando Autores sagrados e profanos, e seguindo a Linha de Sucessão deles, tal qual transmitido por autoridade confiável, chegar tão longe quanto a era em que Quéops e aqueles outros reis que governavam o Egito, cujos nomes auferimos de Heródoto e Diodoro, como sendo os fundadores dessas Pirâmides. E aqui, em favor de nossa busca por qual Rei Egípcio era contemporâneo de Moisés, devemos recorrer aos relatos não apenas das Escrituras, mas também de outros Autores aprovados, dentre os Judeus e o Gentio. Nesse último, embora encontremos frequentemente não mais do que uma escuridão Egípcia, às vezes em meio a isso podemos descobrir alguns vislumbres de luz. Por meio apenas das Escrituras é impossível inferir qual Rei do Egito era coetâneo de Moisés; o nome que lá é dado a ele, Faraó, é uma denominação comum aplicável a todos eles, assim como César ou Augusto entre os Imperadores Romanos ou eventualmente Cosroe entre os Persas, não [sendo uma] apelação distintiva.¹⁴⁰

Apesar de sua infalibilidade do ponto de vista religioso e moral, o texto sagrado teria limitações no que diz respeito ao conhecimento histórico. Ao não nomear o 'faraó' que se confrontava com Moisés, abria-se a partir da história sagrada a possibilidade de descobrir em outras fontes alguma informação ou saber faltante no texto bíblico. Era o caso não apenas do faraó que perseguira Moisés e os hebreus, mas ainda daqueles reis do Egito que vieram antes e cujo poder estava expresso na materialidade das pirâmides. Explorar as lacunas deixadas pelo texto sagrado não significava ignorá-lo, mas colocá-lo no centro do grande quebra-cabeça da história humana, cujas peças estariam espalhadas por diversas culturas pretéritas.

¹⁴⁰ "If therefore we shall discover the time in which Moses flourished, and in which this great enter|prize was performed by him, it will follow by way of consequence, that knowing what Pharaoh, or King in Aegypt was coetaneous, and concurrent with him, we may by Synchronisme, comparing sacred, and prophane Authors, and following the Line of their Successions, as it is delivered by good authoritie, at length fall upon the age in which Cheops, and those other Kings reigned in Aegypt, whom we assigned out of Herodotus, and Diodorus, to have beene the founders of these Pyramids. And here, for our inquirie what Aegyptian King was concurrent with Moses, we must have recourse to the relations, not onely of the Scriptures, but also of other approved Authors, amongst the lewes and Gentiles: in which last, though we often finde more then an Aegyptian darknesse, yet sometimes thorough this we may discover some glimmerings of light. By the Scriptures alone, it is impossible to inferre, what King of Aegypt was coetaneous with Moses: seeing the name, which is there given him, of Pharaoh, is a common denomination applyable to all of them; much like Caesar, or Augustus, with the Roman Emperours, or sometime Cosroe with the Persians, and no distinctive appellation" (John Greaves, *Pyramidographia*, London: Printed for George Badger, 1646, 18).

Apesar da discordância a respeito do valor do sincronismo para o entendimento da história, ambas as menções permitem caracterizá-lo de maneira um pouco mais detalhada do que aquelas definições de dicionário e manual: tratava-se de um trabalho de identificação, avaliação e cruzamento de fontes pretéritas de diferentes origens para estabelecer e situar eventos e personagens dentro de uma cronologia confiável, de preferência matematizada. Na Inglaterra, esse procedimento metódico foi amplamente difundido por William Camden, cuja obra mais conhecida, *Britannia*, figurou como marco fundador de uma história antiquária por aquelas bandas¹⁴¹. Apesar disso, o uso talvez mais exemplar e visualizável desse procedimento que era o sincronismo está num dos jovens correspondentes de Selden, o teólogo e antiquário John Gregory. Em *The Assyrian Monarchie* (1649), ele se embrenhava nos meandros da história dita oriental e delimitava especialmente o sincronismo nas páginas do seu texto impresso – como se pode ver nas figuras abaixo. Desse modo, em paralelo à apresentação de cada monarca mesopotâmico estão indicadas tanto as conexões de contemporaneidade entre personagens, como é o caso do rei Ninus, quanto as informações dispostas pelo autor em complementação ao texto principal, como acontece no relato da rainha Semíramis¹⁴².

<i>Ninus.</i>	<i>Synchronismi.</i>
<p>THis Ninus was the Son of Belus, so all profane Historie affirmeth by a common consent, <i>Justine, Diodorus, and the rest.</i></p> <p>The brief discours of this Kings life, see in <i>Justin. Ctesias of Cnidas</i> wrote the better part of his more noble expeditions, but <i>Diodorus</i> confesseth that none ever writ them all. <i>Diodorus ex Ctesia.</i> Hee made war with manie Nations, and was the first as these Authors think that violated that communitie which men formerly enjoyed. It seem's hee was the first that they knew; but <i>Moses</i> telleth us of one before him, and <i>Eupolemon</i> of another.</p> <p><i>Ninus</i> made war with the</p>	<p>From <i>Ninus</i> to <i>Sardapalus</i> is 1300 years. <i>Justin</i> out of <i>Trogus Pompeie.</i></p> <p><i>Zoroastres</i> reigned in <i>Bactria, Justin.</i></p> <p><i>Farnus</i> in <i>Media.</i> <i>Diod.</i> <i>Arius</i> in <i>Arabia.</i> <i>Diod.</i> <i>Barzanes</i> in <i>Armenia.</i> <i>Diodorus.</i></p> <p>In the time of <i>Ninus</i> also <i>Vexores</i> was King of <i>Egypt.</i> <i>Tanaïs</i> of <i>Scythia.</i> <i>Justin ex Trogo.</i></p> <p><i>Salian</i> thinketh it absurd that there should be anie King before the division of the World, and therefore condemneth <i>Julius Africanus</i> for his Dynalties of the <i>Arabians,</i> and reprehendeth <i>Justin</i> for these Kings of <i>Egypt</i> and <i>Scythia,</i> which are set down by <i>Trogus Pompeie.</i> So, as if the succession had been</p>

Figura 3: Sincronismos de John Gregory

¹⁴¹ Graham Parry, *Trophies of time*, 99.

¹⁴² John Gregory, *Gregorii Posthuma*, 228, 234.

<i>Semiramis.</i>	<i>Synchronismi.</i>
<p>AL L Writer have shewed their good will to make the world acquainted with the renown of this manly woman, but in their discourse there hath been as much deceit, as in her desert. <i>Diodorus</i> confesseth her pedigree to have no better Autoritie then from the Fables. The most false shee was the Wife of <i>Ninus</i>; so <i>Ctesias</i> and <i>Diodorus</i>, and manie besides: but <i>Conon</i> in <i>Photius</i> saith, shee was the Mother of <i>Ninus</i>, <i>ἡ δὲ γυνὴ αὐτοῦ μητρίη</i>, But the error of this antient Autor is most apparant, for by <i>Ninus</i> hee meaneth <i>Ninis</i>, who also was called <i>Zamus</i>, as <i>Africanus</i> witnesseth: and so indeed shee was the Wife of <i>Ninus</i>, and the Mother of his son <i>Ninis</i>, which</p>	<p>S<i>emiramis</i> fenceth in <i>Babylon</i> the Head-Citie with a famous wall, <i>Coelibus muris cinxisset Semiramis urbem.</i> <i>Ovid. Metamorph.</i> Shee builded a Wall, but not that famous Wall which the Greeks tell of, but for that are reprooved by the true <i>Berosus</i>.</p> <p>In the time, and by the appointment of <i>Semiramis</i> the first Eunuchs were instituted: This the Queen did for necessitie, but the Kings after her used it amongst their royall superfluities: a thing ordinarie in the <i>Persian</i> and <i>Babylonish</i> Court.</p> <p>That this Queen was the first appointer of this chaste attendance for her Bed-chamber. <i>Ammianus</i> testifieth.</p>

Figura 4: Sincronismos de John Gregory

O emprego do sincronismo não se restringia, porém, à pesquisa antiquária – ainda que se mostrasse central para ela. O levantamento terminológico realizado para esta tese trouxe à tona menções em textos da época que indicam usos variados do sincronismo para lidar com a religião e as profecias, a composição poética e até mesmo a vida moral.

De fato, o uso mais antigo na língua inglesa da palavra ‘synchronisme’ está na alçada do comentário bíblico e profético. Apenas dois anos depois da publicação daquele marco para o antiquarismo inglês, *Britannia* (1586) de William Camden, o termo ‘synchronisme’ aparece numa passagem de *A discursive problem concerning prophesies* (1588) de John Harvey (1564-1592). John Harvey era irmão daquele mesmo Richard Harvey, mencionado algumas páginas atrás, e também astrólogo como ele. No trecho em questão, discute-se o crédito da profecia apocalíptica de Elias e para isso, John Harvey recorre à cronologia. Segundo ele, para Elias, o mundo não duraria mais do que 6.000 anos, porém essa afirmação estaria em desarranjo não apenas com o cômputo da história, que estimava a idade do mundo entre 6.000 e 7.000 anos, mas também com outra profecia, aquela de Esdras. Nessa segunda profecia, Deus teria dito que a idade do mundo chegaria a 12 partes, das quais 10 partes e a metade da 11ª parte já teriam transcorrido.

John Harvey, então, se perguntava: haveria “maior concordância, ou Sincronismo, entre a profecia de Elias e este texto” ou “não encontraríamos grande discrepância e incongruência”?¹⁴³. O sincronismo aparece como sinônimo de ‘concordância’ e em oposição à ‘discrepância’ e ‘incongruência’, isto é, como resultado possível de uma questão dicotômica. A resolução viria pelo cômputo de ambas as profecias: se associados os 6.000 anos de Elias aos 12 períodos de Esdras e levado em consideração que o último teria vivido por volta do ano 3.500 a partir da criação, a história do mundo já deveria ter acabado no ano 4.250. A impossibilidade de sincronizar ambas as profecias poria o intérprete numa situação delicada: ou Elias não foi profeta ou não foi Deus quem instruiu Esdras. O mais importante, todavia, é que os sinais do apocalipse, também eram objeto do sincronismo – e de controvérsia.

Ainda dentro desse escopo, não se pode ignorar que um dos autores que mais fez uso da palavra ‘sincronismo’ foi Joseph Mede (1586-1639). Apenas a tradução inglesa de *Clavis Apocalyptica* (1627; 1643) contém pelo menos 38 ocorrências da palavra ‘sincronismo’ – o que inclui títulos e subtítulos, mas atesta a relevância da palavra na escrita do autor. O próprio subtítulo da obra, que tratava de sumariá-la, não deixa de ser dos mais interessantes:

A Chave da Revelação ou o sincronismo e ordem das profecias do Apocalipse segundo as coisas que deverão acontecer, fundamentado não em suposta interpretação (como [se] firmada no chão) ou prejudgamento

¹⁴³ A passagem como um todo diz o seguinte: “But there is also another Apocriphal reuelation touching the worlds durabilitie, which God himselfe is reported to haue declared and intimated vnto the saide Esdras out of a bush in this form, or tenor of words: The world hath lost his youth: and the times, or ages are waxen old: for the world is diuided into twelue parts, and ten parts are gone thereof already, and halfe of the tenth part also: and there remaineth onely that which is after the halfe of the tenth part; therefore set thy house in order, and so foorth. Go to now: is there any greater concordance, or Synchronisme, betwéene the prophesie of Elias and this text, than is argued betwéene the same, and the former? Or rather shall we not finde a greater discrepance, & incongruence, if we search the matter to the quicke? Let the diuision of those twelue partes be made according to the number of the yéeres of Elias, (as it néeds must, in case that be the certaine number of the worlds age) and shall not euery part containe iust 500. yeeres? Of which if we take away ten parts, that is ten times 500. and halfe the tenth part, that is halfe 500. which is 200. & 50 shuld there not remaine from the time of that reuelation to Esdras, vnto the perfect consummation of this world, aboue 700. and 50. yéeres? Which being added to 3500. yéers, about which time Ab orbe condito, Esdras florished, do they produce any more in the totall sum than 4250. yéeres? At which pe|riode, the extrémee and final conflagration should haue kind|led, had this prophesie of Esdras, and that of Elias béene a|gréeeably consonant, and vniforme? Wherefore the grosse, and notorious difference of 1030. yéeres, which is alreadie passed betwéene them, must of necessitie condemne the one, but vnto which the more credite is to be yéelded, let other iudge: one of the two must néedesly be granted, either that the lewish Elias was no true prophet; or that he, who instructed Esdras was no true God. The resolution I leaue as well to the priuate consideration of euery christian conceite, as to the publike determination of the church” John Harvey, *A discoursie probleme concerning prophesies* (London: by John Jackson, 1588), 21-22.

da ocorrência das ações, mas demonstrado com firmeza a partir dos próprios caracteres das visões enviadas pelo Espírito de Deus para esse propósito; apresentado de acordo em um Esquema simples, para que sirva de guia àqueles que convergiram para esse Labirinto sagrado e [seja] uma Pedra de Toque [Touch-stone] para encontrar a verdadeira interpretação e confrontar a falsa¹⁴⁴

Aqui a mesma ‘pedra de toque’ que aparecia naquela longa passagem de Selden em *Poly-olbion* e se provava fundamento da pesquisa antiquária sobre o passado, surge agora em Joseph Mede orientada para o futuro. Neste caso, não se tratava de alinhar e sequenciar um conjunto de vestígios monumentalizados, mas de ajustar a ordem dos sinais de coisas que nem sequer aconteceram, e tudo isso com alto grau de certeza. A fonte desses dois exercícios de sincronismo é, apesar das diferenças, a mesma: as escrituras sagradas. Do mesmo modo que as genealogias bíblicas forneciam o ponto de partida para o cálculo de uma cronologia geral, capaz de penetrar fundo no passado e chegar até a data da criação do mundo, por meio das profecias se poderia fixar a ordem e talvez o momento do fim dessa sequência temporal.

Além desse uso antiquário e profético do sincronismo, que são majoritários dentre as menções encontradas para a palavra ‘synchronisme’, o exercício associativo que dava forma a essa prática intelectual encontrou empregos menos comuns, mas não pouco relevantes. Numa passagem em *The holy state* (1642), o autor, Thomas Fuller (1608-1661), fez referência a um ‘sincronismo poético’ ao comentar algumas máximas a respeito do caráter dos irmãos mais velhos. Diz o texto:

Ele [o filho mais velho] deseja antes a Vida do seu pai do que o seu Sustento. Essa é uma das principais razões (mas sabe Deus quão verdadeira) de por que Filipe II, rei da Espanha, fez no ano de 1568 que Carlos, seu filho mais velho, fosse executado por tramar a morte do próprio pai, como se alega. E um Provérbio nessa dificultosa brincadeira acomodou os numerais no verso de Ovídio ao ano em que o Príncipe padeceu.

FILIVs ante DieM patrlos InqVlrlt In annos

1568

¹⁴⁴ “The Key of the Revelation: OR The Synchronisme and order of the prophecies of the Revelation according as the things were to be accomplished, resting on no supposed interpretation, (as of a round layed) or fore-judging of the falling out of actions; but firmly demonstrated out of the very characters of the visions inserted by the Spirit of God of set purpose, and accordingly in a clear Scheme presented to view; that it may be as a sure guide to those that are conversant in this holy Labyrinth, and a Touch-stone for the Single illegible letterinding out of the true interpretation, and disproving of the false” Joseph Mede, *The key of the Revelation, searched and demonstrated out of the naturall and proper charecters of the visions* (London: by R.B., 1643), 1.

Before the tIME, the oVer-hasty sonne
Seeks forth hoVV near the fathers Life Is Done

1568

Mas se não tivessem indício melhor contra ele do que esse Sincronismo poético, bem poderíamos considerá-lo um mártir.¹⁴⁵

A ambivalência das letras tornava possível conectar palavras e números, versos e acontecimentos, convertendo assim poesia em prenúncio. O tempo entrelaçava-se à moral. Outra menção ao sincronismo deixa isso evidente. Em *Divine meditations written by an honourable person* (1641), Isaac Wake (1580-1632) falava de um tipo moral de sincronismo, no qual os tempos (no caso, não da história, mas da vida) estariam imbuídos de qualidades:

é expediente fazer um Sincronismo ou comparação dos Tempos, nos quais estivemos na Adversidade e Prosperidade e observar como somos afetados por isso. Em tempo de perigo, olhamos para Deus, lamentamos por nós mesmos, confessamos nossos pecados, professamos nossa penitência, reconhecemos a Justiça de Deus, imploramos pela sua Misericórdia, prostrando-nos em jejum e chorando. Somos então diligentes em ouvir a palavra de Deus, em meditar sobre ela, frequentes nas obras de Graça para os mais pobres e necessitados [...]. Agora examinemos a nós mesmos se em tempo de prosperidade não esfriamos ou cedemos em algum desses deveres espirituais nos quais éramos antes tão fervorosos e diligentes¹⁴⁶

¹⁴⁵ "He rather desires his fathers Life then his Living. This was one of the principall reasons (but God knows how true) why Philip the second, King of Spain, caused in the year 1568. Charles his Eldest Sonne to be executed for plotting his fathers death, as was pretended. And a Wit in such difficult toys accommodated the numerall letters in Ovids verse to the year wherein the Prince suffered. FILIVS ante DleM patrlos InqVirt In annos/ 1568/ Before the tIME, the oVer-hasty sonne/ Seeks forth hoVV near the fathers Life Is Done/ 1568. But if they had no better evidence against him but this poetical Synchronisme, we might well count him a martyr" (Thomas Fuller, *The holy state*, Cambridge: Printed by R.D, 1642, 45-46).

¹⁴⁶ "Fourthly, it is expedient, to make a Synchronisme, or comparison of the Times, in which we have been in Adversity, and Prosperity, and to observe, how wee have been affected therein. In time of danger, we look up to God, wee bemone our selves, confesse our sinnes, professe our penitence, acknowledge Gods lustice, implore his Mercy, prostrating our selves before him in fasting and weeping: Wee (then) are diligent in hearing Gods word, and meditating therin; frequent in works of Mercy to the poore and needy, willing to communicate, ready to distribute, as seeming desirous (thereby) to lay up in store for our selves a good foundation of happie eternitie, 1 Tim. 6.19. Now let us examine our selves, whether in time of prosperity we have not cooled or relented in any of these spirituall duties, in which we were formerly so fervent and diligent: whether our Zeale be not lukewarme our Charitie frozen, our Devotion faint, our Prayers perfunctory, our service of God onely formall and superficial; and lastly, whether we say not in our hearts, O that Ismael might live in thy sight! that so we might entertaine our old Concubine Hagar (the lusts of the Flesh) after Isaac the childe of Promise is borne. If we find in our selves any such Alteration, or disinclination from pious duties, we may assure our selves, that Satan

Essas duas passagens fecham a demonstração sobre como, no contexto histórico em que Selden atuava, não apenas inexistia um tempo unificado que servisse de referente para uma experiência histórica unificada, mas ainda que a temporalidade disponível e até então quantificada poderia ser atravessada por qualidades diversas. O sincronismo figurava, nessas circunstâncias, como prática intelectual e erudita numa temporalidade heterogênea, isto é, caracterizada pela pluralidade quantitativa dos tempos e também pelas qualidades que eles poderiam secretamente ensejar. Todavia, sua operação se dava na expectativa de estabelecer uma única cronologia, capaz de se estender do início ao fim do mundo, interligando assim vestígios e previsões, passado e futuro.

3.2. “Intoleráveis Anticronismos”

Tendo explorado as finalidades do sincronismo e apontado como ele atuava de modo a afastar a escrita da história de um encadeamento retórico ou narrativo do passado, é agora o momento de examinar como o sincronismo se prestava a ser, efetivamente, “a melhor pedra de toque” para julgar e retificar matérias de natureza histórica.

A despeito do uso pontual feito por Selden da palavra ‘sincronismo’, existem diversos exemplos de sua operação com a finalidade antiquária de estabelecer verdades históricas ou, pelo menos, conjecturas razoáveis sobre figuras e acontecimentos do passado. Em *Historie of Tithes*, tal qual fizera Selden nas ilustrações de *Poly-olbion*, lendas e histórias tradicionais eram alvo dessa operação crítica que expunha as inconsistências dessas narrativas. Verificava-se por meio do sincronismo a autenticidade de documentos e, sobretudo, das opiniões presentes nesses relatos a partir do cálculo cronológico ou da comparação com outros vestígios de uma mesma época – ou de algum momento próximo ao texto em questão.

Um exemplo é o comentário de Selden sobre Carlos Martel (690-741) ter expropriado o clero de suas propriedades e privilégios, dentre os quais os dízimos. Dizia o seguinte: “ele [Martel] foi, de fato, um ladrão da Igreja, mas não é mencionado por nenhum autor antigo [digno] de crédito que tenha se metido com os dízimos”¹⁴⁷. Pior

seeks to lull us asleepe in securitie” Isaac Wake, *Divine meditations written by an honourable person* (London: Printed by T. Badger, 1641), 94-96.

¹⁴⁷ John Selden, *Historie of Tithes*, 51.

ainda era a história, derivada desse entendimento histórico, de que São Euquério de Orléans (ca.687-743) tivera visões da danação de Carlos Martel e, por isso, teria pedido que a tumba do governante fosse aberta. Lá não teria sido encontrado corpo algum, apenas uma serpente. Selden fazia duas objeções fundamentais à narrativa: o arcebispo Bonifácio de Mentz (ca.675-754), apesar das queixas duras que fazia a Carlos Martel, não elencara os dízimos dentre a propriedade confiscada da igreja por ele; além disso, segundo o cardeal César Barônio (1538-1607), Carlos Martel teria vivido dez anos a mais do que Euquério de Órleans, tornando impossível que o último abrisse a tumba do primeiro¹⁴⁸. O sincronismo identificava um erro de datação e, a partir daí, mostrava que a moral da história de Carlos Martel era posterior aos eventos, equivocada e fantasiosa. Apenas por meio do sincronismo Selden se dispunha a reconhecer algum erro no comentário que fizera. Ele dizia o seguinte, nas notas de revisão do capítulo:

Quando vir qualquer testemunho próximo do tempo de Martell que possa justificar a lenda da profanação dos Dízimos poderei mudar de ideia. Mas vendo que tantos dos seus sacrilégios foram preservados na história próxima do seu tempo e que nenhuma sílaba sobre os Dízimos, tal como aqui investigamos, nem coisa alguma que faça referência ao pagamento corrente deles é encontrada nas Leis feitas sob ele [Martel], permaneço confiante naquilo que admoestei e julgo que assim ficará qualquer um que tiver um olho imparcial para o julgamento.¹⁴⁹

Outro exemplo de sincronismo em *Historie of Tithes* é o tratamento dado à história sobre Agostinho da Cantuária (†604) que era utilizada como prova de que dízimos eram pagos no tempo dos bretões e saxões¹⁵⁰. A narrativa diz que, por volta do ano 600, no condado de Oxford, Agostinho teria excomungado um poderoso local por não pagar o dízimo e, logo em seguida, pôs-se a rezar a missa, proibindo que qualquer excomungado se aproximasse do altar. Daí, dizia Selden encabulado, “um cadáver, que estava enterrado na porta da igreja, levantou-se (desculpem-me por relatar isso) e foi para os limites do cemitério”. Ao final da missa, Agostinho interrogou o morto-vivo e descobriu que ele era um nobre do tempo dos bretões, excomungado por não pagar os dízimos e que, por isso, padecia desde então. Agostinho foi então levado pelo morto-vivo ao túmulo do sacerdote

¹⁴⁸ John Selden, *Historie of Tithes*, 51-2.

¹⁴⁹ “When I see any testimonie neer Martells time that so may iustifie the receiud tale of his prophaning of Tithes as I may change my mind. But seeing so much of his sacrileges left in the storie of neer his age, and that not a syllable touching such Tithes as we here enquire after, nor any thing els that hath reference to the common paiement of them, is found in the Laws made vnder him, I still remain confident in what I haue ad|monished; and I think so will euery man els that hath an impartiall eie of iudgment” John Selden, *Historie of Tithes*, 466.

¹⁵⁰ John Selden, *Historie of Tithes*, 272-6.

que o excomungou. Lá, o padre morto se ergue e diz que o nobre em questão era “em todas as coisas contrário à igreja, um detentor de seus dízimos e um grande pecador até a sua morte”. Agostinho convenceu o padre de outrora a perdoar o morto-vivo e, nesse ínterim, disse a Agostinho que estava enterrado ali há mais de 170 anos. Ao fim da história, ambos os mortos-vivos voltam ao pó e aquele primeiro senhor local, excomungado, cai aos pés de Agostinho e promete pagar os dízimos devidos¹⁵¹.

Apesar de todo o insólito da narrativa e da surpresa e escárnio que o próprio Selden mostrava diante dessa história de caráter hagiográfico, ele não confrontava o conteúdo e a veracidade dela através do extraordinário ali presente. Selden fazia objeções históricas. A primeira conjecturava que, segundo a narrativa, que se passaria por volta do ano 600, o padre redivivo teria vivido por volta do ano 430, dado que estaria no túmulo há 170 anos – aqui, é preciso alertar que em todas as impressões de *Historie of Tithes* está grafado o ano 330, o que não faz sentido, todavia, no cálculo cronológico. Tendo vivido entre os primeiros trezentos ou quatrocentos anos depois de Cristo, o tal padre não teria taxado apenas um nobre local se fosse usual pagar o dízimo naquela época entre os cristãos da Inglaterra – o que não era. A segunda objeção feita por Selden é que os relatos dessa história (ou, nos termos utilizados pelo antiquário, nos “monumentos mais observáveis”) foram escritos muito posteriormente ao acontecimento narrado. A referida história de Agostinho da Cantuária estaria preservada em dois manuscritos da biblioteca de Oxford: um primeiro que conta a vida de outro arcebispo da Cantuária, Thomas Becket (1118-1170), escrito por ‘John de Grandison’ ou John Grandson (†1369); e o outro intitulado *Historia Aurea*, de ‘Iannes Anglicus’ ou John de Baconthorpe (1290-1347), que também remeteria à Baixa Idade Média¹⁵². Selden concluía seu comentário em desfavor da narrativa em questão, a qual seria possível contrariar com facilidade na estranheza do seu conteúdo, e também dizia algo mais:

Seja a verdade como for, não acredito que a fábula possa ser encontrada, nem qualquer vestígio dela, para além de CCCC anos de idade. Mas, para concluir esse testemunho, não pode haver dúvida de que alguma prática de pagamento estava aqui em vigor desde muito antigamente, o que (além da devoção que se pode supor dos Cristãos e da Doutrina da Patrística, muito provavelmente talhada aqui tal qual nas outras Igrejas Ocidentais) pode ser reunido [collected], com boa probabilidade, a partir apenas daquelas Leis dos tempos dos Saxões, as quais inquestionavelmente não deixavam de

¹⁵¹ John Selden, *Historie of Tithes*, 272-4.

¹⁵² John Selden, *Historie of Tithes*, 274-5.

causar algum efeito, sendo com tanta frequência renovadas. Nem é omitida a memória de algum costume de pagamento aqui naqueles tempos mais antigos nas relíquias da antiguidade¹⁵³

O sincronismo sugeria não apenas que a história era falsa do ponto de vista histórico, mas principalmente que para identificar e reconstituir alguma prática costumeira referente ao pagamento dos dízimos na Inglaterra dos séculos IV e V seria preciso ir às leis seculares dos antigos saxões. A história eclesiástica não bastaria por si só.

Para além das lendas e hagiografias, esse expediente crítico servia para examinar e autenticar as informações oriundas de cronistas medievais canônicos, como Guilherme de Malmesbury (ca. 1080/95- ca. 1143)¹⁵⁴. Segundo o cronista, Cedwalla (659-689), rei dos anglo-saxões de Wessex (ca. 685-688), teria oferecido a Deus os espólios que fez na guerra, o que provaria que os dízimos eram, desde então, uma obrigação. Selden contestava a interpretação indo ao próprio fato: além de nenhum registro antigo fazer menção a esse pagamento, caso o rei Cedwalla tenha feito isso, fizera-o em contrariedade ao costume dos saxões germânicos, que então ocupavam a Inglaterra, segundo os quais, de acordo com Sidônio Apolinário (ca.430-ca.489), ofereciam suas presas marítimas a Netuno¹⁵⁵. Ainda que os saxões não tivessem qualquer deus chamado Netuno, conjecturava Selden, “alguma divindade da mesma natureza, isto é, algum grande deus do mar, teria existido nas superstições deles, pode ser facilmente inferido [collected]”. Ademais, não se poderia esquecer (dizia citando Joseph Scaliger) que o movimento das águas era constitutivo da contagem do tempo, de modo que “não era gratuito que o mar fosse reputado entre eles como uma divindade, assim como o sol e a lua também”¹⁵⁶. Esse mesmo procedimento era utilizado para confrontar o conteúdo de uma carta atribuída ao rei Cnut (1016-1035), datada de 1031, na qual o monarca exigia que os bispos da Inglaterra zelassem pelo pagamento rigoroso dos dízimos, segundo a lei ancestral¹⁵⁷. Todavia, a legislação contemporânea de Eduardo, o Confessor (1003-1066), indicaria um pagamento

¹⁵³ “But let the truth be as it will, I doe not beleue, that the fable can be found, nor any steps of it, aboue CCCC. yeer old at most. But, to leaue such testimonie, no doubt can be, but that some practice of payment was here vsed very anciently, which (beside the deuotion to be supposed in Christians, and the Doctrine of ancient Fathers, which, verie likely, wrought here as in other Western Churches) might be collected, by good probabilitie, out of those Laws alone of the Saxon times which questionlesse were not without some effect, being so often renewd. Neither is the memorie of some vse of payment here, in these more elder times, omitted in the reliques of antiquitie” John Selden, *Historie of Tithes*, 275-6.

¹⁵⁴ John Selden, *Historie of Tithes*, 269-71.

¹⁵⁵ John Selden, *Historie of Tithes*, 269.

¹⁵⁶ John Selden, *Historie of Tithes*, 270-1.

¹⁵⁷ John Selden, *Historie of Tithes*, 277-80.

reduzido do dízimo – apesar de pouco seguro sobre a data de um texto anexado à lei, Selden afirmava que tal pagamento teria sido descontinuado com a invasão normanda, em 1066.

Entendido como “pedra de toque” do conhecimento histórico, o sincronismo produzia dois efeitos distintos sobre a produção intelectual de Selden. Primeiramente, ele permitia avaliar a autenticidade de determinadas histórias, eventos e vestígios do passado. Em segundo lugar, o sincronismo chamava atenção do antiquário para as especificidades dos tempos de outrora e ensejava nele a disposição para colecionar fontes diversas em matéria de prestígio e proveniência, tendo em vista dispor corretamente a sequência cronológica. E parte importante desse trabalho de organização do tempo consistia em identificar, evitar e emendar aquilo que Selden chamava, naquela longa passagem de *Poly-olbion*, de “intoleráveis Anticronismos”.

Até onde se sabe, Selden foi a primeira pessoa a utilizar, em língua inglesa, um termo que expressa, de maneira direta, a ideia de anacronismo: ‘anticronismo’. Essa intolerável oposição ou contrariedade ao tempo não aparecia sozinha na linguagem. A cronologia não era produzida, na Idade Moderna, apenas pela flexão do ‘sincronismo’, mas existiam algumas outras palavras que expressavam tanto uma espécie de sensibilidade renascentista à distância histórica (ou pelo menos retórica) entre antigos e modernos quanto eram operadoras de uma temporalização cronológica¹⁵⁸. ‘Sincronismo’, ‘anticronismo’, ‘anacronicismo’, ‘anacronismo’, ‘metacronismo’, ‘paracronismo’, ‘procronismo’ e ‘anacronitismo’ eram palavras que formavam uma espécie de vocabulário próprio ao longo do século XVII. Faz pouco sentido tratar, como o fez com frequência a literatura acadêmica, o anacronismo como uma ideia ou conceito que, isolado, traria a controvérsia no bojo de sua definição, ou enquanto uma sensação difusa espalhada pela cultura. O anacronismo, tão importante para os historiadores da modernidade, aparecia no século XVII como um termo técnico, inserido dentro de um conjunto específico.

¹⁵⁸ Existem trabalhos na literatura acadêmica recente preocupados em desvendar os sentidos próprios dessas palavras e a maneira pela qual instauravam determinada temporalidade. O presente capítulo se inspira, em parte, nesse material e não deixa de sugerir a leitura desses textos, a saber: Margreta de Grazia, “Anachronism”, in *Cultural Reformations: Medieval and Renaissance in Literary History*, editado por Brian Commings e James Simpson (Oxford: Oxford University Press, 2010), 13-32; Achim Landwehr e Tobias Winnerling, “Chronisms: on the past and future of the relation of times”, *Rethinking History* 23, n. 4 (2019): 435-55; Tim Rood, Carol Attack, Tom Philips, *Anachronism and antiquity* (London: Bloomsbury Academic, 2020).

Nesse sentido, é emblemática uma passagem escrita por um dos correspondentes de Selden, John Gregory, na qual ele explicava o seguinte: “essa conexão de coisas é chamada Sincronismo, seja entre os próprios intervalos [de tempo], seja junto com a História (Storie). Um erro cometido nisso é chamado Anacronismo. Se por muito é um Procronismo, se por muito pouco, um Metacronismo”¹⁵⁹. Fica estabelecida aí não apenas uma vinculação expressa entre o sincronismo e o anacronismo, estando esse último contido (ainda que como produto indesejável) no exercício do primeiro, mas também, e não menos importante, abre-se daí a possibilidade de contemplar outros termos desse vocabulário. O levantamento terminológico realizado no decorrer desta pesquisa, embora não seja definitivo, revela como foi profícua na língua inglesa a utilização de palavras novas e derivadas com a função de operativos temporais ao longo do século XVII.

Quadro 2: Vocabulário do Sincronismo

Fontes: Oxford English Dictionary, Lexicon Early Modern English, Early English Books Online

Ano	Termo	Referência
1538	Hysterologia	Thomas Elyot <i>The dictionary of Sir. Thomas Elyot</i>
1588	Synchronisme	John Harvey <i>A discursive problem concerning prophesies</i>
1600	Hysterosis	Robert Aylett <i>A briefe chronologie of the holie scripture...</i>
1612	Antichronismes	John Selden <i>Poly-olbion</i>
1614	Anachronicisme	Walter Raleigh <i>The history of the world</i>
1617	Anachronisme	John Hales <i>A sermon... concerning the abuses of obscure and difficult places of holy Scripture...</i>
1617	Metachronisme	John Hales <i>A sermon... concerning the abuses of obscure and difficult places of holy Scripture...</i>
1642	Parachronisme	Richard Montagu <i>Acts & Monuments of the Church</i>
1649	Anachronism	John Gregory <i>Gregorii posthuma</i>
1649	Metachronism	John Gregory <i>Gregorii posthuma</i>
1649	Prochronism	John Gregory <i>Gregorii posthuma</i>
1649	Synchronism	John Gregory <i>Gregorii posthuma</i>
1652	Synchronical	Walter Charleton <i>The darkness of atheism dispelled by the light of nature, a pshyco-theological treatise</i>
1656	Anachronicism	Thomas Blount <i>Glossographia</i>
1656	Synchronical	Thomas Blount <i>Glossographia</i>

¹⁵⁹ John Gregory, *Gregorii posthuma*, 174.

1659	Parachronize	Thomas Pierce	<i>The new discoverer discover'd... answer to Mr. Baxter...</i>
1660	Parachronism	Henry More	<i>An explanation of the Grand Mystery of Godliness</i>
1660	Synchronal	Henry More	<i>An explanation of the Grand Mystery of Godliness</i>
1661	Usterosis	Thomas Fuller	<i>Worthies</i>
1668	Antichronism	Serenus Cressy	<i>The church-history of Brittany</i>
1669	Synchronous	Theophilus Gale	<i>The Court of the Gentiles</i>
1672	Synchronize	Joseph Mede	<i>The works of the pious and profoundly-learned Joseph Mede</i>
1672	Synchronistical	Joseph Mede	<i>The works of the pious and profoundly-learned Joseph Mede</i>
1676	Anachronitism	Elisha Coles	<i>An English Dictionary</i>
1677	Metachronysm	Robert Cary	<i>Palaeologia Chronica</i>
1681	Synchronize	Henry More	<i>A plain and continued exposition of the several prophecies or divine visions of the prophet Daniel...</i>
1684	Anacronism	Gedeon Pontier	<i>A new survey of the present state of Europe...</i>
1684	Synchronistically	Henry More	<i>An answer to several remarks upon Dr. Henry More, his expositions of the Apocalypse and Daniel ...</i>
1685	Parachronistick	Henry More	<i>Paralipomena Prophetica</i>
1685	Synchronistick	Henry More	<i>An Illustration of Those Two Abstruse Books in Holy Scripture, the Book of Daniel, and the Revelation...</i>

Enquanto o termo ‘hysterologia’, referente à retórica e ao sequenciamento narrativo do tempo, encontrou somente variações de grafia (‘hysterosis’ e ‘usterosis’), formou-se ao redor de ‘synchronisme’ um repertório de palavras que se espalharam fundamentalmente entre textos históricos e teológicos. Alguns termos desse conjunto não parecem ter sido mais do que variações de grafia, como ‘anacronismo’, ‘anacronicismo’ e ‘anacronitismo’. Outras palavras, porém, tinham valor semântico específico, como ‘metacronismo’ e ‘procronismo’. Além disso, esse vocabulário se desdobrou em variações morfológicas, figurando como substantivo, verbo, adjetivo e advérbio. Tudo isso sugere o enraizamento, na língua inglesa, de um vocabulário no qual ‘sincronismo’ e ‘anacronismo’ ocupavam posição de destaque enquanto agregadores de procedimentos constitutivos da produção erudita do tempo cronológico.

Curiosamente, a maioria desses termos aparecia para qualificar os erros que seriam revelados ou cometidos em algum exercício de filologia ou sincronismo. O ‘anticronismo’ de Selden chama atenção, em primeiro lugar, para o seu entorno e as

palavras que lhe parecem semelhantes. O levantamento terminológico mostra que ‘anticronismo’ (1612) logo ganhou a companhia de ‘anacronicismo’ (1614), ‘anacronismo’ (1617) e de outros termos formados por diferentes prefixos do grego, ‘metacronismo’ (1617), paracronismo (1642) e ‘procronismo’ (1649). A constituição dessas palavras aponta na direção da Antiguidade, seja porque algumas delas se tratavam de arcaísmos, tendo ocorrência registrada naquele período, como é o caso de ‘anticronismo’, seja porque eram neologismos, construídas pelos modernos por meio de paralelo com os antigos, como em ‘paracronismo’. O ‘anticronismo’ de Selden, por exemplo, seria um arcaísmo com alguma recorrência na filologia dos antigos, entre os quais significava a troca de uma sentença por outra. Uma interpretação disso tudo seria, portanto, de que não se deveria sobrevalorizar esse léxico do anacronismo como indicativo da emergência, entre os séculos XVI e XVII, de uma consciência histórica inédita¹⁶⁰. Dizer isso, no entanto, faz com que se entre numa espécie de jogo do pioneirismo, no qual o objeto em disputa, a existência de uma consciência histórica peculiar aos modernos (e, por conseguinte, a constituição da ideia de anacronismo), dependeria da anterioridade ou posterioridade de determinados recursos linguísticos para distinguir o tempo. Arrisca-se perder aí a oportunidade para pensar que tipo de temporalidade efetivamente ganhava forma pela mobilização desse conjunto de palavras.

A existência de termos retóricos capazes de distinguir tempos e argumentos não é razão suficiente para se ignorar o fato de que, no século XVII, ampliava-se na língua inglesa um conjunto de palavras que configurava o tempo de uma maneira diferente. Embora existissem termos e figuras de linguagem pertencentes à retórica cujo conteúdo semântico se confundia em linhas gerais com aquele do vocabulário cronológico, é notório que a cronologia assumia contornos próprios e expressava certo distanciamento cognitivo em relação ao passado¹⁶¹. É o que observa, por exemplo, numa passagem de meados do século XVII a respeito da história da filosofia: “apesar de Isócrates ter admoestado Polícrates de certos erros em sua Oração contra Sócrates, mesmo assim o Anacronismo persistiu, pois a Cronologia não era ainda estudada em Atenas”¹⁶². Sem cronologia, sem anacronismo. As palavras que surgiam daí tinham definições semelhantes nos dicionários modernos, as quais apelavam mais para o cálculo do que para a narrativa do tempo

¹⁶⁰ Tim Rood, Carol Atack, Tom Philips, *Anachronism and antiquity*, 22-23.

¹⁶¹ Margreta de Grazia, “Anachronism”, 15-6, 30-1.

¹⁶² Thomas Stanley, *The history of philosophy* (London: Printed for Humphrey Moseley and Thomas Dring, 1656), 40.

histórico. ‘Anticronismo’, ‘anacronismo’ e afins eram denominadores basicamente de algum erro de cronologia ou, melhor dizendo, de alguma conexão ou cálculo indevido de tempos.

Quadro 3: Definições de Anacronismo

Fontes: Oxford English Dictionary, Lexicon Early Modern English, Early English Books Online

Ano	Termo	Referência	Conteúdo
1656	Anachronicism, Anachronism	Thomas Blount <i>Glossographia</i>	An error in Chronology, or an undue connexion of time, a false Chronicling, a repeting of time
1656	Metachronism	Thomas Blount <i>Glossographia</i>	Metachronism, an error in the connexion of things or times, by reckoning or accounting short or beyond the truth
1656	Prochronism	Thomas Blount <i>Glossographia</i>	an error in the connexion of things, or computation of time, by saying or setting down too much
1658	Anachronisme	Edward Phillips <i>The New World of English Words</i>	(Greek) a word used in Chronology, signifying a false collection of time
1658	Metachronisme	Edward Phillips <i>The New World of English Words</i>	(Greek) an error in Chronology by the misreckoning of time, or the ill connexion of passages, a word compounded of the Greek preposition Meta and Chronos, i. time
1658	Prochronism	Edward Phillips <i>The New World of English Words</i>	(Gr.) an error in Chronology, or the computation of time
1670	Parachronize	Thomas Blount <i>Glossographia</i>	Parachronize, to mistime any thing
1676	Anachronism, Anachronitism	Elisha Coles <i>An English Dictionary</i>	g. False computation or reckoning of time
1676	Antichronism	Elisha Coles <i>An English Dictionary</i>	g. false Chronicling
1676	Metachronism	Elisha Coles <i>An English Dictionary</i>	g. an error in Chronology or reckoning of time
1676	Prochronism	Elisha Coles <i>An English Dictionary</i>	g. a setting down too much in computing of time
1755	Anachronism	Samuel Johnson <i>A Dictionary of the English Language</i>	...early; but is generally used for any error in chronology. This leads me to the defence of the famous anachronism, in making Aeneas and Dido contemporaries: for it is certain, that the hero lived almost two hundred...

Erros de cálculo ou conexão, os ‘anticronismos’, ‘anacronismos’ e afins faziam sentido, de maneira completa, à luz de uma concepção posicional do tempo. Esse vocabulário do anacronismo seria tão variado na época porque as palavras que o constituíam funcionavam como coordenadas ou ‘cronoferências’. Elas indicariam com precisão o lugar de determinada coisa dentro de um sequenciamento cronológico do

tempo, no qual errar poderia ser visto, de fato, como um pecado em razão da sacralidade que o tempo assumia na Idade Moderna¹⁶³. As palavras que formavam o vocabulário do anacronismo não seriam simples sinônimos umas das outras, de modo que falar sobre a formação do tempo cronológico implicaria examinar as conexões e cálculos realizados por meio delas pelos letrados da Idade Moderna. O que se evidencia aqui é que tudo isso aconteceu dentro do sincronismo e trazia consigo as marcas do colecionar que então condicionava a história antiquária.

Para além de chamar atenção para o vocabulário cronológico que se cristalizava na época, os ‘intoleráveis anticronismos’ de Selden abrem a possibilidade para se pensar todo um espectro de reações que existiria em torno do erro de cronologia: alguns toleráveis, outros nem tanto. Quando se busca pelas adjetivações que acompanhavam as palavras ligadas ao anacronismo, encontra-se mais ou menos o seguinte: ‘absurdo’ (absurd), ‘hábil’ (skilfull), ‘estupendo’ (stupendous), ‘evidente’ (evident), ‘famoso’ (famous), ‘grande’ (large), ‘grandioso’ (great), ‘indesculpável’ (inexcusable), ‘muito grande’ (very great), ‘muito pequeno’ (very small), ‘não menos grosseiro’ (no less gross), ‘notório’ (notorious), ‘ordinário’ (ordinary), ‘ridículo’ (ridiculous), ‘sujo’ (foul), ‘tolerável’ (tolerable), ‘vasto’ (vast). Essa diversidade de qualificações sugere modos de ser do anacronismo: na maioria dos casos, intolerável, renomado em outros, às vezes infortunado, ora discreto e até mesmo engenhoso.

Vistos desse ângulo, os cuidados de Selden com a formação de sua coleção sobre os dízimos, isto é, a identificação dos melhores autores, a transcrição, tradução e o exame dos vestígios do passado, sinalizando expressamente as suas próprias conjecturas eram cuidados para evitar anacronismos involuntários e intoleráveis por parte dele ou de seus interlocutores. Em outra passagem, John Gregory ilustrava como o anacronismo poderia decorrer da falta de exercício crítico e da indiferenciação de autores e vozes numa narrativa:

O Autor da Presente História diz que Demétrio, acompanhando os Anciãos da Ilha de Faros, cruzou o Hepstadium, a Ponte, etc. Porém, essa passagem claramente é retirada de [Flávio] Josefo, o qual, julgava ele, teria registrado a História segundo Aristeas, embora não o seguisse por toda a sua Narrativa, mas com frequência, especialmente onde era breve, adotava modos próprios de expressão. Por isso, quando ele diz como os Anciãos foram conduzidos por Demétrio da Cidade até a Ilha, faz sob as

¹⁶³ Achim Landwehr e Tobias Winnerling, “Chronisms”: 6-7.

Circunstâncias do seu próprio tempo, como se tivessem passado sobre o Heptastadium e a Ponte, pois, de fato, assim era nos seus dias, como pensou [ter sido] nos dias de Aristeas. Mas, se nossa informação está correta, deveremos identificar isso como um Anacronismo notório, porque, nos dias da Tradução [da Bíblia para o grego], Faros era uma Ilha e, portanto, não poderiam tê-la atravessado pelo Solo. Homero diz que no tempo antigo essa Ilha de Faros ficava um dia e uma noite à vela de Alexandria.¹⁶⁴

Tal anacronismo seria notório porque, no tempo da história, inexistia qualquer ponte ou estádio pelo qual se passava no caminho até a ilha de Faros. Essas edificações alexandrinas foram construídas depois, de modo que seria forçoso chegar à ilha pelo mar. Apesar de toda a concretude envolvida aí, a ‘notoriedade’ desse anacronismo dependia daquelas informações disponíveis a John Gregory que permitiam a ele traçar a genealogia desse equívoco a partir das fontes da Antiguidade.

O anacronismo também surgiria na confusão do nome de autores. Thomas Fuller fazia um alerta nesse sentido. Ao propor que se tratasse “o nome Bacon em Oxford não como um homem Individual, mas uma Corporação de homens, não uma única Corda, mas um Cabo torcido de muitos juntos”, o historiador da igreja destacava que fazê-lo evitaria que perdurasse “essa Confusão de tantos Bacons num único causou Anticronismos em muitos Relatos”¹⁶⁵. Infringia-se a cronologia quando se identificavam equivocadamente os sujeitos pretéritos, fosse evitando encará-los como entidade coletiva, como alertava Thomas Fuller, fosse ao se fazer justamente isso. É o caso da denúncia feita por Jean Dubourdieu (164?-1720) a respeito de São Euquério de Orléans: “alguns, de fato, para salvar esse Anacronismo pretendem que existiram dois Euquérios, assim como os Judeus, os quais, para corrigir sua Causa desesperada, inventaram dois Messias para reconciliar em ambos a realização dos Oráculos que não podem atribuir somente a um”¹⁶⁶. A ideia de que

¹⁶⁴ “The Autor of the Present Historie saith, that Demetrius going along with the Seniors to the Isle Pharos, went over the Heptastadium and the Bridg, &c. But this passage is manifestly taken out of Josephus, who though hee undertake to set down the Storie according to Aristaeas, yet hee doth not follow him, through the whole file of his Narration; but oft-times, and especially where hee would b[...]e brief, hee taketh his own waies of expression; Therefore when hee cometh to tell how the Seniors were conduct[...]d by Demetrius from the Citie to the Isle, hee delivereth it under the Circumstances of his own time, as if they had passed over the Heptastadium and the Bridg, becaus that indeed was the waie in his daies, and as hee thought in the daies of Aristaeas. But if our information bee rightly given, wee shall finde this to bee a notorious Anachronism: for at the daies of the Translation Pharos was an Isle, and therefore they could not pass over thither by Land. Homer telleth that in old time this Isle Pharos laie a whole daie and a nights sail from Alexandria” (John Gregory, *Gregorii posthuma*, 27-28).

¹⁶⁵ Thomas Fuller, *Church history*, 96.

¹⁶⁶ John Dubourdieu, *An historical dissertation upon the Thebean Legion* (London: Printed for R. Bentley, 1696) 22-23.

existiriam dois Euquérios (ao invés de um único) era uma maneira de conciliar cálculos cronológicos e registros diferentes sobre a morte do sujeito em questão. Em ambos os casos, o que estava em jogo era a posição que determinada pessoa (ou conjunto de pessoas) deveria ocupar no índice cronológico.

Também não se pode esquecer, por fim, que as ambiguidades no texto e os erros de impressão geraram anacronismos e, sobretudo, deporiam contra o bom nome do autor. É o caso de um “grande Anacronismo” que George Starkey observou na própria publicação e dizia ao leitor, “o qual não posso dizer se foi ou não um erro do Impressor ou um deslize da minha pena”. Desculpava-se pelo fato de que o nome de Aristóteles aparecia no lugar de Galeno, ainda que “não sendo ignorante do número de anos entre Aristóteles, o Tutor de Alexandre, que era filho de Filipe, o primeiro fundador da Monarquia grega, e Galeno que viveu a partir de Cristo [...] no florescer do Império Romano”. E não deixava de pedir ao “cândido Leitor” que “possa corrigir com a sua pena, de acordo com a direção do sentido”¹⁶⁷.

Cotejar textos, identificar autores, tomar precauções eruditas, como transcrever de maneira cuidadosa, traduzir apenas o necessário ou referenciar os documentos, coexistiam com a consulta a obras de referência em matéria de cronologia e o trabalho de contagem dos anos e dos seus intervalos. É o que aparece numa passagem em *The History of Philosophy* (1656) de Thomas Stanley (1625-1678). Nela é discutida a data de nascimento do filósofo Tales de Mileto, sobre o que é dito o seguinte:

Para esclarecer isso devemos observar que os Fastos de Atenas dizem duas vezes que Damásio foi Arconte, primeiro no segundo ano da trigésima quinta Olimpíada, o ano seguinte ao nascimento de Tales, e novamente no quarto ano da quadragésima oitava Olimpíada, quando ele [Damásio] obteve o título de Sábio. [Esse] último não poderíamos mencionar sem o reconhecimento da grande luz que a Cronologia recebeu de *Marmora Arundeliana* do Sr. Selden.¹⁶⁸

¹⁶⁷ George Starkey, *Via ad vitam, being a short and sure vvay to a long life, or, Helmont justified, and the excellency of chymicall medicaments* (London: Printed by Richard Hall, 1661), The Epistle to the Reader.

¹⁶⁸ Eis a passagem e seu contexto: “Apollodorus saith, that Thales was born the first year of the thirty fift Olympiad; Demetrius Phalereus saith, that he was honoured with the title of wise, when Damasias was Archon. Damasias was Archon according to Dionysius Halycarnassaeus the second year of the thirty fift Olympiad, when Ancus Martius the fourth King of Rome began his reign. Hereupon an anachronism of one year is supposed by very learned men, who would have Thales to be born the same year that Damasias was Archon. Whence Sigonius, Vossius, and others bring down the birth of Thales to the second year of this Olympiad; Scaliger, Meursius, Petavius and others raise Damasias to the first year, that they may make his Magistracy agree with Thales's birth; neither rightly; for the office of Damasias relateth not to the birth of Thales. For the clearing whereof we must take notice, that Damasias in the

Essa passagem permite destacar a importância de Selden como referência em matéria de cronologia, como se verá adiante, e também exemplificar o cálculo cronológico no bojo do qual poderia surgir o anacronismo. Segundo o levantamento terminológico, era recorrente que anacronismos resultantes de algum deslize no cálculo cronológico ou no uso de recursos apurados de crítica textual não ganhassem adjetivações hiperbólicas. Nesses casos, tratava-se apenas de ‘um anacronismo’. Novamente, John Gregory ilustra essa situação: “Capelo trabalhou para provar que isso é um Metacronismo de seis anos, Kepler de cinco, Decker de quatro, outros de três, Scaliger de dois”, concluindo que “a diferença é de apenas um ano”¹⁶⁹. No caso desses sujeitos, o equívoco em questão resulta não da falta de livros, da incapacidade de cotejar textos, de examinar contextos ou da ausência de conhecimentos em matéria de cronologia, mas apenas desse ou daquele deslize pontual, que poderia ser medido e, não menos importante, corrigido.

A identificação, denúncia e, quando possível, correção de determinados anacronismos eram preocupações recorrentes na época, mas não ampliavam indefinidamente os domínios da cronologia. Cronólogos imbuíam-se de autoridade para avaliar autores antigos e modernos, padres e comentadores da patrística, assim como cronistas, juristas, teólogos e historiadores, mas existiam anacronismos que, embora pudessem ser restituídos à cronologia, mantinham um lugar de reverência intelectual. Um exemplo disso está na definição para ‘anacronismo’ oferecida pelo *Ductor historicus* (1698) do antiquário Thomas Hearne:

um Erro ou Equívoco no Cômputo do Tempo. Assim Virgílio é culpado de Anacronismo em sua *Eneida* ao fazer Enéas e Dido Contemporâneos, enquanto eles viveram 300 Anos distantes um do outro. Eneias é situado por volta do Ano do Mundo 2820 e Dido por volta do Ano 3112¹⁷⁰.

O trágico romance entre o herói troiano Enéas e a rainha cartaginesa Dido é, até hoje, um dos grandes exemplos de anacronismo e também um caso limite. Calcular com alguma precisão a distância entre os amantes no tempo e daí inferir a impossibilidade de

Athenian Fasti is twice said to be Archon, first in the second year of the thirty fifth Olympiad, the next year after the birth of Thales, and again the fourth year of the forty eighth Olympiad, when he obtained the title of Wise; The latter we cannot mention without acknowledgement of the great light Chronology hath received by Mr Selden's *Marmora Arundeliana*” Thomas Stanley, *History of philosophy*, 2-3.

¹⁶⁹ John Gregory, *Gregorii posthuma* (London: Printed by William Du-Gard, 1649), 165.

¹⁷⁰ “ANACHRONISM, is an Error or Mistake in the Computation of Time. Thus Virgil is guilty of an Anachronism in his *Aeneis*, by making Aeneas and Dido Cotemporaries, whereas they lived 300 Years distant one from another. For Aeneas is placed about the Year of the World 2820, and Dido about the Year, 3112” (Thomas Hearne, *Ductor historicus*, 8).

todo aquele episódio narrado no poema de Virgílio poderia ter implicações para a apreciação da poesia e do crédito do poeta. É o que aparece em uma passagem da segunda metade do século XVII, na qual se contrariava a opinião mais corriqueira de que Virgílio seria superior ao poeta Homero: “e embora alguns tenham apontado certas deformidades no trabalho dele, são elas mais visíveis do que o anacronismo de Virgílio de juntar as histórias de Enéas e Dido, enquanto o primeiro chegou à Itália, de acordo com os melhores Cronólogos, mais de trezentos anos antes da construção de Cartago?”¹⁷¹. Um falso sincronismo poderia ser apontado como defeito de composição poética, mas também como intromissão de exigências alheias à poesia. É o que se depreende, por exemplo, de um fragmento no qual dizia um letrado francês de prestígio: “por uma figura de Anacronismo, ordinária e tolerável nos Poetas, mas de forma alguma permitida ao Historiador”¹⁷². A poesia com alguma frequência assumia as vestes da história, como no gênero épico e, mais especificamente, no caso de Virgílio. A *Eneida* entrelaçava em um romance trágico dois personagens que, embora separados por séculos, ofereciam uma razão originária para todo aquele sofrimento contido na relação entre cartagineses e romanos. Apesar disso, uma poesia como a épica de Virgílio não estaria sujeita aos mesmos constrangimentos da história. É o que dizia, no final do século XVII, o poeta John Dryden (1631-1700) sobre o anacronismo de Virgílio:

Isso naturalmente me conduz à defesa do Famoso Anacronismo de fazer Enéas e Dido Contemporâneos. Pois é certo que o Herói viveu quase duzentos anos antes da Construção de Cartago. Aquele que imita Bocaline diz que Virgílio foi acusado desse erro perante Apolo. O Deus logo percebeu que não era capaz de defender o seu Favorito por meio da Razão, pois o Caso estava claro. Ele, por isso, deu meia sentença: que qualquer coisa seria permitida ao seu filho, Virgílio, em razão de seus outros méritos e que, sendo um monarca, ele [Apolo] teria o poder de dispensar e perdoá-lo; mas que esse especial Ato de Graça não deveria nunca ser tomado como Exemplo ou reivindicado pelos seus pobres Sucessores como justificativa da ignorância deles. Ele [Apolo] decretou que, no futuro, nenhum Poeta

¹⁷¹ Barten Holyday, *Decimus Junius Juvenalis and Aulus Persius Flaccus translated and illustrated as well with sculpture as notes* (London: Printed by W. Downing, 1673), 119.

¹⁷² O contexto do fragmento é o seguinte: “That I undertake his vindication next that of Pythagoras, is not grounded on the opinion of divers, especially Ovid, who have made him ater, and a Disciple of that Philosopher; since Livie sayes in his Decads, Authorem doctrinae ejus, quia non extat alius, falsò Samium Pythagoram edunt. The same is also confirm'd by the said Dionysius Halicarnassaeus, Plutarch, Rhodiginus; and Pererius; the former whereof shews that the City of Crotona was but founded in the fourth year of Numa's reign; and the three others insist much upon all the chronologicall reasons which may prove these two persons not to have been Contemporaries, but by a figure of Anachronism, ordinary, and indeed tolerable, in Poets; but by no means allow'd an Historian” Gabriel Naudé, *The history of magick* (London: Printed for John Streater, 1657), 116.

deveria presumir poder fazer uma Senhora morrer de amores duzentos anos antes do próprio Nascimento dela. Para moralizar essa História, Virgílio é Apolo, aquele que detém esse Poder de Dispensa. O seu grande Julgamento fez as Leis da Poesia, mas ele próprio nunca fez de si Escravo delas. A cronologia no seu melhor é não mais do que uma Lei-Delicada (como teia de aranha) e ele a rompeu com o seu peso. Aqueles que desejam imitá-lo sabiamente devem escolher, como ele fez, uma Era obscura e remota, onde possam inventar à vontade e não serem facilmente contrariados. Nem ele, nem os Romanos leram a Bíblia, apenas por meio da qual esse cômputo falso dos tempos poderia ser colocado diante dele.¹⁷³

Era indiscutível que Virgílio cometera um anacronismo. Tal erro seria explicado, por si só, pela falta de uma fonte cronológica confiável, isto é, a indisponibilidade ao poeta do texto bíblico que formaria a espinha dorsal da cronologia. Mas dessa fragilidade não decorreria que Virgílio fosse um poeta menor, passível de censura e emenda por aqueles que lhe sucederam. Seria justamente o contrário. A cronologia aparece como um emaranhado de conexões que, tal qual uma teia de aranha, envolveria e limitaria o movimento dos poetas. Alinhavada pelo sincronismo, essa tecitura se transformaria em lei. No entanto, o privilégio tinha o seu lugar: Virgílio figurava como filho de Apolo, divindade da qual emanaria a própria poesia, e se tratava ele de alguém tão prestigioso que os fios da cronologia não conseguiam suportar o seu peso. Nesse caso, invertia-se o custo imposto pelo anacronismo: o erro de cronologia era o atestado da glória do poeta. À maioria caberia, porém, respeitar as conexões cronológicas e buscar, no máximo, lugares livres ainda de teias de aranha e antiquários.

¹⁷³ “And sure a Poet is as much priviledg'd to lye, as an Ambassador, for the Honour and Interest of his Country; at least as Sir Henry Wootton has defin'd. This naturally leads me to the defence of the Famous Anachronism, in making Aeneas and Dido Contemporaries. For 'tis certain that the Heroe liv'd almost two hundred years before the Building of Carthage. One who imitates Bocaline, says that Virgil was accus'd before Apollo for this Error. The God soon found that he was not able to defend his Favourite by Reason, for the Case was clear: he therefore gave this middle Sentence; That any thing might be allow'd to his Son Virgil on the account of his other Merits; That being a Monarch he had a dispensing Power, and pardon'd him. But that this special Act of Grace might never be drawn into Example, or pleaded by his puny Successors, in justification of their ignorance; he decreed for the future, No Poet shou'd presume to make a Lady die for Love two hun|dred years before her Birth. To Moralize this Story, Virgil is the Apollo, who has this Dispensing Power. His great Judgment made the Laws of Poetry, but he never made himself a Slave to them: Chronology at best is but a Cobweb-Law, and he broke through it with his weight. They who will imitate him wisely, must chuse as he did, an obscure and a remote Aera, where they may invent at plea|sure, and not be easily contradicted. Neither he, nor the Romans had ever read the Bible, by which only his false computation of times can be made out against him” (Virgílio, *The works of Virgil containing his Pastorals, Georgics and Aeneis*, trad John Dryden, London: Printed for Jacob Tonson, 1697, To the most honourable John, Lord Marquess of Normandy).

3.3. O sequenciamento cronológico dos tempos

Uma temporalidade era fabricada no interior da cronologia através do exercício do sincronismo e da utilização de um vocabulário capaz de orientar trabalhos de crítica e emenda por parte dos letrados modernos. Esse tempo cronológico adquiria implicações normativas à medida que extrapolava o seu lugar de produção e se infiltrava em determinadas atividades intelectuais como a leitura e a escrita da história ou a composição poética. Todavia, o fato de existir na época uma operação como aquela do sincronismo e de todo um vocabulário que nominava a noção de anacronismo pode esconder do leitor contemporâneo, sob a impressão da familiaridade, um último elemento estruturante do tempo cronológico.

A disponibilidade de palavras para designar o sincronismo e o anacronismo não implica que houvesse, na Idade Moderna, uma diacronia propriamente. ‘Diacronico’ (diachronic), ‘diacronismo’ (diachronism), ‘diacronia’ (diachrony) e outros termos semelhantes são palavras que apareceram, ao menos na língua inglesa, apenas a partir da segunda metade do século XIX e, sobretudo, na primeira metade do século XX – não foi encontrada nesta pesquisa qualquer ocorrência de ‘diacronia’ anterior àquelas do *Oxford English Dictionary*. A designação de uma diacronia não veio da historiografia, mas da geologia, antropologia e, sobretudo, da linguística. Em meados do século passado, uma tradução inglesa do linguista Ferdinand de Saussure explicava o significado de duas noções que se tornariam familiares para os historiadores: “tudo que tem a ver com evolução é diacrônico. Semelhantemente, sincronia e diacronia designam respectivamente um estado linguístico e uma fase evolutiva”. Na mesma época, o antropólogo inglês Edward Evans-Pritchard se utilizava desses termos da seguinte maneira, de acordo com o dicionário oxoniense: “os antropólogos sociais estudam geralmente os problemas sincrônicos, enquanto os historiadores estudam os problemas diacrônicos”. A diacronia aparece, nesse contexto, como denominador para elaborar tanto uma concepção evolutiva do movimento histórico quanto qualificar aquilo que seria próprio ao historiador e, eventualmente, diferenciar-se do trabalho dele.

A indisponibilidade da ‘diacronia’ na Idade Moderna mostra que a sucessibilidade não é um atributo atemporal e indistinto do tempo histórico¹⁷⁴. É verdade que é possível

¹⁷⁴ Há uma preocupação crescente na literatura acadêmica em investigar o tempo histórico na própria historicidade dos elementos que constituem a sua inteligibilidade e experiência. Nesse sentido, o

dissolver a diacronia numa noção analítica genérica, tal qual o anacronismo, de modo a encontrá-la em toda e qualquer concepção de tempo ou história. Isso não afasta, todavia, o problema de que ‘diacronia’ tem um sentido histórico e intelectualmente localizado e cujo uso indistinto esconde, do ponto de vista analítico, a existência de modos específicos de sequenciar o tempo e as suas implicações. Assim sendo, no que diz respeito à Idade Moderna, é relevante aqui identificar de que maneira os letrados da época introjetavam algum movimento de sucessão naquelas conexões e planos que estabeleciam por meio do sincronismo.

Mais uma vez, Selden traz evidências sobre como se organizava o sequenciamento do tempo cronológico. Além da presença de termos técnicos como ‘sincronismo’ e ‘anticronismo’, a linguagem de *Historie of Tithes* mostra como determinadas palavras e expressões permitiam operar o tempo cronologicamente. Existem ali duas maneiras de sequenciar o tempo que funcionavam ora em paralelo, ora de modo cruzado, chamadas aqui de cronologia relativa e cronologia absoluta.

Um primeiro sequenciamento relativo do tempo está expresso em Selden na utilização frequente de pronomes demonstrativos e de designadores de posição. São exemplos disso expressões como ‘this/that/those time’, ‘later time/age’, ‘before’ e ‘until near’. Constrói-se a partir daí uma temporalidade formada pela disposição de entidades que servem de balizas temporais e que podem ocupar basicamente três posições numa sequência temporal, a saber, anterioridade, simultaneidade ou posteridade¹⁷⁵. Essas balizas são frequentemente alguma pessoa de importância ou um povo, de modo que daí adquirirem sentido expressões como ‘his time’, ‘Apostles time/age’, ‘Saxon times’, ‘under king’. Eis alguns exemplos da presença desse tipo de cronologia em *Historie of Tithes*: “mas variado em gênero, ocorrendo com frequência nos velhos Cartulários dos nossos tempos dos Saxões”; “em 21^o ano] do mesmo Rei Henrique II, Richard, arcebispo da Cantuária, convocou o Sínodo Provincial em Westminster”; “e parece que em 11. Hen. 3 uma doação especial foi feita pelo rei”¹⁷⁶. Pessoas e povos funcionavam como pontos de referência a partir dos quais Selden poderia agrupar os vestígios do passado e fazer inferências sobre

presente trabalho se aproxima de alguns textos dessa bibliografia que o precedem: Daniel Rosenberg e Anthony Grafton, *Cartographies of time* (New York: Princeton Architectural Press, 2010); Jeff Malpas, “Topologies of History”, *History and Theory* 58, n. 1 (2019): 3-22; Kristen Poole e Owen Williams, ed., *Early modern histories of time: the periodizations of 16-17th centuries England* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019).

¹⁷⁵ John Selden, *Historie of Tithes*, 38, 50, 63, 74.

¹⁷⁶ John Selden, *Historie of Tithes*, 53, 228, 284.

momentos pretéritos determinados. Esse modo de organizar o tempo trazia consigo certo grau de imprecisão, expresso no uso de palavras e expressões como ‘about this/that time’, ‘lived about’, ‘the time being about’, ‘next/ succeeding ages’ e ‘middle ages’.

Essa maneira relativa de organizar o tempo era, em primeiro lugar, frequente nos capítulos da história dos dízimos a respeito do passado inglês. Ali os documentos eram postos em ordem e sujeitos a comparações e comentários a partir da sucessão dos anos do reinado de cada monarca, a saber, “pelos Atos de 27. Hen. 8 cap. 21.37. Hen.8 cap. 12 e o Decreto feito sobre eles [...]”¹⁷⁷. Tratava-se de transpor para o texto historiográfico a maneira de se fazer referência, manejar e armazenar os textos legislativos e jurídicos do reino. Ao menos é o que se infere de uma pequena listagem manuscrita de Selden. Nela o advogado e erudito inglês indicava a um “Sr. Riley” os textos que desejava examinados, usando dessa maneira jurídica de fazer referência, e dava a seguinte recomendação:

olhe todos os três e tome [nota] das datas deles e veja se elas estão de acordo com aquele rolo de 5 no parlamento. Se diferirem na premissa, ou em outro lugar, anote. E se os menos nomes não estiverem em Pat.5. H.4 para o condado de Buckingham, como estão no rolo de 5. Sr. Riley, gostaria que consultasse esses rolos como instruí e viesse a mim na casa do parlamento o mais rápido que puder.¹⁷⁸

Selden não cogitava que o tal Sr. Riley teria qualquer problema em identificar os textos que deveria comparar, anotar e levar “o mais rápido que pudesse” ao Parlamento. A maneira usada por Selden para indicar os documentos era familiar ao interlocutor. O mais importante aqui, todavia, é que esse modo de fazer referência aproximava o armazenamento de livros e a fabricação do tempo cronológico: ambas as atividades eram tributárias, em grande medida, de entidades (como reis e rainhas) que funcionariam como pontos de referência dentro de um conjunto à primeira vista indistinto. O tal Sr. Riley encontraria os documentos indicados por Selden, munido das indicações dadas por ele, e deles extrairia as datas e compararia os nomes ali presentes. Desse modo, utilizar-se de alguma notação como ‘Pat5 Hen4’ ou ‘11 Hen 3’ pressupunha distinguir, a partir da figura do soberano, tanto a localização de textos quanto de momentos pretéritos dentro de uma coleção.

¹⁷⁷ John Selden, *Historie of Tithes*, 243.

¹⁷⁸ “to look upon all three & take their dates, and see whether they be agreeable with that in the parliament roll of 5. If they differ in the premisses, or elsewhere, to note it. And whether the same names be not in Pat.5. H.4 for Buckinghamshire, as are in the roll of 5. Mr Riley, I desire you to look on these rolls as I have directed, & come to me to the parliament house in the morning as soon as you can” (John Selden, *MS Selden Supra 123*, Oxford: Bodleian Library, f.4)

O tempo histórico era assim estruturado, do ponto de vista intelectual e prático, como uma disposição sequencial de personagens individuais e coletivos. A partir da vida, duração ou extensão particular a esses sujeitos, poder-se-ia entrelaçar e emendar outros personagens, eventos, textos e antiguidades em geral. Semelhante ao que se dá no espaço vivido, repleto de montanhas, rios, florestas e cidades, os quais podem ser tomados como pontos de referência, o tempo se fazia histórico como lugar habitado através de relações de contiguidade.

A transformação de um punhado de entidades em uma cronologia é algo que se possa perceber melhor no âmbito da visualidade. Um exemplo de cronologia relativa está no frontispício de *Poly-olbion*. Ali emolduram o emblema da Grã-Bretanha, a saber, a mulher ao centro que carrega o cetro e a cornucópia, figuras que representam os bretões, romanos, saxões e normandos que viveram por lá. A personificação de algum território ou povo não era algo incomum ou inédito. É o que se pode ser nos emblemas sobre a Itália e a América, os quais foram publicados em *Iconologia* (1603) de Cesare Ripa (1560-16220), uma obra de referência desse gênero na época. Todavia, existe uma diferença significativa entre o emblema de *Poly-olbion* e aqueles outros: as figuras dos povos que viveram na ilha foram posicionadas em ordem cronológica, da esquerda para a direita e de cima para baixo, de modo que o tempo passa como palavras num texto. Havia ali certa temporalidade – e justamente naquele mesmo lugar em que apareceu, pela primeira vez, uma palavra em língua inglesa para o anacronismo.

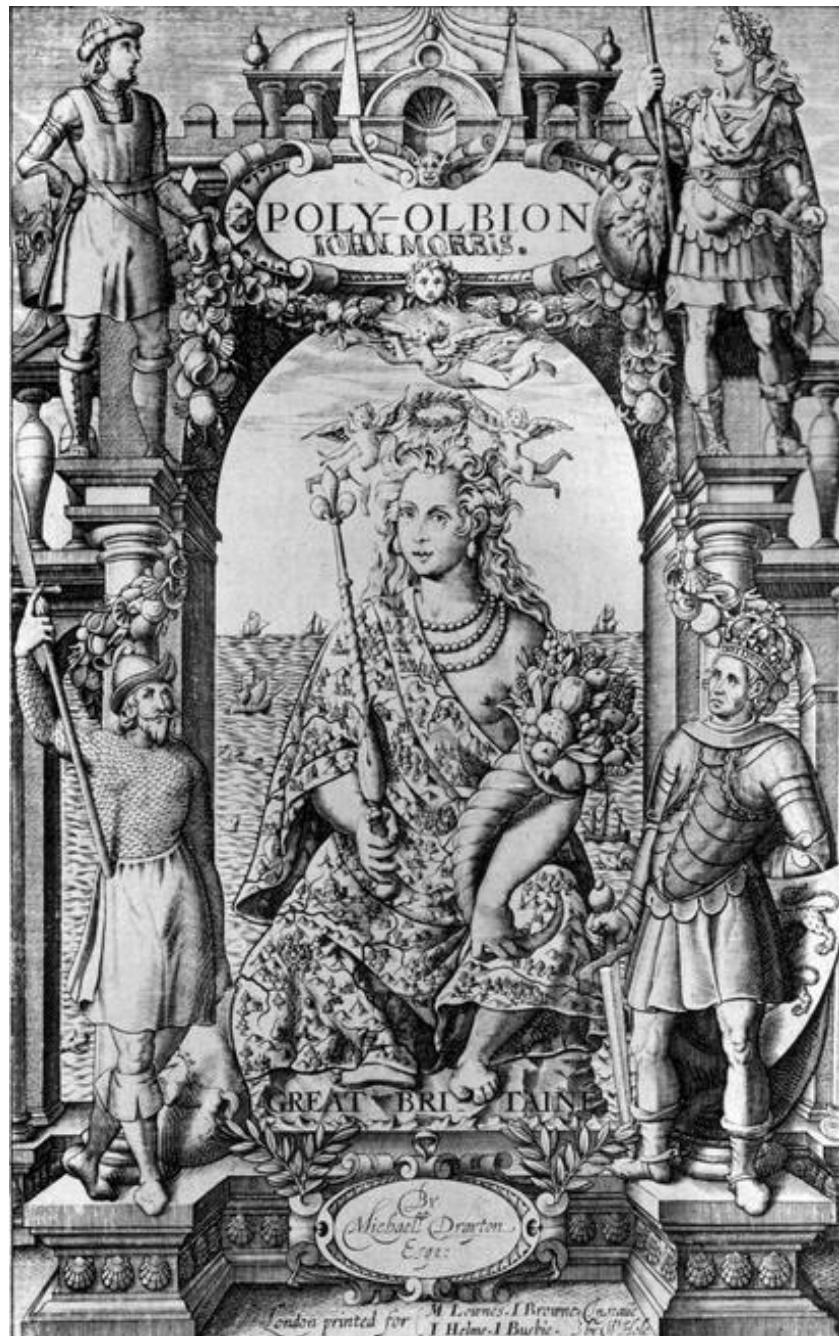


Figura 5: Frontispício de *Poly-Olbion* (1612)



Figura 6: Emblema – América



Figura 7: Emblema - Itália

Aquela contiguidade característica da cronologia relativa encontrava sua expressão mais bem conhecida na Idade Moderna na genealogia bíblica. Sucessões extensas e intrincadas de personagens serviam de preâmbulo às histórias de Abraão (Gn 1-11), Davi (1Cr 1-9) e Jesus (Mt 1, 1-7; Lc 3, 23-28). Em razão da sacralidade atribuída ao texto bíblico, tais genealogias ocupavam lugar de maior destaque no trabalho dos cronólogos e formavam a viga-mestra de qualquer cronologia produzida na Europa. Nas palavras de um antiquário do começo do século XVIII, a cronologia encontraria certificação fundamentalmente em Deus e na história sagrada:

Existem dois Livros no mundo, ambos Divinos, dos quais a Cronologia retira suas Certezas. O primeiro desses livros é o Livro da Escritura, onde encontramos os Anos dos Patriarcas, Juizes, Reis e Príncipes, do povo de Deus, através dos quais podemos determinar de maneira sucinta a Antiguidade do Mundo e conectar toda a Sucessão dos Tempos, exceto por algumas poucas Quebras e Interrupções, as quais remetem ao Silêncio da Escritura [...]. Mas, onde a Escritura falha conosco, a História Profana vem em nosso socorro, de modo que possamos dizer com precisão quanto esse Silêncio perdurou. O outro Livro (que é o segundo fundamento seguro da Cronologia) é o da Natureza; esse, assim como aquele, é a Obra de Deus.¹⁷⁹

A espinha dorsal da cronologia moderna era constituída pela genealogia e sucessão dos personagens bíblicos. A sacralidade atribuída ao texto bíblico assegurava a confiabilidade dessa fonte para os letrados modernos e fazia do livro a chave-mestra por meio da qual seria possível realizar por completo o trabalho do sincronismo ou, nas palavras do antiquário acima, “conectar toda a sucessão dos tempos”. A Bíblia seria preferível, graças à sua confiabilidade metafísica, diante de outras cronologias que na época reclamavam maior ancestralidade¹⁸⁰ e as lacunas do texto sagrado poderiam ser preenchidas pelas informações provenientes do livro da natureza também certificado por Deus. Os solstícios, eclipses e outros fenômenos naturais teriam regularidade tal que permitiriam ao cronólogo preencher as lacunas bíblicas e calcular de maneira precisa os acontecimentos reunidos e sequenciados no texto sagrado. A alegoria dos dois livros preservava dada hipótese ou campo de estudos de eventuais discordâncias em relação à

¹⁷⁹ “There are two Books in the World, both Divine ones, from whence Chronology draws its Certainty. The first is the Book of the Scripture, where we find the Years of the Patriarchs, Judges, Kings and Princes, of the People of God, whereby we are able to determine within a small Matter the Antiquity of the World, and link almost together the whole Succession of Times, except some few Breaks and Interruptions, which proceed from the Silence of the Scripture, and which we shall mark in the following Article. But where the Scripture fails us, Prophane History comes in to our Help, so that we can precisely tell how long that Silence has lasted. The other Book (which is our second sure Ground for Chronology) is that of Nature; this, as well as the first, is the Work of God” (Thomas Hearne, *Ductor historicus*, 18).

¹⁸⁰ Thomas Hearne, *Ductor historicus*, 11.

doutrina religiosa ou ao texto bíblico através do apelo a uma conciliação futura entre o sagrado, a natureza e o profano. No que diz respeito à cronologia, tal apelo trazia para o horizonte do cronólogo tanto as cronologias profanas, que deveriam ser conciliadas com o texto bíblico, quanto a matematização do tempo histórico.

Apesar do menor grau de confiabilidade atribuído a elas, as cronologias profanas estavam estruturadas da mesma maneira que as cronologias sagradas, isto é, elas também eram formadas por genealogias e sucessões de personagens pretéritos. Na Inglaterra da época de Selden circulavam histórias, canções, figuras e tabelas repletas de menções aos reis, santos, nobres e povos da ilha. E era a partir desses personagens que se constituía uma história local, sequenciada tanto em intervalos diminutos, balizados pela ascensão de monarcas ou chefes do clero, quanto em período mais alongados, referindo-se aos povos que ocuparam a ilha. Esses recortes se complementavam e conferiam acesso a tempos que não eram sumarizados nas escrituras sagradas ou em fontes da Antiguidade, mas que deveriam, no limite, ser conectados a elas. Apresenta-se assim um duplo desafio para eruditos e antiquários: avaliar o crédito dos personagens e testemunhos da história profana e conectá-los à cronologia já estabelecida. Era o que fazia Selden em *Poly-olbion* ao comentar os versos do amigo à luz das referências, conjecturas e questionamentos vindos da erudição antiquária. Esse trabalho trazia consigo o desafio de confrontar autores e testemunhos e, ao mesmo tempo, valer-se em alguma medida deles para estabelecer uma história local. É o caso da polêmica que existia, desde o século XVI, em torno de Brutus, o lendário primeiro rei da Inglaterra. A existência desse personagem, que articulava a história inglesa a Enéas e à Guerra de Tróia, foi contestada pelo antiquário italiano Polidoro Vergílio (1470-1555) de modo a colocar em xeque não apenas cronistas relevantes para a história inglesa, mas ainda a própria possibilidade de escrevê-la. É o que dizia, em 1610, um contemporâneo de Selden, Edmund Bolton (1575-1633), ao tratar da escrita da história: “há muita queixa entre os mais eruditos contra Galfridus Arthuris ou Galfridus Monumethensis [Geoffrey de Monmouth] pela falta de Verdade e Modéstia ao criar um Brutus entre nós como fundador da nossa Bretanha. Mas quem é aquele que, provando ser isso uma Ficção, pode prová-lo sem recorrer a ele? Se aquele Trabalho for

abolido, ficaria um grande lacuna nos Tempos de nosso País, da Criação do Mundo até a chegada de Júlio César”¹⁸¹.



Figura 8: Excerto de *A true cronologi of all the Kings of England* (1635)



Figura 9: Cabeçalho de *A Brief Chronology of Great Britain* [1656]

O sequenciamento do tempo histórico se fazia frequentemente pela sucessão de personagens e eventos uns em relação aos outros. Mas esse não era o único modo de conferir transitoriedade ao tempo histórico. A cronologia absoluta institui uma ordem do tempo que não é formada apenas pela relação mútua entre as coisas, mas pela referência

¹⁸¹ Edmund Bolton, “Hypercritica: or rule of judgement for writing or reading our histories”, in *The arte of English Poesie &c*, ed. Joseph Haslewood (London: Printed by T. Bensley, 1815), 225-6.

que elas fazem a um terceiro elemento, um índice de medida ou uma data. A diferença que existe entre pesar dois corpos comparando-os entre si ou quantificando-os segundo uma unidade de medida é a mesma que há entre esses dois tipos de cronologia. A data é uma forma matematizada de designar a posição de alguma coisa dentro de um continuum numérico e homogêneo. O que pode parecer óbvio, não estava, todavia, isento de dificuldades e implicações no século XVII.

De volta a Selden, em *Historie of Tithes*, as datas são anotadas quase sempre por meio de numerais romanos e estão fundamentadas em documentos já datados, eventos de caráter legislativo e na vida de figuras de amplo conhecimento, como imperadores romanos e nomes da patrística. Daí advém expressões como ‘held in the yeer’ ou ‘in [ano]’ e passagens tais quais: “mas observe também que Leão o Grande (ele foi Papa de CCCC.XL até CCCC.LX)”; “essas doações especiais podem ser coletadas no Canon do Concílio de Arles, realizado no ano de DCCC.XIII”; “por volta do fim desses anos no Sínodo Provincial realizado no Friuli em D.CC.XCI. sob Paulino, Patriarca de Aquilegia”¹⁸².

Nem sempre era possível datar com tal precisão, mas esse era o objetivo da cronologia moderna. Um dos principais amigos e correspondentes de Selden, o bispo James Ussher (1581-1656), acreditava que fosse possível estabelecer a idade do mundo com grande precisão, mas isso exigia recursos intelectuais consideráveis. Nas palavras dele: “mas se alguém, bem versado no conhecimento não apenas da História Sagrada e exótica, mas também no Cálculo Astronômico e no antigo Calendário Hebreu, aplicar-se nesses estudos, eu julgo que seria, de fato, difícil, mas não impossível para ele alcançar não apenas o número de anos, mas até de dias desde a Criação do Mundo”¹⁸³. Selden reunia as qualidades indicadas por Ussher (inclusive certa disposição para a matemática¹⁸⁴) e chegou a trabalhar com o cálculo cronológico, por exemplo, num manuscrito destinado a Jaime I a respeito do nascimento de Jesus¹⁸⁵.

¹⁸² John Selden, *Historie of Tithes*, 48, 49, 63-64.

¹⁸³ James Ussher, *The annals of the world* (London: Printed by E. Tyler, 1658), The epistle to the reader.

¹⁸⁴ Mordechai Feingold, “John Selden and the nature of seventeenth-century science”, in *In the presence of the past: essays in honor of Frank Manuel*, ed. Richard Bienvu e Mordechai Feingold (Dordrecht; Boston; London: Kluwer Academic Publishers, 1991), 55-78.

¹⁸⁵ Eis um exemplo: “The ancient and civil supposition of the Solstices and Aequinoxes [...] was both before and about our Saviors Birth-day, (especially in the Roman Empire) of another kind from that which either at this day is, or at the time of the Birth was agreeable to the more accurate and naturall Astronomy; [...] For they supposed in those Calendars, that the Suns entrance into the 1 degree of Aries was on the 15 Kalends of April in the Julian year, that is, on the 18 day of March; but that the spring-aequinox was not until the 8 Kalends of April, that is, the 17 of June, they placed the Suns first entrance

Apesar disso, o cálculo matematizado fino estava ausente em *Historie of Tithes*. O mais comum ali eram datações estabelecidas por meio da literalidade dos próprios documentos e da crítica desse material. Sem dúvida, a notação numérica conferia maior precisão para o cronólogo para estabelecer a sequência dos tempos do que o recurso figurativo da cronologia relativa. Mas essa diferença não excluía a possibilidade de que os números fossem utilizados para circunscrever alguma quantidade incerta de tempo. A matematização da cronologia se fazia também por aproximação. Nesse sentido, Selden empregava com frequência expressões como ‘about [quantidade de anos]’, ‘about the yeer [ano]’, ‘above [quantidade de anos] after’. Há passagens que carregam algum grau de incerteza: “como se pode ver em S. Cipriano, que escreveu quando era Bispo de Cartago, por volta do ano CCL”; “em um Volume que pertencia à Abadia de S. Agostinho na Cantuária, intitulado Statuta Synodorum, escrito em uma mão de por volta de DCCCC anos depois de Cristo”¹⁸⁶. Além disso, os numerais poderiam ser utilizados para delimitar, de maneira arbitrária, a extensão do tempo a ser tratada no texto ou, em outras palavras, no estabelecimento de períodos históricos. Selden os chamava de ‘divisão’ e dizia o seguinte sobre a periodização da sua história dos dízimos:

Desde o tempo do nosso Salvador, o tempo sendo por volta de 1600 anos, é bastante conveniente então dividir esse número em quatro partes para que possamos descobrir o uso conhecido, a opinião e as constituições de cada quatrocentos anos no que diz respeito ao dever e pagamento dos dízimos. A diferença ou distância de 20 anos ou algum número do tipo, tanto para mais quanto para menos (segundo servir à ocasião), é permitida.¹⁸⁷

Selden lançava mão do nascimento de Jesus como referencial de contagem. Essa não era, porém, a única possibilidade para uma cronologia na Idade Moderna. James Ussher, em comparação, contabilizava as datas segundo três referenciais: a partir da criação do mundo, de acordo com o período Juliano e até o nascimento de Cristo. Para

into Cancer; but the Solstice on 8 Kalends, that is, on the 24 of June. So the 15 Kalends of October, or the 17 of September, was their supposed time of the Suns first entrance into Libra; but the Autumn-aequinox on the 8 Kalends, or the 24 of September; and according to these the first entrance of the Sun into Capricorn they placed on the 15 Kalends of January, or the 18 of December. [...] The testimonies of this kind of placing in those times are frequent” John Selden, *Theanthropos or God made Man* (London: Printed by J.G., 1661), 13-4.

¹⁸⁶ John Selden, *Historie of Tithes*, 37, 210.

¹⁸⁷ “Since our Savior, the time being about MDC years, it will fall aptly enough so to divide that number quadripartitly, that we may discover the known Use, Opinion, and Constitutions of every foure hundred years, touching the dutie or paiment of Tenth. The difference or latitude of XX years or some such number, either of increase or want (as accasion shall serve) being allowd” (John Selden, *Historie of Tithes*, 35).

além das dificuldades em estabelecer a data da origem do mundo ou do nascimento de Jesus, a existência do chamado período Juliano é uma mostra de como a matematização do tempo histórico trazia para a cronologia possibilidades pouco intuitivas, porém razoáveis e complexas para sequenciar os acontecimentos. Tratava-se de um modelo matemático proposto por Joseph Scaliger para atender a necessidade dos cronólogos de localizar inequivocamente um ano qualquer dentro de uma longa sequência temporal. O período Juliano era formado pela multiplicação de diferentes ciclos: o solar (28 anos) pelo lunar (19 anos) e, por fim, pelas indições (15 anos), que eram utilizadas pelos romanos e pela igreja católica para calcular o tempo. O resultado dessa multiplicação era um período de 7.980 anos que embora ultrapassasse em mais de setecentos anos a idade atribuída na época para o mundo, servia como instrumento para compatibilizar diferentes calendários e traduzir as datas de um calendário para outro¹⁸⁸.

The year of the World.	<i>The second Age of the World.</i>	3	The Julian period.	The year before Christ.
	walking with him, that he should not see death, after he had lived 365 years, [c. 5. 23, 24. Heb. 11. 5.]			
1042. d.	Seth the son of Adam died when he had lived 912 years, [c. 5. v. 8.]		1752.	2962.
1056. d.	Noah the tenth from Adam, was born when his father Lamech had lived 182 years, [c. 5. v. 29.]		1766.	2948
1140. d.	Enoch the third from Adam, died when he had lived 905 years, [c. 5. v. 11.]		1850.	2864
1235. d.	Cainan the fourth from Adam, died when he had lived 910 years, [c. 5. v. 17.]		1945.	2769.

Figura 10: *Annals of the World* de James Ussher – Ao centro, personagens e eventos; nas margens, a posição cronológica

Selden evitou essa sutileza cronológica. O seu livro era uma história dos dízimos (e não os anais desse imposto eclesiástico) e foi periodizado a partir de um marco bem reconhecível na época. Ele dividiu os 1.600 anos de história dos dízimos entre ele e o nascimento de Jesus em quatro períodos de 400 anos cada um – assemelhava-se, inclusive, à divisão proposta por John Harvey para avaliar a profecia de Elias (doze períodos de 500 anos cada). Essa divisão simples e até mesmo elegante era, no entanto, problemática para a organização do conteúdo. Mesmo quando apresentada de modo

¹⁸⁸ Nas palavras de um dos maiores especialistas no assunto: “Scaliger had transformed a formula for predicting the date of Easter into a spade for excavating the past. In a larger sense, he had created a framework on which he could assemble all the firm dates of human history [...] which theologians and chronologers could hunt for that elusive prey, the date of Creation, while agreeing on other dates in more recent times” Anthony Grafton, *Joseph Scaliger: a study in the history of classical scholarship* (Oxford: Clarendon Press, 2005), 2: 252.

relativamente impreciso, a periodização matematizada do tempo trazia para a escrita da história uma dificuldade fundamental: adequar determinada qualidade histórica à quantidade de tempo que se buscou circunscrever. Selden estava ciente disso ao comentar sobre a transição do primeiro para o segundo período da sua história dos dízimos. Entre o ano 1 e o ano 400, isto é, no primeiro bloco, os dízimos não eram pagos, mas no final desse período teria surgido o costume de pagá-los. Essa característica, todavia, seria justamente aquilo que marcava o segundo bloco temporal, do ano 400 ao 800, no qual os dízimos eram pagos de modo costumeiro¹⁸⁹. É por isso que falava ele numa distância de vinte anos para lá ou para cá entre os períodos. A matematização do tempo trazia consigo o desafio, quando se escrevia uma história, de alocar qualidades atribuídas a personagens e eventos em blocos quantitativamente determinados.

Apesar desse desarranjo mais profundo entre cronologias absolutas e relativas, ambas se apresentavam para Selden e os seus contemporâneos como meios complementares para a organização e sequenciamento do tempo. A notação de uma cronologia poderia ser traduzida para a outra, como se vê numa passagem em que Selden dizia “concílio provincial em Mascon [Mâcon], realizado no ano de 586, isto é, no ano 23 do rei Guntram”¹⁹⁰. Segundo John Gregory, essa amarração cronológica aconteceria de duas maneiras: pelo todo ou pelas conexões. No primeiro caso, chamado de καθ'ὅμᾶδα (kath'omada), o tempo era organizado por blocos, a partir de alguma marcação até um grande evento, depois até outro, então um terceiro e assim por diante. Isto é, tantos anos até a fundação de Roma, até o Dilúvio, até Abraão ou até a destruição de Tróia. Já no segundo, designado κατὰ πλάτος (kata platos), eram estabelecidas relações de equivalência e correspondência entre diferentes medidas de tempo, de modo a transportar determinada data de um registro para outro com segurança. Nas palavras do próprio letrado: “a Criação cai em 764 do Período Juliano. O Dilúvio vem sobre a terra no Anno 1656 da Criação e 2420 do Período Juliano. Nosso Salvador Cristo nasceu no Anno Mundi 3949, Anno Period. Jul. 4713, Olimpíada 194 e 748 de Nabassar”¹⁹¹.

O nome de todas essas conexões e sequenciamentos era ‘sincronismo’. Sem ele não haveria anacronismo, nem qualquer cronologia confiável. Operar o sincronismo era desafiador, exigia recursos materiais, sociais e intelectuais disponíveis a poucos, mas o

¹⁸⁹ John Selden, *Historie of Tithes*, 42, 45-6.

¹⁹⁰ John Selden, *Historie of Tithes*, 48.

¹⁹¹ John Gregory, *Gregorii posthuma*, 174.

resultado desse trabalho seria grandioso: o estabelecimento de um tempo histórico único e organizado de tal maneira que seria possível traduzir, identificar e entender eventos e entidades do passado ou que ainda aguardavam no futuro.¹⁹²

4. A história como coleção

Ao longo de todo o capítulo, investigou-se a história erudita ou antiquária feita por Selden e por aqueles que lhe eram próximos a partir da contiguidade entre o ato de colecionar e a produção, através do sincronismo, de um tempo histórico de natureza cronológica. Aquele naufrágio do tempo do qual se falou na primeira seção do capítulo poderia até dissolver, no próprio movimento da passagem do tempo, as realidades pretéritas nos mais diferentes vestígios. Esses vestígios, todavia, não se transformavam em antiguidades e, muito menos, em evidência histórica de maneira natural ou automática. Eles precisavam ser reunidos, tratados, compartilhados e comentados dentro de uma comunidade de antiquários e eruditos que lhes dava sentido propriamente documental. Essa atribuição de sentido se vinculava à expectativa nutrida pelos modernos em geral de reconstituir ou de fazer reviver as realidades pretéritas. Mas todo esse projeto de restauração dependia da capacidade de eruditos e antiquários em dispor cada documento no lugar correto, de fazer conexões adequadas, identificar equívocos e emendá-los, e de sequenciar esse material numa cronologia inteligível e operacionalizável. Colecionar e sincronizar eram operações intelectuais que estruturavam de maneira profunda, figurando como etapas de um processo, o fazer historiográfico de Selden.

Poucos episódios da vida desse autor encapsulam tão bem a interpretação que se propõe aqui do que o trabalho de Selden sobre alguns mármores que foram levados da Grécia para a Inglaterra. No começo de 1628, em meio à turbulência política que resultaria na *Petition of Rights* e afastaria a Coroa do Parlamento, Selden foi chamado por Robert Cotton, um “guarnecidíssimo ordenador e guardador de antiguidades”, para ver algumas peças de mármore que chegaram à casa de Thomas Howard, o conde de Arundel, amigo e patrono de Cotton. Os mármores tinham vindo da Grécia por meio de um contato do aristocrata e eles eram “muito grandes, mutilados e quebrados, mas inscritos na maior parte em caracteres gregos”. Cotton teria ido até Selden com urgência e “insta para que,

¹⁹² Daniel Rosenberg e Anthony Grafton, *Cartographies of time*, 44.

na manhã seguinte (pois já era tarde da noite), eu me entregasse por inteiro a desvendar aqueles arcanos gregos”. Para agilizar o trabalho, Selden teria pedido que fossem chamados “a participar na obra amigos comuns: o eruditíssimo Patrick Young, bibliotecário real, e Richard James, homem de numerosos e de infatigável estudo”. Formou-se assim uma pequena equipe coordenada por Selden que decifraria e publicaria, sob o título de *Marmora Arundelliana* (1628), a transcrição da Crônica de Paros¹⁹³.

Dinheiro, amizade e erudição se entrelaçavam no trabalho de transcrição e publicação das inscrições contidas nos mármores gregos. Esses objetos eram considerados da maior antiguidade e relevância. Nas palavras de Selden, “não se encontra no mundo inteiro nenhum códice que não ceda a eles em muitos séculos” e “o anônimo autor deles é mais antigo, em muitos séculos, do que o mais antigo dos cronólogos que a injúria do tempo não nos sonega”¹⁹⁴. Essas peças trazidas da Grécia eram vestígios antiquíssimos do naufrágio do tempo e serviriam de chave-mestra para a distinção e sequenciamento dos tempos dentro de um amplo período, a saber, “cerca de 1.300 anos, isto é, desde o início do império Ático sob Cécrope até o tempo que em nossos anos antecede Alexandre Magno”. A antiguidade desses mármores faria avançar o sequenciamento cronológico em territórios que eram até então pouco conhecidos e assim contribuía para o entendimento da história em geral. Novamente, nas palavras de Selden, “ninguém deixará de reconhecer amplamente a utilidade insigne da cronologia deste mármore, a não ser aqueles que julgarem, com pouca sensatez, que se deva simplesmente negligenciar um cômputo mais acurado do tempo – sem o qual não se podem depreender corretamente nem opiniões, nem feitos, nem resultados dos empreendimentos, que são todos documentos primários da ciência civil”¹⁹⁵. Talvez se explique aí a urgência com que todo o episódio foi tratado pelos envolvidos. Era preciso trabalhar com rapidez para devolver algo digno de prestígio intelectual à comunidade letrada por meio da qual, antes de tudo, os mármores adquiriam sentido e chegaram às mãos do conde de Arundel, Cotton, Selden e seus amigos¹⁹⁶.

¹⁹³ John Selden, *Marmora Arundelliana* (Londini: Typis & impensis Guilielmi Stanesbeij, 1628), Editionis ansa, causa, consilium.

¹⁹⁴ John Selden, *Marmora Arundelliana*, Editionis ansa, causa, consilium.

¹⁹⁵ John Selden, *Marmora Arundelliana*, Editionis ansa, causa, consilium.

¹⁹⁶ Um exemplo desse reconhecimento está na segunda impressão do *The Compleat Gentleman* (1634) de Henry Peacham – a primeira impressão do livro é de 1627, isto é, um ano antes dos mármores de Arundel, e nela não há qualquer capítulo dedicado às antiguidades. Na impressão em questão, porém, os mármores de Arundel e a transcrição deles são celebrados. O autor louva o conde de Arundel “whose liberall charges and magnificence, this angle of the world oweth the first sight of Greeke and Romane Statues, with whose admired presence he began to honour the Gardens and Galleries of Arundel-House

O ato de colecionar e a produção de uma cronologia colocavam esses sujeitos dentro de um circuito de interação letrada que, embora chamado genericamente de ‘república das letras’ e tratado frequentemente tratado como uma rede informacional, talvez pudesse ser mais bem compreendido na sua dinâmica enquanto um sistema de dádivas¹⁹⁷. Diferentemente de uma república política qualquer, a república das letras não se organizava a partir de algum Estado, soberano ou território¹⁹⁸. Também não tinha ordenamento jurídico formal ou uma força policial efetiva que regulasse o comportamento de seus habitantes. Tratava-se, grosso modo, de um ajuntamento de letrados espalhados por diversas localidades dentro e fora da Europa, sujeitos a diferentes soberanias políticas e confissões religiosas. Esses letrados se organizavam ao redor de valores abrangentes, como a restauração de um passado fragmentado, e trocavam entre si idéias, valores e objetos, os quais circulavam através da imprensa, dos manuscritos, das cartas ou da oralidade, bem como por viajantes, bibliotecas, universidades e igrejas, por corporações e livre associações, e por meio dos vínculos mais pessoais. Nesse fluxo de agentes dispersos (e se valendo de palavras ditas para outros contextos) “misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas”¹⁹⁹. Assemelhando-se, em alguma medida, à dinâmica

about twentie years agoe, and hath ever since continued to transplant old Greece into England”. E Selden partilha da honraria prestada a Arundel: “I must not forget to tell you that Arundel-House is the chiefe English scene of ancient Inscriptions, which Master John Selden (the best and learnedst Antiquary in this Kingdome) hath collected together under the title of Marmora Arundelliana. You shall finde all the walles of the house inlay with them, and speaking Greeke and Latine to you. The Garden especially will afford you the pleasure of a world of learned Lectures in this kindle”. Para mais, conferir: Henry Peacham, *The compleat gentleman: fashioning him absolute in the most necessary and commendable qualities concerning minde and body that may be required in a noble gentleman* (London: Printed for Francis Constable, 1634), 107, 112.

¹⁹⁷ Marcel Mauss, “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, in *Sociologia e antropologia*, tradução Paulo Neves (São Paulo: Cosac Naify, 2003), 183-314. O recurso à dádiva como modelo analítico para se entender a cultura europeia na Idade Moderna encontra precedente na literatura acadêmica. Optou-se aqui, no entanto, apresentar um entendimento próprio a partir daquilo que se extraiu de Selden e inspirado na leitura do clássico de Marcel Mauss. Para mais informações, conferir: Sharon Kettering, “Gift-giving and patronage in early modern France”, *French History* 2, n. 2 (1988): 131-51; Natalie Zemon Davis, *The gift in 16th century France* (Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2000); Felicity Heal, *The power of gifts: gift-exchange in Early Modern England* (Oxford: Oxford University Press, 2014); Gabriele Müller-Oberhäuser, *Book gifts and cultural networks from the 14th to 16th century* (Münster: Rhema, 2019).

¹⁹⁸ Utiliza-se aqui a expressão ‘república política’ de maneira abrangente, tendo me vista chamar atenção para mecanismos de pertencimento e governança que, tão reconhecíveis no caso dos Estados modernos, não deixariam de operar no interior de comunidades letradas. Apesar disso, não se pode ignorar que a palavra ‘república’ era parte importante da linguagem política moderna e estava sujeita a disputas (e inovações) no que diz respeito ao seu conteúdo e desdobramentos práticos na discussão sobre as liberdades e obrigações. Para mais informações, conferir: John G. A. Pocock, *Linguagens do ideário político*, trad. Fábio Fernandez (São Paulo: EDUSP, 2003), 83-99; Quentin Skinner, *Hobbes e a liberdade republicana*, trad. Modesto Florenzano (São Paulo: Editora Unesp, 2010).

¹⁹⁹ Marcel Mauss, “Ensaio sobre a dádiva”, 212.

observada naquelas sociedades chamadas de primitivas, as trocas entre os letrados na Europa Moderna configuravam não apenas um dispositivo de comunicação, mas ainda um sistema de obrigações que efetivava laços de amizade e apadrinhamento através da circulação de certas materialidades da vida intelectual, isto é, de livros, manuscritos, e objetos variados. Essa economia da dádiva compelia os habitantes da república das letras a interagirem de maneira duradoura, extrapolando eventuais interesses e afinidades imediatos, e daria expressão tanto às assimetrias sociais exteriores à república quanto desenharia uma cadeia de atos corteses de doação, recepção e retribuição no interior dessa comunidade²⁰⁰.

Se entendidos como dádiva, os livros, manuscritos e objetos que circulavam entre os letrados e que se acumulavam aqui e ali revelam uma economia simbólica que se diferenciava também das relações de mercado. Ainda que os agentes dispersos da república das letras não estivessem apartados de interesses e atores mercantis, como aqueles do mercado livreiro ou da aristocracia, a circulação de informação, objetos e sujeitos estava imbuída de valores e de pessoalidade. Um livro ou manuscrito que circulasse levava consigo, mesmo sendo passível de cópia, a proveniência daquele que o possuía, isto é, o nome e o renome do doador, e ensejava alguma retribuição²⁰¹. Uma economia simbólica da dádiva entrelaçaria a propriedade e a pessoalidade de tal modo que uma coleção partilharia das virtudes do colecionador – e vice-versa, como se viu no caso de Cotton. É a partir daí que o dinheiro poderia aparecer como um elemento perturbador desse sistema de dádiva que dava forma às coleções e interações entre os letrados. Ainda que fosse condicionante do acesso a esse circuito de objetos e pessoas, o dinheiro ameaçava a natureza das trocas e das coleções no interior da república das letras. Ele contrariava, em primeiro lugar, aquela cortesia que se expressava em um desinteresse mais imediato por parte dos letrados e de certa horizontalidade na relação entre eles, idealizada na forma da amizade. Em segundo lugar, o dinheiro comprometia o ciclo da dádiva ao converter as obrigações de reciprocidade em atos de compra e venda, os quais se encerrariam no momento da transação. O dinheiro também ameaçaria, em terceiro lugar, dispersar as coleções e, não menos importante, impessoalizar seus itens ao convertê-los em mercadora. Quando o dinheiro entrou em cena, na narrativa sobre a

²⁰⁰ Marcel Mauss, “Ensaio sobre a dádiva”, 243-251.

²⁰¹ “Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem ‘respeitos’ – podemos dizer igualmente ‘cortêsias’. Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se ‘devem’ – elas e seus bens – aos outros” Marcel Maus, “Ensaio sobre a dádiva”, 263.

biblioteca de Cotton, ele logo levou à interrupção da circulação letrada e ao fechamento da coleção; e, não à toa, Selden dizia aos executores do seu testamento que antes repartissem entre eles os livros da sua coleção do que os colocassem à venda em um leilão. Em suma, o dinheiro tinha o poder de dissolver a confiança e a memória que a dádiva obrigava os amigos a sustentar.

Esse acúmulo de objetos e pessoas parece corroborar, em sentido forte, uma definição fundamental e funcional de coleção: um conjunto que intermedia o visível e o invisível²⁰². Colecionadores como Cotton e Selden juntaram em suas casas vestígios diversos da passagem do tempo dentro e fora da Inglaterra, principalmente na forma de livros e manuscritos. Esses pedaços do naufrágio do tempo atraíam curiosos, circulavam entre os amigos e produziam renome para seus detentores. No entanto, esses vestígios adquiram valor e sentido dentro de coleções minimamente organizadas e de uma comunidade capaz de reconhecê-los e fazer uso deles. Livros e manuscritos, inscrições, estátuas e moedas, leis, instituições, costumes e palavras tornavam-se intermediários entre as coisas visíveis e invisíveis, isto é, por meio deles era possível acessar tempos e lugares ausentes e no entorno deles se estruturavam dinâmicas materiais, relações de sociabilidade e lealdade, atitudes e operações intelectuais. Assim, os restos do naufrágio do tempo se tornavam documentos, isto é, eram transformados pelos eruditos e antiquários em 'semióforos'²⁰³, de modo a darem acesso a realidades previamente invisíveis ou indisponíveis. Tomados como semióforos, objetos materiais dos mais diversos receberiam um tratamento particular: eles seriam afastados dos usos cotidianos que tinham no passado, protegidos do circuito das trocas mercantis e imbuídos de significado. Fala-se de uma relação de exclusão entre utilidade e significado. Todavia, livros e manuscritos são um caso limite a esse entendimento. Eles são, ao mesmo tempo, objetos materiais e lugares de significação, de modo que mantêm seu valor de uso (a despeito de todo o cuidado que se possa ter no manejo deles) e é justamente essa utilidade que garante a eles a atribuição de significado. E mais, livros e manuscritos podem ser reproduzidos, emendados, acumulados e, mesmo assim, conservar determinada atribuição de autoridade ou originalidade.

²⁰² Krzysztof Pomian, *Collectors and curiosities: Paris and Venice 1500-1800*, trad. Elizabeth Wiles-Portier (Oxford: Polity Press, 1990), 7-64.

²⁰³ Krzysztof Pomian, *Collectors and curiosities*, 29-30.

Isso leva, enfm, à história antiquária. *Historie of Tithes* se mostra, de fato, um marco desse tipo de produção historiográfica ao trazer consigo indicativos daquilo que Selden (e outros letrados no seu entorno) fazia ora como antiquário, ora como historiador. Se no decorrer do capítulo fica evidente que os vestígios do passado não se tornavam antiguidades e semióforos por causa somente da natural passagem do tempo, é notório também como a transformação desses objetos em documento e evidência histórica resultava do emprego de orientações e ferramentas intelectuais identificáveis. As antiguidades colecionadas e organizadas no interior da república das letras se tornavam material para a escrita da história a partir, no caso de Selden, da mobilização da filologia e do sincronismo. Enquanto a filologia servia a Selden como meio para transitar e se legitimar entre diferentes campos profissionais e do saber e, desse modo, configurar uma abordagem das antiguidades nessas intersecções, o sincronismo tornava a coleção (de Selden ou de outro letrado) em insumo e horizonte para a produção de verdades históricas. Fala-se aqui em 'produção', diga-se de passagem, porque as verdades da história antiquária eram resultantes da aplicação de protocolos e conjecturas de leitura, antes de qualquer referência verificável que pudessem fazer sobre o passado. Na condição de história erudita, a história antiquária obtinha suas verdades, buscava apresentá-las e persuadir o leitor delas através de determinados recursos textuais e tipográficos, como a transcrição, a tradução, e a indicação marginal ou bibliográfica.

Tratava-se de transpor a ordem dos livros para a ordem do tempo. O fazer histórico de Selden consistia, basicamente, no ordenamento cronológico e comentário das antiguidades colecionadas. Reunidas e transformadas em evidência, essas antiguidades eram conectadas pelo sincronismo. Por meio desse ato técnico, configurar-se-iam contemporaneidades e as conexões do sincronismo produziram um tempo próprio, de natureza posicional e, no limite, matematizado. Esse tempo poderia se orientar tanto para o passado quanto para o futuro e, assim, enredava as antiguidades em cálculos históricos e proféticos. O sincronismo era uma peça-chave da história antiquária fosse como expediente de verificação e correção de textos e autores pretéritos, fosse enquanto produtor de cronologias. Sob a égide do sincronismo foram agrupadas diferentes palavras, dentre elas o 'anacronismo', que figuravam conjuntamente numa concepção posicional e, no limite, matematizável do tempo histórico. O 'anacronismo' e seus semelhantes faziam parte de um amplo trabalho de colaboração entre eruditos, tendo em vista pesar e corrigir

as evidências e autoridades históricas, bem como organizar e pôr no lugar correto toda uma diversidade de vestígios e antiguidades de outrora.

Formava-se nesse entrelaçamento de história e antiguidades uma ordem sistemática e cronológica (isto é, histórica) que capturava na teia de suas conexões intelectuais não apenas os vestígios e ações do passado, mas ainda os interesses e conflitos do presente. Ainda que história antiquária não coubesse confortavelmente dentro da 'história mestra da vida', ela não abria mão de buscar a verdade e a utilidade. E isso era feito, no caso da história dos dízimos de Selden, na forma de coleção.

Capítulo 3: Uma história dos dízimos

No final da vida, Selden teria considerado a si próprio um incompreendido na questão dos dízimos, ainda que alguém não menos grandioso por causa disso. Dizia ele que, em meados do século XVII, quando a Igreja da Inglaterra foi colocada em xeque pelas agitações da Guerra Civil e do Protetorado:

Eles [os teólogos] consultaram em Oxford onde poderiam encontrar os melhores argumentos para os seus dízimos, deixando de lado o direito divino. Foram orientados para o meu *Historie of Tithes*, um livro tão depreciado por eles anteriormente, no qual, ousou dizer orgulhosamente, há mais argumentos para eles do que conjuntamente em qualquer outro lugar. Sobre isso, foi escrito a mim que minha história dos dízimos era agora como a lança de Peleu, capaz de curar e de ferir. Eu disse em minha resposta que poderia fornecer um exemplo melhor. Seria possível que ele [o livro] tivesse o mesmo destino que Aristóteles, Avicena e Averróis tiveram na França cerca de quinhentos anos atrás, excomungados pelo bispo Estevão de Paris [Étienne Tempier], pelo nome excomungados, porque aquele tipo de saber confundia e perturbava a teologia deles. Porém, estando eles perdidos uns quarenta anos depois (que é mais ou menos o tempo desde que eu escrevi minha história) chamaram-nos de volta [Aristóteles, Avicena, Averróis] e assim foi desde então.¹

Sua história dos dízimos carregaria uma ambiguidade fundamental: ela seria tanto capaz de ferir quanto de curar. Para Selden, essa ambivalência não fora percebida quando a obra foi publicada, em 1618, tendo sido percebida naquela ocasião como um grande ataque aos membros do clero e ao direito divino, e foi preciso tempo para que aqueles mesmos que a receberam tão mal se vissem obrigados a ir até ela para se defender. Em suma, tudo o que sobreveio à história dos dízimos de Selden não passaria de grande equívoco por parte dos críticos e adversários de *Historie of Tithes*, que não perceberam as qualidades e também o valor estratégico da obra.

¹ “They consulted in Oxford where they might find the best arguments for their tythes, setting aside jus divinum; they were advised to my *Historie of Tythes*; a book so much cryed down by them formerly; in which, I dare boldly say, there are more arguments for them than are extant together any where: Upon this, one writ me word, that my history of tythes was now become like Pelias hasta, to wound and to heal. I told him in my answer, I thought I could fit him with a better instance. It was possible it might undergo the same fate that Aristotle, Avicen and Averroes did in France, some five hundred years ago, which were excommunicated by Stephen bishop of Paris, by that very name excommunicated, because that kind of learning puzzled and troubled their divinity: But finding themselves at a loss, some forty years after (which is much about the time since I writ my history) they were called in again, and so have continued ever since”. (John Selden, “Table Talk”, in *Joannis Seldeni*, 3: 2072-3).

Apesar disso, não deixa de causar espanto que um erudito prestigiado como Selden tenha calculado tão mal a repercussão de sua obra. *Historie of Tithes* se mostraria um divisor de águas na trajetória do autor: o livro consolidou o seu nome enquanto erudito e abriu a ele as portas da política. Em 1621, Selden se tornou consultor jurídico no Parlamento e foi eleito membro do Parlamento pela Câmara dos Comuns em 1624, 1626 e 1628. Nessas ocasiões, tornou-se figura relevante na oposição às políticas do duque de Buckingham e foi um dos protagonistas da Petição de Direitos endereçada a Carlos I. Selden apenas sairia da política institucional em 1649, quando o rei foi executado e houve um expurgo no Longo Parlamento por parte do exército revolucionário. Assim sendo, tendo tudo isso em vista, é razoável supor que Selden atuara de forma dissimulada na sua história dos dízimos, enquanto fazia avançar por meio de suas obras suas concepções e a si próprio na hierarquia social e política.

Forma-se aí, portanto, uma espécie de grande mal-entendido entre o que Selden dizia ter sido a sua história dos dízimos e aquilo que sujeitos contemporâneos a ele perceberam nela quando foi publicada. A partir da literatura especializada é possível enquadrar o problema em duas chaves de leitura – as quais encontram alguma expressão nos textos biográficos sobre Selden examinados no primeiro capítulo.

Numa primeira chave, os críticos e adversários de Selden teriam boas justificativas para reagir daquela maneira à publicação de *Historie of Tithes*. O livro era um ataque ao clero e que, de maneira mais ou menos dissimulada, contrariava as pretensões jurídicas e políticas de fortalecer a Igreja da Inglaterra através da reivindicação do direito divino sobre os dízimos. Alguns estudiosos contemporâneos enfatizaram a existência de alguma teoria política ou de questões imediatas que atravessariam *Historie of Tithes*. Selden aparece para eles como um sujeito comprometido, por exemplo, com a defesa da antiga constituição, da *common law* e da centralidade da ideia de contrato nas relações políticas, também como a grande expressão inglesa do erastianismo (isto é, da concepção de que o poder temporal do Estado deveria ter a primazia sobre o poder espiritual da Igreja), bem como sensível a discussão sobre os dízimos em Londres². Existia todo um modo de pensar

² Richard Tuck, *Natural rights theories*, 82-118; Richard Tuck, “The ancient law of freedom”, 137-161; Johann P. Sommerville, “John Selden”, 437-447; Paul Christianson, “Young John Selden and the Ancient Constitution”, *Proceedings of the American Philosophical Society* 128, no. 4 (1984): 271-315; Kathleen Loncar, “John Selden’s History of Tithes”, *The Journal of Legal History* 11:2 (1990): 218-238; Edith Bershadsky, “Politics, erudition and ecclesiology: John Selden’s *Historie of Tithes* and its contexts ramifications” (Tese, John Hopkins, 1993); Johann P. Sommerville, “Hobbes, Selden, Erastianism”, 160-

as leis e a política que forçosamente colocaria a história dos dízimos de Selden em rota de colisão com o apelo ao direito divino por parte da Igreja da Inglaterra e também da Coroa.

Por outro lado, dentro de uma segunda chave de leitura, existiam boas razões para a mágoa de Selden em relação aos críticos e adversários. Ao dizer que teria escrito “apenas uma história”, o autor não se utilizava de uma retórica escorregadia, que serviria somente para dissimular alguma agenda política secreta, mas afirmava algo de verdadeiro e que não foi entendido no contexto da publicação de *Historie of Tithes*. A erudição de Selden era vasta, sofisticada e incomum para a maioria dos letrados. Alguns estudiosos contemporâneos foram por esse caminho, destacando tanto a amplitude dos interesses intelectuais de Selden quanto certo pioneirismo e estranheza de sua historiografia e erudição. Desse modo, o autor aparece, por exemplo, como figura de destaque na constituição de uma noção moderna de História, caracterizada tanto pela capacidade de problematizar a relação com o passado quanto de traduzir a escrita da história em uma busca metódica pela verdade, e também como praticante de uma erudição que causava perplexidade mesmo entre aqueles letrados familiarizados com o assunto, em razão do empenho de Selden de se furtrar à controvérsia e de dissolver todo tipo de leitura à pesquisa filológica³. Assim sendo, haveria por parte dos críticos e adversários de Selden certa incapacidade de sequer acompanhar aquilo que ele se mostrava capaz de fazer em termos intelectuais.

Essas duas chaves de leitura encontram lastro nas obras de Selden, na documentação a respeito dele, na trajetória de vida do autor e também no seu contexto histórico. Elas têm seus fundamentos e não é preciso escolher entre uma ou outra, dado que essas chaves de leitura, apesar das suas diferenças, não se impõem como dicotomia. Ambas parecem ter, porém, um mesmo efeito analítico: elas dissolvem o mal-entendido, isto é, desfazem aquela ambiguidade estruturante que se percebia, retrospectivamente, na história dos dízimos de Selden e dela fazia uma obra capaz tanto de ferir quanto de

188; Reid Barbour, *John Selden*; Ofir Haivry, *John Selden*; Stuart Morrison, “Print, debate and the public sphere in the London tithes cause c. 1600-1650” (Tese, University of Kent, 2018).

³ Franklin S. Fussner, *Historical revolution*, 199-215; Daniel Woolf, “Erudition and the idea of History in Renaissance England”, *Renaissance Quarterly* 40, no. 1 (1987): 11-48; Daniel Woolf, “From histories to the historical: five transitions in thinking about the past 1500-1700”, *Huntington Library Quarterly* 68, no. 1-2 (2005): 33-70; Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, *Huntington Library Quarterly* 65, no. 3-4 (2002): 345-378; Nicholas Hardy, “Impartiality and the early modern *ars critica*: the case of John Selden’s *Historie of Tithes*”, in *The emergence of impartiality*, organizado por Katryn Murphy e Anita Traninger (Leiden, Boston: Brill, 2014), 289-303; Nicholas Hardy, *Criticism and confession: the Bible in the seventeenth century republic of letters* (London: Oxford, Warburg Studies, 2017), 152-180.

curar. Se, por um lado, dada teoria ou intensão política da parte de Selden explicaria e, em alguma medida, justificaria a reação dos seus adversários, por outro, determinada proeza intelectual por parte do autor reforçaria a defesa e o lamento dele de que sua obra fora incompreendida. Esse movimento analítico de se oferecer uma razão que solucione a incongruência entre as declarações de Selden e a apreciação da sua história dos dízimos parece esfriar e, até mesmo, paralisar uma interação que aparecia, para a perplexidade e desgaste dos envolvidos, como um mal entendido que ganhava a forma de uma controvérsia à medida que esses atores convergiam nos seus recursos e interesses para uma plataforma de embate discursivo. Sendo assim, diante daquelas duas chaves de leitura, acredita-se que possa ser rentável adotar uma atitude exploratória e trabalhar na fronteira entre elas, colocando a interação e o conflito no centro das atenções e examinando de que maneira a erudição e a política se misturavam na prática por meio das particularidades, circunstâncias, usos e incongruências de atos e discursos em relação.

Nesse sentido, a produção de uma história antiquária exigia a mobilização daquelas condições materiais e operações intelectuais examinadas no capítulo anterior. O pertencimento de Selden a um círculo de amigos eruditos e poderosos, em especial a proximidade dele com Robert Cotton, o acesso a coleções raras e volumosas de livros e manuscritos, sua familiaridade com a análise filológica e a habilidade em manejar o sincronismo como ferramenta de conhecimento contribuíram respectivamente na produção de uma obra em particular, *Historie of Tithes*. A publicação do livro se mostraria um divisor de águas na trajetória de Selden e faria dele um erudito reconhecido por um grande público letrado na Inglaterra. Além disso, e não menos importante, o livro trazia uma perspectiva particular e incomum sobre os dízimos, ameaçando ampliar a disputa de interesses que cercava essa questão. Por causa disso, a história dos dízimos de Selden logo atraiu a atenção do público leitor e também das autoridades ligadas ao poder eclesiástico e político, as quais tentaram evitar a impressão do livro e, quando isso fracassou, buscaram responsabilizar o autor e incentivaram a publicação de respostas a ele.

Assim sendo, o entrelaçamento entre as condições e operações eruditas, a produção de um livro em particular e a repercussão disso na política é o assunto tanto deste quanto do próximo capítulo. Assume-se nesses dois capítulos que obra e controvérsia podem ser mutuamente explicativas, de modo que, quando examinadas em conjunto, revelam sentidos e dinâmicas tanto do texto de Selden quanto dos atos intelectuais na Idade Moderna. Obra e controvérsia se apresentam fundamentalmente

como ocasiões que articulariam condições materiais, sociais e intelectuais, bem como as intenções e atitudes de diferentes sujeitos históricos, de autores, leitores, adversários e patronos. A partir daí, busca-se neste e no próximo capítulo expor os meandros da produção de um impresso, a repercussão e as respostas à história de Selden, as preocupações que atravessavam a sociedade inglesa em relação aos dízimos e como um tipo particular de história, a história antiquária, produzia um tipo tal de conhecimento capaz de ocupar lugar de destaque numa disputa mais ampla.

O presente capítulo está circunscrito ao exame de *Historie of Tithes*. O argumento que atravessa a ele (e que se estende para o próximo capítulo) é simples: a história dos dízimos de Selden constitui a si própria e se abre à apropriação como coleção historicamente organizada de documentos e interpretações que se mostravam cruciais à disputa sobre o pagamento dos dízimos. O sentido e utilidade de *Historie of Tithes* residiam mais na condição de repositório do que na defesa de uma tese abrangente e determinada. Neste capítulo são apresentados os contornos gerais e constitutivos da história dos dízimos de Selden nas malhas da tipografia e da censura, o estado da discussão letrada sobre os dízimos no momento da publicação do livro e, por fim, o modo como Selden abordou dois pontos nevrálgicos dessa discussão que era tão relevante para a vida cotidiana dos ingleses. Em linhas gerais, a prática de se pagar os dízimos era aquilo que articulava a relação entre sagrado e profano, de clérigos e leigos, e de como seriam classificados, distribuídos ou tributados os frutos do trabalho. Os dízimos punham simultaneamente em questão a ordem sagrada, política e material daquela sociedade.

1. A formação controversa de uma obra

Historie of Tithes traz em si as marcas de uma controvérsia em formação. A polêmica não foi algo que se instalou após a publicação da obra, mas já se fez presente, de modo mais ou menos definido, no momento da produção e recepção dela. A história dos dízimos escrita por Selden foi composta, impressa e interpretada em meio às reações que, de pronto, suscitava. É adequado dizer, embora talvez seja contraintuitivo, que a expectativa de uma controvérsia deu forma à obra: forma jurídica, no que diz respeito à sua condição aos olhos das autoridades; forma material, nas condições que foram impostas para sua impressão; forma semântica, na composição do texto, nas respostas e usos dele. Assim sendo, examinar *Historie of Tithes* apenas como texto, cujos argumentos

e objetivos foram fixados e expressos de antemão e apenas transpostos, sem atritos, para o impresso, é despir a obra do peso histórico com o qual ela arcava. Recuperar esse peso histórico não parece se tratar simplesmente de justapor dado texto ao seu momento político ou a determinado debate intelectual, mas é trazer essas coisas para a investigação a partir dos atos e condições que deram materialidade à obra e às suas leituras e apropriações. No caso da história dos dízimos de Selden, é crucial à análise recuperar o imbróglio da publicação do texto, o impacto da sua circulação e as opiniões que logo se formaram sobre ela⁴.

Historie of Tithes se apresenta como impresso em quarto de 534 páginas, das quais 448 páginas compõem o corpo da obra e estão subdivididas em 14 capítulos. Os capítulos dividem a história em duas grandes partes: a primeira (capítulos 1-7) diz respeito à história geral dos dízimos, isto é, de suas origens bíblicas, passando pelos gregos e romanos, os primeiros cristãos e até chegar à Europa do século XVII; a segunda parte (capítulos 8-14) trata dos dízimos na Inglaterra, dos bretões até Henrique VIII, e investiga práticas e instituições envolvidas no pagamento desse tributo, como as consagrações arbitrárias e as paróquias. Além do corpo do texto, *Historie of Tithes* contém elementos pré-textuais e pós-textuais: folha de rosto, dedicatória, prefácio, sumário, revisão dos capítulos, catálogo dos documentos utilizados, errata e breve nota do impressor. O livro também é complexo na sua cronologia. Enquanto o corpo do texto remete ao ano anterior à publicação, quando Selden compôs a maior parte da obra, o mesmo não pode ser dito dos demais elementos do livro, sobretudo o prefácio e a revisão, os quais foram escritos na ocasião em que o texto já circulava e gerava as primeiras reações.

1.1. Em busca da autorização

Sabe-se pela correspondência que, em dezembro de 1617, o antiquário francês Nicholas-Claude Fabri de Peiresc recebeu de seu colega de ofício, William Camden, uma cópia de *De Diis Syris*, obra de autoria de Selden e que fora publicada naquele mesmo ano. Junto do livro, Camden informava Peiresc que “o nosso Scaliger”, isto é, Selden, preparava uma história dos dízimos. Peiresc fez menção a isso numa carta que destinou a Selden e

⁴ As informações abaixo foram retiradas de dois textos de Gerald J. Toomer. Considera-se que o autor fez a investigação mais detalhada e consistente a respeito da publicação de *Historie of Tithes*, de modo que se sugere consultar: Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, 345-378; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 257-310.

datada de 29 de janeiro de 1618. Nela confessava ao Scaliger inglês que esperava “com uma maravilhosa impaciência” pela publicação do novo livro. A resposta de Selden não trouxe consigo uma cópia da obra em questão (como talvez se esperaria), mas o relato de uma confusão que estava apenas no começo. Nessa carta, de 6 de fevereiro de 1618⁵, Selden dizia o seguinte:

No que diz respeito àquele nosso opúsculo escrito em língua vernácula, falo da História dos Dízimos (esse é, pois, o seu título), estava para lhe enviar um ou dois exemplares, mas já faz quase dois meses desde que o supervisor londrino, o qual, além [do arcebispo] da Cantuária, é censor de nossa oficina tipográfica, quando já estava quente o prelo, não apenas ameaçou brutalmente o tipógrafo com sua autoridade, mas ainda foram confiscadas todas as folhas impressas que pudessem ser encontradas (mais ou menos metade da impressão do exemplar do manuscrito), além dos próprios tipos [da prensa], por sua própria ordem para que investissem contra os trabalhadores com arroubo de cólera e autoridade. A afronta remete ao direito aquelas que até agora foram parar no conjunto já encomendado aos livreiros (pois esse observa o assentimento do supervisor. Mas, graças ao poder divino, o manuscrito original não se perdeu de seu autor, nem entrou no prelo sem assinatura (como é nosso costume) por meio de algum capelão ou alguém da casa do mesmo supervisor. O porquê de o supervisor ter feito isso, por favor, não pergunte. Não deu razão alguma até agora. Eu e o tipógrafo não temos ninguém com quem possamos esclarecer. Em todo caso não convém vir à luz enquanto se grita até a rouquidão, como alguns outros da classe dos profetas, seus vizinhos, que vociferam.⁶

⁵ Eruditos como Selden e Peiresc estavam afastados não apenas do ponto de vista geográfico, mas também cronológico. O calendário gregoriano, estabelecido em 1582, foi adotado na Inglaterra apenas em 1752, de modo que, durante o século XVII, datas poderiam ser fixadas tanto segundo esse calendário quanto de acordo com o calendário gregoriano. Assim, existia uma defasagem de alguns dias entre as datas indicadas por Peiresc e Selden, e o ano começava para ambos em momentos bem diferentes: para o primeiro, em 1o de janeiro, para o outro, em 25 de março. A discrepância entre os calendários é assinalada, inclusive, numa carta de Selden a Peiresc, na qual após a datação da correspondência (5 de outubro de 1618), Selden indicava “no nosso estilo”. Assim sendo, dado que não se faz necessária aqui uma cronologia absolutamente precisa e as datas são indicadas para fins de localização e sequência narrativa, optou-se por modernizar parcialmente as datas em jogo, isto é, manter os dias e meses tal qual indicados nos documentos e modificar apenas o ano, quando for necessário – e este é o caso da carta de 6 de fevereiro.

⁶ “Quod ad opusculum illud nostrum vernacula lingua conscriptum, siue ad historiam Decimarum (is n. titulus est) attinet; exemplar unum et alterum tibi destinaram; sed bini pæne menses sunt qd Londinensis antistes qui præter Cantuariensem apud nos Typographorum officinis censor præest, calente prelo, no solum Typographo vehementer nimis eo nomine interminabatur, verum etiam et schedæ omnes quotquot excuse reperiri possent (plus minus dimidio exemplaris MS. typis excuso) etiam et ipsi typi eius iussu, irruente in operas iracundie simul et autoritatis turbine rapiebantur. ea, velut quæ in comissum inciderant hactenus bibliopolarum corpus (id nutum Antistitis etiam observat) iure an iniuria occupat. Sed exemplar ms. autorem suum fauente numine, non deseruit, nec sine subscriptione (ad morem nostrum) sacellani nescio cuius ex eiusdem antistitis familia in prelum irrepserat. Cur id fecerit antistes nolim tu quæras. rationem ne prætexuit quidem hactenus. non mihi no typographo no cuiquam a quo edoceri possimus. in lucem prodire duntaxat non oportere, usque ad rauim clamat. idem

O relato de Selden traz em particular a notícia da publicação de sua obra e também revela alguns elementos e dinâmicas envolvidos na impressão dos livros em geral na Inglaterra do início do século XVII. Depreende-se do relato que Selden, depois de compor o texto, submeteu o manuscrito de *Historie of Tithes* para avaliação de um supervisor, isto é, de uma autoridade eclesiástica que detinha a prerrogativa de emitir uma licença, autorizando a impressão da obra. A autoridade em questão era o bispo de Londres, o qual dividia com o arcebispo da Cantuária a responsabilidade de examinar, licenciar e censurar os textos que seriam impressos – é evidente que nem todos os impressos passavam por essa avaliação, alguns deles eram publicados sem qualquer licença ou impressos no estrangeiro. Para além disso, a narrativa de Selden gira em torno do conflito entre uma pretensa licença para imprimir e a apreensão do material impresso. Aparecem no relato duas figuras de autoridade: o bispo de Londres, na época John King (†1621), que ordena a batida na tipografia responsável por *Historie of Tithes* e um capelão indeterminado, subalterno ao bispo e que teria autorizado à impressão. Embora haja divergência na bibliografia sobre a ordem dos fatos⁷, o principal aqui é a presença e o desacordo existente entre ambas as autoridades que, somadas as queixas de Selden, apontam para a pessoalidade, a arbitrariedade e o jogo político que determinavam as origens de uma publicação.

Ao submeter o seu manuscrito à autorização, Selden tomava parte num amplo conjunto de agentes e instituições que, desde o século XVI, dava forma em alguma medida aos impressos, à censura e ao mercado livreiro. Na produção de cada livro e na gestão de um negócio coletivo faziam-se presentes atores e interesses conflitantes: os leitores e autores, impressores e os trabalhadores de suas oficinas, encadernadores, livreiros, a

et propheticí generis nonnullis alijs, qui vicini sunt, vociferantibus” (Selden para Peiresc, 6 fev. 1618, “The correspondence of John Selden (1584 1654)”, transcrito por Gerald J. Toomer, in *Early Modern Letters Online*, John Selden, MS Selden supra 108, Bodleian Library, f. 214).

⁷ A reconstituição do episódio feita por Gerald Toomer, Edith Bershadsky e Mark Bland são muito diferentes no que diz respeito ao lugar do tal capelão na sequência de eventos. Toomer entendeu que o capelão foi quem aprovou inicialmente a publicação de *Historie of Tithes* e depois foi desautorizado pelo bispo de Londres. Já Bershadsky afirmou ter sido o capelão quem alertou o bispo e graças a ele não foi dada qualquer licença para publicação. Bland localizou a ação do capelão depois da apreensão ordenada pelo bispo, subvertendo assim o ato censório. Toomer considerou que tais interpretações decorriam da parca compreensão do latim de Selden e, de fato, a versão do autor e o tratamento dado por ele às fontes do episódio são mais convincentes, o que não inviabiliza, porém, a conclusão de Bland sobre o ocorrido: não se pode entender a censura no início do século XVII como um sistema monolítico e coerente, mobilizado instrumentalmente pelas autoridades civis e eclesiásticas. Para mais informações, conferir: Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, 356; Edith Bershadsky, “Selden’s *Historie of Tithes* and its ramifications”, 92-3; Mark Bland, “Invisible dangers: censorship and subversion of authority in early modern England”, *Bibliographical Society of America* 90, n. 2 (1996): 173-4.

corporação responsável pelo monopólio de impressão, a Stationer's Company, os licenciadores e censores, que garantiam o conteúdo das publicações, o tribunal eclesiástico encarregado de identificar obras heréticas, imorais e subversivas, a Court of High Commission, bem como o conselho do monarca, o Privy Council, e por fim os dois maiores poderes políticos do reino, a Coroa e o Parlamento. Esse conjunto de agentes e instituições não formava na Inglaterra um sistema coeso, hierarquizado e de jurisdições bem definidas, mas um campo em disputa e sujeito à manipulação por diferentes grupos de pressão que ao se apropriar aqui e ali dos mecanismos de produção e controle das publicações poderiam fazer avançar suas pretensões⁸.

Vários desses agentes estiveram envolvidos na publicação de *Historie of Tithes* e a interação entre eles fez surgir uma polêmica. Num primeiro momento dessa controvérsia em formação, o qual foi relatado por Selden a Peiresc, aparecem quatro desses agentes: o autor, o impressor, o licenciador e o censor. Esses dois últimos agentes estavam diretamente vinculados à censura e examiná-los traz à tona a permeabilidade dessa instituição as relações pessoais e interesses diversos.

Em meados de dezembro de 1618, Selden foi convocado para se explicar perante o rei por que publicara *Historie of Tithes*. Da necessidade e de alguns encontros com o monarca, Selden escreveu uma apologia na qual relatava o seguinte a Jaime I: “empenhei o mesmo [o livro] à censura daquele que tinha o poder de licenciá-lo para a impressão. Deixei-o com ele, ao seu próprio tempo e sem fazer qualquer pedido subsequente. Ele mandou-o para mim licenciado, com ‘ita est’, e a subscrição do seu nome”⁹. Não se sabe exatamente quem autorizou a publicação, mas é possível inferir com alguma segurança a partir dos relatos feitos por Selden a Peiresc e a Jaime I tanto que o pretense capelão trabalhava como licenciador em nome do bispo de Londres quanto que se tratava de alguém conhecido, quiçá favorável ao autor e ao impressor¹⁰. Selden dizia a Peiresc desconhecer a identidade do sujeito, mas relatava a Jaime I ter deixado “com ele” o manuscrito (I left it with him).

⁸ Mark Bland, “The London book trade in 1600”, in *A companion to Shakespeare*, editado por D. S. Kastan (Oxford: Blackwell, 1999), 450-63; Cyndia S. Clegg, *Press censorship in Jacobean England* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 20-67; Anthony Milton, “Licensing, censorship, and religious orthodoxy in Early Stuart England”, *The Historical Journal* 41, n. 3 (1998): 625-651.

⁹ John Selden, “Of my purpose and end in writing the History of Tythes”, in *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia*, organizado por David Wilkins, 3: 1456.

¹⁰ Mark Bland, “Invisible dangers”, 174; Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie*”, 356.

Aqui é importante ter em mente que na ocasião em que o manuscrito foi submetido ao responsável por licenciá-lo para publicação, *Historie of Tithes* surgia como a mais nova obra de um letrado em franca ascensão. Selden já era figura com algum renome entre letrados dentro e fora da Inglaterra, como evidencia a correspondência entre Peiresc, Camden e ele. Tratava-se de alguém que pouco tempo antes obtivera autorização da Stationers' Company para publicar dois outros livros prestigiados, *Titles of Honor* e *De Diis Syris* – as licenças para ambos datam respectivamente em 14 de julho de 1614 e 27 de setembro de 1616¹¹..

Selden era, portanto, autor reconhecido e não era incomum na época que autores e impressores em geral buscassem licenciadores favoráveis a eles, inclusive que servissem de patronos para suas publicações¹². A censura na Idade Moderna não operava segundo o que se poderia imaginar de um mecanismo contemporâneo de controle, isto é, como instituição impessoal, inacessível e cuja única função seria dizer 'sim' ou 'não' para determinada obra. Mesmo na França do Iluminismo, onde operava uma espécie de censura proto-burocrática, os responsáveis por esse trabalho de controle com frequência se aproximavam dos autores e dos textos que deveriam avaliar, escrevendo e marcando encontros, fazendo avaliações e sugestões de modificações; em suma, desempenhando um papel ativo na produção dos livros¹³. No caso da Inglaterra do século XVII, a censura era ainda mais permeável aos interesses e à pressão de particulares, de modo que alguém como Selden poderia não apenas conhecer um licenciador que lhe fosse favorável, mas também aconselhá-lo no próprio trabalho de censura.

É o que se depreende de um episódio pouco explorado da vida de Selden, recontado com pouca variação pelos biógrafos antigos e com pouco destaque nos textos

¹¹ Edward Arber, *A transcript of the registers of the Company of Stationers of London 1554-1620* (London: Privately Printed, 1876), 3: 252b; Gerald J. Toomer, "Selden's *Historie of Tithes*", 348 n. 20. Para além dessas indicações, é digno de nota que apenas algumas obras de Selden foram recuperadas numa consulta a Stationers' Register Online (<https://stationersregister.online/>), onde estão compilados os registros dos estacionários transcritos por Edward Arber. Esses resultados são ou entradas individuais de textos de Selden em nome de determinado impressor ou fazem parte de compilações dos títulos que dado impressor transmitia ao seu herdeiro, a saber: *Titles of Honor* (14 de julho de 1614, 9 de novembro de 1627 e 26 de agosto de 1632); *The duello* (3 de dezembro de 1627); *De successionibus in bona defuncti* (25 de abril de 1631 e 4 de março de 1639); *Eadmer e Mare Clausum* (4 de março de 1639).

¹² Cyndia S. Clegg, *Press censorship in Jacobean England*, 65.

¹³ Robert Darnton, *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016), 27-51.

atuais sobre o autor¹⁴. Apesar disso, apresenta-se como abertura para mais bem se compreender os meandros da publicação de *Historie of Tithes* e como agentes conflitantes se entrelaçavam na produção de um único livro.

O episódio diz respeito à publicação de um sermão de Robert Sibthorpe (+1662), pregado em fevereiro de 1627 no condado de Northampton, e cuja história foi relatada por George Abbot (1562-1633), o qual na época era arcebispo da Cantuária e responsável pela censura do texto em questão¹⁵. Os biógrafos de Selden reproduziram por meio de paráfrase ou da citação direta a parte final do relato de Abbot. O nome de Selden aparece dentro da seguinte situação: um capelão que trabalhava em nome do bispo de Londres na autorização de livros para impressão, chamado apenas de “Dr. Worrall”, encaminhou o sermão de Sibthorpe a “um Gentleman erudito do Inner Temple”, o qual é identificado na margem da versão impressa do relato como “Mr. Selden”. Segundo a narrativa, o capelão licenciara a publicação do sermão antes de enviá-lo a Selden, pois fora pressionado a fazê-lo, mas pedia a opinião do erudito sobre o texto que aprovara. Ao invés de responder por escrito, Selden teria chamado o capelão pessoalmente para dar o seguinte parecer: “o que você fez foi permitir que um Livro estranho fosse adiante, o qual se for verdadeiro, então não existe Meu ou Teu e ninguém na Inglaterra possui coisa alguma que seja sua. Se em algum momento a Maré virar e as Coisas forem levadas a um Acerto de Contas, você será enforcado por ter publicado esse Livro”. Assustado com a resposta, o capelão teria perguntado o que fazer, dado que o sermão já fora autorizado por ele. Selden teria então respondido: “você deveria raspar o seu nome e garantir que não permaneça no Papel qualquer sinal de Letra alguma”¹⁶.

¹⁴ David Wilkins, “Vita Joannis Seldeni”, 1: xi; *Biographia Britannica*, “Selden”, 6: 3611 n. P; John Aikin, *Lives of John Selden*, 54-5; George W. Johnson, *Memoirs of John Selden*, 128-9; David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 127-8; Jason P. Rosenblatt, *England’s chief rabbi*, 116 n. 13.

¹⁵ John Rushworth, *Historical collections of private passages of State, weighty matters of law, remarkable proceedings in five parliaments* (London: Printed by Tho. Newcomb for George Thomason, 1659), 440-8.

¹⁶ A passagem integral do episódio diz o seguinte: “My Lord of London hath a Chaplain, Doctor Worrall by name, who is a Schollar good enough, but a kinde of free Fellow-like man, and of no very tende[r] Conscience. Doctors Sibthorps Sermon was brought unto him, And hand over head (as the Proverb is) he approved it, and subscribed his name unto it. But afterwards being better advised, he sendeth it to a learned Gentleman of the Inner Temple, and writing some few lines unto him, craveth his opinion of that which he had done, the Gentleman read it: But although he had promised to return his Judgment by Letter, yet he refused so to do, but desided that Doctor Worrall would come himself; which being done, he spake to this purpose, What have you done, you have allowed a strange Book yonder; which if it be true, there is no Meum or Tuum, no man in England hath any thing of his own: If ever the Tide turn, and Matters be called to a Reckoning, you will be hanged for publishing such a Book. To which the Doctor answered, Yea, but my hand is to it, what shall I do? For that the other replied, You must scrape

Não se pode assegurar que Selden tenha atuado como consultor para o capelão e menos ainda que a interação entre ambos se deu dessa maneira. Apesar disso, o relato é valioso. Ele não apenas encapsula um argumento, como destacaram os biógrafos do autor, segundo o qual a (estranha) doutrina defendida por Robert Sibthorpe colocaria em xeque a manutenção dos limites entre “meu” e “seu” e, por conseguinte, o direito de propriedade tal qual fixado na Inglaterra, mas ainda permite visualizar na minúcia a dinâmica entre os agentes envolvidos na publicação do livro. O relato do arcebispo Abbot não expressa estranhamento ou reprovação diante da atitude do licenciador de buscar conselho externo sobre um ato de ofício – a única ressalva que se faz é ao caráter do sujeito, não ao ato em si. Na história, o capelão não sabia nem o que tinha feito, nem o que deveria fazer e não foi o bispo de Londres ou algum colega que lhe informou disso. Tal situação dava poder a Selden: era o licenciador que “implorava” por uma opinião (*craveth his opinion*) e que “vinha em pessoa” (*would come himself*) ao encontro dele¹⁷. Daí se pode inferir algo significativo, isto é, que o licenciador e, por conseguinte, o censor que lhe conferia autoridade eram figuras tanto responsáveis por examinar, censurar e licenciar manuscritos para publicação quanto responsabilizáveis pela repercussão do impresso. Diante da possibilidade de se ir ao cadafalso por ter autorizado uma publicação, Selden recomendava, o capelão assentia e o arcebispo aprovava que o registro fosse rasurado e descaracterizado por completo, assim desfazendo a vinculação entre a censura e o impresso, interrompendo a cadeia de responsabilidades.

À luz disso torna-se compreensível não apenas as evasivas de Selden no que diz respeito ao nome de quem licenciou o seu livro, mas ainda a ação súbita e violenta do bispo de Londres contra a impressão do texto. A publicação de uma obra como a história dos dízimos poderia implicar numa eventual reprimenda ou perda de prestígio para o licenciador e até mesmo para o censor que lhe supervisionava. Dado que, na Inglaterra, a responsabilidade por determinada publicação não se restringia ao autor, era razoável que os agentes envolvidos na aprovação do texto buscassem se preservar ao máximo de controvérsias em potencial.

out your name, and do not suffer so much as the sign of any Letter to remain in the Paper. Which accordingly he did, and withdrew his finger from the Pye” (John Rushworth, *Historical collections*, 448).

¹⁷ Embora o texto do relato não identifique o consultor, a publicação não mostra dúvida nas suas margens em dizer que se tratava de Selden e nem os biógrafos e estudiosos do autor estranharam a associação. De fato, existem boas razões para isso: a reconhecida erudição de Selden e sua vinculação ao Inner Temple, aspectos que são explícitos no relato de Abbot, bem como a notória atuação política de Selden em oposição justamente àqueles que apadrinhavam o sermão de Robert Sibthorpe.

Mas isso não é tudo o que o relato do arcebispo Abbot tem para oferecer. O episódio recontado pelos biógrafos e estudiosos de Selden era, na verdade, o momento derradeiro de uma série de eventos e personagens, cuja reconstituição fornece uma grade de fundo a partir da qual é possível mais bem compreender o lugar de Selden e de *Historie of Tithes* nos meandros da censura e da tipografia.

O primeiro dentre os personagens do relato de Abbot é o próprio autor do sermão, Robert Sibthorpe. Abbot o descrevia da pior maneira: “sendo apenas um Bacharel em Artes”, foi arranjado que recebesse o título de doutor e sua maior honraria seria sua condição de genro de um nobre local, da qual dependeriam todas as demais distinções, inclusive a posição de vigário¹⁸. Como autor, Robert Sibthorpe surge como uma espécie de antípoda de Selden, isto é, um sujeito obscuro, cuja condição de douto não passaria de mera formalidade e para quem as honrarias decorriam basicamente do casamento. Apesar disso, Robert Sibthorpe não era desprovido de meios para buscar uma publicação. Seu sermão fora pregado aos juizes de Northampton e, apesar de tê-los desagradado profundamente, alinhava-se à iniciativa de Carlos I de impor aos súditos empréstimos obrigatórios. Aproveitando-se da ocasião, Robert Sibthorpe “sendo um homem de pequena Fortuna, concebeu que mandar o Sermão para a Prensa poderia conquistar o favor da Corte e elevar sua Fortuna”. Munido da transcrição do sermão, ele conseguiu que “um Bispo ou dois” fizessem com que o manuscrito chegasse ao duque de Buckingham.

Aparece então o segundo personagem fundamental à narrativa, George Villiers (1592-1628), o duque de Buckingham. Buckingham era o favorito do rei e teria visto no sermão a oportunidade ideal para ampliar o seu poder e retirar de cena um adversário político: “se o rei enviar o Sermão a ele e ordenar que o autorize à Prensa, acontecerá uma de duas coisas, ou ele autorizará e então todos os homens que [lhe] são indiferentes descobrirão ser ele uma Besta vulgar e indigna ou ele se recusará a fazê-lo e cairá na indignação do Rei, o qual poderá persegui-lo ao bel prazer, como a qualquer homem contrário ao seu serviço”¹⁹. O adversário de Buckingham era o autor do relato, o arcebispo Abbot, um dos grandes responsáveis pela censura e para o qual contar a história da

¹⁸ “There was one Sibthorpe, who being so much as a Bachellor of Arts, as it hath been credibly reported unto me; by means of Doctor Peirce, Dean of Peterborough, being Vice-Chancellor of Oxford, did get to be conferred upon him the Title of a Doctor. This man is a Vicar of Brackley in Northamptonshire, and hath another Benefice not far from it in Buckinghamshire. But the lustre of his Honor did arise from being the Son-in-law of Sir John Lamb, Chancellor of Peterborough, whose Daughter he married, and was put into the Commission of Peace” (John Rushworth, *Historical collections*, 440).

¹⁹ John Rushworth, *Historicall collections*, 440.

publicação do sermão de Sibthorpe foi uma maneira de explicar o próprio infortúnio junto à corte.

O plano de Buckingham introduz na narrativa um terceiro personagem: o rei, Carlos I (1600-1649). No relato de Abbot, o monarca ordena que um jovem serviçal vá ao encontro do arcebispo e expresse sua vontade de publicar o sermão. Abbot teria estranhado o pedido, já que “eu nunca fui aquele que autorizou Livros para serem Impressos, pois esse é trabalho dos meus Capelães”. No entanto, o mensageiro teria informado que Carlos I desejava que o próprio arcebispo fizesse o trabalho – e, por conseguinte, subscrevesse o seu nome ao manuscrito. A justificativa apresentada no relato era de que o rei fora atendido pouco antes pelo bispo de Londres num pedido semelhante, restando forçosamente a Carlos I solicitar ao arcebispo da Cantuária que lhe fizesse esse favor. Apesar da queixa de que Jaime I jamais fizera pedido semelhante, Abbot aceita o trabalho²⁰.

Daí se corrobora que a história de Selden narrava um expediente comum, isto é, que algum capelão a serviço da autoridade eclesiástica gozava de relativa autonomia para autorizar a impressão de publicações como *Historie of Tithes*. Tanto o bispo de Londres, responsável pela licença da história dos dízimos de Selden, quanto o arcebispo da Cantuária, que narrava a publicação do sermão de Sibthorpe, valiam-se dessa mesma descentralização para avaliar os textos submetidos para autorização. Além disso, fica evidente como a censura era permeável e se espremia entre os interesses e estratégias não apenas de autores e impressores, mas ainda dos grandes patronos e atores políticos, como o duque de Buckingham e Carlos I. E, terceiro lugar, e não menos importante, o relato do arcebispo Abbot mostra como erudição e política se misturavam e davam forma à negociação e conflito de interesses no bojo do processo de censura e autorização de uma obra.

²⁰ O arcebispo relata o encontro na forma de um diálogo, cujo original da parte descrita no corpo do texto é o seguinte: “Murrey [o jovem serviçal]: My Lord, I am sent unto you by the King, to let you know that his pleasure is, That whereas there is brought unto him a Sermon to be Printed, you should allow this Sermon to the Press. Archb: I was never he that authorised Books to be Printed; for it is the work of my Chaplains to read over other mens writings, and what is fit, to let it go, what is unfit, to expunge it. Murrey: But the King will have you your self to do this, because he is minded that no Books shall be allowed, but by you and the Bishop of London: And my Lord of London authorised one the other day (Consens his Book) and he will have you do this. Archb: This is an occupation that my old Master King James did never put me to, and yet I was then yong, and had more abilities of body then now I have; so that I see I must now learn a new lesson, but leave it with me” (John Rushworth, *Historicall collections*, 441).

Ao aceite do arcebispo, seguem-se a enumeração de argumentos ora eruditos, ora políticos e o vai-e-vem do serviçal do rei portando mensagens conflitantes. Depois de ler e examinar o sermão de Sibthorpe, Abbot se mostrava desfavorável à publicação e incluía no seu relato trechos da obra que suscitavam problemas de natureza política, bem como mostravam a falta de fundamentação histórica e desrespeito do autor às práticas eruditas. Na avaliação do arcebispo aparecia tanto a objeção de que “não havia nem Lei nem Costume para isso [que sustentasse os empréstimos obrigatórios] no Reino da Inglaterra” quanto de que o sermão indicara, nas margens do manuscrito, um ato do parlamento “quando de fato não existe tal Lei”²¹. Pouco depois, o serviçal trouxe as respostas do rei. Alguns pontos eram favoráveis às objeções de Abbot, outros não. O rei concordava com o arcebispo, por exemplo, que fosse corrigida a menção ao ato inexistente do parlamento, assim como aceitava suprimir do texto uma afirmação, feita pelo autor em referência à Guerra dos Trinta Anos, de que “os Príncipes da Boêmia têm o poder de depor seus Reis” – a respeito disso, o mensageiro dizia “sobre a Boêmia, ele [o rei] riscou-o do Livro”. No entanto, Carlos I sustentava naturalmente que sua política de empréstimos obrigatórios era legítima e que “ele tinha um Precedente para isso”²². Ao invés de fazer uma réplica ao rei por meio do mensageiro, o arcebispo da Cantuária dizia a esse último que “em meu nome pedisse humildemente à sua Majestade que mandasse o Bispo de Bath e Wells a mim e eu revelaria os meus Escrúpulos”²³.

Aparece um quarto personagem fundamental ao relato: o bispo de Bath e Wells, William Laud (1573-1645). Tal qual o autor do sermão e o duque de Buckingham, Laud é descrito por Abbot como alguém da pior espécie, malicioso, brigão, invasivo, imoral, e um sujeito que “fez de seu trabalho averiguar que Livros estavam na Prensa e examinar Cartas Dedicatórias e Prefácios ao Leitor para ver que erros poderiam ser encontrados”²⁴. A descrição evidencia não apenas a oposição a Laud, a qual se configuraria gradualmente num importante marcador da vida político-religiosa inglesa, mas também como a vigilância

²¹ John Rushworth, *Historicall collections*, 441-2.

²² John Rushworth, *Historicall collections*, 442.

²³ John Rushworth, *Historicall collections*, 443.

²⁴ A descrição é basicamente a seguinte: “This man is the onely inward Counsellor with Buckingham, sitting with him sometimes privately whole hours, and feeding his humour with malice and spight. His life in Oxford was to pick quarrels in the Lectures of the Publick Readers, and to advertise them to the bishop of Durham, that he might fill his ears of King James with discontents, against honest men that took pains in their places, and settled the truth (which he called Puritanism) in their Authors. He made it his work to see what Books were in the Press, and to look over Epistles Dedicatory, and Prefaces to the Reader, to see what faults might be found” (John Rushworth, *Historicall collections*, 444).

sobre a imprensa, mesmo que por parte de um agente externo à censura londrina, poderia ser instrumento de autopromoção. A partir daí, fica evidente como a publicação de uma obra como *Historie of Tithes* poderia atrair o olhar tanto de licenciadores e censores, preocupados em fazer avançar seus interesses e se preservar de eventual responsabilização, quanto de terceiros que se interessariam por uma eventual polêmica como oportunidade de ascensão.

De volta ao sermão de Sibthorpe, Abbot relatava que o rei se recusava a enviar Laud até ele e que, na corte, o duque de Buckingham exigia urgência na impressão do texto, tendo em vista espalhá-lo o mais rápido possível pelo interior da Inglaterra²⁵. Diante disso, o arcebispo da Cantuária tirou a disputa do registro oral: ele narra ter redigido as suas objeções e assumido, por escrito, que o livro não estava apto à publicação²⁶. Também por escrito, Laud teria respondido a ele e com a ajuda de três outros bispos – das quatro figuras indicadas pelo relato, o próprio Laud e o bispo de Durham, Richard Neile, teriam sido recompensados com uma posição dentro do Privy Council²⁷. Quando o mensageiro do rei trouxe a manifestação dos bispos, Abbot relata ter se surpreendido com as condições impostas para a sua resposta. Ele não poderia examinar ou ficar com o papel redigido pelos bispos e nem trabalhar a sós numa réplica. O serviçal dizia: “não, meu Senhor, você não pode ler ou manejar isso, pois tenho ordens de não permitir que saia de minhas mãos”. O texto deveria ser lido ao arcebispo e o mensageiro do rei ficaria junto de Abbot até ele terminar a réplica, mesmo que isso tomasse tempo e exigisse do arcebispo que consultasse seus livros em seu estúdio. Na narrativa, Abbot insistia que o texto fosse deixado com ele e, sem sucesso, queixava-se: “imploro que diga à sua Majestade que sou tratado nem com Hombridade, nem como Erudito. Nem com Hombridade, porque luto com Adversários que desconheço, nem como Erudito, porque não devo ver o que quer que seja que me refuta”²⁸. Para ele, essas condições configuravam “um novo tipo de Erudição”

²⁵ “The mindes of those that were Actors for the publishing of the Book, were not quiet at the Court, that the thing was not dispatched; and therefore one day the Duke said to the King, Do you see how this business is deferred, it more expedition be not used, it will not be Printed before the end of the Term; at which time it be sent down into Countreys” (John Rushworth, *Historicall collections*, 443).

²⁶ John Rushworth, *Historicall collections*, 443-4.

²⁷ John Rushworth, *Historicall collections*, 444.

²⁸ A fala de Abbot como um todo é da maior importância e, integralmente, diz o seguinte: “How cometh this about? Are the Authors of it, afraid of it, or ashamed of it? I pray you tell his Majesty that I am dealt neither Manly or Schollar-like. Not Manly, because I must fight with Adversaries that I know not; not Schollar-like, because I must not see what it is that must confute me. It is now Eight forty years ago that I came to the University, and since that time I have ever loved a Learned Man, I have disputed and written divers Books, and know very well what appertaineth to the Schools. This is a new kinde of

(new kinde of Learning) que além de contar com o demérito que era atribuído na época a toda e qualquer inovação, era pouco masculina, amigável e minuciosa.

A essa altura, percebe-se que a concessão de uma licença para a impressão de um livro era bem mais do que um ato administrativo, podendo surgir, em toda a sua pessoalidade, como um misto de cálculo político, questão de honra e controvérsia erudita. Infelizmente, não são conhecidos os meandros do processo de licença (e revogação) de *Historie of Tithes*, mas a julgar pela história do sermão de Sibthorpe, essa lacuna significa justamente que Selden, no momento que submeteu seu manuscrito para licença, embora já fosse um autor com histórico respeitável de publicações, não dispunha de patronos tão poderosos quanto Robert Sibthorpe a ponto de confrontar a autoridade do censor, no caso, do bispo de Londres. No que tange o sermão de Sibthorpe, a presença desses patronos não apenas fez com que o próprio arcebispo da Cantuária tivesse que se encarregar de um trabalho que habitualmente terceirizava para os capelães a seu serviço, mas ainda produziu no bojo da censura uma discordância que colocava em questão as regras de argumentação e civilidade.

O relato de Abbot explicita que o campo de embate entre ele, o rei e seus cortesãos eram tanto os argumentos apresentados no sermão de Sibthorpe quanto as práticas eruditas esperadas do autor e daqueles que o defendiam. Desse modo, a partir de uma matéria em questão, passava-se rapidamente à moral dos envolvidos. Em sua resposta a Laud, Abbot alegava não poder se fiar no crédito do autor (*credit of the Writer*) para autorizar a publicação do texto, pois as notas e citações do texto estariam incompletas, equivocadas ou seriam enganadoras. E Abbot também desafiava os defensores do livro a respeitarem as regras fixadas para a disputa erudita, isto é, que saíssem do anonimato e permitissem o escrutínio minucioso de qualquer resposta que escrevessem. O arcebispo da Cantuária reportava ao leitor tanto as observações gerais e específicas que encaminhou ao rei quanto os argumentos e atitudes dos seus adversários, e concluía que o grande problema era que os responsáveis por formular a política de

Learning unto me, I have formerly found fault, that the Author of this Sermon quoteth not the places whereupon he grounds his Doctrine; and when I have oft called for them, it is replied unto me, that I must take them upon credit of the Writer, which I dare not do; for I have searched but one place which he quoted in general, but sets down neither the words, nor the Treatise, nor the Chapter, and I finde nothing to the purpose, for which it is quoted; and therefore I have reason to suspect all the rest. I pray you therefore in the humblest manner to commend my service to the King my Master, and let him know, that unless I may have all the Quotations set down, that I may examine them, and may have that writing, wherein I am so ill used, I cannot allow the Book" (John Rushworth, *Historicall collections*, 445).

empréstimos obrigatórios (isto é, o duque de Buckingham, Laud e seus aliados), fizeram-no a partir de fundações frágeis no que diz respeito à argumentação, aos precedentes históricos e também à erudição. E como ele não poderia concordar com essas coisas e colocar em xeque sua reputação, certamente não poderia autorizar a publicação do texto²⁹.

A saída encontrada pela corte foi mandar o sermão de Sibthorpe para a outra autoridade responsável pela censura, o bispo de Londres, que naquele momento era George Montaigne, e cujo capelão teria aprovado o texto sem demora – o mesmo que, depois, foi se consultar desesperadamente com Selden, cujas palavras no relato ecoavam justamente a argumentação do próprio Abbot³⁰. O sermão foi, de fato, publicado na forma de um breve impresso em quarto e trazia, logo após a folha de rosto, a autorização subscrita pelo bispo de Londres: “eu o aprovo como um Sermão pregado com erudição e discricção, nos conformes da Doutrina ancestral da Igreja Primitiva, tanto na Fé quanto nas boas maneiras, e da Doutrina estabelecida na Igreja da Inglaterra, e portanto dou autorização com minhas mãos para a sua impressão, 8 de maio de 1627”³¹. Entre a pregação de Robert Sibthorpe em Northampton, em fevereiro de 1627, e a autorização para publicação passaram aproximadamente dois meses e meio. Nesse curto espaço de tempo, muita coisa aconteceu: o autor converteu o sermão num manuscrito e levou esse material aos seus aliados; esses remeteram o texto ao duque de Buckingham, o qual preparou uma armadilha para o arcebispo da Cantuária em torno da publicação do livro; nas tratativas com o arcebispo foram mobilizados o rei e ao menos quatro bispos da Igreja da Inglaterra; e, no final, o manuscrito acabou licenciado pela outra autoridade competente, o bispo de Londres, cujo capelão correu para ouvir a opinião de Selden sobre o texto que iria à prensa.

Para o arcebispo da Cantuária, tais acontecimentos foram uma grande derrota. Ele caiu em desgraça com o rei e, naquele mesmo ano, foi afastado do arcebispado, porém a publicação pela qual seus adversários lutaram “persuadiu pouquíssimos homens de

²⁹ John Rushworht, *Historicall collections*, 446-8.

³⁰ Enquanto Abbot dizia aos adversários “There is a Meum and a Tuum, in Christian Commonwealths, and according to Laws and Customs, Princes may dispose of it”, Selden enfatizava ao capelão “there is no Meum or Tuum, no man in England hath any thing of his own”. Caso o argumento de Sibthorpe fosse aceito e publicado, estaria em risco o direito à propriedade dos súditos e, no relato, Abbot e Selden deixam isso claro ao se utilizar da mesma expressão (‘meum e tuum’). Para mais, conferir: John Rushworth, *Historicall collections*, 447-8.

³¹ Robert Sybthorpe, *Apostolike obedience* (London: Miles Flesher, 1627), autorização.

entendimento e não conseguiu para o rei nem uns trocados”³². Se nem Abbot, nem Carlos I foram beneficiados pela situação, não se poderia dizer o mesmo dos bispos mobilizados por Buckingham. Laud tornou-se bispo de Londres no ano seguinte, em 1628, e depois, em 1633, arcebispo da Cantuária, sucedendo o próprio Abbot; Richard Neile, então bispo de Durham, tornou-se membro do Privy Council e, em 1628, assumiu o antigo e riquíssimo bispado de Winchester; George Montaigne, bispo de Londres e autoridade responsável pela publicação do sermão de Sibthorpe, tornou-se no ano seguinte, em 1628, bispo de Durham e arcebispo de York. Das cinco principais dioceses da Inglaterra, Laud e seus associados ocupavam quatro delas, em 1628, e isolaram com sucesso o arcebispo da Cantuária³³. Evidentemente, essa predominância não se explica pela publicação de um sermão com menos de quarenta páginas, mas justamente que o próprio sermão apenas foi publicado porque era útil para determinadas figuras em processo de ascensão política.

A disputa pelo controle da imprensa fazia parte do dia-a-dia da política na Inglaterra. Os relatos de Selden e de Abbot apresentam praticamente os mesmos agentes, todavia em posições bem diferentes. Enquanto os bispos, a corte e o rei pressionavam o censor e, depois, o capelão a autorizar que o sermão de Sibthorpe fosse publicado, a publicação de *Historie of Tithes* foi inicialmente autorizada por um capelão e, logo depois, combatida por todos esses agentes – inclusive, um deles corresponde em ambas as histórias ao mesmo sujeito histórico, o duque de Buckingham. A comparação entre as duas narrativas revela movimentos opostos de tramitação nos pedidos de publicação: no caso de Selden, a licença foi garantida pelo contato com um capelão e, então, revogada pelo censor responsável, o bispo de Londres, que buscou se antecipar ao desagrado que o texto causaria no clero e na corte; no caso de Robert Sibthorpe, a negativa para a publicação veio diretamente do censor responsável, isto é, o arcebispo da Cantuária, porém uma

³² John Rushworth, *Historicall collections*, 448.

³³ Desde Henrique VIII, no século XVI, as cinco principais dioceses da Inglaterra são, por ordem de primazia, o arcebispado da Cantuária, o arcebispado de York, o bispado de Londres, o bispado de Durham e o bispado de Winchester. Essas dioceses gozam de assento garantido na Câmara dos Lordes e, na primeira metade do século XVII, compunham um conjunto de 25-6 lordes espirituais – o número varia ligeiramente nos parlamentos da década de 1620. No que diz respeito a essas cinco dioceses, Laud e seus associados ocupavam, até o final de 1626, duas posições dentro desse seletivo grupo (a saber, George Montaigne, bispo de Londres, e Richard Neile, bispo de Durham), porém, em 1628, são quatro as dioceses sob o comando deles. Laud se torna bispo de Londres, Richard Neile, de Winchester, e George Montaigne assume, no mesmo ano, o bispado de Winchester e o arcebispado de York, falecendo pouco depois. No lugar do falecido, Samuel Harshnett torna-se arcebispo de York e John Howson, bispo de Durham, esse último também inimigo de Abbot. Assim, em 1628, o arcebispo da Cantuária estava isolado dentro desse grupo, confrontando ora quatro, ora três adversários.

licença foi conseguida depois com um capelão e em nome do bispo de Londres, graças à pressão da corte em favor da publicação do sermão.

Para se publicar legalmente um livro e, por consequência, disputar espaço no rol das opiniões aceitas ou consideradas ortodoxas, tanto Selden quanto Robert Sibthorpe precisavam obter licenças com as autoridades eclesiásticas e estabelecer com elas algum tipo de relação que fosse favorável à publicação do texto em questão. Faziam-no, porém, a partir de posições opostas: Selden entrava em cena como autor jovem e já renomado, buscando o favorecimento de algum capelão à serviço do bispo de Londres, enquanto Sibthorpe teria sido publicado apenas graças aos seus patronos poderosos na corte. Há um contraste significativo entre os dois autores. Sibthorpe era um vigário do interior, cuja fofoca dizia que sua maior honraria fora ter se casado bem e que sequer deveria ser chamado de doutor. Seu livro estaria cheio de inconsistências e absurdos e não passaria de mera ferramenta política. Já Selden residia em Londres, nas dependências do Inner Temple, e era um advogado notável por sua erudição e que publicara outras obras prestigiadas pouco antes de submeter à autorização sua história dos dízimos. Essas assimetrias configuravam um espaço de manobra para o licenciador e o censor responsável: seria possível emitir uma licença, depois revogar ou fraudá-la, assim como recusar a autorização e arcar com o peso da decisão, enquanto os patronos do autor buscavam contornar a jurisdição.

A personalidade atravessava a relação entre autores, censores e patronos. Nos relatos feitos por Selden, existem evidências que sugerem um contato direto entre ele e o capelão, bem como não se pode ignorar que o bispo de Londres soube provavelmente pelo boca-boca da licença para a impressão de *Historie of Tithes*. E após a apreensão do material, Selden e seu impressor ficaram sem “ninguém com quem possamos esclarecer” o ocorrido. Já no relato do arcebispo Abbot, o sermão de Sibthorpe fez um caminho diferente e ainda mais pessoalizado: o manuscrito saiu das mãos do autor, passou por bispos favoráveis a ele (e ao seu sogro), chegou ao duque de Buckingham e Carlos I e só então foi levado até a autoridade competente para autorizar a publicação do material.

1.2. A impressão

Embora não dispusesse de um apoio político decisivo como Robert Sibthorpe, Selden tinha opções e, apesar da negativa do bispo de Londres, ele publicou sua história dos dízimos pouco tempo depois. Chega-se a um segundo (e decisivo) momento na produção do livro, o qual agrega a figura do impressor aos atores já dispostos.

Uma das opções de Selden aparece na correspondência com Peiresc. Na mesma carta em que narrou os acontecimentos na tipografia, datada do dia 8 de fevereiro de 1618, Selden dava a justificativa da obra. Dizia ao destinatário que “homens graves e doutos, que examinaram diligentemente a causa desse tipo de interdito enquanto liam [o livro]” suspeitavam do que teria motivado à apreensão do material impresso: “uma História dos Dízimos elaborada, afastada suficientemente do vulgo, e a partir do que narraram alguns de nossos conterrâneos de hoje (enquanto impõem aos leitores) em parte de maneira negligente, em parte de maneira impudente, que já publicá-la seria um malefício à república eclesiástica”. O risco de perturbar a paz faria com que, segundo Selden, “na opinião de algumas pessoas que, mesmo entre nós, não temem preferir coisas falsas às verdadeiras, mesmo quando o sabem, para não dizer algo mais dramático”. Diferentemente desses outros letrados, os quais também pertenceriam à República das Letras (“mesmo entre nós”), Selden se apresentava como sujeito hábil e, ao mesmo tempo, disposto a revelar a história dos dízimos, fazendo isso de maneira elaborada, elitizada e, acima de tudo, comprometida com a verdade. Sua obra seria, portanto, triplamente justificada: ela seria “elaborada”, feita com a diligência e sutileza que faltariam a textos anteriores; também seria “afastada” do vulgo, isto é, restrita aos letrados que, acreditava ele, saberiam apreciá-la e fazer uso dela; e, o principal, ela buscaria, acima de tudo, a verdade.

Caso isso não bastasse para convencer o seu correspondente da relevância do livro, Selden fazia para Peiresc o sumário de uma obra ambiciosa, e que seguramente interessaria ao antiquário francês e seus correspondentes na Europa. Dizia ele, “a ordem da história se dá de modo que sejam fielmente apresentadas, em primeiro lugar, começando das letras sagradas, depois passando pelos mestres hebreus, em seguida indo aos monumentos gregos e romanos”. E continuava, “com o Tempo Cristão dividido em uma maneira de (4 blocos de) 400 anos para separá-lo entre antigo e mais recente, adicionamos sentenças no contexto dos Pais e dos teólogos menores dos gentios, assim

como dos peritos em direito canônico [...], bem como as sanções das repúblicas, deixando relegada aquela questão em que o mero direito canônico se debate para as escolas de teólogos”. Selden delineava, portanto, não apenas uma história completa dos dízimos, que se propunha a trazer fontes desde as mais antigas até as mais recentes, mas ainda que se propunha a periodizar o tempo cristão (isto é, do século IV até o XVII) e oferecer contexto para as máximas ditas pelas autoridades eclesiásticas. Além disso, o que já mostrava o caráter exaustivo e, ao mesmo tempo, minucioso da obra, Selden destacava a Peiresc que seu livro tratava também dos dízimos entre os ingleses, em leis “tanto antigas quanto novas”, e em especial “o variado costume de liberar, jurar e atribuir um perpétuo direito de dízimo ao arbítrio do colono, encontradas na mais profunda antiguidade”³⁴ – trata-se de uma descoberta histórica feita por Selden, as chamadas ‘consagrações arbitrárias’, e que serão tratadas ao final deste capítulo.

Em 5 de março, Peiresc respondeu e, elogioso do plano da obra, cogitou com Selden a hipótese de publicar o livro no estrangeiro ou, ao menos, que lhe fosse remetida por segurança uma cópia manuscrita.

Tive um prazer singular ao ver a bela ordem que mantivestes em uma verdadeira obra sobre o dízimo. Seria um grande infortúnio se a inveja que interrompeu o curso da edição, e quem fizesse isso tivesse tanto poder para suprimi-la, privasse a posteridade de uma tal obra. Se ela estivesse em outra língua, seria de bom grado um meio de fazer aqui uma outra edição, possivelmente mais bela que essa daí, tanto que eu aconselharia de bom grado que enviásseis daí uma cópia, para que seja conservada até que encontreis ocasião melhor de trazê-la à luz com o fim de a garantir, não obstante a mercê de pessoas que se deixam preocupar com tanta paixão.³⁵

O pertencimento à República das Letras oferecia a Selden, na forma de um vínculo particular de correspondência e, não menos importante, de amizade com Peiresc, uma opção diante da negativa do bispo de Londres e da apreensão do material impresso. O livro poderia ser conservado e publicado no estrangeiro, ficando assim longe do alcance da outra república, isto é, do governo eclesiástico e político da Inglaterra. De fato, algumas

³⁴ Selden para Peiresc, 6 fev. 1618, “The correspondence of John Selden”, MS Selden supra 108, Bodleian Library, f. 214).

³⁵ “J’ay prins vn singulier plaisir de voir le bel ordre que vous auez tenu en vre oeuvre de Decimis, ce seroit un grand daumage, si l’enuie qui a interrompu le cours de l’edition qui s’en faisoit, auoit assez de pouuoir, pour le supprimer, et frustrer la posterité d’vn tel ourage. Si elle estoit en autre langaige, il y auroit bien moyen d’en faire icy vne autre edition, possible plus belle que celle de delà. tant y a que je vous conseilerois volontiers d’en enuoyer vne coppie de pardeça, pour y estre conseruee, jusqu’à ce que vous eussiez trouué meilleure saison de la mettre en lumière à celle fin de la garantir cependant de la discretion de gens qui se laissent preoccuper de tant de passion” (Peiresc para Selden, 5 mar. 1618, “The correspondence of John Selden”, MS Selden supra 108, Bodleian Library, f. 205-6).

obras de Selden foram publicadas no estrangeiro durante a vida do autor, sobretudo na Holanda: *Analecton Anglo-Britannicon* (1615, 1653), publicada primeiro em Frankfurt e depois numa compilação de textos históricos ingleses, intitulada *Metamorphosis Anglorum*, organizada pelo erudito holandês Marcus Zuerius van Boxhorn; *De Diis Syris* (1629), cuja segunda edição foi feita em Leiden, na tipografia dos Elzevir; *Mare clausum* (1636), que apenas um ano depois da edição londrina teve provavelmente três impressões em formatos variados na Holanda, em Leiden e Amsterdã, e uma delas feita pelos Elzevir; *De successionibus in bona defuncti* junto a *De successione in pontificatum Hebraeorum* (1638) teve provavelmente duas impressões em Leiden, novamente por parte dos Elzevir³⁶. Assim sendo, *Historie of Tithes* poderia ter sido publicada no exterior, porém ela se diferenciava das demais obras do autor que tiveram esse destino num aspecto fundamental: a história dos dízimos foi escrita por Selden em inglês. Embora fosse possível produzir, fora da Inglaterra, uma edição “possivelmente mais bela que essa daí”, o próprio Peiresc frisava a necessidade de verter o texto para a língua franca da República das Letras, o latim – e isso aconteceria, por exemplo, em 1696, numa edição latina feita em Frankfurt de *Titles of Honor*.

Na carta seguinte, de 4 de abril de 1618, Selden explicava a Peiresc a opção por ter escrito (e manter) o texto em inglês:

No que concerne à língua em que foi escrita, digo se a latina, poderia comodamente imprimi-la em Paris ou em outro lugar e, quanto ao restante, eu próprio mandaria ao prelo correto de algum estrangeiro que dominasse o idioma inglês e saxônico antigo (que raramente se compreende no estrangeiro). Mas por deliberação escolhemos nosso idioma, um idioma inglês escrito em nada muito além do nome e como se ditado à polícia; além do que mais ou menos metade da obra concerne à história somente de nossa igreja e à luz de nosso antigo legislador (de onde um feixe novo acende à [versão] mais recente). Não ter escrito em língua inglesa impediria a leitura de inúmeros a quem [a obra] interessa. Pois quem ignora que muitas pessoas (sobretudo onde acontece cotidianamente uma contenda eclesiástica e leiga sobre o dízimo) optam

³⁶ Após a morte de Selden, suas obras continuaram a ser publicadas no estrangeiro. No que diz respeito apenas ao século XVII, foram localizadas as seguintes edições: *De Diis Syris* (1662, 1668, 1672, 1680), em Leipzig e Amsterdã; *De Jure Naturali* (1665, 1695), em Estrasburgo e Leipzig; *Uxor hebraica* junto a *De successionibus in bona defuncti* e *De successione in pontificatum Hebraeorum* (1673, 1695), em Frankfurt; *De Synedriis* (1679, 1696), em Amsterdã e Frankfurt; *De Anno Civili* (1683), em Leiden; *Tituli Honorum* (1696), isto é, a tradução latina de *Titles of Honor*, em Frankfurt. E a essas impressões feitas fora da Inglaterra é possível acrescentar pelo menos oito edições de *De nummis*, uma obra sobre numismática de Alessandro Sardi, erroneamente atribuída a Selden, mas que carregou o nome desse último em impressões feitas em Rouen (1678, 1689), Leipzig (1682, 1692), Leiden (1682, 1695), Edimburgo (1685) e Amsterdã (1692).

abertamente por essa história mirífica. Para aqueles que, apesar de bastante equilibrados em tudo mais em seu juízo, outra língua além do vernáculo não se compreende?³⁷

Embora em outro trecho da carta agradecesse o conselho dado por Peiresc de enviar a ele o original da obra como medida de segurança, Selden deixava claro ao correspondente que a história dos dízimos não fora publicada no estrangeiro por falta de meios. Dizia ser capaz de “comodamente” fazer com que o texto fosse impresso em Paris ou em outra localidade, embora reconhecesse que poucos impressores estivessem familiarizados com o inglês e, sobretudo, com a antiga língua saxã. Para Selden, estava fora de cogitação traduzir *Historie of Tithes* para o latim.

O inglês seria a língua mais adequada para a obra. Em primeiro lugar, porque metade do livro tratava da história dos dízimos na Inglaterra, e isso provavelmente tornaria o texto menos pertinente ao leitor estrangeiro e versado no latim. O argumento é, em parte, corroborado pelo fato de que a única versão latina de *Historie of Tithes* diz respeito apenas aos três primeiros capítulos da obra, voltados para os dízimos entre os hebreus e os antigos gregos e romanos, e foi apresentada pelo tradutor, o clérigo e filólogo setecentista Jean Le Clerc, como anexo de um comentário bíblico feito por ele³⁸. Apesar disso, essa razão não basta. Ela não se sustenta à luz das práticas eruditas do próprio Selden, o qual incluiu tanto nas páginas de *Historie of Tithes* quanto nas estantes de sua biblioteca considerações sobre a legislação e costumes específicos a diferentes lugares da Europa³⁹. Se o próprio autor se interessava por questões jurídicas para além das

³⁷ “Quod ad sermonem quo conscriptum est attinet, fateor si Latino, commode excudi posset Parisiis alibi; & quod reliquum est, certo prælo alicujus exteræ gentis mandassem ipse, si per idioma Anglicanum & Saxonicum vetus (quæ raro alibi capiuntur) licuisset. At consulto idioma nostrum elegimus, neque magis Anglicano est idiomate conscriptum, quam Anglicano nomini, & politiæ velut dicatum; & dimidium plus minus operis ad ecclesiæ tantummodo nostræ historiam, nostrique juris veteris lucem (unde etiam fax omnino nova recentiori passim accenditur) pertinet. Non Anglicano igitur conscripsisse sermone, quamplurimos, quorum inprimis interest, a lectione arcuisse fuisset; quis enim nescit innumeros (maxime ubi de decimis prius inter ecclesiasticum & prophanum certamen velut acre quotidie initur) historiam ejuscemodi mirifice optare sibi apertam; quibus tamen satis æquis alioquin iudicibus, lingua alia præter vernaculum, non intelligitur?” (Selden para Peiresc, 4 abr 1618, “The correspondence of John Selden”, in *Joannis Seldeni*, 2: 1699-1700).

³⁸ John Selden, “Dissertatio De Decimis”, in *Mosis prophetae libri quinque*, traduzido e comentado por Jean Le Clerc (Amstelaedami: Apud J. Weststenium & G. Smith, 1735), 1001-1019.

³⁹ Ao tratar dos dízimos entre os séculos XIII e XVII, isto é, no capítulo 7 de *Historie of Tithes*, Selden expôs leis e costumes referentes à França (item 6), Espanha (item 7), Itália, Germânia, Hungria, Polônia (item 8), bem como Escócia e Irlanda (item 9). Já uma consulta aos textos jurídicos listados no catálogo de 1659 da biblioteca do autor revela títulos a respeito da legislação de lugares variados da Europa. Dentre eles, estão: *Le Grand Coustumier de France* (1567), *Decisiones Rotae Genuae de Mercatura* (1582), *Constitutiones de Arcebispado de Lisboa* (1588), *Consuetudines Lunnenbergensis* (1598), de Hardwig Adassel, *Coustumes de Normandie* (1599), *In Hispaniae Regias Constitutiones* (1612), de Alfredo

fronteiras da Inglaterra, não seria razoável supor que o contrário se aplicaria a outros eruditos da Europa. Uma história dos dízimos, mesmo que particularmente atenta ao caso inglês, não seria ignorada pela ampla curiosidade dos doutos daquela época.

A principal razão para Selden ter escrito e preservado o livro em inglês, a despeito dos riscos envolvidos, não parece dizer respeito à disposição do conteúdo da obra, mas à intenção de se intervir, por meio dela, numa disputa doméstica. Na perspectiva de Selden, existiriam na Inglaterra inúmeras pessoas que se interessariam pelo seu livro, equilibradas apesar de eventualmente pouco versadas em línguas e no próprio latim, e caberia a ele afastá-las de um tipo absurdo de história, cheia de maravilhas e falsidades. Tendo isso em vista, a língua inglesa serviria como veículo de comunicação e instrução para um amplo conjunto de leitores e, mais do que isso, facilitaria um modo próprio de enunciação. A adoção do vernáculo facilitaria a Selden adotar uma espécie de retórica não-retórica, isto é, de reivindicar a objetividade e a imparcialidade na escrita, de modo que o estilo de sua obra se caracterizaria pela ausência de refinamentos e arcaísmos literários, como se a sua história dos dízimos fosse mera descrição ou testemunho “ditado à polícia” – estilo contrário, diga-se de passagem, daquele das cartas do autor, cujo latim é abundante em arcaísmos e construções obscuras.

Àquela altura, Selden tinha implementado outro curso de ação e a sua história dos dízimos estava em vias de ser publicada na própria Inglaterra. Na mesma carta a Peiresc, Selden dizia “esperamos uma edição futura do original, ainda seguro do perigo” e assegurava que “assim que vier à luz, saudarão tuas mãos um ou outro exemplar [do livro]”. Mas não sem antes se queixar de uma primeira impressão que circulava sobre sua obra. Selden contava a Peiresc que “o exame imperito de sacerdotes noviços’, ainda diante do manuscrito, “execra e matraqueia que eu, de forma impudente, entrei na seara de outrem, e tem inveja, para não dizer da edição, da própria verdade, e quer sobretudo que o [exemplar] original seja mandado à Vulcano”. E acrescentava, indignado, “como se não fosse próprio de um estudioso do direito desde os anos de infância colher coisas da história dos antigos e dos monumentos humanos que dizem respeito a aquele sagrado portento [o dízimo], e assim compor uma obra que talvez contenha algo da ignorância e

de Azevedo, *Recopilation de las leyes del Reyne de Navarra* (1614), de José de Armendiz, *Collectio constitutionum imperialium* (1615), de Melchior Goldast, *Decisiones supremi senatus Regni Lusitanae* (1620), de Jorge de Cabedo.

impudência de suas bocas [dos sacerdotes noviços]”⁴⁰. Entende-se das palavras de Selden que, além de ter despertado a fúria do bispo de Londres, sua história dos dízimos teria sido encarada por clérigos menos prestigiosos como invasão a um terreno do conhecimento que não lhe seria próprio. Como se examinou no capítulo anterior, Selden se justificava ao leitor, no prefácio de *Historie of Tithes*, apregoando a absoluta generalidade da filologia, a qual permitiria a ele, um advogado da *common law*, tratar de diversos assuntos. Todavia, não bastava a ele colecionar quaisquer vestígios que fosse capaz de encontrar, mas era preciso provar, diante da reação dos clérigos, que estaria autorizado a fazer tal colheita e que os frutos dela não seriam ilícitos, nem envenenados.

Para publicar essa obra que já dava o que falar na Inglaterra e acumular o prestígio que pudesse captar por meio dela, Selden precisava tanto buscar publicamente proteção quanto silenciar o falatório de que ele não teria as credenciais necessárias para compor o texto. Fazer isso exigiu sustentar que alguém como ele, versado na filologia, era capaz de transitar por diferentes áreas de conhecimento e provar que tinha, de fato, acesso aos melhores insumos para a sua atividade. Um mês antes da carta a Peiresc, em 4 de abril de 1618, Selden compôs a dedicatória de *Historie of Tithes* também na forma de uma correspondência, endereçada ao seu amigo, patrono e um dos principais colecionadores de livros da Inglaterra, Robert Cotton.

Como no capítulo anterior, Cotton era alguém capaz tanto de oferecer proteção a Selden quanto seu nome explicaria as condições de produção da obra. Tratava-se de alguém de importância na política institucional inglesa, dada sua vasta fortuna, conexões com a aristocracia e a possibilidade de ostentar, inclusive, um vínculo genealógico distante, porém prestigioso, com o próprio Jaime I. Além disso, Cotton fora pupilo de William Camden, parte da Sociedade dos Antiquários e era detentor da mais importante biblioteca de manuscritos da Inglaterra. Cotton era uma figura chave na vinculação entre política e a erudição. Selden o conhecera quando ambos eram estudantes no Inner Temple e, desde meados dos anos de 1600, os dois mantiveram uma relação cotidiana de proximidade e amizade. O vínculo entre ambos se fundava em interesses compartilhados a respeito das antiguidades da religião e do passado inglês, na gestão da biblioteca de Cotton e também nas relações em comum com a aristocracia, que punham ambos em

⁴⁰ Selden a Peiresc, 4 abr 1618, “The correspondence of John Selden”, in *Joannis Seldeni*, 2: 1699).

órbita de personagens da grande nobreza, como o conde de Arundel e os condes de Kent, e na oposição ao duque de Buckingham no Parlamento.

Selden fez ao longo da vida duas dedicatórias a Cotton e a de *Historie of Tithes* foi a mais importante delas⁴¹ não apenas porque assegurava de maneira pública a relação entre ambos, mas principalmente porque qualificava tal relação e destacava como ela foi importante para a formação da obra em questão. A dedicatória feita por Selden destaca-se quando é comparada a outras dedicatórias a Cotton, sendo a mais substancial delas e levava ao limite a identificação entre o homenageado e sua renomada biblioteca⁴². Nela existem duas passagens que caracterizam a relação entre Selden, Cotton e a presente história dos dízimos. A primeira delas diz o seguinte:

Nobre Senhor; a Justiça, não menos que a Observância, obriga-me a inscrever esta História dos Dízimos em seu nome. Uma grande parte dela foi emprestada a mim por sua mais pronta Cortesia e hábil Direção, [de modo] que eu a restituo ao invés de oferecê-la a você. E ela não pode deixar de receber estima ainda maior a partir do seu interesse demonstrado por ela. Pois ter tomado de empréstimo sua ajuda ou ter utilizado de sua Biblioteca inestimável (que vive em você) dá garantias a uma Diligência curiosa na busca pelas mais íntimas, menos conhecidas e mais úteis partes da Verdade Histórica das eras tanto do Passado quanto do Presente. Pois essa é a Verdade que sua Humanidade livremente distribui e ela é o que se aprende, por conferência, contigo. Se fosse ela, de fato, mais procurada, a partir do seu exemplo, tantos Erros precipitados, tantas imposturas ridículas não teriam ganhado confiança dos muitos crédulos, por aqueles que tropeçam na Estrada, mas que nunca olham com cuidado para ambos os lados ou para trás de si; isto é, por aqueles que constantemente mantêm seus próprios Entendimentos numa débil

⁴¹ Selden também dedicou a Cotton sua obra intitulada *Analecton Anglobritannicon* (1615). Porém, o texto da dedicatória latina é bastante sintético, como numa inscrição, e indica apenas as qualidades pessoais e os títulos do homenageado, embora destacasse sua admiração pelas antiguidades: “V. Virtute, Genere, Studiis, Nobilissimo, Venerandae Antiquitatis Admiratori Summo D. Roberto Cotton A Connington Bruseo Equiti Aurato, Haec Qua Sua V. S. Ioannes Selden L. D. D.” (John Selden, *Analecton Anglobritannicon*, Francoforti: ex Officina Paltheniana, 1605, dedicatória).

⁴² Além das duas obras de Selden dedicadas a Cotton, foram encontradas outras cinco dedicatórias a ele: *Pancharis* (1603), de Hugh Holland, que também foi pupilo de William Camden; *Remaines of a greater worke concerning Britaine* (1605), assinada apenas por M.D.; *The art of drawing with a pen* (1606), de Henry Peacham; *A true historicall discourse of Muley Hamets rising to the three Kingdomes of Moruecos, Fes, and Sus* (1609), subscrita por Ro[bert] C[ottingham]; *A sermon delivered in Oxford* (1630), de Richard James, então encarregado da biblioteca de Cotton. Nessas dedicatórias predominam as referências à erudição e ao juízo instruído de Cotton, porém nenhuma delas, exceto àquela de *Historie of Tithes*, pôs em evidência a reconhecida biblioteca do homenageado. Embora existam menções elogiosas a Cotton e sua biblioteca espalhadas em diversos textos a época, o que atesta a relevância do acervo e de seu proprietário na percepção dos letrados da época, não se pode ignorar que Selden foi aquele que deu maior destaque a isso.

Menoridade, que anseia sempre pela Autoridade e Admoestação de um Tutor.⁴³

A erudição ostentada por Selden ganhava forma, como se viu no capítulo anterior, tanto positiva quanto negativamente, isto é, por meio de determinados expedientes sociais e letrados, como a coleção e o sincronismo, bem como numa retórica que opunha esse modo de se produzir conhecimento a vícios como a preguiça e a ignorância. Nessa “estrada” do saber existiriam aqueles que tropeçariam ao andar, que seriam incapazes de se localizar e, poder-se-ia acrescentar, que caminhariam dobrados pela vara de um condutor – como os sacerdotes que acusavam Selden por publicar a história dos dízimos. Escapa desse destino exigiria, porém, a julgar pela dedicatória, não apenas qualidades pessoais como curiosidade e diligência, mas ainda, e não menos importante, garantias para o exercício dessas disposições.

Cotton encarnaria essas garantias: ele distribuiria a verdade histórica pelo exemplo, pela convivência e, o principal, pela sua biblioteca, e todos esses meios se confundiriam. Percebe-se na dedicatória feita por Selden certa indeterminação entre o próprio Cotton e a biblioteca da qual era detentor. Ele seria tanto o dono dos manuscritos consultados, copiados e reunidos por Selden em *Historie of Tithes* quanto ele próprio uma biblioteca de virtudes. De Cotton se poderia emprestar livros, manuscritos e qualidades (cortesia, direção, ajuda) e restituir a ele (e a sua biblioteca) obras e honrarias. Destacar o vínculo com Cotton significava para Selden ostentar credenciais mais do que suficientes para o trabalho filológico e assegurar a lisura de sua obra. *Historie of Tithes* não deixava de atestar, na sua bibliografia, a dívida com Cotton: dos 90 itens bibliográficos indicados ao final do livro, registros e manuscritos oriundos de onze acervos diferentes, 51 deles eram pertencentes à biblioteca de Cotton⁴⁴. Embora a dedicatória servisse para enfraquecer a acusação de que Selden fazia uma colheita que lhe seria imprópria, ela não deixava de

⁴³ “Justice, no lesse then Observance, urges me to inscribe this Historie of Tithes to your name. So great part of it, was lent me by your most readie Courtesie and able Direction, that I restore it rather then give it you. And it cannot but receive an increase of estimation from your interest thus seen in it. For to have borrowed your help, or usd that your inestimable Library (which lives in you) assures a curious Diligence in search after the inmost, least known and most usefull parts of Historicall Truth both of Past and Present Ages. For such is that Truth which your Humanitie liberally dispenses; and such is that which by conference is learned from you. such indeed, as if it were, by your example, more sought after; so much head-long Error, so many ridiculous impostures would not be thrust on the too credulous, by those which stumble on in the Rode, but never with any care looke on each side or behind them. that is, those which keep their Understandings always in a weake Minoritie that ever wants the Autoritie and Admonition of a Tutor” (John Selden, *Historie of Tithes*, 1618, To the honord Sr Robert Cotton).

⁴⁴ John Selden, *Historie of Tithes*, The ancient Records and other manuscripts.

atestar a dependência de *Historie of Tithes* em relação a Cotton e sua biblioteca e isso levantava suspeitas, entre os críticos de Selden, de que havia algo mais do que apenas cortesia, ajuda e direção desinteressadas por detrás da composição da obra – porém, isso é assunto para o próximo capítulo.

Ao final de dedicatória a Cotton, aparece uma segunda passagem importante, e que informa publicamente a respeito das circunstâncias envolvidas na produção e publicação de *Historie of Tithes*. Selden dizia nela o seguinte:

E sua cortesia, tão ampla, sempre abriu bastante espaço para mim, que eu não poderia senão lhe oferecer também tudo aquilo que está Neste meu [livro], como símbolo de alguma gratidão. Foi desde o início destinado a vós. E apesar da impetuosa fortuna que (não sabendo eu por que) padeceu na Prensa, alguns pedaços dele foram dispersos sem a Honra que vosso Nome poderia adicionar a eles. Deverei ser ainda tão ambicioso dessa Honra que o todo [do livro] não deverá nunca (enquanto puder prevenir) ser transmitido sem esse testemunho prefixado do meu Dever para contigo. Receba-o favoravelmente, Nobre Senhor, e não prive a mim da Alegria que desfruto, na qual você não me repudia como indigno do seu Amor, nem permite com que caia na Ignorância, quando vir e aprender contigo.⁴⁵

A apreensão do material impresso na tipografia, cuja notícia talvez corresse como boato àquela altura, era tratada por Selden na dedicatória e nela o autor repetia, suprimindo qualquer menção aos censores, o que dissera a Peiresc: nada sabia da motivação dessa atitude, porém ela seria condenável por si só. O fato desse episódio aparecer especificamente na dedicatória e não, por exemplo, no prefácio do livro, sugere que a apreensão do material significava mais do que uma dispersão do livro em pedaços. Do ponto de vista simbólico, o evento é caracterizado por Selden como interrupção, abrupta e arbitrária, de uma dinâmica de favor e retribuição, isto é, da circulação usual de honorarias entre letrados. “Desde o início” estaria o livro destinado a Cotton como “símbolo de alguma gratidão”, sendo retribuição da parte de Selden por toda a “cortesia”, “ajuda” e “direção”, bem como acesso a manuscritos raros que Cotton e sua biblioteca lhe

⁴⁵ “[...] and so open hath your courtesie ever made the plenteous store of it to me, that I could not but thus offer you whatsoever is in This of mine own also, as a symbole of some thankfulness. It was at first destined to you. And however through the hastie fortune that (I know not why) it suffered at the Presse, some pieces of it have been dispersed without the Honor that your Name might add to them; I shall be yet ever so ambitious of that Honor, that the whole shall never (for so much as I can prevent) be communicated without this prefix testimonie of Dutie to you. Receive it favourably, Noble Sir; and continue to me that Happiness which I enjoy in that you neither repute me unworthy of your Love, nor permit me in Ignorance when I come to learn of you” (John Selden, *Historie of Tithes*, To the most honord sir Robert Cotton).

ofereceram. A apreensão do material impresso não apenas desmembrou o livro e espalhou seus pedaços, o que é bastante dramático, mas ainda ameaçou a integridade de um ato dedicatório, cuja publicação da obra viria a restaurar pouco tempo depois. Apesar disso, embora fizesse sentido que o livro fosse “desde o início” destinado a honrar o nome de Cotton, não se pode ignorar o fato de que a carta dedicatória sucedeu o episódio da apreensão do material impresso e marcava, portanto, esse segundo momento da produção de *Historie of Tithes*.

A despeito da importância de Cotton, torná-lo patrono da obra não bastava para que o texto fosse publicado. Era fundamental dispor de um impressor.

A correspondência com Peiresc e a dedicatória a Cotton informavam o estado de coisas entre março e abril de 1618: o manuscrito da história dos dízimos fora salvo da apreensão e algumas pessoas já o haviam lido, bem como partes da obra circulavam na praça. Tal situação é atestada pelo impressor na nota de sua autoria ao final de *Historie of Tithes*:

Tal qual encontrei a Cópia, parcialmente Impressa, parcialmente Manuscrita, assim foi feito, exceto apenas onde foram cometidas falhas, e talvez a sua Cortesia, Leitor, possa emendar algumas outras. Tampouco considere apropriado alterar coisas alguma sem a presença do Autor, por isso até mesmo as sílabas daquelas passagens em que ainda eram mencionadas, impressas apenas em parte (como na minha Cópia) foram também mantidas.⁴⁶

A suspensão e apreensão do impresso acabaram espalhando o texto e contribuíram para torná-lo conhecido antes mesmo de ser publicado. Selden teria mostrado o livro para algumas pessoas próximas e pedido a elas que opinassem sobre a atitude do bispo de Londres, como é dito por ele em carta a Peiresc. Além disso, o impressor afirmava ter feito a publicação a partir de uma cópia mesclada, em parte impressa, em parte manuscrita, e algo semelhante acontecia com os leitores. Ao menos esse é o quadro que se pode depreender das primeiras linhas da revisão dos capítulos, anexada por Selden à história dos dízimos:

Depois que algumas poucas Cópias, meio impressas e meio manuscritas, foram dispersas e a partir da Censura variada por parte de Leitores

⁴⁶ “As I found the Copie partly Printed partly Written, so it is done off; saving only where those faults, and perhaps some other which your courtesie, Reader, may amend, are committed. Neither thought I it fit to alter any thing without the Autors presence, whence even the syllables of those passages in which mention was as if were yet but in part only printed (as my Copie was) are also retained” (John Selden, *Historie of Tithes*, 1618, The printer to the reader).

inferiores (alguns deles sofismando sobre as Passagens, como o Autor pensou inicialmente e agora não sem razão foram suficientemente esclarecidas) essa breve Revisão é acrescentada. Além de outras Autoridades que Declaram e Confirmam, nela são também oferecidas, de modo oportuno e suficiente, algumas breves Admoestações que podem de alguma maneira orientar o Uso da verdade Histórica. As folhas impressas não podiam ser aumentadas ou alteradas, tampouco era adequado, depois do todo ter passado por tantas mãos, inserir Acréscimos, produzindo variação na parte manuscrita. E nitidamente as Admoestações para orientação de Uso demandam, por sua própria natureza, um lugar em separado ao invés de serem misturadas ao corpo da História. Em nome, portanto, da Bondade e da Erudição, com franqueza eu imploro a todos que, daqui em diante, dispondo seja de [um exemplar] Copiado ou Impresso, agreguem também (caso possam) essa Revisão a ele⁴⁷.

Para Mark Bland, ambas as declarações (de Selden e do impressor) fariam uma espécie de jogo de cena e serviriam basicamente para acobertar, com polidez, o anseio de lucro por parte do impressor, a apreensão do livro pelas autoridades e o retorno clandestino do texto à prensa⁴⁸. Todavia, essa conclusão parece ser em parte tanto equivocada quanto pouco imaginativa. Equivocada porque nem Selden, nem o impressor ocultavam o fato de que o livro passara por algum tipo de infortúnio na tipografia – isso era dito explicitamente na dedicatória de *Historie of Tithes* –, mas apenas se furtavam a dar detalhes do episódio e fornecer os nomes daqueles envolvidos, provavelmente por prudência. Nenhum deles podia esconder e ignorar que o livro já circulava, de forma mesclada, antes mesma da publicação. Além disso, a interpretação de Bland deixa passar escapar aquilo de mais significativo nas declarações: que o material na prensa e os acréscimos feitos à obra, como a dedicatória, o prefácio e a revisão dos capítulos (os quais já lidavam com uma primeira recepção do texto), não deveriam produzir discrepância naquilo que já circulava. Preocupava ao autor e ao impressor dar integralidade à obra tanto do ponto de vista material quanto discursivo, não tendo ela discrepâncias no corpo do texto em relação às cópias que já circulavam, nem trazendo para o seu cerne

⁴⁷ “After some few Copies, thus halfe printed and halfe written, were dispersed, and since the various Censure of unequall Readers, (some of them cavilling at such Passages in it, as the Autor at first thought, and now without cause had been enough cleared) this short Review is now added; wherein, beside some other Confirming and Declaring Authorities, by the way also, and opportunely enough, occurre some Admonitions briefly offered, that may somewhat direct in the Use of Historically truth. The printed sheets could not be increased, or altered. neither was it so fit, after many hands had the whole, that Additions inserted, should make any variance from the written part. And plainly, that of the Admonitions, for direction in the Use, of its own nature rather required a severall place, then was fit to have been mixt in the bodie of the Historie. In the name therefore of Goodnesse and Learning, I earnestly beseech every one, that hereafter shall get it either Copied or Printed, to joine also (if hee may) this Review with it” (John Selden, *Historie of Tithes*, 1618, 449).

⁴⁸ Mark Bland, “Invisible dangers”, 170-171.

admoestações que, embora necessárias, comprometeriam o caráter historiográfico da obra. Assim, para que a história dos dízimos fosse útil, era preciso atingir a integralidade e essa não era um ponto de partida, mas um lugar de chegada na produção do livro.

Historie of Tithes foi impresso sem autorização pela primeira vez entre os meses de abril e setembro de 1618. Embora o impressor dissesse em sua nota ao leitor não se sentir autorizado a modificar o texto “sem a presença do Autor”, é certo que Selden supervisionou o trabalho em meio à pressa com que as folhas eram impressas. Todos os exemplares de *Historie of Tithes* trazem na folha de rosto a indicação do ano de 1618, todavia a comparação entre eles revela diferentes edições da obra. Foram identificadas quatro impressões por volta de 1618 e existe uma quinta impressão, feita provavelmente em 1680⁴⁹. Sabe-se que as edições A e B foram feitas em 1618, e que a edição C veio depois, sendo a mais bem acabada delas (isto é, com menos erros tipográficos) e foi justamente aquela que Selden conservou na sua própria biblioteca. Essas três primeiras impressões caracterizam um processo constante de impressão e de aprimoramento do texto. A edição D, porém, traz erros em maior profusão do que as anteriores, o que sugere que ela tenha sido feita fora das circunstâncias das três primeiras. Provavelmente essa edição foi realizada sem a supervisão de Selden e por iniciativa do mesmo impressor das demais, tendo em vista fazer algum dinheiro com a demanda persistente pelo livro. Por fim, a última edição seiscentista de *Historie of Tithes*, chamada aqui de edição E, difere das demais já na folha de rosto ao trazer o título da obra em preto (e não em vermelho, como nas outras impressões) e dela há menção no verbete biográfico sobre Selden escrito por Anthony Wood: “o dito Livro de História foi reimpresso em 1680, em quarto e com a data antiga nele, quando a imprensa e o Partido fanático gozavam de muita liberdade, ocasionada pelo Complô Papista [Popish Plot]”⁵⁰. Essas edições revelam não apenas a dedicação de Selden em corrigir o seu texto, algo bastante condizente com sua atuação enquanto antiquário, tendo sempre que lidar com incompletudes e emendas, mas ainda que sua história dos dízimos mobilizava o interesse comercial do impressor e, mesmo décadas depois, atraía para si certo radicalismo político.

⁴⁹ Elas são identificadas respectivamente no English Short Title Catalogue pelos códigos 22172, 22172.3, 22172.5, 22172.7 e 22173 e Gerald J. Toomer chama as quatro primeiras impressões de A, B, C e D. Para mais informações, conferir: Mark Bland, “Invisible dangers”, 176; Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, (2002): 357-358.

⁵⁰ Anthony Wood, *Athenae oxoniensis*, 2: 108.

No que diz respeito ao impressor, a publicação de *Historie of Tithes* não foi trabalho de algum estranho. O impressor era um homem de negócios e, evidentemente, interessado em fazer dinheiro, porém não se tratava de um oportunista desconhecido que vira no falatório sobre a história dos dízimos uma chance de vender livros. Tratava-se de alguém conhecido de Selden e que estava bem posicionado no círculo de letrados ao qual o autor pertencia.

A folha de rosto de *Historie of Tithes* não traz qualquer informação sobre a publicação: não há indicação de lugar, do impressor ou de algum livreiro. O nome de Selden aparece sem embaraços na impressão, porém o impressor se oculta. Apesar disso, é muitíssimo provável que se tratasse de William Stansby. Stansby foi identificado por Mark Bland a partir de certos tipos utilizados na impressão de *Historie of Tithes*, os quais foram empregados pouco depois na publicação de panfletos não autorizados, pelos quais Stansby acabou preso, e surgiram mais uma vez, nos anos de 1630, em publicações com a imprensa do impressor, inclusive uma obra do próprio Selden, *De successionibus in bona defuncti* (1631). Ademais, Stansby tinha os meios tão valorizados por Selden, como expresso por carta a Peiresc, de publicar em vários idiomas, dentre eles o saxão antigo⁵¹. A relação de Stansby com Selden antecedia à publicação de *Historie of Tithes* e perduraria até praticamente a morte do impressor. Stansby foi o principal impressor das obras de Selden tanto em quantidade, tendo publicado oito obras do autor, quanto em qualidade, responsável pelos textos mais famosos até ali, *Titles of Honor* (1614, 1631), *De Diis Syris* (1617) e *Mare clausum* (1635).

⁵¹ Mark Bland, “Invisible dangers”, 177-179.

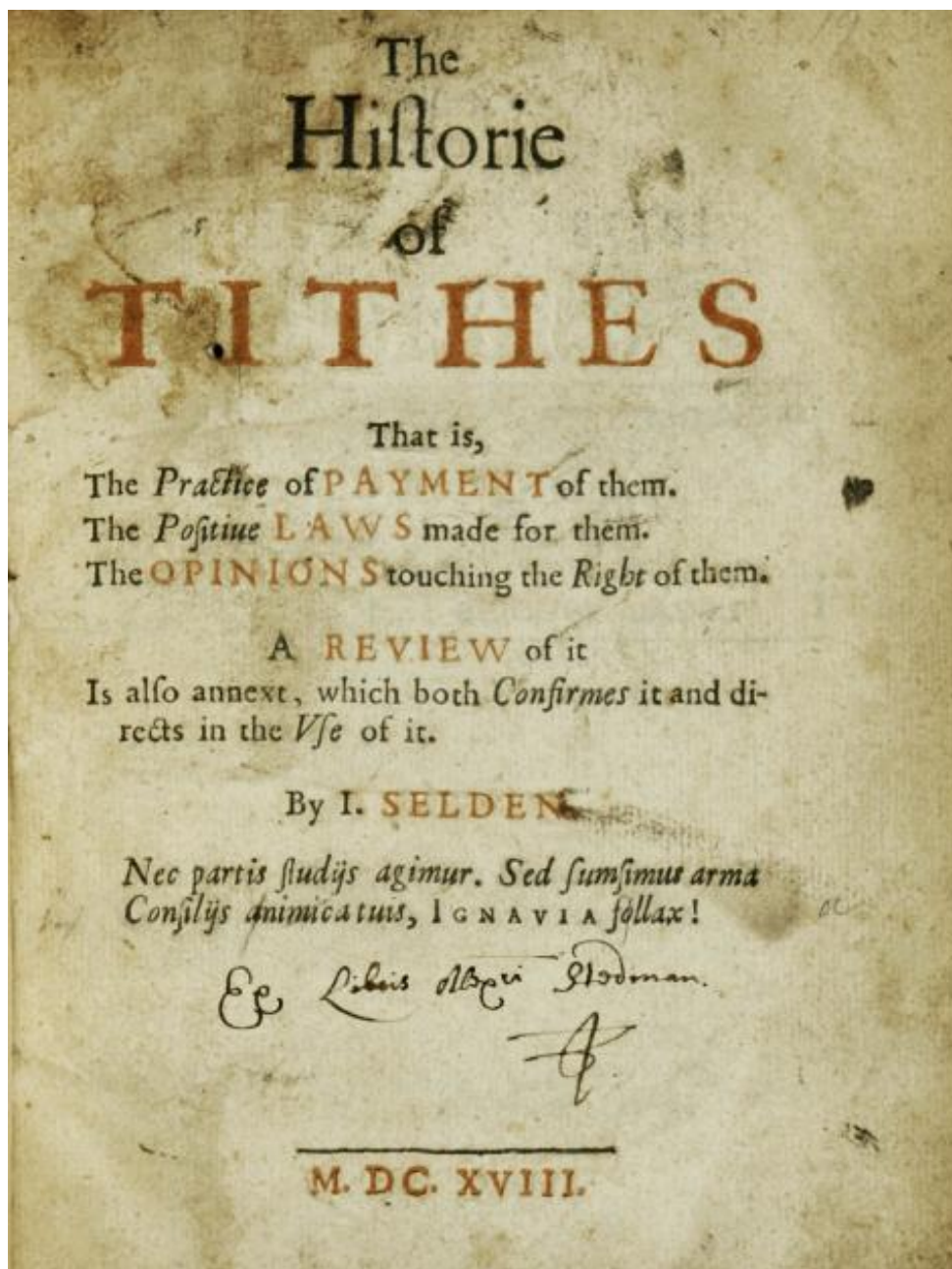


Figura 11: Folha de Rosto de *Historie of Tithes* de John Selden

Selden fazia parte de uma espécie de nicho de mercado explorado por Stansby⁵². Do seu mestre, John Windet, Stansby herdou uma das maiores tipografias de Londres, porém não o privilégio, bastante rentável, de imprimir salmos e pequenos livros religiosos. Sendo assim, a partir de 1610, quando assumiu a tipografia, Stansby teria modificado a

⁵² As informações apresentadas sobre Stansby são oriundas de: Henry Plomer, *Dictionary of printers and booksellers 1557-1640*, editado por R. B. McKerrow (London: Bibliographical Society, 1910), 256; Mark Bland, "William Stansby and the production of *The Workes of Beniamin Jonson*, 1615-16", *The Library* 20, no. 1 (mar 1998): 1-33; Mark Bland, "Stansby, William (1572-1638)", in *Oxford Dictionary of National Biography* (online, 2004).

estratégia do negócio: ao invés de se concentrar em tiragens grandes de livros pequenos e amplamente consumidos, tiragens pequenas de textos volumosos e seletos, sobretudo títulos de interesse histórico e antiquário. Assim, Stansby se tornou um dos principais impressores de um circuito de autores que eram figuras próximas e até mesmo amigos de Selden. Em sua tipografia foram impressas obras de Francis Bacon (*Essays*, em 1597 e 1598 – sob tutela de John Windet), Walter Raleigh (*History of the World*, 1614 e 1617), William Camden (*Annales Rerum Anglicarum*, 1615), Samuel Purchas (*Purchas his Pilgrimage*, 1613, 1614 e 1617), John Done (*Anatomy of the World*, 1611), Ben Jonson (*Catiline*, 1611; *Works*, 1616) e Michael Drayton (*Poems*, 1610, 1613, 1616, 1619, 1620). É provável que a proximidade com Ben Jonson e Michael Drayton tenha trazido Selden para o rol de autores publicados por Stansby. Até a publicação de *Historie of Tithes*, Stansby fora responsável por outros dois livros de Selden, *Titles of Honor* e *De Diis Syris*.

Stansby provavelmente fez um bom dinheiro com *Historie of Tithes*. Havia demanda pelo livro por causa tanto do assunto em questão quanto de toda a reação à obra, mas isso fazia da publicação um negócio arriscado do ponto de vista político. Apesar de ter retirado qualquer informação a seu respeito da folha de rosto de *Historie of Tithes*, Stansby acabou preso por causa da publicação. É a ele, provavelmente, que Selden faz referência numa carta a Cotton, escrita entre o final de 1618 e o início de 1619:

Sr., imploro que a vós seja aprazível, caso sua saúde e tempo disponível permitam, que convença milorde Chief Justice ou algum outro grande homem, como achais melhor, a falar com o Arcebispo em favor do Impressor suspeito, dizendo não abertamente, mas sugerindo que se proceda favoravelmente a ele amanhã na High Commission. Ganhando tempo, ele talvez possa ser da maior ajuda [...].⁵³

O apelo de Selden a Cotton, que era próximo do então Chief Justice, Henry Montagu, talvez tenha sido suficiente para que Stansby não sofresse maiores reprimendas pelo episódio. No entanto, tal qual o livro foi um divisor de águas e uma dor-de-cabeça para Selden, Stansby passaria os anos seguintes em conflito com a Stationer's Company e envolvido na publicação de panfletos sediciosos, o que o levou à prisão e a quase perder o

⁵³ A carta toda diz o seguinte: "Sr, I beseech you to be pleasd, if your health & leisure permit, to moue my L. chief Justice or some other great man as you shall think best, to speak to the Archbishop in the behalf of the suspected Printer, not confessing it, but desiring that he may be fauorable proceeeded against, tomorow at the high commission. by the gaining of time, he may perhaps have best help. This morning, Sr, were a good time at the starre chamber. I had now waited on you my self, had I not been diuerted by unauoidable occasions." (Selden para Cotton, [1618-1619], "The correspondence of John Selden", 32-3).

seu negócio. Em meados da década de 1620, Stansby mudaria seu perfil de atuação e, agora mais rico e bem estabelecido, conseguiria recuperar o privilégio usufruído pelo antigo mestre, trazendo de volta à tipografia os pequenos e lucrativos livros religiosos. Apesar disso, o vínculo com Selden não terminou. Stansby publicaria as obras do autor entre 1620 e 1630 e o seu sucessor, Richard Bishop, que adquiriu a tipografia em 1636, daria continuidade à relação, tornando-se responsável pela impressão de outras cinco obras de Selden, dentre as quais um famoso tratado de Selden, *De Jure Naturali* (1640).

1.3. A encruzilhada

A publicação não autorizada trouxe problemas sérios para Selden e inaugurou um terceiro momento na produção de *Historie of Tithes*. Entre o final de 1618 e meados de 1620, foram arrastados para o imbróglio novos atores e instituições, envolvidos na produção e no controle dos impressos, assim como na disputa letrada, a saber, o rei e a corte, o tribunal eclesiástico da High Commission e também dois adversários de Selden – esses últimos serão examinados no próximo capítulo. Enfim, estava montada uma controvérsia.

De volta à folha de rosto de *Historie of Tithes*, é perceptível nela um duplo movimento. Enquanto o impressor se oculta e, no espaço que lhe cabia do documento, informa apenas a data da publicação, o autor aparece logo após a descrição da matéria do livro, sendo ele plenamente reconhecível e destacado. Esse mesmo autor também anuncia, no pórtico da obra, isto é, na epígrafe, aquilo que caracterizaria a ele e ao seu texto: “Nec partis studiis agimur. Sed sumsimus arma/ Consiliis animica tuis, Ignavia fallax!” [“Não somos movidos por preconceitos de partido, mas pegamos em arma contra teus conselhos, enganadora Preguiça!”]⁵⁴. Obra e autor não eram dissociados na folha de rosto, apesar das circunstâncias da publicação, tampouco nela se abria mão de propagandear, antes da exposição de qualquer conteúdo do livro, as virtudes epistêmicas da erudição.

⁵⁴ A epígrafe do livro é adaptação de uma breve passagem em *De Bellum Civile* de Lucano (IV, 348-9), mas que inverte o sentido do texto original. Enquanto a epígrafe é, ao mesmo tempo, uma declaração de imparcialidade e de guerra à preguiça (e, conseqüentemente, à ignorância), as palavras do poeta romano são ligeiramente diferentes e aparecem num momento de súplica, ditas aos pés de César: “non partis studiis agimur, nec sumsimus arma/ Consillis inimica tuis” [“não somos movidos por preconceitos de partido, nem pegaremos em armas contra os teus conselhos”].

Selden ergueu uma série de defesas no livro para proteger a si mesmo e o conteúdo de sua obra. A epígrafe, a carta dedicatória, o prefácio, a revisão e as indicações bibliográficas diziam, em conjunto, tratar-se apenas de uma história dos dízimos, isto é, de um trabalho exaustivo de um erudito bem relacionado, preocupado apenas com a verdade histórica, e distante de partidarismos e polêmicas. Não se pode deixar de pontuar aqui que boa parte do esforço de Selden de justificar, sintetizar e referenciar a abordagem de *Historie of Tithes* foi motivado e realizado em meio às circunstâncias efetivas de publicação da obra. O prefácio foi uma peça-chave desse esquema defensivo e começava com uma admoestação negativa, isto é, um informe ao leitor daquilo que a obra não era – e que será tratado no capítulo seguinte – e que trazia uma queixa respeito do interdito à publicação da obra: “[o livro] é por isso para instruir, de forma alguma para censurar. E ninguém de Engenho e Erudição que o ler será contrário, acredito eu, em permiti-lo em prol da Verdade, como o fez aquele que primeiro licenciou-o para a Prensa, com *ita est* e a subscrição do seu Nome”⁵⁵.

Apesar desses cuidados e das negativas de Selden de que sua obra fora escrita para confrontar o direito reclamado pela Igreja da Inglaterra sobre os dízimos, a publicação de *Historie of Tithes* fez com que a questão extrapolasse a disputa entre Selden e o bispo de Londres. No período agora assinalado, entre o final de 1618 e meados de 1620, Selden se viu obrigado a responder diversas vezes sobre as suas razões para publicar a história dos dízimos e, daí em diante, a suportar calado os ataques ao livro ou emitir breves opiniões aqui e ali sobre o caso. Por ora, convém somente delinear a sequência de eventos e dar atenção para o entrelaçamento daqueles agentes e instituições diretamente envolvidos pela publicação do livro em questão – as condições, a dinâmica, os atores e os argumentos de terceiros que se organizaram em torno da publicação de *Historie of Tithes* (e as reações de Selden a eles) serão abordados no próximo capítulo.

A publicação do livro sem autorização e a repercussão tida por ele garantiram a Selden três encontros com Jaime I, entre dezembro de 1618 e o início de 1619. Tal informação é dada pelo próprio autor num texto polêmico publicado ao final de sua vida, a saber, mais de trinta anos depois dos acontecimentos narrados⁵⁶. Em 1652, Selden retomava os eventos que se seguiram à publicação de *Historie of Tithes* para responder à acusação do jurista holandês Dirk Graswinckel de que naquela ocasião ele teria escrito

⁵⁵ John Selden, *Historie of Tithes*, ii.

⁵⁶ John Selden, *Vindiciae* (London: Corneliuum Bee, 1652), 15-19.

Mare Clausum para se livrar da prisão. Essa foi a única resposta dada por Selden a um crítico desse livro e ela não era um ato de resposta desapaixonado, mas se apresentava como “vingança” (*vindiciae*). Talvez pesasse sobremaneira a condenação feita por Hugo Grócio (embora não a Selden) de que “os juristas que usam de sua proficiência na lei para agradar aqueles no poder frequentemente são enganados ou são eles mesmos enganadores”⁵⁷.

Em resposta a esse ataque do letrado holandês à sua credibilidade, Selden relatava o encontro que teve com o rei em 1618. No relato, ele narrava ter dito ao rei que, antes mesmo daquele ano, escrevera sobre assuntos variados (a respeito da história dos dízimos, da data de nascimento de Cristo e também acerca do domínio dos mares) graças à liberalidade dos seus estudos e ao tempo disponível no Inner Temple. Porém, o imbróglio com o bispo de Londres e a publicação de *Historie of Tithes* fizeram com que seu nome chegasse à corte e aos ouvidos do rei de forma negativa, levado pelo boca-boca dos bispos – com exceção apenas de um deles, Lancelot Andrewes, na época bispo de Winchester, o qual teria apreciado o texto e era um dos eruditos de maior destaque dentro da Igreja da Inglaterra. Nessas circunstâncias, Selden dizia ter buscado o apoio de dois amigos: Edward Heyward, sujeito de posses e com quem dividia a moradia no Inner Temple, e Ben Jonson, poeta renomado e bem relacionado na corte. Embora se fale dele no relato, não se pode assegurar que Jonson estivesse presente na ocasião, dado que é muito provável, à luz de outros indícios documentais, que estivesse em viagem à Escócia⁵⁸. Isso não autoriza, porém, que se ignore o papel desempenhado pelo poeta no relato feito por Selden. Na narrativa, Ben Jonson aparece como o amigo prestigioso capaz não apenas de apresentar Selden ao ambiente da corte, mas ainda cuja amizade serviria de intermédio para algum tipo de acordo com o poder instituído.

⁵⁷ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 433-434. Apesar da assertiva, o próprio Hugo Grócio não teria publicado uma resposta a Selden em razão de atuar, no momento da publicação de *Mare Clausum*, como representante dos interesses da Suécia e defender a liberdade dos mares naquelas circunstâncias seria prejudicial ao trabalho que realizava. Na correspondência com o próprio Dirk Graswinckel (do qual era parente por casamento), Hugo Grócio lamentava uma irônica contradição: enquanto ele perdera a própria liberdade ao defender a liberdade dos mares, Selden conseguira uma atacando a outra. A despeito dessa opinião sobre a origem de *Mare Clausum*, Hugo Grócio teria mantido sempre uma posição cordial em relação a Selden – e esse tratamento era recíproco. O mesmo não poderia ser dito, porém, de Graswinckel que escreveu, em 1636, uma refutação manuscrita de Selden, pela qual foi fartamente recompensado pelo governo holandês, e, em 1652, publicou outro livro contra Selden, o qual foi objeto de resposta do autor naquele mesmo ano. Para mais informações, conferir: Gerald J. Toomer, *John Selden*, 433-437.

⁵⁸ Mark Bland, “Invisible dangers”, 176 n. 71; Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, 362 n. 77.

É por meio de Ben Jonson que Selden dizia ter chegado ao duque de Buckingham (na época, apenas marquês) e sido introduzido a Jaime I. A partir daí, a amizade estabelecia as circunstâncias para que Selden encarasse o entrelaçamento entre a erudição e a política e os impasses resultantes daí. Buckingham teria feito uma introdução amistosa e elogiosa de Selden ao rei, provavelmente porque estava ciente de que aquele havia escrito sobre o domínio legítimo dos mares. O favorito do rei tinha acabado de ser nomeado Lorde Almirante (um dos mais altos e prestigiados cargos de Estado) e o texto de Selden podia lhe ser útil nas disputas contra os holandeses, do mesmo modo que, alguns anos depois, o sermão de Robert Sibthorpe lhe pareceria relevante – todavia, diferentemente do que aconteceu nesse caso, *Mare Clausum* de Selden permaneceu como manuscrito por mais de quinze anos até ser publicado com patrocínio de Carlos I⁵⁹.

Introduzido à corte, Selden levou o caso da história dos dízimos ao rei e também ao futuro duque de Buckingham. O autor relata ter tido pelo menos três encontros com o rei e eles teriam sido marcados menos pela exigência explícita de submissão (como talvez se esperaria) e mais pela discussão erudita – numa dessas ocasiões, inclusive, Selden ofereceu ao rei uma cópia de sua história dos dízimos⁶⁰. Em razão desses encontros foram apresentados pelo autor três breves textos que dialogavam com certas dúvidas suscitadas no monarca pela leitura de *Historie of Tithes*. Na curta introdução que escreveu para esses textos, Selden caracterizava a situação:

Eu vi, com admiração, os elementos de uma farta erudição, de uma prontidão da memória, de uma imaginação penetrante, acompanhada nele [em Jaime I] de um julgamento tão absoluto, como se a grandeza dele em todas essas três habilidades não fossem menores do que seu título hereditário. Dentre muitas passagens pelas quais tive a felicidade de receber tanto instrução quanto admoestação a partir da luz límpida desse tão grande mestre da erudição, calhou que três delas em particular (como foi aprazível a ele graciosamente mostrar a mim) poderiam geral escândalo na igreja, caso não fossem, com clareza, retificadas ou explicadas por mim.⁶¹

⁵⁹ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 388-9.

⁶⁰ Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, 362-3.

⁶¹ “I saw, with wonder, the characters of such a fraught of learning, of such a readness of memory, of such a piercing fancy joined with so absolute a judgment in him, as if his greatness in all these abilities, had been no less than in his hereditary title. But among the many passages, touching which I had the happiness to receive both instruction and admonition from the clear light of so great a master of learning; three particulars occurred, which (as it pleased him graciously to shew me) might give some scandal in the church, if not more clearly either rectified or explained by me” (John Selden, “Tracts written by order of King James”, in *Joannis Seldeni*, 3: 1400).

O monarca era vestido pelo autor com os atributos do erudito e elogiado conforme aquilo que era valorizado na República das Letras: memória sempre a postos, imaginação penetrante, juízo absoluto. Essas eram características desejáveis aos homens de letras e elas, assim como o título nobiliárquico do monarca, seriam abundantes e naturais a ele. Qualificar Jaime I dessa maneira não era novidade⁶², porém não deixava de ter seus efeitos. Ao retratar o rei como erudito, Selden poderia não apenas bajulá-lo naquilo que aprazia particularmente a Jaime I, mas também traduzir a própria submissão ao poder político em termos que lhe seriam mais favoráveis, já que retificar e explicar são atos discursivos que permitem tanto corrigir um equívoco quanto demonstrar proficiência em determinado saber. A assimetria de poder que existia entre ambos ganhava significado através dos atos letrados, isto é, “instrução”, “admoestação”, por parte do rei, “retificação”, “explicação”, da parte de Selden. Mantinha-se assim certo decoro que favoreceria ao autor: não haveria problema algum de um erudito como Selden atender aos pedidos de explicação feitos por outro sujeito tão instruído quanto Jaime I.

O organizador das obras completas de Selden agrupou os textos escritos pelo autor nessas circunstâncias sob o título de “tratados escritos por ordem do rei Jaime” e não há dúvida de que Selden estivesse numa posição desvantajosa, utilizando-se dos seus talentos para tentar se safar de maiores problemas. Todavia, não se pode ignorar que essa relação de submissão estava expressa em termos que não apenas escamoteavam a coação, mas ainda, e não menos importante, que a transportava ao campo das letras. Daí talvez se possa entender, de maneira mais substancial, uma passagem da também breve dedicatória de Selden a Jaime I que antecede os textos em questão:

Eu encontrei ainda a mais graciosa licença para colocar de lado todo o medo da majestade de tão grande rei e para ouvir e falar a vós como ao melhor dos homens e ao maior dos eruditos. O que quer que eu tenha realizado com todos os meus outros trabalhos, devo humildemente

⁶² Essas mesmas qualidades e praticamente a mesma descrição aparecem também no elogio feito por Francis Bacon a Jaime I: “leaving aside the other parts of your vertue and fortune, I have been touched, yea and possessed with an extreme woonder at those your vertues and faculties, which the Philosophers call intellectual: The largenesse of your capacitie, the faithfulnessse of your memorie, the witsse of your apprehension, the penetration of your Judgement; and I have often thought, that of all the persons living, that I have knowne, your Majestie were the best instance to make a man of Platoes opinion, that all knowledge is but remembrance, and that the minde of man by nature knoweth all things, and hath but her owne native and originall motions (which by the strangenesse and darknesse of this Tabernacle of the bodie are sequestered) againe revived and restored such a light of Nature I have observed in your Majestie, and such a readinesse to take flame, and blaze from the least occasion presented, or the least sparke of anothers knowledge delivered”. (Francis Bacon, *Of the proficience and advancement of Learning: divine and humane*, London: Printed for Henrie Tomes, 1605: 1).

submeter a mais hábil censura de vossa majestade; caso nela encontre favor, estou feliz e, não tenho dúvida, devo descansar suficientemente seguro de todas essas calúnias e imputações que até aqui, perturbando a quietude de meus estudos, impediram o despacho daquele outro tratado, na direção do qual aprovou a vossa majestade também de maneira graciosa me encorajar.⁶³

O medo inspirado pelo poder político aparece transfigurado numa submissão livre, humilde e instrutiva à erudição. Selden buscava firmar um vínculo com Jaime I no qual não predominasse a sua condição natural de rei, mas a aspiração que esse monarca detinha de ser percebido publicamente como grande erudito. A dedicatória entrelaçava a república política e a república das letras, não deixando de expressar os termos e regras da produção intelectual daquele momento: Selden evocava “a mais hábil censura” que a autoridade desse monarca-erudito poderia conferir, bem como expressava a expectativa de obtenção de “favor” e, não menos importante, o incômodo com “calúnias e imputações” que lhe perturbavam a “quietude dos meus estudos”. Ao mesmo tempo em que se reclamava uma erudição tranquila, não havia como se furta da personalidade da autoridade, do favor e da manutenção da honra.

Os textos escritos por Selden na ocasião eram sobre três assuntos que despertavam a curiosidade do monarca: um primeiro sobre o sentido do número bíblico 666, outro acerca da data do nascimento de Jesus e, por fim, um terceiro no qual Selden expunha suas motivações e finalidade para com a sua história dos dízimos. Nenhum desses textos foi publicado durante a vida de Selden, porém todos eles atestam como um letrado poderia se utilizar do seu lugar na república das letras para negociar o pertencimento à república política.

O último desses textos é particularmente interessante e é oportuno examiná-lo em paralelo com a carta escrita por Selden ao então marquês de Buckingham. Ambos os textos foram escritos num mesmo contexto⁶⁴ e dão os contornos não apenas daquilo que

⁶³ “I found even a most gracious license to put off all fear of the majesty of so great a king, and to hear and speak to you as to the best man and greatest scholar. Whatsoever I have performed in it with all other my labours, I most humbly submit to the most able censure of your majesty; with whom, if it find favour, I am happy, and shall, I doubt not, rest secure enough against all such further calumnies and imputations, as have hitherto, by disturbing the quiet of my studies, prevented the dispatch of that other treatise, whereunto your majesty was also graciously pleased to encourage me” (John Selden, “Tracts written by order of King James”, 1399).

⁶⁴ A carta de Selden a George Villiers, futuro duque de Buckingham, é datada de 05 de maio de 1620, isto é, pouco mais de dois anos depois da carta a Cotton que está publicada como dedicatória em *Historie of Tithes*. Esses dois documentos permitem visualizar o quanto perduraram as dificuldades de Selden diante das autoridades. O texto endereçado ao rei Jaime I em que Selden explicava suas razões

Selden diria em defesa de sua obra, isto é, que ela era apenas uma história, como se examinou no capítulo anterior, mas ainda do impasse em que ele próprio se encontrava enquanto alguém que era simultaneamente um erudito e também um súdito.

O autor negava com veemência que tivesse escrito sua obra para afrontar o clero ou o direito divino dos dízimos. Ao rei, ele dizia: “nada mais distante de mim do que ter a ideia de escrever qualquer coisa propositalmente contra qualquer direito aos dízimos ou alguma manutenção do clero”. Os amigos e aqueles que o conheciam perceberiam que isso não se adequaria ao seu caráter e mesmo para quem Selden fosse um desconhecido, não se imputaria a ele tal propósito “a partir daquilo que escrevi”⁶⁵. *Historie of Tithes* era aquilo que dizia o seu título: “apenas uma história”, ou seja, as leis, opiniões e a prática dos dízimos foram organizadas, de maneira imparcial e cuidadosa, na sucessão cronológica e tal qual uma grande coleção de documentos fielmente transcritos, inclusive vários deles nunca antes haviam sido publicados⁶⁶. Tal qual afirmara aos leitores no prefácio do seu livro, Selden dizia ao monarca que a causa para escrever a história dos dízimos era apenas lidar com a dimensão histórica da questão, a qual era tão negligenciada pelos teólogos e advogados canônicos e que lhes poderia ser útil de alguma maneira⁶⁷. A fidelidade de

para a escrita e publicação de *Historie of Tithes* foi impresso pela primeira vez nas obras completas do autor, no começo do século XVIII, e sua proveniência revela justamente a persistência das condições da erudição na Idade Moderna. Nas palavras de David Wilkins, o organizador das obras completas: “[os três tratados escritos para o rei Jaime I] were sent me in MS by my much Honored and Worthy Friend Joseph Alston of New House in Suffolk Esq, who had borrowed them for my use out of a Friend’s Library in Essex; they were the very Original Copy which Mr. Selden presented to King James the first, as appears by the Binding and the King’s own handwriting in two Places” (John Selden, *Joannis Seldeni opera omnia*, 3: To the reader). Esse manuscrito ao qual David Wilkins se refere não foi mais localizado e o texto publicado nas obras completas é a única fonte disponível. Há nele, porém, uma discrepância em relação ao relato feito pelo compilador das obras completas: o texto em questão contém passagens que dizem respeito à submissão de Selden a High Commission e ao ataque feito por Richard Tillesley a *Historie of Tithes*, o qual foi publicado apenas no segundo semestre de 1619. Desse modo, embora os três encontros de Selden com Jaime I tenham acontecido na virada de 1618 para 1619, como fixa a literatura especializada, o texto apologético tal qual foi publicado nas obras completas não poderia ter sido apresentado nessa ocasião, mas apenas depois da publicação do livro de Richard Tillesley. Assim, ou o manuscrito das obras completas sofreu intervenções posteriores a sua escrita ou ele é resultado de um contato mais duradouro entre Selden e a corte. Aposta-se aqui na segunda hipótese, dado que a carta de Selden ao duque de Buckingham sinaliza na direção da persistência do imbróglio dos dízimos e do contato do autor com as autoridades envolvidas: o texto destinado ao monarca seria, portanto, pouco anterior à carta ao favorito do rei, dado que essa última faz menção ao primeiro.

⁶⁵ John Selden, “Of my purpose and end in writing the History of Tythes”, 1451.

⁶⁶ John Selden, “Of my purpose and end in writing the History of Tythes”, 1451-2.

⁶⁷ “The cause which first made me think of it, was, that I saw the bare historical part of learning, and of human law made, touching tythes, and of the various practice of payment, both in this kingdom and in other states, lay wholly or too much neglected amongst them, who nevertheless having, as divines or canonists, written of tythes, would (as I conceived by their works) have made use of that historical part, if they had been furnished with it” (John Selden, “Of my purpose and end in writing the History of Tythes”, 1453).

Historie of Tithes ao significado do próprio título dava ao livro a forma de uma coleção cronologicamente organizada e pretensamente imparcial e minuciosa, bem como assegurava ao autor a justificativa de se abster na disputa dos dízimos.

A abstenção de Selden em relação ao direito divino dos dízimos foi provavelmente aquilo que mais incomodou a Coroa e causou perplexidade entre os letrados. Ao menos era isso que Selden relatava a respeito de um encontro com o duque de Buckingham, no qual o favorito do rei “pareceu muito desgostar que me abstive da expressão de minha opinião no tocante ao direito divino dos dízimos”. Haveria, no entanto, uma “razão suficiente” para isso⁶⁸. Ao rei, Selden dizia não ser apropriado que alguém da “minha profissão”, para quem a “história é incidental”, se metesse naquilo que “não apenas toca meus estudos professados, nem foi objeto dele, mas também é vexatório de ambos os lados frequentemente por teólogos e canonistas”⁶⁹. Um advogado da *common law* não deveria se meter na seara do clero, cabendo a ele circunscrever seus estudos às leis positivas e aos costumes do passado. Porém, esses mesmos estudos configurariam um profundo impasse. Selden tentou convencer tanto o rei quanto o futuro duque de Buckingham de que a abstenção era a atitude mais razoável a se tomar, dado ser a única capaz de manter a lealdade e a quietude política. Ao rei, ele dizia que, por um lado, se defendesse que a cota dos dízimos fora sempre a mesma (isto é, o décimo da produção) por vontade divina e para todos os tipos de produtos, como o fizeram diversos livros “com autoridade pública”, então ele não poderia se esquivar de acusar as leis do reino e de toda a cristandade de serem contrárias a lei de Deus, dado que estabeleciam algo diferente disso para o pagamento dos dízimos, “que eu nunca fui sectário ao ponto de ousar afirmar”. Por outro lado, dizia Selden, se concluísse por meio dos seus estudos “contra as opiniões favoráveis ao direito divino publicadas por nossos teólogos, e isso na imprensa, então eu estaria em oposição ao meu próprio juízo, contrariando aquilo que vi licenciado pela autoridade pública. Mas eu sempre fui tão revente também à autoridade pública que nunca seria tão insolente de oferecer a mim mesmo como uma parte contra ela”⁷⁰. Adotar uma opinião fosse ela favorável ou contrária ao direito divino dos dízimos significaria ou seguir livros com “autoridade pública” e contrariar as leis e costumes do próprio reino ou se aferrar a essas leis e costumes e condenar aquilo que foi (e era) publicado pela

⁶⁸ John Selden, “A letter to the Marquess of Buckingham”, in *Joannis Seldeni opera omnia*, org. David Wilkins (London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726) 3: 1393.

⁶⁹ John Selden, “Of my purpose and end in writing the History of Tythes”, 1455.

⁷⁰ John Selden, “Of my purpose and end in writing the History of Tythes”, 1455.

“autoridade pública”. Em ambos os casos, a “autoridade pública” (public authority) que licenciava os livros para a impressão estaria em contradição com as leis promulgadas por essa mesma autoridade e, no caso dos dízimos, não seria prudente ao estudioso dessa história escolher um dos lados.

Tal impasse aparece mais bem detalhado na carta de Selden a Buckingham. Nela o autor lidava com a irritação do aristocrata em relação a essa abstenção e rejeitava ao máximo a perspectiva de emitir uma opinião sobre algo que ele não teria suficientemente estudado. Nas palavras de Selden, “eu conheço o caminho do estudo, ao menos a tal ponto, que ousa não acreditar que eu esteja clara e suficientemente equipado para uma resolução dessa ou daquela questão minuciosa de teologia, a não ser que eu tivesse, desde o começo, moldado a mim mesmo àquela faculdade por meio de um estudo contínuo do corpo dela”⁷¹. A condição de erudito vinha ao socorro de Selden. Poucas pessoas reconhecidamente saberiam melhor do que ele o caminho dos estudos e se ele dizia não se sentir “clara e suficientemente equipado para uma resolução” (clearly and fully to be furnished to a resolution), então quem poderia exigir dele que emitisse uma opinião sobre o assunto? Selden contrariava Buckingham e, não menos importante, explicitava o que deveria ser uma opinião: “eu acredito que vossa senhoria não deseja que tenha eu que escolher um lado antes de estudá-lo e também seja capaz de defendê-lo”⁷². Opiniar, ao menos para Selden, não era um palpite ou algo que se deveria dizer segundo a conveniência da situação, mas uma ação discursiva que exigiria estudo e capacidade de defender aquilo que foi dito – isto é, que punha à prova a condição de Selden como erudito.

Sendo assim, tal qual fez na apologia ao monarca, Selden considerou hipoteticamente a resposta à questão do direito divino dos dízimos e nisso reapresentou a Buckingham aquela encruzilhada que indicara a Jaime I:

Se então, milorde, tivesse eu a oportunidade de concluir a partir do estudo, por meio de minha própria coleção, que eles [os dízimos] são justos *jure divino*, eu não deixaria de estar em dúvida com relação ao meu próprio julgamento, quando encontro, não apenas nas igrejas da França, Espanha, Itália, Alemanha e de todas as outras repúblicas cristãs, cuja prática eu li em suas leis e decisões, mas também nas leis e prática da monarquia de Sua Majestade, que não existem quaisquer dízimos, ou que tenham existido há muitas eras, pagos ou para serem recebidos *jure divino*, mas

⁷¹ John Selden, “Letter to Buckingham”, 1393-4.

⁷² John Selden, “Letter to Buckingham”, 1394.

apenas ordenados e permitidos pela lei secular ou o costume local. Meu bom senhor, penso então no que seria de mim, um homem privado, criado nos estudos das leis seculares, determinar a questão por esse ângulo e, assim, acusar tanto o Estado todo em que vivo quanto todas as outras igrejas da cristandade de uma prática universalmente estabelecida contra a lei de Deus.⁷³

Impensável para Selden afirmar que os dízimos eram devidos por direito divino. Fazer isso significaria ir contra tudo aquilo que ele enquanto erudito reunira em sua coleção e, não menos importante, seria também contrariar sua condição de advogado, já que dele se exigiria a partir dessa conclusão denunciar todas as leis humanas como afrontosas à vontade de Deus. Ir por esse caminho seria demasiadamente complicado. Selden dizia a Buckingham que tal contrariedade ao direito divino estava não apenas “em livros publicamente recomendados aqui ao povo, frequentemente reimpressos e, até este momento, disponíveis para leitura na maioria, quiçá em todas as igrejas paroquiais ao longo da Inglaterra”, mas também “num livro escrito em benefício de todo o clero, especialmente dos bispos (que atende pelo nome de Uma Admoestação ao Povo) e impresso pela autoridade pública, pelo impresor da falecida rainha Elizabeth”, no qual se afirmava que “é um erro dos Papistas sustentar que as décimas e oferendas estão no direito divino da igreja; e é depois reconhecido ali também dentre os maiores (eu apenas recito as palavras) e mais grosseiros erros deles”⁷⁴. Assim sendo, embora ele próprio se furtasse a qualquer condenação ao direito divino, buscando assim mostrar sua lealdade ao poder político estabelecido, existiriam outras tantas publicações bem conhecidas que iriam contra essa ideia, uma delas inclusive gozando de aprovação da própria “autoridade pública”, conferida ao texto pelo impresor da rainha Elisabeth.

Percebe-se daí a desproporção da encruzilhada. Selden se aproveitava da disputa pela produção de impressos na Inglaterra, que resultava em livros publicados e autorizados de opinião contrária àquela do poder instituído no momento, de modo a

⁷³ “If then, my lord, I should so upon study of it chance to conclude, through my own collection, that they were due jure divino, I should notwithstanding much doubt of my own judgment; when I find, that not only in the churches of France, Spain, Italy, Germany and of all other foreign christian commonwealths, whose practice I have read of in their laws and decisions, but also in the laws and practice of this his majesty's great monarchy, that no tythes are at all, or have been for many ages since, paid or to be recovered as due jure divino, but only according as the fecular laws made for tythes, or local customs, ordain or permit them. Good my lord, then think but what it would be for me, a private man, and bred in the studies of secular laws, to determine the question on this side, and so accuse both the whole state I live in, and all other churches of christendom, of an universally established practice against the law of God”. (John Selden, “Letter to Buckingham”, 1394).

⁷⁴ John Selden, “Letter to Buckingham”, 1395.

colocar a “autoridade pública” contra ela mesma. Além disso, se por um lado a afirmação do direito divino por parte de Selden significava rejeitar sua condição de erudito e advogado, contrariando aquilo que ele encontrara nos testemunhos antigos, “por outro lado, milorde, se talvez eu, depois de estudar a questão, resolvesse para mim que eles [os dízimos] não são devidos por direito divino, mas apenas segundo a lei positiva da Igreja e do Estado, eu sei que minha expressão nesse sentido somente se somaria ao desagrado até aqui já concebido contra mim”⁷⁵. Haveria aí, portanto, um desbalanço que ficava subentendido: de um lado, solapar as bases das leis do reino e da cristandade, de outro, cair no desgosto da corte. Ainda que uma conclusão daí se impusesse tacitamente, Selden apelava para prudência e dizia o seguinte:

Portanto, meu bom senhor, não pense se tratar de obstinação quando desejo assim me abster também de estudar a questão para expressar minha opinião numa matéria em cuja resolução, por um lado, eu deveria penalizar tanto o Estado em que vivo quanto toda a Cristandade por contrariar em toda parte, na execução de suas leis estabelecidas, as leis de Deus; e numa resolução pelo lado contrário (como poderia acontecer), eu não teria nada a ganhar que não o aumento do despreço a mim mesmo. Assim sendo, eu não me esforçaria voluntariamente em trabalhar de maneira vã numa resposta expressa para qualquer um dos lados da questão.⁷⁶

Não havia nada a se ganhar expressando publicamente uma opinião sobre o direito divino dos dízimos. A erudição que se mostrava capaz de produzir uma coleção minuciosa e que se propunha útil ao leitor deixava Selden diante de uma aporia política diante na qual a melhor opção seria simplesmente se abster de qualquer opinião publicável, saindo assim de um jogo que tanto lhe comprometeria a reputação e, por conseguinte, a sua capacidade de negociar o pertencimento à república política e literária.

A ambiguidade desse pertencimento não deixava de se fazer presente na submissão de Selden à censura. Em meio às conservações com a corte, apesar de todo interesse que poderia despertar, Selden foi responsabilizado pelo imbróglio de *Historie of Tithes*. É bem provável que tenha conseguido negociar os termos da sua rendição graças ao renome e, principalmente, aos amigos de que dispunha. No dia 28 de janeiro de 1619,

⁷⁵ John Selden, “Letter to Buckingham”, 1395.

⁷⁶ “Therefore, good my lord, think it not willfulness, when I desire so to abstain also from studying the question for expression of my opinion, in a matter, in the resolving whereof on the one side, I should tax both the state where I live, and also all Christendom, for committing every where, by execution of their established laws, against God’s laws; and in resolving (as it might happen) on the other side, I could gain nothing but increase of displeasure against myself. Therefore, I would not willingly strive to work myself vainly into an expression of either side of the question” (John Selden, “Letter to Buckingham”, 1395).

depois dos referidos encontros com o rei Jaime I, Selden fez uma retratação perante à High Commission, o tribunal eclesiástico que era responsável também pela censura. Nela ele dizia o seguinte:

Eu muito humildemente reconheço meu erro que cometi ao publicar *History of Tithes* e nisso especialmente por apresentar qualquer interpretação da sagrada Escritura, por me intrometer com Concílios, Padres ou Cânones ou por outra coisa que nela ocorra, dando ocasião para argumento contra qualquer direito de manutenção por direito divino dos Ministros do Evangelho. Implorando a vossas Senhorias para que recebam este reconhecimento inocente e humilde, junto do sincero protesto da minha dor, pois por causa disso incorri no desprazer tanto de Sua Majestade quanto de vossas Senhorias, concebido contra mim em favor da Igreja da Inglaterra.⁷⁷

Selden se retratava pela publicação de *Historie of Tithes* e tudo aquilo que se poderia recriminar no livro remetia a esse ato inicial. A retratação de Selden se fazia sobre um livro impresso e não apenas um texto, ou seja, ele não se desculpava por ter escrito a história dos dízimos, pois não via ali (e nem dele foi exigido isso) qualquer falta contra a erudição, mas por ter feito uma impressão. Sua obra não era falsa, mas poderia ser inconveniente. Como se viu até aqui, a produção de um impresso era algo bem mais complexo do que a transposição de conteúdos para um suporte qualquer. Nesse processo o texto se transformava em obra e, mais do que isso, em obra autorizada, isto é, o livro resultava de um trabalho para o qual confluíam diversos agentes, instituições, interesses e recursos em aliança ou disputa para dar a ele autoridade – e não apenas autoria. Ao se retratar pela publicação da sua história dos dízimos (e não pelo conteúdo dela), Selden expressava enquanto autor justamente a dimensão coletiva da autoridade de um livro⁷⁸.

⁷⁷ “I most humbly acknowledge my error, which I have committed in publishing the History of Tythes, & especially in that I have at all, by shewing of any interpretation of holy Scripture, by meddling with Councils, Fathers, or Canons, or by whatsoever else occurs in it, offered any occasion of argument against any right of maintenance lure divino of the Ministers of the Gospell; beseeching your Lordships to receive this ingenuous and humble acknowledgment, together with the unfeigned protestation of my grieffe, for that through it, I have so incurred both his Maiesties, and your Lordships displeasure, conceived against me in behalf of the Church of England”. (Gerald J. Toomer, “Selden’s Historie of Tithes”: 366).

⁷⁸ Luis Filipe Silvério Lima, “A questão da autoria”, in *Modernos em curso: escritos e imagens no tempo*, org. Rodrigo Bentes Monteiro (Rio de Janeiro, Niterói: Ouro sobre Azul, Eduff, 2022), 95-155.

2. A questão dos dízimos na Inglaterra do século XVII

Ao escrever uma história dos dízimos, Selden não escolheu tratar de uma instituição periférica na vida cotidiana inglesa. Os dízimos eram absolutamente relevantes não apenas como impostos que oneravam a produção material dos leigos e garantiam o sustento do clero da Igreja da Inglaterra, mas também surgiam como obrigação moral diante de Deus, dando ensejo a questionamentos a respeito da forma desejável do governo eclesiástico, isto é, da relação entre ministros, fiéis e autoridades leigas. Por conseguinte, os dízimos foram assunto de diversas publicações entre os séculos XVI e XVII que permitem vislumbrar, em primeiro lugar, a forte presença dos dízimos no cotidiano e as dificuldades políticas e jurídicas criadas pelo pagamento e administração deles, sobretudo depois da dissolução dos monastérios. Tais publicações são examinadas nesta seção naquilo que contribuem para a compreensão do contexto e da disputa em que Selden inseria a sua história⁷⁹.

Publicado diversas vezes no século XVII e em formato de tabela e de livro, *Decimarum et oblationum*, assinado por William Clark, era um texto acessível e que, desde o final do século XVI, visava informar e explicar ao leitor inglês a respeito do que eram dos dízimos, sobre o que incidiam e quais leis do reino o regulavam. Um trecho da publicação revela a complexidade da matéria:

Dízimo, do Latim *Decima*, é a décima parte ou porção da produção, ordenado a Moisés e pelo qual foi entregue (como apontamento de DEUS) para ser pago aos Filhos de *Levi* pelo seu ministério [...]. Na Lei está definido assim: *Ominium bonorum licite quaesitorum quotapars Deo, divina constitutione debitas*, de toda a produção e ganho legítimos certa parte (por constituição divina) [é] devida e pertencente a Deus. Eles [os dízimos] são prediais, como aquilo que surge e cresce em razão e virtude do solo, a saber, as Frutas, e a criação de Animais, Peixes, Galinhas, etc. Ou são pessoais, tal qual o que surge em razão e virtude do lucro legítimo e

⁷⁹ Para a breve reconstituição que se faz nesta seção do sistema de tributação dos dízimos e as suas implicações na vida material e política, foram consultados os seguintes artigos: Norma Adams, "The judicial conflict over tithes", *The English Historical Review* 52, 205 (1937): 1-22; Margaret James, "The political importance of the tithes controversy in the English Revolution 1640-60" *History* 26, n. 101 (1941): 1-18; Christopher Hill, *O século das revoluções 1603-1714*, trad. Alzira Vieira Allegro (São Paulo: Editora Unesp, 2012), 94-100, 175-8; Lucy M. Kaufman, "Ecclesiastical improvements, lay impropriations and the building of a post-reformation church in England 1560-1600", *The Historical Journal* 58, 1 (2015): 1-23. E para um inventário das publicações sobre os dízimos no século XVII, é oportuno conferir: Edith Bershadsky, "Selden's *Historie of Tithes and its contexts and ramifications*", 343-9.

honesto, obtido e almejado pela Arte, Ciência ou pelas Ocupações manuais de determinada pessoa.⁸⁰

Os dízimos corresponderiam à décima parte de qualquer ganho, paga a Deus tal qual fora ordenado a Moisés. Existiam dois grandes critérios a partir dos quais os dízimos eram classificados. O primeiro dizia respeito à origem dos rendimentos e daí eram diferenciados os dízimos ‘predial’ (ou seja, tudo aquilo que cresceria e se multiplicaria naturalmente, como frutas e peixes), ‘pessoal’ (o que seria produzido por meio de arte ou ciência) e, por fim, ‘misto’ (referente a ganhos em parte naturais, em parte artificiais, como aqueles obtidos pela agricultura ou pecuária). O segundo critério identificava os dízimos de acordo com os seus beneficiários e os separava em ‘grandes’ (trigo, milho, e outros cereais), que deveriam ser pagos ao reitor da paróquia, e ‘pequenos’ (sementes, ervas, ovos, etc.), devidos ao vigário da mesma⁸¹. A publicação oferecia uma listagem exhaustiva dos itens e atividades sobre os quais incidia o dízimo: frutos, lenha, árvores, pastagens, feno, lã, cordeiros, novilhos, porcos, potros, leite, queijos, sementes, cebolas, ervas, faias, carvalhos, moinhos, criadouros, feras, pombais, abelhas, arapucas, caçadas, pescas, cisnes, gansos, ovos, ofícios e ocupações manuais e todo tipo de negociação. Tratava-se, portanto, de um imposto fundamentalmente sobre a atividade agrícola e pecuária, mas que tinha potencial para incidir, de maneira minuciosa, em diversos tipos de extrativismos, ofícios e no comércio – existiam, no entanto, alguns grupos que gozavam de isenção, como, por exemplo, as ordens monásticas e seus herdeiros, no caso, as faculdades.

Tendo em vista a abrangência da tributação, não é de se estranhar que queixas eram comuns entre a população. Em meados do século XVII, com as Guerras Civis e a experiência revolucionária na Inglaterra, essas queixas se intensificaram e tomaram a forma de denúncias e até mesmo de reivindicações pela abolição dos dízimos. Naquela ocasião, circularam panfletos entre a população e petições e exigências chegaram à

⁸⁰ “Tyth of the Latine Decima, is a tenth part or portion of increase, commanded unto Moses by whom it was delivered (at the appointment of GOD) to be payde to the Sonnes of Levy, for their ministerie wherein they served in the Tabernacle: in Law defined thus; viz. Ominium bonorum licite quesitorum quota pars Deo divina constitutione debita, i. Of all lawfull increase and gaine a certaine part (by constitution divine) due, and appertaining to God. And they bee either praediall, as that which doth arise and grow by reason and vertue of the groundes, viz, Fruites, and increase of Beastes, Fishes, Fowles, &c. Or they be personall, as that which ariseth by reason and vertue of lawfull and honest commoditie, so recovered and procured by Art, Science, or manuall Occupation of some person” (William Clark, *Decimarum et oblationum tabula: a tithing table*, London: Printed by Thomas Purfoot, 1610, Tyth what it is and of how many sortes).

⁸¹ William Clark, *Decimarum tabula*, Tyth what it is and of how many sortes.

Câmara dos Comuns. Em 1647, duas dessas petições foram publicadas sob o título *The Husbandmans Pleas Against Tithes*. Nelas, alguns agricultores e fazendeiros denunciavam o modo pelo qual eram cobrados pelo dízimo:

E ainda achamos que exista um fardo e Costume Papista remanescente a ser expurgado, chamado Dízimos ou Direitos da Igreja, que é dito ser não mais que um décimo da safra do nosso Milho e outras coisas. Sob essa pretensão é tirado de nós não apenas o décimo da safra e fruto do nosso trabalho duro e pesado, mas também o décimo do nosso ganha-pão que conseguimos diariamente com o suor dos nossos rostos; e não apenas isso, mas o décimo de nossa propriedade e Estoque é tirado de nós anualmente.⁸²

Diferentemente dos comerciantes, os produtores rurais seriam tributados não apenas nos seus ganhos, isto é, na sazonalidade das safras, mas também nas reservas, que lhes garantiam alguma estabilidade. Isso fazia com que o dízimo incidisse sobre eles de maneira desproporcional. A cobrança do dízimo produzia no agricultor o seguinte temor: “em pouco tempo despojado de tudo o que tem e a si mesmo, sua esposa e filhos forçados à jornada diária de trabalho ou a outros expedientes”⁸³.

Essa denúncia dos dízimos como instituição opressiva e, não menos importante, que remeteria ao catolicismo foi incorporada por grupos radicais da época como os *levellers*, *diggers*, homens da quinta monarquia, batistas e, sobretudo, os *quakers*. No caso desses, foi publicado por Mary Forster (ca. 1620-1687), em 1659, na ocasião da morte de Cromwell e na iminência da restauração da monarquia, um conjunto de protestos ao Parlamento assinado por milhares de mulheres por toda a Inglaterra. Em deles, oriundo do condado de Gloucester, dizia-se:

Como vós que sois a cabeça da Nação esperais que paguemos nossos impostos, quando permitirdes que os padres tomem os nossos bens, que não trabalhando para nós venham e cobrem de nós, por meio de uma pretensão ao dízimo vinda de vós, pela pregação deles, os quais não pregam para nós e não nos permitirão testá-los na sua doutrina, cabendo a nós aceitar tudo de bom ou ruim e se questionarmos, seis meses na casa de correção ou uma multa de £5. E se os Padres vêm e almejam £15 em dízimos, tomarão £100. Vós concedeis a eles £15 de nós, [e] para [nós] não

⁸² “And yet we finde that there is one burthen and Popish Custome remains to be expunged, called, The Tithes, or Church Dues, which is said to be but the tenth of the increase of our Corn and other things: And under that pretence, there is taken from us, not onely the tenth of the increase and fruit of our hard and heavy labour, but also the tenth of our earnings which we daily get with the sweat of our brows; and not onely that, but the tenth of our substance and Stock is yeerly taken from us” (*The husbandmans plea against tithes*, London: 1647, sem paginação).

⁸³ *Husbandmans plea against tithes*, sem paginação.

trabalham, e eles pegarão £100 e levarão nossos cavalos, bois e o arado e tomam dez vezes mais do que o valor, como fizeram e está registrado. Se esse é o jeito de arruinar uma Nação ou de preservá-la, julgai vós mesmos, e como nesse caso pagaremos os impostos.⁸⁴

O protesto trazia mais do que uma súplica diante da espoliação e opressão resultantes da coleta dos dízimos. Ele era, em primeiro lugar, um esforço para persuadir os membros do parlamento dos efeitos políticos deletérios do pagamento dos dízimos para o reino: despojada de toda riqueza e dos meios de subsistência, de que modo a população pagaria os demais impostos? O pagamento dos dízimos enriquecia apenas alguns ministros em detrimento do bem-estar das pessoas e da nação em geral. Em segundo lugar, o protesto dessas mulheres evidenciava um profundo incômodo com a relação que, a partir do pagamento dos dízimos, era estabelecida entre ministros e fieis. Os fieis seriam obrigados a dar boa parte dos seus bens para o sustento da igreja, porém acabariam alijados de qualquer reciprocidade, inclusive ameaçados de prisão e multa caso buscassem alguma contrapartida da parte dos ministros que beneficiavam. Assim sendo, o pagamento dos dízimos poderia se apresentar tanto como espoliação e opressão das pessoas materialmente mais fragilizadas quanto quebra de certa reciprocidade desejada do ministro para com a comunidade religiosa.

Os dízimos figuravam, portanto, como uma obrigação em disputa. Para os radicais de meados do século XVII, eles deveriam ser abolidos na sua obrigatoriedade e substituídos por doações voluntárias. Em outro protesto ao Parlamento, as mulheres *quakers* deixavam claro que os verdadeiros ministros da igreja não viriam dos *colleges*, mas “Deus é capaz de criar e mandar Ministros para seu próprio vinhedo” e que tais sujeitos, agraciados por Deus, “estão contentes com os seus salários, recebem livremente, dão livremente, e o que é colocado diante deles, eles devem comer”⁸⁵. Ao contrário deles, os ministros de fato atuantes não teriam qualquer disposição para o trabalho e, gordos e

⁸⁴ “How do you who are the heads of the Nation expect we should pay your taxes, when you suffer the Priests to take away our goods, that do not worke for us, and they come and claim through a pretence Tythe from you, of us for their preaching, that to us does not preach, and will not suffer us to try their doctrine, but we must receive all wheter bad or good; and if we do question it, six months in the house of correction, or five pounds fine: And if the Priest come and pretend 15l. Tythes they will take a hundred pounds; You grant them fifteen pounds of us whom they do not work for, and they will take a hundred pounds; & drive away our horses and oxen, and plough geer, and take ten times as much as the value, as they have done, which is upon record, whether this be the way to ruin a Nation, or to preserve it, judge in yourselves, and how in this case we are like to pay taxes” (Mary Forster, *These several papers was sent to the Parliament the twentieth day of the fifth moneth 1659*, London: Printed for Mary Westwood, 1659, 51-2).

⁸⁵ Mary Forster, *Several papers sent to Parliament*, 58-9.

preguiçosos⁸⁶, tirariam seu sustento à força, contrariando a consciência dos fiéis. Essa liberdade de dar e receber não significava indiferença religiosa, muito pelo contrário. Tratava-se de entrelaçar o ministro à comunidade num circuito de trocas: dos fiéis provinham os itens para a subsistência material do ministro e dele chegavam à comunidade os bens espirituais da religião.

Todavia, nas primeiras décadas do século XVII, diversas publicações defendiam que os dízimos eram uma espécie de tributo devido à Igreja da Inglaterra, de modo que deveriam ser pagos necessariamente por mandamento moral e divino. Aí, não havia espaço para um circuito de trocas entre o ministro e os fiéis, mas de submissão dos últimos aos primeiros. A partir desse tributo, impunha-se sobre a prática religiosa cotidiana uma complexa hierarquia de posições e bens espirituais.

Uma das principais vozes em defesa dessa posição foi o erudito e antiquário Henry Spelman (1562-1641). Tratava-se de alguém reconhecido quando publicou, em 1613, *De non temerandis ecclesiis*, onde apresentava um apelo para que todos os dízimos fossem restituídos à Igreja da Inglaterra e garantidos segundo o direito divino. Sua obra é relevante aqui tanto pela popularidade que atingiu na época quanto pela clareza com que explicava a complexa organização tributária dos dízimos e o problema jurídico em torno dele.

Segundo Henry Spelman, os dízimos eram direitos alocados numa “reitoria” (rectory) ou “presbitério” (parsonage), isto é, contidos numa figura jurídica que reunia direitos eclesiásticos em nível paroquial. Além dos dízimos, a reitoria ou presbitério teriam direito a certas terras ou gleba e também quaisquer oferendas conferidas à igreja local⁸⁷. Por meio dos rendimentos oriundos desses bens, custeava-se a manutenção do clero na paróquia. Ao reitor cabia a administração financeira do lugar e ele empregaria os grandes dízimos para prover as condições necessárias para que a igreja local realizasse seus deveres espirituais. Já ao vigário ou cura ficava a responsabilidade pela execução do serviço religioso e a ele eram destinados os pequenos dízimos, bem como o usufruto da gleba e de rendimentos advindos de taxas, como a de mortuário que era paga pelo serviço funerário.

⁸⁶ Mary Forster, *Several papers sent to Parliament*, 5.

⁸⁷ Henry Spelman, *De non temerandis ecclesiis* (London: Printed by John Beale, 1613), 1-3.

Na prática, porém, isso não significava que os rendimentos da paróquia nela ficassem ou fossem administrados por sujeitos locais. Os reitores frequentemente ficavam ausentes do dia-a-dia da paróquia – isso quando a função de reitor não ficava nas mãos de entes coletivos, como foram as ordens monásticas às vésperas da Reforma. Com a dissolução dos monastérios, ocorrida nos reinados de Henrique VIII e Eduardo VI, entre os anos de 1530 e 1540, as terras e os direitos dessas ordens religiosas foram colocados no mercado por iniciativa da Coroa. Isso ampliou a possibilidade da aquisição por leigos do direito sobre os dízimos e de toda a reitoria ou presbitério⁸⁸. Assim, os direitos das “paróquias apropriadas” (appropriated parishes), isto é, daquelas que podiam coletar dízimos, acabavam vendidos e incorporados às propriedades de patronos leigos abastados, chamados de “apropriadores” (impropriators), então podendo usufruir desses direitos e até mesmo revendê-los. Esses patronos tinham não apenas o direito aos grandes dízimos, agindo como reitores, mas também podiam apontar ao bispo da diocese alguém de sua preferência para atuar como vigário na paróquia. Com frequência, os pequenos dízimos também acabavam nas mãos dos patronos, que custeavam os vigários com pequenas pensões. Ademais, os apropriadores herdavam o privilégio das terras monásticas de estarem isentas do dízimo pago por elas ao bispo. Em contrapartida, cabia aos patronos leigos garantir as boas condições da igreja local e do ministro, estando eles sujeitos à reprimenda da diocese e das cortes eclesiásticas caso não cumprissem com tal obrigação.

A despeito dos benefícios que possam ter advindo dessa integração entre os interesses de leigos abastados e os negócios da administração religiosa, sobretudo para a preservação e melhoria das igrejas locais, a situação era denunciada pelos clérigos e por todos aqueles que viam nessas apropriações um equívoco, quiçá um assalto à propriedade e aos direitos de Deus. Spelman era um deles. Seu pequeno tratado daria continuidade a

⁸⁸ A dissolução dos monastérios suprimiu na Inglaterra e em Gales aproximadamente 800 comunidades do clero regular (monges, freiras, freis), o que significaria aproximadamente de 8.000 a 10.000 pessoas. Do ponto de vista material, a venda dos bens das ordens religiosas financiou os gastos crescentes da Coroa e a ampliação do poder real, assim como consolidou ainda mais a elite estabelecida. O quadro geral era surpreendente: “in England the alienation of ex-monastic and ex-chantry lands during the 1540s was on a massive scale: the crown received £812,000 from land sales during Henry VIII’s reign and at least another £314,000 before the accession of Queen Mary. A redistribution of landed wealth on such a scale had not been seen since the Norman Conquest. Of ex-monastic lands valued at around £102,100 per annum which were alienated by Henry VIII during the 1540’s approximately one-quarter were used to establish new cathedral chapters and colleges or to augment pre-existing ecclesiastical foundations. The remaining lands were sold or in some cases granted as rewards for service to members of the peerage, royal household and civil service (44 per cent), the gentry (15 per cent), and merchants (13 per cent)” (Peter Cunich, “The dissolutions and their aftermath”, in *A companion to Tudor Britain*, organizado por Robert Tittler e Norman Jones, Oxford: Blackwell Publishing, 2004, 234).

uma conversa que ele teria tido com seu próprio tio, na qual o autor defendia o caráter ilegítimo da propriedade que o próprio familiar deteria sobre um presbitério – Henry Spelman dizia, inclusive, que aquela era uma primeira incursão no assunto e que, dependendo da repercussão, faria publicar um trabalho mais extenso e profundo sobre o assunto⁸⁹. Henry Spelman partilhava com outros letrados da época a percepção de que a igreja estava em decadência e tal estado de coisas se deveria à ganância dos leigos e a falta de compromisso com Deus. Ao falar das oferendas, por exemplo, Henry Spelman vinculava a passagem do tempo à decadência religiosa: “naqueles tempos [da igreja primitiva], muitas Igrejas tinham Tesourarias para guardar essas oferendas (como os Armazéns em Jerusalém designados por Ezequias para o templo), porém nas eras que se sucederam, contraíram-se em baús e, em tempos posteriores, o bolso do Reitor pode muito bem acomodá-las”⁹⁰. Essa crescente falta de compromisso com a igreja se expressaria também na realização de pagamentos abaixo da cota autodeterminada pelo dízimo. Segundo John Cowell, no verbete “dízimo” do seu dicionário jurídico, essa situação se configurava, por exemplo, em casos nos quais o pagamento dos dízimos era feito em dinheiro (e não em espécie) a partir de algum valor fixo e pré-determinado. À medida que os anos se sucediam, a quantia devida à igreja permanecia a mesma, enquanto os bens dizimáveis, isto é, algum cordeiro ou bezerro, eram valorizados no mercado⁹¹.

A recuperação por parte do clero do usufruto e da administração dos bens e direitos da igreja não era tarefa fácil. A natureza desses direitos e propriedades colocava os dízimos numa encruzilhada entre interesses materiais divergentes, isto é, disputados por clérigos, leigos abastados e população em geral, bem como entre alçadas jurídicas distintas. Um dos argumentos dos proprietários desses bens eclesiásticos era que os estatutos de dissolução dos mosteiros teriam convertido coisas espirituais em temporais. A situação, porém, era mais complicada do que isso. Henry Spelman se utilizava de uma imagem acessível para caracterizar o desafio jurídico dos dízimos: “então eles que, de uma parte do Estatuto, fazem deles [os dízimos] temporais são, pela outra parte, forçados a confessá-los ainda Espirituais, e assim fazer dos dízimos um Centauro: prolem biformem [estirpe biforme]”⁹². Essa condição de centauro jurídico fundamentava disputas

⁸⁹ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, To the reader.

⁹⁰ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 14-5.

⁹¹ John Cowell, *The interpreter or booke containing the signification of Words* (Cambridge: Printed by John Legate, 1607).

⁹² Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 71.

desde a Baixa Idade Média, quando os litígios envolvendo os dízimos podiam ser tratados também nas cortes da justiça secular. Conflitos entre os próprios clérigos a respeito dos limites de suas paróquias, assim como queixas de leigos que não haviam recebido os dízimos devidos ou que teriam sido desrespeitados no seu direito de indicar o vigário na igreja local eram tratados dentro da *common law*, sobretudo depois da dissolução dos mosteiros. Existia, inclusive, a possibilidade de proibir as cortes eclesiásticas de julgar e decidir determinadas matérias justamente indo às cortes seculares. Dada sua condição de obrigação religiosa e de contrato e propriedade mercantilizável, os dízimos eram passíveis de tratamento tanto na justiça secular quanto na eclesiástica e as cortes em ambos os sistemas de justiça concorriam entre si.

Outra publicação relevante da época permite mais bem detalhar a situação. *A view of the Civile and Ecclesiastical Law*, de Thomas Ridley (1550?-1629), publicada em 1607, também saía em defesa do direito da Igreja da Inglaterra sobre os dízimos. Nela eram denunciados “diversos homens em diversas épocas desta Terra, por distorções e engenhos sutis (os quais são odiosos à Lei e que devem ser para sempre restringidos por todos os bons e sábios Juizes de todas as formas possíveis), reuniram matéria dos ditos estatutos, contrária ao verdadeiro sentido e significado deles, para afastar o julgamento da maior parte daqueles assuntos das Cortes Eclesiásticas”⁹³. Essa manobra jurídica fundamentada nos estatutos de Henrique VIII e Eduardo VI, referentes à dissolução dos mosteiros, era algo que não apenas contrariaria os interesses do clero e subverteria o sentido dessa legislação, mas ainda que enfraqueceria o monarca no seu poder. Dedicada a Jaime I, a publicação dizia:

No que fazem mal não apenas às Cortes Eclesiásticas do Rei, espoliando-as de sua antiga Jurisdição, mas também ferem o próprio Rei, como se tivesse ele apenas uma Jurisdição propriamente pertencente ao seu Trono e assento de sua Majestade e aquilo que fosse feito pelo seu poder Eclesiástico contrariasse sua Coroa e Dignidade, enquanto [na verdade] elas estão ambas unidas nele e o seu Trono é não menos elevado pelo seu poder Eclesiástico quanto mantido pela sua autoridade Temporal.⁹⁴

⁹³ Thomas Ridley, *A view of the ecclesiastical law and wherein the practice of them is streitned and may be relieved within this Land* (London: Printed for the Company of Stationers, 1607), 130-1.

⁹⁴ “Wherein they doe wrong, not onely to the Kings Ecclesiasticall Courts, to spoile them of their ancient Jurisdiction, but also doe injurie to the King himselfe, as though he had but one proper Jurisdiction belonging to his Throne, and seat of Majestie, and that which were done by his Ecclesiasticall power, were done against his Crowne and Dignitie; whereas they are equally united in him, and his Throne is no lesse stayed up by his Ecclesiasticall power, than it is upholden by his Temporall authoritie” (Thomas Ridley, *A view of the ecclesiastical law*, 131).

Afastar os dízimos das cortes eclesiásticas significaria reduzir o escopo e enfraquecer uma das jurisdições sob a égide do monarca e, pior ainda, era pôr em xeque a dupla natureza do poder régio, sumo magistrado tanto nas questões espirituais quanto temporais. Por causa de sua natureza biforme, os dízimos evidenciavam a divisão atuante no poder régio e também na administração da justiça no reino. Eles punham em questão tanto a combinação entre poder espiritual e temporal que era constitutiva da figura do monarca quanto os limites que deveriam ser estabelecidos entre a *common law*, que orientava as cortes seculares, e a lei civil, que ordenava as cortes eclesiásticas. Para Thomas Ridley, autor do texto em questão, os dízimos não caberiam aos advogados da *common law*, mas apenas a aqueles versados no direito romano e canônico.

Encontra-se no autor outra razão, além da ganância crescente os leigos, para o estado de confusão e de disputa em torno dos dízimos: a curiosidade e sutileza da escolástica. Segundo Thomas Ridley, os escolásticos

dividindo toda a Lei de Moisés em três partes, Moral, Judicial e Cerimonial, eles concluíram que existiam do mesmo modo três partes nos Dízimos: uma Moral, que era a manutenção necessária ao Ministro e, portanto, natural e perpétua; a outra Judicial, que era o número deles tal qual pensavam adequado para aquele povo apenas e, portanto, positiva e removível; a última, Cerimonial, que continha o mistério da sua quantidade ou [seja] o número de dez, sendo somente uma sombra, abolida pela própria Lei.⁹⁵

A divisão analítica dos dízimos nessas três dimensões (moral, judicial e cerimonial) conferia certa complexidade e flexibilidade ao debate erudito, tornando possível acomodar, desde a Idade Média, os interesses dos leigos no governo eclesiástico e que, no século XVII, daria sustentação às queixas e a diferentes concepções sobre a natureza (e obrigatoriedade) dos dízimos. Para os radicais de meados do século, “o pagamento de Dízimos é contrário à doutrina do Evangelho, porque eles eram uma parte da Lei Cerimonial”, isto é, daqueles dez mandamentos por meio dos quais fora instituída uma “Igreja Nacional” entre os israelitas, de modo que “a Lei Cerimonial foi abolida com a morte de Cristo”, “assim como o fardo da Lei Moral”. De outro modo, “se a Lei Cerimonial

⁹⁵ “And the reason that persuadeth the Schoolmen to this, was that after much adoe, dividing the whole Law of Moses into three parts, the Morall, the Judiciall, and the Ceremonial, they did conclude that there were three parts likewise in the Tythe, the one Morall, which was a necessarie maintenance for the Minister, and therefore was naturall and perpetual: the other Judicial, which was the number of ten, fit as they taught for that people onely, and therefore was positive and remotive: the last Ceremoniall, and that was the mysterie contained in this quotitie, or number of Ten, which being but a shadow onely, was abolished with the Law itself” (Thomas Ridley, *A view of ecclesiastical law*, 161-2).

não pôde ser encerrada, então Cristo não se fez carne e assim nós perdemos a nossa religião, e a nossa fé e esperança é vazia e todos os homens se tornam os mais miseráveis”; e mais do que isso, “dízimos são a marca da Besta ou o Anticristo”⁹⁶. Assim sendo, desprovida de validade cerimonial e moral, a obrigatoriedade dos dízimos seria única e exclusivamente sustentada na sua dimensão judicial, ou seja, a partir das leis humanas e positivas, as quais poderiam ser, enfim, abolidas pelo Parlamento. Essa era a luta dos radicais em meados do século.

Por outro lado, nas primeiras décadas do século XVII, era imperativo aos apologistas da obrigatoriedade dos dízimos preservar fundamentalmente a dimensão moral deles, de modo a configurá-los como um tributo perpétuo da comunidade religiosa em prol da igreja. Os dízimos foram, então, frequentemente defendidos como direito divino.

Pouco antes de Henry Spelman e Thomas Ridley, George Carleton (1559-1628) saiu em defesa dos dízimos enquanto direito divino e, portanto, pertencentes à Igreja da Inglaterra. Seu livro, publicado em 1606, tinha um título bastante combativo e que merece ser aqui transcrito na íntegra: “Os dízimos examinados e provados serem devidos ao Clero por direito divino: onde o Ateu contencioso e profano, assim como os Hipócritas dissimulados desta época possam aprender a honrar os Ministros e não os espoliar e nem roubar a Igreja” (em inglês, *Tithes examined and proved to bee due to the Clergie by a divine right e continuava whereby the contentious and prophane Atheist, as also the dissembling Hypocrites of this age, may learne to honour the Ministers and not to defraude them, and to Rob the Church*). Nele o autor defendia que os dízimos eram obrigações fundamentalmente morais, e não cerimoniais ou jurídicas. Afirmá-lo exigia encontrar continuidades entre os mandamentos de Deus, a palavra de Jesus e a pregação dos apóstolos, e a opinião da patrística. Determinadas passagens bíblicas (Gn 28,22, Mt 3,8, Gl 6,6-7), de acordo com George Carleton, seriam ordenados vindos diretamente de Deus que determinariam a manutenção dos ministros da igreja como dever moral, o qual se daria exclusivamente na forma de dízimos. Para ele, os mandamentos divinos assumiriam uma forma civil ou uma forma sagrada, essa última vinculada diretamente à adoração esperada de Deus. George Carleton explicava a distinção da seguinte maneira:

⁹⁶ *The husbandmans plea against tithes*, 1-3.

Quando falamos dessa ordenação, ela não deve ser confundida com as ordenações civis, pois os Magistrados são ordenanças de Deus, porém civis. Nessas ordenações civis, a maneira em particular é deixada ao homem. Mas nas ordenações sagradas de Deus, essas que eu digo pertencer à imediata adoração de Deus, acontece o contrário. Pois nelas as invenções do homem não têm lugar, então aqueles que dizem ser de Deus a ordenação geral, mas a maneira particular pode vir do homem, defendem, por consequência, que a manutenção dos Ministros é uma ordenação civil e não sagrada, opinião a qual suponho que nenhum homem de conhecimento e erudição irá defender. Todavia, se abandonarmos essa opinião e confessarmos diretamente que a manutenção dos Ministros não é ordenação civil, mas sagrada, pertencente à imediata adoração de Deus, então deve necessariamente seguir que o homem não tem autoridade sobre ela para inventar ou imaginar qualquer maneira particular, mas deve tomá-la como é indicada por Deus.⁹⁷

Tudo aquilo que correspondesse à “imediata adoração de Deus” (o que, na prática, compreenderia boa parte dos negócios da igreja) deveria ser considerado objeto da lei divina e tratado ritualisticamente de modo perene tal qual estabelecido no texto sagrado. A defesa dessa posição implicava confrontar outras duas opiniões (e, por que não, projetos de governo eclesiástico) a respeito do modo e da legitimidade da manutenção do clero. A primeira dessas posições dizia que o pagamento dos dízimos não seria obrigatório, mas se trataria de uma questão de caridade, de modo que o clero deveria ser mantido livremente, tal qual o foram os apóstolos de Jesus. George Carleton associava essa posição ao espectro da heresia, a saber, aos valdenses, a John Wycliffe e aos anabatistas, e contra ela argumentava que o pagamento dos dízimos responderia à lei da natureza que exigia que determinada pessoa fosse paga pelo serviço prestado. Sem precisar recorrer ao texto sagrado, perceber-se-ia que o pagamento dos dízimos era incontornável, sendo uma questão de justiça da comunidade de fiéis para com o ministro. Nas palavras do autor, “pela lei da natureza, aquele que vai à guerra deve ser sustentado por quem o colocou em serviço; pela lei da natureza, aquele que planta um vinhedo comerá dos frutos; pela lei da natureza quem alimenta o rebanho beberá do leite”. Assim, “é injustiça negar

⁹⁷ “When we speake of this ordinance, it may not be confounded with civill ordinances, for Maiestrates are Gods ordinance, but civill: in such civill ordinances, the particular manner thereof is left to man. But in Gods holy ordinances, such I say as belong to the immediate worship of God, it is otherwise: for in such things mans inventions have no place, then they who say the generall ordinance is Gods, but the particular manner thereof may be from man, do by consequence hold the Ministers maintenance to be a civill ordinance, not holy, which opinion I suppose no man of knowledge and learning will defend. But if we once leave this opinion, and confesse directly that the Ministers maintenance is no civill ordinance, but holy, belonging to the morall immediate worship of God, then must it needes follow that man hath no authoritie therein, to invent or devise any particular manner, but must take it as it is appointed by God” (George Carleton, *Tithes examined and proved to bee due to the clergy by a divine right*, London: T. Este for Clement Knight, 1606, 4).

pagamento a aquele apontado por vós para lutar em vosso nome, barrar um homem de comer o fruto do vinhedo que ele plantou ou negar a ele o leite do rebanho que ele alimentou” e, fatalmente, “negar ao Ministro a manutenção pregada pelos Apóstolos”⁹⁸. Essa relação de serviço entre o ministro e a comunidade religiosa não deixou de ser contestada pelos radicais de meados do século, os quais se valeram praticamente dessas mesmas imagens, como se viu nas páginas anteriores, para acusar os clérigos de preguiçosos e desvinculados do trabalho espiritual devido à comunidade.

Todavia, a segunda posição contrária à obrigatoriedade dos dízimos recebeu maior atenção por parte do autor. Ela professava que os dízimos, enquanto uma cota pré-fixada, não teriam sido fixados diretamente por Deus, mas seguiria os ditames das leis humanas, tendo ela encontrado acolhida pela Igreja Católica e aprovada de maneira genérica entre protestantes – e por isso era tão importante ao autor contestá-la. A partir desse pressuposto, caberia aos clérigos usufruir de uma “manutenção razoável” (competent maintenance) ou um estipêndio, o que, segundo George Carleton, levava os dízimos a um beco sem saída: se essa manutenção fosse firmada por um acordo com a comunidade, então os dízimos se transformavam em caridade; se o estipêndio fosse fixado pelo magistrado, ele não teria legitimidade, dado que se meteria em matéria divina. Embora fosse conveniente para seus adeptos, sobretudo os católicos, tal entendimento a respeito dos dízimos não gozaria de legitimidade nem perante o texto sagrado, nem a história da igreja, dado que existiria registro de prática dessa natureza.

O que nunca esteve em uso em tempo algum da Igreja não deve ser tomado como manutenção ordinária para os Ministros. Essa manutenção conveniente nunca esteve em uso. Antes da lei, os dízimos eram pagos pelos patriarcas aos padres; sob a lei, eles eram direcionados para os Levitas e Padres; no tempo dos Apóstolos, os dízimos entraram novamente em voga [e] essa conveniência nunca teve lugar na Igreja. E mesmo onde os dízimos foram tomados da Igreja e colocados nas mãos de homens leigos, apesar disso não há conveniência estabelecida para suprir o que foi tirado. As Escrituras não a comandam, nenhum Príncipe em qualquer tempo ordenou-a: ela nunca foi e, portanto, acreditamos que nunca deverá ser. [...] Seguindo a melhor razão, pensamos ser necessário defender que a manutenção ordinária dos Ministros não deve permanecer nessa incerta conveniência, a qual é somente imaginada nos cérebros de alguns homens, mas nunca posta em prática na Igreja.⁹⁹

⁹⁸ George Carleton, *Tithes examined*, 2.

⁹⁹ “That which never was in use at any time in the Church, ought not to be held the ordinary maintenance for Ministers: but this competent maintenance was never in use. For beefore the law,

Aqui, os dízimos colocavam em questão o compromisso das próprias autoridades em manter o pagamento desse tributo nos conformes já estabelecidos, evitando qualquer tipo de acomodação e inovação diante dos interesses seculares. Definir os dízimos como um tributo devido ao clero e instituído por direito divino implicava tanto contrariar as comunidades de fieis, desejosas de poder no governo eclesiástico, quanto restringir o espaço de manobra política das autoridades políticas, tirando delas a criticidade administrativa para encontrar soluções que acomodassem uma diversidade de interesses. George Carleton reconhecia que era conveniente encarar os dízimos como manutenção ou estipêndio, porém isso não seria o correto a fazer: não existiria precedente nem no texto bíblico, nem na história sagrada, de modo que, sem prática pretérita, não seria legítimo uma norma com esse espírito no tempo presente. Prática e história estavam indissociavelmente vinculadas.

A importância dessa posição era tal que George Carleton começou e terminou o seu livro respondendo a dois expoentes dela: Alonso Tostado (1410-1455) e Roberto Belarmino (1542-1621). A defesa do pagamento obrigatório dos dízimos por direito divino se inscrevia num embate não apenas com os proprietários leigos de bens eclesiásticos, beneficiados pela dissolução dos mosteiros, como fizeram Henry Spelman e Thomas Ridley, mas também contra o tradicional inimigo do protestantismo inglês, o catolicismo. Alonso Tostado e Roberto Belarmino teriam rejeitado a obrigatoriedade dos dízimos tanto na sua dimensão moral quanto cerimonial. No primeiro caso, as objeções eram muitas: não haveria razão para Deus ter instituído os dízimos na lei mosaica se eles estavam fundamentados nos seus conformes e disponíveis segundo a lei moral ou natural; além disso, caso os dízimos bíblicos remetessem à lei natural ou moral, não haveria por que os israelitas terem pago dízimo apenas aos membros da tribo de Levi – e esse argumento, quando revertido e transposto ao século XVII, permitiria questionar por que os ministros, e não os levitas, receberiam os dízimos; e, por fim, se os dízimos fossem fixados pela lei moral ou natural, o pagamento deles não poderia ter sido alterado historicamente, o que não estava de acordo com os acontecimentos. Já no que diz respeito à dimensão

tithes were payed by the patriarks to the priests: under the law tithes were appoynted to the Levites and Priests: in the Apostles times, tithes were in use againe, this competency never had place in the Church. And even there were tithes are taken away from the Church, and put in lay mens hands: yet there is no competencie established to supply that which was taken away: the Scripture commands it not, no Prince hath at any time ordained it, it never was, and therefore as we may thinke never will be. [...] following the best reason we thinke it necessary to hold, that the ordinary maintenance of Ministers ought not to stand in this uncertaine competency, which is onely a devise in the braines of some men, and never came into practice in the Church” (George Carleton, *Tithes examined*, 3-4).

cerimonial dos dízimos, a objeção era mais enxuta (e George Carleton estava parcialmente de acordo com ela): se fundamentalmente cerimoniais, então os dízimos não poderiam existir nem antes e nem depois da lei mosaica¹⁰⁰.

Se os dízimos não estavam firmados nem na sua dimensão moral, nem cerimonial, eles estariam fundados necessariamente no seu aspecto judicial e isso, para os católicos, significava dizer que o pagamento dos dízimos dependeria das leis canônicas e, por pressuposto, da autoridade da igreja romana em instituí-las. Uma resposta satisfatória para esse argumento exigia mais do que premissas sólidas e deduções claras estabelecidas a partir do texto bíblico e das opiniões das autoridades. George Carleton precisou esboçar um argumento também histórico, capaz de identificar nos tempos pretéritos, a existência de uma obrigação sagrada e constante de se pagar os dízimos tanto antes quanto depois da lei mosaica, rejeitando assim que os dízimos se sustentassem fundamentalmente nas suas dimensões cerimonial e jurídica. Ao final do tratado, era oferecida uma última razão em favor do direito sagrado:

Dízimos são devidos segundo alguma lei: ou pela lei de Deus, ou pelas leis civis e constituições dos Príncipes ou pela lei canônica. Mas Abulense [Alonso Tostado] e os demais daquele lado aceitam que eles não são devidos segundo a lei civil e as constituições dos Príncipes. E nós provamos que eles não são devidos pela lei Canônica (porque eles eram mais devidos, mais ordenados e mais sinceramente pagos e mantidos antes da lei Canônica ter sido inventada do que o foram desde então), portanto deve seguir necessariamente que eles são devidos pela lei de Deus. Assim como isso se ergue contra os Papistas, ergue-se com não menos força contra aqueles que mantêm dízimos [por] constituições de Príncipes, pois prova que os dízimos foram mantidos ordenada e devidamente na Igreja antes de serem confirmados pelas constituições dos Príncipes, como posteriormente os Príncipes de fato puderam autorizar ou proibir o uso, mas não criar ou retirar o direito.¹⁰¹

Apresentava-se um silogismo montado sobre duas proposições negativas: ‘os dízimos não eram por direito civil’ e ‘os dízimos não eram por direito canônico’. E delas se

¹⁰⁰ George Carleton, *Tithes examined*, 36-9.

¹⁰¹ “Tithes are due by some law, either by the lawe of God, or by the civill lawes, and Princes constitutions, or by the Canon law. But Abulensis [Alonso Tostado] and the rest of that side graunt that they are not due by the civill law, and Princes constitutions: and wee prove that they are not due by the Canon law, (because they were more duely, more orderly, and sincerely payed and held before the Canon law was invented, then ever they were since) therefore it must follow that they are due by the law of God. As this standeth against the Papists, so it standeth no lesse strong against such as hold tithes Princes constitutions: because it proved that tithes were held as orderly, and duely in the Church, before they were confirmed by Princes constitutions, as afterward Princes indeed may consume or forbid use, but they cannot make or take away the right” (George Carleton, *Tithes examined*, 39-40).

retirava uma conclusão: 'os dízimos eram por direito divino'. Embora em raciocínios dessa natureza não haja espaço para outra conclusão, existia, porém, uma possibilidade que implodiria o argumento de George Carleton. Os dízimos poderiam ser considerados à luz também da *common law*, isto é, nas práticas concretas e costumeiras de fazer oferendas a Deus e sua igreja. Era justamente aí que Selden se inseria na discussão.

Ao final desta seção, percebe-se com clareza a complexidade que acompanhava os dízimos tanto no seu ordenamento tributário quanto das concepções teóricas sobre eles. No que diz respeito ao pagamento dos dízimos, destacava-se primeiramente a disputa dos clérigos e seus aliados contra os proprietários leigos de bens eclesiásticos adquiridos com a dissolução dos monastérios. Tais proprietários não poderiam simplesmente ser privados desses bens em favor da Igreja da Inglaterra, dado que, no limite, adquiriram-nos de boa fé junto e ainda junto à Coroa, que na época os ofertava. Nesse sentido, a restituição dos dízimos ao clero exigiria convencer esses proprietários a devolver tais bens à igreja, bem como persuadir os juízes de que os dízimos não eram uma propriedade qualquer e, portanto, deveriam ser objeto das cortes eclesiásticas, e não dos tribunais da *common law*. Além disso, a população tributada pelos dízimos também se fazia presente, sobretudo em momentos de crise material e de consciência, quando se lamentava de tal espoliação e chegava até mesmo a exigir a abolição dessa obrigatoriedade. E esse extrato da sociedade não estava apartado das controvérsias letradas, como se verá em alguma medida no próximo capítulo, mas poderia se alimentar delas e aparecer, para letrados como Selden e seus adversários, como a grande ameaça que rondaria toda a discussão sobre os dízimos.

Já no que diz respeito aos contornos teóricos desse debate, fica evidente não apenas que, nas primeiras décadas do século XVII, existia uma frente de publicações favoráveis ao direito divino da Igreja da Inglaterra aos dízimos e que daí destacavam o caráter sagrado do poder da monarquia, mas ainda que, apesar dessa predominância, a própria configuração analítica do objeto em questão extrapolava uma simples oposição entre o direito divino e a lei secular. Dada a natureza tripartite dos dízimos (dotado de dimensão cerimonial, jurídica e moral), as suas partes constituintes poderiam ser investigadas e re combinadas à luz de passagens bíblicas, opiniões de autoridades, leis e relatos do passado. E a opção por valorizar essa ou aquela dimensão dos dízimos produzia diferentes perspectivas e efeitos históricos: se cerimoniais, os dízimos seriam coisas do passado, tendo sido abolidos ou com a destruição do templo de Jerusalém ou com a vinda de Jesus; se jurídicos, estariam sujeitos ao movimento político das instituições, sendo

criados e recriados pelas autoridades civis ou eclesiásticas; se morais, o pagamento dos dízimos seria imperativo permanente, cuja continuidade atravessaria do primeiro ao último dos homens da terra.

3. Uma história antiquária dos dízimos

A seção anterior mostra que, embora ninguém tivesse escrito uma história dos dízimos antes de Selden, o assunto era objeto de atenção e também de algum tratamento histórico. Sem dúvida, *Historie of Tithes* não tinha encontrava rival naquilo que dizia respeito à extensão, profundidade e rigor analítico com que o passado dos dízimos era abordado, porém existiam já existiam esboços cronologicamente organizados sobre o assunto.

George Carleton estruturou o seu livro de forma bastante próxima de uma história dos dízimos como a de Selden. A argumentação foi periodizada da seguinte maneira: antes da lei mosaica, sob a lei mosaica, no tempo do Novo Testamento, depois dos apóstolos. Já Henry Spelman abordou episódios e figuras nessa sequência, porém sem indicar de maneira explícita as balizas cronológicas: o respeito dos pagãos com os templos e direitos sagrados; o zelo de Davi e de Jesus com a casa de Deus, a relação de Paulo e da patrística com a igreja. Selden, por outro lado, propunha uma estrutura cronológica mais abrangente e compartimentada – como exposto no capítulo anterior: os dízimos antes da lei, entre os judeus, entre os gentios, nos primeiros 400 anos, do ano 400 ao 800, do ano 800 ao 1200 e, por fim, de 1200 a 1600. Diferentemente de George Carleton e Henry Spelman, Selden se aventurava de maneira sistemática por toda a extensão da Idade Média. E no que tocava os marcos cronológicos para a história da Inglaterra, Thomas Ridley se utilizava dos mesmos operativos que Selden, a saber: reis e povos – bretões, romanos, saxões e normandos, sendo a conquista da Inglaterra pelos últimos um marco cronológico fundamental.

O que diferenciava de maneira substancial a história dos dízimos de Selden desses rascunhos estruturados não foi o sequenciamento cronológico por si só, mas a proposta de entrelaçá-lo tanto às opiniões e leis referentes aos dízimos quanto às práticas de pagamento desse imposto. Selden se afastava de certo textualismo monodiscursivo presente em teólogos como George Carleton, que fundamentavam os seus argumentos

em trechos das escrituras e nas opiniões de autoridades da igreja, bem como em advogados civis, tais quais Thomas Ridley, que centravam a argumentação na citação e exame do texto legal. Henry Spelman foi quem mais se aproximou de Selden na diversidade das fontes: passagens e comentários bíblicos, leis e decisões de colegiados, especialmente de concílios, e autores de história e direito, como Flávio Josefo e Edward Coke – não deixando também de fazer considerações etimológicas. Selden, porém, ao propor uma história que entrelaçava opiniões, leis e práticas, tornava essas coisas equivalentes e abria a possibilidade de que elas não concordassem entre si todo o tempo – as opiniões e leis eclesiásticas, dizia ele, com frequência atestavam ser a prática bastante distinta do que elas prescreviam. Essa maneira compósita de constituir os dízimos tinha dois efeitos: tirava o fundamento de uma abordagem normativa do assunto, orientada pela dicotomia certo-errado; e dava ênfase às discontinuidades e especificidades dos modos de pagar e conceber os dízimos¹⁰². Combinando o estudo das antiguidades ao ofício de advogado da *common law*, Selden compunha uma obra que se fazia útil como coleção de documentos transcritos e comentários minuciosos, conjunto esse que, no limite, permitiria ao leitor não apenas acompanhar as particularidades do pagamento dos dízimos ao longo da história, mas ainda encontrar precedentes para diferentes regras de conduta, critérios de julgamento e leis políticas.

Tendo em vista esse entendimento, faz pouco sentido abordar aqui o conteúdo de *Historie of Tithes* como se convencionou na literatura especializada. Nela é recorrente a adoção de dois caminhos analíticos: a apresentação panorâmica e sequenciada das partes do texto, resumindo as ideias ali presentes, bem como a enunciação de uma tese ou intenção geral capaz de revelar o lugar dessa obra naquele ambiente intelectual ou a agenda político-religiosos do autor¹⁰³. Sem dúvida, tais abordagens têm valor, sobretudo para familiarizar o leitor contemporâneo com um autor e obra relativamente pouco

¹⁰² A distância entre a abordagem de Selden e aquela, por exemplo, de George Carleton é evidente no tratamento dado pelo último ao passado: “this matter is not remembred exactly by the ancients, and wee must not so much stand upon narration, as upon disputation: but out of such remembrances as I could light on, I thought good to observe how men of all ages have thought of this point, that when it appeareth that the opinions which I rejected are altogether new, and without any testimonie of shew of antiquitie, men may be intreated more indifferently to think of the matter, at least I may seeme not unworthie of pardon, if I erre in this point, when it shall be seene that I follow not onely the reasons which seeme best, but all antiquity, none contradicting till of late yeeres” (George Carleton, *Tithes examined*, 5).

¹⁰³ Paul Christianson, “Young John Selden”, 299-305; Edith Bershadasky, “John Selden’s *Historie of Tithes* and its contexts ramifications”, 197-213; Daniel Woolf, *The idea of history*, 224-230; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 265-303.

conhecidos. Um desses especialistas, por exemplo, empregou a expressão “narrativa analítica” para qualificar a história dos dízimos de Selden¹⁰⁴ e ela suscita no intérprete um movimento intelectual em direção à unidade, isto é, na busca no livro por uma grande história, tese ou a demonstração de proeza metodológica. O que se pretende aqui, todavia, é testar outro modo de encarar o texto, aderindo a aquilo que Selden dizia ao leitor ser a sua história: ao invés de tratá-la numa continuidade estruturante como narrativa histórica ou tratado erudito, opta-se por examinar o texto enquanto coleção ou, melhor dizendo, “arsenal”, cujas partes individualmente poderiam ser voltadas para as disputas sobre o assunto.

Toma-se *Historie of Tithes* na sua fragmentação em capítulos e seções para assim valorizar o caráter de obra de referência ao qual o livro se propunha. Abdicou-se, portanto, de fazer qualquer panorâmica ou reconstituição coerente da obra toda em favor de averiguar, de maneira aprofundada, que tipo de recursos Selden se utilizava, em qual discussão os inseria e quais armas ele oferecia para a disputa de pontos específicos do assunto em questão. Nesse sentido, foram identificados dois pontos nevrálgicos no debate a respeito dos dízimos: a natureza do pagamento feito por Abraão a Melquisedec, episódio bíblico narrado no livro do Gênesis e que servia de exemplo e fundamentação para a defesa da obrigatoriedade perpétua do pagamento dos dízimos; e a descoberta por parte de Selden das consagrações arbitrárias, uma prática da Inglaterra medieval e que apontava para outro sistema de pagamentos, no qual as ofertas à igreja eram feitas de acordo com a vontade dos leigos. Ambos os pontos exigiam de Selden um exercício sofisticado da erudição, comportavam posicionamentos teóricos diferentes e, não menos importante, tinham implicações para a legitimidade do pagamento dos dízimos na Inglaterra.

3.1. O dízimo antes da lei mosaica: o episódio de Abraão e Melquisedec

O primeiro desses pontos nevrálgicos tocava diretamente o problema da continuidade ou descontinuidade histórica da obrigação de se pagar dízimos. Ele estava inserido no debate da época sobre a relação entre as dimensões cerimonial e moral dos dízimos. Essa discussão se dava basicamente em torno das seguintes passagens bíblicas: Gn 14,20, Lv 27,30 e Hb 7, 1-14. Nelas aparecem menções aos dízimos em momentos

¹⁰⁴ “An analytic narrative of great imagination and industry, Selden’s *The Historie of Tithes* marked his entry into full maturity as a scholar” (Paul Christianson, “Young John Selden”, 299).

chave da história sagrada: antes da lei mosaica, sob a lei e, por fim, no tempo dos apóstolos. Em linhas gerais, considerar os dízimos como estando presentes em todas essas ocasiões e tomá-los como algo único implicava admitir que eles eram uma obrigação perpétua, independentemente das leis humanas que poderiam regulamentar esse compromisso. Rejeitar, porém, a presença e a identidade dos dízimos nessas passagens e ocasiões autorizava reduzi-los a uma obrigação historicamente constituída, passível de ser mudada ou até mesmo abolida.

Em Gn 14,20 é narrado que Abraão, voltando da guerra, encontra Melquisedec, sacerdote e rei de Salém, e após receber o pão e o vinho e também as bênçãos dele, “lhe deu o dízimo de tudo”. Qual o significado desse “tudo” é o primeiro tópico que Selden aborda. Desde a primeira página, *Historie of Tithes* não se furtava de abordar questões em disputa – e se propunha, como nesse caso, a oferecer respostas. Existiam aqui duas possibilidades: ou Abraão pagou os dízimos a Melquisedec sobre toda a propriedade de que dispunha ou apenas sobre os espólios que trouxera da guerra. A diferença, que talvez possa parecer banal, era da maior importância, pois se esse dízimo se referisse aos bens do patriarca (e se pagá-lo fosse algo rotineiro), então a passagem bíblica se tratava não da narrativa de um caso qualquer, mas da explicitação de uma regra geral. Porém, caso não passasse de um acontecimento particular, então não se poderia considerá-lo correspondente à obrigação posteriormente fixada por Moisés aos israelitas que pagassem um décimo das riquezas à tribo de Levi, encarregada dos afazeres do templo de Jerusalém. A discussão se tornava mais densa nas suas implicações porque o mesmo episódio foi abordado pelo apóstolo Paulo em Hb 7, 1-14, o qual tomou a figura de Melquisedec e o dízimo pago a ele para falar da natureza do sacerdócio de Jesus. Desse modo, as interpretações feitas pelos cristãos desse episódio não poderiam deixar de se perguntar duas coisas: ao que se referia o “tudo” pago por Abraão e, por consequência, qual era a natureza de Melquisedec e do vínculo estabelecido com ele pelo patriarca?

No que diz respeito à primeira pergunta, Henry Spelman e George Carleton não tinham dúvidas de que o pagamento do dízimo por Abraão evidenciava como essa era uma obrigação respeitada antes mesmo da lei mosaica, sendo, por isso, um imperativo natural e moral da religião. A esse acontecimento somavam outros dois, o episódio das oferendas de Caim e Abel (Gn 4, 3-5) e o juramento de Jacó (Gn 28, 20-22). Para Henry Spelman, a natureza impunha a obrigação de honrar a Deus e, por consequência, os seus ministros. Embora a lei natural não fixasse uma quantidade específica para essa honraria, ele dizia

que “a sabedoria de todas as Nações do Mundo, a prática em todas as Eras, o exemplo dos Patriarcas Abraão e Jacó, a aprovação e mandamento do próprio Deus Todo Poderoso, e a resolução constante de sua Igreja universalmente têm ensinado e prescrito a nós que entreguemos a ele a décima parte”¹⁰⁵. Antiquário de ofício, Henry Spelman apostava na constância de determinada cota no pagamento dos dízimos tanto do ponto de vista da história sagrada quanto profana. George Carleton saía em defesa dessa mesma constância e, restringindo-se à história sagrada, tirava algumas conclusões da passagem bíblica que narrava o encontro de Abraão e Melquisedec. A segunda dessas conclusões é particularmente importante para configurar o debate:

Em segundo lugar, essa prática dos patriarcas é recomendada pelo Apóstolo no Novo Testamento, que mostra que não há adoração voluntária concebida por eles, mas comandada por Deus. Concluímos, portanto, que ela foi, sem dúvida, ordenada por Deus, ainda que o tempo e a primeira instituição dela não estivessem declarados com exatidão. Mesmo assim, que ela foi ordenada por Deus aparece também naquilo que dissemos, pois o direito detido por Deus, desde o início, sobre os bens dos homens é declarado através da prática dos patriarcas como sendo dízimos. E também porque em Levíticos 27 [Lv 27, 30] está dito, os dízimos são do Senhor, sagrados para o Senhor, cujas palavras não são Levíticas ou cerimoniais, como depois deveriam se mostrar, mas declaram que os dízimos sempre eram do Senhor e que o Senhor desde o começo declarava qual parte ele detinha sobre os bens dos homens. E sobre este fundamento e razão os patriarcas pagaram os dízimos antes da lei¹⁰⁶

O fato dos dízimos terem sido legalmente instituídos depois do episódio em questão não contradiria o caráter perpétuo dessa obrigação. A partir de uma fonte bastante posterior ao acontecimento, porém de grande peso religioso, isto é, o testemunho do apóstolo Paulo, George Carleton estava autorizado a dizer que aquilo que Abraão pagou a Melquisedec eram dízimos e que eles foram ordenados por Deus, dado que, posteriormente, tanto os dízimos se institucionalizariam pela lei mosaica quanto Melquisedec pela vinda de Jesus. Nessa leitura cronologicamente decrescente, o

¹⁰⁵ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 3-5.

¹⁰⁶ “Secondly, that this practice of the patriarks is commended by the Apostle in the new Testament, which sheweth that is no wil-worship devised by them, but warranted from God, therefore we conclude, it was undoubtedly ordained by God, albeit the time and first institution hereof be not exactly declared, yet that it was ordained of God it appeareth aswell by that which we have said, because that right which from the beginning God hath in every mans goods, is declared by the practice of the patriarks to be tithes: as also because Levit. 27 it is said, tithes are the Lords, holy to the Lord, which words are not Leviticall or ceremoniall, as hereafter shall appeare, but declare, that tithes were the Lords alwaies, and that the Lord even from the beginning hath thus declared what part he hath in every mans goods. And upon this ground and reason the patriarks payed tithes before the law” (George Carleton, *Tithes examined*, 6).

pagamento dos dízimos não seria um objeto circunscrito no tempo, mas obrigação que se estendia para um período anterior a sua dimensão cerimonial (ou levítica) que foi fixada pelos israelitas. Identificar não apenas as oferendas dos patriarcas aos dízimos, mas ainda os próprios patriarcas com Jesus era crucial para garantir o caráter perpétuo dessa instituição: “novamente, dízimos pagos para Melquisedec são aqui trazidos pelo Apóstolo [Paulo] como prova da perpetuidade do sacerdócio de Cristo; portanto, dízimos devem ser pagos enquanto o sacerdócio de Cristo se mantiver de pé”¹⁰⁷.

Havia, porém, uma interpretação adotada por Calvino de que Abraão teria pago a Melquisedec apenas os espólios da guerra da qual participara. Para George Carleton, isso não faria sentido de um ponto de vista moral, dado que “Abraão não exerceria sua liberalidade sobre os bens de outros homens, mas somente dos seus próprios”¹⁰⁸. Nesse caso, para além de certa incongruência, essa interpretação estaria assentada numa tradução equivocada do texto do apóstolo Paulo. George Carleton dizia isso numa de suas conclusões:

Em nono lugar, enquanto contra isso é possível fazer objeção a partir das palavras do Apóstolo (Hb 7,4) de que Abraão deu a Melquisedec dízimos sobre os espólios, para responder [a isso] devemos colocar em questão que a tradução de ‘αχροθίνα’ [akhrothínia] por ‘espólios’ (spoyles), alguns homens eruditos da posteridade traduziram dessa maneira, porém não era entendida assim em tempos anteriores. Jerônimo a traduz como ‘de praecipuis’. Se puder ser mostrado claramente, pelo uso dos bons autores, que a palavra era tomada por ‘espólios’, então talvez insistiremos menos aqui. Enquanto isso, podemos duvidar. Ela era comumente tomada pelos autores da língua Grega como “primitiae” e algumas vezes “pro primitiis manubiarum”, mas apenas por espólios, não que saibamos. A tradução em Siríaco tomava a palavra pelo seu sentido comum, dizendo o seguinte: ‘a quem o patriarca Abraão deu dízimos e primícias’¹⁰⁹

¹⁰⁷ George Carleton, *Tithes examined*, 7. Essa continuidade permitia ao autor afirmar, na mesma página, que embora o texto sagrado nada dissesse expressamente a respeito da periodicidade dos dízimos antes da lei mosaica, “in probabilitie it seemeth hee payed yeerely, because they were yeerely payed under the law; for tithes were not first instituted to be payed under the law, but before, and the same reason was before, which was under the law”.

¹⁰⁸ George Carleton, *Tithes examined*, 7.

¹⁰⁹ A passage integral diz o seguinte: “Ninthly, whereas against this, it may be objected out of the words of the Apostle, Heb.7.4, that Abraham gave to Melchisedech tithes of the spoyles, for answer we must call that translation in some question which translatheth αχροθίνα [akhrothínia] spoyles, some learned men of late translate it so, but it was not so understood in former times. Jerom translatheth it, de praecipuis, If it might be plainely shewed, that the word in the use of good authors is taken for spoyles, then we might make lesse question here. In the meane time we may doubt. It is commonly taken of the authors of the Greeke tongue for primitiae, and sometimes pro primitiis manubiarum, but simply for spoyles, not that we know, the Seriac translation taking the word in his usuall sense, hath thus: To whom the patriarch Abraham gave tithes and first fruits. Isidorus saith, Abraham decimas substantiae

O correto seria, portanto, tomar a palavra grega ‘akhrothínia’ (αχροθίνια) pelo sentido usual que caracterizaria as traduções latinas dessa passagem, vertendo-a primeiramente para “primícias” (first fruits) e, depois, para “decimas”, de modo a identificá-la com os dízimos em geral. De outro modo, não teria sentido o paralelo feito pelo apóstolo entre a oferta de Abraão a Melquisedec e a obrigação dos israelitas de pagar dízimo à tribo de Levi, caso o termo em grego se referisse apenas aos ‘espólios’ de uma guerra particular, oferecidos ao sacerdote de maneira pontual. Todavia, havia aí um convite à pesquisa erudita.

Selden respondia justamente a esse desafio no seu comentário sobre o episódio de Abraão e Melquisedec. Ele reconhecia que havia razão para sustentar que Abraão teria pagado o dízimo sobre os próprios bens ou, de maneira mais literal, “de tudo aquilo que ele tinha”. Sua sustentação não era o bom senso moral ou a posterioridade da prática instituída pela lei mosaica, que serviam de pressuposto à conclusão supracitada de George Carleton, mas o fato de que esse episódio fora lido, no texto em hebraico do livro do Gênesis, por intérpretes como o rabino Salomão Jarchi (1040-1105), comentador do Talmude, assim como reaparecia com esse sentido nas traduções para o siríaco e o árabe da Carta aos Hebreus do apóstolo Paulo¹¹⁰. Todavia, esse entendimento seria difícil de sustentar à luz do “contexto do texto sagrado” (holy context) e das autoridades dos antigos judeus. Para Selden, “de tudo aquilo que ele tinha” significava que Abraão ofertara a Melquisedec parte de “todos os espólios” – e não da totalidade dos seus próprios bens. Prova disso estaria em duas autoridades judaicas, Flávio Josefo (37-100) e Jonathan Ben-Uziel, e Selden dizia sobre o primeiro e mais antigo desses nomes: “ele sabia ser uma opinião transmitida em sua nação ou de outra maneira não a teria apresentado tão precipitadamente”¹¹¹. Além disso, “para que não reste dúvida”, Selden destacava que o próprio apóstolo Paulo, com todo peso da autoridade a ele conferida (the holy Author), concordava com a interpretação em questão (Hb 7,4) de que os dízimos pagos a Melquisedec se refeririam aos espólios da guerra¹¹².

post benedictionem dedit Melchisedech, sicut sacerdotibus benedicientibus sibi populus secundu legem decimas dabat. Lyra saith, Abraham dedit decimas ipsi Melchisedech cui debebantur tanquam sacerdoti” (George Carleton, *Tithes examined*, 8).

¹¹⁰ John Selden, *Historie of Tithes*, 1-2.

¹¹¹ John Selden, *Historie of Tithes*, 2.

¹¹² John Selden, *Historie of Tithes*, 2.

Nisso, Selden lidava diretamente com a tradução da palavra grega “akhrothínia”. Na tradução em siríaco do texto do apóstolo Paulo o termo vinha acompanhado de “primícias” (first fruits) e essa seria uma tradução possível do grego, segundo Selden, bem como “das partes principais”. Selden evocava a mesma tradução que George Carleton, mas tirava dela sentido oposto. “Akhrothínia” seria corretamente vertida para o latim “de praecipuis” e para “espólio”. A defesa desse argumento se organizava em duas frentes. Primeiramente, Selden apelava à sintaxe e afirmava não fazer sentido falar em “da melhor parte” e “de tudo” sem que ali houvesse um referente, o qual deveria ser os espólios da campanha de Abraão¹¹³. Importa destacar aqui que, diferentemente do que fizera George Carleton, Selden evitava o argumento moralizante de que o patriarca não distribuiria riquezas alheias, mas se aferrava à textualidade da passagem e a lógica de sua tradução. Em segundo lugar, e o mais importante aqui, Selden reforçava essa interpretação a partir do sincronismo, trazendo para sustentá-la não apenas a associação feita por Jerônimo (347-420) entre o dízimo e os espólios, mas ainda dois outros padres da igreja daquela mesma época, Crisóstomo (347-407) e Sulpício Severo (363-425)¹¹⁴ – e na revisão do capítulo, Selden acrescentaria outras duas autoridades coetâneas, Ambrósio (337-397) e Euquério de Lyon (380-449)¹¹⁵. Como visto no capítulo anterior, o sincronismo consistia em conectar autoridades de um mesmo extrato cronológico, o mais próximo possível daquilo que se desejaria averiguar, de modo que surgisse daí um plano de contemporaneidade capaz de validar, no caso em questão, a tradução de “akhrothínia” por “espólios”.

Ao fazê-lo, Selden ultrapassava o cânone da patrística e colocava em jogo fragmentos do passado de outra natureza e menos familiares aos teólogos. Além das opiniões dos pais da igreja supracitados, era trazido para o esforço argumentativo até mesmo um provérbio grego, “akhrothínia Pygmaíia Kolossôi epharmózein” (αχροθίνια Πυγμαίια Κολοσσωι ἐπάρμώζειν), o qual era traduzido por “colocar a armadura de um Pigmeu nas costas de um Colosso” (to put an armor, taken from a Pygmie, on a Collossus his back). O termo em questão não apenas evocaria o sentido de “espólio”, mas ainda teria seu sentido ampliado (e, enfim, expliraria o tradução em siríaco do apóstolo Paulo) para designar “aqueles tipos de rendimentos tirados (como espólios) da terra, os quais os

¹¹³ John Selden, *Historie of Tithes*, 2-3.

¹¹⁴ John Selden, *Historie of Tithes*, 3.

¹¹⁵ John Selden, *Historie of Tithes*, 450.

[advogados] civis chamam 'ruta caesa', isto é, as árvores cortadas, carvão, areia, a cal escavada ou algo do tipo, que nós entendemos como coisas auferidas do bem comum e transformadas em bens"¹¹⁶. "Akhrothínia" teria tido, portanto, o seu sentido alargado ao longo dos séculos até adentrar à lei romana como designador dos dízimos prediais. O indício que sugeria isso fora encontrado pelo autor em um antigo glossário (provavelmente o *Thesaurus graecae linguae*, que foi impresso por Henri II Estine ou Henricus Stephanus em 1572) no qual "akhrothínia" era traduzida por "rusicília", uma provável corruptela do conceito "ruta caesa" do direito romano. Sendo assim, fica evidente que Selden, a partir da prática erudita que lhe era própria, mostrava-se capaz não apenas de sustentar a adequação da tradução de "akhrothínia" por "espólios" numa passagem crucial do texto bíblico, mas ainda de aproximar esse conceito do leitor da época, revelando suas mudanças e o seu vínculo, ainda que hipotético, com o direito romano e à demanda existente naquele momento de se pagar o dízimo sobre tudo aquilo que seria extraído do solo.

Em suma, são nítidas as diferenças entre ambas as abordagens nesse ponto específico. George Carleton tomava o episódio de Abraão e Melquisedec fundamentalmente nas palavras do apóstolo Paulo, dado que era aquele dotado de maior autoridade, e a partir delas fazia inferências mais ou menos razoáveis acerca do caráter dos dízimos. O recurso à patrística surgia, no limite, como ilustração ou confirmação daquilo que já se saberia. Na abordagem de Selden, o apóstolo Paulo não perdia autoridade e, sendo autor sagrado, era capaz de diminuir qualquer dúvida sobre o correto entendimento do episódio de Abraão e Melquisedec. Todavia, a literalidade do apóstolo não deixava de exigir investigação filológica. A partir daí, Selden buscava fixar conteúdos semântica e historicamente prováveis por meio de uma coleção de depoimentos e nem sempre de 'bons autores': além de nomes da patrística, como Crisóstomo e Jerônimo, os quais seguramente contariam com a aprovação de George Carleton, também eram trazidas autoridades judaicas e fragmentos do uso da língua grega que indicariam práticas e entendimentos pregressos ao apóstolo Paulo. Ainda que ambas as abordagens se constituíssem por meio de evidências textuais, Selden empregava testemunhos de natureza e de dignidade diversas, colocando lado a lado padres da igreja, sábios judeus e resquícios de oralidade. Essa coleção de provas faria pouco sentido à luz da afirmação de algum cânone ou doutrina, pois existiriam para isso autores mais bem quistos, mas se

¹¹⁶ John Selden, *Historie of Tithes*, 4.

adequava à disposição de se resolver algum problema particular de entendimento através do sincronismo, valorizando os testemunhos mais por sua posição histórica do que pela dignidade doutrinária dos autores e a partir deles tecendo uma rede de possíveis relações semânticas. Selden condensava tudo isso em pouco menos de quatro páginas e oferecia ao leitor mais do que a conveniência da escolha entre duas interpretações: ele documentava que Abraão teria pagado a Melquisedec o dízimo apenas sobre os espólios da guerra e também sugeria que, na sucessão dos séculos, esse sentido fora perdido, ampliado e incorporado à legislação.

O episódio de Abraão e Melquisedec não se encerrava na melhor forma de se traduzir um termo em grego. Era imperativo à época encarar a questão de quem fora Melquisedec e as implicações disso. O apóstolo Paulo associara Melquisedec a Jesus, de modo que o primeiro expressaria o segundo, trazendo assim ambiguidade para o personagem que poderia ser tanto alguém particular quanto o próprio Cristo e sua igreja. E no meio disso estavam os dízimos e a obrigação de pagá-los.

Para as mulheres quakers de meados do século XVII, Deus teria fixado “dízimos na Guerra para Melquisedec, semelhante em similitude ao Filho de Deus, ao qual Abraão pagou a décima parte do espólio” e os “dízimos na Lei, instituídos por Mandamento de Deus, para Levi, aos Órfãos, às Viúvas e aos Estrangeiros, preservados e mantidos dentro de um Armazém”. Todavia, “Cristo vindo depois da Ordem de Melquisedec, ele dá fim a todas as similitudes e semelhanças, ele encerra a Guerra e faz a Paz na terra”, de modo que “aqueles que os recolhem [os dízimos] não estão de acordo nem com a Lei de Deus, nem Melquisedec, pois a Lei faz provisões a Levi e a todos os Estrangeiros e Viúvas que não precisavam passar necessidade em Israel, enquanto Melquisedec pegou a Décima parte dos espólios de Abraão, estando escrito que ele fez isso apenas uma vez, não se lê que ele pegou dos Soldados os Dízimos de todos os espólios de todas as Guerras de Todas as Nações”. A partir desse entendimento restritivo dos dízimos e da própria figura de Melquisedec, cuja similitude teria fim com a chegada daquele que ela anunciava, desdobrava-se a conclusão de que manter a obrigatoriedade dos dízimos era preservar um resquício judaizante e católico dentro da prática religiosa reformada¹¹⁷.

Já para Henry Spelman e George Carleton, a similitude de Melquisedec com Jesus teria sentido contrário. O primeiro dizia que “Melchisedeck foi a imagem de Cristo e sua

¹¹⁷ Mary Forster, *Several papers sent to Parliament*, 18-21.

igreja. Abraão, da Congregação dos fiéis”, de modo que, a despeito da lei mosaica ter fixado os dízimos depois do episódio, o pagamento feito por Abraão seria exemplar e perpétuo já que Melquisedec era a personificação do sacerdócio de Cristo”¹¹⁸. A vinda de Jesus não significaria uma ruptura da similitude, mas justamente o contrário, que as obrigações que eram anteriores à lei mosaica permaneceriam depois delas. George Carleton partilhava dessa concepção de continuidade, mas não deixava de especular sobre quem seria, em particular, Melquisedec. Para ele, tratar-se-ia provavelmente de Sem, o filho mais velho de Noé, e para sustentar essa hipótese, apelava ao costume da época e à cronologia: “observamos que ordinariamente o sacerdócio (antes da lei) era atribuído ao filho mais velho da casa, o primogênito, e aqui a Melquisedec, que se acredita ser Sem, o filho mais velho de Noé, como indicou [Nicolau de] Lira, e os anos concordam”. A exegese bíblica e a cronologia dariam a Sem antecedência sobre outras figuras sagradas (a saber, Isaac, Jacó e Essau) e esse costume de se atribuir o sacerdócio ao primogênito, apesar de eventualmente quebrado, teria persistido sem mudanças, de modo que “o Sacerdócio seguiu o direito de nascença, e os dízimos ao sacerdócio”¹¹⁹. A similitude, portanto, não excluía a existência particular do significante, isto é, de que Melquisedec teria sido também uma pessoa concreta, dotado de nome e lugar genealógico, mas aos olhos dos defensores do direito divino preservava a continuidade que caracterizaria a obrigação de pagar os dízimos desde os tempos mais primórdios.

Selden não expressou grande interesse pela questão e, o mais importante, furtou-se a tratar da dimensão tipológica de Melquisedec, evitando assim mergulhar de cabeça numa disputa eminentemente teológica. A identidade de Melquisedec (naquilo que dizia respeito a um sujeito histórico particular) surgia como algo tangencial ao comentário de Selden sobre o episódio bíblico do juramento de Jacó (Gn 28, 22)¹²⁰. Havia uma dúvida nesse episódio: Jacó jurava pagar fielmente o dízimo, mas a qual sacerdote ele faria esse pagamento? Selden se contentava com a opinião corrente de que Jacó pagou dízimos ao

¹¹⁸ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 7.

¹¹⁹ "Thirdly, we note that ordinarily the priesthood (before the law given) was annexed to the eldest of the house, the first borne, as here to Melchisedeck, which is thought to be Sem, the eldest sonne of Noah, as Lyra noteth, and the yeares agree. For Sem being and hundred yeares old, begat Arphaxad, two yeares after the flood, and lived after that, 500 yeares. Gen. II. II. the end of which 500 yeares, falleth in the 50 yeare of Isaac his age, ten yeares before the birth of Jacob and Esau. The Lord afterward tooke the Levites to his service, in place of the first borne. Num. 8. 16. this ordinary course was sometimes broken, and the birth right went from the eldest to another, yet thus much was alwayes without change, the Priesthood did follow the birth right, and tithes the priesthood" (George Carleton, *Tithes examined*, 6-7).

¹²⁰ John Selden, *Historie of Tithes*, 4-6.

próprio pai, Isaac, e que Abraão, antes deles, pagara dízimos a Melquisedec. E não via problema em se tomar esse último como Sem, filho de Noé. Importava mais a Selden discutir a regra costumeira que dali se inferia, segundo a qual “antes de Aarão, dizem os Judeus, o sacerdócio era totalmente anexado ao primogênito das famílias”¹²¹. Tal regra orientaria o dízimo de Abraão: Melquisedec seria o filho mais velho de Noé, Sem, e por isso estaria dez gerações acima de Abraão¹²².

Selden não se afastava da substância daquilo que dizia George Carleton, mas complexificava o quadro geral. Por um lado, ele sinalizava a existência de uma controvérsia (e dizia que ela não era insignificante) sobre qual dos filhos de Noé seria, de fato, Melquisedec. Por outro, ele dava ênfase justamente nas quebras da regra do sacerdócio por primogenitura. Tanto Jacó quanto Abraão, dizia Selden, não poderiam exercer o sacerdócio já que não seriam nem primogênitos, nem os mais velhos da família¹²³. Para Selden, o costume dos primeiros hebreus estaria mais sujeito a arranjos particulares do que na concepção de George Carleton: os direitos de primogenitura poderiam ser passados adiante, como no caso de Essau e Jacó; e a condição de determinado sujeito enquanto ancião diria respeito apenas à sua casa – e não à totalidade da família¹²⁴. Selden não colocava em xeque a relação entre sacerdócio e primogenitura, porém o apelo à especificidade e ao complexo desnaturalizava o argumento pela perpetuidade dos dízimos. O sacerdócio não se transmitiria necessariamente por uma primogenitura incontestada, fixada pelo nascimento. Assim, Selden não finalizava a seção sem antes dizer o seguinte: “não há qualquer outra menção expressa aos dízimos antes do tempo de Moisés; a não ser que, junto dos Judeus, se esteja sonhando que a Lei Levítica foi escrita antes da Criação”¹²⁵.

¹²¹ John Selden, *Historie of Tithes*, 4-5.

¹²² “Hence it comes that Melkizedek is commonly reputed to be Sem, the eldest sonne of Noah (for so in this declaration he may be cleerly admitted; although no small controversie be whether he or Japheth were the eldest) and Noah, Abraham, and Job and the like are accounted, by this right, Priests of that time. And as Abraham, being in a right line X degrees from Sem, gave tithes to him being the eldest Ancestor of the house, or first-born, and so a Priest in Salem, so it may be thought, that Jacob paid his vow Into the hands of Isaac the chief of the family then living as a first-born and a Priest also”. (John Selden, *Historie of tithes*, 5).

¹²³ John Selden, *Historie of tithes*, 5-6.

¹²⁴ No caso de Jacó, “for, having gotten the right of primogeniture, and being long severed from his fathers house, and having a distinct family and posteritie in his own power, notwithstanding his father were then living, yet had he that kind of Priesthood in him. For if this holy right came not to any till he had been the eldest of the family as well as the first born, how could Abraham be accounted for a Priest?” (John Selden, *Historie of tithes*, 5-6).

¹²⁵ John Selden, *Historie of tithes*, 6.

Todavia, o assunto não estava encerrado e Selden voltava a ele nas notas de revisão¹²⁶. Dadas as circunstâncias em que foi composta a revisão de *Historie of Tithes*, é razoável supor que se mostrava como algo incontornável aos primeiros leitores e críticos da obra que Selden oferecesse alguma resposta para quem fora Melquisedec. Nas notas, Selden manteve os contornos gerais da sua posição, porém ampliava o dissenso na matéria. Ele destacava que existiam diversas autoridades judaicas e também padres da igreja que acreditavam que Melquisedec correspondia a Sem, sendo esse o mais velho dos três filhos de Noé – e essa era a opinião do próprio Scaliger, pelo qual Selden nutria a mais profunda admiração intelectual. No entanto, apesar dessa ser a opinião dominante, existiriam razões boas o suficiente para duvidar que Sem fora, de fato, o filho mais velho de Noé. Segundo ele, “a precedência de nascimento dada a Jafé não é invenção posterior, mas muitas centenas de anos mais antiga do que o Talmude ou de qualquer obra reconhecida de qualquer Rabino”¹²⁷. Mais antiga do que a opinião corrente, ela se sustentava sobre duas razões. A primeira delas era textual: o texto em grego e em hebraico preservava certa ambiguidade, sugerindo que tanto Sem quanto Jafé eram o primogênito. A segunda razão era o cálculo cronológico, e ela era mais favorável ao nome de Jafé: o cálculo feito a partir de duas passagens bíblicas (Gn 5,32 e Gn 11,10) indicaria ser Sem dois anos mais novo do que um dos outros dois filhos de Noé¹²⁸. Selden dizia “ainda assim pode-se tomar com maior probabilidade a opinião mais comum e antiga que faz de Jafé o mais velho”, mas logo em seguida colocava em ação o seu entendimento do costume dos primeiros hebreus: “mas eu encerro a matéria; supondo claramente que Sem sendo Melquisedec (pois que um homem fosse chamado por diversos nomes não é novidade nas Escrituras) ou era [ele] o primogênito ou teve o direito a tal transferido para ele por alguma benção em especial”¹²⁹.

A prática erudita de Selden fazia dele alguém disposto a expor discordâncias e, até mesmo, desautorizar nomes de peso. A maneira como tratou a questão dos dízimos de

¹²⁶ John Selden, *Historie of tithes*, 449-452.

¹²⁷ John Selden, *Historie of tithes*, 451.

¹²⁸ “And beside such interpretation of the context, the Chronologicall part of the holy Storie affords much to prove, that Sem was not the first-borne in time. For Noah was D yeeres old, and got Sem, Ham, and Iaphet [Gn 5,32]. Sem two yeeres after the Floud, being C yeeres old, got Arphaxad [Gn 11,10], that is, (as is most probable, it not plaine) in the DCII yeere of Noah, Sem age was only C yeeres. Then at Sems birth, Noah was DII yeeres old. Who ever therefore was borne when he was but D. yeeres of age, must be CII yeeres old, when Sem had only one C yeeres. If any of them were born in Noahs D. yeere (as the Text seems to teach) it must then be one of the other two, and not Sem”. (John Selden, *Historie of tithes*, 451).

¹²⁹ John Selden, *Historie of tithes*, 452.

Abraão e da identidade de Melquisedec mostra como ele, em primeiro lugar, não estava disposto a defender a patrística apenas pela dignidade de seus autores e, em segundo, que argumentar em favor dos dízimos como espólio e ou da primogenitura de Sem por aquisição reforçava um entendimento subjacente de que o sacerdócio e os dízimos decorrentes dele dependeriam de dispositivos e rituais humanos, circunscritos e duráveis na história. De uma forma ou de outra, uma coisa era certa da exposição de Selden: não se poderia retirar de determinada opinião autorizada do passado ou da somatória dos tempos pretéritos alguma chave-mestra capaz de simplesmente orientar, de forma infalível e perene, o pagamento dos dízimos. Enquanto George Carleton, Henry Spelman e também as mulheres quakers de meados do século XVII consideravam fundamentalmente os efeitos da similitude entre Melquisedec e Jesus, Selden concentrou-se ao que se poderia dizer de literal e circunscrito histórica e linguisticamente a respeito de Melquisedec e o costume de sua época.

Selden evitava leituras alegóricas e místicas e essa escolha se fazia presente em um excuro escrito por ele para denunciar o caráter vão das conexões e correspondências da cabala. Ele chamava a cabeça de “método aritmético” e, segundo Selden, “agora os judeus estabelecem correspondências grandes e ocultas entre coisas denotadas por quaisquer duas palavras cujos números resultantes de suas letras sejam iguais”¹³⁰. Graças à lógica de grafar letras e números se utilizando dos mesmos símbolos, significados e valores poderiam ser extraídos das palavras em hebraico, as quais quando iguais indicariam uma conexão secreta entre dois termos. Era o caso do vínculo estabelecido entre as primícias oferecidas por Caim e Abel (becoroth) e os dízimos (maighsher), ambos totalizando 16. Porém, para Selden, “tome isso apenas como uma degustação dessa liberdade impiedosa que esses tipos de vaidades dão (entre os judeus) para fazer com que qualquer coisa tenha uma referência mística com todo o resto”¹³¹. E esse “método aritmético de pesquisa” não ficou restrito aos judeus, mas também foi adotado por Clemente de Alexandria (150-215), o qual lera na expedição de Abraão e seus 318 companheiros (Gn 14,14), isto é, aquela da qual o patriarca retornou e pagou dízimos a Melquisedec, um prenúncio da cruz e da vinda de Jesus¹³². O mesmo método de leitura e interpretação estaria por detrás das opiniões

¹³⁰ John Selden, *Historie of tithes*, 7-8.

¹³¹ John Selden, *Historie of tithes*, 8.

¹³² “Nay some Fathers of those times so much regarded this arithmetically way of search, that in this very storie of Abrahams succeſſe with his companie of 318 and of his recovering the goods, the women and people, they deliver that the mysteries of our Lord crucified, was denoted, that number 318 is in Greek

sobre o número do Besta, as quais, em todos os casos, não passariam de “coleções arbitrárias” e “qualquer um que dê [a isso] muito crédito pode infelizmente ser talvez induzido a acreditar em alguma reciprocidade entre a Oferenda de Abel e os Dízimos de Abraão”¹³³. Apesar do lema “liberdade acima de tudo”, adotado na época da publicação de sua história dos dízimos, Selden evitava se desviar do plano literal ao ler e auferir informações de suas fontes.

Ele se propunha a fazer uma coleção diferente daquelas, que fosse organizada e crítica e tomasse os textos como testemunhos históricos, mas não desprovidos de problemas e da necessidade de emendas. Passagens e autores com frequência traziam informações obscuras e não concordavam entre si, exigindo recurso à filologia e também ao sincronismo, através dos quais se estabelecia um contexto semântico e histórico capaz de lançar luz sobre aquilo que seria desconhecido ou controverso. A abordagem de Selden provavelmente incomodava por não ter pudores em expor disputas interpretativas e colocava o autor numa posição na qual ele, embora nem sempre pudesse resolver essas discordâncias, certamente forneceria ao leitor subsídios para avaliar e formar algum juízo sobre o assunto – o que era tanto um convite à pesquisa quanto à controvérsia. No caso em questão, Selden não se detinha em fixar uma identidade para Melquisedec e avaliar sua repercussão doutrinária. Ele recusava abordar tal figura na sua dimensão tipológica e, no que dizia respeito à particularidade do personagem bíblico, trazia para a discussão uma coleção de testemunhos organizados que permitiam a Selden complexificar o entendimento estabelecido a respeito da prática do sacerdócio antes da lei mosaica. Ao falar tanto da aquisição da primogenitura quanto dos espólios enquanto dízimos, Selden inscrevia a relação entre Abraão e Melquisedec dentro de uma prática e regra específicas daquele momento, algum costume e cerimonial cujo efeito seria justamente de retirar a exemplaridade do episódio, isto é, furtar-se a leitura ahistórica que se poderia fazer dele. Na opinião de Selden, já no final da vida, “não segue, portanto, que eu deva pagar dízimos, não mais do que estou preso a imitar qualquer outra ação de Abraão”¹³⁴.

thus Τη (TIH). For they reckon out of Greek, as the lewes out of Ebrew. in the 300 figured by τ (T) they supposed the Crosse foretold; as otherwise it is usually observd upon that of Ezechiel, cap. IX, 4. And η (IH) they took for the two first letters of our Saviours name Ιησούς or Iesus”. (John Selden, *Historie of tithes*, 9).

¹³³ “He [Calvino] might best have spoken it on this particular of the number [da Besta]; to which, found by arbitrarie collection, who ever gives much credit, might unhappily perchance be induced to beleeeve some mutuall respect twixt Abels Offering, and Abrahms Tithes”. (John Selden, *Historie of tithes*, 10).

¹³⁴ John Selden, “Table Talk”, in *Joannis Seldeni*, 3: 2072.

3.2. Os dízimos e os leigos: as apropriações leigas e as consagrações arbitrárias

Outro ponto nevrálgico nas disputas em torno dos dízimos era o lugar que os leigos ocupariam por direito na manutenção da igreja e no governo dela. Ganhavam destaque as dimensões moral e jurídica dos dízimos (em detrimento de sua dimensão cerimonial) e daí mudavam os tempos e os lugares, de Israel do Velho Testamento para a Inglaterra medieval e moderna. A dissolução dos monastérios e a aquisição de terras e direitos eclesiásticos por pessoas leigas colocava na ordem do dia dos contemporâneos de Selden o problema não apenas de decidir se tal apropriação e o usufruto dela eram justos, mas ainda que tipo de lei deveria ter a primazia nessas questões.

Como visto anteriormente, o antiquário Henry Spelman saía em defesa do direito da Igreja da Inglaterra sobre os dízimos. Ele o fazia de maneira menos ríspida do que George Carleton ao não chamar os leigos de hipócritas ou ateus, mas buscando persuadir aqueles que, assim como o pretense familiar do autor, deteriam a propriedade de terras e direitos da igreja a devolvê-los para a instituição. O pequeno tratado de Henry Spelman terminava como uma longa admoestação a esses sujeitos que dava os contornos da disputa sobre a propriedade dos dízimos pelos leigos.

Nela era dito ao leitor, antes de qualquer coisa, que “eu desejo que todo homem possa beber da água do seu próprio poço, beber o leite do próprio rebanho e viver do fruto do próprio vinhedo”, isto é, de que não era o direito geral à propriedade que estava em jogo¹³⁵. O argumento de Henry Spelman era de que os bens eclesiásticos não seriam próprios aos leigos. Para convencê-los disso, o autor investia em diversas frentes. Ele chamava atenção dos detentores de bens eclesiásticos para as responsabilidades que teriam enquanto proprietários de reitorias e dízimos, a saber, “de ver o serviço a Deus realizado, as pessoas instruídas, os pobres aliviados”, além da manutenção do ministro encarregado da igreja¹³⁶. Também buscava atemorizar esses sujeitos, dizendo “eu poderia aqui se aproveitar da ocasião para lembrar o que aconteceu com muitos neste Reino que se tornaram desafortunados depois que se meteram com as Igrejas e os rendimentos da Igreja”, mas se negava a entrar em detalhes, deixando apenas que aqueles homens e famílias “que são desafortunados (do modo como os chamamos) considerem se eles, seus

¹³⁵ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 74-5.

¹³⁶ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 79.

Pais ou algum de seus Ancestrais não caíram nessa cilada”¹³⁷. Além disso, aproximava os proprietários leigos de um inimigo histórico, o imperador Juliano, o Apóstata, que tanto mal fizera à igreja primitiva ao privá-la dos seus bens, graças ao qual “em pouco tempo, trouxe grande ignorância em relação à verdadeira religião, no serviço de Deus e, por consequência, grande decadência na profissão do Cristianismo. Ninguém empenhará os próprios filhos ou quem lhe for dependente ao estudo da Teologia, quando depois de longo e penoso estudo, não encontrarão nada por meio do que poderão viver”¹³⁸. Assim, deter a propriedade de bens da igreja significaria responsabilidades tremendas, o risco de cair em desgraça e privar futuros teólogos e ministros dos meios de subsistência, pondo em risco a pregação da religião.

E para convencer seus leitores do ponto de vista analítico, Henry Spelman apresentava o argumento de uma autoridade contemporânea no meio jurídico inglês, Edward Coke (1552-1634), segundo o qual as leis de dissolução dos mosteiros de Henrique VIII e de Eduardo VI teriam tanto poder de converter coisas sagradas em bens seculares quanto um inglês trocaria sua nacionalidade ao embarcar num navio de bandeira francesa¹³⁹. O efeito cômico desse argumento não deveria esconder aquilo que haveria de mais substancial nele: determinados aspectos essenciais das coisas não poderiam ser modificados sob a égide de convenções humanas. Nem a lei, nem a bandeira permitiria transladar a substância dos seres em questão – e os estatutos régios não teriam tal pretensão. A partir daí, Henry Spelman afirmava “não consigo ver como leis humanas deveriam fazer deles [dízimos] [coisas] temporais. [...] Tempo, lugar e pessoas não os mudariam”¹⁴⁰. As leis positivas careceriam de poder para modificar a natureza dos dízimos e estariam sujeitas ao fluxo das vontades e dos acontecimentos humanos, enquanto os dízimos permaneceriam, por direito, assentados na perenidade da natureza e do

¹³⁷ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 66.

¹³⁸ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 83-4.

¹³⁹ "It is true that those Statutes, apply divers Law termes unto these things, that properly belong to temporal inheritances: and that the Statute of 32. H.8 hath made them demadable by original Writs, & hath given certaine real actions, and other courses of them in Temporall courts: because Lay-men could not in former times have used for things of this nature in any Court of the Kingdome. But this prooveth not the things themselves to be therfore temporall, (no more then that and Englishman is a Frenchman, because hee saileth in a French bottome.) For upon the same reason the Statute giveth also other actions (for recovering of tithes and offerings withholden, &tc.) in the Courts Spiritual. They then that out of the one part of the Statute will have them temporall, are by the other part enforced to confesse them still Spiritual, and so to make them like a Centaure: prolem biforem". (Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 70-1).

¹⁴⁰ Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 73.

imperativo moral. Essa separação entre transitoriedade e permanência reforçava o apelo à consciência:

Eu cito essas autoridades Legais e deixo de lado a Teologia para que os Proprietários de Presbitérios (os quais buscam cobertura sob o escudo da Lei) possam ver a opinião dos maiores Advogados de nosso tempo e Religião e o que os livros Jurídicos trazem sobre essa matéria [e], ao fim, que não devemos pendurar nossas consciências em um pino tão perigoso, nem depositar confiança demasiada na equidade das Leis, que vemos diariamente tão cheias de imperfeições, com frequência emendadas, com frequência alteradas e com frequência revogadas. Quão lamentável então é o caso do pobre Proprietário que moribundo pensa contabilizar nada mais do que o tocante à sua vocação Leiga e chegando diante do assento judicial do Deus Todo Poderoso deve responder também por essa função espiritual.¹⁴¹

A imperfeição da lei humana quando comparada à justiça divina deveria bastar para dissuadir qualquer proprietário de bens eclesiásticos de mantê-los sob sua guarda. Todavia, era a partir dessa imperfeição e transitoriedade das leis humanas que *Historie of Tithes* se inseria no debate. Embora não tivesse por objetivo apaziguar as consciências, seguramente o livro permitiria a elaboração de argumentos melhores.

A relação entre leigos e a igreja ocupava boa parte da história dos dízimos de Selden. Ela se espalhava entre os capítulos 6 e 11 e também se fazia presente nas notas de revisão dos capítulos 6 e 9-14. Nessas partes, Selden abordava o problema da apropriação de dízimos, terras e direitos da igreja tanto na Europa quanto na Inglaterra entre os séculos IX e XIII. A respeito desse assunto, o autor parecia aconselhar certa prudência, “que cada homem primeiro veja com cuidado o que ele sabe sobre as antigas Apropriações e o modo pelo qual Monastérios e Faculdades chegaram a elas antes de concluir precipitadamente a respeito dos dízimos adquiridos por meio delas”¹⁴². Sendo “apenas uma história”, como Selden dizia aos críticos de sua obra, *Historie of Tithes* abria-se para um público relativamente diverso, que encontraria ali não apenas materiais para disputas já em curso, mas também perguntas que forçariam o aprimoramento dos

¹⁴¹ “I alledge these Legall authorities and leave Dinivity, because the Approprieties of Parsonages (which shield themselves under the target of the Law) may see the opinion of the great Lawyers of our own time and Religion, and what the bookes of the Law have of this matter, to the end, that we should not hang our consciences upon so dangerous a pinne, nor put too great confidence in the equity of Lawes, which we daily see, are full of imperfection, often amended, often altered, and often repealed. O how lamentable then is the case of a poore Proprietarie, that dying, thinketh of no other account, but of that touching his Lay vocation, and them comming before the judgement seat of Almighty God, must answere also for this spirituall function”. (Henry Spelman, *Non temerandis ecclesiis*, 85).

¹⁴² John Selden, *Historie of tithes*, 486.

argumentos e quiçá da religião. Selden se mostrava moderado diante dos proprietários de apropriações da igreja ao destacar a utilidade que a sua obra teria inclusive para eles: “e deixe aquele que as detenha (e acredita não serem devedoras do direito divino) meditar sobre as Dedicatórias antigas que se fazia delas para usos sagrados. E embora fossem passíveis de abusos por parte da superstição, assim como outras grandes Doações à Igreja antes da Reforma, ainda sim daí não se segue, sem maiores considerações, que assim dedicadas possam ser profanadas por usos comuns e pelas mãos Leigas”¹⁴³. Os proprietários leigos de bens eclesiásticos eram admoestados, mas também convidados a examinar práticas pretéritas de doação na sua complexidade. Aqui é importante destacar a expressão “sem maiores considerações” (without further consideration), pois ela caracteriza a ambiguidade discursiva de Selden. A negação do nexó lógico e necessário entre a superstição das doações à igreja no passado e os usos seculares dos bens eclesiásticos no presente não era apresentada pelo autor como uma regra geral, mas vinha acompanhada de uma condicionante, a saber, que tal nexó não deveria ser estabelecido apressadamente, “sem maiores considerações”. Ora, abria-se daí a possibilidade de sustentar, através de maiores considerações, o uso secular para determinados bens eclesiásticos. A utilidade de *Historie of Tithes* consistia justamente na sua abertura aos interesses conflituosos e, no caso dos defensores do direito divino sobre os dízimos, Selden destacava a relevância do seu trabalho:

A força das palavras de todas essas Leis, a Autoridade que as fez e os Territórios pelos quais elas se estenderam devem ser especialmente observados por qualquer um que aqui busque pela lei humana positiva. Pois muitos que falam e escrevem sobre isso e nos contam aqui sobre o direito Eclesiástico (ao menos quando fracassam nos seus Argumentos de direito Divino), mas do que esse direito Eclesiástico é, onde e quando foi feito, sabem bem pouco.¹⁴⁴

Ainda que se pudesse defender o pagamento dos dízimos por direito divino, conhecer a somatória das leis positivas e das autoridades que as instituíram permitiriam manter a discussão diante do eventual fracasso dos argumentos de natureza teológica.

¹⁴³ John Selden, *Historie of tithes*, 486.

¹⁴⁴ “The force of the words of all those Laws; the Autoritie that made them; and the Territories to which they were extended, are especially to be observed by everie one that here looks after humane positive law. For manie talke and write of that, and tell us here of *Ius Ecclesiasticum* (at least if they faile in their Arguments from *Ius divinum*) but whence that *Ius Ecclesiasticus* is, and where or when made, they little know”. (John Selden, *Historie of tithes*, 477).

Assim, a história dos dízimos de Selden poderia figurar como uma segunda linha de defesa para aqueles que defendiam a causa da Igreja da Inglaterra sobre os dízimos.

Escrevendo enquanto se instalava o imbróglio a respeito da publicação do seu livro, Selden buscou nas notas de revisão tanto destacar a utilidade de sua coleção de testemunhos históricos para os defensores do direito divino quanto abrir alguma distância em relação a apropriação leiga dos dízimos, mas de maneira moderada. Nas notas referentes aos capítulos 9-11, ele se valia da admoestação para falar aos proprietários de dízimos, porém de modo a preservar a imparcialidade retórica que reclamava enquanto autor de uma história. Selden não chamava tais pessoas de criminosas, ateias ou hipócritas, nem as ameaçava com a desgraça divina e o ocaso da religião, como fizeram George Carleton e Henry Spelman, mas partia do reconhecimento da boa intenção de todo homem que tivesse se apropriado dos dízimos da igreja na ocasião da dissolução dos mosteiros para cuidar da manutenção da igreja e para promover a caridade. A admoestação de Selden era terceirizada, dizendo ele o seguinte: “eu me abstenho da censura e a propósito adiciono aqui uma queixa feita ao Parlamento pouco depois da Dissolução acerca do abuso que se seguiu na Igreja por parte dos homens leigos que possuíam igrejas apropriadas e dízimos”¹⁴⁵. O puxão de orelhas ficava por conta da transcrição de um excerto de *The Complaynt of Roderick Mors* (1542), de Henry Brinklow (†1545-6), no qual um pretense monge se queixava ao Parlamento que a dissolução dos mosteiros poderia deixar os pobres e necessitados ainda mais desamparados em razão da ganância dos leigos. Ao final da transcrição, Selden dizia “e assim o Autor prossegue numa dura Admoestação aos Leigos que engordavam a si mesmos com os Dízimos dessas Igrejas, enquanto as almas dos Paroquianos padeceriam de grande fome por falta de um Pastor adequado”¹⁴⁶. Desse modo, Selden repartia a ação discursiva: ficava para o testemunho histórico o ônus do julgamento e da condenação desses proprietários e para o historiador os benefícios da exposição da sua erudição e também do silêncio.

A disputa entre apologistas do direito divino da igreja e os proprietários leigos dos dízimos exigia um posicionamento claro. Todavia, Selden evitava se comprometer de maneira expressa e demasiadamente enfática. Ele procurava acalmar aquela opinião predominante na imprensa da época e, sobretudo, entre as autoridades, acenando em determinadas passagens que os dízimos teriam legitimidade por direito divino, porém

¹⁴⁵ John Selden, *Historie of tithes*, 486-7.

¹⁴⁶ John Selden, *Historie of tithes*, 488.

sempre se aferrando à condição de historiador, tal qual definida por ele, o que implicava não apenas em fornecer testemunhos de tempos pretéritos, mas ainda valorizar determinadas atitudes intelectuais, como apelar à complexidade, à especificidade e ao caráter transitório do pagamento dos dízimos naquele entrelaçamento entre leis, opiniões e costumes.

As apropriações dos bens eclesiásticos pelos leigos eram consideradas dentro dessa perspectiva e, no período examinado pelos capítulos 6 e 11 de *Historie of Tithes*, saltava aos olhos de Selden a distância entre aquilo que diziam as leis e as autoridades e o que era feito, de fato, no que dizia respeito aos dízimos entre a Alta e a Baixa Idade Média. Era fundamental à prática erudita de Selden aquela passagem irônica do prefácio do livro, na qual ele dizia que inferir costumes pelos cânones era como confirmar práticas políticas a partir de república de Platão ou da cidade dos cucos de Aristófanes. Nos capítulos em questão, a distância entre a lei canônica e a lei costumeira era especialmente notória¹⁴⁷. Numa passagem de sua história, Selden caracterizava a relação dos leigos com os dízimos por volta do século XII:

Apesar de essa opinião ser tão frequentemente dada nesses termos, podendo denotar [serem] os Décimos devidos pela Lei de Deus (isto é, como se devesse, ao primeiro olhar, ser visto pela Lei moral Divina ou pela Lei natural Divina, as quais devem constranger todos os homens e para sempre, sendo ambas, para esse propósito, uma [lei] apenas), é evidente, por muito da prática dos Leigos tal qual o Clero comumente permitia e pela opinião geral daquele Tempo, que as pessoas tidas como passíveis deles [de receber os décimos ou dízimos] não eram apenas o Sacerdócio laborante ou o Clero Ministerial. A disposição deles [dos décimos] como direito perpétuo aos Monges, Freiras, aos pobres nos Hospitais, às ordens religiosas de Cavalaria e de uma Província ou Reino para outro qualquer era nessa época permitida claramente pela prática, segundo a qual eram desfrutados. O clero também concordava geralmente que, pela forma deles de alienação Canônica, dízimos pudessem ser doados (apesar de alguns Cânones antigos serem favoráveis ao direito Paroquial) a quaisquer Igrejas, Monastérios, Hospitais, ao alívio dos Pobres e Doentes.¹⁴⁸

¹⁴⁷ John Selden, *Historie of tithes*, 70-1, 90, 124-5, 359, 475.

¹⁴⁸ “Although this opinion be so frequent delivered in such termes as may denote the Tenth due by Gods Law, (that is, as it should at first sight seem, by the Divine morall Law, or the Divine naturall Law, which should bind all men and ever, and are to this purpose both one) ye it is plain, by so much of the practice of the Laitie as the Clergie commonly allowd of, and by the generall opinion of the Time, that the persons held capable of them, were not only the laboring Priesthood or Ministering Clergie. The disposition of them in perpetual right to Monks, Nunnes, the poor in Hospitalls, to religious orders of Knights, and that out of one Province or Kingdome whatsoever into any other, in this time was allowd cleerly in practice; and according to that practice they were enjoined. And the Clergie also generally agreed, that, by their Canonically forme of conveyance, Tithes might be given (although some ancient

Naquela época, não apenas o costume se distanciava da opinião do direito divino aos dízimos, mas ainda, e ainda mais importante, o próprio clero admitia tal costume. Existira na Idade Média uma prática substancialmente distinta de pagamento do dízimo daquela que se ordenava nos textos da igreja e que, no século XVII, a Igreja da Inglaterra buscava impor a todos os protestantes do reino. Segundo aquela prática do passado, os leigos estariam livres para fazer doações a quaisquer igrejas e instituições que quisessem, de modo que os dízimos não ficariam apenas nas mãos dos ministros das paróquias, tal qual advogava a igreja na época do próprio Selden. O clero daquele tempo reconhecia esse costume dos leigos no dia-a-dia, não sendo adequado, portanto, simplesmente descartar essa prática como ilegítima.

Duas perguntas surgem daí: como Selden era capaz de identificar essa prática pretérita e por que ela desapareceu no relacionamento dos leigos com o clero? Para responder a isso, é preciso revisitar as atitudes intelectuais de Selden, isto é, a abordagem filológica do texto, o recurso ao sincronismo e também o acesso dele aos textos originais.

Selden dificilmente seria capaz de descobrir as “consagrações arbitrárias” (arbitrarie consecrations) se não tivesse acesso à biblioteca de Robert Cotton. O próprio autor destacava isso, no capítulo 6 de *Historie of Tithes*, pouco antes de trazer exemplos da prática em questão, os quais foram retirados de diversos cartulários: “o Cartulário de Utrecht entre muitos outros monumentos selecionados para o propósito desse discurso (pelo favor daquele valoroso e erudito sir Robert Cotton, meu mais honrado amigo) chegou as minhas mãos, na qual estão preservadas consagrações de dízimos observáveis nos últimos 400 anos”¹⁴⁹. Esses “monumentos selecionados” eram numerosos no capítulo 11 de sua história, dedicado exclusivamente à Inglaterra, e lá Selden novamente lembrava o leitor do caráter de coleção da sua obra: “em prol de uma conexão mais fácil e de um modo mais sumário de exposição, deveremos antes seguir separadamente o curso de cada um dos Cartulários ou outros monumentos, que digam a nós sobre esse tipo de dízimos Consagrados, e então dispor juntas todas as Consagrações arbitrárias segundo a ordem do tempo”¹⁵⁰. Apenas nesse capítulo foram identificados 16 textos manuscritos da biblioteca cottoniana que tratavam da história das consagrações arbitrárias, os quais Selden

Canons were for Parochiall right) to any Church, to Monasteries, Hospitalls, reliefe of Poor or Sick”. (John Selden, *Historie of tithes*, 124-5).

¹⁴⁹ John Selden, *Historie of tithes*, 73.

¹⁵⁰ John Selden, *Historie of tithes*, 298.

transcreveu e fez publicar pela primeira vez¹⁵¹. Além disso, é digno de nota que, no capítulo 8 de *Historie of Tithes*, Selden apresentava uma compilação de leis inglesas que remetiam aos saxões e tratou delas de maneira minuciosa ao longo de 41 subseções. O acesso de Selden a um grande estoque de livros e manuscritos, mantido por amigos, patronos e correspondentes, assegurava a ele a possibilidade de compilar amplas coleções e organizá-las em ordem cronológica, de modo que a partir desses conjuntos de testemunhos ele pudesse fazer inferências sobre as práticas de outras épocas – e assim superar as limitações das abordagens estritamente canônicas do passado.

Graças a essa combinação de fatores, Selden detinha os meios que lhe permitiam fazer e anunciar uma descoberta aos leitores da sua história:

Essas Consagrações arbitrárias, presumo, são como doutrina estranha para a maioria dos homens. Pode muito bem ser que a verdade sobre elas, penso eu, nunca tenha sido antes tão indicada por qualquer um que tenha escrito sobre alguma parte desse nosso assunto.¹⁵²

A revelação das consagrações arbitrárias era provavelmente aquilo que mais bem ratificava a diferença de Selden para os demais letrados que abordaram a questão dos dízimos. Elas eram o resultado inédito (ou, nos termos do autor, “doutrina estranha”) produzido por condições materiais e operações intelectuais que se organizavam em torno de Selden e revelavam, de maneira documentada, todo um sistema antigo de pagamento dos dízimos no qual as apropriações leigas causariam menos estranhamento do que no modelo vigente na Inglaterra desde a Baixa Idade Média.

Nos capítulos 6 e 11 de *Historie of Tithes*, Selden apresentou fartas transcrições de registros de doações feitas por leigos a igrejas e monastérios. Eis alguns exemplos: Raginer, duque da Lorena, que no ano de 852 deu à abadia de São Vito em Verdun toda a cidade de Longuyon e dízimo sobre tudo; de seu filho, Rigimir, que em 946 fez doações de dízimos a outro monastério¹⁵³; assim como de Robert d’Oily, oferecendo na fundação da abadia de Osney, em 1129, o dízimo sobre seus moinhos próximos a Oxford – o cartulário dessa mesma abadia, informava Selden, continha “um Catálogo das diversas porções de dízimos pertencentes à abadia”, no qual os dízimos concedidos “não trazem expressa

¹⁵¹ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 285-6.

¹⁵² “This arbitrarie Consecrations, I presume, is like strange Doctrine to most men. It may well be, for the truth of it, I think, was never before so much as pointed at by any that hath written of any part of our subject”. (John Selden, *Historie of tithes*, 470).

¹⁵³ John Selden, *Historie of tithes*, 74.

qualquer referência a esta ou aquela Paróquia, mas apenas das possessões e os nomes dos doadores”¹⁵⁴. Esses e outros vestígios manuscritos, encontrados em cartulários, permitiam a Selden afirmar com convicção que na Europa e, em especial, na Inglaterra “pela lei praticada, claramente qualquer homem dava o direito perpétuo aos seus dízimos a qualquer Igreja que quisesse, a despeito da Lei Canônica ser contrária a isso”¹⁵⁵.

Tais doações transformavam os doadores em patronos de determinadas igrejas e isso conferia a eles direitos sobre a administração eclesiástica. A construção de uma igreja, por exemplo, poderia vir acompanhada da partilha das oferendas dos fiéis entre o patrono e o incumbente, isto é, o vigário da paróquia¹⁵⁶, ou garantia ao patrono o direito de “advowson”, que consistia em indicar alguém de sua preferência para ocupar a posição de ministro no local. Assim, dizia Selden, “a prática acabou se tornando que as igrejas paroquiais e todas as coisas temporais anexadas a elas, como terras e dízimos [...] fossem a cada vacância conferidas pelo Patrono ao seu novo Incumbente por meio de alguma cerimônia, não diferindo da nossa ‘liverie of seisin’”¹⁵⁷. Segundo dicionário jurídico da época, o *The Interpreter* (1607) de John Cowell, a “livery of seisin” era um ritual da *common law* de “entrega da possessão de terra, arrendamento ou quaisquer outras coisas corpóreas (pois para coisas incorpóreas não pode haver liverie of seisin) por aquele que detém o direito ou a probabilidade de direito sobre elas”¹⁵⁸. A vedação às coisas incorpóreas apenas reforçava que as doações feitas no passado, se assemelhadas à livery of seisin, configurariam uma transmissão fundamentalmente de bens materiais da parte dos leigos (que teriam o direito a esses bens) para usufruto das igrejas sob a égide de *common law* – e não da lei civil ou por simples imperativo moral. A *common law* dava, portanto, a forma e o rito da aquisição de benefícios por parte da igreja e seus ministros. A partir daí, seria possível até mesmo reconstituir em alguma medida o cerimonial adotado nas consagrações arbitrárias:

¹⁵⁴ “The Abbey being founded in 29. Hen. I. that is, in MCXXIX, by Robert d’Oily High Constable of England; in the Charter of the Foundation are given to it the Tithes of the Founders Mills, that were neere the Castle of Oxford, & Decimatio Nicholai de Stodeham quam Fromundus (a Chaplain mentioned in the Charter) tenebat. And that is iterated often in other Charters of the same Monasterie. And after in the same Chartularie is a Catalogue of divers Portions of Tithes belonging to the Abbey, and as issuing out of Demesnes of such as had increased the revenues of it with endowments of Tithes newly granted. Nor are they expressed with any reference to this or that Parish, but only to the Demesnes and names of the Donors”. (John Selden, *Historie of tithes*, 306-7).

¹⁵⁵ John Selden, *Historie of tithes*, 359.

¹⁵⁶ John Selden, *Historie of tithes*, 83-4.

¹⁵⁷ John Selden, *Historie of tithes*, 86.

¹⁵⁸ John Cowell, *Interpreter*.

Aquela 'liverie of seisin', como era, feita sobre o Altar com o cabelo da cabeça tanto do Doador quanto do seu irmão, não carece de exemplos naqueles tempos antigos nos quais dízimos e outras possessões eram consagradas solenemente, fosse com cabelo, um chifre, uma taça, uma faca, um castiçal ou qualquer coisa que pudesse ser realmente colocada sobre o Altar. Pois a forma de alienação em direito perpétuo, tanto para a Igreja quanto para os Leigos, era dar nas mãos do Recebedor ou Feudatário (Feoffee) alguma coisa, como, nos dias de hoje, um Galho ou uma Turfa nas enfeudações (feoffments) ou como nas Instituições (segundo o Formulário da Corte de Roma) um anel deveria ser oferecido e o Altar usualmente tomado como lugar de tal concessão (liverie).¹⁵⁹

Percebe-se que não apenas manuscritos, mas também os costumes eram vestígios de um passado que se tentava acessar. Nele, os dízimos surgiam como doação de bens materiais ou direito sobre bens materiais que era sacralizada em cima do altar, tornando-se assim uma alienação perpétua em favor de determinada igreja. Isso situava os dízimos do passado numa espécie de zona cinzenta na qual eles não eram propriamente nem uma doação ou pagamento feito periodicamente pela comunidade pelos serviços prestados pelo ministro (podendo ser descontinuada caso o clérigo não mais atendesse às necessidades do grupo), nem eram um tributo que se impunha a partir da própria igreja pela força do seu direito divino e canônico.

O paralelo entre as consagrações arbitrárias e uma cerimônia da *common law* ainda vigente nos tempos de Selden exigia que se explicasse como esse sistema de manutenção da igreja deixara de existir. A resposta do autor se fundava em duas constatações feitas a partir das coleções examinadas por ele. A primeira delas era que os registros dessas consagrações não ultrapassavam o século XIII e, no caso da Inglaterra, dizia Selden, "depois do tempo do rei João [1166-1216] poucas ou nenhuma dessas consagrações arbitrárias são encontradas". E o mesmo fenômeno se repetiria na Europa naquele mesmo momento, sendo possível encontrar "um uso dessa distribuição arbitrária até por volta do ano 1200, quando também a distribuição dos Dízimos aos Pobres de acordo com a livre vontade do proprietário (que eu tomo serem consagrações ou concessões aos Monastérios, pois os Monges eram usualmente chamados de Pauperes e,

¹⁵⁹ "That liverie of seisin, as it were, made upon the Altar by the Haire of the head both of the Grantor and of his brother, is not without other example of those ancient times wherin both Tithes and other possessions were solemnly consecrated, either by haire, or a horn, or a cup, or a knife, or a candlestick, or whatever that might really be delivered on the Altar. For, the forme of conveyance in perpetuall right, both to the Church and Laitie, was to give into the hands of the Grantee or Feoffee some such thing, as at this day a Twig or a Turff is in feoffments. or as in Institutions (according to the Formularie of the Court of Rome) a Ring is to be given. and the Altar was usually made the place of such liverie". (John Selden, *Historie of tithes*, 341).

de fato, o eram por juramento) era expressamente condenada como uma grande falta no tempo do papa Inocêncio III [1161-1216]”¹⁶⁰. A explicação do porquê disso levava para a segunda constatação. Os manuscritos aos quais Selden tinha acesso permitiam a ele não apenas indicar a oposição que existia por parte do clero às consagrações arbitrárias, o que se poderia considerar até mesmo algo trivial, mas ainda, e mais importante, revelar como isso ocorrera. Numa passagem da revisão do capítulo 6, Selden evidenciava aquilo que se poderia produzir em matéria de conhecimento histórico a partir dos meios disponíveis a ele:

é certo que os Títulos derivados das consagrações Leigas foram, depois desse terceiro [período de] CCCC anos, cuidadosamente ocultados pelos Possuidores naqueles registros públicos das suas receitas, como eram de uso mais comum e aberto nos procedimentos legais da Lei Canônica. No entanto, mesmo assim eles permaneceram nos Cartulários mais antigos e secretos e entre nós raramente vi, [sendo] absolutamente raro, uma Declaração deles nos livros de Senhorio ou de outro modo, escritos numa grafia que fosse posterior ao tempo do rei João, [na verdade] a maioria é anterior a ele. Eu, porém, vi Catálogos do tempo de Henrique III [1207-1272] e Eduardo I [1239-1307] de grandes porções de Dízimos, os quais sem dúvida alguma vieram de Consagrações arbitrárias, [mas] que na maioria das Dioceses da Inglaterra não há qualquer menção a um único Doador, apenas a posseção sendo lembrada e que deveria ser justificada como prescrição.¹⁶¹

O avanço de um sistema paroquial de manutenção e organização da igreja, a partir do século XIII, teria dependido do apagamento cuidadoso e bem-sucedido dos registros públicos das consagrações arbitrárias. Nas cortes eclesiásticas, elas desapareceram e, com o tempo, apenas manuscritos secretos e ritualismos costumeiros guardaram vestígio delas. Todavia, a mesma dissolução dos mosteiros que, em meados do século XVI, instituiu a disputa entre leigos e clérigos sobre o usufruto dos dízimos nos contornos reconhecíveis por Selden e seus contemporâneos também trazia à tona, graças à dispersão de livros e

¹⁶⁰ John Selden, *Historie of tithes*, 361, 78.

¹⁶¹ “It is certain, that the Titles derived from Lay consecrations were after this third CCCC. Years carefully concealed by the Possessions om such publicke records of their revenues, as were of more common and open use in their legall proccedings at the Canon Law, however they remained still in their ancienter and more secret Chartularies, and with us I have very rarely, scarce at all, seen an Instrument of them in their Lieger books or otherwise, written in a hand that is later then King Johns time. The most are before him. But I have seen Catalogues of the time of Henrie the third and Edward the first, of many large portions of Tithes, that doubtless came first from arbitrarie Consecrations, and that through most of the Dioceses of England, wherein not the least mention is of any Grantor. only possession is remeberd. and that, by prescription, was to be justified”. (John Selden, *Historie of tithes*, 469).

manuscritos, as reminiscências daquele sistema de organização da igreja que se buscara tão cuidadosamente ocultar alguns séculos antes.

Tais reminiscências encontraram abrigo em coleções particulares, em especial na biblioteca de Robert Cotton, de modo que Selden foi capaz de acessar, organizar e examiná-las por meio dos seus expedientes eruditos e documentar uma história que iria além de uma questão mais pragmática sobre como os dízimos deveriam ser pagos. O fim das consagrações arbitrárias consistiria na imposição de todo um novo sistema. Nas palavras de Selden,

Mas nos tempos que se seguiram, após os quais a Lei Canônica ganhou mais força aqui, o que aconteceu logo Inocêncio III ter disparado seu Interdito contra este Reino e sua Excomunhão contra o Rei e amedrontado os súditos com suas Bulas, combinando isso contra esse ponto particular da transmissão arbitrária dos Dízimos. Logo se tornou uma Lei aceita que todas as Terras deveriam regularmente pagar os Dízimos à Paróquia ou à Igreja Mãe, segundo a provisão dos Cânones.¹⁶²

A história era aprofundada na revisão do capítulo¹⁶³, mas os contornos estavam claros o suficiente: o fortalecimento institucional da igreja romana, por volta do pontificado de Inocêncio III, trouxe consigo a imposição da lei canônica e dos tribunais eclesiásticos e, no caso dos dízimos, o estabelecimento de uma obrigação de pagamento às paróquias, de modo que os leigos perdiam a liberdade que outrora gozavam de oferecer os dízimos àquelas igrejas que lhes aprovassem. A instituição desse sistema de pagamentos fazia parte de uma ofensiva papal contra reis e súditos por toda a Europa e que chegou a tal ponto que, na Inglaterra, dizia Selden, “enquanto o resto dos Bispos se manteve tão firme sobre seus Cânones e até mesmo protestavam uma rebelião bem diante de sua Majestade, o Rei e os súditos leigos, ao que parece, ficaram tão exasperados por conta deles que, por ordem pública e para a preservação da liberdade da Coroa e dos Leigos, eles foram proibidos de terem qualquer uso no Reino”¹⁶⁴. Apesar dos acenos que fazia aos defensores do direito divino dos dízimos, Selden neste ponto estava em total contrariedade em relação a posição de alguém como Thomas Ridley: os tribunais da

¹⁶² “But in the ensuing times, after that the Canon Law had here gained greater strength, which happened soon upon Inocent the third his thundering out his Interdict against this Kingdom, his Excommunication against the King, and frightening the subjects with his Bulls stufft with combination, and that against this very point of arbitrarie conveyances of Tithes; it soon came to be a receivd Law, that all Lands regularly were to pay Tithes to the Parish or Mother Church according to the provision of the Canons”. (John Selden, *Historie of tithes*, 362).

¹⁶³ John Selden, *Historie of tithes*, 488-91.

¹⁶⁴ John Selden, *Historie of tithes*, 489-90.

common law não se intrometeram na jurisdição das cortes eclesiásticas simplesmente por causa da dissolução dos monastérios e a apropriação dos bens da igreja, mas eles foram, antes disso, alijados de sua jurisdição pelas cortes eclesiásticas, que tomaram os dízimos para si e produziram instabilidade política. Ao contrário daquela dupla jurisdição que Thomas Ridley dizia trazer magnanimidade ao poder do monarca, Selden terminava a revisão da sua história dos dízimos afirmando que a lei imperial romana e a lei canônica, que se entrelaçavam e se impunham por volta do século XIII, “foram, portanto, proibidas por serem ambas, no que diz respeito a sua autoridade, contrárias à suprema Majestade e independência da Coroa da Inglaterra”¹⁶⁵.

Selden estava ciente de que a descoberta das consagrações arbitrárias teria impacto na disputa em torno das apropriações leigas dos dízimos. E sua principal resposta para isso foi convidar o leitor a exercer o próprio julgamento sobre o material colecionado. Nas palavras do autor, “mas eu não duvido que todo Leitor arguto pensará nessas coisas aqui brevemente observadas sobre elas [as consagrações arbitrárias] como dignas da sua consideração, sobre as quais desejo ainda que ele consulte o Capítulo XI e também que ele as aplique à Admoestações presentemente tocantes às Apropriações [leigas]”¹⁶⁶. O que ele trazia no capítulo 11 (e na sua revisão) era, porém, desproporcional. Enquanto essas seções do livro ofereciam provas fartas da existência das consagrações arbitrárias na Inglaterra, dos direitos usufruídos pelos leigos, do reconhecimento disso por parte do clero e também a atuação, em sentido contrário, da igreja romana para suprimir essas liberdades, as admoestações indicadas por Selden eram textos de terceiros, modestas e escritas quando as consagrações arbitrárias não mais existiam. Selden afirmava expressamente que não defendia a apropriação dos bens eclesiásticos pelos leigos, porém não os censurava com a mesma dureza empregada por outros autores do início do século XVII. Embora Selden dissesse que os defensores do direito divino dos dízimos encontrariam insumos para mais bem assegurar essa posição, ele não sugeria como fazê-lo. Para piorar, a apropriação do tema dos dízimos pelas leis e cortes eclesiásticas aparecia na história de Selden como opinião que se tornou prática e se tornou dominante através de uma grande campanha de falsificação e intimidação historicamente localizada.

¹⁶⁵ John Selden, *Historie of tithes*, 491.

¹⁶⁶ John Selden, *Historie of tithes*, 470.

Tendo isso em vista, não é de se estranhar que justamente essa passagem da história dos dízimos de Selden tenha sido mencionada, em meados do século XVII, pelos fazendeiros e agricultores em favor da abolição dos dízimos:

E como os Dízimos são um Costume Papista que é imposto pela Autoridade dos Papas, desprovido de qualquer mandado para isso no Novo Testamento, como ficou provado; do mesmo modo, são os Dízimos uma relíquia da Superstição, oferecidos, de início, por causa da opinião supersticiosa de satisfação pelos pecados do doador, da sua esposa e filhos, como aparece em algumas de nossas antigas Cartas, registradas pelo Erudito Sr. Selden no Capítulo 11 de sua História dos Dízimos. E assim eles são supersticiosamente pagos até os dias de hoje por muitos Ignorantes e homens supersticiosos, os quais pensam ser o principal para um bom cristão pagar os dízimos que deve aos seus Ministros, muito parecido com o Fariseu orgulhoso e supersticioso.¹⁶⁷

O reconhecimento de Selden enquanto erudito e de sua história como coleção eram suficientes para atestar que, “de início”, havia outra prática no pagamento dos dízimos, isto é, de que eles eram pagos como consagrações arbitrárias e não na obrigatoriedade paroquial. Todavia, existia aí um horizonte comum, mesmo para o discurso radical. Assim como aqueles que defendiam o direito divino dos dízimos, esses produtores rurais de meados do século XVII encaravam o pagamento dos dízimos num grande movimento de continuidade histórica. As consagrações arbitrárias descobertas por Selden apareciam como expressão particular de uma estrutura duradoura, a superstição, que caracterizaria a prática religiosa através de muitos séculos. O discurso radical se apropriava de um fragmento da coleção oferecida por Selden, no entanto esse fragmento, isto é, as consagrações arbitrárias, não era algo a ser restaurado. Ele acabava incorporado a um argumento moral abrangente, marcado pela continuidade histórica, mas sem deixar de sinalizar algo fundamental: o pagamento dos dízimos seria um costume e, portanto, enquanto realização ritualizada da vontade humana, ele poderia ser legitimamente modificado e até mesmo abolido. Para os radicais em questão, expurgada a superstição, a vontade e o exercício de se pagar os dízimos desapareceriam.

¹⁶⁷ “And as Tithes are a Popish Custome, that is imposed by the Popes Authority, without any warrant for it in the New Testament, as it hath been proved; So likewise are Tithes a relique of Superstition, because given at the first out a supertitious opinion of satisfaction for the sins of the donor, his wife and children: as it appears by some of our old Charters, recorded by Learned Mr. Selden, in the 11 Chapter of his History of Tithes; yea they are as superstitiously payed at this day by many Ignorant and superstitious men, who think it to be a prime character of a good Christian to pay tithes to their Ministers; much like the proud and superstitious Pharisee [...]”. (*Husbandmans pleas against tithes*, 17).

O apelo por parte de Selden ao específico e à descontinuidade fornecia as condições para que fragmentos da sua história fossem incorporados a argumentos de natureza político-religiosa. E era também aquilo que afastava o autor de seus três possíveis interlocutores nesse debate. Ao tratar a justificativa do direito divino dos dízimos como uma opinião historicamente localizada e que fora defendida pela igreja romana, especialmente a partir do século XIII, como parte do avanço das prerrogativas do clero sobre as autoridades leigas, Selden desfazia o refúgio analítico de Henry Spelman contra a transitoriedade: nem mesmo a dimensão moral dos dízimos estaria a parte das mudanças históricas. Já George Carleton era confrontado pela história dos dízimos de Selden em duas frentes. Por um lado, as consagrações arbitrárias mostravam que existira no costume e mesmo na lei (dado que essas doações foram por muito tempo reconhecidas pelo clero) uma “manutenção competente” da igreja que se diferenciava de um modelo compulsório de pagamento de dízimos. Por outro lado, o pagamento feito por Abraão a Melquisedec seria apenas um acontecimento restrito e não episódio fundador de uma obrigação perpétua para com os dízimos. Selden rejeitava o caráter exemplar do evento e se dedicava a analisá-lo na sua literalidade, evitando uma abordagem tipológica que era cara aos teólogos. Por fim, Selden e sua história comprometiam o quadro geral apresentado por Thomas Ridley de que a disputa pelos dízimos expressava o avanço indevido da *common law* sobre as cortes eclesiásticas, quando existia documentação que provava justamente como foram a lei civil e a lei canônica que privaram os leigos da liberdade que tinham de custear e participar da administração da igreja.

Para chegar às consagrações arbitrárias, à identidade de Melquisedec e ao significado de Abraão ter pagado ‘o dízimo de tudo’, Selden recorreu a aqueles objetos e operações dos quais se falou no capítulo anterior. O seu modo antiquário de pesquisar, como se mostrou na exposição sobre o dízimo de Abraão, fazia apelos constantes ao contexto das passagens em questão como parte de um esforço de leitura literal, no qual cabia fixar conteúdos semânticos historicamente localizados e fixar fatos adequados à cronologia em resposta a problemas colocados pela investigação do autor ou pela fortuna crítica. A produção desse tipo de saber histórico exigia organizar vestígios dentro de uma investigação particular e, no caso de Selden, recorrer tanto ao sincronismo, de modo a dispor os testemunhos do passado em conexão cronológica, quanto encarando-os com certa dose de ceticismo, ora conjecturando a respeito da autenticidade de algum texto, ora evitando inferir a prática a partir do texto da lei. Selden mobilizava grande diversidade

de vestígios para responder aos problemas que colocava. Isso fica mais evidente na exposição a respeito das consagrações arbitrárias, na qual são citados, transcritos e examinados tratados, histórias, legislações, sermões, cartas, inventários de autores de mais variada qualidade. Além disso, não faltavam menções a costumes do dia-a-dia que tanto esclareciam o passado quanto criavam uma conexão com o presente através de comparações que, embora possam parecer anacrônicas ao analista contemporâneo, davam maior fôlego às condições de entendimento para o leitor da época. Essa diversidade de testemunhos podia ser encontrada em coleções particulares, como, no caso de Selden, a biblioteca de Robert Cotton, e acessar acervos dessa natureza era de tal importância que talvez se possa falar que a história antiquária é, em alguma medida, um produto coletivo.

E é, sobretudo, no registro do coletivo que a história dos dízimos de Selden mostra a sua ambiguidade. O mal-entendido que atravessava a recaptulação feita por ele do imbróglio e da controvérsia em que se metera aparece, desde o início, na própria produção de *Historie of Tithes*. Embora fosse de autoria de alguém prestigiado, o livro retirava sua autoridade não apenas do autor ou da raridade dos testemunhos que continha, mas também, e não menos importante, da confluência de agentes, instituições e interesses em fazer desse impresso uma opinião autorizada. Ainda que Selden se utilizasse de diversos expedientes textuais para se furta à controvérsia, ele não poderia escapar da dimensão coletiva que assumia tanto o trabalho de se produzir um impresso quanto de definir o rol das opiniões autorizadas. Seus recursos intelectuais e socio-políticos se mostravam de grande serventia na personalidade que atravessava a emissão de licenças, a impressão de um texto e na lida com autoridades furiosas, mas também eram postos em risco quando *Historie of Tithes* era interpretado à luz da disputa e do debate existente em torno dos dízimos. Sua vasta coleção cronologicamente organizada e que se pretendia útil enquanto armazém ou arsenal transformava-se de uma história numa posição teológico-religiosa e esgarçava Selden entre a república literária e a república política.

Capítulo 4: A controvérsia e os sentidos da erudição

1. A controvérsia como objeto

A história dos dízimos de Selden já era notícia antes mesmo de ser impressa e parece ter encontrado boa recepção no mercado livreiro. Embora a publicação não fosse licenciada pela autoridade censora e Selden se visse obrigado a responder por esse ato, existem indícios de que o texto circulava em formato manuscrito e seu tema e conteúdo já geravam falatório, sobretudo no clero. A publicação de *Historie of Tithes* ampliava esse falatório e trazia, para um público letrado abrangente, comentários históricos e filológicos que poderiam pôr em risco a empreitada da Igreja da Inglaterra de recuperar o controle sobre os dízimos, leiloados aos leigos desde a dissolução dos mosteiros, a partir da justificativa de que o clero detinha esses mesmos dízimos por direito divino – e seriam eles, portanto, inalienáveis.

Como indicado no capítulo anterior, foram feitas cinco impressões de *Historie of Tithes* no século XVII e três delas num curto intervalo de tempo, entre 1618 e 1619. Tais impressões sugerem que havia demanda pelo livro, em especial no momento da publicação. Essa suposição é reforçada por uma carta endereçada a William Trumbull, diplomata inglês em Bruxelas, e datada de novembro de 1618. Nela o correspondente dizia, “existe um livro novo, intitulado a História dos Dízimos, que saiu recentemente sem as licenças, e há muito barulho sobre ele. Com muita dificuldade procurei por um [exemplar] da parte de quem o escreveu, embora a um custo elevado”¹. Tal dificuldade em encontrar o livro se explicaria por duas tendências opostas e complementares, isto é, o fato de *Historie of Tithes* ser uma obra desprovida de licença e, nesse sentido, ilegal, ao mesmo tempo em que já era conhecida pelo falatório e, por causa disso, despertava curiosidade. Diante da fama crescente de *Historie of Tithes* e da impressão de cópias sem licença, organizou-se tanto um combate administrativo quanto erudito ao livro. Na sanha de suprimir a história dos dízimos de Selden, a Coroa e a Igreja da Inglaterra instauraram efetivamente uma controvérsia.

¹ Gerald J. Toomer, *John Selden*, 264.

O capítulo anterior tratou da constituição material e formal de *Historie of Tithes* a partir dos meandros da censura e da tipografia, bem como do debate que existia sobre os dízimos e também das práticas antiquárias envolvidas na sua composição. Percebe-se daí que a polêmica atravessava a página e o texto do livro e ela não abandonaria a história dos dízimos de Selden depois da publicação e da retratação do autor diante das autoridades.

Apesar disso, a controvérsia que se estabeleceu com a publicação de *Historie of Tithes* não foi objeto relevante na literatura contemporânea interessada em Selden. Um dos principais nomes dessa bibliografia, Gerald Toomer, declarou na sua extensa biografia intelectual sobre o autor que “essas críticas a *Historie of Tithes* (e as respostas de Selden) são de interesse mais político do que intelectual”². E foi nesses termos que, alguns anos antes, Toomer tratou as respostas a *Historie of Tithes*: elas não expressariam mais do que a iniciativa política organizada por Jaime I para refutar Selden e, nessa condição, teriam lugar na história da publicação do livro, relevantes na medida em que pavimentaram a carreira política do autor e fortaleceram sua posição desfavorável ao clero anglicano³. A controvérsia em torno da publicação de *Historie of Tithes* foi considerada, quando muito, um ponto de virada na vida do autor em direção à política. O interesse da literatura especializada, por um lado, em estabelecer uma biografia intelectual de Selden e, por outro, em fixar o pensamento e atuação política do mesmo à luz de grandes discussões do momento possivelmente contribuiu para que o assunto tivesse pouco destaque. Tal controvérsia foi tratada na bibliografia frequentemente dos seguintes modos: ignorada por completo, enunciada de modo breve e protocolar ou invocada pontualmente em um ou outro de seus elementos⁴. É curioso que isso tenha acontecido, dado que alguns autores dessa mesma literatura destacaram a ubiquidade da polêmica na cultura letrada daquela época e até mesmo reconstituíram a disputa em torno dos dízimos anterior à publicação de *Historie of Tithes*⁵.

O presente capítulo toma essa controvérsia como matéria. E ao fazê-lo se aproxima de um conjunto mais restrito da literatura sobre Selden, o qual se valeu da polêmica em

² Gerald J. Toomer, *John Selden*, 309.

³ Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”: 368-377.

⁴ Richard Tuck, *Natural rights theories*, 85-6; Paul Christianson, “Young John Selden” (1984): 300 n. 179; David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 37-39, 68-69; Kathleen Loncar, “John Selden’s *History of Tithes*”, 218-238; Reid Barbour, *John Selden*, 164; Cyndia S. Clegg, *Press and censorship in Jacobean England*, 156-158; Graham Parry, *Trophies of time*, 123 n. 40; Ofir Haivry, *John Selden*, 24 n. 47.

⁵ Paul Christianson, “Young John Selden”, 299-300; David S. Berkowitz, *John Selden’s formative years*, 68-69; Cyndia S. Clegg, *Press and censorship in Jacobean England*, 148-152; Ofir Haivry, *John Selden*, 108-184.

questão para lidar com determinadas questões historiográficas. A controvérsia decorrente da publicação de *Historie of Tithes* permitia examinar a disputa político-religiosa em torno dos dízimos e, de maneira mais ampla, a circulação de ideias, textos e projetos conflitantes de governo eclesiástico e civil na Inglaterra, pouco antes da Guerra Civil⁶. Além disso, apresentava-se como oportunidade para qualificar concepções e práticas letradas da primeira metade do século XVII, destacando as diferentes concepções de história e de erudição em vigor⁷. No início dos anos 1990, tal controvérsia aparecia, por um lado, como indicativa do triunfo gradual de posições arminianas na Igreja da Inglaterra⁸, cuja atuação no bojo da instituição teria despertado a reação violenta (e revolucionária) dos calvinistas. Por outro lado, a controvérsia em questão evidenciaria a natureza desconcertante da erudição histórica de Selden aos olhos dos letrados da época. Tal erudição era inovadora sua por certa sensibilidade antiquária da história, sua abordagem empírica e minuciosa das fontes históricas, seu emprego crítico da filologia⁹. O diálogo com essa bibliografia fornece não apenas informações e interpretações preciosas para caracterizar e discutir as respostas à publicação de *Historie of Tithes*, mas ainda a oportunidade de se entrelaçar erudição e política, explorando a controvérsia como interação discursiva e sociopolítica entre letrados.

Adota-se aqui como ponto de partida que a controvérsia foi estruturante para a forma e a fama de *Historie of Tithes* e seu próprio autor – buscasse ele tal destaque ou não. A controvérsia se configurava como um estado de coisas que, desde o primeiro momento, obrigava Selden a justificar suas motivações perante leitores e adversários, a impressionar a todos com suas credenciais e habilidades de erudito, bem como a destacar expressamente suas orientações intelectuais e políticas e a licitude de todas elas. Foi o fantasma da controvérsia que fez com que Selden buscasse, enfaticamente, orientar e disciplinar a leitura do próprio livro, anexando a ele um prefácio, uma carta dedicatória e a revisão de seus capítulos – justamente essas partes tão comentadas pelos estudiosos

⁶ Edith Bershadsky, “Selden’s *Historie of Tithes* and its contexts ramifications”, 289-317; Stuart Morrison, “Print, debate and the public sphere in the London tithes cause”, 89-115.

⁷ Franklin S. Fussner, *Historical revolution*, 199-215; Daniel Woolf, *The idea of history in early modern England* (Toronto: University of Toronto Press, 1990), 230-235; Nicholas Hardy, “Impartiality and the early modern *ars critica*: the case of John Selden’s *Historie of Tithes*”, in *The emergence of impartiality*, organizado por Katryn Murphy e Anita Traninger (Leiden, Boston: Brill, 2014), 289-303; Nicholas Hardy, “Philology divided: the controversy of John Selden’s *Historie of Tithes*” in *Criticism and confession: the Bible in the seventeenth century republic of letters* (London: Oxford, Warburg Studies, 2017), 152-180.

⁸ Edith Bershadsky, “Selden’s *Historie of Tithes* and its contexts ramifications”, 316-7.

⁹ Daniel Woolf, *The idea of history*, 233-234.

contemporâneos. Com o estabelecimento efetivo de uma controvérsia, a partir de meados de 1619, Selden e seus adversários precisaram trazer para o embate argumentos, explicações, táticas retóricas e posicionamentos que, no conjunto, expunham pontos críticos da obra, revelavam mal-entendidos e não-ditos que perpassavam aquela cultura letrada.

Embora as controvérsias possam se apresentar, à primeira vista, como episódios de animosidade, capazes de entreter e não muito mais do que isso, elas são reivindicadas como objeto de estudo, por exemplo, na Filosofia da Ciência e da Sociologia do Conhecimento. As controvérsias são consideradas relevantes para o desenvolvimento histórico e epistemológico das ciências, arvorando-se à condição de instância de controle crítico e de aprimoramento teórico, e capazes de ditar o contexto dialógico da interação entre estudiosos¹⁰. Essa literatura revela dois pontos interessantes. O primeiro consiste em encarar o consenso não como estado natural do conhecimento, mas enquanto idealização, estabelecida a partir da Idade Moderna, de como se deveria acontecer o desenvolvimento das ciências. A valorização do consenso faz das controvérsias estado transitório na aquisição de alguma verdade ou no estabelecimento de paradigmas – isso quando elas não são encaradas apenas como expressão da mesquinhez ou da grosseria de sujeitos particulares. Subsumida pelo consenso, a controvérsia perde importância enquanto objeto de estudo, dissolvendo-se em termos genéricos e passagens anedóticas. Daí se desdobra o segundo ponto importante. Rejeitar a idealização do consenso exige identificar palavras e estratégias analíticas que permitam, em alguma medida, descrever e caracterizar os elementos e dinâmicas que atravessam os conflitos entre estudiosos. Embora não haja equívoco em se referir genericamente a esses embates por “polêmica”, “disputa” ou “controvérsia”, a busca pelas nuances desses confrontos demanda que esse vocabulário seja passado em revista e assim se torne mais potente para a caracterização do conflito nas comunidades letradas.

Dada a necessidade de parâmetros para examinar e refletir sobre a controvérsia dos dízimos, é oportuno se deter sobre as considerações feitas por Leibniz na segunda metade do século XVII. Embora elas estejam dispersas em cartas, fragmentos e rascunhos

¹⁰ Marcelo Dascal, “Epistemologia, controvérsias e pragmática”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 12 (1994): 73-98; Yves Gingras, “Please, don’t let me be misunderstood: the role of argumentation in a sociology of academic misunderstandings”, *Social Epistemology*, 21, n. 4 (2007): 369-389; Oscar Nudler, ed., *Controversy Spaces: a model of scientific and philosophical change* (Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2011), 9-25.

e não formem, expressamente, uma teoria sistemática das controvérsias, as reflexões do filósofo são relevantes aqui porque contêm definições e esquemas organizativos que podem servir de parâmetro para se pensar as controvérsias na Idade Moderna, bem como trazem consigo certa expectativa de como deveriam ser organizadas as controvérsias para que fossem úteis ao acúmulo do conhecimento. Essa normatividade sugere elementos e dinâmicas estruturantes às controvérsias e, naquilo que o filósofo busca corrigir, permite entrever o caráter complexo das polêmicas que, de fato, ocorriam na Idade Moderna. Leibniz estava imerso num ambiente intelectual marcado por cisões profundas, sobretudo em matéria de religião, e a sua saída para isso não consistia em ignorar e evitar as disputas ou dissolvê-las num método incontestável. Para ele, importava definir, classificar e avaliar as disputas, dando ordem a elas. Não sendo possível simplesmente evitar que a polêmica surgisse e dividisse opiniões, era preciso garantir que ela, nas suas expressões particulares, tivesse um fim adequado.

Para Leibniz, o grande problema não eram as polêmicas em si, mas a confusão produzida por elas graças à falta de alguma forma ou ordem racional capaz de resolvê-las. A partir daí, o filósofo fundava sua reflexão na seguinte dicotomia: “se a conclusão não é buscada, a disputa é inútil, a não ser que se busque apenas o prazer; se a conclusão deve ser buscada, os votos devem ser ou contados ou pesados”¹¹. Chegar a uma conclusão era aquilo que asseguraria a utilidade de uma disputa, mesmo que virtualmente. A utilidade aparece como critério de exclusão e normatização das disputas. Ela exclui do rol de interesse aquelas disputas que, inesgotáveis por princípio, não poderiam ser instrumentalizadas e cujo movimento agonístico era deixado ao gozo e à flutuação dos afetos. A utilidade é também critério de normatização e pacificação das disputas. Uma disputa seria útil não por causa do prestígio da matéria em discussão, da qualidade dos adversários ou do engajamento do público com o debate, mas pela capacidade de pôr fim a si mesma e interromper, racionalmente, o movimento agonístico por ela instaurado. A conclusão de uma disputa não se confundiria, portanto, com o simples término do embate, efetivando-se por meio do voto e do cálculo e não pela obtenção do gozo por alguns particulares ou pela exaustão dos competidores. Quando encerrada racionalmente, a disputa teria uma solução pacificada e encerraria seu movimento agonístico, convertendo-se em objeto estático passível de instrumentalização e acúmulo.

¹¹ G. W. Leibniz, *The Art of Controversies*, editado e traduzido por Marcelo Dascal (Dordrecht: Springer, 2006), 2.

Leibniz definiu as controvérsias de maneira genérica como uma forma de competição, “uma questão na qual são mantidas opiniões contrárias”¹². O autor as caracterizou à luz de uma dupla oposição quando tratou, especificamente, das controvérsias religiosas. Por um lado, as controvérsias se distinguiriam das disputas, dado que seus atores buscariam de antemão o sucesso, e não apenas o exercício ou demonstração de habilidades dialéticas. Assim sendo, as controvérsias não deveriam assumir a forma de um exercício agonístico de natureza pedagógica ou orientado para o espetáculo, ainda que esses dois tipos de atividades fossem marcados pelo emprego da razão. Por outro, as controvérsias estariam em oposição à guerra. Embora em ambas as situações os contendores buscassem prevalecer uns sobre os outros, o embate entre eles se dava por meios radicalmente diferentes, isto é, respectivamente pela razão e pela força. E a força teria, inclusive, uma vantagem significativa sobre sua contraparte: numa competição de força seria possível identificar, sem grande dificuldade, quem foi o vitorioso¹³. Já nos confrontos da razão, a busca pelo sucesso nem sempre estaria presente, como nos exercícios dialéticos, e mesmo estando lá não seria fácil identificar o vitorioso. Sendo assim,

Sucesso numa competição é mais geral do que vitória, dado que é possível chegar ao fim de uma competição sem um vencedor. Por exemplo, quando ambos morrem; ou quando, estando ambos vivos e bem, abandonam uma competição incerta, fazendo as pazes; ou quando nenhum deles convence o outro; ou quando se torna aparente que a competição é fútil, dado que o estado de controvérsia não está assentado nas coisas ou em asserções, mas apenas em palavras – em todos esses casos, uma vez que se tornam claros, o debate cessa.¹⁴

Desse ponto de vista, o fim de uma controvérsia nem sempre coincidia com o término efetivo do desacordo, que poderia perfeitamente acabar antes que se chegasse a uma conclusão. O desfecho da controvérsia evocava seu elemento humano. Embora as controvérsias devessem sempre buscar uma solução (caso quisessem ser úteis), do ponto de vista dos contendores era a esperança do sucesso que se apresentaria como propulsor do movimento agonístico. Para Leibniz, “sucesso” consistiria em produzir um estado de

¹² Leibniz, *Art of Controversies*, 58.

¹³ “For the very nature of a contest by means of force is such that, upon its conclusion, it usually becomes clear who the winner is. Whereas, when one contests by means of reasons, at the end of the contest rarely is it clear to whom the truth or the victory belongs” (Leibniz, *Art of Controversies*, 49-50).

¹⁴ Leibniz, *Art of Controversies*, 50.

coisas no qual “não se conseguiria mais continuar lutando com facilidade”¹⁵, suprimindo assim as contestações. O fim das contestações poderia, porém, ser atingido simplesmente pela desistência dos competidores: quando morressem, fizessem as pazes, ou se cansassem da discussão e encontrassem outra coisa para fazer. Esses exemplos, apesar de indesejáveis ao projeto do autor, enriquecem de um ponto de vista analítico o conjunto de desfechos possíveis (e prováveis) para as controvérsias na Idade Moderna. Elas poderiam, de fato, chegar a uma conclusão relevante do ponto de vista epistemológico e aí encontrar o seu termo, mas também evaporar no ar por razões exógenas a ela. Ao invés de recriminar tais razões ou considerá-las equívocos inocentes, caberia investigá-las em outro registro e descobrir, por exemplo, por que letrados entravam e se desgastavam em disputas pretensamente fúteis.

Para responder a isso, é preciso se manter no nível daqueles sujeitos diretamente envolvidos no embate. Leibniz não estava alheio a essa dimensão da controvérsia e dizia que o “sucesso” num confronto de razões consistiria em persuadir o adversário ou a audiência. Uma vitória completa seria “subjugar inimigos declarados também no espírito deles”, de modo que a própria razão bastaria para fazê-los mudar de opinião, “não havendo mais necessidade da autoridade das cortes, nem da ação militar, nem do medo da punição para atingir nosso propósito e arrancar a anuência do adversário”¹⁶. Depreende-se daí que a persuasão exigiria reconhecimento público e que, apesar de indesejáveis na ordem proposta por Leibniz, existiam meios coercitivos (e lícitos) capazes de garantir o sucesso a um dos contendores, suprimindo as contestações por parte do adversário pelo apelo à autoridade instituída e até mesmo pela força bruta. Nesse sentido, ainda que o filósofo cravasse uma distinção analítica substancial, a controvérsia estaria, na prática, sempre a um passo de se tornar uma guerra ou uma disputa, sobretudo num período marcado profundamente pelos valores da aristocracia. Não à toa, a linguagem militar e do espetáculo se entrelaçam e são uma constante nas reflexões do próprio Leibniz. Essa mistura aparece com clareza na descrição feita por ele da persuasão da audiência, a qual teria a “força ou de prevenir que o adversário, pela vergonha ou medo, se entrincheire ainda mais ou de permitir que consigamos aquilo que queremos graças ao

¹⁵ Leibniz, *Art of Controversies*, 50.

¹⁶ Leibniz, *Art of Controversies*, 51.

juízo e autoridade daqueles que aplaudem”¹⁷. A peleja de ideias consistia também em mobilizar a vergonha social para paralisar o inimigo e conquistar o favor do público.

Situada entre o exercício pedagógico da disputa e o esforço decisivo da guerra, a controvérsia assumiria, portanto, a forma de um julgamento. Em comparação aos outros dois tipos de conflito, o julgamento demandaria, sobretudo, a existência de regras e juízes capazes de arbitrar o embate e, enfim, declarar um vencedor.

A controvérsia é aqui uma questão disputada num julgamento. Um julgamento é um estado daqueles que competem por meio da razão na esperança de sucesso. Julgamento é oposto à guerra. Guerra é o estado daqueles que competem por meio da força. Não é preciso acrescentar, na definição de guerra, a esperança pelo sucesso, como fizemos na definição de julgamento. Pois a própria natureza da competição por meio da força é tal que, na sua conclusão, torna-se claro frequentemente quem é o vencedor. Enquanto que, quando se compete por meios racionais, ao final da competição raramente fica claro a quem pertencem a verdade ou a vitória. Um julgamento, portanto, diferencia-se de uma disputa na medida em que num julgamento espera-se, desde o início da competição, ter sucesso; ao passo que, quando se começa uma disputa, sem um juiz ou regra, teme-se que nada será alcançado, de modo que o estado das mentes e das coisas continuará o mesmo ao final da disputa. Assim, disputas podem ser úteis como um exercício, mas se buscamos seriamente o sucesso numa competição, devemos recorrer a algum tipo julgamento.¹⁸

O estabelecimento de algum juiz ou regra permitiria lidar, por um lado, com a natureza incerta dos embates racionais e, por outro, com a exigência de que esses confrontos tivessem utilidade. Dentro desses parâmetros, a controvérsia aparece em Leibniz, de modo idealizado, como um estado agonístico que, disciplinado na forma de julgamento, culminaria na produção de uma sentença. Essa sentença não apenas reestabeleceria a concórdia na comunidade envolvida no julgamento (mesmo que fosse prejudicial a alguma das partes em litígio), mas ainda se acumularia a outras sentenças na forma de precedente ou alguma lei mais geral – e assim mudaria o estado das mentes e das coisas ao findar da controvérsia. A produção dessa sentença não seguia uma regra ou juiz genéricos, mas se adequaria aos diferentes registros e tipos particulares de controvérsia. Leibniz tratava ora das controvérsias orais, transcorridas em assembleias, a exigir contagem e pesagem dos votos; ora das controvérsias de religião, calcadas em um critério de infalibilidade (encontrado na autoridade da Igreja, na exegese do texto bíblico

¹⁷ Leibniz, *Art of Controversies*, 51.

¹⁸ Leibniz, *Art of Controversies*, 49-50.

ou no apelo à razão); ora das controvérsias seculares ou práticas, evocatórias de aprovação individual ou social e resolvidas por meio da combinação entre a decisão humana (mais ou menos orientada pelas emoções), o sufrágio e o sorteio¹⁹.

Ao tratar desse último tipo de controvérsia e dos diversos modos de resolvê-las, Leibniz defendia o apelo à razão para a produção de sentenças, mas não sem ajustes:

assim como na pesagem, é necessário prestar atenção se todos os pesos estão no lugar, conferir se não estão em excesso, conferir se não foram adulterados por outros metais nem mais pesados ou mais leves do que deveriam, verificar a posição correta da balança, com seus braços equidistantes, as escalas com pesos iguais, etc; do mesmo modo, na pesagem racional deve-se prestar atenção nas proposições assim como nos pesos, na balança assim como nas conexões delas e nenhum peso ou proposição não examinada deve ser admitida²⁰.

Idealmente, a resolução de uma controvérsia por via estritamente racional faria do embate de opiniões uma avaliação certificada e mecânica de balanceamento de ideias, capaz de expurgar elementos fraudulentos e incomensuráveis e, após pesar prós e contras, emitir um resultado. Para Leibniz, aquele que revelasse aos homens como construir essa balança e, por meio dela, imbuísse todas as questões da mesma infalibilidade esperada na resolução dos cálculos matemáticos “ofereceria a eles uma arte ainda maior do que aquela ciência fabulosa de se fazer ouro”²¹. A razão surgiria daí como um juiz ideal.

O juiz de uma controvérsia seria aquele com o direito e o poder de encerrar o embate, isto é, “ou induzir os homens a se esquecerem da controvérsia ou lograr persuadi-los”²². Esse juiz suprimiria a manutenção de opiniões contrárias. Porém, para Leibniz, tal posição não poderia ser ocupada por pessoa alguma em termos absolutos, já que o esquecimento e a persuasão não estariam ao alcance de ninguém senão do próprio sujeito de conhecimento²³. No rascunho desse mesmo texto, porém, Leibniz apresentava uma definição um pouco distinta de controvérsia (“dizem respeito ou à opinião e verdade ou à posse de coisas alheias”) e a partir dela traçava o paralelo entre o magistrado, que teria o poder para conceder, deduzir ou conservar uma possessão, e o juiz da controvérsia, que seria incapaz de exercer tal poder. Em matéria de opinião, Leibniz dizia que “não devemos

¹⁹ Leibniz, *Art of Controversies*, 2-5, 8-23.

²⁰ Leibniz, *Art of Controversies*, 20.

²¹ Leibniz, *Art of Controversies*, 19.

²² Leibniz, *Art of Controversies*, 58.

²³ Leibniz, *Art of Controversies*, 59

obediência absoluta ao mais alto dos poderes numa República, mas apenas paciência e não obstrução, que eram usuais perante a Igreja primitiva”²⁴. Assim sendo, diferentemente do poder político, que poderia apenas coagir e pacificar pela imposição do silêncio, a razão teria a capacidade de persuadir e fazer caducar uma controvérsia convencendo os próprios sujeitos envolvidos. Na prática, porém, o filósofo não deixava de reconhecer que o juízo da controvérsia frequentemente se confundia com o poder do magistrado, sobretudo nas questões políticas. Antes de qualquer ordenamento racional para o balanceamento das opiniões, caberia indicar, portanto, o prejuízo causado pelos afetos na solução das controvérsias²⁵.

Essas considerações de Leibniz trazem recursos analíticos pertinentes ao estudo das controvérsias da Idade Moderna. Chamam a atenção para aquilo que se poderia nomear como aspectos estruturantes das grandes disputas intelectuais do período. Também chamam a atenção para aquilo que se poderia nomear como aspectos estruturantes das controvérsias: a relação entre tais embates com outras atividades agonísticas; a configuração de um estado de controvérsia a partir da articulação de alguns elementos bem determinados, a saber, os contendores, a audiência, as regras e o juiz; a tensão entre a argumentação racional e a administração dos afetos; e, por fim, a utilidade das controvérsias à luz de seus desfechos.

Alguns desses aspectos foram incorporados na literatura contemporânea sobre as controvérsias científicas. Para entendê-las, traçou-se, por exemplo, uma tipologia na qual os discursos polêmicos poderiam ser classificados a partir de três categorias: as discussões, as controvérsias e as disputas²⁶. Assim como em Leibniz, as controvérsias são definidas no interior de uma relação triádica, tendo-se em vista o seu desfecho. As controvérsias científicas se diferenciariam, por um lado, das discussões, as quais se deteriam sobre algum objeto bem definido e teriam procedimentos convencionados para a identificação e correção de erros; por outro, elas se distinguiriam das disputas, as quais expressariam

²⁴ Leibniz, *Art of Controversies*, 57.

²⁵ “Thus, the judge of controversies is one thing in a republic subjected to passions and another in a republic not subjected to them. A certain man or a certain collective, on whose will depends what is to be done, is subjected to passion [if] now and then it [the will] is ruled by affections such as love, hatred, envy, impulse; and to obey their dictates is a major [form of] servitude. And this is the situation of almost all republics in our time. For in the courts the judges are particular men or particular collectives and, although it is possible to appeal [their decisions], such an appeal is judged by other men and other collectives, so that man’s welfare often depends upon the desire of others” (Leibniz, *Art of Controversies*, 17).

²⁶ Marcelo Dascal, “Epistemologia, controvérsias e pragmática”, 78-80.

discordâncias irreconciliáveis em matéria de atitude, sentimentos e preferências, sendo apenas dissolvidas, mas nunca resolvidas. As controvérsias, portanto, “envolvem tanto atitudes e preferências opostas como desacordos sobre os métodos vigentes para solucionar os problemas”, de modo que, em outra clara referência a Leibniz, “os contendentes acumulam argumentos que crêem aumentar o peso de suas posições frente às objeções do adversário, tendendo assim, se não a decidir a questão, pelo menos inclinar a ‘balança da razão’ a seu favor”. E sobre seu desfecho, “as controvérsias não se ‘solucionam’, nem se ‘dissolvem’, senão que se resolvem”²⁷.

Nessa tipologia percebe-se a presença de elementos leibnizianos: a definição relativa e tripartite das controvérsias; a preocupação em qualificar o desfecho (e a utilidade) delas; o desejo de redução das mesmas à troca de argumentos e ao balanceamento da razão. Existem, porém, diferenças significativas. As controvérsias em Leibniz aparecem numa diversidade de formatos, ambientes e assuntos que não é acompanhada pela tipologia em questão, restrita ao campo científico e acadêmico. Junto a isso, desaparece a proximidade entre razão, força e espetáculo, de modo que a controvérsia fica limitada pela presença (ou não) de instrumentos epistemológicos convencionados, e não mais por movimentos agonísticos gerais, como a competição ou a guerra. Tais diferenças não depõem contra a relevância da tipologia em questão, mas apontam para contextos intelectuais bastante diferentes, dado que, hoje em dia, certamente se estranharia o esforço de definir controvérsias acadêmicas a partir de competições esportivas ou confrontos armados.

No entanto, a distância entre essas atividades era, para Leibniz, menor. Entender esse outro estado de coisas no qual a polêmica entre acadêmicos se aproximava sensivelmente da competição e da peleja oferece a oportunidade de se examinar as controvérsias (e as teorias sobre elas) como objetos permeáveis à cultura e à história. Embora existam aspectos estruturantes que possam servir de parâmetro para o estudo geral das controvérsias, essas controvérsias se apresentam como fenômenos particulares, com seus próprios elementos e dinâmicas, cuja recuperação permitiria traçar os diferentes perfis assumidos pelo estado de controvérsia. Desse modo, as controvérsias não se estruturariam e se desenrolariam do mesmo jeito, como, por exemplo, entre os antigos gregos e os chineses do passado, dado que as condições intelectuais e institucionais do

²⁷ Marcelo Dascal, “Epistemologia, controvérsias e pragmática”, 79.

uso polêmico da palavra seriam significativamente distintas²⁸. Há, portanto, espaço para estudos de caso que esclareçam essas condições e contribuam para a compreensão das controvérsias tanto enquanto fenômenos interativos quanto históricos.

No que tange ao recorte da tese, as controvérsias entre letrados na Europa da Idade Moderna teriam sido atravessadas por dois sentidos distintos de polêmica. De um lado, pelo prazer de polemizar que, desde os gregos antigos, convertia as controvérsias em um jogo olímpico, cuja competição não se orientava pela busca do consenso, mas pela manutenção do movimento agonístico como oportunidade para que os contendores exibissem suas habilidades e o público se entretivesse. De outro, estaria em formação na época uma espécie de direito ao debate, capaz de transformar a polêmica em exercício pedagógico e, sobretudo, em um dispositivo epistemológico dentro do qual verdades particulares seriam postas à prova²⁹. As considerações de Leibniz estavam situadas nessa encruzilhada. Embora tivessem por objetivo fazer das controvérsias instrumentos racionais e úteis para o avanço do conhecimento e, não menos importante, para a produção de consensos, elas não ignoravam o sentido olímpico ou até mesmo bélico que a polêmica poderia assumir na época, com suas disputas apaixonadas, envolventes e pretensamente estéreis. Tendo isso em vista, é razoável assumir que, na prática, as controvérsias se mostrassem tanto em sua dimensão discursiva, marcada pela troca de argumentos e o emprego de recursos retóricos, quanto numa dimensão moral, a qual colocava em questão o caráter e o objetivo dos contendores, avaliava a conformidade da discussão aos interesses religiosos e políticos do público, bem como expressava códigos de conduta que orientavam os letrados. Tão importante quanto examinar os argumentos em uma controvérsia é identificar os desdobramentos morais da discussão se se quer entender o desenrolar de determinadas ideias e os padrões de comportamento da comunidade que as produziu.

As controvérsias da Idade Moderna se apresentam, portanto, como oportunidade para examinar não apenas a produção e recepção de ideias, mas ainda o lugar do conflito entre letrados. A República das Letras foi (e ainda é) representada como uma ampla

²⁸ Geoffrey Lloyd, "Towards a taxonomy of controversies and controversiality: Ancient Greece and China", in *Traditions of Controversy*, ed. Marcelo Dascal e Han-liang Chang (Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007), 3-15.

²⁹ Adelino Cattani, "The right, duty and pleasure of debating in Western culture", in *Traditions of controversy*, editado por Marcelo Dascal e Han-liang Chang (Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007), 125-138.

comunidade de homens letrados que formavam uma rede de comunicação na qual circulavam cartas, informações, objetos e pessoas. Essa rede era capaz de agregar correspondentes nos mais diversos lugares, dentro e fora da Europa, sob a égide da civilidade retórica e da produção do conhecimento³⁰. Não se pode esquecer que a República das Letras, ainda que se apresentasse como espaço relativamente horizontal de discussão e colecionasse membros de diferentes orientações filosóficas, políticas e religiosas, constituía-se a partir de ideais aristocráticos de sociabilidade, como a distinção de seus membros em relação ao vulgo e a valorização do ócio. E havia lugar também, como em toda aristocracia, para o confronto entre os seus cidadãos, a busca por distinção pessoal e o reforço de modelos e regras de pertencimento³¹.

Valendo-se do que foi dito até aqui, as respostas à publicação de *Historie of Tithes* são examinadas, no seu conjunto, tendo em vista os aspectos estruturantes das controvérsias que foram destacados por Leibniz. Utiliza-se das considerações do filósofo como uma espécie de grade de fundo que dá forma ao presente capítulo, mas que se pretende extrapolar à medida que ele se constrói. Sendo assim, nas seções subsequentes são analisados alguns elementos e dinâmicas que caracterizariam as controvérsias em geral, a saber, o espaço do embate, os competidores e seus apelos ao público e ao juiz, os golpes intelectuais e morais. E essas balizas gerais são atravessadas por particularidades da Idade Moderna na Europa, como, por exemplo, a proximidade entre espetáculo, julgamento e a guerra, a assimetria entre os autores e a busca pelo favorecimento, a mobilização da honra como meio de combate, e o apelo à censura e ao poder político.

Apropriando-se tanto da literatura dedicada a Selden quanto daquela interessada nas controvérsias busca-se identificar, primeiramente, qual foi a recepção da história dos dízimos de Selden e do seu modo de fazer conhecimento e, em segundo lugar, como letrados confrontavam uns aos outros e lidavam com o poder político. Tendo em vista esses objetivos, as demais seções deste capítulo estão organizadas da seguinte maneira: examinar os críticos de Selden, as condições e motivações para a controvérsia, que formariam uma espécie de plano material da controvérsia; depois, já no plano mais

³⁰ Anthony Grafton, *Worlds made of words: scholarship and community in the modern West* (Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 2009), 9-34; Marc Fumaroli, *La République des lettres* (Paris: Gallimard, 2015); Paula Findlen, ed. *empires of knowledge*.

³¹ Anne Goldgar, *Impolite learning: conduct and community in the republic of letters 1680-1750* (New Haven; London: Yale University Press, 1995); Stephen Shapin, *A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England* (Chicago, London: University of Chicago Press, 1995); Sari Kivistö, *Morality and knowledge at early modern universities* (Leiden: Brill, 2014).

simbólico, o significado que poderiam assumir atos polêmicos de fala e como o próprio Selden se utilizava dessa semântica para caracterizar os adversários; e, por fim, ainda nesse mesmo plano, a troca argumentativa em torno de dois pontos sensíveis da questão dos dízimos. Espera-se, enfim, que esse percurso seja relevante ao interessado tanto em Selden quanto nos embates da cultura letrada.

2. Os adversários, as condições e as motivações da controvérsia

Após a publicação do livro e os problemas junto às autoridades, Selden não fez mais qualquer acréscimo substancial a *Historie of Tithes*. Em sua biblioteca pessoal existe um único exemplar da obra (Bodleian 4º S25 Th.Seld), o qual não condiz com nenhuma das impressões que circulavam até o momento da retratação perante a High Commision, em janeiro de 1619. A retratação e o compromisso de não publicar mais nada sobre o assunto teriam garantido a Selden, em contrapartida, a possibilidade de fazer uma única impressão de sua obra³². E, de fato, Selden conservou em sua biblioteca um único exemplar de *Historie of Tithes* (Bodleian 4º S25 Th.Seld) e ele não corresponde nem à primeira ou à segunda, mas à terceira impressão da obra. Trata-se da impressão com a menor quantidade de erros tipográficos e que figurava, provavelmente, como uma espécie de versão definitiva do livro³³. A análise do exemplar de Selden, infelizmente, não revela muita coisa: não há grifos ou notas marginais no livro. É como se estivesse ali apenas para atestar sua própria existência e dar testemunho de seu autor³⁴.

³² Mark Bland, "Invisible dangers", 176.

³³ Gerald J. Toomer, "Selden's *Historie of Tithes*", 358, 377-8. Existe um exemplar de *Historie of Tithes* na Royal Library que é pouco anterior ao momento da retratação e reforça a suposição. Segundo Toomer, esse exemplar pertence à edição B de *Historie of Tithes* e é bem provável que tenha sido dado por Selden a Jaime I quando se encontraram, em dezembro de 1618. Àquela altura, caso existisse a edição C da obra (mais bem acabada do que as anteriores) é razoável supor que ela teria sido escolhida por Selden para presentear o monarca. Junta-se a isso o fato de que Ben Jonson, amigo próximo de Selden e quem o teria introduzido à corte, tinha em sua coleção justamente um exemplar da edição C de *Historie of Tithes* (Princeton Library, HJ2281.S46).

³⁴ O exemplar supracitado está em ótimo estado e foi examinado com cuidado. Nele não se encontrou grifo ou marginalia com qualquer acréscimo ao texto. É diferente daquilo que se observa em alguns exemplares da biblioteca pessoal de Selden, por exemplo, *The duello* (4o D13. Art.Seld) e *Mare clausum* (D2.8. Art.Seld), obras do próprio autor, e em *Britannia* (8 W34 Med.Seld), de William Camden, *The Advancement of Learning* (4 B15 Art.Seld), de Francis Bacon, e *Mare Liberum* (8 V27.1 Art.Seld), de Hugo Grócio. Neles existem grifos (feitos à tinta e lápis) e referências acrescentadas nas margens, aparentemente com a letra do próprio Selden. Apesar disso, a ausência de grifo e de notas marginais não permite afirmar, por si só, o desinteresse de Selden ou a desimportância de determinada obra. Por um lado, Selden fazia muitas anotações em cadernos e papéis separados e neles existe uma profusão de transcrições de documentos e excertos de textos de terceiros, com grifos e anotações. Por outro, títulos

Fato é que, após a publicação e retratação de Selden, a polêmica em torno do livro não se desenrolaria mais por meio da materialidade de *Historie of Tithes*. O combate administrativo à obra tornou-se uma ofensiva letrada, à qual Selden respondeu, duas vezes, em formato manuscrito, já que o ato de publicar tinha lhe custado tantas dores de cabeça³⁵. Com a instauração da controvérsia, Selden precisou apresentar mais argumentos e explicações enquanto surgiam novos atores na arena letrada, agora devidamente identificados.

Seis nomes contestaram publicamente a história dos dízimos de Selden. O número de adversários de Selden é algo, porém, que varia dentro da bibliografia. Por exemplo, Cyndia Clegg examinou dois desses nomes (Tillesley e Montagu). Daniel Woolf abordou três (Sempill, Tillesley e Montagu). Nicholas Hardy mencionou quatro (Sempill, Tillesley, Montagu e Nettles), mas trabalhou apenas com dois deles (Tillesley e Montagu). Gerald Toomer, numa ocasião, indicou quatro nomes (Sempill, Tillesley, Montagu e Nettles) e fez menção, em nota, a um quinto (Sclater), enquanto, em outro momento, enumerou três nomes (Sempill, Tillesley e Montagu). Edith Bershadsky, por fim, introduziu os seis nomes examinados aqui (Sempill, Tillesley, Montagu, Sclater, Nettles, Perrot)³⁶. Tal variação revela algo além da trivialidade de que o número de contentores oscilou segundo o argumento de cada historiador. Ela mostra que esses nomes não foram articulados e examinados num conjunto, mas mobilizados de maneira *ad hoc*, e que, por consequência, a controvérsia em torno de *Historie of Tithes* permanece em grande medida incerta no que diz respeito aos seus elementos constitutivos, suas dinâmicas e seus limites.

Sendo assim, convém apresentar cada um desses nomes, em linhas gerais³⁷.

conhecidos na época (e de autores próximos a Selden) têm poucas ou nenhuma marca de leitura, como *Purchas his Pilgrimage* (I1.2 Art.Seld), de Samuel Purchas, *Annales rerum Anglicarum* (C1 5 Art.Seld; AA 26 Art.Seld), de William Camden, e *Leviathan* (A1 17 Art. Seld), de Thomas Hobbes.

³⁵ John Selden, "An admonition to the reader of sir James Sempil's Appendix", in *Joannis Seldeni opera omnia*, organizado por David Wilkins (London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726), 3: 1345-1364; John Selden, "A reply to Dr. Tillesley's Animadversions upon the History of Tythes", in *Joannis Seldeni opera omnia*, organizado por David Wilkins (London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726), 3: 1365-1386.

³⁶ Cyndia S. Clegg, *Press and censorship in Jacobean England*, 156; Daniel Woolf, *The idea of history*, 231-235; Nicholas Hardy, "Philology divided", 158; Gerald J. Toomer, "Selden's *Historie of Tithes*", 368-374; Gerald J. Toomer, *John Selden*, 307-309; Edith Bershadsky, "Selden's *Historie of Tithes* and its contexts ramifications", 290-1, 300, 311, 313-4.

³⁷ As informações bibliográficas dos adversários de Selden foram retiradas, respectivamente, dos seguintes verbetes biográficos: Stephen Wright, "Sempil, Sir James (1566-1626)", in *Oxford Dictionary of National Biography* (online, 2004); E. I. Carlyle, "Tillesley, Richard (1582-1624)", revisado por D. R. Woolf, in *Oxford Dictionary of National Biography* (online, 2008); Anthony Wood, "Richard Tillesley", in

O primeiro dos adversários foi sir James Sempill (1566-1626), que respondeu a Selden com a publicação de *Sacrilege sacredly handled* (1619)³⁸. Sempill era um nobre escocês e cortesão bastante próximo de Jaime I. Sua proximidade com o rei era de longa data. Ambos tinham a mesma idade, cresceram juntos e foram instruídos pelo mesmo professor, George Buchanan. Sempill auxiliou o então Jaime VI na publicação do seu livro mais famoso, *Basilikon Doron* (1599), e atuou em favor do monarca na Inglaterra e, depois da coroação de Jaime I, como embaixador na França. Engajou-se também no polemismo religioso, em associação com o inflamado teólogo presbiteriano Andrew Melville, na defesa de posições calvinistas contra arminianos e católicos.

Outro crítico de Selden foi Richard Tillesley (1582-1624), autor de *Animadversions upon M. Selden's History of Tithes* (1619, 1621)³⁹. Tillesley se tornou doutor em teologia por Oxford, em 1617, e ocupava, desde 1614, a posição de arqui-diácono junto à diocese de Rochester, em Kent. Ele era casado com Elizabeth Buckeridge, sobrinha do bispo de Rochester, John Buckeridge, o qual fora seu benfeitor.

O terceiro sujeito em questão foi Richard Mountague ou Montagu (1575-1641), tal qual está escrito na folha de rosto das *Diatribae upon the first part of the late History of Tithes* (1621)⁴⁰. Tratava-se do mais renomado entre os adversários de Selden. Montagu vinha de uma família afluente e fora educado numa escola de elite, o Eton College, egresso de Cambridge e doutor em teologia pela mesma universidade. Trabalhou como assistente de Henry Saville, um dos mais prestigiosos eruditos da época, na edição e tradução de textos da patrística em língua grega. Na ocasião, Montagu chegou, inclusive, a ser acusado de plágio por outro letrado de grande prestígio, Isaac Casaubon. Por causa disso, um manuscrito de sua autoria foi barrado para publicação por ordem do arcebispo da Cantuária, George Abbot. Quando se envolveu na controvérsia dos dízimos, Montagu

Athenae Oxonienses, editado por Philip Bliss (London: Printed for F.C. e J. Rivingston et al, 1815) 2: 303-4; John S. Macauley, "Mountague, Richard (bap. 1575-1541), in *Oxford Dictionary of National Biography* (online, 2015); Jim Benedict, "Sclater, William (bap. 1575-1627)", in *Oxford Dictionary of National Biography* (online, 2008); John Walker, "Nettles, Stephen (fl. 1595-1647)", in *Oxford Dictionary of National Biography* (online, 2008); "Perrot, Richard", in *Alumni Cantabrigienses* (Cambridge: At the University Press, 1924), 1: 349.

³⁸ James Sempill, *Sacrilege sacredly handled* (London: Printed by William Jones for Edmund Weaver, 1619)

³⁹ Richard Tillesley, *Animadversions upon M. Seldens History of Tithes and his Review thereof* (London: Printed by John Bill, 1619). Richard Tillesley, *Animadversions upon M. Seldens History of Tithes and his Review thereof* (London: Printed by N. Okes for Arthur Johnson, 1621).

⁴⁰ Richard Montagu, *Diatribae upon the first part of the late History of Tithes* (London: Printed by Felix Kyngston for Matthew Lownes, 1621).

desfrutava de uma posição confortável próxima à corte e dentro da estrutura eclesiástica. Sua atuação como polemista não se restringiu à controvérsia em questão. Pelo contrário, Montagu se tornou famoso (e foi bastante hostilizado) pela defesa de posições arminianas, anticatólicas e profundamente antipuritanas. Dois livros de sua autoria lhe deram esse renome, *A Gagg for the New Gospell?* (1624) e *Appello Caesarem* (1625), tendo esse último encontrado resistência, novamente, por parte do arcebispo da Cantuária, George Abbot, e se tornado motivo para que fosse movido, na Câmara dos Comuns, um processo favorável a sua punição. Montagu escapou de ser punido por causa da dissolução do parlamento, em 1626, e graças a um perdão real, concedido em 1629. Apesar disso, chegou a ser publicado contra ele um panfleto anônimo, intitulado *Anti-Montacutum* (1629), o qual seria impresso novamente em 1641, já no contexto da Guerra Civil. Apesar da forte oposição, Montagu foi apadrinhado do duque de Buckingham e pôde contar, frequentemente, com o favor da Coroa. Dentre os adversários de Selden, foi ele quem atingiu as melhores posições na estrutura de poder: bispo da diocese de Chichester (1628), no condado de Sussex, e da diocese de Norwich (1638), no condado de Norfolk.

Os adversários restantes eram figuras menos conhecidas. O quarto crítico de Selden foi William Sclater (1575-1627), que publicou *The questions of tythes revised* (1623)⁴¹. A sua formação se assemelhava àquela de Montagu: foi aluno do Eton College, continuou os estudos em Cambridge e, em 1617, tornou-se doutor em teologia. A atuação de Sclater se deu, porém, na pregação e nos afazeres da igreja. Suas publicações foram fundamentalmente sermões e dois deles, *Expositions on 1 e 2 Thessalonians* (1619, 1627), chegaram a ter cinco impressões póstumas, em 1638. Como clérigo, Sclater ocupou posições de capelão, prebendário e vigário na diocese de Bath e Wells, no condado de Somerset, e contava com o apoio do bispo local, Arthur Lake. Sclater era um calvinista e anticatólico fervoroso, envolvendo-se eventualmente em problemas por causa de seu não conformismo e desconfiança em relação à política eclesiástica de Jaime I e seus clérigos moderados. O quinto adversário de Selden foi Stephen Nettles (1595-1647), autor de *An answer to the Jewish part of Mr Selden's History of Tithes* (1625)⁴². Tratava-se de um clérigo anglicano, formado por Cambridge, e atuante (*rector* e vigário) em Essex. Sabe-se que era um ministro conformista, isto é, hostil aos puritanos e de inclinações regalistas, o

⁴¹ William Sclater, *The question of tythes revised* (London: Printed by John Legatt, 1623).

⁴² Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Mr Selden's History of Tithes* (Oxford: Printed by John Lichfield e William Turner, 1625).

qual encontrava resistência dos próprios paroquianos. Por fim, o sexto e último crítico de Selden foi Richard Perrot (†1641), o qual publicou um livro pouco lembrado, intitulado *Jacob's vow or The true historie of tithes* (1627)⁴³. Do seu autor sabe-se muito pouco, apenas que era clérigo anglicano, oriundo de Cambridge e atuante (vigário e prebendário) no condado de York.

A apresentação desses sujeitos traz informações que, se não agrupadas e tratadas, transformam-se em preciosismo factual. Esses atores podem ser interessantes e merecedores de pesquisas aprofundadas, embora se tenha feito pouco isso na bibliografia⁴⁴. Mas esse não é o objetivo aqui. Neste capítulo, busca-se formar um primeiro plano da controvérsia através do cruzamento entre esses atores, seus patronos, condições e motivações.

A partir desse cruzamento, percebe-se como o ato de imprimir tirou a história dos díizimos de Selden de um círculo mais restrito do que aquele no qual provavelmente transitava ainda na forma de manuscrito, o qual era formado pelos amigos de Selden e por aqueles envolvidos na censura da obra. Não se advoga aqui uma relação mecânica e errônea entre impressão e circulação, segundo a qual um texto impresso circularia necessariamente mais, e em formas mais diversas, do que um texto manuscrito⁴⁵. No caso de *Historie of Tithes*, todavia, a impressão parece ter dado capilaridade ao livro, fazendo dele um objeto de aquisição, uso e crítica em diferentes lugares. Embora não tivesse o mesmo alcance geográfico que outras obras de Selden, como *Titles of Honor*, *De Diis Syris* ou *Mare Clausum*, publicadas nos Países Baixos e no Sacro Império, *Historie of Tithes*

⁴³ Richard Perrot, *Jacobs vowe, or The true historie of tithes* (Cambridge: Printed by Thomas Bucke e John Bucke, 1627).

⁴⁴ Há, de fato, uma distância em matéria de relevância entre Selden e os adversários indicados acima. Enquanto existe uma bibliografia dedicada ao primeiro, ainda que não tão vasta quanto aquela a respeito de outros letrados da mesma época, como Francis Bacon ou Thomas Hobbes, os adversários de Selden são praticamente anônimos para a literatura científica. Identificou-se em um levantamento numa base de periódicos (<https://www.jstor.org/>) que, dentre os críticos de Selden, apenas Richard Montagu figura de maneira relevante em artigos científicos. James Sempil, Richard Tillesley, William Sclater e Stephen Nettles são nomes de passagem, que surgem em referências bibliográficas ou exemplificam determinado argumento. Sempil e Sclater são os mais relevantes desse conjunto, em especial o segundo pela suposta autoria de um soneto atribuído a Shakespeare. Já sobre Richard Perrot, não foi encontrada qualquer menção e a ausência de qualquer verbete sobre ele no *Oxford Dictionary of National Biography* parece confirmar a pouca relevância do letrado no cenário intelectual inglês.

⁴⁵ Fernando Bouza, *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro* (Madrid: Marcial Pons, 2001); Bruna Braga Fontes, "Manuscrito e impresso: as diferentes materialidades do texto de Fulke Greville" (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2021); Verônica Calsoni Lima, "Edição e censura: a materialidade dos panfletos de sir Roger L'Estrange no início dos anos 1660", *Anais do Museu Paulista* 28 (2020): 1-50.

estaria bem enraizada dentro da Inglaterra, a julgar pela disposição dos adversários da obra. Alguns críticos de Selden tinham um bom trânsito na corte, como James Sempill e Richard Montagu, enquanto outros estavam sediados em localidades próximas de Londres, como Richard Tillesley (em Rochester) e Stephen Nettles (em Lexden), ou em lugares bem mais distantes da metrópole, como William Sclater (em Pitminster) e Richard Perrot (em York). Onde quer que estivessem, todos eles leram, reagiram e se propuseram a responder à volumosa história dos dízimos de Selden.

As dedicatórias feitas pelos adversários de Selden permitem definir recortes e pontos de partida. James Sempill, Richard Tillesley e Richard Montagu dedicaram seus trabalhos ao próprio monarca, Jaime I. William Sclater, ao bispo da diocese de Bath e Wells, Arthur Lake, ao qual servia como capelão. Stephen Nettles homenageou John Prideaux, que na época era professor-régio de teologia, vice-chanceler de Oxford e detentor de várias posições eclesiásticas no condado. E, por fim, Richard Perrot dedicou seu livro ao arcebispo de York, Tobias Matthew, ao qual estava subordinado. Percebe-se aí um movimento de irradiação: aquilo que, inicialmente, se desenrolava em torno da corte, organizado para benefício do monarca, ganhou espaço no interior da Inglaterra.

Essa clivagem nas dedicatórias não apenas reforça a ideia de capilarização de *Historie of Tithes*, mas ainda permite assinalar dois momentos da controvérsia. Um primeiro que se organizou em torno de Jaime I e reuniu, entre 1619 e 1621, as publicações de James Sempill, Richard Tillesley e Richard Montagu, bem como os textos manuscritos de Selden aos dois primeiros adversários. Esse momento terminou com a publicação das diatribes de Montagu, as quais não teriam sido contrariadas graças a uma interdição expressa, por parte de Jaime I, para que Selden abandonasse a polêmica sob a ameaça de prisão dele ou de seus amigos. Nesse primeiro período, configurava-se, de fato, uma controvérsia no seu sentido mais óbvio, isto é, uma troca de argumentos, e dele fizeram parte os principais adversários de Selden, Richard Tillesley e Richard Montagu. No entanto, a despeito do peso desses críticos, da centralidade ocupada pelo rei nas respostas e da imposição forçosa de silêncio a Selden, *Historie of Tithes* não deixou de ser objeto de apreciação e crítica nos anos que se seguiram. A controvérsia perdeu força, mas não desapareceu por completo. Há um segundo momento (e do qual Selden não participou) que reuniu, entre 1623 e 1627, as publicações de William Sclater, Stephen Nettles e Richard Perrot. Um desses autores, Stephen Nettles, começava o seu prefácio reconhecendo justamente o caráter tardio da própria publicação: “considerando que

diversos Tratados foram publicados até agora na forma de resposta ao livro intitulado a História dos Dízimos, pode ser que, depois desse longo silêncio, pareça estranho neste momento, e se julgue um Trabalho totalmente inoportuno e supérfluo, escrever ou falar qualquer coisa a mais sobre aquele assunto”⁴⁶. Embora tenham pesos diferentes, tanto o primeiro quanto o segundo momento fazem parte de um único contexto de recepção e, por isso, devem ser examinados para que se possa mais bem entender a controvérsia em questão.

As dedicatórias mostram também que a crítica à história dos dízimos de Selden era uma oportunidade para que os autores firmassem vínculos públicos com certos patronos. Esse vínculo, porém, não era idêntico a aquele que Selden celebrava na carta dedicatória a Robert Cotton: talvez com exceção apenas de Stephen Nettles, que alude a algo nesse sentido, nenhum dos adversários de Selden afirmou depender de seus respectivos patronos para compor as críticas à *Historie of Tithes*. As obras desses letrados não eram necessariamente tributárias de algum trabalho de colaboração, tal qual era o caso da história de Selden, cujos insumos remetiam em grande medida à biblioteca do patrono. Embora indicassem alguma colaboração pontual, tais obras eram, antes de tudo, a materialização de uma oportunidade para que seus autores se mostrassem dignos dos favores que recebiam (ou receberiam) e atrelassem a si mesmos e aos seus patronos na defesa da Igreja da Inglaterra.

Esse entrelaçamento entre agradecimento ao patrono, retribuição ou expectativa de ganho e mobilização de qualidades morais que motivaram a escrita (em especial a piedade) aparece, em maior ou menor medida, em todos os adversários de Selden. Trata-se de algo marcante, sobretudo, em Stephen Nettles e Richard Perrot.

Stephen Nettles estruturou sua dedicatória a partir do paralelo entre a composição e publicação do seu livro e a obrigação dos antigos hebreus de oferecer, por lei, certos frutos da colheita a Deus. Tal associação produzia mais do que um agradecimento piedoso (e pomposo): ela encapsulava numa única imagem a relação entre autor e patrono, o contexto de publicação do livro e a natureza da obra publicada. Em primeiro lugar, o patrono endereçado pela obra, o doutor oxoniense John Prideaux, era homenageado por suas qualidades pessoais, a saber, a “combinação de zelo e erudição” e “o amor que Vós carregais pelos estudos Hebraicos”, mas também, e não menos importante, pelo

⁴⁶ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Preface.

acolhimento a “este pequeno tratado, junto aos diversos favores que Vós, aprazivelmente, concedeu a mim (mesmo sendo eu ainda um desconhecido para Vós)”⁴⁷. Ao patrono, o autor oferecia “as primícias [first fruits] dos meus pobres esforços”⁴⁸ e a partir desse paralelo entre dedicatória e primícias qualificava a relação assimétrica da dádiva. Havendo correspondência entre a obra em questão e as primícias, o patrono do livro assumiria posição semelhante àquela de Deus, isto é, de provedor de favores e de proteção futura, enquanto o autor ocuparia o lugar dos hebreus, retribuindo por meio do seu trabalho, de maneira humildade, piedosa e obrigatória.

No entanto, essas “primícias” não eram referência a alguma oferta genérica a Deus. Stephen Nettles indicava com precisão no texto sagrado (Lv 19,9; Dt 24,19) a natureza dessa oferenda. Os frutos em questão seriam aqueles que os hebreus, na hora da colheita, deixavam de pegar fosse porque estavam nos limites da área plantada ou porque caíam e eram simplesmente esquecidos. Tais frutos teriam destino legal certo: alimentar o pobre, o estrangeiro, o órfão e a viúva. Tendo isso em vista, a objeção de Stephen Nettles a Selden vinculava-se a uma colheita maior, feita por “diversos tratados sobre dízimos já disponíveis”, e que restava ao autor pegar no campo aquilo que restava e, humildemente, oferecer aos necessitados. A questão dos dízimos era não apenas o assunto do livro, mas também dava forma a ele e à relação que se estabelecia com o patrono e o público em geral. Assim, dizia Stephen Nettles, “assim, de certa maneira, posso eu julgar essas Coleções pobres, magras e dispersas como sendo de natureza assemelhada; e, por consequência, desejando lançar minha pequena contribuição no tesouro da Igreja, eu as apresento a Vós, na esperança de que, assim como já concedestes a elas Vossa favorável Construção, agradará a Vós dar assistência a elas, até onde a verdade exigir, por meio de vossa desejosa e hábil proteção”⁴⁹. A contribuição poderia ser pequena diante dos outros tratados contra Selden, como reconhecia o autor, mas interpretada à luz das primícias, ela se apresentava como obra piedosa e legítima, por consequência capaz de depor moralmente a favor do próprio Stephen Nettles e do seu patrono, John Prideaux.

Esses frutos deixados no caminho numa primeira grande colheita contra Selden diziam respeito ao tratamento dado às fontes judaicas. Ao tomá-las como objeto, Stephen Nettles se inseria na controvérsia numa posição, simultaneamente, humilde e de proeza,

⁴⁷ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Epistle Dedicatory.

⁴⁸ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Epistle Dedicatory.

⁴⁹ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Epistle Dedicatory.

dato que, por um lado, respondia à obrigação semelhante àquela dos hebreus e, por outro, mostrava-se capaz de encarar Selden numa área restrita do saber e assim atrair o favor de John Prideaux. Stephen Nettles dizia “tenho por desígnio apenas trazer alguma evidência ainda não explicada, que possa ajudar a revelar e esclarecer diversas dúvidas e questões dessa natureza” e fazia isso “pois o Autor da História [dos Dízimos], no Prefácio dela, oferecendo-a para o julgamento por parte do escrutínio mais cuidadoso e com um desafio a todos os oponentes na seguinte máxima poética, ‘si falsa est, accingere contra’ etc, assim insinua que ele escreveu nada mais do que a verdade infalível”⁵⁰. Assim sendo, o autor se colocava, do ponto de vista discursivo, como duplamente forçado à controvérsia: ele teria a obrigação de recolher os frutos ignorados pelos autores da primeira colheita e oferecê-los aos necessitados, assim como de responder ao desafio de Selden e mostrar a fragilidade das considerações do autor sobre o pagamento dos dízimos entre os hebreus. Para Stephen Nettles, era preciso responder especificamente a essa parte de *Historie of Tithes*, pois a obra insinuaria “a autoridade dos Escritores Judeus contra o direito divino da Igreja nos Dízimos, sendo adotada com muita confiança e ostentação e também recebida com grande aplauso e uma aprovação mais do que usual”⁵¹. Apesar do silenciamento da controvérsia na imprensa, a história dos dízimos de Selden ainda era, por volta de 1625, objeto digno de confrontação, dado que seria passível de apropriação indevida aos olhos da Igreja da Inglaterra. Stephen Nettles colocava para si a tarefa de corrigir os erros de Selden e de mostrar “que os escritos dos Judeus, embora nós não dependamos deles (porque em muitas coisas eles são vãos e fabulosos), ainda sim tomados como são, sendo verdadeiramente narrados, fornecerão mais provas do direito divino dos Dízimos”⁵².

Stephen Nettles lamentava, retoricamente, que ninguém mais hábil do que ele tivesse publicado um discurso dessa natureza e buscava se colocar como alguém moderado, pouco interessado na fama da controvérsia. Dizia ele que “esses meus papéis, que foram há muito tempo vistos e censurados, não foram dedicados nem logo de início, nem apressadamente depois à Imprensa”. Sua obra seria, portanto, fruto de maturação. Ainda sim, a publicação não deixava de ser, na mais imediata das suas motivações, uma reação à recepção que *Historie of Tithes* encontrou entre os paroquianos de Stephen Nettles em Lexden. Dizia ele,

⁵⁰ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Preface.

⁵¹ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Preface.

⁵² Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Preface.

porque pouco tempo depois da primeira aparição da História, fiz um Sermão público expressando contrariedade a diversas partes dela, o que acabou desagradando alguns ouvintes, e pensei que caberia a mim dar melhores satisfações, tanto aos Olhos quanto ao Ouvido, justificando com minha pena aquilo que afirmei no Púlpito.⁵³

Existem indícios biográficos de que Stephen Nettles tenha encontrado, durante todo o seu ministério em Lexden (a saber, entre 1610 e 1644), a oposição de seus paroquianos. O que não está sujeito à dúvida, todavia, é que o próprio ministro confessava ao seu público leitor que a história dos dízimos de Selden contribuiu para o atrito entre ele e a paróquia. A julgar pela passagem acima, alguns fiéis se valeram da autoridade de Selden, sobretudo no que dizia respeito às fontes judaicas, para reagir ao sermão do ministro local em defesa da obrigação divinamente instituída de que todos ali pagassem os dízimos. Tal sermão foi daí redigido, avaliado, aprimorado e, enfim, publicado anos depois como uma resposta nominal a Selden, apadrinhada (ou buscando o apadrinhamento) de uma figura notória em Oxford.

Torna-se evidente a partir daí que, além do entrelaçamento entre o agradecimento ao patrono, a retribuição ou expectativa de ganho e a mobilização de qualidades morais, a defesa diretamente interessada dos dízimos era algo que caracterizava o conjunto dos adversários de Selden. Com exceção apenas de James Sempill, todos eles eram clérigos da Igreja da Inglaterra e, nessa condição, dependiam cotidianamente dos ganhos obtidos nas posições que ocupavam dentro da hierarquia eclesiástica. O debate sobre os dízimos (e o risco representado por ele) era algo que interessava a esses homens de um ponto de vista não apenas teórico, mas também cotidiano e material⁵⁴.

⁵³ “[...] because not long after the first appearing of the History, I did a publike Sermon take exception against diverse parts thereof, which being distastefull to some hearers, I thought it did concerne me for better satisfaction, aswell to the Eye as to the Eare, to justify with my pen, what I avouched in the Pulpit” (Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part*, The Preface).

⁵⁴ Isso aparece de maneira notória em duas cartas de Richard Montagu ao amigo (e também clérigo) John Cosin, datadas de 22 e 28 de novembro de 1624. Nelas o adversário de Selden opina e informa ao interlocutor, dado que o último pretendia trocar sua posição por outra, a respeito dos rendimentos anuais de determinadas “livings” e das circunstâncias locais que as envolviam. A conclusão de Richard Montagu era simples, “take the most advantageous for your purse”. Provavelmente, tal abordagem não contribuiria para azeitar a relação dos ministros com os paroquianos, mas tal preocupação com as condições materiais da igreja dava ensejo, no caso de John Cosin, à imposição de uniformidade religiosa por via administrativa. Para mais detalhes, conferir: John Cosin, *The correspondence of John Cosin* (London, Edinburgh: Published for the Society of Surtees, 1869) 1: 27, 29; John G. Hoffman, “Another side of ‘Thorough’: John Cosin and administration, discipline, and finance in the Church of England 1624-1644”, *Albion* 13, n. 4 (1981): 347-363.

Richard Perrot era ainda mais explícito do que Stephen Nettles na busca pelo favor do seu patrono, o arcebispo de York, Tobias Matthew, e no emprego do livro como dádiva⁵⁵, porém ele interessa aqui, sobretudo, porque atestava o perigo de infiltração das ideias de Selden em nível paroquial. O livro de Richard Perrot teve trajetória bastante similar daquele de Stephen Nettles. Ele foi do púlpito para a prensa e, desde a sua origem, orientou-se na preservação dos interesses da Igreja da Inglaterra no seu registro mais material e localizado. Na dedicatória ao arcebispo de York, Tobias Matthew, datada de maio de 1621, Richard Perrot informava que o livro “contém a suma e a substância de um Sermão propositalmente estudado que foi pregado na Igreja Metropolitana de S. Peters em York, no Assize de Verão, 1620”⁵⁶. Naquela ocasião, entre julho e agosto de 1620, o autor já era bacharel em teologia por Cambridge, desde 1614, e gozava da condição de vigário, desde 1615, em Hessle e Hull, ambas no condado de York. O sermão foi pregado em evento oportuno para a defesa dos interesses do clero: a reunião dos *assizes*, isto é, de juízes da *common law* que eram designados para circular pelos condados e, periodicamente (verão e inverno), decidir casos de natureza criminal e civil⁵⁷. Não se sabe como o sermão foi recebido pelos presentes na ocasião ou se havia algum caso específico em julgamento que interessasse ao clérigo, mas o próprio Richard Perrot fez questão de se queixar das dificuldades de fazer com que o seu sermão chegasse à imprensa.

Na carta ao leitor, Richard Perrot dizia que o texto fora finalizado seis anos antes, mas que “ficou paralisado na Prensa tal qual o homem paralítico na Piscina de Bethesda, não por falta de amigos para colocá-lo lá, mas por falta de um Anjo que agitasse as águas do Impressor”⁵⁸. Assim como Stephen Nettles, Richard Perrot fazia um paralelo entre a sua situação e determinada passagem bíblica. O episódio em questão (Jo 5, 1-18) contava que na piscina de Betesda, em Jerusalém, enfermos buscavam a cura nas águas do lugar,

⁵⁵ “I made bold to publish this following discourse, the which together with my person, I commend unto your Graces protection; no wayes doubting but as it hath always pleased your Grace ever since my coming into your Diocesse, even before I was your servant, to countenance me and my poore labours farre beyond their desert; so now you will double your favour and protection both upon me and them: for which I shall bee ever bound to double my most hearty prayers to God for your Graces health and happiness” (Richard Perrot, *Jacobs vowe*, The Epistle Dedicatorie).

⁵⁶ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, The Epistle Dedicatorie.

⁵⁷ Os juízes naquela ocasião eram os advogados da *common law* John Denham e Humphrey Winch. Ambos fizeram parte da carreira jurídica na Irlanda e atuaram como juízes no Circuito Norte (do qual fazia parte o condado de York) entre 1617 e 1625, e 1618 e 1620, respectivamente. Sobre eles não se descobriu nada de substancial que servisse para traçar a posição de cada um sobre os dízimos. Para mais informações, conferir: J. S. Cockburn, *A history of English Assizes 1558-1714* (Cambridge: Cambridge University Press, 1972), 23-48, 270, 287, 293.

⁵⁸ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, To The Reader.

que eram, eventualmente, agitadas por um anjo. Quem entrasse na piscina logo após a agitação ficaria curado. Um enfermo, parálítico, pede então a Jesus que o leve até a água, pois não tinha quem o ajudasse, e Jesus opera um de seus milagres. O sujeito se levanta e anda, porém acaba repreendido, pois o fez num sábado. Richard Perrot evocava esse episódio na integralidade dos seus elementos. O sermão feito e escrito por ele ocupava o lugar do homem paralisado, o qual, diferentemente deste último, contava com amigos que poderiam levá-lo até à prensa. Porém, faltaria justamente o anjo, cuja sacralidade seria capaz de mover as máquinas da tipografia e curar os enfermos que nelas se banhassem. Pesaria sobre o texto algum tipo de interdição, tal qual o sábado sobre o enfermo. Richard Perrot dizia que se o sermão fosse “algum Panfleto vão [...], teria achado Parteiras que o puxassem para o mundo”, porém “tal é a miséria de nossos tempos” que “nem mesmo aqueles homens que sugam ganhos dos assuntos mais vãos e grosseiros não ousam imprimir qualquer coisa desta natureza, com medo de perdas e danos”⁵⁹. A razão dessa paralisia do texto na tipografia não fica clara no texto, se motivada pela possível recepção do público leitor ou se por interdição real, dado que àquela altura se buscava silenciar a controvérsia dos dízimos. O autor diz apenas que quase desistiu da impressão, “esperando não mais do que uma pobre acolhida nas mãos daqueles que devem pagar pelos meus trabalhos, quando aqueles provavelmente se beneficiarão deles”⁶⁰.

De uma forma ou de outra, graças à intervenção dos amigos de Richard Perrot, o texto foi publicado, em 1627, por impressores de Cambridge⁶¹ e o resultado final era uma mistura entre a oralidade do sermão e a minúcia de um tratado de história⁶². De volta à dedicatória, Richard Perrot apresentava,

que os volumes maiores do Doutor Tillesley e do Sr. Montagu, os quais no tange ao preço e à maneira de tratar não são óbvios para as mãos e o entendimento de todos os homens, possa através desse trabalho menor e

⁵⁹ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, To The Reader.

⁶⁰ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, To The Reader.

⁶¹ Os impressores em questão eram Thomas Buck e John Buck. Sobre eles, encontrou-se apenas que eram irmãos, foram nomeados impressores da universidade por volta de 1625 e que o nome de um deles, Thomas Buck, desaparece das imprentas entre 1640 e 1650, reparcendo brevemente entre 1651 e 1652. Para mais, conferir: Henry Plomer, *A dictionary of booksellers and printers from 1641 to 1667* (London: Printed for the Bibliographical Society, 1907), 38.

⁶² “When this discourse was first studyed, it was fitted for a Sermon, and fashioned at all pointes accordingly, but beeing by Gods providence prevented therein, and by the entreaty of friends drawne to commend it to publicke view; I drew it out into a longer tract, fitting it accordingly to the generall times as then they were. [...] So that in reading hereof thou must consider some things as spoken from the pulpit, others as in story, and those spoken as the times then were” (Richard Perrot, *Jacobs vowe*, To The Reader).

discurso simples se tornar comum para todos os homens, de modo que aquela opinião geral que a maioria dos homens têm de que a História dos Dízimos do Sr. Selden seria irrespondível possa ser, em alguma medida, se não totalmente satisfeita.⁶³

Diferentemente de Stephen Nettles, que se somava aos primeiros críticos de Selden a partir daquilo que fora suficientemente tratado por eles, Richard Perrot chamava atenção para a natureza das duas principais respostas a Selden. Elas eram caras demais, muito eruditas, e a maioria das pessoas não apenas era incapaz de acessá-las, mas ainda mantinha a opinião de que *Historie of Tithes* era “irrespondível”. O apelo pastoral e didático é marcante nesse segundo momento da controvérsia dos dízimos e reforça a suposição de que, rapidamente, a história de Selden se popularizou entre o público letrado em geral e, a partir das paróquias, tornou-se instrumento de contestação frente ao clérigo atuante. No caso de Richard Perrot, dizia ele também que outra razão para publicar o sermão era “responder a dois momentos particulares, especificados e tratados de maneira muito equivocada pelo Sr. Selden em sua História dos Dízimos: o primeiro, um costume dentro da minha própria Paróquia, fundado na doação de Robert de Hessel ao Monastério de Gisburne; o outro, em East-Riding no condado de York, fundado no pagamento costumeiro dos Vinte e Quatro Feixes [Threaves]; a partir dos quais ficará evidente como o Sr. Selden não foi tão curioso e cuidadoso na sua Obra-prima quanto o mundo acredita que ele foi”⁶⁴. Deixando de lado, por ora, a minúcia desses dois pontos, a história dos dízimos de Selden colocava publicamente a paróquia e o condado de Richard Perrot como exemplos de que, ainda na Alta Idade Média, os dízimos eram pagos de maneira voluntária, em cotas menores e por autoridade leiga⁶⁵. Provavelmente, isso trazia problemas não apenas para a relação entre o clérigo e seus paroquianos, os quais poderiam questionar os modos e quantias pagos na forma de dízimo, mas ainda fortalecer determinados ministros “que brigam contra o direito de Deus na sua Casa e Dízimos e que inundam o mundo com posicionamentos esquisitos e vazios”⁶⁶.

⁶³ “Secondly, that the greater Volumes of Doctor Tillesley and Mr. Montague, which in regard of the greatness of the price, and manner of handling, are not obvious to all mens hands and understandings, may by this smaller worke, and plaine discourse become common to all men; and so that great opinion that most men have of the unanswerableness of Mr. Selden’s History of Tithes, may be in some measure, if not fully satisfied” (Richard Perrot, *Jacobs vowe*, The Epistle Dedicatorie).

⁶⁴ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, The Epistle Dedicatorie

⁶⁵ John Selden, *Historie of Tithes* (London: 1618), 271-2.

⁶⁶ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, The Epistle Dedicatorie.

Richard Perrot se colocava na controvérsia em um momento tardio, mas não menos urgente. Seu discurso desafiava tanto o renomado Selden e seu *Historie of Tithes* quanto os impressores que inicialmente lhe privaram de ser lido pelo grande público, os paroquianos que poderiam pôr em questão os rendimentos usufruídos por ele e outros clérigos, além dos ministros que, por rejeitarem o direito divino dos dízimos, colocariam em risco o patrimônio da Igreja, da Coroa e do próprio Deus. Richard Perrot se utilizava de uma retórica corrente entre os defensores do direito divino: ele saía em defesa da casa de Deus e da herança deixada ao clero que estariam sendo dilapidadas. O autor classificava a si mesmo, dada sua condição de clérigo, como um dentre os “filhos de Levi” e apelava não apenas ao arcebispo de York e “ao restante dos Pais Reverendos”, mas ainda a “todos os Cristãos verdadeiros de coração” que se juntassem para “avançar o reparo da casa de Deus, reduzindo e trazendo de volta aquela porção da herança, por meio das Impropriações e outros meios retidas de Deus e de seus Ministros”⁶⁷. Embora reconhecesse a dificuldade de restituir à Igreja da Inglaterra todas as propriedades e direitos que lhe seriam de direito, dado o prejuízo que isso traria para os leigos, ele se mostrava confiante de que contribuiria, de alguma maneira, para um projeto tal que “em um curto período de tempo, a matéria possa ser resolvida e todas as Impropriações restauradas à Igreja (mantida esta conclusão, que todos os dízimos possam ser pagos em sua respectiva espécie) sem qualquer perda ou dano para todos os Leigos que gozam dessas Impropriações, sem qualquer prejuízo para a Igreja e os Clérigos em geral”⁶⁸.

O alerta para o perigo da história dos dízimos de Selden era recorrente na retórica dos adversários do autor. Porém, nem todos eles o retrataram da mesma maneira. William Sclater foi, sem dúvida, aquele que fez a melhor figura de Selden. Para ele, o problema estaria não no que Selden escreveu, mas em como o texto foi recebido. Por causa disso, está impresso na folha de rosto do seu livro que se pretende fazer objeção à “História dos Dízimos do Sr. Selden, até onde Enganadores fizeram dela Argumento contra a Moralidade”⁶⁹. William Sclater se valia da controvérsia em torno de *Historie of Tithes* para publicar uma versão aprimorada de um impresso de sua autoria, *The Ministers Portion* (1612). A esse texto, agora dedicado ao superior de William Sclater, o bispo de Bath e Wells, Arthur Lake, o primeiro anexava um excuro dedicado à história de Selden. Ali ele

⁶⁷ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, The Epistle Dedicatorie.

⁶⁸ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, The Epistle Dedicatorie.

⁶⁹ William Sclater, *The question of tithes revised*, Folha de Rosto.

dizia que *Historie of Tithes*, mesmo antes da publicação, “soava como Trovão para amedrontar todos os opositores” e “como a cabeça de uma Górgona, para paralisar quem jogasse um olhar sobre ela, mantendo a opinião de uma lei Divina para os Dízimos”⁷⁰. William Sclater narrava sua recepção da obra,

Eu me pergunto, confesso, conhecendo a pessoa e suas partes, por que ele colocaria em risco sua reputação de erudição numa decisão como essa ou se esqueceria por completo de sua modéstia habitual, intrometendo-se numa questão própria a uma profissão mais elevada. Passado tempo suficiente, encontrei no prefácio dele renúncia completa ao propósito de se meter com o direito [dos dízimos]. Seus procedimentos, embora muito questionadores, ainda sim têm como resultado inferir coisa alguma contrária ao direito Divino dos Dízimos. Sua revisão, manifestando amor devoto ao sustento da Igreja e habilmente reivindicando os dízimos de mãos-Leigas para fins mais sagrados, ainda que não sob o Título da imediata lei Divina, mas da Consagração. E a partir daí minha caridade passou a presumir que seus questionamentos às Autoridades citadas pelos Antigos e as observações de supostos erros podiam ser interpretadas como visando nada mais do que nos tornar mais sábios, para ponderarmos em vez de contarmos as vozes favoráveis. Tornei-me confiante de que Argumento algum poderia ser destilado daquele Autor, forçando a abandonar a reivindicação dos Dízimos pela Divina lei Moral.⁷¹

Embora se possa cogitar se o puritanismo foi o que motivou William Sclater a retratar Selden de maneira relativamente positiva⁷², não se pode ignorar que, na passagem acima, ele saía em defesa do direito divino aos dízimos e mobilizava, retoricamente, a moral a seu favor. William Sclater buscava desarmar qualquer leitura radical de Selden a partir da própria intenção do autor: não faria sentido Selden contrariar o direito divino da Igreja da Inglaterra sobre os dízimos, pois isso significava colocar a própria reputação em xeque. Sendo assim, diferentemente dos demais letrados, inclusive dos críticos que o precederam, William Sclater teria passado do estranhamento à caridade e, assim, convencendo-se de que da história dos dízimos de Selden poderiam surgir apenas

⁷⁰ William Sclater, *The question of tithes revised*, 197.

⁷¹ “I wondered, I confesse, knowing his person and parts, that either he would hazard his reputation of learning in such a decision; or so farre forget his wonted modestie, as to intromit in a question proper to a higher profession. Timely enough falling on it, I found his preface utterly disclaiming purpose of meddling with the ius. His proceedings though too exceptive, yet such as, being yielded, inferred nothing against the Divine ius for Tithing. His review, manifesting affectionate love to the revenue of the Church; and apertly claiming Tithes from Lay-hands to more sacred employment, though not under Title of immediate Divine law, yet under that of Consecration. And now my charity began to conceit, that his exceptions to the Authorities cited from Ancients, and noting supposed mistakes, might so be interpreted, as ayiming at nothing, but making us wise, to ponder, rather than number suffrages. Confident I grew, that no Argument could be strained from that Author, forcing to leave claime of Tithes by Divine law Morall” (William Sclater, *The question of tithes revised*, 197-8).

⁷² Edith Bershadsky, “Selden’s *Historie of Tithes* and its contexts ramifications”, 311-3, 320.

más interpretações. Desse modo, tanto Selden quanto William Sclater manteriam a dignidade, porém caberia ao último, percebendo o risco das leituras errôneas, orientá-las da melhor maneira. Para William Sclater, a polêmica não se dava na oposição direta a Selden, mas se fazia através dele, confrontando interpretações que cresceriam à sombra da erudição do autor.

William Sclater, Richard Perrot e Stephen Nettles partilhavam de um mesmo senso de urgência e oportunidade, bem como de um quadro de deslocamento. Todos eles eram clérigos atuantes no interior da Inglaterra e percebiam, de maneira mais direta, como *Historie of Tithes* punha em risco a relação cotidiana com a paróquia. Não à toa, dois deles, Stephen Nettles e Richard Perrot, vincularam explicitamente os seus impressos a sermões pregados por eles mesmos e cuja recepção lhes teria motivado a publicar. Além disso, William Sclater e Richard Perrot adotaram formas relativamente acessíveis de comunicação, optando respectivamente por uma escrita próxima do sermão ou por uma sequência de perguntas e respostas. Todos eles se valeram da ocasião para se mostrar como dignos e notáveis a patronos que lhes eram imediatamente superiores. Mesmo assim, o caminho para a prensa não foi trivial provavelmente para dois deles: Richard Perrot se queixava de maneira aberta dos seis anos que esperou pela publicação; e Stephen Nettles dizia ter escrito sua obra há tempos, embora praticamente se desculpassem por publicá-la depois de um “longo silêncio”. Esses três autores tinham diante de si o fato de que seus livros foram impressos depois do silenciamento da controvérsia e que eram letrados distantes (ou com ligações tênues) dos lugares de poder.

Esse não é o caso dos primeiros críticos de Selden. James Sempil, Richard Tillesley e, sobretudo, Richard Montagu mostravam-se mais próximos do centro do poder político do que William Sclater, Stephen Nettles e, principalmente, Richard Perrot. A partir dos três primeiros é possível examinar um último aspecto importante que dava forma à controvérsia em torno de *Historie of Tithes*: o modo como a polêmica era oportunidade para promover o poder político do rei e, ao entrelaçar autoridade intelectual e política, transpor adversários de um âmbito para outro. Se até o momento buscou-se destacar os lugares e motivações de alguns agentes envolvidos na controvérsia, é preciso agora caracterizar como a polêmica era utilizada para configurar um juiz de direito, no caso, o próprio rei da Inglaterra.

Novamente, as dedicatórias dos autores fornecem material abundante nesse sentido. James Sempil, Richard Tillesley e Richard Montagu ofereceram suas publicações a Jaime I. É muito provável que o próprio rei promovesse essas publicações⁷³. Ao menos é o que se sabe das diatribes de Richard Montagu, o qual se queixava, numa carta de 1621, do falatório de que ele não seria capaz de refutar a obra de Selden por completo e dizia “se sua Majestade quiser que o faça, [...] eu farei. Mas não devo, você bem sabe, abandonar a tarefa dada por ele sem o seu consentimento”⁷⁴. Montagu acabaria confrontando apenas a primeira parte da história dos dízimos de Selden, porém a sua obra, gozando ou não do favor expresso e exclusivo de Jaime I, fazia parte de um conjunto de publicações que reforçavam o título do monarca de guardião da Igreja da Inglaterra e apelavam a ele, por consequência, como juiz natural das controvérsias. Para James Sempil, essa condição de árbitro se justificaria pela capacidade do monarca (e apenas dele) de dar cabo do sacrilégio que ameaçaria a igreja. Ao qualificar como “sacrilégio” a apropriação por parte dos leigos de bens e direitos outrora pertencentes ao clero⁷⁵, James Sempil não apenas colocava a questão sob a égide do pecado e da moral, mas ainda se valia dela para fazer avançar a sacralidade e o poder do monarca. Identificado por James Sempil ora ao rei Davi, ora ao rei Salomão e ora a Jacó, Jaime I seria “não apenas nosso príncipe, mas ainda nosso Patriarca principesco” e a apropriação dos dízimos criava, diante dele e do autor, fissuras na Jerusalém política:

Mas as brechas (Sir) são grandes não apenas em Cal e Pedra, mas ainda na Pedra viva do trabalho de Deus, a saber, os próprios Levitas. Os dízimos que pertencem a eles são subtraídos, eles próprios distraídos, e assim o Evangelho contraído e confinado, não Correndo como deveria. Vossos Comuns pagam dízimos, vossos Levitas carecem de Dízimos, vossos Lordes e Leigos se banham em sangue por causa dos Dízimos. Vossos pobres trabalhadores podem dizer, junto dos verdadeiros Israelitas, ‘tirei de minha casa o que estava consagrado’, mas eles não podem dizer ‘e o dei ao levita’ [Dt 26, 13]. Por quê? Pois eis que chega uma espécie de Navio Pirata, com Atos do Parlamento em suas bandeiras, e leva tudo para longe⁷⁶.

⁷³ Gerald J. Toomer, “Selden’s Historie of Tithes”, 368.

⁷⁴ John Cousin, *Correspondence*, 1: 9.

⁷⁵ “All Sinne seemes sweete; All Sacrilege is Sinne/ And of all Sinnes seems Sacrilege most sweete. [...] Stolne goods seeme sweetest: and what greater steahh,/ Then cosen Christ by colour of a Law?/ And all his Levites livings to withdraw;/ Curse to the Kirk, wrack to the Common-wealth [...]” (James Sempil, *Sacriledge sacredly handled*, S.S. Sonet).

⁷⁶ “But the breaches (Sir) is great; not only in Lime and Stone, but in the lively Stone of Gods worke, the Levits themselves. Their Tithes are abstracted; themselves distracted; and so, the Gospel contracted and confined, that it Runneth not, as it should. Your Commons pay Tithes; your Levites lacke Tithes; your Lords and Laicks have bathed in blood about Tithes. Your poore labourers, may say with the true

A questão dos dízimos surge, naquela que foi a primeira publicação feita em resposta à *Historie of Tithes*, como algo mais do que o empobrecimento do clero atuante e a depreciação material da Igreja da Inglaterra. A apropriação dos bens e direitos da igreja por leigos colocaria em xeque a ordem política na sua totalidade. Ordem política essa que deveria se caracterizar pela reprodução ritualística do antigo Israel, de modo que os ingleses seiscentistas deveriam ter não apenas a obrigação de pagar os dízimos aos levitas, tal qual os antigos israelitas, mas ainda gozar da certeza de que aquilo que foi pago chegou, de fato, à tribo de Levi, isto é, aos clérigos da Igreja da Inglaterra. Os piratas que interceptariam esse tributo (e eles se utilizariam das leis do Parlamento como bandeira) espoliavam os súditos e, mais importante do que isso, interrompiam a reprodução tipológica da política. Em suma, a palavra de Deus não “correria mais, como deveria”.

A dedicatória servia tanto ao autor quanto ao patrono. James Sempil representava a si mesmo como “Sagrado homem de pena” e alguém “com minha espada em uma mão e a pena na outra”⁷⁷ que havia servido ao rei como comissário na Escócia. Lá teria visto tal rapinagem promovida por ateus, católicos e puritanos⁷⁸, que mesmo não pertencendo ao clero (“I am no Levite”), dizia ter ido “à Escola por meu próprio direcionamento” e assim se envolvido com a questão dos dízimos⁷⁹. Sua maior importância estava, porém, em retratar um estado de coisas que exigia um soberano sagrado, o único ator munido de “Habilidade” (Skill), “Vontade” (Will) e “Poder” (Power) para resolver o problema dos dízimos. James Sempil dizia, logo depois da passagem transcrita acima: “Vossa Habilidade (Skill) sabe disso (Senhor) melhor do que ninguém, vossa Vontade (Will) deseja que isso seja corrigido, e Deus deu a vós Poder (Power) para fazê-lo. Todas essas três coisas são prometidas no seu *Basilikon Doron* ao seu Filho”⁸⁰. Instância máxima da Igreja da Inglaterra, a figura do monarca num estado de controvérsia confundiria as atribuições do juiz e do pastor. E, no caso de Jaime I, o rei era simultaneamente promotor de um embate

Israelites, I have brought the hallowed thing out of mine house: but they cannot say on, And I have also given it unto the Levites. Why? Because there commeth a kind of Pirat Ship, with Acts of Parliament in their flags, and carrie all away” (James Sempil, *Sacredly handled*, To the most noble and truly sacred Prince).

⁷⁷ James Sempil, *Sacredly handled*, To the most noble and truly sacred Prince.

⁷⁸ “The Atheist, because hee hath No Religion, he must have all Tithes. The Papist disliking the present Religion, thinketh in Conscience he may take Tithes in Custodiam. And the third, renonceth Ignorantia est mater pietatis; but yet professeth, that Paupertas be nutrix Religionis, both blinde and beggarly rudiments: No skant of such Protestants” (James Sempil, *Sacredly handled*, To the use of the reader).

⁷⁹ James Sempil, *Sacredly handled*, To the use of the reader.

⁸⁰ James Sempil, *Sacredly handled*, To the most noble and truly sacred Prince.

de opiniões, ao encorajar as primeiras respostas a Selden, quanto defensor da igreja e interessado em silenciar o dissenso. Não se pode ignorar, porém, que para ele a controvérsia dos dízimos também surgia como ocasião para fazer avançar a primazia do poder régio, utilizando-se da pena dos letrados, tal qual fizera em outra ocasião com o mesmo James Sempil, o qual lhe auxiliou na publicação do seu manifesto político mais conhecido⁸¹.

Se as apropriações dos dízimos representavam um problema por si só (e, de fato, elas o eram), a história de Selden não contribuiria para solucioná-lo. Richard Tillesley e Richard Montagu faziam questão de destacar a recepção e o caráter nocivo do livro. O primeiro surgia na controvérsia numa posição suplicante. Celebrava a autoridade e erudição de Jaime I⁸² e implorava ao monarca que “deixe a mim, e a este meu pobre trabalho, marchar sob a sua Bandeira; ele se levantará contra todos os inimigos se puder apenas carregar o nome e a proteção de sua Majestade”⁸³. Assim como outros críticos, Richard Tillesley destacava o risco que *Historie of Tithes* representava na mão de certos leitores. As qualidades eruditas do livro eram, justamente, aquilo que potencializava esse perigo. Dizia ele tratar-se de “um Livro muito examinado pela raridade do argumento, muito comentado por causa da variedade de línguas e demasiadamente admirado pela diligência das Coleções Antigas”⁸⁴, porém que, apesar dos esforços de Selden para se retratar, sua história dos dízimos “forneceu premissas para uns e, para outros, grandes suspeitas da prática religiosa do sacrilégio, enquanto eles vêem, escutam, mas não examinam, numerosas citações das Escrituras, de autores pagãos, Rabinos, Pais da Igreja, Concílios, Leis Imperiais, Cartulárias privadas, e muitas estranhas e incomuns notas marginais”⁸⁵. Torna-se evidente em Richard Tillesley (e isto está presente em outros críticos de Selden) que havia uma expectativa de uso de *Historie of Tithes* que margeava a controvérsia. A ausência de uma tese explícita e a organização do livro na forma de coleção, com documentos transcritos na íntegra e exposições *ad hoc*, poderia fomentar

⁸¹ David H. Wilson, “James I and his literary assistants”, *Huntington Library Quarterly* 8: 1 (1944): 35-57.

⁸² “This is your owne proper and peculiar, no King can share with you in this honour; you are a most learned & judicious King, who with your great knowledge and admirable pen, have, and doe dayly adorne your Regall power with your singular wisdome & learning: Rex Theologorum, a King of many excellent & learned Divines, and Rex Theologus, a King, a Divine, who are Antesignatus a leader among your great Bishops and worthy writers” (Richard Tillesley, *Animadversions*, 1619, Epistle Dedicatory).

⁸³ Richard Tillesley, *Animadversions*, 1619, Epistle Dedicatory.

⁸⁴ Richard Tillesley, *Animadversions*, 1619, To the Reader.

⁸⁵ Richard Tillesley, *Animadversions*, 1619, Epistle Dedicatory.

não apenas fomentar a discussão entre os eruditos, mas também a contestação pragmática e pontual da religião atuante.

Ainda que os críticos alertassem para o perigo representado pelos leitores da história dos dízimos de Selden, o autor não deixava de ser objeto de reprimenda e acusação. Richard Tillesley fazia questão de destacar o fato de que Selden se retratara pela sua história diante da High Commission. Ele se utilizava do acontecimento para se posicionar na controvérsia. Ainda que estivesse escrito uma resposta detalhada à *Historie of Tithes*, dizia que “é a causa, não ao homem que eu intento” e que “ele [Selden] reconheceu sua falta, sua pessoa não precisa ser combatida”⁸⁶. Selden reagiria a isso, primeiramente negando que se apresentaram diante da corte, mas apenas perante alguns lordes do tribunal⁸⁷. E, em segundo lugar, e mais importante para ele, buscando desfazer a implicação traçada por Richard Tillesley entre a retratação e o conteúdo de *Historie of Tithes*. Selden dizia expressamente que “não há uma palavra sobre dízimos naquela submissão, mencionando mais do que o título [do livro]. Nem estava o meu julgamento de forma alguma em questão, apenas a minha publicação dele”⁸⁸. Ele pedia desculpas pela impressão do livro, mas não retirava nada do seu conteúdo⁸⁹, e dizia também ter espalhado cópias da retratação em “muitas mãos” e que uma delas chegara ao adversário. Posto o desafio de Selden, Richard Tillesley anexou, na segunda impressão do seu livro, o registro oficial da retratação⁹⁰ – e nela, de fato, Selden se desculpava apenas pela publicação, porém sua submissão vinha abaixo do nome de todos os membros da corte. Talvez pareça desimportante a disputa por esse fato, mas é preciso salientar que ele teria o potencial de orientar o leitor a partir da situação de Selden diante do poder instituído. Prova disso é que não apenas esse acontecimento foi disputado por Richard Tillesley e Selden, mas ainda que existe uma transcrição da retratação, em letra seiscentista, anexada pouco antes da folha de rosto de um dos exemplares de *Historie of Tithes* na biblioteca Bodleiana (Vet.A2.E286)⁹¹.

⁸⁶ Richard Tillesley, *Animadversions*, 1619, To the Reader.

⁸⁷ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1370-1.

⁸⁸ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1371.

⁸⁹ “In sum, I was, and am sorry that I published it, and that I so gave occasion to others to abuse my history, but their false application of some arguments. But there is not a passage in it, but that I ever did think, and now do think, to be most constant truth, as I have there delivered it” (John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1371).

⁹⁰ Richard Tillesley, *Animadversions*, 1621, To the Reader.

⁹¹ O registro original da retratação de Selden não foi encontrado por nenhum historiador. Todas as reproduções feitas dele são aparentemente oriundas da impressão do documento feita por Richard

Para Richard Tillesley, Selden demonstrava soberba, pois seu linguajar não escondia o desprezo pelo clero. Porém, para o azar dele, nenhuma outra época teria visto clérigos tão capazes de confrontá-lo e mostrar os seus erros, mesmo que Selden buscasse se esconder na própria obscuridade de sua erudição⁹². A erudição que tanto distinguia Selden dos demais homens de letras surgia, na retórica de Richard Tillesley, como engodo e infortúnio. O crítico tomava a si próprio como exemplo. Perguntava-se que seria ele quem, mesmo sendo apenas um entre muitos, “confiante na causa e na fraqueza do Livro dele [de Selden], aventurei-me em um curto período de tempo ao Encontro desse Adversário, que por muitos anos (many yeeres) infelizmente tem estudado, e agora prematuramente (untimely) produziu este erro da sua Arte?”⁹³. Os muitos anos de estudo de Selden teriam gerado algo mais do que uma obra inoportuna, que incomodava um clero habilmente capaz de respondê-la. Tratar-se-ia de uma obra prematura, parida antes de estar plenamente formada. Já o outro crítico de Selden, Richard Montagu, dizia que “no nascimento do seu Bebê, a tal admirada História dos Dízimos, a qual, diga o que quiser, todos não pensavam diferente, você pariu (parturire) por tanto tempo, como Elefantes costumam fazer”⁹⁴. Essa associação entre publicação e parto fazia mais do que ridicularizar

Tillesley, em 1621. O manuscrito em questão parece ser um desses casos. Há algo nele, porém, que merece ser tratado em nota: a transcrição é finalizada com informações sobre sua proveniência, a saber, “This is a true Coppy from y Originall found m’ Archbp: Laud’s study. Hen: Jeffreyes”. A partir daí, é seguro dizer que essa transcrição foi feita após 1633, quando William Laud se tornou arcebispo da Cantuária, e talvez remeta a meados do século XVII, dado que o nome que assina o manuscrito, Henry Jeffreyes, provavelmente se refere a um sujeito homônimo, matriculado no Balliol College de Oxford, em 1655, e que fez uma doação à biblioteca do lugar, em 1656, de um folio importante de Shakespeare. Além disso, embora o manuscrito não seja suficiente para provar algo nesse sentido, não se pode ignorar que, mais ou menos na mesma época, Thomas Fuller dizia o seguinte a respeito da retratação de Selden e de sua relação com o arcebispo William Laud: “To this publique acknowledgement I can say nothing, this I know, that a friend of mine [Mr. Spencer, keeper of the Library at Jesus College] imployed on a fair and honest account, to peruse the Library of Arch-bishop Laud, found therein a large letter written to him, and subscribed with Master Seldens own hand, wherein he used many expressions of his Contrition, much Condemming himself for setting forth a book of that nature; which Letter my aforesaid friend gave back again to Master Selden, to whom (I assure you) it was no unacceptable present” (Thomas Fuller, *Worthies of England*, 1662, Sussex 111). Assim como o original da retratação de Selden, a pretensa carta dele para o arcebispo nunca foi encontrada. Embora não haja nada digno de nota na marginália do exemplar indicado de *Historie of Tithes*, a folha manuscrita que antecede o texto parece participar, de alguma maneira, dessa história. Para mais informações, conferir: Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, 366-7 n. 88-90; Balliol College, *Annual Record* (Oxford: Balliol College, 2016), 41-2.

⁹² “Yet withall I must tell him, that in no age, could hee have lesse fitly provoked the Clergie in this cause of God then now; never more solide Iudgement, exquisite diligence, various disquisitions of all hidden learning. He must not looke to lurke in the darkness of unknowen language, or private Chartularies, or unusuall by-named Bookes. There are, that can trae his footsteps, and adde light to his Errors” (Richard Tillesley, *Animadversions*, 1619, To the Reader).

⁹³ Richard Tillesley, *Animadversions*, 1619, To the Reader.

⁹⁴ Richard Montagu, *Diatribae*, 5.

Selden por ter, com todo o seu estudo, parido uma obra ou cedo ou tarde demais. Ela trazia para o debate certa expectativa naturalizante em relação aos produtos da erudição: eles deveriam ser humanos, reconhecíveis por inteiro nas suas partes e motivações. De outra maneira, a erudição criava monstros.

De todos os adversários de Selden, Richard Montagu foi aquele que, em formação e renome, mais se igualava ao autor e talvez justamente por isso fosse quem mais o atacou como erudito. O crítico repetia os elogios feitos pelos demais a Jaime I, porém ele subia o tom da acusação a Selden:

Com a ajuda de Deus Todo-Poderoso e do Servo dele, o Rei Jaime, nós não somos presa do destruidor, mas ficamos de pé, em desprezo pelo Príncipe das Trevas. Simonia e Sacrilégio (*negotium perambulans in tenebris, incursus & demonium meridianum*) não devoraram tudo. Nem deverão, estamos garantidos, queira Deus, ainda que o ousado Autor da mais maligna História dos Dízimos tenha feito o seu melhor para encontrar e efetivar a desolação. Embora tenha ele assumido um curso já preparado de persuadir pelo caminho da prática contínua e se jogado para efetivá-lo, a saber, o Sacrilégio, escrevendo em confederação contra o Senhor, Assur e Edom, e também os filhos de Ló, para apreiar o que restou na Igreja; ainda assim poucas pessoas ou ninguém, acredito eu, será persuadido por ele a supor que os Dízimos, a Herança de Deus e a Igreja Dele nunca foram mantidos por algo mais do que Taxas Leigas.⁹⁵

Aqui, Selden não figura mais como algum infeliz estudioso, cuja obra foi apropriada por leitores maliciosos e desejosos dos bens e direitos da Igreja da Inglaterra. Ele e seu livro são apresentados como ameaça diabólica, quiçá como parte de uma conspiração. O trecho em latim recuperava uma passagem emblemática dos salmos (Sl 91,5-6): “não temerás o terror da noite, nem a flecha que voa de dia, nem a peste que caminha na treva, nem a epidemia que devasta ao meio-dia”. Nessa alternância entre escuro e claro, estariam entrelaçadas ignorância e ciência, dissimulação e franqueza, para fustigar não

⁹⁵ “By the helpe of God Almighty, and his Servant King James, we are not made a prey unto the destroyer, but stand, in despight of the Prince of darkness. Simony and Sacriledge, *Negotium perambulans in tenebris: Incursus, & demonium meridianum*, have not devoured all. Nor shall, we are assured, God willing, though the confident Author of the most malignant History of Tithes, hath done his best to procure and effect a desolation. Though hee hath taken the ready course to perswade by way of continuall practice: & gone on lustily to effect it for the one, namely Sacriledge, by writing in confederacy against the Lord, Assur and Edom, and the sonnes of Lot, to make prey of the remains left unto the Church: yet few or none, I trust, will be perswaded by him, to suppose, that Tithes, the Inheritance of God, and of his Church, were never held otherwise than Lay Fees” (Richard Montagu, *Diatribae*, To his most sacred Majesty).

apenas os fiéis em particular, mas ainda o reino como um todo⁹⁶. Essa dimensão política fica patente pela referência feita por Richard Montagu aos povos hostis a Israel, a saber, assírios, edomitas, moabitas e amonitas. Se Jaime I se aprazia em ser identificado com patriarcas e reis israelitas (Jacó, Davi e Salomão), daí se desdobraria a possibilidade de rotular seus adversários como os inimigos daqueles. As disputas políticas e intelectuais poderiam assim ser encenadas e interpretadas segundo modelos consagrados da história sagrada.

Além disso, e não menos importante, Richard Montagu denunciava, sem rodeios, o propósito de Selden: persuadir os leitores de que os dízimos nunca foram mais do que impostos fixados pela lei humana – e, por consequência, que eles poderiam ser legitimamente apropriados, modificados e até mesmo abolidos. Para provar esse intuito (e amedrontar o leitor), o crítico se utilizava minuciosa e retoricamente do próprio Selden.

Seu argumento começava pelo renome do autor. Não se deveria negar a fama de Selden e era preciso reconhecer o papel dela na promoção do livro: “A História dos Dízimos, por John Selden, foi [título] suficiente para fazer todo esse barulho, considerando o homem e o assunto”⁹⁷. As credenciais de Selden sugeririam que ele “era feito de um molde diferente” e sua erudição, de outra natureza, radicalmente distinta dos clérigos comuns cujo saber dependeria da reverência a certos símbolos, “a barba, o título, a gravidade, e o hábito”⁹⁸. Diante de alguém dessa magnitude, argumentava Richard Montagu, pouco tempo se deveria perder lamentando a apropriação do livro por leitores

⁹⁶ Essa vinculação entre noite-dia e ignorância-ciência aparece em dois comentaristas medievais do salmo em questão, muito provavelmente conhecidos tanto de Richard Montagu quanto de Selden: Beda, o Venerável, e Tomás de Cister. Para esse último, a passagem dos salmos em questão indicaria quatro tentações e o trecho especificamente citado por Richard Montagu evocaria duas delas, a ambição por dignidades (*negotium perambulans in tenebris*) e a imperfeição (*demonium meridianum*), que traria consigo certa astúcia diabólica, “*quia dicit bonum quod non est bonum*”. Para mais, conferir: Thomas Cisterciensis, “*Commentarium in Cantica*”, in *Patrologiae cursus completus*, org. Jacques-Paul Migne, (Paris: J.P. Migne, 1855), 206: 365; Beda, *Bedae Anglosaxonis Presbyteri operum* (Coloniae Agrippinae [Köln]: Antonii Hierati e Joanni Gymnici, 1612), 8: 773.

⁹⁷ Richard Montagu, *Diatribae*, 1.

⁹⁸ “His name [de Selden] was already uo, and not undeservedly, for a great Scholar: a various Linguist, a curious Critick, an excellent Antiquary: such an Humanitarian, and Philologer as might wel be tantum non Corrivall with Mercury for his wife; whom long since Martianus Capella contracted him unto. For he never shooke hands with lazy Ignorance, or Patient idlenesse, the common customers of the Clergy: He was cast in a mold of another making, than those are, or have been, who have no more to commend them, then Beard, Title, Gravity, and Habit. Aquila in nibibus, in some mens opinions: One that maketh more than ordinary flights, beyond the pitch up of the Doctrine of the Breviary, without the compasse of Pocket-learning, which those Kestrills cannot fly unto, that sore but with the Buzzard-wings of Polyanthean Collections” (Richard Montagu, *Diatribae*, 1-2).

injuriosos⁹⁹. Selden caracterizara esses leitores por meio de um paralelo: eles seriam como noviços dos mistérios pagãos de outrora, os quais diante daquilo que não conseguiam entender (e a despeito dos esforços do sacerdote) povoavam o templo com delírios assustadores. Para Selden, aí estaria o problema de sua história dos dízimos, na fraqueza e preguiça desses primeiros leitores. Richard Montagu não discordava da debilidade desses noviços¹⁰⁰, mas não ignorava nem a ocasião, menos ainda o sacerdote desse paralelo.

Para Richard Montagu, o paralelo era duplamente revelador. Por um lado, não deixava de sugerir ao leitor do próprio Selden que, nas “câmaras de sua História dos Dízimos”, talvez existissem “muitas Extravagâncias, Sonhos, Aparições, Ficções, e meras Sombras desprovidas de Fundamento”¹⁰¹. Esses mistérios que habitariam o interior de *Historie of Tithes*, embora pudessem ser assustadores, evanesceriam na ponta dos dedos daquele que se dispusesse a examiná-los. Por outro lado, o paralelo evocava uma ocasião macabra. Nos rituais místéricos do antigo deus Mitra, lembrava Richard Montagu, os iniciados se deparavam com algo mais do que fantasias e aparições: “leões de Mitra encontravam eles, “sustos pavorosos, monstros e formas horrendas, feições medonhas, barulho medonho, e guinchos, beliscões, chibatadas, punições e torturas”¹⁰². As entranhas dos templos pagãos estariam, na verdade, cheias dos ossos daqueles que ali foram massacrados. Sujeitos como esses seriam conduzidos, como nos templos dos antigos deuses do Egito, por sacerdotes prestativos e cuidadosos através de salas, pórticos e mais salas até se depararem com o altar de algum deus inumano¹⁰³. Assim sendo, diante da declaração de Selden de que não havia escrito *Historie of Tithes* para atacar a Igreja da Inglaterra, Richard Montagu dizia o seguinte:

Pois proteste o que quiser ou puder inventar a respeito do seu propósito em colecionar esta História dos Dízimos. Você não é o primeiro, nem será o último que, assim como os Barqueiros do Tâmsa, olham para um lado e remam para o outro. [...] Eu preciso lhe dizer *quid verba audiam, cum facta*

⁹⁹ Richard Montagu, *Diatribae*, 2-3.

¹⁰⁰ Richard Montagu, *Diatribae*, 4.

¹⁰¹ Richard Montagu, *Diatribae*, 7.

¹⁰² Richard Montagu, *Diatribae*, 10.

¹⁰³ “Into any of which if a man did enter, and take a view of what was within doores, the Priest and Aedituus, with great devotion, much observance, and awfull Reverence, led the man along thorow Courts, Porches, Iles, Chancels, &c. into their inmost Revestries: all for shew set forth with the goodliest bravery that could be devised. When at last they came ad adyta, to discover the god, that dwelled in those sumptuous and goodly Temples, there appeared an Oxe, Crocodile, an Ape, Cat, Dog, or Cynoscephalus” (Richard Montagu, *Diatribae*, 12).

videant? Quando você reza para Baal, você dirá que não se opõe ao Deus de Israel?¹⁰⁴

Impedir que esse barqueiro diabólico conduzisse seus leitores, querendo ele ou não, para outra margem do Tâmisia apresentava-se como um dever para os membros da Igreja da Inglaterra, além de oportunidade para que determinados sujeitos e grupos demonstrassem força dentro da instituição. De fato, os ataques mais violentos a Selden vinham de figuras ligadas ao monarca (James Sempil) e bastante associadas ao arminianismo inglês (Richard Tillesley e Richard Montagu), que eram próximas por patronato e amizade ao círculo do bispo de Durham, Richard Neile. No entanto, a história de Selden atraiu a objeção por parte de um reconhecido calvinista e seu patrono (William Sclater e Arthur Lake, bispo de Bath e Wells) e o patronato de um terceiro sujeito (John Prideaux, a quem Stephen Nettles dedicou seu livro). E também não se pode esquecer que, no momento da publicação, *Historie of Tithes* foi censurado na tipografia pelo bispo de Londres (John King) e na High Commission pelo arcebispo da Cantuária (George Abbot), que constituiriam um círculo calvinista dentro da Igreja da Inglaterra¹⁰⁵ – e do qual talvez fizesse parte, em razão da idade e da distância em relação à corte, o arcebispo de York (Tobias Matthew), cujo nome estampa a última das obras (de Richard Perrot) da controvérsia em torno da história dos dízimos de Selden.

Assim, depois desse longo percurso pelos adversários de Selden, é urgente recuperar uma noção de todo. O entrecruzamento desses letrados produz um plano da controvérsia no qual se apresentaram o espaço e a duração, os atores e suas motivações, o juízo e o perigo da polêmica. A publicação de *Historie of Tithes* reforçava um tensionamento que, até então, atravessava o texto e a materialidade do livro e o espalhava de Londres para o interior da Inglaterra. Naquele contexto, do mesmo jeito que uma publicação não era um simples ato técnico de impressão, como se viu no capítulo anterior, a circulação de um livro não era mero espalhamento quantitativo de informação. No caso de *Historie of Tithes*, sua circulação representava um desafio e gerava a expectativa de resposta. No seu conjunto, os adversários de Selden permitem entrever essa recepção: falam da grande procura pelo livro, de como ele aparecia aos leitores como

¹⁰⁴ “For protest what you please, or can devise, concerning your purpose in collecting this History of Tithes, you are not the first, nor will be the last, who like unto our Water-men upon the Thames, looke one way, and row another. [...] I must tell you, quid verba audiam, cum facta videant? When you plead for Baal, will you say that you oppose not the God of Israel? (Richard Montagu, *Diatribae*, 13-4).

¹⁰⁵ Cyndia S. Clegg, *Press and censorship in Jacobean England*, 201-3.

irrespondível, dos riscos que sua penetração trazia para o bem-estar dos clérigos e, de maneira dramática, para a vocação sagrada de todo o reino, bem como mostram, na sucessão das publicações, a dificuldade de esgotar o referido livro numa única resposta.

A história dos dízimos de Selden foi objeto nominal de crítica para seis autores e foi a partir deles que se instalou propriamente uma controvérsia. Essa controvérsia configurava-se, porém, tanto como oportunidade de autopromoção quanto embate argumentativo. Tratava-se de uma ocasião para que esses letrados da Igreja, em dois momentos distintos, se mostrassem dignos do favor e retribuição de seus patronos, dentre eles o próprio monarca, o qual dela se aproveitava para reforçar a sacralidade do seu poder. Ela dava espaço para que os autores e seus patronos figurassem como defensores da Igreja da Inglaterra e transmitissem, em alguma medida, esse status para seus círculos religiosos. *Historie of Tithes* foi alvo, antes e depois de sua publicação, de arminianos e calvinistas. E todos esses agentes, motivos e condições não dissolvem a controvérsia enquanto julgamento, mas mostram que, na prática, o conflito entre letrados assumia um quê de espetáculo e não se encerrava, de repente, num veredito ou na interdição do juiz. Ela se desenrolava no embate entre argumentos, autores e patronos e se fazia através do público leitor, apelando para algum magistrado que, a despeito de ter o poder para promovê-la ou silenciá-la, não era capaz de emitir um veredito definitivo.

3. A linguagem e dinâmica da controvérsia

Desse primeiro plano que agregava atores, condições e motivações numa trama sóciopolítica, desdobra-se um segundo que articulava a controvérsia em uma forma linguística e argumentativa reconhecível. No século XVII, existia, por um lado, vocabulário rico e dedicado ao contraditório e, por outro, argumentos variados e discussões sutis sobre os dízimos. Esgotá-los não está ao alcance desta tese, porém é possível examinar aqui certos elementos presentes na linguagem e na argumentação da polêmica sobre os dízimos e traçar, por meio deles, os contornos semânticos da dialética entre os letrados. Essa é a tarefa desta e da próxima seção do capítulo.

Quando se busca pela linguagem da polêmica no conjunto de dicionários e publicações da época¹⁰⁶, descobre-se que “controvérsia” era uma palavra utilizada para indicar de maneira genérica algum conflito. É o que se depreende da definição dada a ela, por exemplo, em *The New World of English Words* (1658), de Edward Philips, “contenda em disputa”, ou em *An essay towards a real character and a philosophical language* (1668), de John Wilkins, “disputa, processo”, e em *A New English Dictionary* (1702), de John Kersey, o Jovem, “disputa”. Um sujeito como Leibniz buscava organizar e delimitar aquilo que, na prática, estava entrelaçado. A diversidade de conflitos que atravessavam a noção de controvérsia aparece, por exemplo, nas palavras usadas no *Dictionarium Linguae Latinae et Anglicanae* (1587) para explicar o termo “contentio”: “contenda [contention], luta [strife], debate [debate], variação [variance], discutir [quarelling], altercar-se [brabbling], brigar [brawling], lutar [fighting], controvérsia [controversie]: uma comparação ou conferência, uma oração curta apta a confirmar ou reprovar”. A despeito das delimitações lógico-filosóficas que poderia receber, a controvérsia se apresentava como algo que, do ponto de vista semântico, deslizava entre o registro corporal e o registro argumentativo. Não à toa, “controvérsia” aparece na definição de “combat”, em *An English Expositor* (1641), de John Bullokar, “uma luta entre dois, autorizada pela lei para julgar alguma controvérsia”, e também na explicação de “Quodlibet”, dada em *Glossographia* (1656), de Thomas Blount, “em algumas Escolas acontecem Quodlibets ou Questões Quodlibéticas disputando prós e contras, em que um homem pode se ater àquela parte da controvérsia que lhe agrada, cujas disputas contêm muitos gracejos sagazes, zombarias, piadas, etc., para entretenimento e esporte da Audiência”. Essa flexibilidade sugere não apenas que controvérsia fosse uma noção difícil de apreender, dado que se deslocava entre diferentes tipos de interações agonísticas, mas ainda que esse trânsito poderia carregar elementos e dinâmicas de um lado para o outro.

No que diz respeito à sua recorrência, “controvérsia” foi uma palavra cujo uso, a julgar pelos títulos das publicações, cresceu de maneira consistente durante todo o século XVII e que oscilou de acordo com a situação do poder político. Foram encontradas pouco

¹⁰⁶ O levantamento apresentado nesta seção de verbetes dicionarizados e também dos títulos da imprensa da época foi realizado através de duas bases de dados: *Lexicons of Early Modern English* (<https://leme.library.utoronto.ca/>) e *Early English Books Online* (<https://www.proquest.com/eebo>). Dito isso, para manter a utilidade das notas de rodapé, não será feita a referência bibliográfica de cada um dos dicionários e dos impressos mencionados na exposição desse levantamento. Acredita-se que os dados bibliográficos indicados no corpo do texto sejam suficientes para situar o leitor e para que os interessados localizem cada material sem grande dificuldade.

mais de 600 publicações para o século XVII inglês nas quais a palavra “controvérsia” aparecia, com maior ou menor destaque, no título dos impressos. Quando segmentado em períodos, esse conjunto se organiza da seguinte maneira: 138 impressões sob os reinados de Jaime I e Carlos I, isto é, entre 1603 e 1639; 179 impressões durante a Revolução Inglesa, ou seja, entre 1640 e 1659; 171 impressões entre 1660 e 1687, da Restauração até às vésperas da Revolução Gloriosa; e, por fim, 117 da Revolução Gloriosa até o final do século, isto é, de 1688 até 1700. Essa disposição mostra a centralidade que a palavra ‘controvérsia’ adquiriu à medida que avançava o século XVII na Inglaterra e, com ele, acirravam as disputas políticas. A maior parte dessas publicações está concentrada na segunda metade do século XVII (359 títulos) e não na primeira metade (255 títulos), o que se explicaria muito provavelmente tanto em decorrência do aumento das publicações em números absolutos quanto pela profunda instabilidade política entre 1640 e 1688.

Esse panorama oferece algum contexto para a controvérsia dos dízimos perante à dinâmica do mercado livreiro. Circunscrevendo o conjunto das impressões a um período mais próximo da controvérsia em questão, identifica-se o seguinte movimento no número de publicações com “controvérsia” no título: são 13 impressões nos anos de 1590; 38, nos anos de 1600; 47, nos de 1610; 39, nos de 1620; e, por fim, 26 impressões na década de 1630. A controvérsia em torno de *Historie of Tithes* ocorreu, portanto, em um ponto de virada, quando o crescendo das publicações chegou ao auge por volta de 1620 e pouco depois refluíu para patamares da virada do século.

As publicações pertencentes a esse conjunto se referiam, em sua maioria, ao debate religioso. No caso inglês, sobretudo à disputa entre protestantes e católicos, especialmente envolvendo os jesuítas. A cisão religiosa era a questão de maior urgência naquele momento e buscando persuadir o leitor em favor de um dos lados, apareceram na imprensa, entre 1600 e 1620, alguns títulos dedicados a organizar, resumir e responder aos pontos de atrito. Exemplo disso são: *The golden ballance of tryall* (1603), de Thomas Bell, *A manuell or briefe volume of controversies of religion betweene the Protestants and the Papists* (1606), de Lucas Osiander, *A summary of controversies* (1618), de James Gordon, e *A treatise of the judge of controversies* (1619), de Martinus Becanus. Apesar da urgência da discussão, existam também publicações que fizeram outro uso da palavra “controvérsia”. É o caso de *The overthrow of stage-playes by the way of controversie* (1600), de John Rainolds, na qual a controvérsia surge como método expositivo orientado para atacar as apresentações teatrais; de *Gods controversie with England or a description*

of the fearfull and lamentable estate which this land at this present is (1609), de George Webbe, em que a controvérsia denuncia o afastamento e a necessidade de união entre a Inglaterra e Deus; também de *Mikrokosmographia a description of the body of man together with the controversies thereto belonging* (1615), de Helkiah Crooke, que fazia uso de controvérsia para explicitar dissenso médico; e, por fim, controvérsia também qualifica impressos de natureza política e relacionados à autoridade régia, a saber, *The decree and establishment of the Kings Majestie upon a controversie of precedence betweene the yonger sonnes of viscounts and barons* (1612) e *God and the king or a dialogue wherein is treated of allegiance due to our most gracious Lord, King James, within this dominions which (by removing all controversies, and causes of dissentions and suspitions) bindeth subjects by an inviolable band of love and duty* (1620), de John Floyd.

A palavra “controvérsia” aparecia como denominador para contradições localizadas que, do ponto de vista semântico, transitavam entre os extremos da atracção e do gracejo. Não menos importante, o motor das publicações que traziam “controvérsia” no título, isto é, o dissenso religioso, respondia na imprensa às oscilações políticas. Por mais difícil que seja traçar tendências gerais e pesar a atuação dos mecanismos de censura no mercado livreiro da Inglaterra daquela época, é notório que o movimento feito pelas publicações em questão seguisse relativamente próximo à transição entre os monarcas. Ele vinha num crescendo no reinado de Jaime I, quando o rei se colocava como árbitro das discussões religiosas e avançava seu poder sagrado colocando-se como defensor da Igreja da Inglaterra ao mesmo tempo em que tomava decisões que aborreciam seus súditos, como a aproximação diplomática com a Espanha, que repercutiam numa imprensa que ele, no limite, não era capaz de controlar. Todavia, o movimento das publicações recua sensivelmente em torno do reinado de Carlos I, marcando talvez outro momento do debate letrado, quando existe um esforço ativo por parte da monarquia de limitar as controvérsias, em especial àquelas de natureza religiosa¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Proclamações régias feitas em 1620, 1623 e 1626 buscaram suprimir a discussão de determinados assuntos políticos e religiosos na Inglaterra, como o apoio negado por Jaime I aos protestantes na Guerra dos Trinta Anos, bem como a continuidade da controvérsia entre os chamados arminianos e puritanos, promovida por Richard Montagu, entre o final do reinado de Jaime I e o início do reinado de Carlos I. A respeito desse último ponto, diz-se inclusive que a tentativa de supressão das controvérsias (embora sempre limitada pelos diversos meios disponíveis aos autores e livreiros para a publicação de uma obra) era algo que favorecia aos clérigos arminianos, que no seu culto ao mistério limitavam aos seus adversários, os puritanos, um recurso que lhes eram central, a palavra e a discussão. Para mais, conferir: Cyndia S. Clegg, *Press censorship in Jacobean England*, 219-223; Cyndia S. Clegg, *Press and censorship in Caroline England* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), 14-17, 41-2, 60-76.

Assim sendo, a controvérsia em torno da história dos dízimos de Selden adquiria forma numa encruzilhada entre as letras e a política. Por um lado, a polêmica oferecia a oportunidade para que diversos autores e seus respectivos patronos, sobretudo o rei, acumulassem prestígio e se colocassem moral e publicamente como defensores da igreja; por outro, a questão dos dízimos trazia consigo o risco de, caso não fosse silenciada, aumentar ainda mais as divergências que já existiam na sociedade sobre a natureza de uma instituição tão central para a prática religiosa. As respostas dadas por Selden são reações a essa duplicidade: ao mesmo tempo em que confrontam o uso que se fazia de *Historie of Tithes* como oportunidade para a promoção de polemistas, elas buscavam driblar a interdição ao debate, apresentando-se em formato manuscrito. Essas respostas de Selden trazem argumentos e insumos para ampliar o rol da linguagem da polêmica.

Para além de uma situação genérica de conflito, as controvérsias adquiriam dinâmica por meio de movimentos discursivos específicos. Selden fazia uso de determinadas palavras para caracterizar as opções que estavam postas para reagir aos primeiros ataques à *Historie of Tithes*. Logo nas primeiras linhas do texto contra James Sempil, ele dizia o seguinte:

Se eu preciso chamá-lo [o manuscrito] por um nome, ele deverá ser uma admoestação [admonition], pois tivesse sir James, exceto em palavras, respondido a qualquer coisa a qual fiz objeção, eu chamaria de réplica [réplica]; ou se ele tivesse feito objeção ao propósito contra o que escrevi, eu daria o nome de resposta [answer]. Não tendo ele feito nada disso, não posso usar nenhum desses nomes¹⁰⁸

Selden abria o seu revide com uma escolha: endereçava aos leitores do seu adversário uma admoestação. Segundo ele, isso seria o mais adequado a se fazer, dado que o texto de James Sempil não responderia nem a uma objeção feita em *Historie of Tithes*, nem denunciaria o propósito da obra. Restaria a Selden, portanto, fazer do próprio texto um aviso público e falar antes aos leitores do que ao próprio adversário. Apesar disso, o texto feito por Selden aos leitores de James Sempil é, em termos estruturais, bastante semelhante daquele escrito logo depois contra Richard Tillesley. Ambos se caracterizam pela minúcia de Selden em responder, ponto a ponto, os adversários. Selden qualificou, porém, o primeiro texto de “admoestação” e o segundo de “réplica”. A passagem acima sugere que “admoestação” (admonition), “réplica” (reply) e “resposta” (answer) indicavam interações discursivas que eram distintas em alguma medida. E a esse

¹⁰⁸ John Selden, “An admonition to sir James Sempil”, 1349.

conjunto de palavras que emerge do trecho acima, é possível acrescentar outros dois termos, “animadversão” (animadversion) e “diatribe” (diatribe), que foram usados por Richard Tillesley e Richard Montagu para qualificar seus ataques a Selden.

Nos títulos daquela época, “resposta” (answer), “réplica” (reply) e “admoestação” (admonition) tinham maior recorrência do que “animadversão” (animadversion) e “diatribe” (diatriba, diatribe). Foram recuperados, em números absolutos entre 1600 e 1620: 394 publicações cuja folha de rosto trazia a palavra “resposta” (answer); 43 com “réplica” (reply); 39 com “admoestação” (admonition); 13 contendo “animadversão” (animadversion); e entre 3 e 2 títulos contendo “diatribe” (diatribe, diatriba)¹⁰⁹. À luz desse panorama quantitativo, é curioso observar que, a despeito do interesse de Selden em manter sua história dos dízimos circunscrita aos mais eruditos, uma vez que ele foi atacado publicamente, optou por fazer uso não apenas da agilidade do formato manuscrito, mas ainda dos termos mais populares em circulação e que, do ponto de vista discursivo, estruturavam controvérsias e deixariam claro ao leitor que a história dos dízimos e seu autor não foram simplesmente refutados. No caso do texto contra James Sempil, o uso de “admoestação” (admonition) colocava Selden em uma posição retoricamente vantajosa. A palavra aparecia, em *A Table Alphabethical* (1604), de Robert Cawdrey, como “preceito, uma regra dada ou mandamento” e, em *Glossographia* (1656), de Thomas Blount, como “conselho, aviso, lição”. Utilizar-se dela implicava assumir, de ponto de partida, uma posição de autoridade pastoral ou professoral e se dirigir a um público (e eventuais adversários) caracterizado por algum estado de ignorância ou audácia. É o que se percebe em alguns títulos da época, como, por exemplo, *A Christian letter, containing a grave and godly admonition to such as make separation from the church assemblies in England and elsewhere* (1602), de Franciscus Junius, ou em *A briefe admonition to all English Catholikes concerning a late proclamation set forth against them* (1610), e também em *An admonition to the Parliament holden in the 13. yeare of the reigne of Queene Elizabeth of blessed memorie* (1617), de autoria anônima.

¹⁰⁹ Essa sequência é levemente alterada com a ampliação do escopo cronológico do levantamento. Entre os anos de 1600 e 1700, foram recuperadas: 7.925 títulos com a palavra “answer”, 1.080 com “reply”, 541 com “animadversion”, 323 com “admonition” e, por fim, entre 43 e 35 títulos contendo as palavras “diatriba” e “diatribe”, respectivamente. Percebe-se duas coisas daí: que as palavras “answer” e “reply” eram, de longe, mais recorrentes e populares do que as demais; e que “admonition”, apesar da importância nas duas primeiras décadas do século XVII, perdeu espaço e acabou ultrapassada em números absolutos por “animadversion”. Esse último ponto sugere uma mudança qualitativa na forma do debate letrado, mas por ora, não se pode fazer tal afirmação nesta tese.

Por outro lado, os adversários de Selden que assumiram posição de maior ferocidade contra ele (Richard Tillesley e Richard Montagu) optaram por palavras de menor circulação no mercado livreiro. “Animadversão” (animadversion) e “diatribe” (diatribe, diatriba) eram úteis tanto porque denominavam com precisão a natureza dos textos em questão quanto conferiam aos autores certa distinção e estatura para refutar Selden. “Animadversão” (animadversion) significava, em *A Table Alphabetical* (1604), de Robert Cawdrey, “anotação, consideração, ou marcar” e aparecia também, em *Glossographia* (1656), de Thomas Blount, como “punição ou correção”. Os títulos da época indicam certa combinação entre a refutação e o inventário, como se identifica em *An animadversion to Mr Richard Clyftons advertisement* (1613), de Henry Ainsworth, também em *Magneticall animadversions* (1617), de Mark Ridley, ou em *Animadversions of war or A militarie magazine of the truest rules, and ablest instructions, for the managing of warre* (1639), de Robert Ward. Já “diatribe” (diatribe, diatriba) remetia à língua grega, e nisso se aclimatava à formação de Richard Montagu voltada para a patrística helenística, e o seu significado aparece dicionarizado apenas em meados do século, como “auditório ou lugar onde disputas e exercícios são mantidos” ou “um lugar onde Orações ou Disputações são mantidas”, respectivamente em *Glossographia* (1656), de Thomas Blount, e *The New World of Words* (1658), de Edward Philips. Até a resposta de Richard Montagu a Selden, não se encontrou qualquer outra obra que se utilizou de “diatribe” numa publicação de língua inglesa. Percebe-se desde o título o caráter tanto retórico quanto obscuro da opção feita por Richard Montagu.

Há nesse rol de palavras, porém, uma dinâmica que não se mostrou suficientemente.

“Resposta” (answer) e “réplica” (reply) são palavras que servem como grandes portas de entrada para o modo e o movimento das controvérsias. Ambas aparecem, em alguma medida, como intercambiáveis. É o que mostram, respectivamente, os verbetes “answer” e “reply” de *A Christian Dictionary* (1612) e *An English Expositor* (1616, 1621), bem como sugere o título de uma publicação anônima, *A replye answering a defence of the sermon, preached at the consecration of the bishop of Bathe and Welles* (1614). Apesar disso, tais palavras eram passíveis de diferenciação. Enquanto “resposta” (answer) figurava, no *Dictionary of the French and English Tongues* (1611), como tradução do francês “response” e era definida como “a resolução de uma dúvida ou demanda, também uma fiança ou responsabilidade”, “réplica” (reply) aparece ora na explicação de palavras

com forte acepção militar, como “defense” e “recharger”, ora no exercício polêmico da palavra, presente em termos como “contr’escript”, “replique” e “triplique”. Na língua inglesa, o *Table Alphabetical* (1604, 1617), de Robert Cawdrey, definia “reply” como “confirmar um discurso enunciado antes”. Arrisca-se dizer que se, por um lado, “resposta” (answer) traria a previsão de desfecho para determinado estado de ignorância ou litígio, “réplica” (reply) caracterizaria, por outro, uma etapa específica de um movimento agonístico.

Tal hipótese é corroborada e, em grande medida, complexificada pelo exame de títulos da época. “Resposta” (answer) tinha uma acepção instrutiva que lhe era própria, em especial vinculada à escolástica e ao catecismo. A palavra aparecia, nesse sentido, em títulos como *The summe of Christianitie set down in familiar questions and answers* (1600), de autoria anônima, *Short questions and answeres to be learned of such as be ignorant before they be admitted to the Lords Supper* (1613), de Giles Whiting, *Short questions and answeres contayning the summe of Christian religion* (1614), de Robert Openshaw, e *A plaine and familiar explanation of the tenne commandements by questions and answeres* (1618), de Francis Bunny. Esse uso pedagógico de “resposta” emulava, porém, discussões reais (ou que se apresentavam como tais) entre dois ou mais letrados, os quais poderiam ser sujeitos específicos ou anonimizados.

Nessas situações, “resposta” (answer) era empregada para designar a reação a algum discurso ou posição já existente e, a partir daí, figurava lado a lado com “réplica” (reply) na organização do confronto de opiniões. A proximidade entre ambas as palavras aparece, por exemplo, em *An answer to master William Perkins concerning Christs descension into Hell* (1602), de John Higin, *A reply against M. Gilbert Browne priest* (1602), por John Welch, *A reply to a notorious libel* (1603), de Robert Charnock, *An answer to a sermon preached the 17 of April anno D. 1608 by George Downame Doctor of Divinitie* (1609), de autoria anônima, e, por fim, em *A brief answer unto certaine objections and reasons against the descension of Christ into Hell* (1613), de Richard Parkes. A partir da “resposta” (answer) estabelecia-se de maneira efetiva uma discussão letrada. É o que aparece na sequência formada por *An answer to a Catholike Englishman* (1609), de William Barlow, e *A discussion of the answer of M. William Barlow* (1612), de Robert Parsons. E tais discussões poderiam se tornar tão violentas quanto difíceis de acompanhar. “Resposta” (answer) e “réplica” (reply) figuravam em ataques a libelos e pessoas, nos quais os defeitos do alvo refletiriam a qualidade do atirador. Exemplos disso são: *A briefe*

replie to a certaine odious and slanderous libel lately published by a seditious Jesuite (1600), de Matthew Sutcliffe; *An answer made by one of our bretheren a secular priest now in prison to a fraudulent letter of M. George Blackwels* (1602), por Andreas Philaethes; *An apologie for religion or an answer to an unlearned and slanderous pamphlet* (1602), de Edward Bulkley; *A just and moderate answer to a most injurious and slaundersous pamphlet* (1606), de Richard Broughton; *A godly and learned answer to a lewd and unlearned pamphlet* (1608), por Richard Woodcoke; e, por fim, *A cleare, sincere, and modest confutation of the unsound, fraudulent, and intemperate reply of T.F* (1616), de Thomas Preston.

A complexidade dos debates na Idade Moderna aparece, de maneira notória, junto aos usos da palavra “réplica” (reply). É o que acontece, para indicar alguns nomes, em: *The replie of John Darrell to the answer of John Deacon and John Walker concerning the doctrine of the possession and dispossession of demoniakes* (1602), de John Darrel; *The Popes funerall, containing a plaine, succinct, and pithy reply to a pretended answere of a shamelesse an foolish libel* (1605), de Thomas Bell; *A reply to Sotcliffes answer to the Survey of the New Religion in which his insufficient answers and manifold follies are discovered* (1608), de Matthew Kellison; *A reply answering a defense of the sermon preached at the consecration of the bishop of Bathe and Welles* (1614), de autor anônimo. Em todos os casos, “réplica” (reply) endereça o discurso a uma ou mais pessoas e, sobretudo, designa um ato de fala que é subsequente à “resposta” (answer). Assim sendo, uma “resposta” (answer) surgiria, na linguagem da polêmica, como um ato discursivo de primeira ordem, isto é, uma objeção a determinado livro ou autor, enquanto a “réplica” (reply) se apresentaria, por conseguinte, como discurso de segunda ordem. É o caso do já citado *A reply to Sotcliffes answer to the Survey of the New Religion* (1608). O título em questão traduz uma sequência cronológica: inicialmente, houve a publicação de um texto, a saber, *Survey of the New Religion* (1603) de Matthew Kellison, então surgiu uma resposta a ele, o *Revev and examination of Kellisons scurrilous Survey* (1606) de Matthew Sutcliffe, que instaurou a contenda e, só então, é publicado *A reply to Sotcliffes answer* (1608).

Esses exemplos sugerem a existência de alguma padronização no encadeamento dos atos polêmicos de fala. E essa organização no uso da palavra aparece, de modo explícito, na explicação oferecida em *Glossographia* (1656) para outro termo da linguagem polêmica, “rejoynder”: “significa na nossa Common Law, tal qual Duplicação entre os Civis

[Civilian, isto é, operadores do Direito Romano], uma Objeção a uma Replicação. Pois primeiro, o Acusador [Plaintiff] exhibe sua Queixa [Bill], o Acusado [Defendant] responde, então o Acusador faz uma réplica daquela Resposta [Answer], a qual é chamada de Replicação, a partir da qual o Acusado retorna, o que é chamado de Tréplica [Rejoinder], especialmente na Chancelaria”. A explicação é oriunda de *The Interpreter* (1607), um dicionário jurídico de John Cowell, no qual é possível encontrar a seguinte definição para “replicação” (isto é, réplica): “é uma objeção de segundo grau feita pelo acusador sobre a primeira resposta dada pelo acusado”. Queixa, resposta, réplica, tréplica, eis a sequência do uso litigioso da palavra.

À luz da definição dada por Leibniz para as controvérsias e da organização dos títulos do mercado livreiro inglês percebe-se que o julgamento era a forma que estruturava as controvérsias tanto nos seus objetivos quanto na organização do uso da palavra. A interação entre letrados se orientaria, em grande medida, pela administração da justiça, de modo que examiná-la nos seus rituais contribuiria para melhor identificar a dinâmica e o que estava em jogo nos confrontos entre letrados. É notório que essa mesma sequência que ordenava o uso da palavra no mercado livreiro também se fazia presente nas disputas políticas dentro do Parlamento e, não menos importante, em um tipo particular de luta corporal. Assim como o embate de opiniões e a discordância legislativa, o duelo era um tipo agonístico de interação que se estruturava nos marcos do julgamento e, enquanto tal, oferece uma oportunidade de observar como palavras se entrelaçavam à violência física.

Selden era advogado da *Common Law* e um jurista erudito. Ele estava, naturalmente, familiarizado com a diferença entre “resposta” (answer) e “réplica” (reply) de ponto de vista jurídico e tal diferenciação aparece expressamente em diferentes textos de sua autoria¹¹⁰. Selden também publicou um livro sobre o duelo e lá ele definia a atividade como “a oposição corporal de dois combatentes, ambos visando o sucesso vitorioso”¹¹¹. A caracterização lembra àquela de Leibniz para a guerra, porém no duelo a violência não seria suficiente para fazer, por si só, o vitorioso de uma competição. No caso do duelo, Selden mostrava que a violência era organizada e ritualizada numa forma

¹¹⁰ John Selden, *Titles of honor* (1614), 234; John Selden, *The priviledges of the baronage of England* (1642), 63-4, 89, 92, 94-5, 96, 151; John Selden, *Of the dominion or ownership of the sea* (1652), 468; John Selden, *Of the judicature in parliaments* (1681), 98, 109, 110-1, 113, 117-9, 152; John Selden, *The reverse or back-face of the English Janus* (1682), 68.

¹¹¹ John Selden, *The Duello* (London: Printed by G.E. for I Helme, 1610), 3.

jurídica – e nela “resposta” (answer) e “réplica” (reply) surgiam, mais uma vez, como etapas na resolução de um conflito.

Para Selden, os duelos jurídicos se dividiriam em dois tipos, de acordo com a natureza da ofensa em questão: o criminal, que resolvia crimes (felony) como traição, assassinato ou roubo; e o civil, no qual eram tratadas questões particulares, como o direito de usufruto de determinado brasão ou herança¹¹². A ritualística que esses dois tipos de duelo deveriam seguir dependeria da jurisdição reclamada para eles, a saber, se a questão seria tratada pelos juízes da King’s Bench, dentro da *Common Law*, ou se pela Court of Chivalry, segundo a lei militar¹¹³. No primeiro caso, que mais se assemelha ao movimento das controvérsias na imprensa, o confronto começava com a apresentação de uma apelação ao magistrado na corte de justiça, acusando certa pessoa de determinado ato criminoso. O réu poderia, então, solicitar o duelo e, concordando o acusador, o magistrado fixava a data do confronto. Assim, no dia definido, “as duas partes preparadas e presentes na Corte, o Acusador (Appellant) recita sua acusação (appeale) e o Réu (Defendant) sua própria defesa, *verbatim*, como na primeira [vez]. Então, ele [o réu] segura o outro pela mão e o réu, com um juramento, fortalece as entranhas para o combate”¹¹⁴. O réu, então, condensa num juramento a sua defesa (isto é, a sua resposta) ao qual, em seguida, o acusador “replica” (replies) também com um juramento, de teor contrário e reforçando a apelação¹¹⁵.

Transcorridas as etapas de apelação, resposta e réplica, é chegada a hora de resolução do conflito. O magistrado entrava em ação. Além de receber a apelação e fixar a data do duelo, o magistrado é a figura responsável por demarcar, com estacas, o espaço para o confronto, bem como por garantir que o público não interviesse e assegurar o decoro e a paridade de armas entre os combatentes. A ele, os combatentes juravam “não ter comido, nem bebido, nem feito ou causado qualquer coisa que possa, por qual motivo, depreciar a lei de Deus e o andamento do Duelo”¹¹⁶. Ao magistrado cabia certificar que, quando adentrarem a arena preparada para eles, os combatentes lutem “com as cabeças descobertas, mãos e pés nus, com dois bastões ponteados com chifre de tamanho único, e

¹¹² John Selden, *Duello*, 24.

¹¹³ John Selden, *Duello*, 36-7, 40.

¹¹⁴ John Selden, *Duello*, 25.

¹¹⁵ John Selden, *Duello*, 25.

¹¹⁶ John Selden, *Duello*, 26.

cada um deles com um escudo quadrado, sem qualquer outra arma”¹¹⁷. Ao público era dado o aviso, quem perturbasse o duelo era passível da pena de um ano de prisão¹¹⁸. A violência era empregada, enfim, como meio de resolução do conflito e embora ela fosse capaz, como dizia Leibniz, de mostrar quem era o ganhador do embate, a vitória num duelo exigia o respeito a certas condições e que o magistrado assim declarasse. Segundo Selden, a dominância ficava estabelecida “se o réu faz bem sua parte até as estrelas aparecerem no céu ou (como no costume dos normandos) até a hora em que o aparecimento delas é reconhecido pela ausência do sol, o acusador deverá ser considerado vencido, punido como falso acusador, e o réu absolvido”. Caso aconteça o contrário, o réu é punido e, caso tenha morrido, “ainda assim a formalidade do procedimento da common law adjudica-o à pena capital para que, desse modo, sua posteridade possa sofrer a atroz concomitância de sua devida infâmia”¹¹⁹.

Percebe-se daí como a forma jurídica organizava o emprego da força, ritualizando e circunscrevendo-o a um espaço e duração determinados, a agentes específicos (acusador, réu, magistrado, público) e movimentos pré-estabelecidos (queixa, resposta, réplica, julgamento, sentença). E mais do que dar matéria e sequência ritualizada, ela identificava fatos e valores, fazendo do julgamento (e, por consequência, da controvérsia) um dispositivo tanto para a descoberta de alguma verdade quanto para a administração do prestígio. A vitória do acusador ou do réu significava algo mais do que um veredito, ela vinha acompanhada pela absolvição ou punição, pela inocência ou ignomínia.

Essa relação entre verdade e prestígio era ainda mais evidente nos duelos realizados diante da Court of Chivalry. Nesses casos, o duelo tinha caráter nobiliárquico e visava reparar alguma ofensa de natureza militar, seguindo dinâmica distinta da *Common Law*. O litígio tinha início com uma carta (chartel) apresentada à corte de justiça, na qual o acusador fazia uma denúncia e, ao contrário do que estava estabelecido na *Common Law*, desafiava o réu para o duelo. O magistrado enviava a denúncia ao réu e, caso ele não fosse encontrado, “o Juiz pode marcá-lo com uma nota de desonra” da qual “ele nunca poderá ser purificado”. Caso o réu se apresentasse à corte para a sua defesa, porém se ausentasse no dia do duelo e “sem justa causa esconda sua cabeça, é suficiente para a condenação e, sem qualquer esperança de restituição, sua honra é degradada; e sobre isso (diz Alciato),

¹¹⁷ John Selden, *Duello*, 29.

¹¹⁸ John Selden, *Duello*, 27.

¹¹⁹ John Selden, *Duello*, 30.

alguns acusadores carregam consigo os retratos desses covardes para vituperar ou seu brasão de armas invertido, até mesmo, de maneira ignominiosa, amarrado sob o rabo dos cavalos ou de alguma outra forma vergonhosa”¹²⁰.

A defesa da honra era, portanto, a matriz que movimentava o duelo e a distribuição dessa energia aparece com toda pompa nos duelos nobiliárquicos¹²¹. O papel de magistrado caberia aos detentores dos títulos de High Constable e Marshal of England, integrantes do mais alto círculo da administração inglesa. Eles presidiriam a ocasião e contariam com auxílio de diversos cavaleiros e de um ou outro doutor em direito civil para conduzir o julgamento. A eles se apresentavam os combatentes, o acusador pelo lado direito, o réu pelo lado esquerdo, ambos acompanhados de seus procuradores e escudeiros, utilizando elmo e vestindo as cores que lhes seriam próprias. Ao réu caberia escolher o conjunto de armas do duelo e, logo após, ambas as partes repetiriam a troca verbal que dava materialidade ao litígio: o acusador recapitulava sua carta de acusação, jurando que ela era verdadeira, e o réu recitava sua defesa, jurando o contrário. Aqui, não há a figura da “réplica”. Um arauto adverte o público contra as distrações e, então, o duelo tem início. Assim como previsto na *Common Law*, os combatentes teriam um período determinado para decidir o combate (a saber, do nascer ao pôr-do-sol) e daí o magistrado declarava publicamente o vencedor. Numa vitória perfeita “não basta apenas que a masculinidade de um deles predomine”, mas era preciso obter a rendição ou confissão de culpa. Então, “deve o Vitorioso, acompanhado de Cavaleiros e homens de armas montados, entrar no campo e marchar três vezes ao redor das estacas, e levar consigo todo o processo (carta, defesa, resolução e julgamento), selado com o selo da Corte, em perpétuo testemunho de sua atuação e manutenção da honra”¹²².

De volta ao ataque a James Sempil, torna-se evidente que Selden não apenas estava familiarizado com a sucessão entre “resposta” (answer) e “réplica” (reply) e com o fato de que a controvérsia, estruturando-se como julgamento, era movida à base da honra, mas também que ele se valia desse conhecimento para contrariar o adversário diante dos leitores em geral. A distinção entre “resposta” (answer) e “réplica” exigia, antes de tudo, definir os papéis de acusador e de réu. Um impasse aí permitia tanto atacar James Sempil na sua honra quanto desfazer a própria controvérsia. Selden dizia que chamaria o

¹²⁰ John Selden, *Duello*, 41-2.

¹²¹ John Selden, *Duello*, 42-5.

¹²² John Selden, *Duello*, 45.

seu texto de “réplica” (reply) se o seu adversário fosse capaz de apresentar uma “resposta” (answer). Para que Selden ocupasse o papel de acusador, James Sempil precisaria figurar como réu e, desse modo, endereçar objeções que tivessem sido feitas a ele (ou a opinião defendida por ele) em *Historie of Tithes*. James Sempil precisaria, por conseguinte, tanto responder a objeções feitas por Selden quanto convencer a ele e aos letrados em geral que o livro de Selden era uma espécie de queixa ou apelação. Sem isso, Selden não poderia (e nem desejava) se mostrar publicamente como acusador. Por outro lado, James Sempil também inviabilizava que Selden ocupasse a posição de réu, dado que o primeiro não teria escrito qualquer coisa contra o propósito de *Historie of Tithes*. Chegava-se assim não apenas à conclusão de que James Sempil seria um inábil, mas ainda que, não havendo acusação, julgamento algum poderia se formar. Como se viu no capítulo anterior, sobretudo na carta ao duque de Buckingham, Selden buscou ao máximo se furtar à opinião e ao julgamento na questão dos dízimos, mas isso não significava que ele poderia simplesmente ignorar os textos escritos contra ele. Seu prestígio estava em jogo, fosse James Sempil capaz de articular uma acusação ou não.

Selden retratava o adversário como inoportuno e inábil. Ele dizia que “sobre esse Sir James, um homem sobre o qual (até esta ocasião) nunca ouvira falar sobre, que ele deveria assim escolher o meu nome para fazer oposição”¹²³. O sujeito lhe era desconhecido, suas motivações não seriam evidentes e, não menos importante, James Sempil atacava tanto ele quanto Joseph Scaliger, “o divino Scaliger”, como o autor quinhentista era chamado por Selden. Apesar de surpreendente e ambicioso, o ataque de James Sempil não passaria de um pequeno apêndice e nele o autor não apenas seria incapaz de provar qualquer coisa de substancial contra Selden e Scaliger, mas ainda tinha uma postura ambígua em relação à *Historie of Tithes*. Selden se perguntava se toda a polêmica não era coisa dos livreiros:

E de fato, vê-se na conclusão dele no próprio apêndice, depois de ter gasto algumas folhas oferecendo aquilo que encontrou em minha história, tornando-se ele ainda mais judicioso a ponto de dizer que minha história e o seu simples julgamento (essas são as palavras dele) podem, de direito, permanecer juntos. Mas, então, por que ele promete, no seu título, responder a objeções encontradas em Scaliger e em mim, a não ser que os Estacionários e seus ajudantes, numa prévia do livro, talvez tenham

¹²³ John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1349.

assegurado aos seus clientes que a História dos Dízimos está agora definitivamente confutada?¹²⁴

Toda a polêmica que se apresentaria naquele primeiro texto como resultado de uma contradição de princípio. Ou James Sempil não sabia o que era uma “resposta” (answer) e o título do livro não condizia com a conclusão dela ou o autor foi manobrado pelos livreiros, interessados em fazer dinheiro em cima do sucesso de *Historie of Tithes*. De uma forma ou de outra, James Sempil ficava em maus lençóis no seu prestígio enquanto letrado e autor. E o prestígio era aquilo que motivava Selden a escrever, pois ele se via diante do imperativo de convencer os leitores de que nem sua obra, nem ele foram refutados – ainda mais por um texto breve de um autor desconhecido.

Selden dizia (e repetiria isso na carta ao duque de Buckingham) que sua história não fora escrita para provar como os dízimos deveriam ser pagos e assim instruir os clérigos em matéria de teologia, mas apenas para mostrar como eles foram efetivamente pagos ao longo do tempo. Ao contrário de James Sempil, Selden se mostrava bastante ciente da natureza de sua publicação:

Meu título é apenas história, assim são as três partes dela, assim é cada linha dela toda. Agora, para se dispor a refutar qualquer coisa na minha história é preciso mostrar que eu fiz falsas citações, ou que faço falso relato das palavras e do sentido dos meus autores, ou que omiti testemunhos de outros lados, os quais são de melhor crédito. [...] Eu sei e estou seguro disso, porém a detração pode me afligir. Desejaria, com prazer, que aqueles que falam contra mim para outras pessoas colocassem as suas habilidades para extrair de mim qualquer ofensa encontrada ao longo de todo o trabalho.¹²⁵

A partir do golpe moral contra James Sempil, o qual consistia em convencer os leitores da incapacidade do sujeito para estabelecer um julgamento e de manter sua obra fiel às próprias conclusões, Selden chegava num ponto de natureza epistemológica. O

¹²⁴ “And indeed, you see in his own conclusion of his appendix, after he hath spent some leaves in offering at what he found in my history, he yet becomes so judicious, as to tell you; that my history, and his simple judgement (as his words are) de jure, may stand together. But why then doth he promised in his title, the answering of objections found in Scaliger and me, unless because of the Stationers and their boys, for vent of the book, might thence assure their customers, that the History of Tithes, is now utterly confuted?” (John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1349).

¹²⁵ “My title is history only, so are the three parts of it, so is every line of the whole. Now to offer to disprove any thing in my history, must be either by shewing, that I have false quotations, or that I falsify relate the words, or sense, of my authors, or that I have omitted testimonies for other sides, that are of better credit. [...] I know so, and am secure of it, however detraction may wrong me; and I would gladly, that they which speak contrary of me to others, should but put on the ability to design out to my self any such offence through the whole work” (John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1350).

título do seu livro trazia “história apenas” (history only) e dessa denominação se desdobraria tanto que a obra lidava com fatos (e não valores, isto é, como deveria ser o pagamento dos dízimos) quanto que confrontá-la exigiria do adversário se ater às operações intelectuais que davam forma à obra em questão. Assim sendo, uma resposta à *Historie of Tithes* deveria fazer objeções ao processo erudito de produção de provas (e não de qualquer tese implícita que se poderia extrair dele): indicar citações falsas, transcrições equivocadas, interpretações espúrias e a omissão de testemunhos relevantes. Todavia, James Sempil faria uso de um princípio totalmente inadequado: “isso deveria se passar, portanto [ergo] foi assim”. O adversário era ridiculizado por Selden, o qual reduzia essa lógica ao absurdo: “Sir James deveria ter se absterido de se meter comigo e com o divino Scaliger, (sei que isso já está suficientemente reconhecido, inclusive por aqueles que o amam) ergo ele se absteve”¹²⁶. A própria publicação do texto de James Sempil bastaria para provar que um fato não decorreria da prudência. Para Selden,

Para ser breve, sir James escreveu o que ele acha e eu aquilo que sei. Ele, aquilo que deveria ter sido e que agora deveria ser, de acordo também com o que ele acha. Eu, o que estivera em uso e prática, também a partir do que sei, assim como daquilo que os mais seletos testemunhos entre os Judeus, os Gentios e os Cristãos de todas as épocas puderam me instruir. Vergonha perpétua, porém, para aqueles (se eles existirem) que abusaram de qualquer parte da verdade constante e descoberta por mim para fins sacrílegos.¹²⁷

James Sempil seria, portanto, um adversário duplamente desqualificado. Ele era não apenas débil nas suas habilidades, tratando-se de sujeito pouco conhecido e que, em algumas páginas, pretendeu fazer objeções a Selden e a Joseph Scaliger, mas também alguém que se valia de armas completamente diferentes daquelas empunhadas por Selden. Para que se desse um duelo letrado era preciso que ambas as partes reconhecessem tanto que existia acusação a ser determinada quanto que existiria uma paridade mínima de armas entre os combatentes. Selden rejeitava o duelo pela falta dessas duas condições. Isso não o impedia, porém, de zelar pelo próprio prestígio. Nas duas passagens acima é notório que, a despeito das qualidades do adversário, Selden se voltava ao público do duelo letrado e se dirigia, de maneira genérica, àqueles que o

¹²⁶ John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1351.

¹²⁷ “To be briefe, sir James hath written what he thinks, and I what I know; he what should have been, and what now should be, and as he thinks too; I what hath been in use and practice, and that as I know too, as well as the choicest testimonies of Jews, Gentiles, and Christians of all ages could instruct me. But perpetual shame be to them (if any such there be) that have abused any part of my discovered and constant truth to a sacrilegious end” (John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1351).

detratariam, fosse falando mal dele a partir daquilo que não escreveu, fosse abusando de partes determinadas de sua obra. A detração punha em risco o lugar de Selden tanto enquanto erudito na comunidade letrada quanto como súdito leal na sociedade política. O ataque a James Sempil era também um golpe contra aqueles que, não tendo entendido a sua história dos dízimos, ameaçavam o prestígio e o pertencimento de Selden. E eles, apesar do esforço do autor por minimizá-los, não eram poucos.

Selden não teria que esperar muito até que surgisse outro adversário. As publicações de James Sempil e Richard Tillesley foram feitas na rabeira da impressão de *Historie of Tithes*. O primeiro dizia que seu livro fora escrito bem antes da publicação da história dos dízimos de Selden, porém era (e é) inegável que surgia como resposta a ele, mesmo que o fizesse na forma de um apêndice. Já sobre o segundo adversário não restariam dúvidas: o livro era um ataque ponto a ponto à *Historie of Tithes*. Seu autor, Richard Tillesley, era um clérigo e doutor em teologia, e não um cortesão autodidata, como James Sempil. Selden não poderia mais se furtar ao combate.

Sua estratégia era, mais uma vez, admoestar e, sobretudo, persuadir o leitor através dos golpes desferidos contra o adversário. Para Selden, era importante destacar, antes de qualquer coisa, a assimetria do combate que se impunha e apelar para o senso de justiça de quem lia sua réplica a Richard Tillesley. Selden lamentava a sua condição, “eu deveria muito enraivecer o doutor, sem palavras nocivas, se tivesse a mesma liberdade para escrever e publicar que é conferida a ele”¹²⁸. Ainda que se visse dentro de uma controvérsia, Selden não poderia recorrer à prensa do impressor para se defender e assim estaria limitado tanto à extensão do manuscrito quanto naquilo que poderia dizer sem prejudicar ainda mais a sua situação perante as autoridades. Pouco depois do manuscrito que fez circular contra Richard Tillesley, Selden se queixava da assimetria do confronto em uma carta datada de 3 de fevereiro de 1620 e destinada a sir Edward Herbert, então embaixador em Paris¹²⁹. Selden dizia ter notícias de que as *Animadversions* de Richard Tillesley tinham chegado às mãos do embaixador e a esse último, ao qual o autor agradecia por ter defendido e apadrinhado *Historie of Tithes*, narrava o seguinte:

¹²⁸ John Selden, “Reply do Dr. Tillesley”, 1370.

¹²⁹ Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”, 368-370. A carta em questão foi transcrita do latim e traduzida para o inglês pelo referido estudioso e biógrafo de Selden. Os trechos dessa carta que aqui são transcritos em português foram traduzidos a partir da versão inglesa de Toomer. Sendo assim, não se tratando aqui de uma tradução feita diretamente do original, optou-se por economia de espaço suprimir a indicação, em nota de rodapé, do texto em língua estrangeira.

Já faz mais de quatro meses que aquelas “Animadversions” foram publicadas e confrontadas imediatamente por algumas “Notas”, escrita por mim contra elas, a saber, para proteger meu crédito e reputação. Não foi permitido a mim submetê-las à prensa: é lícito (aos olhos daqueles que exercem a censura dos livros por aqui) que qualquer um invista contra mim e minha História com as mentiras mais escandalosas que queira, mas é ilícito que eu, em retribuição, publique qualquer coisa que tenha escrito, quer em minha defesa ou da própria verdade.

Desde setembro de 1619, portanto, os comentários de Richard Tillesley circulavam sem qualquer confrontação equivalente. A Selden restava recorrer ao único expediente que tinha a mão, e do qual se utilizara para reagir a James Sempil: escrever de pronto um texto manuscrito e fazê-lo circular, sobretudo entre os amigos e patronos. Era da maior importância para ele “vingar o meu crédito e reputação” e confrontar não críticas ou objeções do adversário, mas “as mais revoltantes mentiras”. Estariam em jogo não apenas a verdade de *Historie of Tithes*, mas ainda a honra de Selden – e na carta é palpável a primazia da segunda sobre a primeira. O apelo à injustiça da autoridade censora, que conferiu a apenas um dos combatentes as armas da imprensa, faz-se no registro moral e honorífico das controvérsias. Ainda assim, Selden dispunha do manuscrito e, mais importante do que isso, do circuito de amigos e dádivas ao qual pertencia, cuja dinâmica foi examinada no segundo capítulo desta tese, e que permitia a ele defender o prestígio que acumulara enquanto erudito. Na carta ao embaixador, Selden expressava tanto a natureza qualitativa das trocas quanto o temor por sua reputação:

Eu prontamente separei uma cópia para vós também, mais nobre Senhor, tão logo soube que o opúsculo do capelão estava em vossas mãos: não era digna de ser lido por vós, de modo que nem tinha a intenção de oferecê-la, até quando soube que esse [o texto de Richard Tillesley] havia chegado a vós por outra fonte. Considero ter sido atingido por alguma desgraça, que as “Animadversions” sejam vistas e lidas aí [em Paris], enquanto das minhas “Notas”, as quais são a restituição do meu crédito, sequer se ouve falar.

Era inadmissível para Selden que o livro de Richard Tillesley chegasse a um de seus patronos e ainda mais à cidade de Paris (de onde recebia cartas de eruditos como Peiresc) sem que fosse acompanhado das suas “notas”. A carta ao embaixador fazia parte do esforço de defesa do autor, que punha o seu manuscrito para circular em terras estrangeiras ao mesmo tempo em que apelava para alguém que tinha bom trânsito com o favorito do rei, o duque de Buckingham. Tendo isso em vista, Selden não deixava de contar na carta que o próprio Jaime I fora introduzido ao manuscrito contra Richard Tillesley e

que, apesar do receio do autor, “eu encontrei um julgamento verdadeiramente régio, baseado numa sagacidade admirável, em erudição notória e mesmo naquela temperança que raramente acompanha os intelectos mais afiados”. Apesar do apelo à justiça, dos contatos de que dispunha e do elogio rasgado ao rei, Selden não receberia permissão para imprimir sua réplica a Richard Tillesley e ainda teria que, no ano seguinte, suportar calado os golpes de outro adversário.

De volta à réplica a Richard Tillesley, Selden fazia um uso agressivo da linguagem. Diante da objeção do adversário (e que seria reforçada pouco depois por Richard Montagu) àquela caracterização dos clérigos como preguiçosos, invejosos e ignorantes, cuja autoridade dependeria apenas da barba, do título e do hábito, Selden não recuava e escrevia não ver aí qualquer injúria, pois tal caracterização não apenas servia para alguns sujeitos merecedores dela quanto anunciava de antemão as qualidades do próprio Richard Tillesley¹³⁰. Apesar disso, Selden dizia ao leitor, logo no primeiro parágrafo da réplica, que ali acharia algo de substancial contra esse “doutor fervente e trabalhoso”, exceto “seus usos grosseiros da linguagem”, pois “nem ele, nem o restante daqueles que, publicamente, rosnam para mim, podem me infectar com essa doença”¹³¹. Sua escrita, porém, não deixava de injuriar o adversário e seus comparsas logo na linha seguinte. A partir deles, Selden dizia ter aprendido “que nem todos os loucos estão em Bedlam [asilo e manicômio de Londres]: por aqueles que estão lá, eu lamento, mas daqueles outros que lá não estão, dou risada, e bem sei identificar meros latidos para o luar”¹³². Para além do óbvio efeito cômico, essa passagem sugere que o uso injurioso da palavra não deveria ser apressadamente identificado com certo palavrório vazio, mas entendido como expressão do vínculo entre moral e verdade. Em poucas palavras, Selden se via autorizado a ser injurioso, dado que seu nome estava em risco, mas apenas se trouxesse provas de suas verdades.

Diferentemente de James Sempil, Richard Tillesley atacava Selden naquilo que o último dizia ao primeiro sobre como deveria ser uma confrontação à sua história dos dízimos: indicar citações falsas, transcrições equivocadas, interpretações espúrias e a omissão de testemunhos relevantes. Richard Tillesley fazia exatamente isso, confrontando Selden enquanto erudito. Para proteger sua posição, Selden buscou, como foi indicado na

¹³⁰ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1372.

¹³¹ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1369.

¹³² John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1369.

seção anterior, desvincular sua retratação perante à High Commission pela impressão da obra de qualquer dúvida sobre a veracidade do conteúdo de *Historie of Tithes*. Todavia, seu principal movimento para fustigar o adversário foi se voltar para a concretude das operações eruditas que constituíam sua obra e reputação e mobilizá-las como arma. Como se viu no segundo capítulo desta tese, a erudição de Selden ganhava forma reconhecível a partir de duas atitudes intelectuais: colecionar livros e distinguir tempos. Ambas foram recuperadas por ele no ataque a Richard Tillesley.

Selden pedia ao leitor que, enquanto examinasse o livro do adversário, lembrasse que “a prática não deve ser provada a partir dos cânones”, no que repetia o golpe desferido contra a lógica argumentativa de James Sempil. Também considerava que “é preciso distinguir os tempos, que nas suas premissas e conclusões ele fraudulentamente confunde em todos os lugares”¹³³. No que dizia respeito a esse último ponto, Selden chamava atenção para o catálogo que Richard Tillesley incluía no seu livro e que, através de dezenas de autores, serviria de precedente de que, entre os séculos VI e XIII, os dízimos sempre foram considerados de direito divino¹³⁴. De acordo com Selden, tal catálogo teria dois problemas: em primeiro lugar, Richard Tillesley apenas juntava e dispunha cronologicamente os autores do passado, mas não os periodizava; em segundo lugar, o catálogo não ia substancialmente além do próprio *Historie of Tithes*. Aqui, Selden lembrava que em sua obra havia dividido em quatro partes os mil e seiscentos anos de história dos dízimos entre os cristãos, enquanto o seu adversário apresentava não mais do que uma sequência cronológica de autores. Nas palavras de Selden, “ele põe no seu catálogo três das minhas quatro partes para fazer uma grande exibição conjunta, ao invés de [algo com] fundamento” e, no que tange o primeiro período de sua cronologia, “eu afirmo constantemente que ele não tem sequer o nome de um único autor no seu catálogo, que figure nos meus primeiros 400 anos, exceto [aqueles] que eu trouxe”¹³⁵. Nos primeiros oitocentos anos da história dos dízimos não haveria, no catálogo de Richard Tillesley, qualquer autor que utilizasse palavras enfáticas (“colour”, “colourable words”) para sustentar o direito divino aos dízimos. Tal deficiência não seria questão apenas da carência de autores que justificassem a posição do adversário de Selden, mas de que Richard Tillesley, incapaz de periodizar e identificar sutilezas nos textos do passado,

¹³³ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1369.

¹³⁴ Richard Tillesley, *Animadversions*, 2-30.

¹³⁵ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1374.

“seguiu o exemplo corriqueiro daqueles que têm seus cérebros convertidos às suas próprias conclusões arbitrárias e então pensam que tudo que encontram nesse ínterim serve de prova daquilo que deliram”¹³⁶.

Ainda sobre o catálogo, mas no que dizia respeito à sua completude, Selden apontava outra fraqueza procedimental do adversário. Além dele não ir além daquele rol de autores referenciados em *Historie of Tithes*, Richard Tillesley teria pouca habilidade e meios para colecionar. Selden opunha diante do leitor o comportamento do seu adversário, “ele pega tudo aquilo que consegue encontrar”, ao dele próprio que, ao tratar dos últimos séculos da história dos dízimos, “expressamente reuni sob o nome genérico de opinião comum ou majoritária de que eles [os dízimos] eram devidos, citando os mais eminentes e negligenciando o restante”. Opondo voracidade ao comedimento, Selden não poderia ignorar a conclusão de Richard Tillesley para o catálogo, na qual ele dizia ter “colecionado” toda uma Septuaginta de autores “dos meus poucos livros e pequenas leituras” em prol do direito divino dos dízimos¹³⁷. Selden incitava o leitor, “pergunte às citações dele [Tillesley] se o meu [livro] não teve um lugar especial e de destaque? Sem o meu [livro], ele teria perdido numerosos dentro desse conjunto, embora eu disponha de peso, mas o doutor apenas de número”¹³⁸. No interior da argumentação de Selden, os “poucos livros” e a “pequena leitura” do adversário deixavam de figurar como indicativos de habilidade e humildade e se transformavam em evidência de que Richard Tillesley não apenas tinha se apropriado do próprio *Historie of Tithes*, mas ainda que ele, no limite, não tinha aquilo que era mais caro para um erudito, os livros.

Ao responder às acusações do adversário de que se equivocara nas citações e que não fora fidedigno aos testemunhos indicados em *Historie of Tithes*, Selden se valia da sua posição privilegiada em relação aos livros. No que diz respeito às citações, dizia ele que, apesar de ter suscitado de algum equívoco, “eu despendi então por volta de meia hora fazendo uma nova busca neles, estando os livros todos comigo” e constatou que suas citações eram “exatamente verdadeiras”. E daí, imaginando que equívoco haveria nos textos do adversário, Selden repetia a constatação de posse, “eu tenho os autores comigo e aquele que acha que não sou capaz de lhe mostrar cada um deles [...] terá para seu trabalho todos os livros do meu estúdio. Ficaria satisfeito em ver o doutor, ou qualquer

¹³⁶ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1375.

¹³⁷ Richard Tillesley, *Animadversions*, 29.

¹³⁸ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1375.

outro homem, arriscar-se assim para tomá-los de mim”¹³⁹. Os livros eram de Selden, os autores estavam com Selden e quem deles precisasse que viesse a Selden.

A partir desse mesmo lugar, alegava desconhecer aquilo que Richard Tillesley chamava de “descoberta fidedigna” (faithful discovery), segundo o qual as autoridades mencionadas por Selden em *Historie of Tithes* deporiam contra suas conclusões¹⁴⁰. Antes de qualquer discussão que pudesse se formar sobre que conclusões seriam essas, Selden se perguntava publicamente como Richard Tillesley faria tal descoberta se “existiam por volta de 100 volumes diversos, dos quais meus mais seletos testemunhos foram retirados; algum deles, ou quaisquer cópias deles, foram alguma vez vistos, por dentro ou por fora, pelo doutor?”¹⁴¹. Diferentemente do adversário que fizera um catálogo de autores a partir de “poucos livros” e “pequena leitura”, Selden demandava uma quantidade assustadora de material para escrever sua história e confrontá-lo nas suas transcrições, citações, omissões e interpretações exigia ter recursos semelhantes à disposição. Selden ridicularizava o adversário apropriando-se da afirmação feita por ele de que, no tempo em que ambos viviam, existiriam pessoas capazes de rastrear suas pegadas: se elas existiam, Selden deixava para o adversário dizer, porém afirmava que Richard Tillesley certamente não era uma delas. Essa falta de livros por parte do adversário oferecia a Selden a oportunidade para aprofundar o seu ataque. Ele contava o seguinte,

quando soube que o livro dele estava pronto para ser licenciado, não tendo tido nunca contato com o sujeito, pedi a um dos homens do impressor que dissesse a ele que não haveria um único livro meu ou dos meus amigos, utilizado por mim naquela história, que não estaria, ao bel prazer dele, pronto para o uso, de modo que ele estivesse mais bem equipado para mirar e me atingir. Não estou certo se a mensagem foi entregue, mas afirmo, de peito aberto, que ele deveria tê-los [os livros], do mesmo jeito que qualquer homem que espera descobrir qualquer autoridade falsa citada por mim.¹⁴²

A história talvez fosse verdadeira, dado que o impressor daquelas *Animadversions* de Richard Tillesley, John Bill, era o mesmo que Selden indicara a Peiresc, em 6 de

¹³⁹ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1372.

¹⁴⁰ Richard Tillesley, *Animadversions*, The Epistle Dedicatory.

¹⁴¹ John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1371.

¹⁴² “When I first heard of his book ready to be licensed, having never had any acquaintance with him, I wished one of his printer’s men to tell him from me, that there was not a book either of my own, or of my friends, which I had used in that history, but should, at his pleasure, be ready for his use, that he might be the better furnished to strike home to me. I am not sure, whether the message were delivered or no; but I protest from my heart, he should have had them, and I profess so much yet to any man, that hopes for a discovery of any false authority cited by me” (John Selden, “A reply to Dr. Tillesley”, 1371-2).

fevereiro de 1618, para receber e encaminhar as cartas do segundo para o primeiro. Verificar essa história, porém, não é o mais relevante aqui. Para além de todo verniz de caridade, Selden se colocava na posição de oferecer os próprios livros e os livros dos amigos para o adversário e para quem quer que se propusesse a descobrir falsidades no seu trabalho. Tratava-se de um desafio envolvido em cortesia. E, não menos verdadeiro, era uma maneira de incorporar esse e outros letrados a um círculo de dádivas letradas, de modo que mesmo a crítica a *Historie of Tithes* passaria por Selden e pela obrigação de amizade e retribuição.

A essa altura, fica evidente que a controvérsia era mais do que um arranjo antagônico entre certos agentes e motivações, mas que ela teria também toda uma espessura simbólica capaz de conferir tanto sentido quanto inteligibilidade às ações discursivas. A linguagem imprimia qualidade e dinâmica ao movimento agonístico e, no caso da polêmica em torno da publicação de *Historie of Tithes*, existia um vocabulário na época que, genérico no caso da palavra “controvérsia”, deslizava entre duas balizas semânticas (a saber, a competição jocosa e a luta corporal) e agregava termos que designavam usos específicos e polêmicos do discurso, como “resposta”, “réplica” e “admoestação”. Ainda que seja algo intuitivo e até mesmo trivial diferenciar, por exemplo, uma briga corporal de uma discussão letrada, esses (e outros) modos de interação agonística se entrelaçam do ponto de vista discursivo e, na espessura simbólica das controvérsias, os atores se valiam de palavras e golpes ora ligados ao combate físico, ora ao exercício lógico-demonstrativo, ora à pregação religiosa e moral e, não menos importante, ora ao ridículo. Esses atos específicos de confrontação adquiriam finalidade e dinâmica, no seu conjunto, dentro de uma forma jurídica. Leibniz fez bem em definir a controvérsia como julgamento. Tal definição não apenas destaca aquilo que se desejava (e ainda se deseja) que as controvérsias fossem, isto é, dispositivos orientados para a aquisição de vereditos e resolução de conflitos, mas ainda joga luz sobre os papéis, os rituais e os bens que, na prática, estariam em jogo nessa ocasião. Por se tratar de um tipo fronteiro de interação agonística, o duelo evidencia como a forma jurídica dava forma aos litígios, atribuindo papéis aos agentes, dando sequência e sentido aos movimentos, além do fato de a resolução de qualquer conflito e aquisição de alguma verdade ou consenso não se apartava da gestão da honra.

No caso de Selden, o que se revelou até aqui permite matizar certa tendência de se interpretar a controvérsia dos dízimos como grande mal-entendido. Em resumo, Selden

não teria sido adequadamente compreendido na natureza de sua obra e, menos ainda, em sua prática erudita. Ambas as coisas exigiriam leitores que, no geral, ainda não existiam¹⁴³. Aqui não está em disputa se a história dos dízimos de Selden e as operações eruditas que lhe davam sustentação eram incomuns, engenhosas e dignas de admiração. Elas o eram, sem dúvida. De fato, Selden expressava, como afirmou um expoente atual dessa tendência interpretativa, certa imparcialidade discursiva que não era dominante na cultura letrada da época e a sua prática histórico-filológica encontrava lugar, sobretudo, na República das Letras¹⁴⁴. Dizer isso, porém, não é suficiente para explicar por que, depois da publicação de *Historie of Tithes*, Selden tanto não se furtou à controvérsia quanto se queixou ao máximo da impossibilidade de levá-la à imprensa. Apesar das enormes diferenças em relação aos adversários no que diz respeito às concepções de história e erudição, Selden não abriu mão de confrontá-los nominalmente e disputar seus leitores. Havia ali, na controvérsia que se formou, algo que atravessava toda a cultura letrada, independentemente de pressupostos, concepções ou proezas intelectuais, e que nem mesmo Selden ou a República das Letras poderiam ignorar. Selden precisava defender, em uma linguagem e dinâmica inteligíveis, o seu próprio renome enquanto erudito e o pertencimento simultâneo tanto à comunidade das letras quanto à república política, dado que o prestígio era o “crédito” que ele empenhava na vida cotidiana nesses dois agrupamentos e que lhe servia de chave-mestra para seu fazer intelectual.

4. O embate de argumentos

A espessura do plano linguístico ou simbólico de uma controvérsia não se esgota nesse substrato honorífico compartilhado e disputado pelos letrados de maneira mais ou

¹⁴³ Franklin S. Fussner, *Historical revolution*, 215; Daniel Woolf, *Idea of history*, 234-5; e, sobretudo, Nicholas Hardy, “Impartiality and the early modern ars critica”, 301-2.

¹⁴⁴ “In the context of English philology and historical writing, then, the kind of impartiality purportedly offered by Selden’s treatise was stillborn. It did not belong in the still-dominant academic culture of theological disputation, written or oral. Nor was it in a position to replace the prevailing forms of scriptural exegesis, such as natural law and typology. If it belonged anywhere, it was in the loose network of intellectuals that has become known as the European republic of letters, perhaps the only sphere in which philology was regarded as valuable in its own right without always being subjected to the more rigorous jurisdiction of academic theology. In fact, it is hard to imagine a debate like this one taking place in Latin and between two or more scholars from different countries living under different laws and different ecclesiastical systems. It may have been the transfer of a mode of historiography more suited to this republic of letters into a vernacular print setting, combined with Selden’s attack on clerical erudition, that generated the tensions I have described” (Nicholas Hardy, “Impartiality and early modern ars critica”, 301-302).

menos consciente. É a partir daí, na verdade, que adquire forma a dimensão mais perceptível de uma controvérsia: o embate argumentativo. No confronto entre pressupostos e argumentos, os atores da controvérsia se atacam mutuamente, reforçam suas posições e destacam as implicações políticas e morais das ideias em discussão. Explorar essa dimensão da controvérsia é o objetivo desta seção.

Avizinhandose da competição jocosa e do confronto violento, a controvérsia é ocasião para movimentos ou golpes intelectuais que põem em evidência diferentes assuntos e exigem que os participantes se desdobrem no ataque ou defesa de vários pontos de maior ou menor relevância teórica. Talvez seja possível reconstituir total ou boa parte dos lances desse tipo de interação agonística, porém não se está convencido aqui da utilidade disso. A controvérsia dos dízimos não foi uma partida limpa e bem delimitada, na qual dois lados gozariam de paridade de armas na disputa pela opinião letrada. Na verdade, a controvérsia se organizou de maneira desproporcional. Selden foi confrontado por seis adversários e suas respostas foram reduzidas à brevidade do manuscrito e logo paralisadas por ordem da arbitragem. Além disso, as críticas a *Historie of Tithes* revelam, quando observadas em conjunto, que o livro não fora recebido como uma peça homogênea. Embora se destacasse o perigo que a obra representava como um todo, trazendo implícita a tese de que os dízimos seriam uma instituição fixada pela lei humana, os adversários de Selden deram atenção principalmente aos primeiros capítulos de *Historie of Tithes*: James Sempil e Stephen Nettles restringiram-se fundamentalmente aos dois primeiros; Richard Montagu dedicou-se aos três capítulos iniciais; William Sclater e Richard Perrot enfatizaram os capítulos um e dois, embora avançassem aqui e ali sobre outras partes do livro; por fim, Richard Tillesley foi o único dos críticos de Selden que confrontou todos os capítulos de *Historie of Tithes*.

Faz pouco sentido, portanto, mapear e inventariar os argumentos da controvérsia de uma maneira panorâmica, como se eles se desenrolassem continuamente sobre um filme. O desequilíbrio entre os atores e a descontinuidade dos argumentos são características dessa controvérsia e exigem outra estratégia de análise. Optou-se aqui por sincronizar os atores e seus argumentos tendo em vista duas cenas discursivas que correspondem a pontos-chave da discussão da época – e que foram tratados no capítulo anterior: o episódio bíblico do encontro entre Abraão e Melquisedec, o qual colocava em questão a origem da obrigação de se pagar o dízimo; e a descoberta feita por Selden das consagrações arbitrárias, que revelava a existência de outro regime tributário para os

dízimos na Inglaterra medieval. A partir dessas duas cenas ou pontos-chave da temática é possível entrelaçar as vozes de Selden e seus adversários, assim como examinar de que modo tal discussão trazia à tona as concepções e práticas eruditas de Selden além dos lugares comuns da comunidade letrada.

4.1. Abraão, Melquisedec e a natureza do trabalho historiográfico

Existiriam duas razões para a predileção dos adversários de Selden pelos primeiros capítulos de *Historie of Tithes*. A primeira delas é profissional. Praticamente todos os críticos de Selden eram clérigos e alguns, inclusive, detinham o título de doutor em teologia. Para eles, circunscrever suas respostas ao recorte bíblico e, particularmente, ao tempo dos patriarcas era jogar num campo mais familiar, aproveitando-se do conhecimento minucioso das escrituras sagradas adquirido ora no dia-a-dia do ministério, ora nos estudos teológicos. Mas há outra razão para a predileção dos críticos pelos primeiros capítulos de *Historie of Tithes*. Os capítulos iniciais do livro e, sobretudo, o episódio de Abraão em Melquisedec evocavam nas entrelinhas a questão do ajuste entre as dimensões moral, cerimonial e jurídica dos dízimos, bem como a natureza entre o sagrado e a história.

O texto de James Sempil é um bom ponto de partida. Trata-se não apenas da primeira crítica pública endereçada a Selden, mas ainda é aquela que traz de maneira mais explícita os pressupostos que organizavam a controvérsia. Como dito anteriormente, James Sempil anexou sua resposta num texto escrito anos antes e que, graças ao incentivo da corte, foi publicado na esteira do sucesso de *Historie of Tithes*. Selden não é, portanto, o objeto central do discurso de Sempil. A argumentação de James Sempil se detém sobre um ponto bastante específico da temática dos dízimos, a saber: quantos dízimos existiriam, isto é, se eles eram uma obrigação única ou divisível em duas ou mais partes, envolvendo diferentes finalidades e pagadores. A partir daí, James Sempill apontava para a existência de uma discordância entre Selden e sua grande referência intelectual, Joseph Scaliger, de modo que, diante do dissenso entre letrados de tal envergadura, uma autoridade superior seria urgente. Embora fosse o único dos críticos de Selden que não era clérigo por formação ou exercício, James Sempil explicitou melhor do que ninguém um pressuposto fundamental compartilhado por todos os adversários do autor. Ao falar sobre sua separação para os dízimos, dizia o seguinte: “o fundamento da minha primeira

Dicotomia é sólido nas Escrituras” e “como eu tenho aqui Selden contra Scaliger, assim (eu espero) a Escritura contra ambos”¹⁴⁵. O texto bíblico era a principal fonte de certeza no ambiente letrado seiscentista e embora alguém como Selden pudesse preencher as margens de seu livro com inúmeras referências, a leitura desse único texto sagrado era um modo intelectualmente válido de combater as minúcias, obscuridades e inferências de uma história antiquária.

No que diz respeito ao episódio de Abraão e Melquisedec, o pagamento do dízimo no tempo dos patriarcas suscitava a questão sobre como lidar com essa obrigação antes e depois da lei mosaica, a qual instituía formalmente o sacerdócio e os deveres para com ele. James Sempil se perguntava, a partir daí, se “essa ação solene e mais antiga entre Melquisedec e Abraão deveria orientar a Lei vindoura de maneira geral ou se aquela Lei precíval deveria ratificar essa ação perpétua?” A resposta estava evidente na própria pergunta: “sem dúvida, nós dizemos, o primeiro”¹⁴⁶. A lei mosaica não retroagiria, legitimando retrospectivamente o episódio de Abraão e Melquisedec, mas esse episódio é que daria legitimidade à lei posteriormente. Todavia, o episódio em questão era mais do que uma espécie de antecedente costumeiro no aguardo por formalização legal. Tratava-se de um acontecimento original e, gozando dessa condição, conservaria sua potência e autoridade para além da própria lei que lhe sucederia, mesmo quando ela fosse abolida. Episódios como esse não deveriam, portanto, ser lidos numa única dimensão.

Nesse sentido, James Sempil lembrava que, tal qual foi “observado pela Antiguidade Erudita”, existiriam quatro níveis de interpretação de uma passagem bíblica:

Primeiro, História, isto é, uma simples narração daquilo que foi feito. Em segundo lugar, Etiologia, isto é, a Razão porque essas coisas foram feitas assim e assado. Em terceiro lugar, Alegoria, isto é, Quando uma coisa é escolhida para indicar outra coisa por alguma significação mística, como são os Tipos em relação às suas Verdades. Em quarto lugar, Anagogia, isto é, a Conclusão forçosa, transformando todas as coisas representadas pelo Tipo numa Verdade pré-figurada, as quais (como Profecias e Revelações) nunca são percebidas com clareza até que estejam totalmente realizadas.¹⁴⁷

¹⁴⁵ James Sempil, *Sacredly handled*, the appendix 20.

¹⁴⁶ James Sempil, *Sacredly handled*, the appendix 27.

¹⁴⁷ “First, History, that is, a simple narration of what is done. Secondly, Aetiologie, that is, The Reason why such things, were so, and so done. Thirdly, Allegorie, that is, When one thing is pick out to point at another, by some mysticall signification: as are Types of their Verities. Fourthly, Anagogie, that is, a forcible Conclusion, transforming all things represented by the Type, in, and upon the prefigured

A história dos dízimos de Selden perturbava essa grade interpretativa. Primeiramente, Selden não se limitava apenas a narrar o que aconteceu, mas tomava a passagem bíblica como objeto de comentário, de modo a formular questões, fazer inferências de sentido e mobilizar textos e autoridades que esclarecessem essa ou aquela interpretação. Em segundo lugar, tal abordagem colocava em risco a harmonia entre o nível histórico e os demais níveis semânticos do texto sagrado ao reforçar, sobretudo, o entendimento de que Abraão pagara a Melquisedec apenas o dízimo dos espólios de guerra, o que reduzia e até mesmo colocava em xeque o caráter exemplar da atitude do patriarca.

Para James Sempil, o texto bíblico bastaria por si próprio e o episódio de Abraão e Melquisedec, relatado no livro do Gênesis (Gn 14), deveria ser compreendido à luz da carta do apóstolo Paulo aos hebreus (Hb 7). A partir da exegese, que condicionava a leitura de uma passagem bíblica a outra que lhe seria posterior, apareceriam os demais níveis de significação que se sobreporiam ao relato histórico do episódio: no nível etiológico, o acontecimento indicaria o caráter eterno do sacerdócio de Jesus; no alegórico, os títulos e a genealogia de Melquisedec associavam-no a Jesus, sendo ele figura tipológica que anunciaria o segundo; por fim, no nível anagógico, Melquisedec adiantaria a vinda de Jesus e o estabelecimento de um sacerdócio diferente daquele fixado pela lei mosaica¹⁴⁸. Ainda que o texto bíblico relatasse episódios historicamente localizados, as ações e as personagens ali descritas extrapolariam esse nível e funcionariam como figuração de outra coisa, de algo que ainda não estava posto. Desse modo, Melquisedec não deveria ser simplesmente identificado como sendo Sem, filho de Noé. Nas palavras de James Sempil, “então Sem, como Sem, não pode ser Melquisedec. Eles podem ser uma unidade (tal qual sustento que foram) como pessoa, mas não como Tipo”, pois enquanto “Sem tinha pai e mãe, fim e começo”, Melquisedec “Figurava Cristo”¹⁴⁹.

Assim sendo, tanto Melquisedec quanto Abraão seriam “um Tipo mútuo de todas as coisas que possam dizer respeito ao Sacerdócio” e no encontro deles figuraria tudo que viesse depois, “todos os Tempos, todas as Pessoas, todas as Coisas, para todos os Fins”, de modo que “pagar o dízimo apenas sobre os Espólios, de acordo com o Sr. Selden aqui,

Veritie: which last, (as Prophecies and Revelations) are never perfectly perceived, till they be fully performed” (James Sempil, *Sacredly handled*, the appendix 35).

¹⁴⁸ James Sempil, *Sacredly handled*, the appendix 35.

¹⁴⁹ James Sempil, *Sacredly handled*, the appendix 39.

significaria solapar todos os fundamentos da Lei vindoura para os Dízimos Prediais”¹⁵⁰. A leitura historicamente restritiva feita por Selden solaparia as instituições e normas jurídicas posteriores: se Abraão pagou dízimos apenas sobre os espólios de guerra, por que os dízimos incidiriam sobre outros tipos de rendimentos? James Sempil argumentava a partir da divisão escolástica entre as dimensões cerimonial, jurídica e moral dos dízimos, sustentando que o episódio de Abraão e Melquisedec daria sustentação moral à obrigação de pagar os dízimos. Mesmo que o cerimonial fixado pela lei mosaica desaparecesse e as leis humanas sobre os dízimos fossem modificadas, os dízimos estariam garantidos na lei moral e no caráter exemplar do pagamento feito por Abraão a Melquisedec¹⁵¹.

O argumento de James Sempill foi incorporado por William Sclater. Como dito antes, o ministro puritano se mostrava bastante favorável a Selden e desconfiava das leituras feitas de *Historie of Tithes*. Para ele, algum leitor da obra poderia “em nome da reverência aos Antigos, citados pelo Sr. Selden” aceitar que os dízimos de Abraão referiam-se somente aos espólios da guerra. E daí inferiria que “o fato de Abraão, supondo ser de imitação necessária, tornaria apenas passível [do dízimo] os butins da guerra. De modo que nossas propriedades em tempos de paz pleiteariam a isenção”¹⁵². William Sclater acrescentava algo importante ao argumento de James Sempil: na distinção entre fato e exemplo estaria em questão não apenas a obrigação de se replicar certa atitude, mas ainda a ampliação da frequência e do escopo desse mesmo ato. Em outras palavras, a partir do pressuposto de que o pagamento feito por Abraão a Melquisedec fora uma atitude exemplar (e Selden não tratava o episódio dessa maneira), desdobrar-se-ia uma obrigação de se pagar o dízimo não apenas sobre os espólios de guerra, mas sobre todos os rendimentos. A razão disso, segundo William Sclater, era a seguinte: “que se saiba que Atos de obrigação geral, ainda que realizados ocasionalmente dessa ou daquela maneira particular, ainda sim estão destinados a serem realizados de toda e qualquer maneira competente ou capaz”¹⁵³. Enquanto um ato meramente histórico seria circunscrito no seu escopo e frequência, um ato exemplar vincularia as ações posteriores a tanto reproduzi-lo quanto ampliá-lo em frequência e escopo. No caso dos dízimos, mesmo que Abraão tivesse pagado o dízimo apenas sobre os espólios de guerra e numa única ocasião, sua atitude exemplar instituiria preceito tal que os dízimos deveriam ser pagos posteriormente

¹⁵⁰ James Sempil, *Sacrilege sacredly handled*, the appendix 37.

¹⁵¹ James Sempil, *Sacrilege sacredly handled*, the appendix 41-44.

¹⁵² William Sclater, *Question of Tythes revised*, 198.

¹⁵³ William Sclater, *Question of Tythes revised*, 199.

de maneira regular e sobre todas as riquezas. William Sclater preservava o comentário de Selden sobre o episódio de Abraão e Melquisedec, conciliando uma interpretação restritiva daquele acontecimento pretérito com a obrigação generalizada e em vigor de se pagar dízimos sobre diversos tipos de rendimentos. A atitude de Abraão expressaria a lei divina “e, portanto, de imitação necessária: o feito de Abraão, o Patriarca, realizado na condição de *Caput fidelium*, observado de modo perspicaz por Sir James Sempil, de pagar o dízimo ao Sacerdócio de Cristo, tipificado em Melquisedec, é aquilo que dá sustentação aos Argumentos em favor do dever perpétuo de pagar os dízimos ao Sacerdócio do Evangelho”¹⁵⁴. Para William Sclater, corrigir a inferência que se faria do comentário de Selden sobre Abraão e Melquisedec significava proteger tanto o clero quanto o próprio autor, “exceto talvez se você pensar que ele secretamente ataca aquilo que ele afirma não visar. Da minha parte, eu não posso senão afirmar que tenho outro entendimento”¹⁵⁵.

Stephen Nettles não foi tão condescendente. *Historie of Tithes* e o seu autor teriam dado margem ativamente para que uma opinião desfavorável ao clero se desdobrasse a partir do episódio de Abraão e Melquisedec. Para o crítico, a história dos dízimos de Selden deveria ser repreendida em razão, por um lado, da luta do autor contra o “sentido verdadeiro” do texto sagrado e, por outro, da mera ostentação da tradição rabínica. Nas palavras de Stephen Nettles, “pois o Autor (ao que parece) tendo não bons afetos tanto pelo Clero quanto pelo pagamento de Dízimos, quando traz um texto das Escrituras para o seu propósito, usualmente ele o efeitava e apresenta com os comentários dos Judeus, e isso em termos gerais, como se ele os tivesse todos na ponta dos dedos e todos eles estivessem do lado dele”¹⁵⁶. Selden se utilizaria da tradição rabínica para confundir o texto bíblico e impressionar o leitor, extraíndo sentidos incomuns e conflituosos para o texto sagrado, o que não deixaria de conferir prestígio a ele enquanto operador de um repertório obscuro (e crucial) para os letrados cristãos.

Sobre o episódio de Abraão e Melquisedec, Stephen Nettles afirmava que os dízimos pagos naquela ocasião se referiam aos espólios de guerra e a tudo aquilo pertencente ao patriarca israelita¹⁵⁷. Para ele, Selden maximizava as incertezas na interpretação daquele episódio para desfavorecer o direito divino do clero sobre os dízimos. A prova disso estaria, por exemplo, na incompletude da citação feita por Selden

¹⁵⁴ William Sclater, *Question of Tythes revised*, 200.

¹⁵⁵ William Sclater, *Question of Tythes revised*, 201-2.

¹⁵⁶ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 1.

¹⁵⁷ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 23.

do rabino Rashi. Selden transcreveu apenas “e Abraão deu a ele os dízimos de tudo aquilo que tinha” e excluiu aquilo que vinha logo a seguir no rabino, “e Abraão deu a ele os dízimos de tudo aqui que tinha, porque ele era um Sacerdote”¹⁵⁸. Tal exclusão tiraria do horizonte a razão de Abraão ter pagado dízimos e a legitimidade de Melquisedec em recebê-los. Nas palavras do crítico, “o Historiador deixou de fora e excluiu o Clero do recebimento dos Dízimos, pois ele o faz, ao que parece, de propósito; de outro modo, para qual finalidade ele escreve aquelas palavras no início (e deu a ele o dízimo sobre tudo) de maneira incerta, não seguindo qualquer tradução, mas deixando duvidoso quem deveria ser ali o doador?”¹⁵⁹. Em resposta a essa maximização da dúvida, Stephen Nettles tratou de enfileirar autoridades judaicas, transcrevendo e traduzindo passagens do hebraico, organizando-as de modo a persuadir o leitor de que não apenas existiriam opiniões que se diferenciavam daquela interpretação restritiva dos dízimos de Abraão, mas ainda que a maior parte da tradição judaica confirmava o direito divino sobre os dízimos. O que lhe escapava, porém, era justamente o sincronismo que organizava a obra de Selden: as autoridades judaicas trazidas por Stephen Nettles estavam dispostas numa longa glosa que dava sentido ao episódio de Abraão e Melquisedec, mas que não compunham uma história propriamente.

Esse episódio revelava outro expediente intelectual condenado pelos adversários de Selden. Stephen Nettles destacava que Selden, ao estabelecer uma correspondência entre as expressões “o dízimo de tudo” e “o dízimo dos espólios”, tratava de maneira inapropriada o texto sagrado da carta do apóstolo Paulo aos hebreus (Hb 7 2,4). Nas palavras do crítico, “essa maneira de expor o Texto não se sustenta, pois além da conexão inadequada, ou da convulsão entre duas partes distintas, para produzir um novo sentido contrário à intenção do Apóstolo e o julgamento de todos os intérpretes, sua conclusão não se apresenta: Abraão não pagou o dízimo sobre todos os espólios, mas apenas sobre a parte dele dos espólios”¹⁶⁰. Selden contradiria o sentido moral e, sobretudo, teológico do episódio de Abraão e Melquisedec. Primeiramente, não seria apropriado ao patriarca, sendo ele alguém justo, dispor do butim alheio para pagar os dízimos a Melquisedec, de modo que mais bem seria supor que o fizera sobre o conjunto do próprio patrimônio¹⁶¹. Em segundo lugar, o dízimo de Abraão a Melquisedec não seria apenas um ato eventual e

¹⁵⁸ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 2.

¹⁵⁹ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 4.

¹⁶⁰ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 15.

¹⁶¹ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 12-7.

historicamente anterior à lei mosaica, mas uma obrigação original que continha, em potência, todos os atos desse tipo que lhe sucederiam. A partir daí, seria razoável interpretar a natureza do pagamento feito por Abraão a Melquisedec à luz daquilo que lhe seria posterior cronologicamente, como a obrigação formal estabelecida pela lei mosaica¹⁶² e, sobretudo, a associação tipológica feita pelo apóstolo Paulo entre Melquisedec e Jesus. Nesse último caso, Stephen Nettles alertava que a interpretação dada por Selden “não argumentará pela superioridade, mas ao contrário pela inferioridade no Sacerdócio de Melquisedec no que diz respeito aos dízimos, o que é contrário ao Apóstolo”¹⁶³. A originalidade do ato de Abraão estava em risco além da própria autoridade do apóstolo Paulo. Stephen Nettles observava que Selden “torna duvidoso quem deve ter sido o Autor da Epístola aos Hebreus, grafando-o em termos ambiguos e genéricos, ‘o Autor sagrado’, mas não nomeando ninguém”¹⁶⁴. No textualismo filológico de Selden até mesmo o apóstolo era reduzido de autoridade à “autor”, ainda que adjetivado de “sagrado”.

Isso não passou despercebido a outro adversário de Selden, que perguntava “o Autor sagrado (tão ambiguamente) e por que não São Paulo?”¹⁶⁵. Para Richard Montagu, o mais importante envolvendo o texto do apóstolo não era, como se propunha Selden, fixar o sentido histórico de algum termo particular (no caso, a palavra ‘akhrothínia’, ἀχροθίνια), mas dizer “qual era a intenção para São Paulo ou o Autor da [Epístola] aos Hebreus, como você prefere dizer”¹⁶⁶. Encarado como autoridade, o autor e sua intencionalidade teriam primazia sobre a palavra e o contexto como meios de acesso ao sentido de determinada passagem literária. Nesse sentido, atribuir um autor ao texto seria fundamental, já que “o Apóstolo, quem tão bem conhecia a mente e o significado de Moisés, parece insinuar isso ao utilizar a palavra ἀχροθίνια, referindo-se tanto os Espólios quanto a parte Principal de todo o Patrimônio”¹⁶⁷. Reconhecer a autoridade do apóstolo conferia ao texto atribuído a ele um grau insuperável e divino de certeza no que diz respeito à interpretação que se deveria ter do episódio de Abraão e Melquisedec. Embora concordasse com Selden que a palavra ‘akhrothínia’ poderia significar ‘espólios’, Richard Montagu chamava atenção para

¹⁶² Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 19-20.

¹⁶³ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 22.

¹⁶⁴ Stephen Nettles, *An answer to the Jewish part of Selden Historie of Tithes*, 26.

¹⁶⁵ Richard Montagu, *Diatribae*, 162.

¹⁶⁶ Richard Montagu, *Diatribae*, 168.

¹⁶⁷ Richard Montagu, *Diatribae*, 147.

o palavreado ambíguo do apóstolo Paulo¹⁶⁸ e que poderia ser tomado de maneira abrangente de modo a preservar o registro profético e tipológico do texto sagrado. Nas palavras do adversário de Selden, “confinar seu sentido apenas aos espólios de guerra é estreitar o significado do Espírito Santo. É como se fosse decidido, em Mt 24, que não há passagem profética que diz respeito ao fim do mundo e à Vinda de Jesus Cristo para o Julgamento geral, porque a parte mais importante da vinda dele [é] em particular no julgamento contra Jerusalém e os Judeus”¹⁶⁹.

Incomodava aos críticos de Selden, portanto, que ele recorresse a autoridades judaicas pouco conhecidas, que fomentasse a dúvida onde haveria consenso e que encarrasse o texto, mesmo quando considerado sagrado, de maneira fundamentalmente textualista. O que estava em jogo na interpretação do episódio de Abraão e Melquisedec era o valor intelectual dos cânones e da tradição. Todo aquele ferramentário filológico e erudito mobilizado por Selden para a produção de conhecimento e prestígio resultava, aos olhos de Richard Montagu, numa opinião “estranha” (Strange) ou de “estranha inconstância” (Strange Inconstancy). A inovação e o papel de precursor não eram trunfos intelectuais desejáveis e o apelo à tradição era um golpe contra Selden num ambiente intelectual que valorizava a familiaridade e continuidade de determinada ideia ou interpretação.

Você pode, pois, nomear para mim um único homem entre os Padres ou Intérpretes mais recentes que disse ‘Apenas os espólios’? Diga o nome dele e estaremos terminados. Caso não, você é um Novidadeiro, Mestre Selden, e envereda por Caminhos que são *Nullius ante, Trita solo*, e por isso melhor olhar para os próprios Pés quando se caminha com tanta certeza. Que ele [Abraão] Pagou Dízimo sobre os Espólios, reconheço que muitos o disseram; mas de ‘Apenas os Espólios’, você é o Único Autor e Inventor. ‘Apenas’ é a única coisa questionada e posta em dúvida. ‘Espólios’ não o são, de forma alguma, ou não o são muito controversos. É um defeito nas Escolas, é nas Discussões [Mootes] por qualquer razão, que a Conclusão contenha mais do que sustentam as premissas; e para ‘Apenas os espólios’ não há testemunhos de Judeus, nem Jonathan, nem Josefo, não têm Força as alegações dos Padres da antiguidade, Crisóstomo, Jerônimo e Sulpício, porque nenhum deles falou ‘Apenas os espólios’, mas apenas de Espólios.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Richard Montagu, *Diatribae*, 171, 181, 194-5.

¹⁶⁹ Richard Montagu, *Diatribae*, 150.

¹⁷⁰ “For can you name me one man amongst the Fathers or last Interpreters, that saith Only spoyles? Name him, and we have done. If not, you are a Noveller, Master Selden, and tread in Pathes that are Nullius ante, Trita solo, and therefore best looke unto your Feete that you goe surely. That he Paid Tithes of Spoyles, I graunt many have said; but that of Only Spoyles, you are the Only Author and Inventor. Onely is the onely thing questioned and doubted of. Spoyles are not at all, or not much

Não existindo autores canônicos que dissessem explicitamente que Abraão pagou a Melquisedec o dízimo “apenas” sobre os espólios, como afirmaria Selden, os procedimentos e razões do autor seriam questionáveis e ele não passaria de um inovador ou de um polemista. A erudição de Selden consistiria num exercitar-se por caminhos inseguros, promovendo a controvérsia no lugar da concórdia. Aferrar-se aos autores consagrados e ao que estaria explícito e fixado na tradição evitaria o autoengano. Nas palavras de Richard Montagu, “sua imaginação e afeição são fortes nesse sentido, e todos os seus pensamentos prefigurados e pré-fabricados por ‘todos os espólios’ e ‘apenas espólios’, de modo que você sempre aponta para esse caminho. *Facile credimus quae fieri volumus*. Pequenos incentivos nos levam a consentir com aquilo pelo qual desejamos ser dominados. ‘Assim que a criança pensa, o sino badala’, diz o velho Provérbio, embora tal pensamento não esteja na cabeça daquele que faz o sino badalar”¹⁷¹. Todavia, diferentemente da criança do provérbio, Selden não deveria ser tratado com condescendência. Sua disposição contrária à igreja oficial se expressaria tanto numa busca para encontrar em diferentes autores e autoridades aquilo que ele gostaria de dizer quanto de abusar da própria erudição. Além do uso de expressões vagas como “autor sagrado” (holy Author) e “holy text” (holy Text)¹⁷², Selden ao ler a carta do apóstolo juntava “dois pedaços juntos com agulha e linha da sua própria Imaginação”, tratando como equivalentes utilizadas em versículos distintos (Hb 7, 2. 4)¹⁷³. Pequenas torções como essa seriam duplamente nocivas: geravam dúvidas no público em geral sobre assuntos já pacificados além de incentivarem uma abordagem hipercrítica, e até mesmo arrogante, por parte daquele que fosse capaz de realizar essa ginástica intelectual. Nesse sentido, Richard Montagu dizia de Selden que “seus dedos coçam com força, você é muito pronto e desejoso para Criticar: as cópias de Suidas estão bem e não precisam de reparo” e sugeria a ele “gaste essa disposição para corrigir na sua História e deixe Suidas em paz”¹⁷⁴.

O comentário de Selden sobre o episódio bíblico em questão bem como as operações intelectuais que o estruturavam trazem à tona um incômodo mais abrangente a

controverted. It is a fault in Schooles, whatsoever it is in Moores, to have more in the Conclusion than the premises afford, and for Onely spoyles, no testimonies of lewes, not Jonathas nor Josephus: nor allegations of ancient Fathers are of Force, Chrysostome, Hierome, and Sulpitius: because none of them speake but of Spoyles, and not of Onely spoyles” (Richard Montagu, *Diatribae*, 180).

¹⁷¹ Richard Montagu, *Diatribae*, 147.

¹⁷² Richard Montagu, *Diatribae*, 162, 147.

¹⁷³ Richard Montagu, *Diatribae*, 163, 177-8.

¹⁷⁴ Richard Montagu, *Diatribae*, 166.

respeito da natureza propriamente historiográfica de *Historie of Tithes*. Richard Montagu foi talvez quem tenha expressado isso com mais clareza dentre os críticos letrados de Selden. No comentário que fez do prefácio de *Historie of Tithes*, onde Selden defendia o caráter historiográfico do seu trabalho, o crítico dizia o seguinte:

Você nos diz que a História [dos Dízimos] é nada além dela mesma. E com isso concordamos de bom grado. [...] Mas ela mesma é alguma coisa diferente de uma mera narração dos Dízimos. Pois uma mera Narração é um Relato simples, nada mais. História não disputa Prós e Contras, não conclui o que deveria ser ou não ser, não censura aquilo que foi bem feito ou feito de maneira imprópria, mas apresenta Acidentes e Ocorrências, à medida que aparecem, exemplos e Precedentes para a Posteridade. [...] Isso você não respeitou, Mestre Selden, mas fez de você mesmo uma das Partes, o que nenhum Historiador faz ou deveria fazer [...]. Mas, sinceramente, a razão da sua coleção foi oferecer, aos demais, luz sobre as práticas e dúvidas sobre o presente. Isto é, falando num Inglês claro e direto, como você, de fato, desejava, dar algum apoio a partir da prática pretérita ao Sacrilégio de tempos posteriores.¹⁷⁵

Richard Montagu buscava nas entrelinhas a real intenção de Selden e daí emergia aquilo que compartilhavam e que os afastava (ao menos publicamente) no que dizia respeito ao que deveria ser uma obra historiográfica. Para ambos, um texto historiográfico deveria ser uma narrativa ou relato imparcial daquilo que foi. Todavia, as operações intelectuais que constituíam a história dos dízimos de Selden estavam em questão. Enquanto para Selden o trabalho filológico e cronológico era aquilo que lhe permitia fazer descobertas e examinar opiniões, leis e práticas pretéritas e conflitantes a respeito dos dízimos, para Richard Montagu tal atitude intelectual seria inadequada ao historiador. *Historie of Tithes* seria, na verdade, algo mais do que informaria no título: uma história não deveria pesar prós e contras, fazer inferências, tirar conclusões ou censurar aquilo que foi – e não seria apropriado menosprezar o clero que se opunha ao livro¹⁷⁶. Tudo isso apontaria para um partidarismo incompatível com aquilo que se esperaria de uma história. Richard Montagu também qualificava a obra de Selden como coleção, a qual serviria,

¹⁷⁵ “You tell us that the History is nothing else but it selfe. And that wee grant willingly. [...] But it selfe, is somewhat else beside a mere narration of Tithes. For a meere Narration, is a plaine Relation, nothing else. History disputeth not Pro, or Con; concludeth not what should be, or not be; Censureth not what was well done, or done amisse: But proposeth Accidents, and Occurrences as they fall out: examples and Precedents unto Posterity. [...] This you have not observed, Master Selden, but make your Selfe a Party, which no Historian doth, at least should doe [...]. But the reason of your collection in earnest was to give others light unto the practice, and doubts of this present. Which is, to speake roundly in plaine English, and as you indeed meant, to give some countenance out of former practice, unto the Sacrilledge of later times” (Richard Montagu, *Diatribae*, 16-7).

¹⁷⁶ Richard Montagu, *Diatribae*, 17.

porém, para alimentar com precedentes do passado as dúvidas (e sacrilégios) em vigor sobre os dízimos. Percebe-se aí certa contradição que, mais do que depor contra o crítico, permite entrever a natureza pouco precisa do trabalho historiográfico. Embora a obra de Selden não cumprisse o requisito da isenção, da qual o próprio Selden não abriria mão, o livro não deixava de ser útil tal qual uma história deveria ser, isto é, oferecendo precedentes que orientassem a prática presente.

Utilidade e imparcialidade eram valores mobilizados para minar a posição de Selden enquanto historiador. Richard Montagu questionava a inconformidade de Selden de que a sua história dos dízimos não fora reconhecida como útil pelos clérigos. Em primeiro lugar, clérigos não precisariam da coleção angariada pelo autor, já que “todas aquelas coisas que eles julgavam boas, usavam e empregavam do próprio estoque que tinham em casa, tiradas dos próprios memoriais e lembranças”¹⁷⁷. Ter um repertório próprio aparece como uma espécie de ponto de honra para o clero, mas não apenas isso. Duvida-se também da utilidade de *Historie of Tithes* para os clérigos porque, em segundo lugar, a preocupação particularmente com as leis positivas sobre os dízimos excederia a profissão do teólogo, já que “não é possível para um homem fazer de tudo, há uma Lei de associação mútua entre as Profissões, que uma deve ajudar a outra”¹⁷⁸. E nem assim a história dos dízimos de Selden seria útil aos clérigos, dado que ela, em terceiro lugar, revelaria e daria estofos apenas para leis e costumes sacrílegos que, ao longo dos séculos, desafiaram a lei divina sobre os dízimos¹⁷⁹. Tendo isso em vista, por que os clérigos deveriam fazer uso de uma obra que extrapolava o escopo profissional deles e vinha recheada de precedentes indesejáveis ao direito reclamado pela Igreja da Inglaterra? Outro crítico de Selden, Richard Tillesley, investia sobre esse mesmo ponto. Nas suas palavras, “aquele que enquadra uma nova opinião apenas para rejeitá-la; aquele que se empenha em lutar ou responder todas as autoridades dispostas para isso; aquele que censura os defensores daquela opinião, sob a égide da convicção, da negligência, da audácia, da imposição, entre outros, faz mais para promover a disputa do que para se tornar um Historiador imparcial”¹⁸⁰. A maneira pela qual Selden se referia aos defensores do direito divino com a sua disposição em confrontar e censurar autoridades favoráveis a essa opinião fariam com que seu trabalho perdesse aquela imparcialidade desejada.

¹⁷⁷ Richard Montagu, *Diatribae*, 35.

¹⁷⁸ Richard Montagu, *Diatribae*, 38.

¹⁷⁹ Richard Montagu, *Diatribae*, 39.

¹⁸⁰ Richard Tillesley, *Animadversions, upon the preface, animad.* 1.

Embora sua história pudesse até ser útil ao clero, o adversário não deixava de assinalar “já que a intenção dele era outra, os agradecimentos são apenas para as dores dele, não para o propósito dele com elas”¹⁸¹. Para Richard Tillesley, *Historie of Tithes* teria valor como coleção, até mesmo para o clero, mas tudo isso se faria à revelia do próprio Selden. A intencionalidade do autor marcaria de maneira indelével a obra.

Infelizmente, Selden não pôde responder a todas essas objeções. Ainda assim, mesmo se o fizesse, o teor geral de sua resposta provavelmente seria pouco diferente daquilo que já dissera no prefácio de *Historie of Tithes* ou nas escusas a Jaime I e ao duque de Buckingham – textos e passagens que já foram explorados nos capítulos anteriores. Isto é, que a sua história não fora composta para afrontar o direito sagrado do clero aos dízimos. Selden reforçou essa linha de defesa na resposta manuscrita que endereçou aos leitores de James Sempil. Todavia, diferentemente do que fizera em outros textos, tratava de buscar a atenção da audiência e defender o caráter histórico de sua obra a partir do contraste com um adversário definido.

Curiosamente, Selden pouco dizia em particular a respeito do episódio de Abraão e Melquisedec. Aquilo de mais substancial estava na própria obra. Embora a sua história dos dízimos começasse pelo acontecimento e esse fosse um ponto central do debate na época, Selden apenas recuperou o episódio de maneira explícita para cobrar as referências do seu adversário: “deixe ele dizer o que quiser, eu adoraria saber qual Judeu ou padre da antiguidade ele poderia mostrar a mim que ateste qualquer tipo de sacerdócio antes da Lei, o qual estava marcado com o privilégio da primogenitura”¹⁸². Na resposta a James Sempil, o que interessava a Selden era discutir a prática geral dos dízimos entre os antigos hebreus e, sobretudo, marcar a diferença entre a sua atitude intelectual e aquela do oponente. Diante da reivindicação feita por James Sempil do texto bíblico como fundamentação para a sua resposta a Selden e Joseph Scaliger, Selden retrucava que “nenhuma palavra das Escrituras contra qualquer um, eu garanto. Que pedaço das Escrituras ele ofereceu? O que ele pode oferecer para provar que a prática fora de modo diferente daquele que eu relatei fidedignamente?” e acrescentava “mas em seu tratado ele traz as escrituras que provariam, por novas interpretações dele próprio, que deveria ter sido de outro jeito. Aqui novamente está a lógica da qual eu falo: deveria ter sido de

¹⁸¹ Richard Tillesley, *Animadversions*, upon the preface, animad. 12.

¹⁸² John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1356.

outro jeito, portanto [ergo] foi de outro jeito”¹⁸³. Negar que o texto bíblico lhe fosse desfavorável era urgente para qualquer letrado no ambiente intelectual do século XVII. Selden fazia isso e algo mais: ele confrontava a própria lógica que orientaria o raciocínio do adversário. Segundo ele, James Sempil interpretaria o texto sagrado a partir do que lhe apareceria como correto e não daquilo que diriam os testemunhos e autoridades do passado. Selden se afastava dessa postura intelectual e, por exemplo, ao defender aquilo que dissera sobre os dízimos aos pobres, argumentava o seguinte:

Digo ao meu leitor apenas qual era a prática dos Judeus nesse dízimo dos pobres, e isso eu confirmo por meio de testemunhos expressos no corpo da lei canônica Judaica e naqueles três eminentes rabinos, Jarchi, Ben Maimon e Mikotzi. [...] Os testemunhos desses monumentos Judaicos forneceram a mim tudo aquilo que entreguei e nunca houve qualquer homem estudado que duvidasse que são eles aquilo que há de mais certo e infalível para nós sobre a prática daquela nação, ainda que estejam eles cheios de brincadeiras e fantasias ridículas em matéria de teologia.¹⁸⁴

O grande erro de James Sempil seria confundir e identificar prática e preceito, isto é, história e obrigação. Se algo deveria ser assim, então o fora. Haveria aí um jeito particular de raciocinar que entrelaçava desejo e fato, no qual o trabalho intelectual se concentrava sobre a moralidade dos dízimos e onde a articulação lógica entre premissas e conclusão se sobrepuja à investigação histórica. Esse modo de pensar caracterizaria não apenas James Sempil, mas também os teólogos em geral, preocupados fundamentalmente com o dever de se pagar os dízimos e o distúrbio que uma história deles teria sobre essa obrigação. Um uso interessante dessa maneira lógico-argumentativa de pensar aparece em William Sclater. Opondo-se às conclusões exageradas que os leitores tirariam da história dos dízimos de Selden, ele finalizava o seu livro com uma comparação entre dois argumentos hipotéticos. De um lado, desenhava todo um argumento contrário à obrigação moral dos dízimos e, de outro, empregava a mesma fórmula para deslegitimar o sábado¹⁸⁵. O resultado era, por exemplo, o seguinte: “6. Paulo ao falar propositalmente sobre a manutenção dos Ministros não menciona os Dízimos, ainda que fosse muito oportuno tocá-los. Ergo” e, ao lado, “6. Nosso Salvador, incitado pelos Fariseus, nada disse

¹⁸³ John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1352.

¹⁸⁴ “I only tell my reader, what the Jewish practice was in this poor man’s tythe; and that I confirm by the express testimonies of the body of the Jewish canon law, and those three most eminent rabbins, Jarchi, Ben Maimon, and Mikotzi. [...] The testimonies of these Jewish monuments furnished me with all that I have delivered, and there was never any learned man that yet doubted but they were most certain and infallible in relating to us the practice of that nation, however they be full of toys and ridiculous fancies for matter of divinity” (John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1352).

¹⁸⁵ William Sclater, *The question of tythes revised*, 224-5.

sobre a moralidade do Sabbath. Sim, algo na apresentação das palavras é contra isso. Ergo”¹⁸⁶. As proposições se complementavam e induziam o leitor à conclusão de que se os dízimos não eram obrigações morais, o sábado também não deveria ser. Uma obrigação puxava a outra. Argumentar contra a moralidade dos dízimos era perturbar mais do que um conjunto genérico de obrigações religiosas: tratava-se de colocar em xeque o resguardo do sábado, uma pauta que mobilizava sobretudo os grupos puritanos da sociedade inglesa, justamente aqueles que se mostravam cada vez mais descontentes com os dízimos¹⁸⁷.

O esforço de Selden para resguardar o caráter histórico da obra e, por consequência, a sua imparcialidade como historiador não era algo apenas nominal ou retórico. Tratava-se de, por meio da reivindicação de uma característica atribuída tradicionalmente à historiografia, aprofundar a separação entre história e obrigação e evitar assim a inevitabilidade de discutir os dízimos segundo os termos, os modos e os interesses dos clérigos e teólogos. Isso aparece de maneira evidente numa passagem em que Selden respondia à objeção de James Sempil de que seria impossível aos antigos hebreus carregarem o dízimo até Jerusalém: “mas Scaliger e eu sabemos que os Judeus (os quais devem saber melhor seu próprio costume do que Sir James) estão de acordo que tudo isso era levado para Jerusalém e então distribuído. Deixe quem quiser disputar com eles a impossibilidade disso; está claro que era possível, mas estando sem preceito, que

¹⁸⁶ William Sclater, *The question of tythes revised*, 225.

¹⁸⁷ O paralelo feito por William Sclater era expressão tanto de uma maneira lógico-demonstrativa de raciocinar quanto do apelo que a questão da obrigação dos dízimos tinha nas disputas sobre o governo eclesiástico na Inglaterra. Diante do convite do autor para que se pensasse se um argumento contra os dízimos não seria também um argumento contra o sábado, um leitor seiscentista registrou sua resposta nas margens de um exemplar do texto impresso de William Sclater (Bodleian, 4º Rawl.147). Um leitor seiscentista dizia o seguinte: “I thinke the Sab. was an expresse Law of the decalogue, & therefore so far as it wasn't cerimoniall a Law in nat[ure] (thoug as a Sab. the Learned may affirme it delivered by anticipation) & the Apps [Apostles] practice for the morality of it, & alteration of [?] was ceremoniall, is most then I think can be parallels in tithing”. Ainda que a transcrição esteja sujeita a incompreensões de um esforço paleográfico pontual, o sentido geral está claro o bastante. O leitor rejeitava a identificação entre os dízimos e o sábado, conferindo maior legitimidade ao último, dado que tal obrigação estaria fixada expressamente na lei divina. Percebe-se aí tanto a presença da mesma gramática que estruturava o debate dos dízimos (lei moral, cerimonial, divino, etc.) quanto o interesse em desfazer a vinculação entre o dízimo e o sábado. William Sclater era visto como pregador puritano e, a julgar pelas anotações no exemplar em questão, o seu leitor anônimo também o era. O livro em questão é uma encadernação da segunda metade do século XVII com três impressos sobre os dízimos (a saber, *The Great Case of Tythes*, 1659; *The Question of Tythes revised*, 1623; *De non temerandiis ecclesiis*, 1646) e um manuscrito, que é descrito no sumário da seguinte forma “M[?] Right of Tythes, by the same hand of the notes on Sclater some printer, perhaps a Quaker”. Talvez um impressor, talvez um quaker. É tudo que se sabe por enquanto do leitor de William Sclater. Para mais informações a respeito da defesa do sábado pelos puritanos, conferir: Bernard Capp, *England's culture wars: Puritan reformation and its enemies in the Interregnum 1649-1660* (Oxford: Oxford University Press, 2012), 100-9.

significa isso para Scaliger e eu? Precisamos lembrar tantas vezes que falamos da prática e não do preceito?”¹⁸⁸. Para Selden, a questão não era, portanto, se determinada ação deveria ou não ser considerada possível segundo aquilo que a racionalidade poderia sugerir, mas se ela estava ou não documentada. A simples constatação de uma ação ou costume pretérito não exigiria a autorização de algum preceito ou pressuposto lógico ou moral.

A formulação e avaliação de princípios lógico-morais não caberiam ao historiador. James Sempil deveria lidar, segundo Selden, não com o autor da história dos dízimos, mas com as autoridades reunidas no livro. Nas palavras de Selden, “Sir James nunca ouviu ou leu qualquer opinião minha no que diz respeito a essa matéria, a não ser que ele chame uma narrativa histórica, sustentada no crédito de outros homens, uma opinião” e complementava, “não foi escrita por mim para a teologia, mas para a história”¹⁸⁹. Ainda que desfrutasse do renome do próprio Selden, *Historie of Tithes* tiraria parte de sua força intelectual, no entendimento do autor, do crédito dos testemunhos e autoridades citados e transcritos no livro. Essa coleção, todavia, não era um mero acumulado de ditos de terceiros, mas exigia não apenas do autor, mas também do leitor certa habilidade e erudição. Isso aparece com clareza numa passagem em que Selden argumenta a respeito da utilização que se poderia fazer do livro bíblico de Tobias para contrariá-lo. Segundo o autor, nem ele e nem Joseph Scaliger “não trazem Tobias para a nossa prova, mas o texto de Tobias, e sendo bastante duvidoso, esclarecemos tudo pelo Talmude e os doutores Hebreus, então interpretamos Tobias por meio deles”¹⁹⁰. Além da incerteza que existiria em torno do livro de Tobias, a passagem sintetizava a atitude intelectual adotada por Selden: tomar o testemunho e a autoridade não como uma pessoa, mas na condição de texto e, a partir daí, sujeitar determinado discurso ao escrutínio filológico e ao agrupamento de outros autores que, organizados pelo sincronismo, dariam garantias ao investigador para que formulasse interpretações rigorosas e abrangentes, bem como fizesse emendas e conjecturas bem fundamentadas sobre escritos do passado. Alguém como James Sempil não seria capaz de acompanhar Selden nesse jogo. Ainda tratando do livro de Tobias, Selden ridicularizava o adversário: “contra Josefo e Tobias, diz ele, Selden traz apenas Targum e Talmude: Major uter? Targum e Talmude! Onde menciono uma

¹⁸⁸ John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1354.

¹⁸⁹ John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1357-8.

¹⁹⁰ John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1356.

única vez, contra Josefo e Tobias, o Targum e o Talmude, os quais Sir James escreve como se fossem eles nomes de autores [e não de livros]”¹⁹¹. Incapaz de diferenciar prática e preceito e, pior ainda, textos e autores, Selden caracterizava James Sempil como alguém que investia contra a sombra da própria ignorância. Atacá-lo consistiria em contestar sua fidedignidade em colecionar as opiniões do passado, não atribuir ao antiquário alguma opinião particular. James Sempil perdia seu alvo de vista, pois sequer era capaz de encontrá-lo na arena de combate. Nas palavras de Selden, “é a lógica dele que argumenta, não a minha história; eu não argumentei coisa alguma, apenas aquilo que sei, e digo de maneira clara, a prática dos Judeus. Por acaso faço alguma inferência, através de argumento, sobre isso ou aquilo da prática a partir daquela prática? E por que ele diz que as provas vindas do Talmude são tomadas como errôneas, pois o preceito deveria ter sido entendido de outra maneira? Aqui está a lógica da qual falei, de novo”¹⁹².

4.2. As consagrações arbitrárias, o sincronismo e a erudição em questão

Afastar-se dessa lógica significava para Selden tanto optar por outro modo de se fazer conhecimento quanto resguardar-se de adentrar o campo dos adversários. A reivindicação de imparcialidade e de que seu livro era apenas uma história mantinham Selden dentro de um terreno mais vantajoso para ele e convidava os oponentes, caso quisessem efetivamente confrontá-lo, a adentrarem o terreno das antiguidades e da erudição. O movimento ensaiado aqui e ali por alguns desses adversários é revelador dos limites que encontravam diante da prática intelectual de Selden.

Algo fundamental trazido à luz nesse movimento é o fato de que as consagrações arbitrárias recolocavam em pauta, de maneira significativa, a relação entre história e obrigação que atravessava praticamente toda a história dos dízimos de Selden. Os desencontros entre prática e lei podiam ser minimizados por alguém como Richard Montagu, o qual não via neles mais do que expressão da diferença entre o que as pessoas faziam daquilo que elas deveriam fazer. Todavia, o próprio recuo do adversário de Selden (e da própria Igreja da Inglaterra) na direção do direito divino atestava a urgência de se

¹⁹¹ John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1356.

¹⁹² John Selden, “Admonition to sir James Sempil”, 1361.

encontrar uma salvaguarda constante e atemporal para o pagamento dos dízimos¹⁹³. No caso das consagrações arbitrárias, como visto no capítulo anterior, tratava-se de discutir uma prática que consistia na realização de doações voluntárias de dízimos por parte de pessoas leigas a igrejas que lhes aprovassem. Essa prática atribuída à cristandade medieval foi identificada e documentada por Selden em *Historie of Tithes* e era encarada por ele, de maneira expressa, como uma descoberta histórica – possível tanto graças ao trabalho intelectual do autor quanto ao acesso aos manuscritos medievais de sir Robert Cotton. As consagrações arbitrárias mostravam um entrelaçamento complexo entre costume, opinião e legislação, e tudo isso num contexto muito mais próximo no espaço e no tempo do que aquele dos patriarcas bíblicos. Selden trazia provas de que existira outro sistema de pagamento dos dízimos na Inglaterra, suprimido por meio da força e dissimulação da igreja católica por volta do século XIII. Os documentos reunidos para provar tal prática aumentavam o interesse pela história dos dízimos de Selden, sobretudo por parte dos beneficiários dessas mesmas consagrações feitas no passado.

A história antiquária de Selden era um artefato engenhoso, cujo risco real e concreto estaria mais nas particularidades do que numa grande tese dirigida à Igreja da Inglaterra. As afirmativas constantes do autor de que seu propósito nunca fora de confrontar o direito divino reclamado pela instituição não impedia que seu livro fosse utilizado para suscitar o falatório e a contestação a clérigos em nível local. Dois dentre os adversários de Selden tiveram que lidar com essa situação diretamente. Richard Tillesley e Richard Perrot pertenciam a igrejas locais que se beneficiavam de determinadas consagrações arbitrárias mencionadas em *Historie of Tithes* e, por causa disso, viram-se forçados a entrar no terreno das antiguidades. Ao fazê-lo, valeram-se tanto de pressupostos e operações intelectuais comuns aos adversários de Selden, como o apelo à continuidade histórica e a predileção pela especulação lógico-moral, quanto de sua

¹⁹³ “Did ever any man say, or dreame, that Canons once made are omnipotent? May never bee reversed or repealed, like the Statutes of the Medes & Persians that altered not? Canons were ever, as Lawes are now, for particular causes, occasions, and occurrences: and these of themselves are subject unto alteration. Canons serve not to give Being, unto that which is an eternall Law of the Highest, which is of itself all-sufficient and absolute, having validity, force, and being too, from the all-sufficient Power, and independent, and unlimited will of the Maker: but they give effecuality for execution, and authority for declaration and manner of performance. Payment of Tithes must be taken to be, as always it hath been accounted to be, until you [Selden], or any other can prove the contrary; a Statute and Ordinance Morall of the most high God, and not a Positive constitution and appointment of man” (Richard Montagu, *Diatribae*, 54).

posição única enquanto clérigos atuantes daqueles lugares, buscando aí alguma vantagem epistemológica sobre a erudição de Selden.

Richard Perrot, o último dentre os críticos de Selden, é um ponto de partida oportuno. Sua resposta recoloca o vínculo entre história e obrigação e demarca os limites da crítica a Selden, evidenciando por um lado a dificuldade de se lidar com o sincronismo operado pelo autor e, por outro, em se apresentar nos conformes da erudição exercida por ele.

Em termos gerais, Richard Perrot adotava um argumento corrente entre os adversários de Selden: a despeito das disposições e modificações identificáveis nas leis humanas, toda lei positiva teria por base a lei divina que conferiria continuidade histórica e atemporalidade à obrigação de pagar os dízimos. Nas palavras do crítico de Selden, a lei civil, as determinações dos sínodos da igreja, o direito canônico e as leis de reinos particulares “foram feitas de tempos em tempos em favor da Igreja para a manutenção do direito divino e reprimindo a perversidade daqueles que não os pagariam, caso o medo da lei dos homens não fosse entre eles mais forte do que da lei de Deus”¹⁹⁴. A lei positiva seria fundamentalmente redundante, dado que prescrevia algo já estaria estabelecido por um ordenamento superior e universal, todavia tinha lá a sua função, isto é, garantir o direito divino e amedrontar aqueles que se desviariam de uma prática correta. A partir dessa premissa, desdobrava-se uma diferença substancial no modo como Selden e Richard Perrot encaravam os acontecimentos da história dos dízimos.

Um exemplo paradigmático disso é o tratamento dado por ambos os autores ao sínodo do ano de 786, sob os reis saxões Offa e Aelfwald. Esse acontecimento teria resultado, de acordo com Selden em *Historie of Tithes*, na “Lei mais observável para esse propósito, feita com tal solenidade pelos Poderes de ambos os Estados, da Mércia e Nortúmbria, os quais ocupavam boa parte da Inglaterra” e provavelmente essa lei “tornou-se geral para toda a Inglaterra”¹⁹⁵. Apesar da potencialidade desse sínodo para estabelecer uma lei dos dízimos válida para todo o território que se tornaria o reino da Inglaterra, Selden se mantinha atento propriamente aos registros desse acontecimento. Toda a questão, para ele, dizia respeito ao documento referente ao sínodo e que fora incluído nas *Centúrias de Magdenburgo* (1559-74), uma grande coleção de referência do

¹⁹⁴ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, 42.

¹⁹⁵ John Selden, *Historie of tithes*, 201.

protestantismo germânico sobre a história da igreja¹⁹⁶. Para Selden, “qual Cópia deste Sínodo os Centuriadores tinham ou de onde retiraram isso, eu não encontrei”. Além disso, e não menos importante, o relato dos legados papais enviados por Roma para a realização do sínodo e que detalhava todo o acontecimento fazia menção também a Cynewulf, rei de Wessex, “mas, por sinal, se isso for examinado por meio da história [storie] e Sincronismo [Synchronisme], Cynewulf talvez não tenha nada a ver com isso”. A razão para a desconfiança era a seguinte: dois cronistas do século XII, Henrique de Huntingdon e Roger de Howden, diziam que um sínodo foi realizado dois anos depois da morte do rei Cynewulf. Assim sendo, ainda que “uma exatidão aqui não é facilmente extraída dos tempos turbulentos das nossas Crônicas”, “se Henrique de Huntington e Roger de Howden dão o tempo certo dos Legados chegando aqui, então aquela menção a Cynewulf é, na suposta Carta deles ao Papa, um sinal caro de falsidade ou de ignorância de algum escriba”¹⁹⁷. A autoridade da documentação transcrita e quiçá do conteúdo da resolução do sínodo deveria ficar em suspenso dada a incerteza histórica que pairaria sobre esse material.

Para Richard Perrot, uma atitude como essa seria absurda e desrespeitosa. Ao argumentar que toda a legislação antiga inglesa fundamentava suas respectivas disposições no direito divino, ele jogava com o valor moral e profissional do tipo de crítica feita por Selden:

Mas eu deixo a censura para a própria Profissão dele, que com indiscrição e veemência repreenderia um pobre Clérigo Mensageiro que, com imprudência e confiança da mais veemente, perambulasse colocando em questão a fidedignidade de Ployden, de lorde Dyer, de Sir Edward Cooke, Rastall, etc., já que todos os registros originais e particulares de juízes e estatutos, documentados por eles em Comentários, Casos, Relatos e Abreviações, não se mostram à visão do sujeito ou não podem mais ser encontrados, tendo sido roubados por alguma mão furtiva ou pereceram por causa da antiguidade do tempo ou da negligência dos responsáveis pela custódia deles. Ou que, depois que todos os Juízes do Reino, junto de todos os Advogados das Inns of Court, tendo argumentado longa e seriamente, determinaram um caso na Lei, um Barrister qualquer censurasse todos eles por serem muito veementes e confiantes nessa determinação.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Donald R. Kelley, *Faces of history: historical inquiry from Herodotus to Herder* (New Haven, London: Yale University Press, 1998), 172-3.

¹⁹⁷ John Selden, *Historie of tithes*, 201-3.

¹⁹⁸ “But I leave to the censure of his owne Profession, with what indiscretion and more vehement confidence they would censure a poore Postillian Divine that should goe about to call into question the

A erudição antiquária de Selden seria indiscreta por invadir um terreno que não lhe seria de direito por profissão e desacreditar a fidedignidade daquilo que estava reconhecido entre os teólogos. Richard Perrot invertia a situação e fantasiava se um sujeito qualquer tal qual ele ou o próprio Selden (a poor Postilian Divine, some puny Barrister) teria condições e legitimidade para pôr em xeque autoridades reconhecidas por todos os operadores e instituições da *common law*. O sincronismo é, porém, deixado de fora desse apelo ao absurdo. Richard Perrot excluía de maneira proposital ou simplesmente não estava familiarizado com aquilo que particularizava a atuação intelectual de Selden. Embora enfatizasse não ter achado uma cópia do documento original do sínodo de 786, o problema para Selden não era essa ausência por si só, mas sim a incongruência substancial entre o texto transcrito nas *Centúrias de Magdenburgo* e aquilo que diziam os cronistas medievais sobre o acontecimento. Assim, um pobre advogado da *common law* poderia colocar em questão as autoridades da área e a segurança de todos os colegas de profissão caso existissem incongruências na letra do texto que sugerissem a falsificação ou alguma mistura espúria entre os comentários de um Edmund Plowden ou de um Edward Coke. A análise desse argumento não termina por aí. A ausência do sincronismo é também reveladora da resistência a essa operação intelectual e da existência de outras possibilidades para se lidar com a temporalidade. Enquanto para Selden era necessário examinar e comparar os registros de um evento particular para daí certificar a sua validade, Richard Perrot assentava a autoridade do sínodo em questão tanto naquilo que existiria de constante e comum entre as decisões tomadas nesse evento e as demais leis do passado (mesmo na ausência de qualquer vestígio original de tais disposições legais), quanto no entendimento mais bem difundido e certificado por personalidades e instituições dignas de autoridade. A maneira como Selden estabelecia aquilo que hoje seria chamado de contexto histórico e, a partir daí, julgava, comentava e lançava hipóteses sobre práticas e discursos do passado não era uma rotina intelectual simplesmente aceita sem resistência.

faithfulness of Ployden, the Lords Dyer, Sir Edward Cooke, Rastall, &tc. because that all particular originall recordes of judge men's and statutes recorded by them in their Commentaries, Cases, Reports, Abridgements, are not come to his view, or it may be cannot be found, as being stollen by some filtching hand, or perished by antiquitie of time, or negligence of those that had them in custody: or, after all the Judges of the Land, together with all the Lawyers of all the Innes of Courts, after long and serious arguing, had determined a case in Lawe; some puny Barrester should censure them all to be too vehement and confident in their determination" (Richard Perrot, *Jacob's vowe*, 45).

A resistência ao sincronismo aparece, de modo mais estruturado, numa passagem da crítica de Richard Montagu a Selden. Tendo em vista o tratamento dado em *Historie of Tithes* ao antigo historiador judeu Flávio Josefo, Richard Montagu dizia que, embora o sujeito em questão fosse “um grande e muito digno Autor”, invocá-lo não bastaria para inferir e dar sentido a uma prática pretérita. Fazê-lo “não prova que Abraão fez assim, que Moisés entendeu aquilo, ou que Melquisedec recebeu assado, porque Josefo e alguns Judeus (isso se, além de Josefo, algum Judeu o fez, já que você não cita nenhum) disse isso e pensou aquilo”¹⁹⁹. Embora salientasse que Selden se amparava basicamente num único historiador do passado, o argumento de Richard Montagu era mais do que uma objeção quantitativa. Para o crítico de Selden, “a opinião de um único homem não é (Deus proíba que venha a ser) a resolução geral da Igreja”²⁰⁰, o que implica, portanto, que mais do que recuperar e interpretar corretamente os dizeres de algum sujeito em particular, importaria sobretudo apreender o sentido geral das decisões da igreja. Uma prática relatada por Flávio Josefo ou certa opinião defendida por ele poderia não apenas estar em conflito com o testemunho de outros autores dignos de crédito quanto em desacordo com a palavra de Deus. Agregar outros autores à matéria tornaria a situação mais complicada: fazer isso poderia revelar que os dizeres de uma autoridade seriam eventualmente contrabalanceados por outra autoridade de peso. Diante dessa diversidade potencial de relatos e opiniões autorizadas, o apego do sincronismo à posição cronológica de cada autor não bastaria para estabelecer a verdade de uma opinião ou prática. Ao falar sobre dois sábios judeus, Jonathan Ben-Uziel e Salomão Jarchi, Richard Montagu explicitava outra maneira de encarar a distância cronológica:

Jonathan, sendo o homem que acreditamos que ele é, vai antes do que Jarchi no tempo, tanto quanto Jarchi está depois de Cristo, cerca de mil e cem anos. Mas a juventude dos dias de Jarchi não desqualifica a sua melhor opinião. [...] muitos Eruditos, dizem eles (e você mesmo, acredito eu, seja um), foram além dos seus Mestres. Se homens jovens enxergam melhor do que aqueles que, ao longo da idade, são obrigados a usar óculos, por que não Jarchi e Jonathan? Se ambos dependem do crédito de outrem para [saber] a prática daqueles tempos tão antigos, então por que não [seria] Rowland tão bom Oliver, Jarchi e Jonathan, numa questão dessa natureza?²⁰¹

¹⁹⁹ Richard Montagu, *Diatribae*, 153.

²⁰⁰ Richard Montagu, *Diatribae*, 156.

²⁰¹ “Jonathas, if he be the man wee are made beleeeve he is, goeth before Jarchi in time, as much as Jarchi was after Christ, about eleven hundred yeeres. But Jarchies younger dayes doe not disparage his better opinion. [...] many Scholers, they say (and your selfe, I believe, for one) have gone beyond their

Nem Jonathan Ben-Uziel, nem Salomão Jarchi eram testemunhas oculares dos eventos em questão e, por causa disso, a distância cronológica entre eles não surgia como condição definidora de credibilidade. Para Richard Montagu, seria inaceitável o pressuposto de Selden de que alguém como Flávio Josefo gozaria de um conhecimento mais verdadeiro a respeito da prática religiosa dos hebreus apenas por ser judeu e um letrado do mundo antigo. A verdade não seria transmitida historicamente como a água que sai da fonte e, de receptáculo em receptáculo, vai sendo derramada, desperdiçada ou contaminada até chegar ao destino. Para Richard Montagu, uma autoridade cronologicamente posterior a outra seria capaz de ver melhor o sentido daquilo que se passou. Assim sendo, no caso dos dízimos, o espírito coletivo e contínuo das resoluções da igreja é que autenticaria as práticas e opiniões pretéritas, salvaguardado pela vontade e o direito divino.

Apesar da possibilidade de encarar a temporalidade dessa outra maneira, críticos de Selden como Richard Perrot não poderiam se furtar às antiguidades e minúcias de *Historie of Tithes*. A ele era preciso responder especificamente ao brevíssimo comentário do antiquário sobre a doação feita por Robert de Hessel ao monastério de Gisburne, dentro dos limites da paróquia onde atuava o próprio Richard Perrot, assim como a certo costume para se pagar os dízimos em East-Riding.

Essas duas localidades do condado de York aparecem na história dos dízimos de Selden para ilustrar o argumento de que no tempo de Caedawalla, rei de Wessex no final do século VII, existia na Inglaterra o costume de chamar de “décima” ou “decimatio” a oferenda de qualquer quantia feita à divindade²⁰². O argumento surge em *Historie of Tithes* para explicar o que o cronista inglês William de Malmesbury queria dizer, no século XII, ao relatar que o rei Caedwalla oferecera o dízimo de seus espólios de guerra. Para isso, Selden empregava o sincronismo e buscava autores e monumentos anteriores ao cronista, capazes de esclarecer aquilo que deveria ter sido a prática e o entendimento dos dízimos para os saxões e o referido rei. Em Beda, o Venerável, que viveu entre os séculos VII e VIII, Selden encontrou menção a uma doação feita à igreja pelo rei Caedwalla de um quarto de terras aráveis que conquistou na Ilha de Wight, o que excedia a décima parte esperada do

Masters. Young men doe see with cleerer eyes, than they that through age are forced to use spectacles: so why not Jarchi as well as Jonathas? [...] If both must relie upon the credit of others, for the practice in those so ancient times: then why not Rowland as good as Oliver: Jarchi as Jonathas, in a quaere of this nature?” (Richard Montagu, *Diatribae*, 157-8).

²⁰² John Selden, *Historie of tithes*, 268-72.

dízimo. Por outro lado, da biblioteca de Cotton saíam manuscritos, referenciados nas margens de *Historie of Tithes*, que atestavam, por exemplo, que “as quatro Porções de Milho [Thraves of Corne] de cada terra Arada, em Est-Riding de York, dada pelo Rei Athelstan à Igreja de S. John de Beverley (que são, por outro lado, nem perto da Décima) são escritas Decimais numa Bula de um dos papas Gregório (o nono, acredito eu), a qual vi transcrita”²⁰³. Selden também diz ter visto na mesma biblioteca a transcrição da doação de Robert de Hessel ao monastério de Gisburne, na qual “aqui o presente de dois Feixes [Sheaves] é chamado Decimatio”²⁰⁴.

Para Richard Perrot, Selden estaria nos dois casos “muito enganado”²⁰⁵. Todavia, diante dos documentos colecionados e tratados intelectualmente pelo antiquário, o ministro não encontrou outras armas que não se colocar como porta-voz dos costumes vigentes nas localidades em questão além de se aproximar do comentário feito por outro crítico de Selden, Richard Tillesley, a respeito desse trecho em particular de *Historie of Tithes*²⁰⁶.

No caso do monastério de Gisburne, Richard Perrot partilhava da opinião de Richard Tillesley de que Selden teria entendido errado determinada passagem do documento na qual era dito que Robert de Hessel doara à igreja local “duas garbas” vindas de suas novas terras. Enquanto para Selden a expressão latina significaria “dois Feixes [Sheaves]”, Richard Tillesley destacava que esse valor seria irrisório e incompatível com o objetivo do doador de contribuir com a construção de uma nova igreja. “Duas garbas” deveria significar, portanto, não duas pequenas porções, mas uma espécie de dízimo duplo pago sobre toda a produção de milho. Tudo isso, porém, era apenas especulação. Nas palavras do próprio Richard Tillesley, “porque eu não vejo o Manuscrito, nem sou instruído na Lida daquelas épocas, posso apenas conjecturar e, se não de maneira provável (o que deixo para o Leitor) ainda sim legitimamente, reduzir um exemplo isolado da frase à regra comum da prática através de um significado apropriado”²⁰⁷. Selden não ofereceu uma resposta para esse argumento em particular, mas ao falar noutra ocasião sobre o monastério de Gisburne assinalou que a incerteza de Richard Tillesley era resultado, em grande medida, do orgulho do autor: “ele poderia ter visto e usado o original, se tivesse

²⁰³ John Selden, *Historie of tithes*, 271-2.

²⁰⁴ John Selden, *Historie of tithes*, 272.

²⁰⁵ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, 46-9.

²⁰⁶ Richard Tillesley, *Animadversions*, 180-2.

²⁰⁷ Richard Tillesley, *Animadversions*, 182.

pedido por ele, e assim saberia que foi no tempo de Eduardo I, só que ele prefere manter uma falsa conjectura ao invés de suportar as dores de retificar a si próprio com a certeza”²⁰⁸. Richard Perrot também não dispunha de qualquer manuscrito que pudesse utilizar para confrontar Selden no que dizia respeito ao pagamento dos dízimos à igreja de Gisburne, porém aquilo que aparecia em Richard Tillesley como conjectura poderia ser, de fato, afirmado por ele. Richard Perrot se valia da própria condição de ministro na localidade e assegurava que “o costume dos dízimos naquele lugar e território sendo o seguinte, os Coletores daquele direito da Abadia de Gisburne recebiam, e ainda recebem, o décimo e o vigésimo feixe e o Ministro ou Incumbente o trigésimo feixe ou o terceiro feixe das décimas, de modo que a garba lá é o mesmo que a décima”²⁰⁹. A suposição feita por Richard Tillesley de que a expressão latina “duas garbas” se referiria ao pagamento duplicado dos dízimos estaria correta porque, a despeito da falta de qualquer manuscrito que atestasse esse entendimento, o costume vigente no lugar serviria de prova para tal suposição.

Existe aí um apelo à continuidade histórica capaz de garantir, no presente, o sentido pretérito de determinado costume. É fato que Selden se utilizou de costumes vigentes para fazer inferências sobre o passado, como, por exemplo, na relação que estabeleceu entre as consagrações arbitrárias e a *liverie of seisin* – tratada no capítulo anterior. Todavia, nesse caso, as consagrações arbitrárias apenas se assemelhavam à *liverie of seisin* em termos de função e ritual, mas ambas as práticas não seriam, a rigor, a mesma coisa. As consagrações arbitrárias poderiam ser encaradas como uma espécie de *liverie of seisin*, de modo que a prática dessa última iluminaria aquela primeira, mas não existiria entre elas uma relação de causalidade e identificação. Selden não descobriu as consagrações arbitrárias porque se praticava, na sua época, a *liverie of seisin*, mas porque ele encontrara na biblioteca de Cotton um punhado de manuscritos que traziam exemplos de uma prática pretérita, não mais existente e que tinha certa semelhança com o presente. Richard Perrot fazia algo diferente: o costume corrente no século XVII para se pagar o dízimo à igreja de Gisburne certificava que uma doação feita a essa mesma igreja, cerca de mil anos antes, deveria ter entendida nos mesmos termos. Tal maneira de se utilizar dos costumes vigentes também conferia autoridade à palavra do ministro, a qual deveria ser tomada pelo seu valor de face.

²⁰⁸ John Selden, *A reply to Dr. Tillesley*, 1382.

²⁰⁹ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, 46.

É o que se percebe no tratamento dado por Richard Perrot aos dízimos pagos em East-Riding. Embora aqui ele também se munisse da resposta de Richard Tillesley a Selden, na qual se questionava o sentido de certas palavras e expressões da doação feita pelo rei Athelstan, no século X, à igreja de Saint John de Beverley no condado de York²¹⁰, Richard Perrot depositava suas forças no seguinte argumento: “Eu não tenho qualquer conhecimento ou notícia de Leigo algum que tenha ou desfrute de qualquer terra [de natureza] secular que pague ou que, em dado momento, tenha pago tal porção à [igreja de] S. John de Beverley, seja por presente de Athelstan ou de qualquer outro Rei”²¹¹. Sua condição de ministro atuante na localidade conferia a Richard Perrot o estatuto de testemunha privilegiada da questão e imbuído dessa autoridade ele assegurava existir em East-Riding costume diferente daquele que fora descrito por Selden à luz da documentação disponível. Tal costume local para se pagar o dízimo teria começado sob o reinado do rei Athelstan, com a “permissão e favor” dele – mas não por iniciativa do monarca, o que diminuiria o crédito da documentação utilizada por Selden, bem como o alcance das leis positivas e seculares. Segundo Richard Perrot, “a história [story] pela tradição é a seguinte”: a região de East-Riding era assolada por animais selvagens e para combatê-los o bispo se valeu dos próprios recursos, mas logo se viu obrigado a convocar todo o clero para contribuir com esse esforço e daí surgiu o costume de se pagar, ainda que naquela época apenas do montante do próprio clero, parte dos grãos à igreja, primeiramente em espécie e depois em dinheiro²¹². Não há qualquer referência para essa história senão o próprio ministro e seu recurso à “tradição” e o relato que surge daí delineia um quadro bastante favorável aos interesses da igreja. Nele a igreja é não apenas quem deu início ao pagamento dos dízimos em socorro à população local, mas ainda aquela que manteve, durante todo esse tempo, os dízimos fixados numa única cota, apesar das mudanças no meio de recebimento. Essa condição auto-atribuída de porta-voz de costumes e saberes do condado de York daria a Richard Perrot uma posição vantajosa para atacar Selden tanto no seu ofício quanto em sua concepção de história:

Nas particularidades, parece que o Historiador-dos-Dízimos não foi tão cuidadosamente industrioso para se informar da verdade das coisas ou tão fidedigno para relatá-las, como ele se queixa e confessa com confiança, mas tomou aquilo que poderia servir ao seu movimento e propósito para fixar uma história segundo as próprias intenções dele, não de acordo com a

²¹⁰ Richard Tillesley, *Animadversions*, 180-1.

²¹¹ Richard Perrot, *Jacobs vowe*, 47.

²¹² Richard Perrot, *Jacobs vowe*, 48.

verdade. A verdade ou a verdadeira história dos dízimos é não outra do que aquilo que está contido nas escrituras sagradas e não está sujeita às Leis Imperiais, aos Cânones tanto Sinodais quanto Pontificais, mas traz consigo a Lei dada por Deus, que como Ele mesmo, não pode ser mudada e deve permanecer a única e a mesma no decorrer de todas as gerações.²¹³

A discussão sobre as particularidades regionais do pagamento dos dízimos surgia não apenas como um assunto necessário porque tocava os rendimentos de sujeitos como Richard Perrot, mas ainda permitia que alguém como ele se arvorasse a uma posição privilegiada e se utilizasse das minúcias do lugar para questionar a integridade do trabalho de Selden. Richard Perrot se apresentava como a única fonte para os costumes e histórias locais e se utilizava disso, em primeiro lugar, para demonstrar que o antiquário não fora capaz de encontrar as informações de que ele dispunha, contrariando assim a exaustividade de *Historie of Tithes* enquanto coleção; em segundo lugar, para sugerir que houvesse alguma intencionalidade ou partidarismo por detrás da história dos dízimos de Selden, orientada para prejudicar o clero nos seus rendimentos gerais e em nível local. Uma história dos dízimos como aquela proposta por Richard Perrot, no subtítulo de seu livro, deporia justamente contra essas particularidades antiquárias e se aferraria à exegese bíblica e à continuidade inquebrantável da vontade divina.

Ainda que tivesse adentrado o terreno das antiguidades, Richard Perrot pouco se valeu da topografia desse lugar e, diante da posição vantajosa de Selden, lançou mão de recursos pouco adequados para confrontar o comentário de Selden sobre as consagrações arbitrárias: a garantia da própria palavra e a generalidade produzida pela discussão teológica sobre o direito divino. Richard Tillesley também se embrenhou nesse terreno e embora compartilhasse com os demais adversários vários pontos em comum, como o pertencimento ao clero, o apelo à exegese, à continuidade histórica e ao direito divino sobre os dízimos, ele investia de maneira ímpar contra a erudição de Selden.

Richard Tillesley foi o crítico que mais levou adiante a sua oposição, tendo sido o único dentre eles não apenas a confrontar todo o conteúdo de *Historie of Tithes*, mas

²¹³ “By which particulars it appears, that the Tithes-Historian hath not beene so carefully industrious to informe himself of the truth of things, or not so faithfull to relate them as he doth confidently confesse and protest, but hath taken what may serve for his owne turne and purpose, to frame an history according to his owns intention, & not to the truth: the truth, or true history of tithes being no other then that which is contained in holy writ, and which is no whit subject to the Lawes Imperiall, or Canons either Synodall or Pontificall; but containes a Law given by God, even like himself, which may not be changed but must remaine one and the same throughout all generations” (Richard Perrot, *Jacobs vowe*, 49).

ainda que se empenhou na produção de uma segunda impressão do seu livro, anexando a ele, aqui e ali, uma réplica à resposta manuscrita de Selden. A palavra colocada em destaque no título, “animadversão” (Animadversion), definia bem o teor da obra: um conjunto de comentários e reprimendas detalhados, percorrendo capítulo a capítulo a história dos dízimos de Selden. Richard Tillesley se apresentava na arena discursiva, todavia “não como um examinador dos mais taxativos, como ele requer, nem ainda como um inimigo submisso, como ele espera, mas como um admoestador amigável a ele e um batedor que revela, para os outros, os defeitos, ou melhor, os erros e falsidades desse Livro ousado e de consequência prejudicial”²¹⁴. Ainda que a polêmica estivesse sempre no horizonte da comunicação letrada, sobretudo no caso de Richard Tillesley, convinha apresentar-se para a controvérsia de maneira modesta e, inclusive, mobilizando o signo da amizade.

Esse comedimento retórico coexistia com o ataque aberto às inferências feitas por Selden em *Historie of Tithes* e, não menos importante, às operações eruditas do autor. No caso das consagrações arbitrárias, Richard Tillesley respondia a Selden tanto no que dizia respeito à generalidade da prática em questão quanto na individualidade de alguns documentos²¹⁵. Para ele, Selden teria provado a ocorrência de consagrações arbitrárias no passado, no entanto essa prática era reconstituída de maneira incompleta. Um leigo poderia ter feito, de fato, oferendas à igreja e a grupos clericais de sua escolha, mas a questão seria “se ele fez tudo sozinho e de maneira legal, sem qualquer consentimento ou confirmação adicional”. A resposta seria não. Um patrono leigo estaria apenas obedecendo, por um lado, às leis e costumes vigentes que determinavam o pagamento dos dízimos em geral e, por outro, à própria ideia de dádiva que exigia a aceitação da oferta, já que “não há recebimento sem consentir, portanto não há dádiva [gifting]”²¹⁶. E, como se esperaria, a autoridade para aceitar e confirmar essa dádiva estaria na própria instituição eclesiástica, o que daria primazia à igreja mesmo diante da arbitrariedade das consagrações feitas pelos leigos abastados.

A partir desse argumento abrangente, Richard Tillesley colocava sob escrutínio certos documentos transcritos e comentados por Selden que versavam sobre igrejas locais. O mais importante deles era, sem dúvida, a cartulária da igreja de Rochester, no

²¹⁴ Richard Tillesley, *Animadversions*, upon the preface.

²¹⁵ Richard Tillesley, *Animadversions*, 190-209.

²¹⁶ Richard Tillesley, *Animadversions*, 190-1.

condado de Kent²¹⁷. Para Richard Tillesley, examinar o documento se apresentava como uma questão pessoal, dado que “graças à Outorga de Sua Majestade, sou um Prebendário dessa mesma igreja, onde tivera a liberdade, sabendo na pobre situação Temporal dela, para examinar os Monumentos”. E não menos importante, analisar esse documento era uma maneira de adentrar o terreno da erudição antiquária com alguma chance de triunfo sobre Selden. Tendo acesso direto aos manuscritos da igreja de Rochester, Richard Tillesley transcrevia e mobilizava na sua investida contra Selden duas cartas medievais de autoria de dois bispos do lugar e que versavam sobre as pretensas consagrações arbitrárias. A carta do bispo Walter, do século XII, e em especial aquela de Gundulfo, do século XI, evidenciariam que as doações feitas pelos leigos ao clero demandavam a confirmação por parte dos bispos. Doações e dízimos oferecidos às ordens monásticas (as quais seriam posteriormente dissolvidas pela reforma religiosa e seus direitos leiloados aos leigos) passariam necessariamente pelo crivo da autoridade episcopal, mesmo naquela época, de modo que os patronos abastados não eram os únicos garantidores da transação e não desfrutariam de toda aquela arbitrariedade inferida por Selden²¹⁸. Tais patronos seriam limitados, por um lado, pela exigência de confirmação episcopal e, por outro, pelo direito paroquial já em vigor, o que conseqüentemente vedaria a possibilidade de se falar, como fazia Selden, na criação de “novos” dízimos pela simples arbitrariedade dos leigos. Em resumo, para Richard Tillesley, a arbitrariedade da qual gozariam esses patronos diria respeito apenas às constringências paroquiais, mas jamais tomariam a forma de uma espécie de liberdade em relação à ordem episcopal que governava a igreja²¹⁹.

Selden respondeu a esse ponto. A carta de Gundulfo “prova apenas que, naquela igreja, todos os dízimos ali registrados, que muitos leigos deram, foram confirmados por ele”²²⁰. Selden reconhecia que algo assim poderia ocorrer, mas não que se tratasse de uma obrigação generalizada, e destacava que fizera menção às confirmações na sua história dos dízimos. O embate com Richard Tillesley era mantido. Em primeiro lugar, Selden questionava “qual é o sentido disso para as leis seculares comumente praticadas? [...] E ainda se percebe que os doadores leigos nunca procuraram por essas confirmações naqueles tempos [...] não havia necessidade de tais confirmações até por volta do fim da

²¹⁷ John Selden, *Historie of Tithes*, 310-8.

²¹⁸ Richard Tillesley, *Animadversions*, 194-195.

²¹⁹ Richard Tillesley, *Animadversions*, 200-1.

²²⁰ John Selden, *A reply to Dr. Tillesley*, 1383.

terceira parte da minha divisão do tempo [isto é, até o século XIII]²²¹”. Em segundo lugar, tanto não haveria qualquer indício na carta de Gundulfo de que os patronos faziam suas doações diretamente ao bispo (e este as repassaria para determinada ordem religiosa ou igreja paroquial), como sugeria Richard Tillesley, quanto não faria sentido que as doações de terra à igreja prescindissem de confirmação, enquanto exigiriam-na os dízimos²²². Em sua réplica a Selden, Richard Tillesley reforçava seu argumento apresentando mais exemplos de confirmações episcopais registradas em Rochester e embora reconhecesse que racionava por analogia, isto é, extrapolando esses episódios locais para o quadro geral da igreja na Inglaterra, ele se sentia autorizado a isso já que Selden se utilizaria dos registros de doações para “inferir Novas Criações, Consagrações Arbitrárias e outras de suas fantasias”²²³. De acordo com ele, mesmo que os leigos abastados não buscassem a confirmação episcopal para as consagrações, como afirmava Selden, os beneficiários delas se viam obrigados a fazê-lo. A investida de Richard Tillesley contra as consagrações arbitrárias buscava afastar a ideia de que os patronos leigos fossem os únicos garantidores legítimos das doações às igrejas além de lançar suspeita sobre a confiabilidade de Selden, pois enquanto teria ele “expressamente negado” um lugar para as confirmações episcopais na sua coleção, transcrevia e comentava fartamente o texto das consagrações feitas pelos leigos²²⁴.

Selden acusava seus adversários, no prefácio de *Historie of Tithes*, de inferir as práticas a partir dos cânones que regulavam o pagamento dos dízimos, porém esse mesmo argumento poderia ser torcido em favor da igreja. Para Richard Tillesley, o risco representado pelas consagrações arbitrárias de Selden estaria em se inferir, a partir delas, uma prática irreligiosa para toda a igreja. Evitar que isso acontecesse exigiria diferenciar a dimensão eclesiástica e divina dos dízimos, de modo a resguardar o país de “um escândalo público” por causa de certa permissividade de tempos passados. Nas palavras de Richard Tillesley, “quais costumes Nacionais foram, então, prejudiciais a esse direito ao Dízimo [é algo que] pode muito bem ter sido omitido pelo Escritor honesto, o qual por caridade esperava que a prática de cada homem atendesse ao preceito de Deus tornado público

²²¹ John Selden, *A reply to Dr. Tillesley*, 1383.

²²² John Selden, *A reply to Dr. Tillesley*, 1384.

²²³ Richard Tillesley, *An answer to M. Seldens unprinted pamphlet against the Animadversions upon the Historie of Tythes* (London: Arthur Johnson, 1621), 112-4.

²²⁴ Richard Tillesley, *An answer to M. Seldens pamphlet*, 114-5.

pela Igreja”²²⁵. A inferência da prática a partir do cânone, o costume por meio da autoridade, não aparece aqui como resultante de alguma insuficiência material ou intelectual, como a falta de manuscritos ou de expedientes para analisá-los, mas enquanto expressão da caridade e reverência em relação à igreja. Selden respondia em duas frentes. Por um lado, as práticas nunca e em lugar algum acompanharam os cânones da igreja, exceto quando esses estiveram em sintonia com o poder e costume dos leigos; por outro lado, e não menos importante, Selden não deixava de fustigar moralmente o adversário, “julgue se busca a verdade ele que deseja a omissão de qualquer coisa que faz o assunto”²²⁶. Em sua réplica a Selden, Richard Tillesley sentia o golpe do adversário: “não desejo qualquer omissão, nem de Rabinos, nem de costumes Nacionais, mas faço uma Apologia em favor daqueles que os omitiram. [...] Eu anseio sinceramente, na verdade, que os costumes dos Dízimos sejam redimidos, mas sobre a omissão em relatá-los, não expresse os meus desejos”²²⁷.

Esse recuo tático de Richard Tillesley se assemelhava, em alguma medida, à posição ambígua que Selden assumia sobre o direito divino dos dízimos. Essa dupla dissimulação é indicativa não apenas das reais intenções de ambos os autores, mas ainda, e principalmente, do que fato de que esses letrados, interagindo no palco da controvérsia, encontravam-se em uma encruzilhada entre o pertencimento à república das letras ou ao corpo político-religioso do reino. O que lhes afastava era a resposta para essa situação. Por um lado, Selden se furtava à adesão explícita e efetiva ao direito divino da igreja sobre os dízimos, buscando resguardar na imparcialidade as suas credenciais de historiador e erudito. Por outro lado, Richard Tillesley admitia que textos, autores, interpretações e descobertas fossem omitidas caso perturbassem os deveres religiosos e o bem-estar espiritual dos indivíduos e da comunidade. Essa tentativa de justificar por que, até aquele momento, ninguém escrevera a história dos dízimos, punha em questão a própria confiabilidade de Richard Tillesley enquanto letrado. Dividido entre a obediência à igreja e o reconhecimento dos homens de letras, o clérigo dizia apenas “eu não expresse os meus desejos”. Torna-se aí evidente que a disputa argumentativa se desenrolava, efetiva e discursivamente, na intersecção entre a comunidade letrada e a comunidade política e que numa controvérsia não se deveria abrir mão, mesmo que apelando para o silêncio ou

²²⁵ Richard Tillesley, *Animadversions*, upon the preface, animad. 7.

²²⁶ John Selden, *A reply to Dr. Tillesley*, 1373.

²²⁷ Richard Tillesley, *An answer to M. Seldens pamphlet*, 43.

à dissimulação, dos valores e expectativas em vigor em dois terrenos, diferentes e sobrepostos.

A controvérsia dos dízimos descortina um ambiente intelectual que, embora anterior às numerosas ramificações e especialidades características da atividade acadêmica e científica na modernidade, estava marcado por divisões territoriais corporativas. Essa topologia aparece na argumentação em torno da parcialidade de Selden. Para Richard Tillesley, *Historie of Tithes* até teria utilidade para o clero enquanto coleção que demonstraria a existência, ao longo de séculos, de um consenso favorável ao direito divino dos dízimos. Isso aconteceria, porém, à revelia das intenções de Selden²²⁸. Richard Tillesley destacava que Selden, enquanto advogado da *common law*, autorizava a si mesmo a escrever uma história dos dízimos. Embora dissesse em um primeiro momento não condenar Selden por causa disso, mas apenas “desejava que ele tivesse colocado seus esforços sobre algum outro argumento mais aprazível”, o crítico lembrava em sua réplica que Selden “arrola os Advogados se misturando nas profissões dos outros”. Selden tratava de uma matéria relevante, sobretudo, aos clérigos, cujo ofício faria com que se interessassem de modo natural e histórico pelos aspectos teológicos, canônicos e até mesmo filológicos evocados pela discussão dos dízimos²²⁹. Era daí que Richard Tillesley tirava, em grande medida, a legitimidade para confrontar a história dos dízimos de Selden. Todavia, para Selden, “ele bem poderia ter omitido suas provas para nos fazer acreditar que alguns arqui-diáconos foram eruditos e daí auferido uma aptidão à escrita para ele mesmo” e assim continuava, “teria sido igualmente pertinente se ele tivesse trazido a nós exemplos de bons estudiosos chamados Richard, talvez assim provando que ele poderia ser um”²³⁰. Se Selden poderia ser retratado como um advogado enxerido que se metia naquilo que pertenceria à igreja, Richard Tillesley aparecia como uma caricatura de erudito, afirmando-se como tal somente em razão do próprio cargo que ocupava e de alguns precedentes trazidos a esmo. Diante da provocação feita por Selden, Richard Tillesley dizia em sua réplica que não apenas ele, mas “outro de mesmo nome”, isto é, Richard Montagu, “não deixará de tornar manifesto que alguns com o nome de John podem alardear mais erudição do que têm e muito mais citações do que são elas

²²⁸ Richard Tillesley, *Animadversions*, upon the preface, animad. 12. Richard Montagu, *Diatribae*, 70-3.

²²⁹ Richard Tillesley, *Animadversions*, upon the preface, animad. 16; Richard Tillesley, *An answer to M. Seldens pamphlet*, 47-8.

²³⁰ John Selden, *A reply to Dr. Tillesley*, 1374.

verdadeiras”²³¹. Tais gracejos evidenciam que estavam em jogo não apenas os argumentos e as intenções dos participantes da controvérsia, mas ainda seus procedimentos e o próprio pertencimento intelectual e corporativo deles.

5. A controvérsia e o negativo da erudição

O embate argumentativo sobre o dízimo pago por Abraão e as consagrações arbitrárias da Inglaterra medieval reforça a tese de que a controvérsia dos dízimos extrapolava qualquer tese geral ou disputa política genérica sobre o direito divino ou humano. A interação agonística entre os letrados examinados aqui tanto configura o contexto de recepção de *Historie of Tithes* e, não menos importante, da erudição praticada por Selden, quanto revela tensionamentos profundos da prática letrada daquela época, trazendo à luz disputas em torno de certas ideias, operações intelectuais, pressupostos e recursos materiais, bem como entre indivíduos e comunidades de conhecimento.

No registro do confronto argumentativo, é possível entrever, em primeiro lugar, uma disputa de terreno pela jurisdição da própria discussão sobre os dízimos. Ela dispunha, de um lado, um conjunto de letrados formado fundamentalmente por clérigos e, de outro, um sujeito ora encarado como advogado, ora como antiquário. Os adversários de Selden alvejavam-no nessa ambiguidade, tratando-o como intruso nos assuntos da igreja, advogado inconsequente que ameaçaria o ordenamento jurídico do reino bem como erudito indigno de credibilidade, inclusive entre os humanistas. Em resposta a isso, Selden se amparava numa generalidade que atribuía, por princípio, à filologia e no alcance das antiguidades e das inferências que fazia, de modo que pudesse transitar por diversos saberes, interesses e territórios corporativos. Como destaca um estudioso contemporâneo e com o qual os achados deste capítulo dialogam em grande medida, a busca de amparo de Selden na filologia não deixava de parecer controversa até mesmo para outros filólogos e eruditos da época: esperava-se que ele jogasse pelas regras teológicas de disputa, que tomasse como pressuposto a superioridade dos antigos sobre os modernos e, o mais relevante, que impedisse o exercício filológico de simplesmente dissolver possibilidades outras e mais gerais de interpretação da história profana e sagrada²³². O poder corrosivo

²³¹ Richard Tillesley, *An answer to M. Seldens pamphlet*, p. 48.

²³² “While to modern readers Selden’s *Historie* is a monument to the power of historical method, to his immediate audience the edifice seemed half-finished. The philological foundations were there (albeit

da filologia de Selden ameaçava tanto as teses sobre os dízimos patrocinadas pela Igreja da Inglaterra quanto atividades e demarcações já consagradas no ambiente letrado.

A partir daí, identifica-se em segundo lugar uma concorrência entre diferentes fontes e operações intelectuais na controvérsia dos dízimos. A Bíblia era uma fonte de conhecimento crucial para todos os envolvidos na polêmica, porém ela figurava ora sozinha, ora acompanhada de alguns nomes autorizados da patrística, ora dentro de um conjunto heterogêneo de textos e autores que iam da sabedoria judaica e da antiguidade pagã até cronistas medievais e eruditos modernos. O apelo a essas ou aquelas fontes atrelava-se a operações intelectuais específicas: a exegese e a dedução lógica encontravam guarida entre os clérigos, enquanto o sincronismo era brandido por Selden em favor de suas hipóteses e comentário filológico. Esse sincronismo dava uma forma histórica particular ao trabalho de Selden, que embora reivindicasse lugares comuns da historiografia da época, como o apelo à imparcialidade, afastava-se do mero relato. Apesar disso, o sincronismo era ignorado e apenas eventualmente contestado, sobretudo em seus pressupostos teóricos, pelos adversários de Selden. A operacionalização do sincronismo não apenas exigia certas condições materiais, como o acesso à quantidade substancial de livros e manuscritos, bem como da disposição de tempo e companheiros para se dedicar a eles, mas ainda envolvia lidar com determinados riscos intelectuais e morais.

Em último lugar, a controvérsia sobre os dízimos mostra, mesmo quando restrita ao episódio de Abraão e Melquisedec e à descoberta das consagrações arbitrárias, que no âmbito do embate argumentativo estavam também em jogo pressupostos teóricos que orientariam a atuação letrada como um todo. Para além de uma tese dissimulada e fragmentada sobre a legitimidade dos dízimos, a abordagem antiquária de Selden aparecia como escandalosa para os adversários do autor porque alimentava uma atitude perigosamente textualista e problematizadora do passado e, sobretudo, do sagrado. Selden se utilizava de autores e obras de diferentes origens e graus de autoridade não apenas porque se valesse do sincronismo como critério agrupador, mas também porque encarava todo esse material como texto. O exemplo mais claro disso era o tratamento dado às escrituras sagradas: Selden abdicava da dimensão tipológica e profética dos episódios bíblicos e circunscrevia sua atuação à literalidade e genealogia do texto; além

imperfect in themselves, in their view) but they needed theological demonstrations to be built on top. As Tillesley put it, the *Historie* contained 'more strange reading, then stronge reasoning; more quotations, the proofes; more will (God be thanked) then power, good to use, but dangerous to believe'" (Nicholas Hardy, "Philology divided", 173-4).

disso, e não menos importante, deixava em suspenso a autoria desses escritos, evitando trazer para a sua interpretação, como faziam os seus adversários, a intencionalidade e o caráter dos autores sagrados como elementos-chave de unificação e autenticação de sentido. Em suma, por detrás dos argumentos sobre os dízimos existia uma disputa entre o apego ao texto ou à autoridade, e esse impasse epistemológico se transformava em dilema político, isto é, entre se orientar pelos valores da comunidade letrada ou do corpo político do reino. E, no fim das contas, essa era expressão de uma disputa sobre o tempo e a História.

Mais do que teses em conflito, a controvérsia colocava em questão o pertencimento dos seus participantes a essa ou aquela comunidade. Essa era, de fato, a principal ameaça para Selden. Ainda que muito se tenha conjecturado acerca da opinião do autor sobre o direito divino dos dízimos e ele tenha se visto forçado a se manifestar nesse sentido, a adesão de Selden a uma ou outra tese não era, efetivamente, crucial para o trabalho intelectual que ele desenvolvia. Selden não voltou à questão dos dízimos, do mesmo modo que, ao longo da vida, não tratou mais dos duelos medievais ou dos antigos deuses sírios. É possível tanto corroborar esse abandono, destacando-se o peso do imbróglio da publicação de *Historie of Tithes* ou o crescente interesse dele pela sabedoria e história judaica, quanto rejeitá-lo e apelar para alguma continuidade teórica identificada no conjunto das obras de Selden, afirmando que sua preocupação estava, por exemplo, no desenvolvimento de um tipo de contratualismo. Ainda que essas abordagens possam ser razoáveis, elas ignoram algo mais simples e fundamental: a devoção de Selden a determinada tese ou tópico não era aquilo que garantia que ele fosse um antiquário e erudito reconhecido. Os interesses poderiam mudar, as opiniões, escamoteadas ou professadas com pouca convicção. Todavia, o manuseio de certas operações na produção de conhecimento, como o colecionismo ou o sincronismo, o renome do autor perante os demais letrados e a sua credibilidade como escritor eram aquilo que dariam propriamente uma posição a ele.

Richard Tillesley não reivindicava para si o lugar de erudito e fazia questão de marcar a assimetria que existiria entre ele e Selden. Num apêndice que anexou à segunda edição do seu livro, o adversário invertia os signos constitutivos da erudição de Selden. Para ele, fazia-se urgente confrontar, de maneira detalhada, diversas passagens de *Historie of Tithes* porque elas teriam sido apresentadas por Selden:

apenas para parecer um Antiquário, um Crítico, alguém que descobre as mais secretas curiosidades, que pode *cornicum oculos configure* e para quem o pobre e preguiçoso ignorante nada pode adicionar. Eu não tenho ajuda ou direção a destacar em qualquer matéria de autoridade no meu escrito; não posso falar da alegria de desfrutar de Cópias Manuscritas de Histórias Antigas e Registros (que formam o grosso das Histórias dele); nem tive tanto tempo, todos os dez, três ou meio ano (pois ele varia no seu relato) quanto teve o trabalho dele para se aperfeiçoar. Apenas dois ou três livros e alguns poucos Registros antigos da pobre Igreja e Bispado de Rochester, além daqueles autores medievais comumente publicados, tornam-me capaz e confiante para dizer e provar. Embora o Sr. Selden tão desdenhosamente deprecie a mim e aos meus esforços e, por causa da confiança dele na causa que defende (inclinando para o sacrilégio e ao menosprezo do Clero), tenha uma multidão de comparsas, os quais nunca leram a ele e a mim e nos examinaram juntos. Ainda assim, além da falta de verdade nas citações e argumentos que destaquei em minhas Animadversions, sou capaz de dizer e provar que ele, na sua História, não é nem exato em Cronologia, nem suficiente em [matéria de] Antiguidade, nem judicioso na Crítica, nem feliz nas conjecturas, mas que um erudito de pouca leitura como eu pode, sem negligenciar o estudo da própria profissão, tanto identificar quanto repreender isso e, por acaso, ensinar algo que ele não sabia.²³³

Tal assimetria tinha por finalidade maximizar os ganhos simbólicos de um eventual triunfo de alguém como Richard Tillesley sobre Selden, caracterizando a controvérsia como uma espécie de duelo entre Davi e Golias. Não menos importante, *Historie of Tithes* aparece como uma impostura sócio-intelectual. O livro dissimularia tanto a tese de que os dízimos não seriam uma obrigação fixada pelo direito divino quanto que o seu autor seria um “antiquário” ou “crítico” digno desse reconhecimento. No que diz respeito a esse último ponto, Selden é descrito nos termos da abundância: cheio de manuscritos, registros e histórias, de tempo livre, além de de comparsas e orgulho próprio. Todas essas

²³³ “[...] onely to seeme an Antiquarie, a Critick, one that discovers the most secret curiosities, one that can cornicum oculos configure, one to whom the pettie lazie ignorant can adde nothing. I can neither acknowledge helpe nor direction for any matter of authoritie in my writing: nor tell of the happiness of enjoying Mss Coppies of Ancient Histories and Records (which yet are the maine bulke of his Histories) nor could have so much time, whole ten years, or three years, or halfe a yeare (for so he varieth in his relation) as his worke had to perfect it. Onely two or three books, and some few though ancient Records of the poore Church and Bishopricke of Rochester, besides the common published authors of the middle ages, make me able and bold to say and prove; that although M. Selden doth so contemptuously misprise me and my endeavours, and by his confidence and by the cause he undertakes (inclining to sacrilege and the contempt of the Clergie) have a multitude of abettors, who never reade him and me and examine us both; yet besides the want of truth in quotations and arguments, which in my Animadversions have manifested, I am able to say and prove, that he in his Historie is neither to exact in Chronologie, nor sufficient in Antiquitie, nor judicious in Criticisme, nor happie in conjectures: but that a scholler of a meane reading as my selfe, can without neglecting the study of his profession, both find and reprehend it, and perchance teach him something which he knew not” (Richard Tillesley, “Philological passages examined” in *Animadversions*, 1621, 1-2).

qualidades pelas quais Selden se empenhava e que lhe conferiam lugar de destaque no meio letrado, como se viu nos capítulos anteriores, acabavam tensionadas na ocasião da controvérsia e podiam se tornar um ônus para a figura do próprio autor.

Os livros e manuscritos que se acumulavam tanto nas margens das obras de Selden quanto na casa dele e dos seus amigos eram frequentemente motivo de admiração e serviam para diferenciar o trabalho desses antiquários e eruditos daquele feito por certos profissionais das letras, como teólogos e heraldos. Todavia, esse colecionismo que estruturava a produção antiquária de conhecimento e conferia lugar a sujeitos como Selden numa comunidade seleta poderia também ser representado como expressão vã de saber. No quadro retórico delineado por Richard Tillesley, todo esse acúmulo não teria conferido exatidão aos conteúdos históricos e cronológicos de *Historie of Tithes*, nem suprido o livro com antiguidade, juízo e acertos suficientes. Pior ainda, sequer teria evitado que um clérigo como ele, munido de um punhado de livros e algum tempo livre, fosse capaz de refutar autor e obra amplamente reconhecidos. Não trazendo ganhos intelectuais ou morais expressivos, o papel da abundância de livros, manuscritos e citações seria, em grande medida, alimentar certo engodo de que Selden era um antiquário, crítico ou historiador digno de crédito. Assim, condicionantes materiais da erudição e do saber antiquário ganhavam contornos moralizantes.

O colecionismo e o escrutínio histórico-filológico convertiam-se, nas mãos dos adversários de Selden, nas provas de um elitismo soberbo. Richard Montagu, por exemplo, ao comentar o desprezo de Selden pelos livros de coletâneas e de lugares comuns, destacava que tais títulos eram recurso comum tanto aos clérigos quanto aos profissionais do direito. Fazer uso deles seria legítimo para todos aqueles que, diferentemente de Selden, “não tendo laterais de aço, nem corpos de madeira, nem memórias de bronze”²³⁴. Alguém feito de aço, madeira ou bronze daria uma boa estátua, mas não seria um letrado afável, benevolente e integrado à comunidade. A distinção conferida pela erudição se transformava, retoricamente, em um isolamento. Desse modo, do alto do renome que acumulava, Selden foi caracterizado na controvérsia dos dízimos como alguém incapaz de admitir opiniões e correções por parte não apenas dos clérigos, mas ainda dos próprios leitores e letrados em geral²³⁵. Nas palavras de Richard Montagu, “por vício da Natureza, alguns homens não suportam a contradição, de modo que, tal qual na divisão dos Reinos,

²³⁴ Richard Montagu, *Diatribae*, 30.

²³⁵ Richard Montagu, *Diatribae*, 31-2.

na busca por apoio em Controvérsias, *Impatiens confortis erit*, quem está ambigualmente fadado a ficar sozinho”, finalizando ele com um paralelo histórico e político, “e acontece com esse homem o mesmo que Cícero disse a respeito de Pompeu, ‘Magnus noster vult regnare solus’ [o Grande quer reinar, sobre nós, sozinho]”²³⁶. É atribuído, retoricamente, ao caráter de Selden algo que o colocaria tanto no caminho da erudição e da distinção quanto do orgulho e da tirania intelectual e política.

Richard Montagu explicitava, de maneira ímpar, como a controvérsia colocava em questão a erudição de Selden dentro de uma seara moral. A atividade intelectual do autor não poderia ser simplesmente dissociada das implicações político-religiosas de sua obra, nem daquilo que se atribuía ao seu caráter. Para Richard Montagu, Selden era “muito Opinativo sobre o seu conhecimento”, alguém que “cobre quaisquer realizações suas com superlativos” e “aplaude em demasia sua própria Performance”. E não parava por aí: “todos os Autores que você invoca no seu De Diis Syris ou que, antes de você escrever, foram lembrados por Pedro Fabro em Semestria (do qual você, embora nunca o nomeie, é devedor em grande medida)”²³⁷. Do orgulho tirânico atribuído a Selden era diretamente desdobrado um possível crime contra a prática e a comunidade letrada. A busca desmedida por congratulações²³⁸ tornaria Selden alguém “veementemente suspeito de roubar as Crianças de outras pessoas e mandá-las ao mundo como se fossem suas”. O plágio surgia, enfim, como resultante de uma falha de caráter e, não menos importante, da incapacidade de reconhecer diferentes modalidades de troca: “se você disser que não foi furtado, mas emprestado, eu também direi o mesmo. [...] Mas arrebanhar, sem licença, o gado de outros homens das próprias terras deles para empregar ou vender no mercado como se fosse seu [...], isso não é Ganho, mas furto; isso é, como entendo, um Crime evidente, isso não está na Lei?”²³⁹. Os livros, manuscritos e registros colecionados por Selden em *Historie of Tithes* eram identificados, no linguajar da controvérsia dos dízimos, ora com filhos, ora com gado, ora com os frutos da colheita, e enquanto tais estariam sujeitos à coleta, ao usufruto e à venda, de modo a se obter algum capital simbólico. A acumulação desses itens exigiria, de acordo com a insinuação de Richard Montagu, ou o empréstimo ou o roubo. Havia ali pouco espaço para a colaboração e tal ausência

²³⁶ Richard Montagu, *Diatribae*, 32.

²³⁷ Richard Montagu, *Diatribae*, 9.

²³⁸ “We would praise you, but you prevent us, and take the start of us, putting, nay, pulling commendations upon your owne backe, before any man can cast it upon you, or cut it out for you” (Richard Montagu, *Diatribae*, 23).

²³⁹ Richard Montagu, *Diatribae*, 23-4.

ameaçava, ainda que apenas retoricamente, aquele que era um dos principais pilares da atividade e do reconhecimento intelectual de Selden. Nas palavras de Richard Montagu, “não deve você tanto ao trabalho quanto aos livros dele [Robert Cotton]? Eu pergunto apenas quem destacou nos Manuscritos dele, em preto, todas as passagens a respeito dos Dízimos, algumas com uma marcação, outras com outra. Faria bem em nos informar, por própria iniciativa, de quais notas e coleções você é devedor não apenas nos testemunhos de Orígenes, Cipriano, Ambrósio, Agostinho e outros, mas ainda nas suas muitas observações Filológicas e Erudição profana”²⁴⁰.

A controvérsia permitia a ressignificação do colecionismo, da minúcia filológica e, por fim, da própria amizade que davam sustentação à erudição de Selden e conferiam um lugar de destaque para ele e sua obra na comunidade letrada. Não à toa que Selden, em duas ocasiões nas quais falou sobre a polêmica dos dízimos (a saber, em 1629 e por volta de 1650) mostrou-se respectivamente resignado, porque não apenas a controvérsia “fora posta para dormir, e sabiamente, na minha opinião”, mas também que “aquele tipo de erudição que confundia e perturbava” acabara sendo, enfim, compreendida e utilizada²⁴¹. Para além de alguma opinião ou tese particular sobre os dízimos, o reconhecimento de seu fazer erudito era aquilo que, de fato, parecia mais importar a Selden, que deveria defender dos adversários e pelo qual ele trabalhou a vida toda.

Ignorar a controvérsia dos dízimos é perder de vista este modo de interação da cultura letrada moderna. Assim como o colecionismo criava laços entre os antiquários e eruditos na república das letras e os envolvia em um circuito de dádivas e obrigações, a controvérsia era a forma assumida e ritualizada do conflito para a cultura letrada moderna. Leibniz forneceu elementos estruturantes para a abordagem desse fenômeno comunicativo, com destaque para a proximidade entre controvérsia, disputa jocosa e violência física, bem como na relação entre controvérsia e julgamento. Identificou-se a partir daí, na controvérsia dos dízimos, como a interação agonística transitava discursivamente entre os campos da troca argumentativa, da ironia, do desdém e ameaça, e de um vocabulário performatizador da violência. Além disso, a forma jurídica que dava contorno identificável à controvérsia se fazia presente já no mercado livreiro e, na interioridade do debate entre autores, trazia para a interação uma ritualística que emulava os tribuais ao entrelaçar a produção de vereditos à administração da honra.

²⁴⁰ Richard Montagu, *Diatribae*, 24.

²⁴¹ Gerald J. Toomer, “Selden’s *Historie of Tithes*”: 374-5.

Inspirado pela possibilidade de falar em culturas históricas da controvérsia, o presente capítulo diferenciou a polémica dos dízimos em dois grandes planos que trariam à tona alguns elementos e movimentos desse modo letrado de interação agonística. A distinção entre um plano sócio-político e outro linguístico ou simbólico permitiu explorar a controvérsia dos dízimos tanto nas suas condicionantes, isto é, o lugar e a ocupação dos agentes, suas afiliações sociais e políticas, e motivações apresentadas para o confronto, quanto nos desdobramentos argumentativos da disputa sobre os dízimos, quando letrados em oposição articulavam uma gramática simbólica comum enquanto marcavam posições particulares por meio de estocadas intelectuais e morais. A diferenciação da controvérsia nesses dois planos não deve ocultar, todavia, que ela não se apresentava desse modo para os participantes. A controvérsia surgia como um estado de coisas que extrapolava o registro da troca argumentativa e entrelaçava conteúdos e operações intelectuais às condicionantes materiais, sociais e históricas, de modo a entrelaçar essas coisas e produzir realidades intelectuais e políticas. Os atos polémicos de fala são mais do que discursos em oposição dependurados numa gramática; eles são também meios de interação e posicionamento de sujeitos no interior dessa ou daquela comunidade. A controvérsia dos dízimos evidencia uma ambivalência no fazer historiográfico de Selden. Ao mesmo tempo em que seu pertencimento à república das letras aparecia como trunfo intelectual capaz de lhe conferir atributos amplamente respeitados, bem como o acesso a correspondentes seletos e coleções fartas de livros e manuscritos, Selden era atacado numa grande arena letrada e retratado como alguém orgulhoso, não confiável e, pior ainda, agente da desordem político-religiosa. Aquela comunidade seleta de humanistas, eruditos, antiquários e colecionadores parece encontrar o seu limite na exposição polémica do seu fazer para um agrupamento bem mais abrangente de letrados. Explorar a topologia da cultura letrada na Idade Moderna é, porém, matéria para outro trabalho.

Considerações Finais

O principal objetivo desta tese foi investigar, explorar e compreender o fazer intelectual de John Selden. Demonstrou-se, ao longo do trabalho, que a compreensão desse fazer joga luz sobre o autor e sua obra, assim como revela os meandros da produção do conhecimento histórico na Inglaterra seiscentista e as dinâmicas e disputas que davam forma à cultura letrada na Idade Moderna. Torna-se evidente, na sequência dos capítulos, como a atividade intelectual e historiográfica de Selden estava entrelaçada e produzia efeitos tanto na materialidade da erudição quanto nas dinâmicas e disputas sociais e políticas da época. Exemplos disso são a mobilização, por parte de Selden, dos manuscritos e livros colecionados por seus amigos, o fomento à discussão a respeito das consagrações arbitrárias dos dízimos no medievo, bem como a circulação de transcrições e comentários que, nas mãos dos letrados em geral, avivavam o debate sobre o direito perpétuo aos dízimos reclamado pela Igreja da Inglaterra. O fazer de Selden foi encarado como um trabalho de produção intelectual que não se esgota nas proposições e procedimentos conscientes do autor, mas que traz à tona as condições de possibilidade da sua escrita da história e os desdobramentos materiais, sociais e políticos dela.

A tese defendida ao longo deste trabalho se desdobra em dois argumentos interligados. O primeiro, mais restrito ao objeto estudado, é que a erudição de Selden, que despertava a admiração dos contemporâneos e rendia prestígio a ele, era caracterizada, sobretudo, pela coleção e o sincronismo ao invés da defesa de determinada posição teórica ou política. Essas operações eram centrais ao tipo de produção historiográfica feita por Selden e pelos antiquários do seu círculo de amizades e relações. O segundo, mais geral e decorrente dessa caracterização da história antiquária de Selden, é que a história na Idade Moderna não se esgotava em sua dimensão retórica de mestra da vida, mas se apresentava, a partir dos antiquários, como uma prática concreta de produção de conhecimento no registro da erudição e da observação empírica. Essa prática produziu todo um ferramentário que se provou útil, nos séculos XVIII e XIX, para uma história que se pretendia ciência, mas que, no século XVII, era importante, sobretudo, pelos vínculos que gerava e as polêmicas que despertava numa ampla comunidade de letrados.

Esse olhar atento à prática atravessa a tese e coloca Selden como objeto relevante do ponto de vista heurístico. Ele ajuda a responder uma pergunta central para a história da historiografia e a história intelectual: como se fazia história (ou outro tipo de saber) quando não havia disciplina consolidada metodológica e institucionalmente? Além disso, Selden traz para a história moderna o desafio de pensar o conceito e a escrita da história.

Os quatro capítulos da tese estão ancorados em Selden e em uma das suas principais obras, *Historie of Tithes*, formando juntos um caminho que convém recaptular. Esse caminho começa pela memória sedimentada sobre Selden desde o século XVII até os dias de hoje e, a partir do que se identifica aí, avança para as operações e expedientes intelectuais que constituíam a história antiquária praticada por Selden e, por fim, culmina na publicação e disputa em torno de *Historie of Tithes*.

Responder a isso exigiu dissolver, em certa medida, algumas ilusões biográficas que oferecem narrativas totalizantes para a compreensão da história de vida do autor e que, por isso, dificultam uma investigação e reflexão mais detidas sobre suas incoerências, tensões e sobre a sua pragmática. Selden era parte da pequena nobreza e contava com o apoio de figuras poderosas. Também se destacava como um grande prodígio em matéria de erudição e, não menos importante, atuava dentro do Parlamento em oposição às prerrogativas da Coroa e, posteriormente, ao radicalismo político da Revolução Inglesa. Nenhuma dessas grandes interpretações sobre Selden é capaz, todavia, de explicar efetiva e detalhadamente o seu fazer intelectual e historiográfico. Foi preciso, então, nadar contra a corrente biográfica e fragmentar a trajetória de Selden nas suas partes constitutivas para assim trazer à tona tensões e não-ditos que a constituíam e rearranjar o conjunto a partir dos objetivos da pesquisa. O primeiro capítulo da tese foi inteiramente dedicado ao trabalho de fragmentação biográfica de Selden, tendo em vista desfazer naturalizações e recolocar no horizonte da investigação a incompletude, a materialidade e a conjectura acerca do fazer de Selden. Para isso, foram reunidas e comparadas narrativas biográficas sobre o autor, escritas do século XVII até os dias de hoje. Esse material foi organizado em torno de três denominações sintéticas que lhe eram dadas (a saber, 'esquire', 'erudito' e 'patriota'), as quais apontavam para as posições diferentes e complementares que Selden ocupava respectivamente na sociedade nobiliárquica inglesa, na república das letras e, por fim, na política do reino. O olhar metabiográfico sobre cada uma dessas denominações permitiu recuperar aspectos estruturantes da vida do autor, como as relações de parentesco, amizade e inimizade; sua formação e profissão; sua atuação política e, por fim,

os sentidos atribuídos a ele na ocasião da sua morte. Esse exercício revelou o entrelaçamento entre parentesco, erudição e política, o apagamento das figuras femininas nas narrativas sobre Selden, a importância do prestígio e das relações de amizade no trânsito sóciopolítico do autor e o papel central dos livros e manuscritos na pragmática de Selden e nas dinâmicas e disputas entre letrados.

Surgiram daí não apenas alguns temas que foram abordados e desenvolvidos nos capítulos seguintes da tese, mas ainda uma parte importante da resposta para a pergunta que foi colocada anteriormente. Em um momento no qual não havia institucionalidade disciplinar, o fazer intelectual e historiográfico de Selden dependia em boa medida da sua capacidade de adquirir, circular, acumular e converter capital social, intelectual e político, o que permitia a ele galgar posições em diferentes agrupamentos e se valer da sinergia que poderia existir entre eles. Ou seja, a posição social de Selden na pequena nobreza local abriu-lhe as portas para uma formação acadêmica e profissional em Oxford e nas Inns of Court, o que favoreceu certo tipo de produção intelectual. Essa produção evidenciava suas habilidades no manejo dos instrumentos da erudição e, não menos importante, conferia-lhe posição dentro de círculos letrados seletos, como aquele dos antiquários e juristas, e lhe permitia aprimorar ainda mais as condições para seu trabalho. Seu interesse pelas antiguidades e pelo passado de leis e instituições foram materializados na forma de livros que eram reconhecidamente históricos e eruditos e traziam a Selden amigos, interlocutores, patronos e clientes que, por sua vez, ampliavam as condições de produção e repercussão dos trabalhos do autor. A biblioteca pessoal de Selden é testemunho disso. Para que um letrado da nobreza local inglesa reunisse uma das maiores e melhores coleções de manuscritos e livros de sua época ele precisaria, por mais prodigiosa que fossem suas disposições naturais à atividade intelectual, de recursos financeiros, de contatos entre colecionadores e livreiros e, em suma, de pertencimento a circuitos letrados e aristocráticos.

É razoável dizer que a prática de Selden exigiu a manutenção, ao longo da vida do autor, das relações com figuras de um amplo círculo letrado. Alguns nomes se destacavam, Robert Cotton, Elizabeth Grey, Thomas Howard, George Villiers, William Laud, James Ussher, William Camden e Peiresc, John Gregory, Richard Tillesley e Richard Montagu, Gerard Langbaine, William Stansby e os Elsevier. Fossem essas figuras favoráveis ou não a Selden, amigos de longa data ou ocasionais, elas se fizeram presentes na preparação, composição, publicação ou na repercussão dos trabalhos dele, bem como na consolidação

do seu renome na memória nacional. Os vínculos firmados entre esses personagens e Selden sugere um movimento contínuo, ainda que oscilante, de aquisição, circulação, acúmulo e conversão de capitais simbólicos, oferecendo as condições que efetivavam o fazer letrado de Selden. Esse fazer intelectual acontecia na intersecção entre a sociedade nobiliárquica, a república das letras e as disputas políticas.

Mas essas condições não resultavam em um fazer genérico e indeterminado. Selden gozava do reconhecimento dos seus contemporâneos, principalmente, enquanto erudito e antiquário. O seu fazer intelectual era, em grande medida, historiográfico e de um tipo particular de história. A história antiquária feita por Selden e antiquários do seu entorno foi o assunto do segundo capítulo desta tese e, a partir dela, avançou-se na compreensão tanto das operações e expedientes sócio-intelectuais que estruturavam *Historie of Tithes* quanto da natureza do pertencimento de Selden à república das letras.

Na Idade Moderna, a história tinha um lugar epistemológico na relação com o passado e a memória e era, fundamentalmente, um gênero retórico desdobrável em diferentes temáticas. A história se orientava pela utilidade do exemplo e, enquanto mestra da vida, abria-se à leitura e à imitação dos clássicos ao mesmo tempo em que não se definia por qualquer método ou profissional em particular. A história poderia ser exercida, de maneira legítima, por letrados de diferentes origens e formações. É nessa permeabilidade que se buscou demonstrar, no segundo capítulo desta tese, como se fazia a história antiquária. O estudo das antiguidades não era uma disciplina ou área reconhecida do conhecimento, mas adquiria forma por meio do entrelaçamento entre os objetos e sujeitos da sua prática, isto é, as antiguidades e os antiquários. Retomando aquela distinção seiscentista entre os memoriais, as histórias perfeitas e as antiguidades, é notável como a história dos antiquários se abria de maneira única para a incerteza da passagem do tempo. Enquanto os memoriais estavam limitados pela indeterminação do futuro e as histórias perfeitas por aquilo que poderiam narrar, de maneira exemplar, sobre pessoas e episódios do passado, o estudo das antiguidades encarava a passagem do tempo em sua apresentação fenomênica: a dissolução das realidades pretéritas nos fragmentos e vestígios delas. A história antiquária se fazia no intervalo entre a experiência dos letrados modernos com o naufrágio do tempo e a aspiração nutrida por eles de ressuscitar o passado. É a partir daí que a história feita pelos antiquários se abria para a fragmentação e a colaboração.

A partir de Selden e sua história dos dízimos, percebe-se como o colecionar estruturava e conferia materialidade não apenas à produção de saber histórico, mas ainda às interações dentro da comunidade letrada. O ato de colecionar identificava, reunia e organizava os vestígios do naufrágio do tempo e ao fazer isso colocava objetos e letrados numa dinâmica característica da interação letrada. Nos rastros dos livros e manuscritos que foram reunidos por Selden em *Historie of Tithes*, na sua residência ao longo da vida e, não menos importante, nas coleções particulares dos seus amigos e patronos, em especial Robert Cotton, ficou evidente que a comunicação entre os letrados modernos ultrapassava a simples circulação da informação. As redes e os nós que se formavam na comunicação entre letrados na Inglaterra e na Europa e que organizavam efetivamente a chamada república das letras comportam-se, em grande medida, como um sistema de dádivas. Em um momento no qual não existia uma disciplina histórica organizada, o fazer intelectual de Selden se dava dentro de uma comunidade de letrados cuja dinâmica se estabelecia por meio da circulação de objetos, notícias, prestígio e, não menos importante, de obrigações mútuas de oferta e retribuição. A amizade era a forma mais bem acabada do tipo de sociabilidade desejável dentro da república das letras. Ela firmava vínculos que se apresentavam aos agentes como mais horizontais e desinteressados do que aqueles estabelecidos no cotidiano das relações aristocráticas ou das transações do mercado e, ao mesmo tempo, ensejava entre os agentes a obrigação de compartilhar e retribuir aquilo que receberam nesse circuito. A amizade funcionava de modo a tanto manter aberta, de maneira duradoura, a comunicação entre os letrados dado que a circulação de dádivas não previa um término de antemão nas obrigações de se dar e receber, quanto criava as condições necessárias para a expansão da república das letras e a acumulação dos produtos oriundos desse sistema. No caso de Selden, a amizade foi a forma social de relação que o colocou para dentro de um grupo seleto de eruditos e antiquários e que se apresentava, de maneira relevante, no acesso e no tratamento dos insumos para o seu fazer intelectual. As obras de Selden são, em boa medida, dependentes dos amigos e de retribuições honoríficas a eles. Não à toa, foi aos amigos que Selden confiou, na ocasião da morte, a sua coleção particular de livros e manuscritos e a tarefa de preservar, na sua integralidade, todo renome dele que a ela estava associado.

A posição de Selden em um circuito letrado de dádivas assegurava a Selden o acesso aos insumos e aos interlocutores relevantes para o seu fazer historiográfico. Além disso, os amigos que surgiam daí formavam uma linha de defesa para ele e suas obras

perante as adversidades. Essas adversidades iam desde a repercussão de *Historie of Tithes*, que opôs Selden a personagens importantes do clero e da corte na Inglaterra, até o risco de dispersão da sua coleção de livros e manuscritos na inevitabilidade da sua morte. O ato de colecionar associava objetos e sujeitos de modo a gerar um efeito de institucionalidade capaz de conferir alguma estabilidade para a produção de uma história antiquária. Todavia, a coleção não se desdobrava por si só em uma história, de maneira automática. Em Selden, o colecionismo aparece associado ao sincronismo, isto é, à conexão dos tempos e a produção de contemporaneidades, e em torno dele se articulavam abordagens e expedientes letrados, termos específicos, conjecturas e verdades provisórias. Os atos de colecionar e sincronizar eram operações de caráter intelectual que juntas conferiam uma forma reconhecível ao saber histórico produzido por Selden e desempenhavam papel relevante na formação de um tempo de natureza cronológica.

O ato de sincronizar arregimentava, de maneira geral, o ceticismo e a filologia para transformar a erudição em paradigma de conhecimento. Os textos, objetos, notícias e favores que eram acumulados através do circuito das dádivas da república das letras deixavam de ser apenas vestígios fragmentados do naufrágio do tempo e eram transformados em fontes de informação e documentos que fundamentavam ideias a respeito de personagens, eventos, lugares, instituições, opiniões e costumes do passado. Tais ideias estavam permeadas por algum grau de incerteza e, por conseguinte, pela possibilidade de aprimoramento daquilo que se inferia a partir dos vestígios colecionados do passado. A história feita pelos antiquários encarava diretamente a fragmentação das realidades pretéritas produzidas pela passagem do tempo e se mostrava receptiva ao ceticismo filosófico, fazendo da dúvida e da conjectura um expediente usual, sobretudo para Selden, no exercício de um conhecimento empírico do passado. Esse conhecimento consistia, no que diz respeito aos antiquários, em examinar, comparar e fazer inferências sobre os vestígios que tivessem disponíveis sobre as realidades pretéritas que lhes interessavam. No caso de Selden, que se valia fundamentalmente de evidências textuais, de manuscritos e livros, a abordagem desse material se estruturava a partir da filologia. A filologia foi caracterizada por ele, em *Historie of Tithes*, como uma espécie de metafísica porque seria capaz de cruzar o terreno de diferentes áreas e ocupações do saber e, sobretudo, por se colocar numa posição de vantagem para a observação e o exercício do conhecimento. Ela não se tratava ainda de uma disciplina própria e aparecia associada, de maneira genérica, à erudição livresca. Para Selden, tratava-se de um passaporte que

legitimaria o seu trânsito por um assunto como os dízimos, que então era considerado como uma matéria de clérigos e doutores em teologia. Embora não fosse ainda uma especialidade disciplinar, a filologia trazia para o fazer historiográfico do antiquário certa disposição para o exame dos vestígios do passado na sua dimensão linguística. Selden é reconhecível enquanto autor, e foi possível demonstrá-lo em *Historie of Tithes*, pelo trabalho de identificação de termos, cotejamento de passagens e traduções, a transcrição de passagens e textos integrais, a avaliação e emenda do material, assim como a formulação de comentários e conjecturas sobre as evidências literárias disponíveis. Por meio desse arranjo entre ceticismo e filologia e dos expedientes engendrados por cada um, a erudição podia ser transposta da circulação e do acúmulo material e social das dádivas para o âmbito da atividade intelectual. As margens cheias de autores e documentos e as referências a diversos manuscritos e coleções ao final da história dos dízimos de Selden exemplificam não apenas como a erudição adquiria materialidade bibliográfica, mas ainda se tornava um paradigma de conhecimento histórico.

O exercício do sincronismo era fundamental nesse sentido. Tratava-se basicamente de estabelecer conexões entre textos, autores e tempos, de modo a se produzir uma noção de contemporaneidade capaz de fundamentar leituras, emendas e interpretações a respeito de testemunhos e narrativas sobre o passado. Era aí, enfim, que estava situado o anacronismo. O anacronismo não era o conceito que definia a consciência histórica moderna ou o regime de historicidade daquele momento, mas um termo técnico que, junto de outras palavras como 'metacronismo' e 'paracronismo', servia para determinar posições (e erros de posicionamento) dentro de uma sequência cronológica. O anacronismo era um erro de cálculo que colocaria um fato, pessoa, instituição ou costume fora do seu lugar de direito e verdadeiro. Nesse sentido, buscou-se demonstrar no segundo capítulo desta tese como Selden se valia do sincronismo para expurgar narrativas e testemunhos que estivessem fora do seu lugar histórico. Foi o caso da história de Agostinho da Cantuária, cujo conteúdo insólito da narrativa foi deixado de lado enquanto critério de verificação em favor do cálculo cronológico, por meio do qual a história era falseada graças à impossibilidade de determinado personagem narrar aquilo que narrou se pertencente a dado momento histórico. O sincronismo era, como dizia Selden, uma 'pedra de toque' para identificar narrativas espúrias sobre o passado, eventualmente emendá-las e encontrar para elas seu lugar apropriado dentro da cronologia. Todavia, o sincronismo não se restringia ao sequenciamento pretensamente correto do passado. Tratava-se de

um exercício estruturante para o fazer antiquário, mas que também tinha aplicação teológico-profética, de modo que a erudição mobilizada pelo sincronismo poderia organizar potencialmente tanto o passado quanto o futuro. O sincronismo era peça-chave no estabelecimento de um tempo histórico de natureza cronológica e erudita que não deixava de se assemelhar, em alguma medida, ao ordenamento de uma grande coleção de vestígios e inferências.

Um tempo histórico e cronologicamente determinado foi produzido dessa maneira e a partir de condicionantes, de materiais e de agentes que se pode situar. No caso de Selden, o segundo capítulo da tese mostra a existência e a operação de dois tipos de cronologia através das quais era possível posicionar entidades e proposições no tempo. Para fins analíticos, essas duas maneiras de sequenciar o tempo e imprimir a ele alguma dinâmica foram chamadas de cronologia relativa e cronologia absoluta. Enquanto o tempo histórico, no primeiro tipo de cronologia, assumia a forma de uma sucessão de personagens individuais e coletivos capazes de caracterizar determinado período, tal qual acontece no uso de expressões como 'no tempo dos saxões' ou 'no reinado de', já no segundo tipo de cronologia o tempo se apresenta matematizado e atravessado por datas que, a princípio, poderiam se suceder de indeterminadamente. Esses tipos de cronologia coexistiam a tal ponto que havia uma espécie de híbrido delas, bastante comum na história dos dízimos de Selden, que servia para ordenar doutrinária e cronologicamente os atos legais e jurídicos. Nesse registro, a sucessão relativa dos monarcas se subdividia na contagem numérica dos anos de cada reinado, podendo gerar notações como 11 Hen. 3, 30 Eliz 2, 1 Car 3. O manejo de diferentes cronologias trazia o desafio de torná-las compatíveis e conversíveis umas as outras, dado que o grande desafio do saber cronológico era conciliar as informações oriundas dos testemunhos da história humana, principalmente da história sagrada, e dos registros e cálculos fundamentados nas regularidades da natureza. O tempo histórico cronologizado era uma abstração construída por meio do trabalho coletivo de eruditos e antiquários como Selden e que não deixava de se assemelhar ao ordenamento de uma grande coleção.

Chega-se assim aos capítulos 3 e 4. A investigação a respeito do fazer intelectual e historiográfico de Selden é aprofundada por meio do exame de *Historie of Tithes*. A história dos dízimos de Selden é abordada em diferentes recortes: na constituição material enquanto livro impresso, naquilo que trazia para a disputa existente em torno dos dízimos e no estado de polêmica e controvérsia político-religiosa que instaurava. Esses dois

capítulos têm certa contiguidade, dado que eles têm um objetivo comum: explorar de que maneira o prestígio de Selden e as operações e expedientes estruturantes da história antiquária se encontravam e se materializavam na forma de um livro que se apresentava não como tratado sobre os dízimos, mas enquanto coleção ou arsenal útil para tratar de uma questão das mais relevantes para a Inglaterra seiscentista. Na busca por esse objetivo, os capítulos 3 e 4 reavaliam a ideia de autor e obra à luz da publicação de *Historie of Tithes*, trazem à tona argumentos e, principalmente, noções diferentes de tempo e história que atravessavam a discussão sobre os dízimos, bem como fornecem subsídios para avaliar a repercussão da obra de Selden e abordar a polêmica e a controvérsia tanto como disputa argumentativa quanto ritualística da cultura letrada.

Assim como a coleção e o sincronismo estruturavam a composição de uma história antiquária, a polêmica era algo que estava, potencialmente, sempre no horizonte da atividade letrada e que desempenhava um papel determinante na circulação, publicação e recepção dos livros e de seus autores. A história da publicação e recepção de *Historie of Tithes*, que foi abordada nos capítulos 3 e 4, evidencia que a composição e a produção de livros impressos e manuscritos dependia, em grande medida, da avaliação do potencial desses materiais para a polêmica. O terceiro capítulo acompanhou, em detalhes, o imbróglio envolvendo a publicação de *Historie of Tithes* e lá fica claro como o risco da polêmica orientava os agentes envolvidos no processo de composição, licenciamento, impressão, comercialização e censura de materiais bibliográficos. O texto manuscrito da história dos dízimos teve a licença para a impressão revogada assim que a autoridade eclesiástica percebeu o risco de o livro tornar ainda mais polêmica a iniciativa da Igreja da Inglaterra de reivindicar os dízimos por meio do direito divino. Em paralelo, o próprio Selden apostava numa disputa já existente na sociedade inglesa, apresentando-se à comunidade letrada como um historiador imparcial, colecionador de raridades e erudito prodigioso. Todo o peso dos livros, das antiguidades, das citações e dos amigos que colecionou poderiam ser convertidos em crédito pessoal. No meio disso, o impressor se dispunha a desafiar o interdito da autoridade censora e publicar *Historie of Tithes*, tendo em vista provavelmente o retorno financeiro que lhe traria uma obra polêmica como aquela. Também o público leitor, como se destacou no quarto capítulo, mostrava-se não apenas curioso a respeito de um livro já tão falado, mas ainda disposto a pagar um valor razoável por ele, bem como de se utilizar da história dos dízimos de Selden para contrariar os ministros atuantes da igreja oficial.

À luz de um processo intrincado de composição, licenciamento, publicação e censura, *Historie of Tithes* aparece como ‘obra’ num sentido mais concreto da palavra, isto é, enquanto resultado de trabalho. Evidentemente que esse trabalho dependia, sobretudo, do próprio autor que mobilizava seus recursos e habilidades para amearhar ideias e compor um texto. Mas a materialização da obra não parava por aí. Outros agentes estavam envolvidos nesse trabalho que fazia do manuscrito do autor um livro impresso. A começar pelo impressor, que deveria empenhar o seu negócio, as suas máquinas e trabalhadores para produzir cópias do manuscrito e fazê-las circular e vender. No caso de Selden, William Stansby teve um impacto direto na materialidade de *Historie of Tithes* graças à experiência e os recursos que adquirira na publicação de textos de natureza antiquária, como a disponibilidade de tipos móveis para a impressão de transcrições em língua saxônica, e principalmente porque se dispôs a desafiar o interdito sobre o texto de Selden e publicar, sem autorização, a história dos dízimos. Na ausência de um impressor favorável, Selden talvez tivesse simplesmente engavetado *Historie of Tithes* por décadas, tal qual fez com *Mare Clausum*. Nesse trabalho de materialização da obra até mesmo os licenciadores e censores tinham o seu lugar. O terceiro capítulo revela como as autorizações e a censura formavam uma espécie de sistema de controle bibliográfico bastante permeável à personalidade e ao poder político. A emissão de uma licença para impressão não era mero ato burocrático, mas envolvia conhecer o licenciador ou o censor, mobilizar o apoio dos patronos e, não menos importante, de responder a questionamentos e solicitações de mudanças por parte dos responsáveis pela censura. No caso de Selden, a revogação da licença para publicação e a subsequente interdição e apreensão do material em vias de impressão, graças ao falatório que chegara ao bispo de Londres, um dos grandes responsáveis pela censura na cidade, fizeram com que Selden se visse obrigado a modificar o próprio conteúdo de *Historie of Tithes*. A polêmica que se formava antes mesmo da publicação do livro persuadiu Selden a escrever e anexar ao livro tanto um prefácio e uma revisão dos capítulos, nos quais expunha suas razões e rebatia as primeiras críticas que surgiam, quanto uma carta dedicatória ao amigo e patrono Robert Cotton, que lhe dava legitimidade e alguma proteção para o livro e seu autor.

Revela-se aí que, a partir desse trabalho conflituoso de muitas mãos, transformava-se não apenas um manuscrito em livro impresso, mas ainda o ‘autor’ em autoridade. Um livro publicado e licenciado aparecia para a comunidade letrada como mais do que a materialização de uma opinião particular desse ou daquele indivíduo.

Tratava-se, na verdade, de uma opinião autorizada e, por isso, paradigmática, podendo ser acolhida e repetida sem medo de sanção. Para isso, a obra e o autor precisariam se esquivar da polêmica em relação ao poder instituído, por mais que essa mesma polêmica promovesse a circulação do livro e do nome do seu autor.

Selden não ignorava que os dízimos fossem uma questão delicada na Inglaterra do século XVII e isso dava a ele, inclusive, a motivação para compor uma obra de repercussão sobre o assunto, diferenciando-se daquilo que fora publicado até então. Selden evitava se filiar explicitamente a essa ou aquela posição da disputa em torno dos dízimos, de modo a evitar a polêmica fácil e, principalmente, colocar-se em um lugar discursivo de imparcialidade que se esperava do historiador naquela época. Todavia, Selden não deixou de figurar como alguém suspeito e perigoso do ponto de vista religioso e político. E isso acontecia justamente porque ele oferecia aos letrados ingleses uma perspectiva histórica dos dízimos na forma não de uma opinião, tese ou exemplaridade paradigmática, mas de uma coleção de antiguidades que fosse efetivamente útil às discussões sobre o assunto. O terceiro capítulo evita as motivações ou qualidades individuais de Selden para explicar o imbróglio da publicação de *Historie of Tithes*. Esse movimento parece, no limite, reduzir tal episódio ou à ingenuidade de Selden a respeito do lugar sensível dos dízimos na política e na religião da Inglaterra ou ao anticlericalismo de um autor engenhoso o bastante para se utilizar da história para confrontar as pretensões da Igreja da Inglaterra sobre os dízimos. Esses caminhos podem até dizer algo sobre Selden, mas falam muito pouco a respeito do lugar dos dízimos na sociedade inglesa da época, bem como daquilo que Selden fez e daquilo que se esperava de uma história dos dízimos. Tendo isso em vista, apostou-se nesta tese por encarar o imbróglio em torno de *Historie of Tithes* no desencontro entre determinado modo de fazer história, que então se consagrava entre eruditos e antiquários na república das letras, e as condições e desdobramentos de uma disputa político-religiosa que se impunham aos letrados e autoridades na Inglaterra seiscentista.

O terceiro capítulo evidencia como os dízimos eram um objeto de fronteira fosse para a vida cotidiana, fosse para as elaborações letradas. Os dízimos eram uma tributação que recaía sobre toda a vida material: nas colheitas, na criação dos animais, no extrativismo, no trabalho artesanal, nos serviços, assim como aluguéis e arrendamentos. Desse modo, uma parcela considerável da riqueza material que era produzida e acumulada na sociedade inglesa era consagrada ao divino e transformada em bens que subsidiariam o trabalho espiritual dos sacerdotes e da igreja. Essa transferência de riquezas não incidia da

mesma maneira sobre os diferentes setores produtivos e grupos sociais do reino. A agricultura e a pecuária eram as atividades produtivas mais atingidas pelos dízimos, afetando a vida cotidiana, principalmente, de proprietários e trabalhadores rurais. Esses atores se queixavam, sobretudo no contexto da Revolução Inglesa, de uma tributação que os pauperizava e os expunha à violência e arbítrio das autoridades eclesiásticas. Mais do que isso, eles revelam uma camada mais profunda que estruturava a disputa sobre os dízimos: o que estava em jogo não se limitava à quantidade tributada desse ou daquele grupo, mas colocava em questão a natureza do vínculo entre leigos e clérigos através do pagamento dos dízimos. Enquanto a Igreja da Inglaterra fazia avançar o entendimento de que os dízimos eram uma obrigação sagrada que recaía sobre os leigos de modo unilateral, isto é, sem qualquer dever de retribuição por parte do clero, vozes contrárias à conformidade anglicana defendiam que o pagamento dos dízimos seria um dever ou doação que previa alguma reciprocidade entre o trabalho espiritual dos ministros da igreja e sustento que recebiam da comunidade religiosa. E para complicar ainda mais a relação entre clérigos e leigos e embaralhar os limites do espiritual e do material, a questão dos dízimos envolvia um terceiro grupo de interesse para além da igreja e dos pagadores de dízimos, os proprietários leigos de dízimos. Esses eram sujeitos abastados que, com a reforma religiosa e a dissolução dos mosteiros por Henrique VIII no século XVI, adquiriam bens e direitos que pertenciam outrora às ordens religiosas católicas. A partir dessa aquisição dos espólios da igreja com a chancela das autoridades seculares do reino, esses proprietários podiam usufruir de isenções e rendimentos vinculados aos dízimos e, em contrapartida, deveriam alocar, manter e garantir as condições para a atuação de algum clérigo de sua escolha junto à comunidade religiosa que estivesse dentro dos limites territoriais dos bens e direitos adquiridos. Para esses sujeitos, o entendimento da Igreja da Inglaterra de que os dízimos eram uma obrigação sagrada e, por conseguinte, cujo usufruto era inalienável ao clero colocava em risco os rendimentos deles e as garantias jurídicas da sua propriedade. Os dízimos estavam situados, portanto, na fronteira entre o material e o espiritual, o clero e os leigos, a obrigação e a transação, e na encruzilhada dos diferentes grupos sociais que disputavam a natureza e os limites do governo que se deveria dar à igreja na Inglaterra.

Esse lugar fronteiro dos dízimos na vida cotidiana aparecia também nas elaborações letradas sobre o assunto. O terceiro capítulo se utilizou de três autores contemporâneos a Selden, a saber, Henry Spelman, George Carleton e Thomas Ridley,

para estabelecer os termos vigentes da opinião hegemônica sobre os dízimos. Um desses letrados caracterizou os dízimos de maneira bastante emblemática: tratar-se-ia de um centauro jurídico, meio temporal e meio espiritual, e que por causa dessa natureza dividida era disputado enquanto objeto tanto pelas cortes da *common law* quanto pelos tribunais eclesiásticos. Assim sendo, as discussões e litígios sobre os dízimos buscavam fundamentação, por um lado, no âmbito da lei secular e, do outro, no direito canônico e na teologia. No plano da argumentação letrada, essa dualidade jurídica dos dízimos podia se desdobrar em três dimensões que, desde a escolástica medieval, serviam para concatenar a mudança e a permanência histórica dessa obrigação religiosa. Os dízimos teriam, ao longo dos séculos, uma dimensão moral, outra cerimonial e, por fim, uma dimensão jurídica. Enquanto a dimensão moral se referiria à obrigação imutável e natural de oferecer uma porção da produção da vida material aos sacerdotes e ao divino, a dimensão cerimonial fazia referência à prática pretérita dos judeus de pagar os dízimos no templo em Jerusalém e a dimensão jurídica reunia a legislação da igreja e dos príncipes cristãos que fixavam os termos desse compromisso religioso. Uma parte fundamental da estratégia da Igreja da Inglaterra para se apropriar dos dízimos que estavam nas mãos de proprietários leigos e para defender o pagamento obrigatório deles perante a contestação das comunidades puritanas consistia na valorização da dimensão moral dos dízimos e exigia, por conseguinte, demonstrar a permanência histórica desse compromisso.

A despeito da imparcialidade que Selden reclamava para a sua obra e das declarações que fez aqui e ali em favor do direito da Igreja da Inglaterra sobre os dízimos, o simples ato de apresentar uma história dessa matéria na forma de uma coleção erudita e útil de antiguidades bastava para perturbar os termos do debate letrado e fazer de *Historie of Tithes* uma obra ameaçadora para a institucionalidade político-religiosa. Selden não dizia com todas as letras qual era a sua tese sobre os dízimos e, ainda que se possa inferir esse posicionamento, não se pode ignorar que era na fragmentação que *Historie of Tithes* se mostrava um livro persuasivo e perigoso. A história dos dízimos de Selden se furtava a uma grande tese e se enveredava pelo exame das minúcias dos episódios, personagens e evidências que testemunhavam a prática pretérita do pagamento dos dízimos. Essa ênfase na descontinuidade e a abordagem complexa dos dízimos, entendidos nas aproximações e desencontros entre as leis, as opiniões e os costumes que buscavam regê-los, colocavam em questão a dimensão moral dos dízimos como permanência histórica e depunham contra determinada concepção do tempo histórico. Isso se torna

evidente no tratamento dado por Selden a dois pontos importantes na discussão sobre os dízimos, a saber: o pagamento dos dízimos pelo patriarca Abraão a Melquisedec, narrado no texto sagrado, e as apropriações dos dízimos pelos leigos na Inglaterra medieval. Ambos os episódios apareciam frequentemente nas discussões da época, sobretudo o primeiro, e são relevantes para a presente tese porque trazem à tona a questão da continuidade histórica dos dízimos e destacam a particularidade do fazer intelectual de Selden.

Enquanto o episódio de Abraão e Melquisedec retratava o pagamento do dízimo antes que houvesse uma lei instituindo esse compromisso entre os hebreus, as apropriações leigas sugeririam que a prática do dízimo entre os cristãos era não mais do que obrigação jurídica que se orientava pelo bel prazer dos poderes instituídos. A defesa da dimensão moral dos dízimos e, por conseguinte, da perenidade histórica dessa obrigação exigia daqueles letrados alinhados à Igreja da Inglaterra que, por um lado, fizessem a lei dos hebreus retroagir ao tempo dos patriarcas e que, por outro, preservassem o imperativo moral dos dízimos após Jesus e os apóstolos e diante dos arranjos legislativos da igreja medieval. A esses letrados era preciso demonstrar que a Igreja da Inglaterra era a justa beneficiária de uma continuidade histórica que retroagia até o passado mais distante e que se manteria entre os homens até o fim dos tempos. No caso de Selden, ambos os momentos eram oportunidades para o exercício de sua erudição antiquária. O episódio de Abraão e Melquisedec era entendido frequentemente de maneira tipológica, isto é, os personagens envolvidos prefiguram, no passado, feitos e compromissos futuros. A continuidade histórica da obrigação de pagar os dízimos dependia desse tipo de leitura, ainda que mesmo críticos desse tributo religioso se valessem da tipologia para defender sua posição. Dentro dessa perspectiva, Abraão e Melquisedec eram mais do que sujeitos pretensamente históricos, mas personagens bíblicos que, como partes de uma unidade de significado que era o livro sagrado, agiam de maneira exemplar e vinculada ao devir. O dízimo pago por Abraão vinculava toda sua descendência ao pagamento dos dízimos, enquanto Melquisedec ao recebê-lo fazia dos sacerdotes e da igreja os beneficiários naturais e inalienáveis desse rendimento sagrado. Selden deixava de lado qualquer tipologia, alegoria ou significado profundo que se pudesse identificar no texto sagrado. A ele interessava situar, no tempo dos patriarcas, a prática do pagamento dos dízimos e o tipo de compromisso que lá se apresentava. O texto sagrado era encarado menos como sagrado e mais como texto, menos como história e

mais como antiguidade. Selden se utilizava do sincronismo para trazer para a interpretação algo mais do que o texto bíblico ou as autoridades consagradas da patrística e da teologia. Ele mobilizava evidências textuais de origens e estatutos diversos, em especial da sabedoria rabínica, e se utilizava delas de maneira desconcertante para os letrados em geral. Selden complexificava as interpretações sobre o episódio de Abraão e Melquisedec, examinando os significados das palavras utilizadas no texto bíblico, trazendo à tona contradições entre interpretações e formulando conjecturas, inclusive a ponto de discutir se o episódio não poderia ser entendido ao contrário, com Melquisedec pagando o dízimo a Abraão. Ao proceder dessa maneira, o fazer intelectual de Selden criava ruído para as interpretações correntes e autorizadas desse episódio da história sagrada e, mais do que isso, desvinculava a obrigação de se pagar os dízimos do ato originário de Abraão ao encarar todo o episódio bíblico de maneira literal e representativo da prática dos dízimos em um momento específico e historicamente localizado.

A erudição antiquária de Selden permitia um tratamento diferente também para a questão das apropriações leigas dos dízimos. Em vez de simplesmente condená-las do ponto de vista moral e buscar persuadir os proprietários desses rendimentos a devolvê-los à igreja, Selden se debruçava sobre o caráter histórico desse estado de coisas – mesmo quando se viu na urgência de condenar tais apropriações, o autor trouxe para a obra testemunho pretérito que admoestava os proprietários leigos. O sincronismo aparecia mais uma vez como operação intelectual capaz de mobilizar diferentes evidências históricas, avaliá-las e a partir delas inferir um contexto histórico e de significado. Mas no caso das apropriações leigas, foram destacadas as condições daquilo que o próprio Selden encarava como uma descoberta de natureza histórica, as consagrações arbitrárias. A descoberta das consagrações arbitrárias e, paralelamente, a historicização da paróquia enquanto unidade administrativa da igreja na Inglaterra são pontos altos de *Historie of Tithes* e evidenciam a natureza sócio-intelectual do colecionismo. Selden deslocava a discussão sobre a moralidade e a legitimidade das apropriações leigas para a reconstituição de um sistema tributário anterior àquele que vigorava no reino. Manuscritos pertencentes à coleção de Robert Cotton foram transcritos, organizados e comentados por Selden em *Historie of Tithes* de modo a provar que, até o século XIII, bens e direitos eram oferecidos livremente pelos leigos às igrejas de sua preferência, não havendo obrigatoriedade de fazer isso dentro dos limites da paróquia. Essa liberdade dos leigos abastados fora ratificada pelo clero medieval, o que levava à pergunta do que teria

acontecido com esse sistema de transação entre o profano e o sagrado para que, alguns séculos depois, a igreja se queixasse da espoliação do seu direito e propriedade por parte dos leigos. A resposta de Selden vinha na forma de erudição histórica: os manuscritos a que tinha acesso na coleção de Robert Cotton provavam que o clero, voluntária e fraudulentamente, apagou dos documentos públicos as doações dos leigos, silenciando sobre elas e incorporando-as ao patrimônio da igreja. Mesmo que falasse contra as apropriações leigas no seu tempo e rejeitasse qualquer iniciativa para a restauração do sistema tributário anterior, Selden e sua história mostravam como a própria igreja reconhecia, em um passado nem tão distante, outro arranjo entre leigos e clérigos e, sobretudo, que o desmantelamento desse sistema de relação foi feito de modo reprovável e em favor do poder papal.

Essas discontinuidades e complexificações da história dos dízimos impunham à Igreja da Inglaterra e à Coroa a urgência de responder a *Historie of Tithes* – e não apenas de cercear a publicação e a circulação do livro. Todavia, do mesmo jeito que a intencionalidade de Selden não basta para explicar a constituição de *Historie of Tithes* enquanto uma obra propriamente, o desgosto que a história dos dízimos de Selden causava no monarca, no seu favorito na corte, ou na autoridade episcopal não determinava por si só os contornos materiais e intelectuais das respostas que foram direcionadas ao livro de Selden. Ainda que textos úteis aos poderosos encontrassem caminho facilitado para a tipografia enquanto outros permanecessem em formato de manuscrito porque lhes desagradavam, os livros não eram simples espelhos da vontade política. A fixação na intencionalidade desse ou daquele autor e nos poderosos de determinado momento parece dizer mais sobre a noção contemporânea de obra e autoria do que sobre os elementos e dinâmicas da cultura letrada na Idade Moderna.

Para além de qualquer agenda política secreta que Selden pudesse ter ou daquilo que desejavam as autoridades ligadas à Coroa e à Igreja da Inglaterra, a controvérsia em torno de *Historie of Tithes* traz à tona a interação agonística entre os letrados modernos. Essa interação se opunha, em certa medida, à colaboração ensejada entre os antiquários por meio do colecionismo e estabelecia limites para a erudição e a república das letras. A controvérsia foi, enfim, o objeto do quarto e último capítulo da tese. Ele encerra o movimento argumentativo do trabalho ao investigar tanto a recepção de *Historie of Tithes* e do fazer historiográfico de Selden quanto os elementos e dinâmicas que estruturavam a disputa no interior da cultura letrada moderna.

A partir da história dos dízimos de Selden, tornou-se evidente que naquele contexto intelectual e histórico a polêmica era uma expectativa que, a todo momento, rondava o ato de um letrado compor o seu texto, o dia a dia daqueles encarregados da censura, o negócio dos livreiros e impressores, o interesse do público letrado, e o engajamento das facções políticas. Essa expectativa polêmica se cristalizava na forma de um estado de controvérsia quando eram, de fato, redigidas, publicadas e circuladas respostas e réplicas a algum texto inicial, de modo a estabelecer um confronto entre determinadas ideias, argumentos e sujeitos particulares. No caso da obra de Selden, o estado de controvérsia foi instituído efetivamente quando o poder político patrocinou uma investida letrada contra *Historie of Tithes*, insatisfeito apenas com a retratação de Selden por ter publicado o livro. O perigo que a autoridade censora desejava evitar por meio da paralisação da impressão de *Historie of Tithes* converteu-se em oportunidade para que determinados letrados oferecessem seus nomes, habilidades e argumentos para a defesa da ordem político-religiosa da Inglaterra.

O quarto capítulo reuniu e abordou as respostas de seis letrados à história dos dízimos de Selden, assim como as réplicas que o autor escreveu contra dois desses adversários. A partir desse conjunto de letrados e discursos buscou-se tanto examinar a recepção da história dos dízimos de Selden quanto propor uma abordagem para as controvérsias intelectuais, evitando tratar, por um lado, a disputa sobre os dízimos como simples desdobramento da vontade dos poderosos e, por outro, aventurando-se na controvérsia para além do plano argumentativo. A controvérsia que se formou com a publicação de *Historie of Tithes* ocorreu entre 1619 e 1627 e envolveu, além de Selden, os seguintes letrados: Sir James Sempil, Richard Tillesley, Richard Montagu, William Sclater, Stephen Nettles e Richard Perrot. As origens e motivações desses sujeitos sugerem um quadro mais complexo do que a orquestração palaciana de uma espécie de campanha contra Selden. Ainda que houvesse um comando por parte da autoridade política para que Selden fosse refutado publicamente, essa vontade precisou ser traduzida nos elementos e dinâmicas da cultura letrada. Os adversários de Selden apresentaram respostas diferentes entre si, adotaram estratégias particulares de discurso e análise, e deram ênfase em aspectos da história dos dízimos que nem sempre coincidiam. A vontade política precisava ser reelaborada na forma de argumento, discurso e persuasão para assim adentrar o espaço da controvérsia e contestar o renome de Selden e a consistência de sua obra.

A controvérsia foi entendida como espaço e ocasião para a interação agonística entre letrados e que entrelaçava a disputa política à atividade intelectual. Nesse entrelaçamento, o comando da autoridade política e os interesses materiais e mais imediatos dos participantes teriam o seu peso, mas não determinavam a ritualística do embate. Buscou-se demonstrar, ao longo do capítulo, que a controvérsia era dotada de um substrato simbólico que conferia certa dinâmica e ritualística à troca discursiva e argumentativa. No caso da controvérsia dos dízimos, ainda que os três primeiros letrados a confrontar Selden contassem com o apoio do poder instituído, respostas a Selden foram publicadas depois de 1621, quando foram publicadas as *Diatribae* de Richard Montagu, que deveriam ser a palavra final da disputa. Três outros livros surgiram depois dessa publicação, quando as autoridades políticas mais importantes do reino pareciam já não ter mais interesse no assunto. Nota-se também os limites do poder político para ditar a controvérsia quando se lembra que o próprio Selden se viu compelido, por algum tempo, a responder aos adversários em formato manuscrito, testando a interdição posta sobre ele por ordem das autoridades. Existia, portanto, alguma lógica que mobilizava os letrados para o confronto e que escapava da intencionalidade mais imediata.

O capítulo final se aproxima assim dos dois primeiros capítulos da tese ao explorar o substrato honorífico das disputas letradas na Idade Moderna. Tanto para Selden quanto para seus adversários estava em jogo a aquisição ou defesa de prestígio e, não menos importante, a retribuição de algum favor real ou esperado por parte dos patronos aos quais se ligavam. Selden se enfurecia com esse estado de coisas porque, mesmo tendo a reputação atacada, via-se privado dos meios mais efetivos (isto é, da prensa) para defender todo o prestígio que acumulava e que, no dia a dia, abria para ele as portas da casa e das coleções dos amigos da república das letras. Enquanto isso, os adversários dele se aproveitavam da ocasião da controvérsia para agradar ou agradecer seus patronos, bem como para exibir seus recursos, suas habilidades, compromissos e a notoriedade do próprio caráter para os letrados em geral. Um desses adversários, Richard Montagu, provou-se inclusive um polemista habilidoso e a controvérsia dos dízimos figurou para ele como o ponto de partida de certa fama literária. Esse substrato honorífico atravessava todos os letrados envolvidos na controvérsia, motivando suas ações e, o mais importante, a transposição da disputa política para o registro letrado e erudito.

Esse substrato honorífico que atravessava letrados em posições opostas organizava-se, no estado de controvérsia, na forma tanto de um julgamento quanto de um

combate. Essa interação agonística entre letrados retirava parte de sua dinâmica dos tribunais: a oposição entre o acusador e o réu; uma sequência convencionada dos atos discursivos, constituída por ofensa, resposta, réplica e, eventualmente, tréplica; também a necessidade de produção de provas e avaliação da qualidade delas; e, não menos importante, o apelo ao júri enquanto última instância de decisão e veredito. Outra parte da dinâmica da controvérsia vinha do combate físico ou, de maneira mais qualificada, do duelo: o uso de um vocabulário violento e performático da atividade militar; o decoro esperado daqueles envolvidos na peleja, o qual previa certa relutância inicial ao confronto, mas também o empenho de travá-lo em nome da justiça; o tensionamento entre a paridade de armas e a utilização dos amigos e da ostentação como armas de dissuasão; e, por fim, o lugar central ocupado pelo magistrado na definição do lugar, do momento e do vitorioso do combate. Assim sendo, a controvérsia entrelaçava o trabalho intelectual de produção de provas, convencimento e estabelecimento convencionado de verdades à gestão da honra dos participantes e se mostrava capaz de agregar ao embate o peso simbólico dos amigos e patronos dos combatentes.

Apesar da vinculação aos julgamentos e duelos, a controvérsia assumia uma dinâmica menos definida do que essas formas de confrontação. No estado de controvérsia, as partes em litígio não sabiam sob qual jurisdição estavam, de modo que se misturavam a ritualística observada na *common law* e nos tribunais da cavalaria, com apelos por parte dos letrados ora à modéstia e ao júri, ora à pompa e ao magistrado. Ora se assemelhando aos ritos de uma ou outra corte de justiça, ora se aproximando da jocosidade dos exercícios argumentativos ou do fervor violento do combate, a dinâmica transitória da controvérsia desdobrava-se naquilo que foi observado por Leibniz e que o filósofo seiscentista buscava solucionar: as controvérsias não chegavam a uma solução racional e acabavam sendo dissolvidas ou por causa do cansaço e desinteresse das partes em confronto ou pelo poder coercitivo do magistrado.

Foi o que ocorreu na controvérsia dos dízimos. Não houve (e não costuma haver) uma decisão formal sobre quem foi o vencedor de um combate intelectual. Por um lado, Selden se provou um sucesso de vendas e, apesar do revés que amargou por causa da publicação, sua trajetória se manteve em um curso ascendente e a controvérsia parecer ter gerado os dividendos necessários para uma carreira política. Por outro, ele foi obrigado a reconhecer publicamente o erro de publicar a sua obra, tendo sido impedido logo depois de responder à altura aos adversários que o ofendiam na lealdade à ordem instituída e na

condição de erudito que desfrutava na república das letras. Foram esses adversários que ficaram com a última palavra na imprensa e, nem quando as circunstâncias lhe eram mais oportunas, Selden voltou à questão dos dízimos. Também a autoridade política se veria numa situação ambígua. Ao mesmo tempo em que era capaz de promover uma ofensiva contra a história dos dízimos de Selden e negar a ele a paridade das armas na disputa, o estado de controvérsia não se desfez quando a autoridade política julgou oportuno. Surgiram outras três respostas a Selden que, movidas por interesses e patronatos locais, evidenciavam a circulação e o enraizamento de *Historie of Tithes* nos condados ingleses. E mesmo no final do século XVII, em meio às turbulências políticas do reinado de Carlos II, a impressão anônima de *Historie of Tithes* ensejaria a oportunidade para que outro letrado, Thomas Comber, saísse em defesa dos dízimos. Já no que diz respeito ao público letrado, ele encarnava o júri na disputa e se mostrou curioso em relação ao livro de Selden, conferindo a ele o prestígio da erudição, nem por isso menos suspeito da ortodoxia religiosa do autor.

Essa indefinição dos parâmetros e agentes que determinariam a vitória em uma controvérsia produzia um embate argumentativo feroz no qual, além do ataque ou defesa dessa ou daquela tese, era estratégico contestar o pertencimento do oponente ao rol daqueles que estariam autorizados a debater a matéria em questão. Na controvérsia dos dízimos, a erudição de Selden e o seu fazer intelectual e historiográfico tornavam-se atributos ambíguos. Ao longo da tese, a coleção, o sincronismo e a erudição aparecem como atributos distintivos de Selden que revelavam a sua trajetória intelectual ascendente e possibilitavam o tipo de fazer historiográfico que lhe consagrava entre os letrados dentro e fora da Inglaterra. O autor se valia desses atributos para abordar os dízimos e propor uma história antiquária deles que fosse útil aos interessados no assunto e rentável ao renome do próprio Selden. Todavia, esse fazer intelectual de Selden era contestado pelos seus adversários dentro de uma perspectiva moralizadora. Isso não significa que os oponentes de Selden carecessem de argumentos contra *Historie of Tithes* e o seu autor, mas que os valores desempenhavam um papel relevante em meio ao embate argumentativo. A erudição antiquária de Selden e a sua história dos dízimos eram coisas dignas de respeito e reconhecimento, mas não deixavam de ser perigosas. Toda aquela distinção adquirida por Selden por meio de suas obras e dos amigos se tornava, na mão dos adversários, num ônus moral e político. O trabalho erudito fazia dele alguém orgulhoso, impermeável a qualquer crítica, e que se via desobrigado a respeitar divisões

epistemológicas e corporativas convencionadas na cultura letrada. Selden não se comportaria com a humildade e a deferência apropriadas a um letrado de boa fé e, mais do que isso, a sua história dos dízimos traria implicações políticas mais ou menos ocultas e uma maneira de produzir saber que contrariava a ordem pública. Nas respostas ao tratamento de Selden para o episódio de Abraão e Melquisedec e a descoberta das consagrações arbitrárias, os oponentes do autor se mostravam bastante incomodados e preocupados com a valorização de textos e conjecturas em detrimento da autoridade do livro sagrado e das opiniões canônicas, a ênfase no particular e no descontínuo em prejuízo da continuidade genérica da obrigação de se pagar os dízimos e, não menos importante, do abandono do tempo tipológico por um tempo histórico literal que retirava a exemplaridade, as conexões profundas e os significados dos personagens e eventos de outrora. A erudição antiquária de Selden e o tratamento dado aos dízimos dentro desses conformes seriam prejudiciais tanto a ele quanto aos demais letrados. E a saída para isso, para os adversários de Selden, era levantar suspeitas sobre as intenções do autor, as implicações da obra para com a política e, não menos importante, a respeito daquelas operações e expedientes eruditos que lhe conferiam posição de prestígio na república das letras. Nesse estado de controvérsia, Selden era ameaçado no pertencimento que cultivava cotidianamente ao meio letrado e antes de qualquer tese que tivesse sobre os dízimos, via-se contestado naquilo que lhe era mais precioso, no seu fazer intelectual e historiográfico.

Era no seu fazer que Selden produzia admiração, temor e pertencimento entre os contemporâneos. E foi por meio da erudição histórica que ele se tornou objeto de memória e celebração em seletos ambientes letrados. Mais do que pela opinião que tinha sobre os dízimos ou pelo uso que fazia de um neologismo da cronologia, Selden se coloca, até hoje, como uma figura ilustre ao pensamento em razão daquilo que revela no seu fazer, isto é, que qualquer conceito de história ou sensibilidade sobre o passado arrasta e se agarra às condições materiais, sociais e às disputas efetivamente postas aos letrados e intelectuais.

Bibliografia

1. Bases de Dados e Obras de Referência

A Cambridge Alumni Database. University of Cambridge, <https://venn.lib.cam.ac.uk/>

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2006.

Dictionary of National Biography. Oxford University Press. <https://www.oxforddnb.com/>

Early English Books Online. ProQuest. <https://www.proquest.com/eebo>

Early Modern Letters Online, editado por Howard Hotson e Miranda Lewis. University of Oxford. <http://emlo.bodleian.ox.ac.uk>

English Short Title Catalog. British Library. <http://estc.bl.uk/>

Google Books. Google. <https://books.google.com/>

JSTOR. Ithaka. <https://www.jstor.org/>

Lexicons of Early Modern English, editado por Ian Lancashire. University of Toronto Press. <http://leme.library.utoronto.ca>

Macray, William Dunn. *Annals of the Bodleian Library*. London, Oxford, Cambridge: Rivingtons, 1868, 1890.

Oxford English Dictionary. Oxford University Press. <https://www.oed.com/>

Plomer, Henry. *Dictionary of printers and booksellers 1557-1640*, editado por R. B. McKerrow. 3 vols. London: Bibliographical Society, 1910.

Stationers' Register Online. University of Glasgow. <https://stationersregister.online/>

Worldcat. OCLC. <https://www.worldcat.org/>

2. Fontes

2.1. Textos de Selden

Selden, John. "A letter to the Marquess of Buckingham", in *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia*, organizado por David Wilkins, 3: 1393-6. 3 vols. London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726.

Selden, John. "A reply to Dr. Tillesley's Animadversions upon the History of Tythes". In *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia*, organizado por David Wilkins, 3: 1365-86. 3 vols. London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726.

Selden, John. "An admonition to the reader of sir James Sempil's Appendix". In *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia*, organizado por David Wilkins, 3: 1345-1364. 3 vols. London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726.

Selden, John. "Dissertatio de decimis". In *Mosis propheatae libri quinque*, traduzido e comentado por Jean Le Clerc. Amstelaedami: Apud J. Weststenium & G. Smith, 1735.

Selden, John. "Of my purpose and end in writing the History of Tythes". In *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia*, organizado por David Wilkins, 3: 1451-8. 3 vols. London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726.

Selden, John. "The correspondence of John Selden (1584-1654)", transcrição por Gerald J. Toomer. In *Early Modern Letters Online*, editado por Howard Hotson e Miranda Lewis. University of Oxford. <http://emlo.bodleian.ox.ac.uk/blog/wp-content/uploads/2015/01/selden-correspondence.pdf>.

Selden, John. "Tracts written by order of King James". In *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia*, organizado por David Wilkins, 3: 1397-1458. 3 vols. London: Printed by T. Wood for J. Walthoe et al., 1726.

Selden, John. *Analecton anglobritannicon*. Francofurti: Officina Paltheniana, 1615.

Selden, John. *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia: tam edita quam inedita*, organizado por David Wilkins. 3 vols. Londini: J. Walthoe, G. Conyers, J. Knapton et al., 1726.

Selden, John. *Marmora arundelliana*. Londini: Typis & impensis Guilielmi Stanesbeij, 1628.

Selden, John. *MS Selden Supra 108-109*. Oxford: Bodleian Library.

Selden, John. *MS Selden Supra 110*. Oxford: Bodleian Library.

Selden, John. *MS Selden Supra 111*. Oxford: Bodleian Library.

Selden, John. *MS Selden Supra 123*. Oxford: Bodleian Library.

Selden, John. *Of the dominion or ownership of the sea*, tradução de Marchamont Nedham. London: Printed by William Du-Gard, 1652.

Selden, John. *Of the judicature in parliaments* (London: Printed for Joseph Lawson, 1681).

Selden, John. *Table talk*, com prefácio e notas de Samuel W. Singer. London: William Pickering, 1847.

Selden, John. *Table talk*, editado por Edward Arber. London: s.ed., 1868.

Selden, John. *Table talk*, editado por Frederick Pollock. London: Quaritch, 1927.

- Selden, John. *Table talk*. London: Printed for E. Jeffery, 1789.
- Selden, John. *Table talk*. London: Printed for E. Smith, 1689.
- Selden, John. *Table talk*. London: Printed for Joseph White, 1786.
- Selden, John. *Table talk*. London: Printed for W. Otridge and Son, R. Faulder, J Cuthell et al, [1798].
- Selden, John. *The duello*. London: Printed by G.E. for I Helme, 1610.
- Selden, John. *The historie of tithes*. London: s.ed., 1618.
- Selden, John. *The priviledges of the baronage of England* (London: Printed by T. Badger, 1642).
- Selden, John. *The reverse or back-face of the English Janus*, tradução de Redman Westcot [Adam Littleton]. London: Printed for Thomas Basset and Richard Chiswell, 1682.
- Selden, John. *Theanthropos or God made Man*. London: Printed by J.G., 1661.
- Selden, John. *Titles of honor*. London: by William Stansby for John Helme, 1614.
- Selden, John. *Vindiciae secundum integritatem existimationis suae per convitium de scriptore Maris Clausi petulantissimum mendacissimumque insolentius laesae in Vindiciis Maris Liberi adversus Petrum Baptistam Burgum ligustici maritimi dominii assertorem Hagae comitum jam nunc emissis*. London: Cornelium Bee, 1652.

2.2. Títulos em Geral

- “Proposals by the Executors of John Selden Esq. touching the setting of the Bookes of the said John Selden”. In *MS Selden Supra 110*, f. 60-1. Oxford: Bodleian Library, 1659.
- “Table-talk i. e. Colloquia Mensalia Jani Seldeni armigeri”. *Actorum Eruditorum Supplementa 1*, 426-429. Lipsiae: Joh. Grossi Haeredes & J. F. Gleditschium, 1692.
- Aubrey, John. *Brief Lives chiefly of contemporaries set down by John Aubrey between the year 1669 & 1696*, editado por Andrew Clark. 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 1898.
- Bacon, Francis. *O progresso do conhecimento*, tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 2007.
- Bacon, Francis. *Of the proficience and advancement of learning: divine and humane*. London: Printed for Henrie Tomes, 1605.
- Bacon, Nathaniel. *An historical and political discourse of the laws and government of England*. London: Printed for John Starkley, 1689.
- Bacon, Nathaniel. *The continuation of an Historical discourse of the government of England*. London: Printed for Thomas Roycroft, 1651.

Bailie, Robert. *Letters and Journals of Robert Bailie*. Vol. 3. Edinburgh: Printed for Robert Ogle, 1841.

Barlow, Thomas. *Bishop Barlow's state of the case whether any books may be lent out Sir. Thomas Bodley Library occasioned by Mr. Selden's soliciting the university certain MSS out of it*. s.l: s.ed., 1670.

Baxter, Richard. *Additional notes on the life and death of Sir Matthew Hale the late universally honoured and loved lord chief justice of the Kings Bench*. London: Printed for Richard Janeway in Queens-head Alley in Pater-noster-Row, 1682.

Baxter, Richard. *Reliquiae Baxterianae: or Mr. Richard Baxters narrative of the most memorable passages of his life and times*. London: Printed for T. Parkhurst, J. Robinson, J. Lawrence, e J. Dunton, 1696.

Beda. *Bedaе Anglosaxonis Presbyteri operum*. Vol. 8. Coloniae Agrippinae [Köln]: Antonii Hierati e Joanni Gymnici, 1612.

Berkeley, George. *Historical applications and occasional meditations upon several subjects*. London: Printed by J. Macock for R. Royston, 1670.

Bibliotheca Seldeniana: seu catalogus librorum doctissimi et qua patet orbis christianus suo merito clarissimi Jo Selden. Cambridge, Massachussets: Houghton Library, 1659.
[https://iif.harvard.edu/manifests/view/drs:49613789\\$1j](https://iif.harvard.edu/manifests/view/drs:49613789$1j)

Birkenhead, John. *The assembly-man*. London: Printed for Richard Marriot, 1663.

Blundeville, Thomas, *The true order and methode of writing and reading hystories &c*. London: imprinted by William Seres, 1574.

Bodin, Jean. *Method for the easy comprehension of history*, tradução de Beatrice Reynolds. New York: W. W. Norton & Company, 1969.

Bolton, Edmund. "Hypercritica: or rule of judgement for writing or reading our histories". In *The arte of English Poesie &c*, editado por Joseph Haslewood, 223-54. London: Printed by T. Bensley, 1815.

Burnet, Gilbert. *The life and death of sir. Matthew Halle*. London: Printed for William Shrowsbery, 1681.

Capela, Marciano. *Martianus Capela and the seven liberal arts: the marriage of Philology and Mercury*, tradução de William Harry Stahl. Vol. 2. New York: Columbia University Press, 1977.

Carleton, George. *Tithes examined and proved to bee due to the clergy by a divine right*. London: T. Este for Clement Knight, 1606.

Clark, William. *Decimarum et oblationum tabula: a tithing table*. London: Printed by Thomas Purfoot, 1610.

Cleveland, John. *The character of London diurnall: with several select poems*. S.l: s.ed., 1647.

Cosin, John. *The correspondence of John Cosin*. Vol. 1. London, Edinburgh: Published for the Society of Surtees, 1869.

Cotton, Robert. *Cottoni posthuma: divers choice pieces of that renowned antiquary Sir Robert Cotton*, organizado por James Howell. London: Printed by Francis Leach, 1651.

Cowell, John. *The interpreter or booke containing the signification of words*. Cambridge: Printed by John Legate, 1607.

Dingley, Thomas. *History from marble: compiled in the reign of Charles II*. Vol. 3. London: Camden Society, 1868.

Drayton, Michael. *Poly-olbion*. London: Printed by Humphrey Lownes, 1612.

Dubourdieu, John. *An historical dissertation upon the Thebean Legion*. London: Printed for R. Bentley, 1696.

Forster, Mary. *These several papers was sent to the Parliament the twentieth day of the fifth moneth 1659*. London: Printed for Mary Westwood, 1659.

Fox, George. *A primer for the schollers and doctors of Europe*. London: Printed for Thomas Simmons, 1659.

Fuller, Thomas. *The church history of Britain*. London: Printed for John Williams, 1656.

Fuller, Thomas. *The history of the worthies of England*. London: J. G. W. L. and W. G. for Thomas Williams, 1662.

Fuller, Thomas. *The holy state*. Cambridge: Printed by R.D, 1642.

Gillespie, George. *The works of Mr. George Gillespie*. Vol. 1. Edinburgh: Robert Ogle, 1846.

Greaves, John. *Pyramidographia or a description of the pyramids in Aegypt*. London: Printed for George Badger, 1646.

Gregory, John. *Gregorii posthuma: or certain learned tracts written by John Gregorie*. London: Printed by William Du-Gard, 1649.

Harvey, John. *A discoursiue probleme concerning prophetes*. London: Printed by John Jackson, 1588.

Harvey, Richard. *Philadelphus or a defence of Brutes and the Brutans history*. London: Printed by John Wolfe, 1593.

Hearne, Thomas, ed. *A collection of curious discourses written by eminent antiquaries*. Vol. 1. London: Printed for T. Ewans, 1773.

Hearne, Thomas. "A project touching a petition to be exhibited unto her majesty Queen Elizabeth for the erecting of a library and an academy for the study of antiquities and history". In *A collection of curious discourses written by eminent antiquaries* de Thomas Hearne, 2: 324-6. 2 vols. London: Printed by and for W. and J. Richardson, 1771.

Hearne, Thomas. *Ductor historicus: or a short system of universal history and an introduction to the study of that science*. London: Printed for Tim. Childe, 1698.

Heylyn, Peter. *Aerius redivivus or the history of the Presbyterians*. Oxford: Printed for Jo. Crosley, 1670.

Hobbes, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*, tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Holyday, Barten. *Decimus Junius Juvenalis and Aulus Persius Flaccus translated and illustrated as well with sculpture as notes*. London: Printed by W. Downing, 1673.

Leibniz, G.W. *The art of controversies*, editado e traduzido por Marcelo Dascal. Dordrecht: Springer, 2006.

Lightfoot, John. *Some genuine remains of the late and learned John Lightfoot*. London: Printed for J. Robinson, 1700.

Lightfoot, John. *The whole works of the Rev. John Lightfoot*. 13 vols. London: Printed by J. F. Dove, 1824.

Lisle, William. *Saxon treatise concerning the Old and New Testament*. London: Printed by John Hauiland, 1623.

Lloyd, David. *Fair warnings to a careless world*. London: Printed for Samuel Speed, 1665.

Mede, Joseph. *The key of the Revelation searched and demonstrated out of the naturall and proper charecters of the visions*. London: by R.B., 1643.

Mercurius Aulicus: communicating the intelligence and affaires of the court to the rest of the kingdome 13th weeke. s.l: s.ed., jul. 23 1643.

Mercurius Politicus: comprising the sum of all intelligence with the affairs and designe now on foot in the three nations of England, Scotland and Ireland number 234. s.l: s.ed., nov. 30 – dez. 7 1654.

Montagu, Richard. *Diatribae upon the first part of the late History of Tithes*. London: Printed by Felix Kyngston, 1621.

Naudé, Gabriel. *The history of magick*. London: Printed for John Streater, 1657.

Nettles, Stephen, *An answer to the Jewish part of Mr Selden's History of Tithes*. Oxford: Printed by John Lichfield e William Turner, 1625.

Notes and Queries 8 set. 7 1895. London: John Francis, 1895.

Peacham, Henry. *The compleat gentleman: fashioning him absolute in the most necessary and commendable qualities concerning minde and body that may be required in a noble gentleman*. London: Printed for Francis Constable, 1634.

Perrot, Richard. *Jacobs vowe or the true historie of tithes*. Cambridge: Printed by Thomas Bucke e John Bucke, 1627.

Ridley, Thomas. *A view of the ecclesiastical law and wherein the practice of them is streitned and may be relieved within this Land*. London: Printed for the Company of Stationers, 1607.

Rushworth, John. *Historical collections of private passages of State weighty matters of law remarkable proceedings in five parliaments*. London: Printed by Tho. Newcomb, 1659.

Sclater, William. *The question of tythes revised*. London: Printed by John Legatt, 1623.

Sempill, James. *Sacrededge sacredly handled*. London: Printed by William Jones, 1619.

Seward, William. *Anedoctes of some distinguished persons*. 2 vols. London: T. Cadell, 1795.

Seward, William. *Biographiana*. 2 vols. London: Printed for J. Johnson, 1799.

Sheppard, Samuel. *Epigrams theological, philosophical, and romantick*. London: Printed for Thomas Bucknell, 1651.

Smith, John. *The mysterie of rhetorique unveil'd wherein above 130 the tropes and figures are severally derived from the Greek into English*. London: Printed by E. Cotes, 1665.

Smith, Thomas. *Catalogus librorum manuscriptorum Bibliothecae Cottonianae*. Oxonii: Theatro Sheldoniano, 1696.

Spelman, Henry. *De non temerandis ecclesiis*. London: Printed by John Beale, 1613.

Stanley, Thomas. *The history of philosophy*. London: Printed for Humphrey Moseley and Thomas Dring, 1656.

Starkey, George. *Via ad vitam being a short and sure vway to a long life or Helmont justified and the excellency of chymicall medicaments*. London: Printed by Richard Hall, 1661.

Sybthorpe, Robert. *Apostolike obedience*. London: Printed by Miles Flesher, 1627.

Thaddaeus, Joannes. *The reconciler of the Bible*. London: Printed for Simon Miller, 1655.

The husbandmans plea against tithes: or two petitions presented unto the House of Commons Assembled in Parliament by divers freeholders and other freemen of the county of Hertfordshire with the parts adjacent of Bedford and Buckinghamshire for the taking away of tithes. London: s.ed., 1647.

Thomas Blount, *Glossographia or a dictionary interpreting all such hard words whatsoever language now used in our refined English tongue*. London: Printed by Tho. Newcomb, 1661.

Thomas Cisterciensis. "Commentarium in Cantica". In *Patrologiae cursus completus*, organizado por Jacques-Paul Migne. Vol. 206. Paris: J.P. Migne, 1855.

Tillesley, Richard. *An answer to M. Seldens unprinted pamphlet against the Animadversions upon the Historie of Tythes*. London: Printed by Arthur Johnson, 1621.

Tillesley, Richard. *Animadversions upon M. Seldens History of Tithes and his Review thereof*. London: Printed by John Bill, 1619.

Tillesley, Richard. *Animadversions upon M. Seldens History of Tithes and his Review thereof*. London: Printed by N. Okes for Arthur Johnson, 1621.

Ussher, James. *The annals of the world*. London: Printed by E. Tyler, 1658.

Vincent, Augustine. *A discoverie of errors in the first edition of the Catalogue of Nobility*. London: Printed by William Jaggard, 1622.

Virgílio. *The works of Virgil containing his Pastorals, Georgics and Aeneis*, tradução por John Dryden. London: Printed for Jacob Tonson, 1697.

Wake, Isaac. *Divine meditations written by an honourable person*. London: Printed by T. Badger, 1641.

Wheare, Degory. *The method and order of reading both civil and ecclesiastical histories*. London: Printed by M. Flesher, 1685.

Whitelocke, Bulstrode. *Memorials of the English affairs or An historical account*. London: Printed for Nathaniel Ponder, 1682.

Wood, Anthony. *Athenae Oxonienses: a new edition, with additions, and a continuation*, editado por Philip Bliss. 3 vols. London: Printed for F. C. and J. Rivington, Lackington, Hughes, Harding, Mavor and Jones et al., 1813-17.

Wood, Anthony. *Athenae Oxonienses: an exact history of all the writers and bishops who have their education in the most ancient and famous university of Oxford*. 2 vols. London: Printed for Tho. Bennet, 1691-2.

Wood, Anthony. *The life and times of Anthony Wood antiquary of Oxford 1632-1695 described by himself*, editado por Andrew Clark. Oxford: Printed for the Oxford Historical Society at the Clarendon Press, 1891.

3. Bibliografia

3.1. Sobre Selden

“Selden, John”. In *Biographia Britannica: or the lives of the most eminent persons who have flourished in Great Britain and Ireland*, 3: 3605-24. 6 vols. London: Printed for J. Walthoe, T. Osbourne, H. Whitridge et al, 1763.

“The life of John Selden”, in *Table talk* de John Selden, v-xii. London: Printed for E. Jeffery, 1789.

"The life of John Selden". In *Table talk* de John Selden, v-xii. London: Printed for Joseph White, 1786.

Aikin, John. *The lives of John Selden esq. and Archbishop Usher: with notices of the principal English men of letters with whom they were connected*. London: Mathews and Leigh, 1812.

Barbour, Reid. *John Selden: measures of the holy commonwealth in seventeenth-century England*. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

Barratt, D. M. "The library of John Selden and its later history". *Bodleian Library Record* 3 (1950-1): 128-42, 208-13, 256-74.

Berkowitz, David S. "Projects for a biography and edition of John Selden's works 1654-1766". *Quaerendo* 4 (1974): 247-57.

Berkowitz, David S. *John Selden's formative years: politics and society in early seventeenth-century England*. Washington: The Folger Shakespeare Library, 1988.

Bershadsky, Edith. "Politics, erudition and ecclesiology: John Selden's *Historie of Tithes* and its contexts ramifications". Tese, John Hopkins University, 1993.

Brook, Timothy. *Mr Selden's Map of China*. Toronto: Anansi Press, 2013.

Christianson, Paul. "Selden, John (1584-1654)". In *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2008. <https://doi.org/10.1093/ref:odnb/25052>

Christianson, Paul. "Young John Selden and the Ancient Constitution ca. 1610-18". *Proceedings of the American Philosophical Society* 128, n. 4 (1984): 271-315.

Christianson, Paul. *Discourse on history, law, and governance in the public career of John Selden 1610-1635*. Toronto: University of Toronto Press, 1996.

Feingold, Mordechai. "John Selden and the nature of seventeenth-century science". In *In the presence of the past: essays in honor of Frank Manuel*, editado por Richard Bienvenu e Mordechai Feingold, 55-78. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 1991.

Fry, Edward. "Selden, John". In *Dictionary of National Biography*. Vol 17, 1150-62. Oxford: Oxford University Press, 1917.

Gonçalves, Bruno Galeano de Oliveira. "A história como coleção de antiguidades: John Selden e a questão dos dízimos na Inglaterra". In *Cultura letrada no espaço euro-atlântico*, editado por Luís Filipe Silvério Lima e Marília de Azambuja Ribeiro Machel, 432-70. Recife: Editora da UFPE, 2022.

Grafton, Anthony. "Pandects of the Jews: a French and Swiss prelude to John Selden". In *Jewish books and their readers: aspects of the intellectual life of Christians and Jews in early modern Europe*, editado por Scott Mandelbrote e Joanna Weinberg, 169-88. Leiden: Brill, 2016.

Haivry, Ofir. *John Selden and the western political tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Hardy, Nicholas. "Impartiality and the early modern *ars critica*: the case of John Selden's *Historie of Tithes*". In *The emergence of impartiality*, organizado por Katryn Murphy e Anita Traninger, 289-303. Leiden, Boston: Brill, 2014.

Hazeltine, Harold D. "Selden as legal historian: a comment in criticism and appreciation I, IV". *Harvard Law Review* 24, n. 2-3 (1910-1911): 105-118, 205-219.

Herzog, Isaac. "John Selden and Jewish Law". *Journal of Comparative Legislation and International Law* 13, n. 4 (1931): 236-45.

Johnson, George W. *Memoirs of John Selden: and notices of the political contest during his time*. London: Orr and Smith, 1835.

Loncar, Kathleen. "John Selden's *History of Tithes*: a charter for the landlord?". *The Journal of Legal History* 11, n. 2 (1990): 218-38.

Mulsow, Martin. "John Selden in Germany: religion and natural law from Boecler to Buddeus (1665-1695)". In *For the sake of learning: essays in honor of Anthony Grafton*, editado por Ann Blair e Anja-Silvia Goeing, 286-308. Leiden: Brill, 2016.

Nevitt, Marcus. "John Selden among the quakers: antifeminism and the seventeenth-century tithes controversy". In *Literature, politics and law in Renaissance England*, editado por Erica Sheen e Lorna Hutson, 189-208. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

Rosenblatt, Jason P. *Renaissance England's chief rabbi: John Selden*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Singer, Samuel W. "Biographical preface". In *Table talk* de John Selden, v-cxxvi. London: William Pickering, 1847.

Sommerville, Johann P. "Hobbes, Selden, Grotius and seventeenth-century intellectual revolution in moral and political theory". In *Rhetoric and law in early modern Europe*, editado por Victoria Kahn e Lorna Hutson, 318-44. New Haven: Yale University Press, 2001.

Sommerville, Johann P. "John Selden, the law of nature, and the origins of government". *The Historical Journal* 27, n. 2 (1984): 437-47.

Toomer, Gerald J. "Selden's *Historie of Tithes*: genesis, publication and its aftermath". *Huntington Library Quarterly* 65, n. 3-4 (2002): 345-378.

Toomer, Gerald J. *John Selden: a life in scholarship*. 2 vols. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Tuck, Richard. "The ancient law of freedom: John Selden and the Civil War". In *Reactions to the English Civil War 1642-1649*, editado por John Morrill, 137-61. London: Palgrave Macmillan, 1982.

Wilkins, David. "Vita Joannis Seldeni jurisconsulti". In *Joannis Seldeni jurisconsulti opera omnia* de John Selden, 1: i-lvi. 3 vols. Londini: J. Walthoe, G. Conyers, J. Knapton et al., 1726.

Woolf, Daniel. "John Selden, John Borough and Francis Bacon's History of Henry VII". *Huntington Library Quarterly* 47, n. 1 (1984): 47-53.

Ziskind, Martha A. "John Selden: criticism and affirmation of the common law tradition". *The American Journal of Legal History* 19, n. 1 (1975): 22-39.

3.2. Títulos em Geral

Adams, Norma. "The judicial conflict over tithes". *The English Historical Review* 52, 205 (1937): 1-22.

Aston, Margaret. "English ruins and English territory: the Dissolution and the sense of the past". *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 36 (1973): 231-255.

Attar, Karen. *Directory of rare books and special collections in the United Kingdom and the Republic of Ireland*. London: CILIP, 2016.

Baker, J. H. "Common lawyers and the Inns of Court". In *The Cambridge History of libraries in Britain and Ireland: to 1640*, editado por Elisabeth Leedham-Green e Teresa Webber, 448-60. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Baliol College. *Annual Record*. Oxford: Balliol College, 2016.

Berry, William. *Pedigrees of the families in the county of Sussex*. London: Sherwood, Gilbert, Piper, 1830.

Blair, Ann. "Bibliotecas portáteis: as coletâneas de lugares-comuns na Renascença tardia". In *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*, organizado por Marc Baratin e Christian Jacob, 74-93. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

Bland, Mark. "Invisible dangers: censorship and subversion of authority in early modern England". *Bibliographical Society of America* 90, n. 2 (1996): 151-93.

Bland, Mark. "Stansby, William (1572-1638)". In *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2004. <https://doi.org/10.1093/ref:odnb/64163>

Bland, Mark. "The London book trade in 1600". In *A companion to Shakespeare*, editado por D. S. Kastan, 450-63. Oxford: Blackwell, 1999.

Bland, Mark. "William Stansby and the production of The Workes of Beniamin Jonson, 1615-16". *The Library* 20, n. 1 (mar 1998): 1-33.

Bodleian Library. "Selden, John 1584-1654". In *Rare books: named collection index*. https://libguides.bodleian.ox.ac.uk/rarebooks/named_collections

Bodleian Library. *The Bodleian Library in the 17th century: guide to an exhibition held during the festival of Britain*. Oxford: Bodleian Library, 1951.

Bouza, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

Burke, John; Burke, John Bernard. *A genealogical and heraldic history of the extinct and dormant baronetcies of England, Ireland, and Scotland*. London: John Russel Smith, 1844.

Burke, Peter. "A short history of distance". In *Rethinking historical distance*, editado por Mark S. Phillips, Barbara Caine e Julia Adeney Thomas, 21-33. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

Burke, Peter. "Context in context". *Common Knowledge* 8, n. 1 (2002): 152-177.

Burke, Peter. "Exemplarity and anti-exemplarity in Early Modern Europe". In *The Western time of ancient history*, editado por A. Lianeri, 48-59. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Burke, Peter. "Triumphs and poverties of anachronism". *Scientia Poetica* 10 (2006): 291-8

Burke, Peter. *O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag*, tradução de Renato Prelorentzou. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

Burke, Peter. *The Renaissance sense of the past*. London: Edward Arnold, 1969.

Capp, Bernard. *England's culture wars: puritan reformation and its enemies in the Interregnum 1649-1660*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Cattani, Adelino. "The right, duty and pleasure of debating in Western culture". In *Traditions of controversy*, editado por Marcelo Dascal e Han-liang Chang, 125-38. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

Cerqueira, André Sekkel; Megiani, Ana Paula Torres. "Como se escrevia a história no século XVII: o uso dos tratados espanhóis, italianos e franceses pelos historiadores portugueses". *Revista de História* 179 (2020): 1-32.

Clegg, Cyndia S. *Press and censorship in Caroline England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Clegg, Cyndia S. *Press censorship in Jacobean England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Cockburn, J. S. *A history of English assizes 1558-1714*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

Cunich, Peter. "The dissolutions and their aftermath". In *A companion to Tudor Britain*, editado por Robert Tittler e Norman Jones, 221-237. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

Curran Jr, Johan E. "The history never written: bards, druids, and the problem of antiquarianism in Poly Olbion". *Renaissance Quarterly* 51, n. 2 (1998): 498-525.

Dane, Joseph A. "Seized, burnt, and variant: bibliographical note on Nathaniel Bacon's 'An Historical Discourse of the Uniformity of the Government of England' 1672". *The Papers of the Bibliographical Society of America* 102, n. 1 (2008): 95-102.

Darnton, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Dascal, Marcelo. "Epistemologia, controvérsias e pragmática". *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência* 12 (1994): 73-98.

Davis, Natalie Zemon. *The gift in 16th century France*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2000.

De Grazia, Margreta. "Anachronism". In *Cultural reformations: medieval and renaissance in literary history*, editado por Brian Commings e James Simpson, 13-32. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Didi-Huberman, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*, tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

Febvre, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Findlen, Paula, ed. *Empires of knowledge: scientific networks in the early modern world*. London, New York: Routledge, 2019.

Findlen, Paula. *Possessing nature: museums, collecting, and scientific culture in early modern Italy*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996.

Fontes, Bruna Braga. "Manuscrito e impresso: as diferentes materialidades do texto de Fulke Greville". Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2021.

Fumaroli, Marc. *La République des lettres*. Paris: Gallimard, 2015.

Fussner, Franklin S. *The historical revolution: English historical writing and thought 1580-1640*. London: Routledge, 2010.

Gingras, Yves. "Please, don't let me be misunderstood: the role of argumentation in a sociology of academic misunderstandings". *Social Epistemology* 21, n. 4 (2007): 369-89.

Goldgar, Anne. *Impolite learning: conduct and community in the republic of letters 1680-1750*. New Haven, London: Yale University Press, 1995.

Gonçalves, Bruno Galeano de. "Os sentidos do anacronismo". *História da Historiografia* 15, n. 38 (2022): 285-314.

Grafton, Anthony. "Chronologies as collections". In *Collector's knowledge: what is kept what is discarded*, editado por Anja-Silvia Goeing, Anthony Grafton e Paul Michel, 145-62. Leiden, Boston: Brill, 2013.

Grafton, Anthony. "Como criar uma biblioteca humanista: o caso de Ferrara". *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*, org. Marc Baratin e Christian Jacob, 169-181. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

Grafton, Anthony. "Matthew Parker: the book as archive". *History of Humanities* 2, n. 1 (2017): 15-50.

Grafton, Anthony. *Joseph Scaliger: a study in the history of classical scholarship*. 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 2005.

Grafton, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

Grafton, Anthony. *What was history: the art of history in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Grafton, Anthony. *Worlds made of words: scholarship and community in the modern West*. Cambridge, Mass., London: Harvard University Press, 2009.

Hamlin, William M. *Tragedy and scepticism in Shakespeare's England*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

Hanß, Stefan. "The fetisch of accuracy". *Past and Present* 243, n. 1 (2019): 267-84.

Hardy, Nicholas. *Criticism and confession: the Bible in the seventeenth century republic of letters*. London: Oxford, Warburg Studies, 2017.

Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, tradução de Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva, Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Heal, Felicity. *The power of gifts: gift-exchange in Early Modern England*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Herbert, Paul. *Men and letters*. London, New York: John Lane, 1901.

Hill, Christopher. *O século das revoluções 1603-1714*, tradução de Alzira Vieira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Hoffman, John G. "Another side of 'Thorough': John Cosin and administration, discipline, and finance in the Church of England 1624-1644". *Albion* 13, n. 4 (1981): 347-63.

James, Margaret. "The political importance of the tithes controversy in the English Revolution 1640-60" *History* 26, n. 101 (1941): 1-18.

Jordheim, Helge. "Synchronizing the world: synchronism as historiographical practice then and now". *History of the Present* 7, n. 1 (2017): 59-95.

Kaufman, Lucy M. "Ecclesiastical improvements, lay impropriations and the building of a post-reformation church in England 1560-1600". *The Historical Journal* 58, 1 (2015): 1-23.

Kelley, Donald R. "Philology and History". In *The Oxford History of Historical Writing: 1400-1800*, editado por José Rabasa, Masayuki Sato, Edoardo Tortarolo e Daniel Woolf, 233-43. Vol 3. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Kelley, Donald R. *Faces of history: historical inquiry from Herodotus to Herder*. New Haven, London: Yale University Press, 1998.

Kettering, Sharon. "Gift-giving and patronage in early modern France". *French History* 2, n. 2 (1988): 131-51.

Kivistö, Sari. *Morality and knowledge at early modern universities*. Leiden: Brill, 2014.

Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006.

Koselleck, Reinhart; Meier, Christian; Günther, Horst; Engels, Odilo. *O conceito de história*, tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Landwehr, Achim; Winnerling, Tobias. "Chronisms: on the past and future of the relation of times", *Rethinking History* 23, n. 4 (2019): 435-55.

Lima, Luís Filipe Silvério. "A questão da autoria". In *Modernos em curso: escritos e imagens no tempo*, organizado por Rodrigo Bentes Monteiro, 95-155. Rio de Janeiro, Niterói: Ouro sobre Azul, Eduff, 2022.

Lima, Verônica Calsoni. "Edição e censura: a materialidade dos panfletos de sir Roger L'Estrange no início dos anos 1660". *Anais do Museu Paulista* 28 (2020): 1-50.

Lloyd, Geoffrey. "Towards a taxonomy of controversies and controversiality: ancient Greece and China". In *Traditions of controversy*, editado por Marcelo Dascal e Han-liang Chang, 3-15. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

Malpas, Jeff. "Topologies of History". *History and Theory* 58, n. 1 (2019): 3-22.

Mauss, Marcel. "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". In *Sociologia e antropologia* de Marcel Mauss, tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, 183-314.

Miller, Peter. "A tentative morphology of European antiquarianism 1500-200". In *World antiquarianism: comparative perspectives*, editado por Alain Schnapp, Lothar von Falkenhausen e Peter Miller, 67-87. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013.

Milton, Anthony. "Licensing, censorship, and religious orthodoxy in Early Stuart England". *The Historical Journal* 41, n. 3 (1998): 625-651.

Momigliano, Arnaldo. "História antiga e o antiquário", *Anos 90* 21, n. 39 (2014): 19-76.

Momigliano, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*, tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.

Morrison, Stuart. "Print, debate and the public sphere in the London tithes cause c. 1600-1650". Tese, University of Kent, 2018.

Müller-Oberhäuser, Gabriele. *Book gifts and cultural networks from the 14th to 16th century*. Münster: Rhema, 2019.

Newstok, Scott L. *Quoting death in early modern England: the poetics of epitaphs beyond the tomb*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

Nudler, Oscar, ed. *Controversy Spaces: a model of scientific and philosophical change*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2011.

Ovenden, Richard. "The libraries of antiquaries (c. 1580-1640) and the idea of a national collection". In *The Cambridge History of libraries in Britain and Ireland: to 1640*, editado por Elisabeth Leedham-Green e Teresa Webber, 527-61. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Panofsky, Erwin. *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*, tradução de Fernando Neves. Lisboa: Editorial Presença, ca 1960.

Parry, Graham. *The trophies of time: English antiquarians of the seventeenth century*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Philip, I. G.; Morgan, Paul. "Libraries, books, and printing". In *The History of the University of Oxford: 17th century Oxford*, editado por Nicholas Tyache, 659-85. Oxford: Clarendon Press, 2005.

Pimenta, João Paulo. *O livro do tempo: uma história social*. São Paulo: Editora 70, 2021.

Pocock, John G. A. *Linguagens do ideário político*, tradução de Fábio Fernandez e organização de Sérgio Miceli. São Paulo: EDUSP, 2003.

Pomian, Krzysztof. *Collectors and curiosities: Paris and Venice 1500-1800*, tradução de Elizabeth Wiles-Portier. Oxford: Polity Press, 1990.

Poole, Kristen; Williams, Owen, ed. *Early modern histories of time: the periodizations of 16-17th centuries England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

Popkin, Richard. *The history of skepticism: from Savonarola to Bayle*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Porchat, Oswaldo Pereira. *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

Rancière, Jacques. "O conceito de anacronismo e a verdade do historiador". In *História, verdade e tempo*, organizado por Marlon Salomon, 21-49. Chapecó: Argos, 2011.

Roberts, Julian. "Extending the frontiers: scholar collectors". In *The Cambridge History of libraries in Britain and Ireland: to 1640*, editado por Elisabeth Leedham-Green e Teresa Webber, 292-321. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Rood, Tim; Atack, Carol; Philips, Tom. *Anachronism and antiquity*. London: Bloomsbury Academic, 2020.

- Rosenberg, Daniel; Grafton, Anthony. *Cartographies of time*. New York: Princeton Architectural Press, 2010.
- Rossi, Paolo. *Esperanças*, tradução de Cristina Sarteschi. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- Rossi, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*, tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- Schiffman, Zachary S. *The birth of the past*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011.
- Schoeck, R. J. "The Elizabethan Society of Antiquaries and men of law". *Notes and Queries* (1954): 417-21.
- Schoeck, R. J. "The libraries of common lawyers in Renaissance England: some notes and a provisional list". *Manuscripta* 6, n. 3 (1962): 155-67.
- Shapin, Stephen. *A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England*. Chicago, London: University of Chicago Press, 1995.
- Sharpe, Kevin. "Rewriting sir Robert Cotton". In *Sir Robert Cotton as collector: essays on an early Stuart courtier and his legacy*, editado por C. J. Wright, 1-39. London: British Library, 1997.
- Sharpe, Kevin. *Sir Robert Cotton 1586-1631: history and politics in early modern England*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Skinner, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*, tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- Skinner, Quentin. "Meaning and understanding in the history of ideas". *History and Theory* 8, n. 1 (1969): 3-53.
- Smith, Plínio Junqueira. *O ceticismo sob suspeita*. São Paulo: Scientiae Studia, 2022.
- Stenhouse, William. "The Renaissance foundations of European antiquarianism". In *World antiquarianism: comparative perspectives*, editado por Alain Schnapp, Lothar von Falkenhausen e Peter Miller, 295-316. Los Angeles: Getty Research Institute, 2013.
- Sussex Archaeological Society. *Sussex archaeological collections relating to the history and antiquities of the country*. Sussex: George P. Bacon, 1875.
- Sweet, Rosemary. *Antiquaries: the discovery of the past in 18th century Britain*. London, New York: Hambledon and London, 2004.
- Tite, Colin G. C. *The early records of Robert Cotton's Library: formation, cataloguing, use*. London: British Library, 2003.
- Tite, Colin G. C. *The manuscript library of sir Robert Cotton*. London: British Library, 1994.

Tuck, Richard. *Natural rights theories: their origin and development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

Van Norden, Linda. "Sir Henry Spelman on the Chronology of the Elizabethan Society of Antiquaries". *Huntington Library Quarterly* 13, n. 2 (1950): 131-60.

Vine, Angus. *In defiance of time: antiquarian writing in early modern England*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Williams, Kelsey J. "Antiquarianism: a reinterpretation". *Erudition and the Republic of Letters* 2 (2017): 56-96.

Wilson, David H. "James I and his literary assistants". *Huntington Library Quarterly* 8, n. 1 (1944): 35-57.

Wilson, Frank P. "Table Talk". *Huntington Library Quarterly* 4, n. 1 (1940): 27-46.

Woolf, Daniel. "From histories to the historical: five transitions in thinking about the past 1500-1700". *Huntington Library Quarterly* 68, n. 1-2 (2005): 33-77.

Woolf, Daniel. "Change and continuity in English historical thought 1590-1640". Tese, University of Oxford, 1983.

Woolf, Daniel. "Erudition and the idea of history in Renaissance England". *Renaissance Quarterly* 40, n. 1 (1987): 11-48.

Woolf, Daniel. *Reading history in early modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Woolf, Daniel. *The idea of history in early modern England*. Toronto: University of Toronto Press, 1990.